ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 207 Brasília - DF, quarta-feira, 28 de outubro de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 4
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 14
Ministério da Cidadania 17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 17
Ministério das Comunicações 26
Ministério da Defesa 27
Ministério do Desenvolvimento Regional 33
Ministério da Economia 34
Ministério da Educação 83
Ministério da Infraestrutura 86
Ministério da Justiça e Segurança Pública 91
Ministério de Minas e Energia 96
Ministério da Saúde 101
Ministério do Turismo 109
Ministério Público da União 111
Tribunal de Contas da União 111
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 151

..... Esta edição completa do DOU é composta de 153 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 48 **(1)**

ORIGEM : 48 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO TRANSPORTE
ADV.(A/S) : FLAVIO HENRIQUE UNES PEREIRA (31442/DF, 83471/MG) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator) e Alexandre de Moraes, que julgavam procedente o pedido formulado na ação declaratória de constitucionalidade; e do voto do Ministro Edson Fachin, que o julgava improcedente, o julgamento foi suspenso. Falou pela requerente, o Dr. Flávio Henrique Unes Pereira. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Dias Toffoli (Presidente). Presidência do Ministro Luiz Fux (Vice-Presidente). Plenário, 5.9.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação declaratória de constitucionalidade, a fim de reconhecer a constitucionalidade da Lei nº 11.442/2007 e firmou a seguinte tese: "1 - A Lei nº 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 - O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 - Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista", nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 3.4.2020 a 14.4.2020.

Ementa: Direito do Trabalho. Ação Declaratória da Constitucionalidade e Ação Direta de Inconstitucionalidade. Transporte rodoviário de cargas. Lei 11.442/2007, que previu a terceirização da atividade-fim. Vínculo meramente comercial. Não configuração de relação de emprego.

1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese.

2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso.

3.Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art. 18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial.

4.Procedência da ação declaratória da constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: *"1 - A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 - O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 - Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista".*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 659 **(2)**

ORIGEM : 6592 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da alínea a do inciso I do § 5º do art. 110 da Constituição do Estado de Goiás, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - *EMENDA À CONSTITUIÇÃO* DO ESTADO DE GOIÁS (**EC** Nº 02/91) - **LIMITAÇÕES** *AO PODER CONSTITUINTE DECORRENTE* - **PRERROGATIVA** *QUE NÃO SE REVESTE DE CARÁTER ABSOLUTO* - NORMA CONSTITUCIONAL ESTADUAL **QUE DETERMINA**, *NO ÂMBITO DAQUELA UNIDADE DA FEDERAÇÃO*, **A DESTINAÇÃO** DE "*NÃO MENOS QUE CINCO POR CENTO DE SUA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA*" AO PODER LEGISLATIVO (ART. 110, § 5º, I, "**a**") - **TRANSGRESSÃO À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL** *DA NÃO AFETAÇÃO DA RECEITA ORIUNDA DE IMPOSTOS* (**CF**, ART. 167, IV) - **VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL** QUE IMPEDE, **RESSALVADAS** AS EXCEÇÕES PREVISTAS **NA PRÓPRIA** CONSTITUIÇÃO, **A VINCULAÇÃO DO PRODUTO** DA ARRECADAÇÃO *DE IMPOSTOS A ÓRGÃO, FUNDO OU DESPESA* - **PRECEITO NORMATIVO** QUE, *DE OUTRO LADO*, **IMPÕE AOS DEMAIS** PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS ESTATAIS **RESTRIÇÃO INDEVIDA**, *DE ORDEM FINANCEIRA*, **APTA A COMPROMETER** A PRÓPRIA *AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA* **QUE LHES FOI ATRIBUÍDA** PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - **MEDIDA CAUTELAR** *ANTERIORMENTE DEFERIDA* PELO PLENÁRIO **DESTA** SUPREMA CORTE - **REAFIRMAÇÃO DA CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *SOBRE O TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* **DA ALÍNEA "A"** DO INCISO I DO § 5º DO ART. 110 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.075 **(3)**

ORIGEM : ADI - 14932 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC
ADV.(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL (049621/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Apresentado o feito em mesa o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário 22.06.95.

Decisão: Por votação unânime o Tribunal indeferiu o pedido de medida liminar com relação a toda a lei e do mesmo modo especificamente quanto ao _ 2º do art. 1º; com relação ao art. 3º após o voto do Ministro Relator que não conhecia da ação e do voto do Ministro Marco Aurélio que dela conhecia o julgamento foi adiado pelo pedido de vista do Ministro Ilmar Galvão. Ausente ocasionalmente o Ministro Néri da Silveira. Plenário 29.06.95.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu parcialmente da ação direta e, nessa extensão, julgou-a improcedente, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **LEI FEDERAL** Nº 8.846/94, **QUE DISPÕE SOBRE** *EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS* PELO CONTRIBUINTE **E** *ARBITRAMENTO DA RECEITA MÍNIMA* PELA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA FEDERAL - **REVOGAÇÃO SUPERVENIENTE** *DE PARTE* DOS DISPOSITIVOS IMPUGNADOS (**LEI** Nº 8.846/94, ART. 3º, "*CAPUT*", E PARÁGRAFO ÚNICO, **E** ART. 4º) - **CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE PARCIAL** DA AÇÃO DIRETA - NORMAS **QUE INSTITUEM** OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS **E DISPÕEM** SOBRE A FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (**CF**, ART. 153, III) - **ALEGAÇÃO** DE OFENSA **AOS POSTULADOS CONSTITUCIONAIS** DA FEDERAÇÃO **E** DA SEPARAÇÃO DE PODERES - **INOCORRÊNCIA** - **EXERCÍCIO**, PELA UNIÃO FEDERAL, DE SUA COMPETÊNCIA IMPOSITIVA, **COM ESTRITA OBSERVÂNCIA** DOS LIMITES QUE DEFINEM ESSA ATRIBUIÇÃO NORMATIVA - DIPLOMA LEGISLATIVO **QUE NÃO USURPA** A ESFERA DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS- -MEMBROS **E** DOS MUNICÍPIOS - PRECEITO NORMATIVO **QUE ATRIBUI**, A MINISTRO DE ESTADO, **A DEFINIÇÃO** DOS DOCUMENTOS EQUIVALENTES À NOTA FISCAL OU RECIBO PARA EFEITOS TRIBUTÁRIOS - **LEGITIMIDADE** DO PODER REGULAMENTAR **DEFERIDO** AOS MINISTROS DE ESTADO - **ATRIBUIÇÃO REGULAMENTAR** *DE SEGUNDO GRAU* **QUE POSSUI EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL** (**CF**, ART. 87, PARÁGRAFO ÚNICO, II) - **INOCORRÊNCIA DE OUTORGA**, PELA LEI Nº 8.846/94, **DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA** AO MINISTRO DA FAZENDA - **PODER REGULAMENTAR SECUNDÁRIO DESVESTIDO** DE CONTEÚDO NORMATIVO PRIMÁRIO - **CONFIRMAÇÃO** DO ENTENDIMENTO **JÁ MANIFESTADO** *PELO PLENÁRIO* DESTA SUPREMA CORTE NO JULGAMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELO NÃO CONHECIMENTO PARCIAL* **E**, NO MÉRITO, *PELA IMPROCEDÊNCIA* - **AÇÃO DIRETA CONHECIDA**, *EM PARTE*, **E**, *NESSA EXTENSÃO*, **JULGADA IMPROCEDENTE**.

O PODER REGULAMENTAR DEFERIDO AOS MINISTROS DE ESTADO, EMBORA DE EXTRAÇÃO CONSTITUCIONAL, NÃO LEGITIMA A EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS DE CARÁTER PRIMÁRIO, ESTANDO NECESSARIAMENTE SUBORDINADO, NO QUE CONCERNE AO SEU EXERCÍCIO, CONTEÚDO E LIMITES, AO QUE PRESCREVEM AS LEIS E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

- **A competência regulamentar** deferida aos Ministros de Estado, **mesmo sendo de segundo grau**, possui inquestionável extração constitucional (**CF**, art. 87, parágrafo único, II), **de tal modo** que o poder jurídico de expedir instruções **para a fiel execução das leis** compõe, **no quadro** do sistema normativo vigente no Brasil, uma prerrogativa **que também assiste**, "*ope constitutionis*", a esses qualificados agentes auxiliares do Chefe do Poder Executivo da União.

ATENÇÃO!

Informamos que não haverá edição do **Diário Oficial da União** na próxima sexta-feira, 30 de outubro, em virtude da transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público.

- **As instruções regulamentares**, quando emanarem de Ministro de Estado, **qualificar-se-ão** como regulamentos executivos, **necessariamente subordinados** aos limites jurídicos definidos **na regra legal** a cuja implementação elas se destinam, **pois o exercício ministerial** do poder regulamentar **não pode transgredir** a lei, **seja para exigir** o que esta não exigiu, **seja para estabelecer** distinções onde a própria lei não distinguiu, **notadamente** em tema de direito tributário. **Doutrina**. **Jurisprudência**.

- *Poder regulamentar* **e** *delegação legislativa*: institutos de direito público **que não se confundem**. **Inocorrência**, no caso, **de outorga**, a Ministro de Estado, de delegação legislativa. **Reconhecimento de que lhe assiste** a possibilidade de exercer **competência regulamentar** de caráter **meramente** secundário.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.094 **(4)**

ORIGEM : ADI - 19789 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou extinta a ação direta, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - AJUIZAMENTO POR ENTIDADE SINDICAL *DE GRAU SUPERIOR* - AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE ATIVA "*AD CAUSAM*" POR FALTA *DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA* - PRECEDENTE ESPECÍFICO *DO PLENÁRIO* DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI 4.473-AgR/DF) - HIPÓTESE *DE INCOGNOSCIBILIDADE* - REVOGAÇÃO SUPERVENIENTE DOS PRECEITOS NORMATIVOS IMPUGNADOS - PREJUDICIALIDADE RECONHECIDA - EXTINÇÃO ANÔMALA DO PROCESSO DE CONTROLE ABSTRATO.

- **O requisito da pertinência temática** - **que se traduz na relação de congruência** que necessariamente **deve existir** entre os objetivos estatutários **ou** as finalidades institucionais da entidade autora **e** o conteúdo material da norma questionada **em sede** de controle abstrato - **foi erigido** à condição de pressuposto qualificador da própria legitimidade ativa "*ad causam*" **para efeito de instauração** do processo objetivo de fiscalização concentrada de constitucionalidade.

Para esse efeito, **e tratando-se** de entidade sindical *de grau superior* (**ou**, *quando for o caso*, de entidade de classe de âmbito nacional), **a mera existência** *de vínculo indireto* **ou** *mediato* **não basta**, *só por si*, **para atender** ao requisito da pertinência temática, **especialmente** quando o alegado nexo de afinidade traduz simples interesse de caráter econômico- -financeiro. **Precedentes**.

- **A revogação superveniente** do ato estatal impugnado **faz instaurar** *situação de prejudicialidade*, **que provoca a extinção anômala** do processo de fiscalização normativa abstrata, **eis que** *a ab-rogação* do diploma questionado **ou** *a derrogação* dos dispositivos legais impugnados **opera**, quanto a eles, **a exclusão** do sistema de direito positivo, **causando**, desse modo, **a perda ulterior** de objeto **da própria** ação direta, **independentemente** da ocorrência, *ou não*, **de efeitos residuais concretos**. **Precedentes**.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.337 **(5)**

ORIGEM : ADI - 104800 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei estadual nº 11.372/2000, editada pelo Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **CONCESSÃO** DE SERVIÇOS PÚBLICOS (*ENERGIA ELÉTRICA* **E** *FORNECIMENTO DE ÁGUA*) - **INVASÃO**, *PELO ESTADO DE SANTA CATARINA*, **DA ESFERA DE COMPETÊNCIA** DA UNIÃO **E** DOS MUNICÍPIOS - **INDEVIDA INTERFERÊNCIA** NAS RELAÇÕES JURÍDICO-CONTRATUAIS **ENTRE** *O PODER CONCEDENTE FEDERAL* **OU** *MUNICIPAL* **E** *AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS* - **COMPETÊNCIA PRIVATIVA** DA UNIÃO FEDERAL **PARA LEGISLAR** *SOBRE ENERGIA* (**CF**, ART. 22, IV) **E PARA DEFINIR** *AS POLÍTICAS SETORIAIS* **QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO** *DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA* (**CF**, ART. 21, XII, **alínea** "**b**") - **EXISTÊNCIA** *DE REGULAMENTO SETORIAL ESPECÍFICO* **EDITADO** PELA ENTIDADE REGULADORA COMPETENTE (**A ANEEL**, *NO CASO*), **DISCIPLINANDO**, *DE MODO EXAURIENTE*, AS REGRAS **CONCERNENTES** *À SUSPENSÃO* **OU** *À INTERRUPÇÃO* DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA *AO CONSUMIDOR INADIMPLENTE* - **VEDAÇÃO À INGERÊNCIA NORMATIVA** DOS ESTADOS-MEMBROS **NA ORGANIZAÇÃO** DO SETOR ENERGÉTICO, **A SER EXERCIDA**, *COM ABSOLUTA EXCLUSIVIDADE*, PELA UNIÃO FEDERAL, **QUE DETÉM** COMPETÊNCIA PRIVATIVA **PARA FISCALIZAR** *A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS*, **LEGISLAR** *SOBRE OS DIREITOS DOS USUÁRIOS*, **FIXAR** *A POLÍTICA TARIFÁRIA* **E DISCIPLINAR AS CONDIÇÕES** *DE REGULARIDADE*, *CONTINUIDADE*, *EFICIÊNCIA*, *SEGURANÇA*, *ATUALIDADE*, *GENERALIDADE* **E** *CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO* (**CF**, ART. 175) -**PAPEL CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDO** À UNIÃO FEDERAL **DE ASSEGURAR** A TODOS OS USUÁRIOS, *DE FORMA IGUALITÁRIA*, **AMPLO ACESSO** AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA, **SEM INDEVIDAS** INTERVENÇÕES DISCRIMINATÓRIAS **PROMOVIDAS** POR PROGRAMAS E PLANOS *DE CARÁTER REGIONAL* **INCOMPATÍVEIS** COM AS POLÍTICAS E DIRETRIZES *DE ÂMBITO NACIONAL* **DEFINIDAS** PELA UNIÃO - **INVIABILIDADE** DA ALTERAÇÃO, *POR LEI ESTADUAL*, DAS CONDIÇÕES **PREVISTAS** NA LICITAÇÃO **E FORMALMENTE ESTIPULADAS** EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, **SOB REGIME** *FEDERAL* OU *MUNICIPAL* - **MEDIDA CAUTELAR** *ANTERIORMENTE DEFERIDA* PELO PLENÁRIO **DESTA** SUPREMA CORTE - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* DA LEI ESTADUAL IMPUGNADA - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

- **A competência** da União Federal **no domínio** *do setor energético* **reveste-se** *de caráter exauriente* (**CF**, art. 21, XII, "**b**", art. 22, IV, **e** art. 175).

- **A jurisprudência plenária** do Supremo Tribunal Federal **tem reconhecido** *a manifesta inconstitucionalidade* de diplomas legislativos de Estados-membros que, *a pretexto de exercerem* a sua competência suplementar **em matéria** de "*consumo*" (**CF**, art. 24, V) **ou** de "*responsabilidade por dano (...) ao consumidor*" (**CF**, art. 24, VIII), **editam** normas estaduais **dirigidas** às empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, **dispondo** *sobre direitos dos usuários* **e** *obrigações das concessionárias*, **usurpando**, em consequência, a competência privativa **outorgada** à União Federal **em tema** de organização do setor energético (**CF**, art. 21, XII, "**b**", art. 22, IV, **e** art. 175) **e intervindo**, *indevidamente*, **no âmbito** das relações contratuais **entre** o poder concedente **e** as empresas delegatárias de tais serviços públicos. **Precedentes**.

- **Os Estados-membros** *não podem interferir* na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas **entre** o poder concedente (**quando** este for a União Federal **ou** o Município) **e** as empresas concessionárias *nem dispõem de competência* para modificar **ou** alterar as condições que, **previstas** na licitação, **acham-se formalmente estipuladas** *no contrato de concessão* **celebrado** pela União (*energia elétrica* - **CF**, art. 21, XII, "**b**") **e** pelo Município (*fornecimento de água* - **CF**, art. 30, I e V), *de um lado*, **com** as concessionárias, *de outro*, **notadamente** se essa ingerência normativa, **ao determinar** *a suspensão temporária do pagamento das tarifas* **devidas pela prestação** dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, **sob** regime de concessão federal, **e** serviços de esgoto e abastecimento de água, **sob** regime de concessão municipal), **afetar** *o equilíbrio financeiro* **resultante** dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. **Precedentes**.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.341 **(6)**

ORIGEM : ADI - 104804 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 4º, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, 8º, *caput* e §§ 1º e 2º, 11 e 18, da Lei nº 1l.392/2000 do Estado de Santa Catarina, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 1l.392/2000 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE ÀS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST E À SÍNDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - AIDS. ADOÇÃO DE MEDIDAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTS. 21, XII, "A", 22, I E IV, 24, XII, 25, § 1º, 61, § 1º, II, "A" E "C", 84, VI, "A", 200, I E II, E 220, § 3º, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRECEDENTES. PROCEDÊNCIA PARCIAL.**

1. Ao instituir política estadual de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis - DST e da síndrome de imunodeficiência adquirida - AIDS, a Lei nº 11.392/2000 do Estado de Santa Catarina veicula normas sobre proteção e defesa da saúde, matérias inseridas na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XII, da CF). A adoção de medidas contra a discriminação das pessoas portadoras do vírus da imunodeficiência humana - HIV tem amparo no art. 25, § 1º, da CF, que reserva aos Estados as competências a eles não vedadas.

2. No modelo federativo brasileiro, estabelecida pela União a arquitetura normativa da política nacional de promoção, proteção e recuperação da saúde (Lei nº 8.080/1990, que institui o Sistema Único de Saúde - SUS), aos Estados compete, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender suas peculiaridades locais, respeitados os critérios (i) da preponderância do interesse local, (ii) do exaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais - até mesmo para prevenir conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares - e (iii) da vedação da proteção insuficiente. Precedentes: ADI 5312/TO (Relator Ministro Alexandre de Moraes, DJe 11.02.2019), ADI 3470/RJ (Relatora Ministra Rosa Weber, DJe 01.02.2019), ADI 2030/SC (Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe 17.10.2018).

3. A competência do SUS - Sistema Único de Saúde - para controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador (art. 200, I e II, da CF), não obsta iniciativas voltadas à implementação de políticas estaduais de saúde específicas, para atender demandas locais. Precedente.

4. A vedação e o combate a prática discriminatórias na rede de saúde pública estadual concretiza um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dever a ser ativamente perseguido por todos os entes que compõem a Federação: a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV, da CF).

5. Fruto de iniciativa parlamentar, o art. 4º, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei nº 11.392/2000 do Estado de Santa Catarina incorre em vício de iniciativa, por impor obrigações ao Poder Executivo sem observância dos arts. 61, § 1º, II, "a" e "c", e 84, VI, "a" da CF, além de de invadir a competência privativa da União para legislar sobre radiodifusão (arts. 21, XII, "a", e 22, IV, da CF) e disciplinar as diversões e os espetáculos públicos (art. 220, § 3º, I, da CF). Precedente: ADI 5140/SP (Relator Ministro Alexandre de Moraes, DJe 29.10.2018).

6. Inconstitucionalidade formal dos arts. 11 e 18 da Lei nº 11.392/2000 do Estado de Santa Catarina, por afronta à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para deflagrar processo legislativo versando sobre organização, funcionamento e orçamento da Secretaria de Estado da Saúde (arts. 61, § 1º, II, e 84, VI, "a", da CF).

7. Ao disciplinar regime de confidencialidade e sigilo dos registros e resultados dos testes para detecção do vírus HIV, inclusive para fins de depoimento como testemunha, o art. 8º, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.392/2000 do Estado de Santa

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Catarina afasta-se da competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF) e invade a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e direito processual (art. 22, I, da CF).

8. Inconstitucionalidade formal dos arts. 4º, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, 8º, *caput* e §§ 1º e 2º, 11 e 18, da Lei nº 1l.392/2000 do Estado de Santa Catarina.

9. Ação direta julgada parcialmente procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.488 **(7)**

ORIGEM : ADI - 99520 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade integral da Lei estadual nº 11.707/2001, editada pelo Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **LEI ESTADUAL CATARINENSE** Nº 11.707/2001 - DIPLOMA LEGISLATIVO **QUE DISPÕE** *SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONIA MÓVEL* **E INSTITUI** *CADASTRO DE USUÁRIOS DE TELEFONES CELULARES PRÉ-PAGOS* - **USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA** DA UNIÃO FEDERAL **PARA LEGISLAR** *SOBRE TELECOMUNICAÇÕES* (**CF**, ART. 22, IV) **E PARA DEFINIR** *AS POLÍTICAS SETORIAIS* **QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO** *DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES* (**CF**, ART. 21, XI) - **CADASTRAMENTO** DE USUÁRIOS DE TELEFONES CELULARES PRÉ-PAGOS - **MATÉRIA DISCIPLINADA**, *DE MODO EXAURIENTE*, **TANTO** *NA LEGISLAÇÃO NACIONAL* (**LEI** Nº 10.703/2003) **QUANTO** *NA REGULAMENTO SETORIAL ESPECÍFICA* **EDITADA** PELA ENTIDADE REGULADORA COMPETENTE (**RESOLUÇÃO ANATEL** Nº 477/2007) - **IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA** DOS ESTADOS-MEMBROS **NA ORGANIZAÇÃO** DO SETOR ECONÔMICO DAS TELECOMUNICAÇÕES, **A SER EXERCIDA**, *COM ABSOLUTA EXCLUSIVIDADE*, PELA UNIÃO FEDERAL, **QUE DETÉM** COMPETÊNCIA PRIVATIVA **PARA FISCALIZAR** *A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS*, **LEGISLAR** *SOBRE OS DIREITOS DOS USUÁRIOS*, **FIXAR** *A POLÍTICA TARIFÁRIA* **E DISCIPLINAR AS CONDIÇÕES** *DE REGULARIDADE*, *CONTINUIDADE*, *EFICIÊNCIA*, *SEGURANÇA*, *ATUALIDADE*, *GENERALIDADE* **E** *CORTESIA* NA SUA PRESTAÇÃO (**CF**, ART. 175). **PAPEL CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDO** À UNIÃO FEDERAL **DE ASSEGURAR** A TODOS OS USUÁRIOS, *DE FORMA IGUALITÁRIA*, **AMPLO ACESSO** AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES **E DEMAIS** MEIOS E RECURSOS DE COMUNICAÇÃO RELACIONADOS, **SEM INDEVIDAS** INTERVENÇÕES DISCRIMINATÓRIAS **PROMOVIDAS** POR POLÍTICAS *DE ÍNDOLE REGIONAL* **QUE PREJUDICAM** *O DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO* DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES *EM ÂMBITO NACIONAL* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL* DO DIPLOMA LEGISLATIVO IMPUGNADO - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

- **A competência** da União Federal **no domínio temático** *das telecomunicações* **reveste-se** *de caráter exauriente* (**CF**, art. 21, XI **e** XII, "**a**", art. 22, VI, art. 48, XII, **e** art. 175).

- **A edição de legislação local**, *de caráter fragmentário*, **impondo** *às operadoras de serviços de telecomunicações* - **cuja** área de atuação **estende-se** por **todo** o território brasileiro - **obrigações heterogêneas**, apoiadas em visões de mundo **de caráter antagônico**, destinadas a atender ambições políticas *de índole meramente regional* **em detrimento** da promoção **e** do desenvolvimento *dos interesses de caráter nacional*, **mostra-se em desacordo** com a necessidade **de promover e de preservar** *a segurança jurídica* **e** *a eficiência* **indispensáveis** ao desenvolvimento das telecomunicações, **proporcionadas pela adoção** de um regime jurídico *coerente, uniforme, estruturado* **e** *operacional*, **cuja organização**, em conformidade com o que estabelece o texto constitucional, **incumbe**, *com absoluta privatividade*, à União Federal (**CF**, art. 21, XI e XII, "**a**", **c/c** o art. 22, IV **e** o art. 175).

- **A jurisprudência plenária** do Supremo Tribunal Federal **tem reconhecido** *a manifesta inconstitucionalidade* de diplomas legislativos de Estados-membros que, *a pretexto de exercerem* a sua competência suplementar **em matéria** de "*consumo*" (**CF**, art. 24, V) **ou** de "*responsabilidade por dano (...) ao consumidor*" (**CF**, art. 24, VIII), **editam** normas estaduais **dirigidas** às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, **dispondo** sobre direitos dos usuários **e** obrigações das concessionárias, **usurpando**, em consequência, a competência privativa **outorgada** à União Federal **em tema** de "*telecomunicações e radiodifusão*" (**CF**, art. 22, IV) **e intervindo**, *indevidamente*, **no âmbito** das relações contratuais **entre** o poder concedente **e** as empresas delegatárias de tais serviços públicos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.667 **(8)**

ORIGEM : ADI - 92327 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : VALÉRIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO (013398/DF)
INTDO.(A/S) : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 2.921/2002, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DISTRITAL Nº 2.921/2002, **QUE DISPÕE** *SOBRE A EMISSÃO DE CERTIFICADO* DE CONCLUSÃO DE CURSO **E** QUE AUTORIZA O **FORNECIMENTO DE HISTÓRICO ESCOLAR** PARA ALUNOS DA TERCEIRA SÉRIE DO ENSINO MÉDIO QUE COMPROVAREM **APROVAÇÃO** EM VESTIBULAR PARA INGRESSO **EM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR** - ATO LEGISLATIVO **QUE REDUZ** *O TEMPO MÍNIMO* **PARA A CONCLUSÃO** DO ENSINO MÉDIO, **INSTITUINDO** BENEFÍCIO **A QUE NÃO TÊM ACESSO** *OS DEMAIS ESTUDANTES* DOMICILIADOS **EM OUTRAS** UNIDADES DA FEDERAÇÃO - *USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA* **OUTORGADA** À UNIÃO FEDERAL PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - **CONSIDERAÇÕES EM TORNO** *DAS LACUNAS PREENCHÍVEIS* - NORMA **DESTITUÍDA** DO NECESSÁRIO COEFICIENTE DE RAZOABILIDADE - *OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE* - **ATIVIDADE LEGISLATIVA EXERCIDA COM DESVIO DE PODER** - INCONSTITUCIONALIDADES FORMAL E MATERIAL DECLARADAS - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

A USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA, QUANDO PRATICADA POR QUALQUER DAS PESSOAS ESTATAIS, QUALIFICA-SE COMO ATO DE TRANSGRESSÃO CONSTITUCIONAL

- A Constituição da República, **nas hipóteses** de competência concorrente (**CF**, art. 24), **estabeleceu** verdadeira situação de **condomínio legislativo** entre a União Federal, os Estados-membros **e** o Distrito Federal (RAUL MACHADO HORTA, "***Estudos de Direito Constitucional***", p. 366, item n. 2, 1995, Del Rey), **daí** resultando clara **repartição vertical** de competências normativas entre essas pessoas estatais, **cabendo** à União **estabelecer** normas gerais (**CF**, art. 24, § 1º) **e** aos Estados-membros **e** ao Distrito Federal **exercerem competência** suplementar (**CF**, art. 24, § 2º).

- A Carta Política, por sua vez, **ao instituir um sistema de condomínio legislativo** nas matérias **taxativamente** indicadas no seu art. 24 - **entre as quais avulta**, por sua importância, **aquela** concernente **ao ensino** (art. 24, IX) -, **deferiu** ao Estado-membro **e ao Distrito Federal**, em "*inexistindo lei federal sobre normas gerais*", a **possibilidade** de exercer a competência legislativa plena, **desde que** "*para atender a suas peculiaridades*" (art. 24, § 3º).

- Os Estados-membros e o Distrito Federal **não podem**, mediante legislação autônoma, **agindo** "*ultra vires*", **transgredir** a legislação fundamental **ou** de princípios **que a União Federal** fez editar **no desempenho legítimo** de sua competência constitucional, **de cujo exercício** deriva o poder de fixar, **validamente**, diretrizes e bases gerais pertinentes a determinada matéria (educação e ensino, na espécie).

TODOS OS ATOS EMANADOS DO PODER PÚBLICO ESTÃO NECESSARIAMENTE SUJEITOS, PARA EFEITO DE SUA VALIDADE MATERIAL, *À INDECLINÁVEL OBSERVÂNCIA DE PADRÕES MÍNIMOS DE RAZOABILIDADE*

- As normas legais **devem** observar, no processo de sua formulação, **critérios de razoabilidade** que guardem **estrita** consonância com os padrões fundados no princípio da proporcionalidade, pois **todos** os atos emanados do Poder Público **devem ajustar-se** à cláusula que consagra, **em sua dimensão material**, o princípio do "***substantive due process of law***". Lei Distrital que, **no caso**, não observa padrões mínimos de razoabilidade.

A EXIGÊNCIA DE RAZOABILIDADE **QUALIFICA-SE COMO PARÂMETRO DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DOS ATOS ESTATAIS**

- **A exigência de razoabilidade** - que visa a **inibir** e a **neutralizar** eventuais abusos do Poder Público, **notadamente** no desempenho de suas funções normativas - **atua**, enquanto categoria fundamental **de limitação dos excessos** emanados do Estado, como verdadeiro **parâmetro de aferição** da constitucionalidade material dos atos estatais.

APLICABILIDADE *DA TEORIA DO DESVIO DE PODER* **AO PLANO DAS ATIVIDADES NORMATIVAS DO ESTADO**

- **A teoria do desvio de poder**, *quando aplicada ao plano das atividades legislativas*, **permite que se contenham** *eventuais excessos* decorrentes do exercício imoderado **e** arbitrário da competência institucional outorgada ao Poder Público, **pois** o Estado **não pode**, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam **e** afetem os fins **que regem** a prática da função de legislar.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.222 **(9)**

ORIGEM : ADI - 5222 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 4º e 5º da Lei estadual nº 6.897/2014, editada pelo Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL FLUMINENSE (**LEI** Nº 6.897/2014, **ARTS. 4º E 5º**) **QUE DISPÕE** *SOBRE NORMAS* **PERTINENTES** À DISCIPLINA LEGAL DAS *PENALIDADES DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO* - **TRANSGRESSÃO** À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL **QUE ATRIBUI**, *EM CARÁTER PRIVATIVO*, À UNIÃO FEDERAL **COMPETÊNCIA** PARA LEGISLAR **SOBRE TRÂNSITO** (**CF**, ART. 22, XI) - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL* DOS ARTIGOS 4º E 5º DO DIPLOMA LEGISLATIVO IMPUGNADO - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.608 **(10)**

ORIGEM : ADI - 5608 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS OPERADORAS DE CELULARES - ACEL
ADV.(A/S) : MARCELO MONTALVAO MACHADO (34391/DF, 4187/SE, 357553/SP)
ADV.(A/S) : CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS (1713/DF)
ADV.(A/S) : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (07383/DF, 52083/PE, 438132/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do inteiro teor da Lei estadual nº 16.269/2016, editada pelo Estado de São Paulo, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Alexandre de Moraes. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **LEI ESTADUAL PAULISTA** Nº 16.269/2016 - DIPLOMA LEGISLATIVO **QUE DISPÕE** *SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONIA MÓVEL* **E INSTITUI** *CADASTRO DE USUÁRIOS DE TELEFONES CELULARES PRÉ-PAGOS* - **USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA** DA UNIÃO FEDERAL **PARA LEGISLAR** *SOBRE TELECOMUNICAÇÕES* (**CF**, ART. 22, IV) **E PARA DEFINIR** *AS POLÍTICAS SETORIAIS* **QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO** *DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES* (**CF**, ART. 21, XI) - **CADASTRAMENTO** DE USUÁRIOS DE TELEFONES CELULARES PRÉ-PAGOS - **MATÉRIA DISCIPLINADA**, *DE MODO EXAURIENTE*, **TANTO** *NA LEGISLAÇÃO NACIONAL* (**LEI** Nº 10.703/2003) **QUANTO** *NA REGULAMENTO SETORIAL ESPECÍFICA* **EDITADA** PELA ENTIDADE REGULADORA COMPETENTE (**RESOLUÇÃO ANATEL** Nº 477/2007) - **IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA** DOS ESTADOS-MEMBROS **NA ORGANIZAÇÃO** DO SETOR ECONÔMICO DAS TELECOMUNICAÇÕES, **A SER EXERCIDA**, *COM ABSOLUTA EXCLUSIVIDADE*, PELA UNIÃO FEDERAL, **QUE DETÉM** COMPETÊNCIA PRIVATIVA **PARA FISCALIZAR** *A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS*, **LEGISLAR** *SOBRE OS DIREITOS DOS USUÁRIOS*, **FIXAR** *A POLÍTICA TARIFÁRIA* **E DISCIPLINAR AS CONDIÇÕES** *DE REGULARIDADE*, *CONTINUIDADE*, *EFICIÊNCIA*, *SEGURANÇA*, *ATUALIDADE*, *GENERALIDADE* **E** *CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO* (**CF**, ART. 175). **PAPEL CONSTITUCIONALMENTE ATRIBUÍDO** À UNIÃO FEDERAL **DE ASSEGURAR** A TODOS OS USUÁRIOS, *DE FORMA IGUALITÁRIA*, **AMPLO ACESSO** AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES **E DEMAIS** MEIOS E RECURSOS DE COMUNICAÇÃO RELACIONADOS, **SEM INDEVIDAS** INTERVENÇÕES DISCRIMINATÓRIAS **PROMOVIDAS** POR POLÍTICAS *DE ÍNDOLE REGIONAL* **QUE PREJUDICAM** *O DESENVOLVIMENTO PROGRESSIVO* DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES *EM ÂMBITO NACIONAL* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL* DO DIPLOMA LEGISLATIVO IMPUGNADO - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

- **A competência** da União Federal **no domínio temático** *das telecomunicações* **reveste-se** *de caráter exauriente* (**CF**, art. 21, XI **e** XII, "**a**", art. 22, VI, art. 175).

AVISO

Foi publicada em 27/10/2020 a edição extra nº 206-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

- **A edição de legislação local**, *de caráter fragmentário*, **impondo** *às operadoras de serviços de telecomunicações* - **cuja** área de atuação **estende-se** por **todo** o território brasileiro - **obrigações heterogêneas**, apoiadas em visões de mundo **de caráter antagônico**, destinadas a atender ambições políticas *de índole meramente regional* **em detrimento** da promoção **e** do desenvolvimento *dos interesses de caráter nacional*, **mostra-se em desacordo** com a necessidade **de promover e de preservar** *a segurança jurídica* **e** *a eficiência* **indispensáveis** ao desenvolvimento das telecomunicações, **proporcionadas pela adoção** de um regime jurídico *coerente, uniforme, estruturado* **e** *operacional*, **cuja organização**, em conformidade com o que estabelece o texto constitucional, **incumbe**, *com absoluta privatividade*, à União Federal (**CF**, art. 21, XI e XII, "**a**", **c/c** o art. 22, IV **e** o art. 175).

- **A jurisprudência plenária** do Supremo Tribunal Federal **tem reconhecido** *a manifesta inconstitucionalidade* de diplomas legislativos de Estados-membros que, *a pretexto de exercerem* a sua competência suplementar **em matéria** de "*consumo*" (**CF**, art. 24, V) **ou** de "*responsabilidade por dano (...) ao consumidor*" (**CF**, art. 24, VIII), **editam** normas estaduais **dirigidas** às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, **dispondo** sobre direitos dos usuários **e** obrigações das concessionárias, **usurpando**, em consequência, a competência privativa **outorgada** à União Federal **em tema** de "*telecomunicações e radiodifusão*" (**CF**, art. 22, IV) **e intervindo**, *indevidamente*, **no âmbito** das relações contratuais **entre** o poder concedente **e** as empresas delegatárias de tais serviços públicos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.484 **(11)**

ORIGEM : 6484 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP)
ADV.(A/S) : FABIO LIMA QUINTAS (249217/SP)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL
ADV.(A/S) : FLAVIO JOSE ROMAN (15934/DF)
ADV.(A/S) : ERASTO VILLA VERDE DE CARVALHO FILHO (09393/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 10.733/2020 do Estado do Rio Grande do Norte e fixou a seguinte tese de julgamento: "É inconstitucional lei estadual que determina a suspensão temporária da cobrança das consignações voluntárias contratadas por servidores públicos estaduais", tudo nos termos do voto do Relator. Falaram: pela requerente, o Dr. Fabio Lima Quintas; e, pelo *amicus curiae*, a Dra. Luciana Lima Rocha, Procuradora do Banco Central. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 10.733/2020, do Estado do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre a suspensão temporária da cobrança de créditos consignados. Inconstitucionalidade formal por violação ao art. 22, I e VII, CF. Inconstitucionalidade material por violação ao princípio da segurança jurídica.

1.Ação direta de inconstitucionalidade que impugna a Lei nº 10.733/2020, do Estado do Rio Grande do Norte, que dispõe sobre a suspensão da cobrança das consignações voluntárias contratadas por servidores públicos pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

2.Há vício de inconstitucionalidade formal por violação ao art. 22, I e VII, CF, que estabelecem competência privativa da União para legislar a respeito de direito civil e de política de crédito. Os Estados-membros não estão autorizados a editar normas acerca de relações contratuais, nem a respeito da regulação da consignação de crédito por servidores públicos. A relevância das atividades desempenhadas pelas instituições financeiras demanda a existência de coordenação centralizada das políticas de crédito.

3.Há vício de inconstitucionalidade material por violação ao princípio da segurança jurídica, tendo em vista que a lei estadual promove intervenção desproporcional em relações privadas validamente constituídas.

4.Pedido julgado procedente. Fixação da seguinte tese de julgamento: "*É inconstitucional lei estadual que determina a suspensão temporária da cobrança das consignações voluntárias contratadas por servidores públicos estaduais*".

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.531 **(12)**

ORIGEM : 6531 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL - FESOJUS-BR
ADV.(A/S) : BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (8839/A/MT, 2193/RO)

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - *ENTIDADE SINDICAL DE SEGUNDO GRAU* - **INADMISSIBILIDADE** - **LEGITIMAÇÃO ATIVA** PARA A INSTAURAÇÃO DO CONTROLE "*IN ABSTRACTO*" DE CONSTITUCIONALIDADE **QUE SE RECONHECE**, *ENTRE OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA*, **APENAS** *ÀS CONFEDERAÇÕES* (**ENTIDADES SINDICAIS** *DE TERCEIRO GRAU*) - **PRECEDENTES** - **ALEGAÇÃO** DE QUE A AUTORA, **NÃO OBSTANTE** *O SEU CARÁTER* ***INEQUIVOCAMENTE*** *SINDICAL*, **LEGITIMAR-SE-IA** AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DIRETA **NA CONDIÇÃO** *DE ENTIDADE DE CLASSE DE ÂMBITO NACIONAL* - **IMPOSSIBILIDADE** - **CONDIÇÃO JURÍDICA PRÓPRIA** DAS ENTIDADES SINDICAIS **QUE LHES CONFERE** *UMA NATUREZA DISTINTA* **DAS DEMAIS CATEGORIAS** DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSE - **QUALIDADE JURÍDICA** *QUE NÃO PODE SER DESCONSIDERADA*, MOMENTANEAMENTE, **COM O FIM DE VIABILIZAR**, *POR CONVENIÊNCIA PROCESSUAL*, **O ACESSO** AOS INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA **PERANTE** O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **PRECEDENTES** - AÇÃO DIRETA **NÃO CONHECIDA** - **INTERPOSIÇÃO** DE RECURSO DE AGRAVO **CONTRA** ESSA DECISÃO - **RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**.

- **As federações e os sindicatos**, *mesmo aqueles de âmbito nacional*, **não dispõem** de legitimidade ativa **para o ajuizamento** da ação direta de inconstitucionalidade **perante** o Supremo Tribunal Federal. **Precedentes**.

- **No âmbito** da estrutura sindical brasileira, **somente** *as confederações sindicais* - **que constituem** *entidades de grau superior* - **possuem** qualidade para agir, **em sede** de controle normativo abstrato, **perante** a Suprema Corte (**CF**, art. 103, IX). **Precedentes**.

- **Ao reconhecer** *legitimação para agir* **em sede** de fiscalização abstrata *às confederações sindicais* **e** *às entidades de classe de âmbito nacional*, **a Constituição da República** (art. 103, IX) **tratou** de situações **que não são** *intercambiáveis*, **não se admitindo**, *por isso mesmo*, **para efeito** de ativação da jurisdição de controle "*in abstracto*", que uma entidade sindical **de segundo grau**, **demitindo-se**, *momentaneamente*, **de sua condição sindical**, **invoque** *a qualidade de entidade de classe de âmbito nacional*. **Precedentes**.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 281 **(13)**

ORIGEM : ADPF - 281 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental, para declarar não recepcionado pela Constituição Federal de 1988 o art. 34 da Lei estadual nº 7.784/1983, editada pelo Estado do Paraná, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020.

Ementa: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - **LEI ESTADUAL PARANAENSE** Nº 7.784/1983 (ART. 34) - **PROVIMENTO** *DE* ***EX****-TITULARES DE MANDATOS ELETIVOS* **EM CARGO EFETIVO** (PROCURADOR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL) *SEM PRÉVIA APROVAÇÃO* EM CONCURSO PÚBLICO - **INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL** - **OFENSA** AO ARTIGO 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - **NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA** *DA EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO* - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO* - **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO** *JULGADA PROCEDENTE*.

O CONCURSO PÚBLICO REPRESENTA GARANTIA CONCRETIZADORA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE, QUE NÃO TOLERA TRATAMENTOS DISCRIMINATÓRIOS NEM LEGITIMA A CONCESSÃO DE PRIVILÉGIOS

- A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal - **tendo presente a essencialidade** do postulado inscrito no art. 37, II, da Carta Política - **tem censurado** a validade jurídico-constitucional de normas que autorizam, permitem **ou** viabilizam, **independentemente de prévia aprovação** em concurso público de provas **ou** de provas e títulos, **o ingresso originário** no serviço estatal **ou o provimento** em cargos administrativos **diversos** daqueles para os quais o servidor público foi admitido. **Precedentes**.

- **O respeito efetivo** à exigência **de prévia** aprovação em **concurso público** qualifica-se, **constitucionalmente**, como **paradigma de legitimação ético-jurídica** da investidura **de qualquer** cidadão em cargos, funções **ou** empregos públicos, **ressalvadas as hipóteses** de nomeação para cargos em comissão (**CF**, art. 37, II).

- **A razão subjacente** ao postulado do concurso público **traduz-se** na necessidade essencial de o Estado conferir **efetividade** ao princípio constitucional de que **todos** são iguais perante a lei, **sem** distinção de qualquer natureza, **vedando-se**, desse modo, **a prática inaceitável** de o Poder Público **conceder** privilégios a alguns **ou** de dispensar tratamento discriminatório e arbitrário a outros. **Precedentes**. **Doutrina**.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 136, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 997, de 31 de agosto de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 1º de setembro, do mesmo ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 27 de outubro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 635, de 27 de outubro de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.565.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 49, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 48, de 15 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2020, Seção 1 página 4.

CARLOS ROBERTO FORTNER

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 390, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre os critérios de seleção para o afastamento de Advogados da União, de Procuradores Federais e de servidores administrativos da Advocacia-Geral da União para a participação em ações de desenvolvimento.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 95, 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e o de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 00590.000108/2020-51, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os critérios de seleção para o afastamento de Advogados da União, de Procuradores Federais e de servidores administrativos da Advocacia-Geral da União, para a participação, no interesse da Administração e sem prejuízo da respectiva remuneração, em ações de desenvolvimento vinculadas a:

I - licença para capacitação;

II - programas de treinamento regularmente instituído no País;

III - programas de pós-graduação **stricto sensu** no País ou no exterior; e

IV - estudos no exterior.

§ 1º Os afastamentos previstos nesta Portaria poderão ser concedidos quando a ação de desenvolvimento inviabilizar a distribuição de tarefas ou o cumprimento da jornada semanal de trabalho, e:

I - estiverem alinhados às competências relativas:

a) ao órgão de exercício ou de lotação;

b) à carreira ou cargo efetivo; ou

c) ao cargo em comissão ou à função de confiança;

II - estiverem alinhados às áreas prioritárias para capacitação definidas pela Advocacia-Geral da União.

§ 2º A autorização para os afastamentos previstos nesta Portaria:

I - deverá compatibilizar a constante necessidade de treinamento e desenvolvimento de equipes com o gerenciamento dos impactos do afastamento nas atividades da unidade; e

II - ensejará a suspensão do controle de frequência ou da distribuição de tarefas, conforme o caso.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - licença para capacitação: afastamento, por até três meses, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, para participar de atividades de aperfeiçoamento profissional;

II - programas de treinamento regularmente instituídos no País: afastamento para participação em atividades de aperfeiçoamento profissional, com duração inferior a quinze dias, tais como, cursos, seminários, congressos e simpósios;

III - programas de pós-graduação **stricto sensu** no País ou no exterior: afastamento para participação em programas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e doutorado-sanduíche; e

IV - estudos no exterior: afastamento para participação em atividades de aperfeiçoamento profissional realizadas no exterior, tais como programas de estágio, de intercâmbio, **L.L.M** (**Latin Legum Magister**), de pesquisador visitante, cursos, seminários, congressos e simpósios.

CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Seção I
Da licença para capacitação

Subseção I
Das disposições gerais

Art. 3º A licença para capacitação poderá ser concedida para:

I - cursos presenciais ou a distância, relacionados às áreas prioritárias para capacitação definidas pela Advocacia-Geral da União ou aos parâmetros previstos no inciso I do § 1º do art. 1º;

II - elaboração de trabalho de conclusão de curso de:

a) graduação, por até trinta dias; e

b) pós-graduação:

1. **lato sensu**, por até quarenta e cinco dias; e

2. **stricto sensu**, por até noventa dias;

III - participação em curso presencial, no País ou no exterior, para aprendizado de língua estrangeira; e

IV - curso conjugado com:

a) atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais; ou

b) realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no País.

§ 1º Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, o Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União analisará requerimentos cujos prazos solicitados superem o previsto no inciso I, alíneas a e b, 1.

§ 2º O Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União poderá analisar requerimentos de licença para capacitação referentes à elaboração de trabalho de conclusão de curso não mencionado no inciso II, desde que a carga horária da ação de desenvolvimento seja compatível com a modalidade de afastamento pretendido.

§ 3º No âmbito da Advocacia-Geral da União, os critérios de concessão da licença para capacitação de que trata a alínea "b" do inciso IV do **caput** são aqueles estabelecidos pelo art. 33 da Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, do Ministério da Economia.

Art. 4º A licença para capacitação poderá ser concedida somente quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações for igual ou superior a trinta horas semanais.

Art. 5º A licença para capacitação poderá ser parcelada em até seis períodos com duração não inferior a quinze dias.

Parágrafo único. Quando a licença for concedida de forma parcelada, deverá ser observado o interstício mínimo de sessenta dias entre os respectivos períodos.

Art. 6º O pedido de licença somente poderá ser apresentado após a conclusão do período aquisitivo mencionado no inciso I do art. 2º.

Art. 7º Nos casos em que a instituição promotora dos cursos oferecer diversas cargas horárias para uma mesma capacitação sem a correspondente alteração do conteúdo programático, será considerada na análise do requerimento a menor carga horária disponível.

Subseção II
Do procedimento

Art. 8º O pedido de licença para capacitação será apresentado à Escola da Advocacia-Geral da União com antecedência mínima de sessenta dias da data do evento e deverá ser instruído no sistema eletrônico **Sapiens**, pelo interessado que não estiver afastado ou suspenso de suas funções por força de medida disciplinar, com as seguintes informações e documentos:

I - nome, cargo, unidade de lotação e de exercício;

II - indicação da modalidade de licença para capacitação, nos termos dos incisos do art. 3º;

III - instituição de ensino promotora da capacitação;

IV - programa do evento de capacitação solicitado, acompanhado de tradução para língua portuguesa;

V - período do afastamento;

VI - carga horária do curso;

VII - comprovação do vínculo com a instituição de ensino e da data limite para o depósito do trabalho de conclusão, quando o pedido de licença se enquadrar nas modalidades previstas no inciso II e no § 2º do art. 3º;

VIII - manifestação devidamente fundamentada quanto à relação da ação de desenvolvimento indicada com as áreas prioritárias para capacitação ou com os parâmetros mencionados no inciso I do § 1º do art. 1º;

IX - manifestação devidamente fundamentada da chefia da unidade de exercício do interessado, quanto ao impacto do afastamento e à pertinência da ação de desenvolvimento para a unidade;

X - declaração do interessado, conforme modelo disponibilizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, que indique:

a) não estar afastado de suas funções por força de medida disciplinar;

b) se foi notificado da instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar; e

c) se firmou Termo de Ajustamento de Conduta, ainda vigente, no âmbito do respectivo órgão correcional;

XI - certidão da Secretaria-Geral de Administração, a ser emitida no prazo máximo de dez dias, ou documento equivalente do respectivo órgão de origem nas hipóteses de servidores cedidos, que indique:

a) o tempo de serviço público federal;

b) a unidade de lotação e exercício;

c) o cumprimento de estágio probatório;

d) o período aquisitivo e concessivo;

e) o atendimento aos limites percentuais previstos no art. 36;

f) eventual saldo remanescente de períodos de licença não usufruídos; e

g) o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XII - termo de compromisso e responsabilidade, conforme condições constantes no Anexo I desta Portaria.

§ 1º A existência de sindicância, processo administrativo disciplinar em curso ou termo de ajustamento de conduta vigente não obstam o deferimento do afastamento, salvo em caso de prejuízo ao regular andamento do processo certificado pelo órgão correcional respectivo, o qual deverá ser provocado pelo próprio interessado ou pela Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A manifestação de que trata o inciso IX deverá ser apresentada pela chefia em até dez dias da solicitação do interessado.

§ 3º Na hipótese de manifestação desfavorável quanto ao período escolhido pelo interessado, a chefia indicará, justificadamente, os períodos em que a licença capacitação poderá ser usufruída.

§ 4º Para efeito de contagem dos prazos dispostos nesta subseção, será considerado como termo inicial a data da abertura de tarefa no sistema eletrônico **Sapiens** para o setor competente.

Art. 9º Recebido o pedido, a Escola da Advocacia-Geral da União verificará se o processo foi devidamente instruído nos termos do art. 8º.

Parágrafo único. Na hipótese de instrução deficitária, o interessado será cientificado para sanear omissões ou equívocos, sendo responsável por eventuais prejuízos decorrentes de sua mora.

Art. 10. Constatada a regularidade da instrução processual, a Escola da Advocacia-Geral da União elaborará nota técnica e encaminhará o processo ao seu Conselho Consultivo para análise e deliberação acerca da oportunidade e conveniência da licença, a serem consideradas, especialmente, a partir da verificação:

I - da relação da ação de desenvolvimento indicada com as áreas prioritárias para capacitação definidas pela Advocacia-Geral da União ou com os parâmetros previstos no inciso I do § 1º do art. 1º;

II - do atendimento dos critérios previstos no inciso II e no § 2º do art. 3º;

III - da pertinência do afastamento previsto no inciso III do art. 3º, nas hipóteses mencionadas nos §§ 2º e 3º do art. 11;

IV - do atendimento dos critérios previstos no § 1º do art. 3º;

V - do atendimento dos critérios previstos no inciso IV do art. 3º;

VI - da metodologia, da plataforma, do corpo docente e da qualidade da ação de desenvolvimento;

VII - da manifestação da chefia mencionada no inciso IX do art. 8º; e

VIII - da regularidade da instrução do processo.

§ 1º O Departamento de Assuntos Jurídicos Internos poderá ser consultado pela Escola da Advocacia-Geral da União ou pelos membros do Conselho Consultivo, na hipótese de dúvida jurídica sobre questões relacionadas ao pedido de afastamento.

§ 2º O Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União poderá realizar diligências para sanear a instrução do processo.

§ 3º A manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União tem caráter opinativo, não sendo passível de recurso administrativo.

Art. 11. Ficam dispensados da análise do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União os pedidos de licença para capacitação para:

I - elaboração de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação, **lato** e **stricto sensu,** quando relacionados:

a) às áreas jurídicas e de gestão;

b) a capacitação cujo afastamento tenha sido anteriormente autorizado pela Advocacia-Geral da União; e

c) a cursos organizados ou custeados pela Escola da Advocacia-Geral da União, diretamente ou em parceria com outras instituições;

II - participação em cursos de língua estrangeira; e

III - participação em cursos oferecidos pela Escola da Advocacia-Geral da União ou por outras Escolas de Governo.

§ 1º Nas hipóteses previstas neste artigo, a análise será realizada pelo Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 2º O Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União poderá encaminhar, justificadamente, a manifestação de que trata o § 1º para a apreciação do Conselho Consultivo.

§ 3º A dispensa prevista neste artigo não se aplica quando a chefia do interessado se manifestar contrariamente à concessão da licença.

Art. 12. Após a manifestação do Conselho Consultivo ou do Diretor Escola da Advocacia-Geral da União, conforme o caso, o processo será encaminhado ao Secretário-Geral de Consultoria, a quem caberá a decisão final.

Parágrafo único. A autorização do Secretário-Geral de Consultoria será publicada no Diário Oficial da União, quando a capacitação tiver como objeto a participação em ação de desenvolvimento no exterior, e no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União, quando a capacitação tiver como objeto a participação em ação de desenvolvimento no País, com a indicação das informações constantes dos incisos I, II, III e V do art. 8º.

Seção II
Dos programas de treinamento regularmente instituídos no País

Art. 13. O pedido de afastamento para participação em programas de treinamento regularmente instituídos no País, de até quinze dias, consecutivos ou não, será apresentado com antecedência mínima de trinta dias da data do evento e deverá ser instruído no sistema eletrônico **Sapiens,** pelo interessado que não estiver afastado ou suspenso de suas funções por força de medida disciplinar, com as seguintes informações e documentos:

I - nome, cargo, unidade de lotação e de exercício;

II - instituição de ensino promotora do evento;

III - programa e carga horária do evento;

IV - período do afastamento;

V - manifestação devidamente fundamentada quanto:

a) à relação da ação de desenvolvimento indicada com as áreas prioritárias para capacitação definidas pela Advocacia-Geral da União ou com os parâmetros indicados no inciso I do § 1º do art. 1º; e

b) à incompatibilidade entre a participação na ação de desenvolvimento e a manutenção do controle de frequência ou da distribuição de tarefas, conforme o caso;

VI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme condições constantes no Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. O pedido previsto no **caput** será endereçado ao chefe da unidade de exercício do interessado, a quem caberá decidir a respeito do afastamento.

Art. 14. A autorização da chefia será publicada no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União com a indicação das informações constantes dos incisos I a IV do art. 13.

Art. 15. Encerrado o afastamento de que trata esta Seção, somente após decorrido igual período será permitido novo afastamento.

Seção III
Dos programas de pós-graduação stricto sensu no País ou no exterior

Subseção I
Disposições gerais

Art. 16. Poderá solicitar o afastamento para participação em programas de pós-graduação **stricto sensu,** no País ou no exterior, o interessado que não estiver afastado ou suspenso de suas funções por força de medida disciplinar e que atenda aos seguintes requisitos:

I - para programas de mestrado:

a) não tiver gozado licença capacitação, licença para tratar de interesse particular ou ter se afastado para participação em programas de pós-graduação, nos dois anos anteriores à data da solicitação do afastamento; e

b) seja titular de cargo efetivo na Advocacia-Geral da União há pelo menos três anos.

II - para programas de doutorado e doutorado-sanduíche:

a) não tiver gozado licença capacitação, licença para tratar de interesse particular ou se afastado para participação em programas de pós-graduação, nos dois anos anteriores à data da solicitação do afastamento; e

b) seja titular de cargo efetivo na Advocacia-Geral da União há pelo menos quatro anos.

III - para programas de pós-doutorado:

a) não tiver gozado licença para tratar de interesse particular ou se afastado para participação em programas de pós-graduação, nos quatro anos anteriores à data da solicitação do afastamento; e

b) seja titular de cargo efetivo na Advocacia-Geral da União há pelo menos quatro anos.

Parágrafo único. O requisito de não usufruto de licença capacitação previsto nesta subseção prevalecerá mesmo na hipótese de licença para participação em curso que pode ser considerado instrumental para a fruição do afastamento.

Art. 17. A incompatibilidade entre as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos afastamentos previstos nesta Seção e o exercício do cargo deverá ser comprovada por meio da estrutura curricular dos cursos, com a indicação prévia de atividades acadêmicas obrigatórias, tais como:

I - carga horária de disciplinas;

II - seminários;

III - grupos de pesquisa; ou

IV - cronograma de pesquisa.

§ 1º Na hipótese de pedido de afastamento para participação em programas de mestrado, no País ou no exterior, a carga horária de disciplinas mencionada no inciso I deverá ser suficiente para justificar a incompatibilidade mencionada no **caput**.

§ 2º Não será deferido afastamento para participação em programas de mestrado, no País ou no exterior, sob o fundamento exclusivo da necessidade de realização de pesquisa no âmbito do curso indicado.

§ 3º O cronograma de pesquisa mencionado no inciso IV, na hipótese de pedido de afastamento para participação em programa de doutorado ou pós-doutorado, deverá indicar, dentre outras atividades, o planejamento de pesquisa de campo, coleta e análise de dados.

Subseção II
Dos requisitos dos programas de pós-graduação

Art. 18. Os programas de pós-graduação **stricto sensu**, aptos a ensejar o afastamento de que trata esta Portaria, deverão atender aos seguintes requisitos:

I - no exterior, estarem vinculados a instituições de ensino classificadas no **Times Higher Education** ou no **QS World University Rankings,** ou forem promovidos por instituições de ensino conveniadas com Escolas de Governo do Poder Executivo Federal; ou

II - no País, terem obtido na última avaliação o conceito igual ou superior a três na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Subseção III
Dos prazos

Art. 19. O afastamento previsto nesta Seção poderá ser autorizado pelos seguintes prazos:

I - até doze meses, para a participação em programas de:

a) mestrado;

b) pós-doutorado; e

c) doutorado-sanduíche.

II - até vinte e quatro meses, para participação em programas de doutorado.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado, uma única vez, desde que:

I - o pedido seja realizado com antecedência mínima de sessenta dias do término do afastamento autorizado;

II - sejam respeitados os prazos máximos para cada modalidade acadêmica; e

III - o interessado demonstre a existência de circunstância superveniente e imprescindível à conclusão da ação de desenvolvimento, nos termos da estrutura curricular do curso.

§ 2º O tempo referente à realização de curso de língua estrangeira recomendado como requisito de ingresso pela instituição promotora dos programas mencionados nesta subseção integrará o respectivo afastamento, respeitando-se os prazos máximos previstos nos incisos I e II do **caput**.

§ 3º O prazo mencionado no inciso II do **caput** será reduzido à metade, quando o pedido de afastamento tiver como fundamento, exclusivamente, a realização de pesquisa no âmbito do curso indicado.

§ 4º A participação nos programas previstos no inciso I, alínea "a" e inciso II, do **caput**, poderá ser autorizada por até vinte e quatro e quarenta oito meses, respectivamente, sem prejuízo da demonstração dos demais requisitos, desde que o afastamento pretendido esteja relacionado com estudo ou pesquisa considerado de especial geração de valor público.

Subseção IV
Do procedimento

Art. 20. O pedido de afastamento previsto nesta Seção será apresentado à Escola da Advocacia-Geral da União com antecedência mínima de sessenta dias da data do evento e deverá ser instruído no sistema eletrônico **Sapiens,** pelo próprio interessado, com as seguintes informações e documentos:

I - nome, cargo, unidade de lotação e de exercício;

II - modalidade acadêmica objeto do pedido de afastamento;

III - instituição de ensino promotora do programa de pós-graduação **stricto sensu**;

IV - período do afastamento;

V - carga horária ou número de créditos das disciplinas;

VI - manifestação devidamente fundamentada chefia da unidade de exercício do interessado, quanto ao impacto do afastamento e à pertinência da ação de desenvolvimento para a unidade;

VII - declaração do interessado, conforme modelo disponibilizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, que indique:

a) não estar afastado de suas funções por força de medida disciplinar;

b) se foi notificado da instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar;

c) se firmou Termo de Ajustamento de Conduta, ainda vigente, no âmbito do respectivo órgão correcional; e

d) não ter recebido reembolso de valores da Escola da Advocacia-Geral da União referente ao custeio do mesmo curso objeto do pedido de afastamento;

VIII - certidão da Secretaria-Geral de Administração, a ser emitida no prazo máximo de dez dias, ou documento equivalente do respectivo órgão de origem nas hipóteses de servidores cedidos, que indique:

a) o tempo de serviço público federal;

b) a unidade de lotação e exercício;

c) as informações constantes das alíneas "a" e "b" dos incisos I, II e III do **caput** do art. 16;

d) o atendimento aos limites percentuais previstos no art. 36; e

e) o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Advocacia-Geral da União;

IX - anteprojeto de pesquisa, não identificado, com até quinze páginas, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, contendo:

a) título;

b) justificativa;

c) problema;

d) hipótese;

e) objetivos gerais e específicos;

f) marco teórico;

g) metodologia; e

h) referências;

X - documento que comprove a avaliação do curso, conforme disposto no art. 18;

XI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme condições constantes no Anexo III desta Portaria;

XII - documento que comprove a seleção do interessado para participar do programa pretendido.

§ 1º O pedido poderá ser encaminhado sem o documento a que se refere o inciso XII do **caput**, caso a data de divulgação do resultado inviabilize o cumprimento do prazo de sessenta dias, sendo necessária sua apresentação antes da inclusão do processo na pauta do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A existência de sindicância, processo administrativo disciplinar em curso ou termo de ajustamento de conduta vigente não obsta o deferimento do afastamento, salvo em caso de prejuízo ao regular andamento do processo certificado pelo órgão correcional respectivo, o qual deverá ser provocado pelo próprio interessado ou pela Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 3º A manifestação de que trata o inciso VI deverá ser apresentada pela chefia em até dez dias da solicitação do requerente.

§ 4º Para efeito de contagem dos prazos dispostos nesta subseção, será considerado como termo inicial a data da abertura de tarefa no sistema eletrônico **Sapiens** para o setor competente.

Art. 21. Recebido o pedido, a Escola da Advocacia-Geral da União verificará se o processo foi instruído nos termos do art. 20.

Parágrafo único. Na hipótese de instrução deficitária, o interessado será cientificado para sanear eventuais omissões ou equívocos, sendo responsável por eventuais prejuízos decorrentes de sua mora.

Art. 22. Constatada a regularidade da instrução processual, a Escola da Advocacia-Geral da União elaborará nota técnica e cientificará a Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos, criada por resolução do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União, para análise do anteprojeto de pesquisa a que se refere o inciso IX do art. 20.

Art. 23. A Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos avaliará o anteprojeto de pesquisa sem a identificação dos autores, conforme critérios constantes no Anexo VI desta Portaria.

§ 1º Caso o anteprojeto não obtenha ao menos cinquenta pontos na avaliação da Subcomissão, antes do envio do processo à análise do Conselho Consultivo, o interessado será cientificado sobre a possibilidade de reformular o anteprojeto.

§ 2º A análise da Subcomissão não vinculará a manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União.

Art. 24. Colhida a manifestação da Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos, o processo será encaminhado ao Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União para análise e deliberação sobre oportunidade e conveniência do afastamento, a serem consideradas, especialmente, a partir da verificação:

I - da nota atribuída ao anteprojeto de pesquisa do interessado;

II - da manifestação da chefia mencionada no inciso VI do art. 20;

III - do atendimento dos prazos previstos no art. 19;

IV - da comprovação da incompatibilidade entre as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas e o exercício do cargo, conforme previsto no art. 17;

V - da comprovação da circunstância prevista no §4º do art. 19; e

VI - da regularidade da instrução do processo.

§ 1º O Departamento de Assuntos Jurídicos Internos poderá ser consultado pela Escola da Advocacia-Geral da União ou pelos membros do Conselho Consultivo, na hipótese de dúvida jurídica sobre questões relacionadas ao pedido de afastamento.

§ 2º O Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União poderá realizar diligências para sanear a instrução do processo.

§ 3º A manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União tem caráter opinativo, não sendo passível de recurso administrativo.

Art. 25. Após a manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União, o processo será encaminhado ao Secretário-Geral de Consultoria, a quem caberá a decisão sobre o pedido de afastamento.

Parágrafo único. A autorização para afastamento será publicada no Diário Oficial da União, nos casos em que o programa de pós-graduação seja realizado no exterior, e no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União, nos casos em que o programa de pós-graduação seja realizado no País, com a indicação das informações constantes dos incisos I a IV do art. 20.

Seção IV
Dos estudos no exterior

Subseção I
Disposições gerais

Art. 26. Poderá ser autorizado afastamento para a realização de estudos no exterior, em especial, para a participação:

I - em cursos, seminários, congressos e simpósios;

II - em programas de **L.L.M.**; e

III - em programas de estágios, de intercâmbio e de pesquisador visitante, desde que o interessado esteja vinculado a programas de pós-graduação **stricto sensu**.

Art. 27. O afastamento previsto nesta Seção poderá ser autorizado pelos seguintes prazos:

I - até quinze dias, para a participação em cursos, seminários, congressos e simpósios; ou

II - até doze meses, para a participação em programas de **L.L.M**., de estágio, de intercâmbio e de pesquisador visitante.

Parágrafo único. Na hipótese de acumulação dos afastamentos previstos nos arts. 16 e 26, inciso III, o período total do afastamento não poderá exceder os prazos máximos previstos no art. 19.

Art. 28. A autorização para a participação nos eventos de que trata esta Seção será publicada no Diário Oficial da União, com a indicação das informações constantes dos incisos I a IV dos arts. 30 e 31.

Art. 29. Encerrados os afastamentos de que trata esta Seção, somente após decorrido igual período será permitida nova ausência.

Subseção II
Da participação em cursos, seminários, congressos e simpósios

Art. 30. O pedido de afastamento para participação em cursos, seminários, congressos e simpósios no exterior será apresentado à Escola da Advocacia-Geral da União, com antecedência mínima de trinta dias da data do evento, e deverá ser instruído por interessado que não estiver afastado ou suspenso de suas funções por força de medida disciplinar, no sistema eletrônico **Sapiens,** com as seguintes informações e documentos:

I - nome, cargo, unidade de lotação e de exercício;

II - instituição de ensino promotora do evento;

III - programa do evento, traduzido para o português;

IV - carga horária;

V - período do afastamento;

VI - manifestação devidamente fundamentada quanto:

a) à relação da ação de desenvolvimento indicada com as áreas prioritárias para capacitação ou com os parâmetros indicados no inciso I do § 1º do art. 1º; e

b) à incompatibilidade entre a participação na ação de desenvolvimento e a manutenção do controle de frequência ou da distribuição de tarefas, conforme o caso;

VII - manifestação devidamente fundamentada da chefia da unidade de exercício do interessado, quanto ao impacto do afastamento e à pertinência da ação de desenvolvimento para a unidade;

VIII - termo de compromisso e responsabilidade, conforme condições constantes no Anexo IV desta Portaria; e

IX - declaração do interessado a respeito do cumprimento do período previsto no art. 29.

§ 1º A manifestação de que trata o inciso VII deverá ser apresentada em até dez dias da solicitação do interessado.

§ 2º O pedido previsto no **caput** será endereçado à Escola da Advocacia-Geral da União, que verificará se o processo foi corretamente instruído e elaborará nota técnica sobre o processo.

§ 3º Para efeito de contagem dos prazos dispostos nesta subseção, será considerado como termo inicial a data da abertura de tarefa no sistema eletrônico **Sapiens** para o setor competente.

§ 4º Na hipótese de instrução deficitária, o interessado será cientificado para sanear omissões ou equívocos, sendo responsável por eventuais prejuízos decorrentes de sua mora.

§ 5º O pedido será submetido ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União, a quem caberá analisar a nota técnica e sugerir decisão ao Secretário-Geral de Consultoria.

Subseção III
Da participação em programas de L.L.M., de estágios, de intercâmbio e de pesquisador visitante

Art. 31. O pedido de afastamento para participação em programas de **L.L.M.**, de estágio, de intercâmbio e de pesquisador visitante será apresentado à Escola da Advocacia-Geral da União, com antecedência mínima de sessenta dias da data do evento, e deverá

ser instruído no sistema eletrônico **Sapiens**, por interessado que não estiver afastado ou suspenso de suas funções por força de medida disciplinar, com as seguintes informações e documentos:

I - nome, cargo, unidade de lotação e de exercício;

II - programa de estudo objeto do pedido de afastamento;

III - instituição de ensino promotora do programa;

IV - período do afastamento;

V - manifestação devidamente fundamentada da chefia da unidade de exercício do interessado, quanto ao impacto do afastamento e à pertinência da ação de desenvolvimento para a unidade;

VI - declaração do interessado, conforme modelo disponibilizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, que indique:

a) não estar afastado de suas funções por força de medida disciplinar;

b) se foi notificado da instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar;

c) se firmou Termo de Ajustamento de Conduta, ainda vigente, no âmbito do respectivo órgão correcional; e

d) não ter recebido reembolso de valores da Escola da Advocacia-Geral da União referente ao custeio do mesmo curso objeto do pedido de afastamento;

VII - certidão da Secretaria-Geral de Administração a ser emitida no prazo máximo de dez dias, ou certidão equivalente do respectivo órgão de origem nas hipóteses de servidores cedidos, que indique:

a) o tempo de serviço público federal;

b) a unidade de lotação e exercício;

c) a existência de afastamentos nos doze meses anteriores ao pedido;

d) o atendimento aos limites percentuais previstos no art. 36; e

e) o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Advocacia-Geral da União;

VIII - anteprojeto de pesquisa, não identificado, com até quinze páginas, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, contendo:

a) título;

b) justificativa;

c) problema;

d) hipótese;

e) objetivos gerais e específicos;

f) marco teórico;

g) metodologia; e

h) referências;

IX - documento que comprove a avaliação do curso, conforme disposto no art. 18;

X - termo de compromisso e responsabilidade, conforme condições constantes no Anexo V desta Portaria; e

XI - documento que comprove a seleção do interessado para participar do programa pretendido.

§ 1º O pedido poderá ser encaminhado sem o documento a que se refere o inciso XI do **caput**, caso a data de divulgação do resultado inviabilize o cumprimento do prazo de sessenta dias, sendo necessária sua apresentação antes da inclusão do processo na pauta do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A existência de sindicância, processo administrativo disciplinar em curso ou termo de ajustamento de conduta vigente, não obstam o deferimento do afastamento, salvo em caso de prejuízo ao regular andamento do processo certificado pelo órgão correcional respectivo, o qual deverá ser provocado pelo próprio interessado ou pela Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 3º A manifestação de que trata o inciso V deverá ser apresentada pela chefia em até dez dias da solicitação do interessado.

§ 4º Para efeito de contagem dos prazos dispostos nesta subseção, será considerado como termo inicial a data da abertura de tarefa no sistema eletrônico **Sapiens** para o setor correspondente.

Art. 32. Recebido o pedido, a Escola da Advocacia-Geral da União verificará se o processo foi instruído nos termos do art. 31.

Parágrafo único. Na hipótese de instrução deficitária, o interessado será cientificado para sanear omissões ou equívocos, sendo responsável por eventuais prejuízos decorrentes de sua mora.

Art. 33. Constatada a regularidade da instrução processual, a Escola da Advocacia-Geral da União elaborará nota técnica e cientificará a Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos para análise do anteprojeto de pesquisa, nos termos mencionados no art. 23.

Art. 34. Colhida a manifestação da Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos, o processo será encaminhado ao Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União, para análise e deliberação sobre a oportunidade e conveniência do afastamento, a serem consideradas, especialmente, a partir da verificação:

I - da nota atribuída ao anteprojeto de pesquisa do interessado;

II - da manifestação da chefia mencionada no inciso V do art. 31;

III - do atendimento dos prazos previstos no inciso II do art. 27;

IV - da comprovação da incompatibilidade entre as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas e o exercício do cargo, conforme previsto no art. 17; e

V - da regularidade da instrução do processo.

§ 1º O Departamento de Assuntos Jurídicos Internos poderá ser consultado pela Escola da Advocacia-Geral da União ou pelos membros do Conselho Consultivo, na hipótese de dúvida jurídica sobre questões relacionadas ao pedido de afastamento.

§ 2º O Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União poderá realizar diligências para sanear a instrução do processo.

§ 3º A manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União tem caráter opinativo, não sendo passível de recurso administrativo.

Art. 35. Após a manifestação do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União, o processo será encaminhado ao Secretário-Geral de Consultoria, a quem caberá a decisão sobre o pedido de afastamento.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O número de membros das carreiras jurídicas e de servidores administrativos em usufruto simultâneo dos afastamentos previstos nesta Portaria não poderá exceder:

I - a vinte por cento dos membros ou dos servidores em exercício na respectiva unidade; e

II - a cinco por cento do total de membros de cada carreira jurídica ou de servidores administrativos em exercício.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se usufruto simultâneo os afastamentos com coincidência de período igual ou superior a trinta dias.

§ 2º Na hipótese de o percentual previsto no inciso I inviabilizar o afastamento de ao menos um membro de carreira jurídica ou um servidor administrativo, caberá ao órgão de direção superior respectivo viabilizar o afastamento mínimo de interessados.

§ 3º Em caso de impossibilidade de concessão simultânea dos afastamentos para estudo previstos nesta Portaria, terá preferência aquele que:

I - ainda não tiver usufruído de afastamentos para estudos;

II - tiver maior tempo de serviço na unidade de exercício;

III - tiver maior tempo de serviço na respectiva carreira; ou

IV - tiver maior tempo de serviço público federal.

§ 4º Na hipótese de impossibilidade de concessão simultânea de afastamentos para licença para capacitação, terá preferência o pedido de licença que estiver mais próximo ao limite do prazo de decadência.

Art. 37. Nos afastamentos por período superior a trinta dias consecutivos, o interessado:

I - requererá, conforme o caso, a exoneração ou a dispensa do cargo em comissão ou função de confiança ocupado, a contar da data de início do afastamento; e

II - terá suspenso, sem implicar na dispensa da concessão, o pagamento das parcelas referentes às gratificações e aos adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo, contado da data de início do afastamento.

§ 1º O disposto no inciso II não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.

§ 2º O interessado deverá apresentar à sua unidade de exercício, em processo administrativo específico, o pedido de exoneração mencionado no inciso I.

Art. 38. Nas hipóteses em que o período do afastamento pretendido coincidir total ou parcialmente com o período de férias, o interessado será notificado para reprogramá-las.

Parágrafo único. Nos afastamentos superiores a noventa dias, as férias funcionais deverão coincidir com as férias letivas.

Art. 39. O interessado deverá aguardar em exercício a publicação de autorização de seu afastamento, sob pena de se considerar a ausência ao serviço falta não justificada.

Art. 40. O ato que autorizar o afastamento deverá ser registrado nos assentos funcionais.

Art. 41. Serão concedidos, como períodos de trânsito, no início e no término dos afastamentos:

I - até dois dias úteis, para afastamentos iguais ou inferiores a noventa dias; ou

II - até cinco dias úteis, para afastamentos superiores a noventa dias.

Art. 42. Para a comprovação da participação e aproveitamento na ação de desenvolvimento que ensejou o afastamento, deverá ser apresentado à Escola da Advocacia-Geral da União, no prazo de até trinta dias do término do curso:

I - o trabalho de conclusão do curso, a monografia, dissertação ou tese, conforme o caso;

II - o certificado de conclusão ou participação no evento; e

III - os documentos pertinentes às obrigações assumidas no termo de compromisso e responsabilidade.

Parágrafo único. A Escola da Advocacia-Geral da União encaminhará os documentos mencionados no inciso I:

I - à Biblioteca da Advocacia-Geral da União, para disponibilização em seu acervo digital; e

II - ao Departamento de Gestão Estratégica e ao órgão de Direção Superior ao qual o afastado é vinculado, para análise da oportunidade e conveniência da reprodução da pesquisa em atividades desenvolvidas pela Advocacia-Geral da União.

Art. 43. A desistência dos afastamentos previstos nesta Portaria poderá ser comunicada com as devidas justificativas ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União, até dois dias úteis antes do início do evento.

Art. 44. Os afastamentos poderão ser interrompidos, excepcionalmente, sem o ressarcimento dos valores despendidos pela União, nas seguintes hipóteses:

I - a pedido, quando o licenciado se declare impossibilitado, justificadamente, de continuar na ação de desenvolvimento em virtude de caso fortuito ou de força maior; ou

II - solicitação fundamentada do chefe da unidade de exercício em razão de necessidade urgente e não prevista de serviço.

§ 1º O interessado, no mesmo processo administrativo que ensejou o afastamento, encaminhará o pedido de interrupção ao Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União, que analisará as razões apresentadas e submeterá o processo ao Secretário-Geral de Consultoria para decisão.

§ 2º O interessado deverá comprovar sua participação na ação de desenvolvimento até o momento da interrupção.

Art. 45. O Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União poderá:

I - propor ao Secretário-Geral de Consultoria o cancelamento do afastamento autorizado, caso se verifique o descumprimento dos termos desta Portaria; e

II - dispensar a análise e a manifestação do colegiado em outras situações não previstas nesta Portaria.

Art. 46. Na hipótese de o afastado não concluir com êxito a ação de desenvolvimento sem motivo justificado, deverá ressarcir à União os valores correspondentes à remuneração percebida durante o afastamento devidamente atualizados, sem prejuízo do eventual exame do ocorrido pelo respectivo órgão correcional.

Art. 47. O afastado deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo de afastamento, apresentando-se em seu órgão de exercício.

Art. 48. Os Advogados da União, Procuradores Federais e servidores administrativos que estiverem requisitados ou cedidos a outros órgãos ou entidades da Administração Pública deverão requerer os afastamentos de que trata esta Portaria à Advocacia-Geral da União.

§ 1º Nas situações previstas no **caput**, a Advocacia-Geral da União avaliará apenas os pedidos instruídos com manifestação prévia dos órgãos ou entidades requisitantes ou cessionários.

§ 2º O disposto no **caput** não se aplica aos pedidos de afastamento para participação nas ações de desenvolvimento previstas nos art. 13 e 26, inciso I.

Art. 49. A Advocacia-Geral da União não analisará pedidos de afastamentos de servidores de outros órgãos que estejam cedidos ou requisitados à Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Caso o órgão ou entidade de origem do servidor atribua ao órgão requisitante ou cessionário a competência para decidir sobre os afastamentos previstos nesta Portaria, caberá ao interessado requerer o seu afastamento perante a Advocacia-Geral da União, mediante comprovação do processamento do pedido por seu órgão de origem.

Art. 50. Os prazos previstos nesta Portaria são contados em dias corridos.

Art. 51. A Escola da Advocacia-Geral da União divulgará em seu sítio eletrônico na **internet** as orientações necessárias para o preenchimento das solicitações e formulários previstos nesta Portaria, indicando suas referências de identificação no sistema eletrônico **Sapiens**.

Art. 52. A Secretaria-Geral de Administração providenciará a divulgação na **internet** das despesas com a manutenção da remuneração daqueles que obtiverem os afastamentos previstos nesta Portaria.

Art. 53. O disposto nesta Portaria não se aplica às situações em que Advogados da União, Procuradores Federais e servidores administrativos da Advocacia-Geral da União necessitem de autorização para participar de eventos na condição de palestrantes ou instrutores.

Art. 54. Não se aplicam os termos desta Portaria aos pedidos de afastamento que já tenham sido incluídos na pauta do Conselho Consultivo da Escola da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Os pedidos de afastamento que não estiverem na situação descrita no **caput** serão devolvidos aos interessados para adequação aos termos desta Portaria.

Art. 55. Fica acrescido à Portaria AGU nº 347, de 23 de setembro de 2020, o seguinte dispositivo:

.....

.....

"Art. 7º-B Fica delegada ao Secretário-Geral de Consultoria a competência para, com reserva do exercício de iguais atribuições, decidir sobre afastamentos de Advogados da União, de Procuradores Federais e de servidores administrativos da Advocacia-Geral da União, para a participação, no interesse da Administração e sem prejuízo da respectiva remuneração, em ações de desenvolvimento vinculadas a:

I - licença para capacitação;

II - programas de pós-graduação **stricto sensu** no País ou no exterior; e

III - estudos no exterior."

Art. 56. Ficam revogadas:

I - a Portaria AGU nº 219, de 26 de março de 2002;

II - a Portaria AGU nº 381, de 23 de agosto de 2012; e

III - a Portaria AGU nº 191, de 22 de maio de 2017.

Art. 57. Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

ANEXO I
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

_____, matrícula Siape nº , nos termos da legislação vigente, comprometo-me a:

I - nos casos de realização de cursos, presenciais ou a distância, apresentar à Escola da Advocacia-Geral da União, ao término do período do afastamento, o certificado de conclusão;

II - nos casos de licença para elaborar trabalhos de conclusão de curso, apresentar à Escola da Advocacia-Geral da União, no prazo de até trinta dias contados do término do curso:

a) diploma ou certificado de conclusão; e

b) arquivo eletrônico em formato não editável do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso; e

III - no prazo de até trinta dias contados do término do curso, atualizar as minhas informações de capacitação no Banco de Talentos da Advocacia-Geral da União.

Em casos de desistência injustificada ou não aprovação na ação de desenvolvimento, comprometo-me a restituir os valores atualizados relativos à remuneração recebida durante o período da licença para capacitação.

_____, _____ de _____ de 20___

_____
Assinatura

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
PROGRAMAS DE TREINAMENTO REGULARMENTE INSTITUÍDOS NO PAÍS

_____, matrícula Siape nº , nos termos da legislação vigente, declaro não estar afastado ou suspenso de minhas funções por força de medida disciplinar, e me comprometo a apresentar à unidade, ao término do período do afastamento, documento que comprove e participação no evento.

Em casos de desistência injustificada ou não aprovação na ação de desenvolvimento, comprometo-me a restituir os valores atualizados relativos à remuneração recebida durante o período do programa de treinamento.

_____, _____ de _____ de 20___

_____
Assinatura

ANEXO III
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO PAÍS OU NO EXTERIOR

_____, matrícula Siape nº , nos termos da legislação vigente, comprometo-me a:

I - não exercer outra atividade remunerada durante o afastamento;

II - apresentar à Escola da Advocacia-Geral da União, no prazo de até sessenta dias contados do término do programa de pós-graduação:

a) diploma ou certificado de conclusão;

b) arquivo eletrônico em formato não editável do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso; e

c) um artigo científico, no formato exigido pela Revista da Escola da Advocacia-Geral da União, preferencialmente em coautoria com professor estrangeiro e na língua correspondente ao país em que se deu a capacitação, no caso de pós-graduação **stricto sensu** no exterior;

III - permanecer disponível para participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos na capacitação, sem recebimento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, pelo mesmo prazo do respectivo afastamento;

IV - permanecer no exercício do cargo efetivo após o retorno do afastamento por período igual ao do afastamento;

V - doar exemplar de livro a uma das unidades da Biblioteca da Advocacia-Geral da União, caso o trabalho de conclusão do curso venha a ser publicado nesse formato;

VI - estar disponível para atuar na Subcomissão de Avaliação de Anteprojetos, caso possua titulação de doutor ou pós-doutor; e

VII - no prazo de até trinta dias contados do término do afastamento, atualizar as minhas informações de capacitação no Banco de Talentos da Advocacia-Geral da União.

Em casos de desistência injustificada, não cumprimento do prazo previsto no inciso IV deste termo, ou não aprovação na ação de desenvolvimento, comprometo-me a restituir os valores atualizados relativos à remuneração recebida durante o período do programa de pós-graduação **stricto sensu**.

_____, _____ de _____ de 20___

_____
Assinatura

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
ESTUDOS NO EXTERIOR
CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E SIMPÓSIOS

_____, matrícula Siape nº , nos termos da legislação vigente, declaro não estar afastado ou suspenso de minhas funções por força de medida disciplinar, e me comprometo a apresentar à Escola da Advocacia-Geral da União, ao término do período do afastamento, documento que comprove a participação no evento.

Em casos de desistência injustificada ou não aprovação na ação de desenvolvimento, comprometo-me a restituir os valores atualizados relativos à remuneração recebida durante o período do programa de treinamento.

_____, _____ de _____ de 20___

_____
Assinatura

ANEXO V
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE
ESTUDOS NO EXTERIOR
PROGRAMAS DE **L.L.M.**, DE ESTÁGIOS, DE INTERCÂMBIO E DE PESQUISADOR VISITANTE

_____, matrícula Siape nº , nos termos da legislação vigente, comprometo-me a:

I - não exercer outra atividade remunerada, durante o afastamento;

II - apresentar à Escola da Advocacia-Geral da União, no prazo de trinta dias contados do término do programa, um artigo científico no formato exigido pela Revista da Escola da Advocacia-Geral da União, preferencialmente em coautoria com professor estrangeiro e na língua correspondente ao país em que se deu a capacitação;

III - permanecer disponível para participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos na capacitação, sem recebimento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC, pelo mesmo prazo do respectivo afastamento;

IV - permanecer no exercício do cargo efetivo após o retorno do afastamento por período igual ao do afastamento;

V - estar disponível para atuar na Subcomissão Avaliação de Anteprojetos, caso possua titulação de doutor ou pós-doutor; e

VI - no prazo de até trinta dias contados do término do afastamento, atualizar as minhas informações de capacitação no Banco de Talentos da Advocacia-Geral da União.

Em casos de desistência injustificada, não cumprimento do prazo previsto no inciso IV deste termo, ou não aprovação na ação de desenvolvimento, comprometo-me a restituir eventuais os valores atualizados relativos à remuneração recebida durante o período do programa.

_____, _____ de _____ de 20___

_____
Assinatura

ANEXO VI
BAREMA DE AVALIAÇÃO DE ANTEPROJETOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO PAÍS OU NO EXTERIOR E PROGRAMAS DE **L.L.M**

QUESITO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
A. Tema e Problema de Pesquisa (até 40 pontos)	Relação do tema com as áreas prioritárias para capacitação definidas pela Advocacia-Geral da União e relevância da pesquisa (Baixa - 8 pontos; Média 3 - 15 pontos; Média 2 - 20 pontos; Média 1 - 30 pontos; Alta - 40 pontos)	
B. Geração de valor público, aplicabilidade e reprodutibilidade (até 25 pontos)	Viabilidade da aplicação e reprodução da pesquisa em atividades desenvolvidas pela Advocacia-Geral da União (Baixa - 5 pontos; Média 3 - 9 pontos; Média 2 - 13 pontos; Média 1 - 20 pontos; Alta - 25 pontos)	
C. Qualidade do projeto (até 15 pontos)	Aspectos relacionados ao uso do vernáculo e à estrutura do anteprojeto de pesquisa, em seus elementos pré-textuais, textuais e pós textuais. (Baixa - 3 pontos; Média 2 - 8 pontos; Média 1 - 12 pontos; Alta - 15 pontos)	
D. Nota CAPES do curso indicado (até 20 pontos)* *Nos cursos promovidos por instituições estrangeiras de ensino classificadas no **Times Higher Education** ou no **QS World University Rankings,** será atribuída ao candidato a nota correspondente à nota CAPES 5.	CAPES 3 - 0 pontos CAPES 4 - 5 pontos CAPES 5 - 10 pontos CAPES 6 - 15 pontos CAPES 7 - 20 pontos	
Nota Final		

PORTARIA Nº 393, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos XIV e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso II, alínea "b", e no § 1º do art. 45, ambos da Lei Complementar nº 73, de 1993, no art. 5º do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e no art. 6º do Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, na forma do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional é a parte específica constante do Anexo II, letra "a", do Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020, replicada no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação e dos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo - CAA;

a) Serviço de Apoio Administrativo - SAA;

II - Coordenação-Geral de Matéria Administrativa - CGMA;

a) Coordenação de Matéria Administrativa - CMA;

III - Coordenação-Geral de Convênios - CGC;

a) Coordenação de Convênios - CC;

IV - Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos - CGAE;

a) Coordenação de Assuntos Estratégicos - CAE;

V - Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos - CGAU; e

a) Coordenação de Assuntos Habitacionais e Urbanos - CAU.

Art. 3º A Consultoria Jurídica será dirigida pelo Consultor Jurídico; as Coordenações-Gerais, por Coordenador-Geral; as Coordenações, por Coordenador e o Serviço de Apoio Administrativo, por Chefe, cujos cargos serão providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos indicados no art. 3º serão substituídos por servidor, previamente designado na forma da legislação específica, nos afastamentos, impedimentos legais e regulamentares do titular e na vacância do cargo.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I
Da Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo

Art. 5º À Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo compete coordenar e acompanhar as atividades necessárias ao apoio operacional e administrativo no âmbito da Consultoria Jurídica, e especificamente:

I - determinar providências, orientar, controlar e coordenar as atividades de apoio administrativo da Consultoria Jurídica;

II - coordenar as atividades de recebimento, registro, arquivo e encaminhamento de processos, expedientes judiciais, documentos e correspondências de interesse da Consultoria Jurídica, de modo geral, bem como a atualização de informações sobre prazos e seus cumprimentos e da tramitação de documentos;

III - coordenar a realização de pesquisas bibliográficas e de textos jurídicos para atender às atividades da Consultoria Jurídica;

IV - organizar e manter atualizados ementários, legislação, jurisprudência e publicações técnico-jurídicas e literárias que componham o acervo da Consultoria Jurídica;

V - examinar, redigir e preparar as correspondências da Consultoria Jurídica;

VI - manter controle estatístico dos processos e das manifestações jurídicas elaboradas pela Consultoria Jurídica;

VII - coordenar as atividades operacionais relativas à gestão de pessoal em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MDR e a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGEP/AGU; e

VIII - coordenar outras atividades próprias de rotinas administrativas inerentes às atribuições da unidade ou que lhes forem determinadas.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete executar as atividades necessárias ao apoio operacional e administrativo no âmbito da Consultoria Jurídica, e especificamente:

I - organizar o serviço de protocolo;

II - receber e tramitar os processos eletrônicos de interesse da unidade no sistema informatizado de gestão documental em uso no Ministério bem como no sistema utilizado pelos órgãos setoriais da Advocacia-Geral da União;

III - prestar informações sobre o andamento de processos e documentos, no âmbito da área a qual se vincula;

IV - zelar pela correta aplicação das normas operacionais referentes à Gestão Documental;

V - preparar e emitir os expedientes de interesse da unidade;

VI - controlar e executar as atividades operacionais relativas à gestão de pessoal da Consultoria Jurídica em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MDR e a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGEP/AGU;

VII - controlar e executar as atividades relativas à concessão e prestação de contas de diárias e passagens no âmbito da unidade, conforme normas em vigência;

VIII - requisitar, receber, controlar e distribuir o material de consumo de uso geral da Consultoria Jurídica, conforme normas em vigência;

IX - controlar a movimentação e zelar pela manutenção dos bens patrimoniais sob responsabilidade da Consultoria Jurídica;

X - solicitar e acompanhar os serviços de suporte logístico e de tecnologia da informação, conforme as normas em vigência; e

XI - desempenhar outras atividades próprias de rotinas administrativas inerentes às atribuições da unidade ou que lhes forem determinadas.

Seção II
Da Coordenação-Geral de Matéria Administrativa

Art. 7º À Coordenação-Geral de Matéria Administrativa compete:

I - coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com a análise de processos e documentos, bem como a realização de estudos e a emissão de pareceres e notas referentes a:

a) instrumentos convocatórios, homologação, dispensa e inexigibilidade de licitação relativos à aquisição de bens ou contratação de obras e serviços;

b) contratos e ajustes congêneres relativos à aquisição de bens ou contratação de obras e serviços;

c) penalidades decorrentes de contratos e de ajustes congêneres relativos à aquisição de bens ou contratação de obras e serviços;

d) questões relativas à aplicação da legislação de recursos humanos, incluindo concursos públicos para provimento de cargo;

e) processos administrativos disciplinares e sindicâncias, sempre que a competência para o julgamento for de autoridade do Ministério;

f) fundos regionais e incentivos fiscais; e

g) matérias residuais que não sejam de competência das demais Coordenações-Gerais;

II - proferir manifestações jurídicas sobre anteprojetos e projetos de emendas à Constituição, leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério nas matérias afetas a essa Coordenação-Geral; e

III - realizar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 8º À Coordenação de Matéria Administrativa compete:

I - emitir manifestações jurídicas, inclusive de natureza judicial, sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados às matérias afetas à Coordenação-Geral;

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Matéria Administrativa.

Seção III
Da Coordenação-Geral de Convênios

Art. 9º À Coordenação-Geral de Convênios compete:

I - coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com a análise de processos e documentos, bem como a realização de estudos e a emissão de pareceres e notas referentes a:

a) convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, termos de execução descentralizada, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, contratos de gestão, memorandos de entendimento, protocolos de intenção e demais instrumentos congêneres, respeitadas as atribuições das outras Coordenações-Gerais; e

b) Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

II - proferir manifestações jurídicas sobre anteprojetos e projetos de emendas à Constituição, leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério nas matérias afetas a essa Coordenação-Geral; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 10. À Coordenação de Convênios compete:

I - emitir manifestações jurídicas, inclusive de natureza judicial, sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados às matérias afetas à Coordenação-Geral;

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Convênios.

Seção IV
Da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos

Art. 11. À Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos compete:

I - coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com a análise de processos e documentos, bem como a realização de estudos e a emissão de pareceres e notas referentes a:

a) instrumentos convocatórios, homologação, dispensa e inexigibilidade de licitação relativos a projetos estratégicos;

b) contratos, aditivos e ajustes congêneres relativos a projetos estratégicos, respeitadas as atribuições das demais Coordenações da Consultoria Jurídica;

c) penalidades decorrentes de contratos e ajustes congêneres relativos a projetos estratégicos;

d) parcerias público-privadas;

e) política nacional de recursos hídricos;

f) política nacional de irrigação; e

g) política nacional de segurança de barragens;

II - proferir manifestações jurídicas sobre anteprojetos e projetos de emendas à Constituição, leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério nas matérias afetas a essa Coordenação-Geral; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.

Parágrafo único. Para fins de delimitação da competência desta Coordenação-Geral, são estratégicos os projetos que contemplam obras de grande vulto, assim definidos pela legislação, bem como as contratações a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

Art. 12. À Coordenação de Assuntos Estratégicos compete:

I - emitir manifestações jurídicas, inclusive de natureza judicial, sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados às matérias afetas à Coordenação-Geral;

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Estratégicos.

Seção V
Da Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos

Art. 13. À Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos compete:

I - planejar, coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com a análise de processos e documentos, bem como a realização de estudos e a emissão de pareceres e notas referentes a:

a) política nacional de desenvolvimento urbano, política nacional de habitação, política nacional de saneamento e política nacional de mobilidade urbana;

b) Fundo de Desenvolvimento Social - FDS e o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR;

c) enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI); e

d) atos normativos sobre o orçamento operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

II - proferir manifestações jurídicas sobre anteprojetos e projetos de emendas à Constituição, leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 14. À Coordenação de Assuntos Habitacionais e Urbanos compete:

I - emitir manifestações jurídicas, inclusive de natureza judicial, sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados às matérias afetas à Coordenação-Geral;

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos.

Seção VI
Das competências compartilhadas

Art. 15. As seguintes competências são compartilhadas entre a Coordenação-Geral de Matéria Administrativa, Coordenação-Geral de Convênios, Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos e Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos:

I - coordenar e orientar a execução das atividades relacionadas com a análise de processo e documentos, bem como a emissão de estudos, pareceres e notas referentes a:

a) programas desenvolvidos no âmbito do Ministério;

b) fundamentos e forma jurídica dos atos administrativos;

c) declaração de nulidade de atos administrativos praticados no âmbito do Ministério;

d) pedidos de reconsideração, recursos ou representações;

e) dúvidas e consultas de questões judiciais, quando suscitadas pelos órgãos do Ministério e pelas suas entidades vinculadas;

f) processos e demandas relacionadas ao contencioso judicial; e

g) requerimentos de representação e a defesa judicial e extrajudicial de agentes públicos titulares ou ex-titulares de cargos ou funções no Ministério;

II - assistir o Consultor Jurídico no exame e interpretação de decisões judiciais;

III - promover a articulação e o acompanhamento dos processos de interesse do Ministério junto à Advocacia-Geral da União, ao Poder Judiciário e a outros órgãos competentes, com vistas à otimização dos esforços destinados à elaboração da defesa da União;

IV - dirimir dúvidas de questões judiciais quando suscitadas pelos órgãos do Ministério;

V - acompanhar e supervisionar os processos de interesse do Ministério e da Advocacia-Geral da União, zelando pelo atendimento das ordens, sentenças judiciais e outras demandas, orientando as autoridades do Ministério quanto ao seu cumprimento, observada a legislação que rege a matéria;

VI - proceder a estudos e propor medidas com vistas à prevenção de litígios;

VII - acompanhar e propor medidas concernentes a demandas ou proposições do Ministério que tramitem no Congresso Nacional, na Controladoria-Geral da União, no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União; e

VIII - acompanhar o atendimento de demandas oriundas dos órgãos relacionados no inciso VII, prestando assessoramento jurídico às autoridades competentes na elaboração das informações destinadas aos órgãos demandantes.

Parágrafo único. Constitui critério de atuação a matéria subjacente e a sua relação com as competências exclusivas.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I
Do Consultor Jurídico

Art. 16. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico, direto e imediato, ao Ministro de Estado;

II - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas firmadas pela Advocacia-Geral da União;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, desde que aprovado o entendimento pelo Ministro de Estado e quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados pelas autoridades da Advocacia-Geral da União;

V - apreciar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria Jurídica;

VI - planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades dos órgãos de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado;

VII - distribuir internamente os servidores em exercício na Consultoria Jurídica, conforme necessário ao seu regular funcionamento;

VIII - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas internamente;

IX - identificar teses jurídicas sobre determinada matéria, elaboradas no âmbito da Consultoria Jurídica, que estejam em divergência com as produzidas por outro órgão jurídico;

X - encaminhar ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos - DECOR, da Consultoria-Geral da União, a controvérsia jurídica estabelecida entre a Consultoria Jurídica e as demais unidades da Advocacia-Geral da União;

XI - informar ao Consultor-Geral da União a existência de processos relevantes;

XII - prestar informações para a defesa da União em juízo e orientar as autoridades do Ministério a respeito do exato cumprimento de decisões judiciais, quando for o caso;

XIII - propor aos órgãos assessorados as alterações legislativas necessárias ao aprimoramento das políticas públicas em curso;

XIV - formalizar recomendações jurídicas a serem dirigidas aos órgãos do Ministério;

XV - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias de servidores que lhe sejam subordinados;

XVI - indicar membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica para representá-lo em reuniões;

XVII - indicar membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica para participação em programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XVIII - dirigir-se diretamente aos titulares dos órgãos do Ministério, alertando-os quanto ao prazo para o cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação;

XIX - atribuir encargos e atividades às unidades técnicas e aos servidores sob sua supervisão, bem como redistribuir trabalhos, de modo a evitar o acúmulo de serviço ou a perda de prazos;

XX - zelar pela distribuição proporcional e equilibrada de trabalhos entre os membros da Advocacia-Geral da União de forma transparente e com base em critérios objetivos, nos termos da legislação de regência;

XXI - designar representante para atuar em processos encaminhados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF;

XXII - encaminhar à Consultoria-Geral da União propostas de edição ou atualização de minutas-padrão de editais, contratos e convênios;

XXIII - receber intimações e citações judiciais e dar conhecimento ao interessado, nos termos da legislação de regência;

XXIV - delegar aos Coordenadores-Gerais competência delimitada para aprovar e encaminhar diretamente aos diversos órgãos consulentes do Ministério, as manifestações jurídicas emitidas pelas respectivas Coordenações-Gerais desta Consultoria Jurídica; e

XXV - desenvolver outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo Consultor-Geral da União.

Art. 17. As manifestações jurídicas de interesse do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional e do Secretário-Executivo, bem como aquelas proferidas acerca de anteprojetos e projetos de emenda constitucional, leis, medidas provisórias, decretos e demais atos normativos relevantes serão aprovadas e encaminhadas aos diversos órgãos consulentes do Ministério pelo Consultor Jurídico.

Art. 18. O Consultor Jurídico poderá avocar processos de competência das Coordenações-Gerais quando a medida se justificar pela relevância, urgência ou para fins de equacionamento de volume de trabalho entre as diversas unidades da Consultoria Jurídica.

Seção II
Dos Coordenadores-Gerais e Coordenadores

Art. 19. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - manifestar-se, por meio de cotas ou despachos, antes do Consultor Jurídico, nos pareceres de suas respectivas Coordenações-Gerais;

III - aprovar e encaminhar diretamente aos diversos órgãos consulentes do Ministério, as manifestações jurídicas emitidas pelas respectivas Coordenações-Gerais, nos termos e limites de delegação expressa do Consultor Jurídico;

IV - auxiliar o Consultor Jurídico no assessoramento jurídico das autoridades e órgãos do Ministério, em suas respectivas áreas de competência;

V - assessorar o Consultor Jurídico nas atividades de gestão da Consultoria Jurídica, sempre que solicitados;

VI - submeter ao Consultor Jurídico o planejamento, os projetos e os relatórios das atividades das respectivas unidades; e

VII - exercer as demais atribuições que lhes sejam cometidas, delegadas ou subdelegadas pelo Consultor Jurídico, em suas respectivas áreas de competência.

Art. 20. Aos Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - assistir o Consultor Jurídico e os Coordenadores-Gerais nos assuntos afetos às suas respectivas áreas de competência;

III - emitir pareceres sobre assuntos pertinentes à sua área de atuação;

IV - definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas;

V - desenvolver estudos que subsidiem a implantação de projetos;

VI - exercer atribuições que lhes sejam delegadas ou subdelegadas pelo Consultor Jurídico ou pelo Coordenador-Geral de sua área de atuação; e

VII - praticar os demais atos necessários à consecução das atribuições regimentais da respectiva unidade.

Seção III
Do Assistente

Art. 21. Ao Assistente incumbe:

I - executar as atividades de assistência ao respectivo titular e as de natureza técnica afetas à sua unidade;

II - elaborar e analisar processos e documentos e emitir manifestações sobre os assuntos relativos à sua área de atuação;

III - realizar estudos e pesquisas necessários aos assuntos que lhe são submetidos; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas por autoridade superior.

Seção IV
Do Chefe de Serviço

Art. 22. Ao Chefe do Serviço incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da unidade;

II - prestar apoio ao Consultor Jurídico e aos demais titulares das unidades da Consultoria Jurídica;

III - manifestar-se tecnicamente sobre assuntos pertinentes à sua área de atuação;

IV - desenvolver estudos que subsidiem a execução das atividades da sua área de atuação; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas por autoridade superior.

CAPÍTULO V
DAS CONSULTAS E DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 23. As consultas, processos e demais documentos para exame e manifestação serão encaminhados à Consultoria Jurídica pelo Ministro de Estado, Chefe de Gabinete do Ministro, Secretário-Executivo, Secretários, Subsecretários e Diretores.

Art. 24. Os expedientes e consultas deverão estar autuados em processo administrativo devidamente instruído, contendo, além dos demais documentos previstos na legislação pertinente:

I - identificação do setor responsável pela propositura;

II - exposição clara do assunto e seu objeto;

III - justificativa da necessidade da consulta e, quando couber, o ato normativo que o ampare;

IV - pronunciamento da área técnica; e

V - aprovação expressa da autoridade responsável pela apresentação da consulta.

§ 1º A manifestação jurídica da Consultoria Jurídica deverá ser emitida no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, devendo os órgãos consulentes observar esse prazo quando do encaminhamento de suas demandas.

§ 2º No caso de comprovada urgência que implique risco de perecimento de direito ou prejuízo para Administração, poderá, a critério do Consultor Jurídico ou dos Coordenadores-Gerais, ser atribuído prazo inferior ao disposto no § 1º.

§ 3º Os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento do setor técnico, serão instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, obrigatoriamente, entre outros aspectos pertinentes, a indicação funcional-programática dos recursos financeiros e a rubrica orçamentária pertinente.

§ 4º A Consultoria Jurídica poderá restituir à origem os processos que não atenderem ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. É prerrogativa da Consultoria Jurídica requisitar aos órgãos e unidades integrantes da estrutura do Ministério e de suas entidades vinculadas informações, realização de diligências, bem como elementos de fato e de direito necessários à defesa judicial ou extrajudicial dos direitos ou dos interesses da União, desde que necessárias ou úteis à instrução de processo submetido a sua apreciação ou ao exercício de supervisão ministerial.

§ 1º Os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério darão tratamento urgente e preferencial às solicitações de que trata este artigo.

§ 2º As requisições relativas a assuntos judiciais serão atendidas no prazo nelas estipulado, sob pena de apuração de responsabilidade na forma da lei.

Art. 26. O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro de Estado, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas.

Art. 27. O consultor Jurídico poderá expedir instruções complementares a este regimento e estabelecer normas operacionais para a execução de serviços afetos à Consultoria Jurídica.

Art. 28. Aos servidores com funções gratificadas não especificadas neste regimento caberá executar as atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.

Art. 29. Além das competências e atribuições estabelecidas neste regimento, outras poderão ser cometidas pela autoridade competente ao órgão e aos servidores, com propósito de cumprir os objetivos e finalidades da Consultoria Jurídica.

Art. 30. Os casos omissos e eventuais dúvidas acerca do funcionamento da Consultoria Jurídica e competências de suas unidades internas serão dirimidos pelo Consultor Jurídico.

ANEXO II

DO QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL VINCULADOS À CONSULTORIA JURÍDICA

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Matéria Administrativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Convênios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÕES DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.372308/2015-51
Interessado: LIBBS FARMACEUTICA LTDA. (CNPJ nº 61.230.314/0001-75).
Extrato da Decisão nº 27, de 22 de setembro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 10.000,45 (dez mil reais e quarenta e cinco centavos), em razão da prática de infração de de não publicação do preço de medicamentos em revistas especializadas, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c com o art. 7º da Resolução nº 4, de 29 de julho de 2003, art. 2º, da Resolução nº 3, de 18 de março de 2010, e Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 21 de julho de 2017.

Processo Administrativo nº 25351.930164/2019-22.
Interessado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ n° 02.520.829/0001-40).
Extrato da Decisão nº 65, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 112.666,92 (cento e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.930202/2019-47.
Interessado: RECOL DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO LTDA (CNPJ n° 04.598.413/0003-32).
Extrato da Decisão nº 66, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 38.532,32 (trinta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), em razão da prática de comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.931324/2019-51.
Interessado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (CNPJ n° 81.706.251/0001-98).
Extrato da Decisão nº 67, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 23.414,09 (vinte e três mil, quatrocentos e quatorze reais e nove centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.926713/2019-64.
Interessado: DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (CNPJ n° 90.251.109/0001-94).
Extrato da Decisão nº 68, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, Resolução CMED n° 02, de 12 de março de 2014 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.942549/2018-51.
Interessado: EXEMPLARMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ n° 23.312.871/0001-46).
Decisão nº 69, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 18.872,83 (dezoito mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, Resolução CMED n° 02, de 12 de março de 2014 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.930166/2019-11.
Interessado: JOSE CARLOS DE SOUZA - PRODUTOS FARMACÊUTICOS (CNPJ n° 14.779.687/0001-10).

Extrato da Decisão nº 70, de 07 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.259,84 (três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, Resolução CMED n° 02, de 12 de março de 2014 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.923150/2020-96.
Interessado: CIRÚRGICA REAL COMERCIAL HOSPITALAR E FARMACÊUTICA EIRELI (CNPJ n° 04.880.586/0001-87).
Extrato da Decisão nº 73, de 09 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.928396/2020-54.
Interessado: CIRÚRGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ n° 02.880.122/0001-98).
Extrato da Decisão nº 74, de 09 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 205.170,54 (duzentos e cinco mil, cento e setenta reais e cinquenta e quatro centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.155276/2017-01.
Interessado: HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ n° 26.921.908/0001-21).
Extrato da Decisão nº 75, de 09 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos)**,** em razão da prática de comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 03 de 2 de março de 2011 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929255/2020-59.
Interessado: HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ n° 19.570.720/0001-10).
Extrato da Decisão nº 77, de 13 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela absolvição da empresa, em razão da comprovação de que a comercialização do medicamento CITRATO DE FENTANILA na apresentação de 50 MCG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 10 ML (EMB HOSP) se deu abaixo do Preço Fábrica permitido, levando em conta a alíquota de ICMS de 12%.

Processo Administrativo nº 25351.253928/2018-73.
Interessado: EXATA COMERCIAL LTDA (CNPJ n° 03.230.771/0001-63).
Extrato da Decisão nº 78, de 09 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 03 de 2 de março de 2011 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.932236/2019-76.
Interessado: DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (CNPJ n° 92.665.611/0135-89).
Extrato da Decisão nº 79, de 09 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 7.358,92 (Sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 03 de 2 de março de 2011 e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929954/2020-07.
Interessado: RM HOSPITALAR LTDA (CNPJ n° 25.029.414/0001-74).
Extrato da Decisão nº 80, de 13 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela absolvição da empresa, em razão da comprovação de que a comercialização do medicamento DORMIUM (MIDAZOLAM) na apresentação 5 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 10 ML (Laboratório União Química), cujo Código GGREM é 533016090064203, ocorreu abaixo do valor máximo de Preço Fábrica permitido, na alíquota de ICMS de 17%.

Processo Administrativo nº 25351.928322/2020-18.
Interessado: CIRÚRGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ n° 02.800.122/0001-98).
Extrato da Decisão nº 81, de 15 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 271.119,64 (duzentos e setenta e um mil, cento e dezenove reais e sessenta e quatro centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º, II, alínea "a" *c/c Art. 13, inciso I, alínea "a"*, r inciso II, alíneas "b", "d" e "e" da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.916690/2019-80.
Interessado: ANB FARMA LTDA (CNPJ n° 73.773.129/0001-06).
Extrato da Decisão nº 82, de 15 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 2.727,44 (dois mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º ,caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003 com c/c Resolução da CMED n° 03, de 02 de março de 2011, e Resolução CMED nº 02 de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.917183/2019-63.
Interessado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (CNPJ n° 12.418.191/0001-95).
Extrato da Decisão nº 83, de 14 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nos Artigos 8º ,caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018 e Orientação Interpretativa CMED nº 2 de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.931135/2019-88.
Interessado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (CNPJ n° 12.418.191/0001-95).
Extrato da Decisão nº 84, de 14 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 4.200,32 (quatro mil, duzentos reais e trinta e dois centavos), em razão da prática de comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nos Artigos 8º ,caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, CMED nº 3, de 2 de março de 2011 e e Orientação Interpretativa CMED nº 02 de 13 de novembro de 2006 e Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.931592/2019-72.
Interessado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (CNPJ n° 12.418.191/0001-95).

Extrato da Decisão nº 85, de 14 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 15.778,96 (quinze mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto nos Artigos 8º ,caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, Orientação Interpretativa CMED nº 02 de 13 de novembro de 2006 e Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.925139/2020-61.
Interessado: SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA (CNPJ n° 11.896.538/0001-42).
Extrato da Decisão nº 86, de 14 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 159.077,22 (cento e cinquenta e nove mil, setenta e sete reais e vinte e dois centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º , inciso II, alínea "a" c/c Art. 13, alíneas "a","d" e "e" da Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.916681/2019-99.
Interessado: JOSÉ CARLOS DE SOUZA PRODUTOS FARMACÊUTICOS (CNPJ n° 14.779.687/0001-10).
Extrato da Decisão nº 87, de 15 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.548,48 (um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, e Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929316/2020-88.
Interessado: EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI (CNPJ n° 07.642.426/0001-98).
Extrato da Decisão nº 88, de 16 de outubro de 2020: aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.099.235,51 (um milhão, noventa e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003, Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018 e Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.927545/2020-68.
Interessado: MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME (CNPJ n° 28.418.133/0001-00).
Extrato da Decisão nº 89, de 16 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.932818/2019-52.
Interessado: MW DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI (CNPJ n° 14.459.413/0001-43).
Extrato da Decisão nº 90, de 16 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 41.425,01 (quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e um centavo), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, de 13 de novembro de 2006, e Resolução da CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929429/2020-83.
Interessado: FARMACLUB DROGARIAS LTDA (CNPJ n° 64.963.044/0001-08).
Extrato da Decisão nº 91, de 20 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 5º, inciso II, alínea "a", caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, Orientações Interpretativas CMED nº 01/2006 e nº 02/2006, Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.935679/2019-19.
Interessado: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ nº 51.780.468//0001-87).
Extrato da Decisão nº 92, de 20 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 4.545,74 (quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), em razão da prática de venda de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento ao Artigo 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011, e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; e Orientações Interpretativas CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006, e n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.935704/2019-64.
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA MEDIC MINAS LTDA (CNPJ nº 10.704.665//0001-30).
Extrato da Decisão nº 93, de 20 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 55.059,33 (cinquenta e cinco mil, cinquenta e nove reais e trinta e três centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011, e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018, e Orientações Interpretativas CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.944568/2019-01.
Interessado: CM MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA. (CNPJ nº 04.127.483/0001-40)
Extrato da Decisão nº 94, de 20 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 34.075,42 (trinta e quatro mil, setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011, e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.935695/2019-10.
Interessado: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA (CNPJ nº 02.816.696/0001-54)
Extrato da Decisão nº 95, de 20 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 681,86 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c Orientações Interpretativas nº 1/2006 e nº 2/2006 e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.935701/2019-21.
Interessado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA (CNPJ nº 67.729.178/0002-20)
Extrato da Decisão nº 96, de 21 de outubro de 2020: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 79.371,45 (setenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), em razão da prática de oferta de medicamentos por preço superior ao permitido, em descumprimento aos Artigos 2º e 8º, caput, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED n° 2, de 13 de novembro de 2006; e Decreto Estadual nº 43.080/2002.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE Nº 2.158, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial n° 336, de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2020, considerando o disposto na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, o disposto na Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, tendo em vista as disposições do Decreto n° 4.941, de 29 de dezembro de 2003, do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.486, de 11 de setembro de 2020 e o que consta do Processo SEI nº 21000.048078/2019-01, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Secretário-Executivo Adjunto para praticar os atos de designação e dispensa dos encargos de substitutos dos titulares dos cargos de Direção e Assessoramento Superior - código DAS, de níveis 101.1 a 101.4, das Funções Comissionadas do Poder Executivo - código FCPE, de níveis 101.1 a 101.4, e designações e dispensas de titulares e substitutos das Funções Gratificadas - símbolo FG, de níveis de 1 a 3.

Art. 2º Subdelegar competência ao Secretário-Executivo Adjunto para praticar os atos de designação e dispensa das Funções Comissionadas Técnicas - código FCT, de níveis 1 a 10 e 13 a 15, e da concessão e dispensa das Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de níveis auxiliar, intermediário e superior.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3.412, de 08 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 29 de outubro de 2020.

MARCOS MONTES

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Valores Mínimos dos Índices ou Características por raça ou composição racial apresentados pela associação brasileira dos criadores de bonsmara, para inscrição de reprodutores em centros de coleta e processamento de sêmen - CCPS.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Instrução Normativa nº 13, de 03 de março de 2020; e o que consta do processo nº 21000.062994/2020-80, resolve:

Art. 1º Publicar os valores mínimos dos índices ou características apresentados pela Associação Brasileira dos Criadores de Bonsmara, para a avaliação zoogenética, requisito necessário para a inscrição de reprodutores em centros de coleta e processamento de sêmen - CCPS, registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, visando promover ganhos genéticos aos rebanhos nacionais, conforme Anexo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO

Índices e características apresentadas pela Associação Brasileira dos Criadores de Bonsmara

Raça Bonsmara

1) O REPRODUTOR DEVE SER DO GRAU DE SANGUE PO (PURO DE ORIGEM) E POSSUIR REGISTRO DEFINITIVO (RGD);

2) ATENDER PELO MENOS 1 (UM) DOS SEGUINTES CRITÉRIOS:

A) NOTA FINAL NA INSPEÇÃO PARA RGD MAIOR OU IGUAL A 8 (OITO),OU

B) PERCENTIL ÍNDICE ABCB NÃO SUPERIOR A 50% (CINQUENTA)

3) O REPRODUTOR PRECISA OBTER PERCENTIL MAXIMO DE 10% EM PELO MENOS 2 (DUAS) DAS CLASSIFICAÇÕES EM DIFERENÇAS ESPERADAS NA PROGÊNIE PARA AS DEP`S AVALIADAS E CITADAS ABAIXO:

A) DEP PESO NASCIMENTO DIRETO (KG)

B) DEP PESO DESMAMA DIRETO (KG)

C) DEP PESO DESMAMA MATERNO (KG) 2

D) DEP MATERNO TOTAL (KG)

E) DEP GANHO PÓS DESMAMA (KG)

F) DEP PESO AO SOBREANO (KG)

G) DEP PERÍMETRO ESCROTAL (CE) AOS 15 MESES (CM)

H) DEP MUSCULOSIDADE SOBREANO (PT)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 104, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA O ART.2º DA IN Nº 49, DE 27 DE JULHO DE 2020 que atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de arroz com casca (*Oryza sativa*) produzidos na Guiana Inglesa.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, Resolução Gecex nº 87, de 09 de setembro de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21000.036605/2020-61, resolve:

Art. 1º O inciso"I" do art. 2º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 49, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2020, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - "O envio foi tratado com fosfina, na dosagem de 2g/m3 por 72 horas, para o controle de Palorus ratzeburgi e Thorictodes heydeni."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos produzidos por esta norma válidos até 31 de dezembro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 160, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento de empresa para atuar como certificadora junto ao Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 51, de 1 de outubro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21026.000083/2019-37, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa Dígitos Certificadora e Identificadora de Animais e Produtos Agropecuários Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 15.016.158/0001-27, para atuar como certificadora junto ao Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

Art. 2º Convalidar os atos inerentes ao processo de decisão e certificação praticados pela empresa, desde 7 de janeiro de 2019 até a data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 24, da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 1° de outubro de 2018.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor em 22 de outubro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 161, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento de empresa para atuar como certificadora junto ao Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 51, de 1 de outubro de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21026.000183/2019-63, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa Cert-Rastro Certificadora e Identificadora do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o número 05.136.157/0001-62, para atuar como certificadora junto ao Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos - SISBOV.

Art. 2º Convalidar os atos inerentes ao processo de decisão e certificação praticados pela empresa, desde 7 de janeiro de 2019 até a data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 24 da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 1 de outubro de 2018.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor em 22 de outubro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 60, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de agrotóxicos e afins concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **CLICK.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20920, conforme processo nº 21000.041921/2016-78, protocolado em 25/08/2016.
d. Fabricante do produto técnico(Terbuthylazine Técnico (Registro n° 07608)): Nome: Sipcam Oxon S.P.A - Endereço: Strada Provinciale per Torre Baretti Km 26 27030 Mezzana Bigli, Pavia - Itália.
e. Formuladores: Nome: Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Endereço: Rua Igarapava, 599, Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-755; Nome: Sipcam Oxon S.p.A. - Endereço: Via Vittorio Veneto, 81, 26857, Salerano Sul Lambro, Lodi - Itália;Nome: Sipcam Inagra S.A. - Endereço: Crta. Sueca - Mareny Blau, s/n, 46410, Valência - Espanha.
f. Nome químico: N2-tert-butyl-6-chloro-N4-ethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
g. Nome comum: Terbutilazina.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para cultura do Milho.
j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: Maneogene Agrociências S.A.- Jaguariúna/SP.
b. Marca comercial: **MNG-04/20.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21020, conforme processo nº 21000.036344/2020-89, protocolado em 01/06/2020.
d. Fabricante/Formulador: Nome: Maneogene Agrociências S.A - CNPJ: 20.220.461/0002-68 - Endereço: Avenida Emilio Marconato, 1000, Galpão 12-B, Chácara Primavera, Jaguariúna/SP - CEP: 3.820-000.
e. Nome químico: Não se aplica.
f. Nome comum: Não se aplica.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana, isolado IBCB 66 + Metarhizium anisopliae,* isolado *IBCB 425.*
h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos *Deois flavopicta e Euschistus heros.*
i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.
k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

3-a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- Salto/SP.
b. Marca comercial: **SHOCKER-B.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21120, conforme processo nº 21000.029675/2020-62, protocolado em 29/04/2020.
d. Fabricante: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial - Salto/SP - CEP: 13.320-000.
e. Formuladores: Nome: MFB Agrícola Indústria e Comércio Ltda. - CNPJ: 09.485.365/0001-28 - Endereço: Av. Moisés L. Silva, 50 - Árvore Grande, Pouso Alegre/MG - CEP: 37.550-000; Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial - Salto/SP - CEP: 13.320-000.
f. Nome químico: Não se aplica.
g. Nome comum: Não se aplica.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens*, cepa (CPQBA 040-11DRM 01) + *Bacillus amyloliquefaciens*, cepa (CPQBA 040-11RRM 04) + *Trichoderma harzianum*, cepa (CPQBA 040-11DRM 09).
i. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos *Rhizoctonia solani e Sclerotinia sclerotiorum.*
j. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- Salto/SP.
b. Marca comercial: **SHOCKER-A.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21220, conforme processo nº 21000.028669/2020-98, protocolado em 24/04/2020.
d. Fabricante: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial - Salto/SP - CEP: 13.320-000.
e. Formuladores: Nome: MFB Agrícola Indústria e Comércio Ltda. - CNPJ: 09.485.365/0001-28 - Endereço: Av. Moisés L. Silva, 50 - Árvore Grande, Pouso Alegre/MG - CEP: 37.550-000; Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial - Salto/SP - CEP: 13.320-000.
f. Nome químico: Não se aplica.
g. Nome comum: Não se aplica.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens*, cepa (CPQBA 040-11DRM 01) + *Bacillus amyloliquefaciens*, cepa (CPQBA 040-11RRM 04) + *Trichoderma harzianum*, cepa (CPQBA 040-11DRM 09).
i. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos *Rhizoctonia solani e Sclerotinia sclerotiorum.*
j. Classificação toxicológica: Categoria Não Classificado - Produto Não Classificado.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: Bayer S.A.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **SIVANTO FUSION** .
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21320, conforme processo nº 21000.011759/2018-25, protocolado em 29/03/2018.
d. Fabricante do produto técnico(Flupyradifurone Técnico): Nome: Bayer AG - Endereço: Alte Heerstrasse, 41538, Dormagen - Alemanha. Produto técnico(Oberon Técnico Empresa): Nome: Bayer AG - Endereço: Alte Heerstrasse 41538 Dormagen - Alemanha.
e. Formulador: Nome: Bayer AG - Endereço: Alte Heerstrasse, 41538, Dormagen - Alemanha.
f. Manipulador: Nome: Bayer S.A. - Estrada da Boa Esperança, 650 Belford Roxo - RJ; CEP 26110-100 - CNPJ: 18.459.628/0033-00. Código INEA: UNO 014537/20.63.99.
g. Nome químico: 3-mesityl-2-oxo-1-oxaspiro[4.4]non-3-en-4-yl 3,3-dimethylbutyrate; 4-[(6-chloro-3-pyridylmethyl)(2,2-difluoroethyl)amino]furan-2(5H)-one.
h. Nome comum: Espiromesifeno; Flupiradifurone.
i. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
j. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Batata, Feijão, Melão, Soja e Tomate.
k. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
l. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **DOGMA.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21420, conforme processo nº 21000.018212/2018-51, protocolado em 17/05/2018.
d. Fabricante do produto técnico(S-Metolacloro Técnico Adama Brasil): Nome: Shandong Zhongnong Minchang Chemical Industry Co., Ltd. - Endereço: No. 516, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou / Shandong - China. Produto técnico(Glufosinato de Amônio Técnico Milenia): Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd. - Endereço: No. 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone, 312369, Shangyu City/ Zhejiang Province - China. Produto técnico(Glufosinato de Amônio Técnico Adama): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong - China. Produto técnico(Glufosinato de Amônio Técnico Adama BR): Nome: Lier Chemical Co., Ltd - Endereço: Economic and Technical Development Zone, 621000, Mianyang, Sichuan Province - China.
e. Formuladores: Nome: Adama Agan Ltd - Endereço: AHaashlag Street 3, P.O. Box 262, 77102, Northern Industrial Zone, Ashdod - Israel; Nome: Adama Brasil S/A - CNPJ: 02.290.510/0004-19 - Endereço: Avenida Júlio de Castilhos, 2085, Taquari/RS - CEP: 95860-000; Nome: ADAMA BRASIL S/A - CNPJ: 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antônio de Souza, 400 - Parque Rui Barbosa, Londrina/PR - CEP: 86031-610.
f. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide and 20-0% 2-chloro-6'- ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidid; ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalaninate ou ammonium DL-homoalanin-4-yl(methyl) phosphinate.
g. Nome comum: S-metolacloro; Glufosinato - Sal de Amônio.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Algodão OGM, Milho, Milho OGM, Soja e Soja OGM.
j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: Nichino do Brasil Agroquímicos Ltda.- Barueri/SP.
b. Marca comercial: **TAKUMI SC**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21520, conforme processo nº 21000.017999/2018-33, protocolado em 16/05/2018.
d. Fabricantes do produto técnico(Takumi Técnico): Nome: Nichino Service Co., Ltd. - Kashima Plant - Endereço: 19, Sunayama, Kamisu-shi, Ibaraki - Japão; Nome: AGC Wakasa Chemicals Co., Ltd. - Obama Plant - Endereço: 124-26-1, Hansei, Obama-shi, Fukui - Japão; Nome: AGC Wakasa Chemicals Co., Ltd. - Kaminaka Plant - Endereço: 1-4-1, Wakasa Techno Valley, Wakasa-cho, Mikatakaminaka-gun, Fukui - Japão.
e. Formuladores: Nome: Nichino Service Co., Ltd. - Saga Plant - Endereço: 180-1, Oaza Tsutsumi Nihonsugi, Kamimine cho, Miyaki gun Saga, 849-0124, Japão; Nome: Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Endereço: Rua Igarapava, 599, Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-755.
f. Nome químico: 3-iodo-N'-(2-mesyl-1,1-dimethylethyl)-N-{4-[1,2,2,2-tetrafluoro-1-(trifluoromethyl)ethyl]-o-tolyl}phthalamide.
g. Nome comum: Flubendiamida.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Amendoim, Aveia, Cana-de-açúcar, Centeio, Cevada, Ervilha, Feijão, Milheto, Milho, Soja, Sorgo, Tomate, Trigo e Triticale.
j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **HALLEY 600.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21620, conforme processo nº 21000.004348/2013-79, protocolado em 17/05/2013.
d. Fabricantes do produto técnico(Hexazinona Técnica Nufarm): Nome: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Endereço: Nº 9 Weijiu Road, Hangzhou Bay Shangyu Economic And Technological Development 312369 Zhejiang - China; Nome: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - Endereço: Nº 120 Xin'An Road Xinyi, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd - Endereço: Suhua Road, Xinyi Economic & Technological Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu - China. Produto técnico(Diurom Técnico Nufarm): Nome: Nufarm Australia Limited (kw) - Endereço: 1 Manson Road, Kwinana, Wa, 6167, Kwinana - Austrália. Produto técnico(Diuron Técnico Rainbow): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 Weifang, Shandong, China.

e. Formuladores: Nome: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - CNPJ: 07.467.822/0001-26 - Endereço: Av. Parque Sul, 2138, Distrito Industrial I, Pajuçara, Maracanaú/CE - CEP: 61.939-000; Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737 - China.
f. Nome químico: 3-cyclohexy1 -6-dimethylamino - 1 -methyl-i ,3,5-triazine-2,4(1 H,3H)-dione + 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1 -dimethylurea .
g. Nome comum: Hexazinona + Diurom.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para cultura da Cana-de-açúcar.
j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Agroimport do Brasil Ltda- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: **MEGATRAZ**.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21720, conforme processo nº 21000.004382/2013-43, protocolado em 21/05/2013.
d. Fabricante do produto técnico(Atrazina Técnico Agroimport): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737 Weifang, Shandong - China.
e. Formulador: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737 Weifang, Shandong - China.
f. Nome químico: 6-chloro-N^2 -ethyl-N^4 -fsopropy-1.3,5-triazine-2,4-Diamine.
g. Nome comum: Atrazina.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Milho, Sorgo e Cana-de-açúcar.
j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **TIOFANATO METIL ATANOR 500 SC.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21820, conforme processo nº 21000.008131/2014-19, protocolado em 20/11/2014.
d. Fabricantes do produto técnico(Tiofanato Metílico Técnico Agristar): Nome: Ningxia Ruitai Technology Co. Ltd - Endereço: Fine Chemical Park, Zhongwei Industry Complex, 755000, Ningxia - China; Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: Longcheng Town, Pengze County, 332700, Jiujiang, Jiangxi - China.
e. Formuladores: Nome: Albaugh Agro Brasil Ltda - CNPJ: 01.789.121/0004-70 - Endereço: Avenida Basiléia, 590, Manejo - Resende/RJ - CEP: 27.521-210; Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd - Endereço: Nº 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369, China.
f. Nome químico: dimethyl 4,4'-(o-phenylene)bis(3-thioallophanate).
g. Nome comum: Tiofanato-metílico.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Banana, Citros, Ervilha, Feijão, Maçã, Manga, Milho, Morango, Pinhão manso, Rosa, Soja, Tomate, Algodão (tratamento de sementes) e Soja (tratamento de sementes).
j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Ouro Fino Química S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: **TRIX 250.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21920, conforme processo nº 21000.008574/2014-18, protocolado em 10/12/2014.
d. Fabricantes do produto técnico(Trinexapaque-etílico Técnico Ouro Fino): Nome: Max (Rudong) Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Yangkou Chemical Industry Park, 226407, Rudong 226407 Nantong, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Huifeng Bio Agriculture Co., Ltd. - Endereço: Weier Road, South Area of Ocean Economic Development Zone, Dafeng 224145 Yancheng, Jiangsu - China.
e. Formuladores: Nome: Ouro Fino Química S.A. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Avenida Filomena Cartafina, 22335, Quadra 14, Lote 5, Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-750; Nome: Max (Rudong) Chemicals Co. Ltd. - Endereço: Yangkou Chemical Industry Park, 226407, Rudong, Jiangsu Province - China; Nome: Huaian Glory Chemical Co., Ltd. - Endereço: N°. 2, Guoqiao Road, Salt Chemical Industry Park, Hongze, Huaian, 223100, China; Nome: Jiangsu Huifeng Bio Agriculture Co., Ltd - Endereço: Weier Road, South Area of Ocean Economic Development Zone, Dafeng, Yancheng, 224 145, Jiangsu - China.
f. Nome químico: ethyl 4-cyclopropyl(hydroxy)methylene-3,5-dioxocyclohexanecarboxylate.
g. Nome comum: Trinexapaque-etílico .
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas da Cana-de-açúcar, Cevada e Trigo.
j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.- São Paulo/SP
b. Marca comercial: **FEGRAT**.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22020, conforme processo nº 21000.010606/2011-94, protocolado em 22/10/2011.
d. Fabricante do produto técnico(S-metolacloro Técnico Novartis): Nome: CABB-AG - Endereço: Dungerstrasse 81 - PO BOX 1964 CH-4133 Pratteln - Suiça. Produto Técnico(Hexazinone Técnico BR): Nome: Du Pont Agricultural Products - Endereço: 12501 Strang Road 77571 La Porte Plant, Texas, Estados Unidos da América; Nome: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - PLANTA 1. - Endereço: Nº 120 Xin'an Road, Xinyi, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - PLANTA 2 - Endereço: Suhua Road, Xinyi Economic & Technological Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu - China.
e. Formuladores: Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz - SP 332, s/n°, km 127,5 - Bairro Santa Terezinha, Paulínia/SP - CEP 13148-915; Nome: Syngenta Crop Protecon, LLC - Endereço: 4111 Gibson Road - 68107 - Omaha - Nebraska - EUA.
f. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide ; 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione.
g. Nome comum: S-metolacloro; Hexazinona.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Cana-de-açúcar.
j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto improvável de causar dano agudo.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **FITTER.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22120, conforme processo nº 21000.010681/2012-36, protocolado em 19/12/2012.
d. Fabricante do produto técnico(Cyprodinil Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Rue de l'lle-au-Bois, CH-1870, Monthey - Suíça. Produto técnico(Maxim Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Rue de l'lle-au-Bois, CH-1870, Monthey - Suíça; Nome: Syngenta Crop Protection AG - Endereço: Werk Scheweizarhalle - Rheinfelderstrasse, CEP: CH 4133, Pratteln - Suíça; Nome: Fine Organics Limited - Endereço: Seal Sands, Middlesbrough, Teesside, TS2 1UB - Reino Unido.
e. Formulador: Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz, SP 332, s/nº, km 127,5, Santa Terezinha - Paulínia/SP - CEP 13.148-915.
f. Nome químico: 4-cyclopropyl-6-methyl-N-phenylpyrimidin-2-amine; 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile.
g. Nome comum: Cyprodinil; Fludioxonil.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Alface, Algodão, Alho, Cebola; Citros, Feijão, Girassol, Morango, Pêssego,Rosa, Soja, Tomate e Uva.
j. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: Dow AgroSciences Industrial Ltda.- Barueri/SP.
b. Marca comercial: **ROZOX.**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22220, conforme processo nº 21000.009296/2012-46, protocolado em 18/02/2013.
d. Fabricantes do produto técnico(Triciclazol Técnico 950): Nome: Ihara Chemical Industry Co. Ltd, - Kumiai Chemical Industry Co. Ltd. - Endereço: 1800 Nakanogo, Fuji-shi, Shizuoka - Japão; Nome: NACL Industries Limited - Endereço: Plot. Nº 177, P.O. Allinagaram, Etcherla Mandal, Srikakulam, Andhra Pradesh - Índia; Nome: Deccan Fine Chemicals (India) Limited - Endereço: Survey nº 80-83, Kesavaram Village, Venkatanagaram Post, Payakaraopet Mandal, Vishakapatnam District 531127, Andra Pradesk - Índia. Produto técnico(Tebuconazol Técnico Consagro): Nome: Yancheng Limin Chemical Factory - Endereço: Jianjun Road - Yancheng Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Jiannong Agrochemical Co. Ltd. - Endereço: Zhongzhouang Town - Jianhu Jiangsu - China. Produto Técnico(Orius Técnico): Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antonio de Souza, 400 - Parque Rui Barbosa - Londrina/PR - CEP: 86.031-610; Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0004-19 - Endereço: Av. Julio de Castilhos, 2085, Taquari/RS - CEP: 95.860-000. Produto Técnico(Tebuconazol Técnico Nortox BR): Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: Rod. Melo Peixoto (BR 369), km 197, Arapongas/PR - CEP: 86.700-970; Produto Técnico: Tebuconazol Técnico DVA (Registro nº 05109); Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - Endereço: 28 Chengbei Road, Zhangjiagang - Yancheng 215600 Jiangsu - China.
e. Formuladores: Nome: Dow AgroSciences Industrial Ltda. - CNPJ: 47.180.625/0021-90 - Endereço: Rod. Pres Tancredo de Almeida Neves, s/n, km 38 - Parque Santa Delfa, Franco da Rocha/SP - CEP: 07.809-105; Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ: 61.142.550/0001-30 - Endereço: Av. Liberdade, 1701, Cajuru do Sul - Sorocaba/SP CEP: 18.087-170; Nome: Sipcam Nichino do Brasil S.A. - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Endereço: Rua Igarapava, 599 - Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-755; Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antonio de Souza, 400 - Parque Rui Barbosa - Londrina/PR - CEP: 86.031-610; Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0004-19 - Endereço: Av. Julio de Castilhos, 2085, Taquari/RS - CEP: 95.86-000; Nome: Ouro Fino Química S.A. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, 22335 - Qd. 14, Lt. 5 - Uberaba/MG - CEP: 38.044-750.
f. Nome químico: 5-methyl-1,2,4-triazolo[3,4-b][1,3]benzothiazole; (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol.
g. Nome comum: Triciclazol; Tebuconazole.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Arroz de sequeiro e Arroz irrigado.
j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **VISCLOR .**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22320, conforme processo nº 21000.008660/2010-99, protocolado em 17/09/2010.
d. Fabricante do produto técnico(Clorotalonil Técnico Oxon): Nome: Jiangyin Suli Chemical Co. Ltd. - Endereço: South Ligang Town - Jiangyin City - 21444 - Jiangsu - China.
e. Formulador: Nome: Sipcam Nichino Brasil S.A. - CNPJ: 23.361.306/0001-79 - Endereço: Rua Igarapava, 599, Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-755.
f. Nome químico: Tetrachloroisophthalonitrile.
g. Nome comum: Clorotalonil.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Amendoim, Batata, Cenoura, Feijão, Maçã, Pepino e Tomate.
j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Medianamente Perigoso ao Meio Ambiente.

16 - a. Titular do registro: BASF S.A - São Paulo/SP.
b. Marca comercial: **ENTIGRIS**
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22420, conforme processo nº 21000.019766/2018-75, protocolado em 30/05/2018.
d. Fabricante do produto técnico(DINOTEFURAN TÉCNICO (Registro n° TC09220)): Nome: Mitsui Chemicals, Inc. - Endereço: 30, Asamuta-machi, Omuta, Fukuoka 836-8610 - Japão (ALFACIPERMETRINA TÉCNICA (Registro n° 17407)) Nome: Tagros Chemicals Índia Limited - A-4/1 & A/2 SIPCOT Industria Complex, Pachayankuppam Village, Cuddalore - 607 005, Tamil Nadu, Índia. Nome: Bayer Vapi Private Limited - Gujarat - Endereço: Plot Nº 306/3, II Phase, G.I.D.C., 396195 Vapi, Gujarat, Índia
e. Formulador: Nome: BASF S.A. - CNPJ: 48.539.407/0002-07 - Endereço: Av. Brasil, 791 - Bairro Eng. Neiva - Guaratinguetá/SP - CEP 12521-140. Nome: SBM Formulation. - Endereço: Ave. Jean Foucault - Z.I. - 34535 - Béziers - Languedoc-Roussillon - França.
f. Nome químico: (RS)-1-methyl-2-nitro-3-(tetrahydro-3- furylmethyl)guanidine; racemate comprising (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(1S,3S)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
g. Nome comum: Dinotefuram; Alfa-cipermetrina.
h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
i. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Arroz, Batata, Cana-de-açúcar, Feijão, Milho e Soja.
j. Classificação toxicológica: Categoria 3 - Produto Moderadamente Tóxico.
k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I - Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.
OBS. os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa.

BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 134, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento de decisão proferida nos autos do processo n. 5052846-33.2019.4.04.7100/RS, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria SNAS nº 151, art. 2º, item 7, de 29/11/2016, publicada no D.O.U. de 05/12/2016, referente ao processo de renovação nº 71000.066075/2016-77, da entidade ASSOCIAÇÃO LAR SAGRADA FAMÍLIA, CNPJ: 00.747.598/0001-87, até decisão judicial posterior.

Art. 2º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.190/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e considerando a pandemia de COVID 19 que assola o país, apreciou e emitiu parecer técnico deferindo Ad referendum da 237ª Reunião Ordinária da CTNBio, a ser realizada em 05 de novembro de 2020, o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.009514/2020-72

Requerente: Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstias Infecciosas Ltda.

CQB: 415/16

Endereço: Rua Doutor Ponciano Barbosa, 282 Cidade Alta, Natal, RN, CEP:59.025.050.

Assunto: Solicitação de extensão de CQB para instalações para execução de atividades com OGMs da classe 1 de risco biológico.

Extrato Prévio: 7341/2020, publicado no DOU em 22 de outubro de 2020.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da CIBio do Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstias Infecciosas Ltda., Dra. Paula Renata Lima Machado, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 3.958, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.003180/2019-11, de 23 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Daten Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 04.602.789/0001-01, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 04.602.789/0001-01, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Dispositivo de armazenamento de dados, não volátil, à base de semicondutor, do tipo "Solid State Drive"- SSD;

II - Terminal baseado em técnica digital para automação de lotérica; e

III - Terminal financeiro baseado em técnica digital para automação de lotérica.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.003180/2019-11, de 23 de janeiro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.959, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.045805/2019-11, de 9 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 74.404.229/0002-09, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Módulo de interface de rede, em forma de placa de circuito impresso, podendo conter estrutura metálica para suporte ou proteção.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.045805/2019-11, de 9 de setembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.960, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.045805/2019-11, de 9 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 74.404.229/0005-51, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Módulo de interface de rede, em forma de placa de circuito impresso, podendo conter estrutura metálica para suporte ou proteção.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.045805/2019-11, de 9 de setembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.961, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.067348/2019-16, de 24 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Boardtec do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 21.375.023/0001-50, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 21.375.023/0001-50, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Placa-mãe;

II - Módulo de memória; e

III - Unidade de armazenamento SSD.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.067348/2019-16, de 24 de dezembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.962, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Alteração de titularidade de Portarias Interministeriais que habilitam empresa à fruição do incentivo de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei no 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 2º, 3º e 4º e 10 da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o contido no Processo MCTI nº 01250.014163/2020-42, de 23 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica alterada a titularidade da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 1.178, de 29 de outubro de 2014, da empresa Siemens Ltda. (CNPJ/ME 44.013.159/0031-31) para a empresa Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda., CNPJ/ME nº 34.776.007/0004-64, a partir da data em que se efetivou a incorporação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela empresa Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda., CNPJ/ME nº 34.776.007/0004-64, em virtude da incorporação e da decorrente sucessão de direitos, desde a data em que esta se operou.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.963, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.063293/2019-75, de 10 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Cadservice - Produtos Eletronicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 65.877.300/0001-07, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 65.877.300/0001-07, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos montados, com função GPS, destinado a aparelho para leitura de cartões inteligentes e validação de dados;

II - Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos montados, com função GPRS, destinado a aparelho para leitura de cartões inteligentes e validação de dados;

III - Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos montados, com função display, destinado a aparelho para leitura de cartões inteligentes e validação de dados;

IV - Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, do tipo placa-mãe (motherboard) para aparelho para leitura de cartões inteligentes e validação de dados; e

V - Circuito impresso com componentes elétricos ou eletrônicos montados, para recepção e transmissão dos dados por cabo de comunicação serial para uma central de processamento de dados.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.063293/2019-75, de 10 de dezembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA Nº 3.967, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.062148/2019-77, de 4 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Electroson Brasil Telecomunicações S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 02.294.142/0001-34, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 02.294.142/0001-34, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Cordão óptico com fibra embainhada individualmente, com revestimento externo de material dielétrico.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.062148/2019-77, de 4 de dezembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Centro Universitário da FEI, unidade Departamento de Engenharia Elétrica como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro Universitário da FEI, unidade Departamento de Engenharia Elétrica, CNPJ nº 61.023.156/0003-44, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, CNPJ nº 37.116.704/0001-34, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Flextronics Instituto de Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Flextronics Instituto de Tecnologia, CNPJ nº 05.684.573/0001-03, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Flextronics Instituto de Tecnologia - Unidade Jaguariúna como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Flextronics Instituto de Tecnologia - Unidade Jaguariúna, CNPJ nº 05.684.573/0002-86, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FITec MG - Fundação para Inovações Tecnológicas, Minas Gerais como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FITec MG - Fundação para Inovações Tecnológicas, Minas Gerais, CNPJ nº 01.955.808/0002-76, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FITec PE - Fundação para Inovações Tecnológicas, Pernambuco como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FITec PE - Fundação para Inovações Tecnológicas, Pernambuco, CNPJ nº 01.955.808/0001-95, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FITec SJC - Fundação para Inovações Tecnológicas, São José dos Campos como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FITec SJC - Fundação para Inovações Tecnológicas, São José dos Campos, CNPJ nº 01.955.808/0005-19, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FITec SP - Fundação para Inovações Tecnológicas, São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FITec SP - Fundação para Inovações Tecnológicas, São Paulo, CNPJ nº 01.955.808/0004-38, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software, CNPJ nº 42.772.319/0001-85, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação - IBTI como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação - IBTI, CNPJ nº 09.429.074/0001-12, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 52, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da IBTI INCUBADORA - Incubadora Internacional de Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a IBTI INCUBADORA - Incubadora Internacional de Tecnologia, vinculada ao IBTI - Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação, CNPJ nº 09.429.074/0001-12, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do ICTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o ICTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software, CNPJ nº 05.123.972/0001-97, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 54, DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont, vinculada à Fundação Parque Tecnológico Itaipu, CNPJ nº 07.769.688/0001-18, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do IFBA - Instituto Federal da Bahia, unidade SEDE como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFBA - Instituto Federal da Bahia, unidade SEDE, CNPJ nº 13.941.232/0001-96, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, unidade Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, unidade Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, CNPJ nº 10.744.098/0001-45, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do IFPB - Instituto Federal da Paraíba, unidade SEDE como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFPB - Instituto Federal da Paraíba, unidade SEDE, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, unidade São José como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, unidade São José, CNPJ nº 81.531.428/0001-62, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações, unidade Sede como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações, unidade Sede, CNPJ nº 24.492.886/0001-04, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da INCIT - Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a INCIT - Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá, vinculada à Associação Itajubense de Inovação e Empreendedorismo - INOVAI, CNPJ nº 29.186.652/0001-44, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, CNPJ nº 50.644.053/0001-13, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da Incubadora de Empresas da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (PqTec) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora de Empresas da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (PqTec), vinculada à Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, CNPJ nº 09.105.890/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da FUMSOFT como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da FUMSOFT, vinculada à FUMSOFT - Sociedade Mineira de Software, CNPJ nº 42.772.319/0001-85, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do INdT - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o INdT - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, CNPJ nº 04.802.134/0001-87, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Automação (IPDA) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Automação (IPDA), CNPJ nº 24.722.164/0001-90, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia, CNPJ nº 06.328.646/0001-89, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, CNPJ nº 01.715.975/0001-69, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico, CNPJ nº 03.018.444/0001-42, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do LSI-TEC NE - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico Nordeste como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o LSI-TEC NE - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico Nordeste, CNPJ nº 09.220.489/0001-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica, CNPJ nº 60.967.551/0001-50, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Laboratório de TV Digital da Escola de Engenharia Mackenzie como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Laboratório de TV Digital da Escola de Engenharia Mackenzie, CNPJ nº 60.967.551/0001-50, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 74, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da MIDITEC - MIDI Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a MIDITEC - MIDI Tecnológico, vinculada à ACATE - Associação Catarinense de Tecnologia, CNPJ nº 79.307.138/0001-98, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PROIN.UEG - Programa de Incubadoras da Universidade Estadual de Goiás como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PROIN.UEG - Programa de Incubadoras da Universidade Estadual de Goiás, vinculada à Universidade Estadual de Goiás, CNPJ nº 01.112.580/0001-71, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 76, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, unidade Escola Politécnica como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, unidade Escola Politécnica, CNPJ nº 76.659.820/0001-51, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Departamento de Informática como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Departamento de Informática, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Elétrica como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Elétrica, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 79, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico Científico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico Científico, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC Rio Gênesis - Incubadora Tecnológica Gênesis da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio Gênesis - Incubadora Tecnológica Gênesis da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO, CNPJ nº 88.630.413/0002-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Faculdade de Informática - FACIN como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Faculdade de Informática - FACIN, CNPJ nº 88.630.413/0002-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da RAIAR - Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica e Inovação da PUCRS como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a RAIAR - Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica e Inovação da PUCRS, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 88.630.413/0002-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, CNPJ nº 03.508.097/0001-36, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do Instituto Sapientia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Sapientia, CNPJ nº 05.419.051/0001-76, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 86, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SENAC-SP - Centro Universitário SENAC, unidade Área de Pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAC-SP - Centro Universitário SENAC, unidade Área de Pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia, CNPJ nº 03.709.814/0002-79, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia, unidade Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - CIMATEC como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia, unidade Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - CIMATEC, CNPJ nº 03.795.071/0001-16, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 88, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SENAI-PE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade Instituto Senai de Inovação - ISI TICs como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-PE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade Instituto Senai de Inovação - ISI TICs, CNPJ nº 03.789.272/0001-00, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 89, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade SENAI Londrina como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade SENAI Londrina, CNPJ nº 03.776.284/0022-25, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SENAI-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina, unidade Campus Tecnológico Avançado da Indústria (CTAI) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina, unidade Campus Tecnológico Avançado da Indústria (CTAI), CNPJ nº 03.774.688/0002-36, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 91, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SiDi como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SiDi, CNPJ nº 06.176.586/0001-26, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento do SIDIA-SP - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia (Filial São Paulo) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o SIDIA-SP - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia (Filial São Paulo), CNPJ nº 05.994.459/0002-52, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da Incubadora Softex Campinas como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora Softex Campinas, vinculada à Softex Campinas, CNPJ nº 86.733.102/0001-31, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 94, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

Credenciamento da SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.004254/2020-49, de 20 de Agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife, CNPJ nº 00.501.070/0001-23, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 129, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 294, de 30 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.058979/2013	Associação Felizcidade	RADCOM	Camaçari	BA	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 129 de 16/10/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.454, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 53516.002378/2020-56: Expede ao CONDOMINIO DE PRODUTORES RURAIS DE CANA-DE-ACUCAR - AGROCANA, CNPJ nº 30.202.653/0001-14, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.258, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização a THIAGO THALLYS FERREIRA DO NASCIMENTO, CPF: 111.831.544-88, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FÁBIO DELMIRO MARTINS
Gerente
Substituto

ATO Nº 6.375, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização a Fabiano Honorato Regis, CPF: 038.606.566-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FABIO DELMIRO MARTINS
Gerente
Substituto

ATO Nº 6.470, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso de radiofrequência a LUIZ PAULO DE SOUZA LEAO, CPF: 377.206.514-72, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO DELMIRO MARTINS
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 6.120, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização à Marcos Pontes de Rezende Lara, CPF/CNPJ nº ***.436.487-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 6.410, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização à Davi Lopes dos Santos, CPF/CNPJ nº ***.772.077-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 6.213, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SOCIED PRO PRESERV URBANIST E ECOLOGICA DE CAMBOINHAS, CNPJ/CPF nº 31.833.387/0001-90 associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 6.215, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER DA BARRA, CNPJ/CPF nº 28.248.086/0001-95 associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 6.275, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Consorcio Cx Shopping , CNPJ/CPF nº 32.215.331/0001-35 associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

RODRIGO CRUZ GEBRIM

ATO Nº 6.404, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização à Charles Eduardo Santos de Almeida, CPF nº ***.235.862-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 6.412, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Expedir autorização à Tarcísio da Silva Mendes, CPF nº ***.946.887-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 5.834, DE 5 DE OUTUBRO DE 2020

Processo 53500.042202/2020-14. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da PLENO TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 07.778.411/0001-51, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.868, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020

Processo 53500.042425/2020-73. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da TW TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 31.441.808/0001-38, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 5.899 Processo nº 53500.037860/2020-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bernardo do Mearim/MA.

Nº 5.901 Processo nº 53500.037864/2020-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Colinas/MA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.032, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 53500.014882/2015-19. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à DIRETA TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 83.066.118/0001-40, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.049, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 53500.048305/2020-80. Expede autorização à Rabelo e Santos Melo Ltda, CNPJ/MF nº 34.322.318/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 6.146 Processo nº 53500.020830/2016-54. declara extinta, por renúncia, a partir de 10/09/2020, a autorização outorgada à NET1 TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 15.321.957/0001-07, por intermédio do Ato n° 4733, de 23/08/2012, publicado no DOU de 30/08/2012, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.192 Processo nº 53500.050201/2020-35. Expede autorização à FCPI PROVEDORES DE INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 35.224.512/0001-16, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.195 Processo nº 53500.043119/2020-54. Expede autorização à Vitrineweb Host Servicos de Internet Ltda, CNPJ/MF nº 22.729.028/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 6.214 Processo 53500.043394/2020-78. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da Barranet Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 14.577.533/0001-45, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.218 Processo nº 53500.048535/2020-49. Expede autorização à D D S TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 35.955.126/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.223 Processo nº 53500.049119/2020-68. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da W H DOS ANJOS MENEZES EIRELI, CNPJ/MF nº 07.277.107/0001-20, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.226 Processo nº 53500.042327/2020-36. Expede autorização à Cross Connect Provedor de Acesso A Internet e Servicos Multimidia Ltda, CNPJ/MF nº 34.752.285/0001-39, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.227 Processo nº 53500.045860/2020-50. Expede autorização à MARIA APARECIDA DA SILVA, CNPJ/MF nº 29.423.067/0001-10, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.229 Processo nº 53500.043153/2020-29. Expede autorização à GILMAR RODRIGUES DA SILVA, CNPJ/MF nº 13.367.648/0001-42, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.230 Processo nº 53500.047976/2020-23. Expede autorização à WIL INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 37.140.359/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.231 Processo 53500.043629/2020-21. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da PARA INOVACOES SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 09.344.356/0001-17, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.234 Processo nº 53500.039560/2020-31. declara extinta, por renúncia, a partir de 25/08/2020, a autorização outorgada à ANJOS INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 07.596.789/0001-34, por intermédio do Ato n° 4131, de 17/07/2009, publicado no DOU de 31/07/2009, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.239 Processo nº 53500.043726/2020-14. Expede autorização à Denilde Rangel dos Santos Giannerini Brum, CNPJ/MF nº 28.038.076/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.240 Processo nº 53500.043778/2020-91. Expede autorização à Amnet Telecom - Eireli, CNPJ/MF nº 28.703.856/0001-42, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.241 Processo nº 53500.047803/2020-13. Expede autorização à Ncs - Comercio de Informatica e Internet Ltda, CNPJ/MF nº 21.297.989/0001-17, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.242 Processo nº 53500.043851/2020-24. Expede autorização à F M LIMA DE VASCONCELOS MASSA, CNPJ/MF nº 29.918.227/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.243 Processo 53500.043856/2020-57. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da NORTE LINE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 06.943.829/0001-04, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.244 Processo nº 53500.043858/2020-46. Expede autorização à HOME ON TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 33.737.290/0001-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.245 Processo 53500.045232/2020-74. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da PONTO SAT CONECT EIRELI, CNPJ/MF nº 08.780.186/0001-50, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 6.252 Processo 53500.048401/2020-28. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da RD TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 07.426.902/0001-33, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.253 Processo nº 53500.050082/2020-11. Expede autorização à TBANET COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 36.090.961/0001-81, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.254 Processo nº 53500.048801/2020-33. Expede autorização à INTERNET MAIS FIBRA LTDA, CNPJ/MF nº 38.221.538/0001-07, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.255 Processo nº 53500.047368/2020-19. Expede autorização à SENFF TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 11.029.310/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6. 256 Processo nº 53500.047411/2020-46. Expede autorização à LUIZ A DOS SANTOS SERVICOS DE INTERNET, CNPJ/MF nº 34.722.471/0001-25, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.257 Processo nº 53500.049011/2020-75. Expede autorização à ADELINA DE SOUSA SILVA FERREIRA, CNPJ/MF nº 33.843.075/0001-93, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6. 286 Processo nº 53500.044930/2020-52. Expede autorização à BONAFE & OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF nº 13.811.915/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.287 Processo nº 53500.048755/2020-72. Expede autorização à RM TELECOM - SERVICOS DE INTERNET E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 37.308.761/0001-15, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6. 288 Processo nº 53500.049049/2020-48. Expede autorização à Marcos Teixeira Alves de Brito, CNPJ/MF nº 35.962.960/0001-17, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.289 Processo nº 53500.048606/2020-11. Expede autorização à RC SERVICOS DE TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 34.251.916/0001-36, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.290 Processo 53500.048599/2020-40. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da URAI TELECOMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA, CNPJ/MF nº 12.849.898/0001-56, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.291 Processo nº 53500.048642/2020-77. Expede autorização à TELEFER TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 05.054.145/0001-99, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.293 Processo 53500.048749/2020-15. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da INFOARTES TELECOM EIRELI, CNPJ/MF nº 09.073.807/0001-29, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.294 Processo nº 53500.048705/2020-95. Expede autorização à HENRIQUE ALMEIDA MACHADO 17549591725, CNPJ/MF nº 29.955.684/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.295 Processo nº 53500.048690/2020-65. Expede autorização à PORTWEB PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 07.286.991/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 6.314 Processo 53500.048726/2020-19. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da NET FACIL SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, CNPJ/MF nº 05.460.736/0001-66, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.315 Processo 53500.048819/2020-35. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da CCS CAMBORIU CABLE SYSTEM DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 82.855.164/0001-65, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.316 Processo nº 53500.048880/2020-82. Expede autorização à ALIVE TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 30.501.863/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.317 Processo 53500.048881/2020-27. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da WRNET LTDA, CNPJ/MF nº 05.205.382/0001-03, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.318 Processo 53500.048959/2020-11. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da MICRORCIM PRONET DO BRASIL INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 01.457.147/0001-78, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.319 Processo nº 53500.048924/2020-74. Expede autorização à FISP NETWORK TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 37.908.651/0001-94, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.320 Processo nº 53500.049038/2020-68. Expede autorização à B. B. Y. INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 37.983.591/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.321 Processo nº 53500.049817/2020-63. Expede autorização à UFINET BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 34.253.669/0001-07, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 6.457 Autoriza Samir El Shaer, CPF nº 13001798807, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 30/10/2020 a 27/12/2020.

Nº 6.473 Autoriza ANDRE FRONZA, CPF nº 00373245947, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Curitiba/PR, no período de 20/11/2020 a 25/12/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.490/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60532.000026/2020-23, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, na forma do Anexo a esta Portaria, as etapas e os prazos para publicação dos atos normativos internos à administração central do Ministério da Defesa, listados na Portaria nº 3.220/GM-MD, de 25 de setembro de 2020, objeto de revisão e consolidação, observado o disposto nos arts. 5º e 6º da Portaria Normativa nº 87/GM-MD, de 24 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO

GABINETE DO MINISTRO

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria Normativa nº 660, de 19 de maio de 2009. Portaria Normativa nº 849, de 4 de abril de 2013.
		Portaria Normativa nº 3.015, de 18 de novembro de 2014. Portaria Normativa nº 3.183, de 4 de dezembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 309, de 5 de fevereiro de 2015. Portaria Normativa nº 1.547, de 13 de julho de 2015.
		Portaria Normativa nº 1.806, de 20 de agosto de 2015. Portaria Normativa nº 2.623, de 7 de dezembro de 2015.
		Portaria Normativa nº 36, de 8 de setembro de 2017. Portaria Normativa nº 12, de 22 de março de 2018.
		Portaria Normativa nº 89, de 17 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 22, de 10 de abril de 2019.
		Portaria Normativa nº 18, de 18 de março de 2019. Portaria Normativa nº 58, de 22 de julho de 2019.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Portaria nº 601, de 21 de outubro de 2002. Portaria Normativa nº 751, de 18 de dezembro de 2002.
		Portaria Normativa nº 1.036, de 13 de novembro de 2003. Portaria Normativa nº 619, de 16 de junho de 2004.
		Portaria Normativa nº 1.068, de 8 de setembro de 2005. Portaria Normativa nº 587, de 8 de abril de 2008.
		Portaria Normativa nº 882, de 26 de maio de 2010. Portaria Normativa nº 1.217, de 17 de maio de 2011.
		Portaria Normativa nº 3.237, de 27 de outubro de 2011. Portaria Normativa nº 2.880, de 31 de outubro de 2012.
		Portaria Normativa nº 2.978, de 24 de outubro de 2013. Portaria Normativa nº 24, de 8 de janeiro de 2015. Portaria Normativa nº 2.048, de 18 de setembro de 2015. Portaria nº 705, de 12 de agosto de 1999.
		Portaria nº 3.029, de 10 de dezembro de 1999. Portaria nº 3.048, de 10 de dezembro de 1999.
		Portaria nº 8.026, de 22 de dezembro de 2000.
		Portaria nº 195, de 22 de março de 2001. Portaria nº 244, de 11 de abril de 2001. Portaria nº 544, de 3 de setembro de 2001.
		Portaria nº 350, de 19 de junho de 2002. Portaria nº 508, de 6 de setembro de 2002. Portaria nº 615, de 24 de outubro de 2002.
		Portaria nº 676, de 14 de novembro de 2002. Portaria nº 214, de 20 de março de 2003.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 678, de 20 de março de 2015. Portaria Normativa nº 28, de 11 de maio de 2016.
		Portaria Normativa nº 48, de 15 de agosto de 2016. Portaria Normativa nº 68, de 21 de novembro de 2016.
		Portaria Normativa nº 76, de 26 de dezembro de 2016. Portaria Normativa nº 4, de 18 de janeiro de 2017.
		Portaria Normativa nº 6, de 17 de fevereiro de 2017. Portaria Normativa nº 13, de 21 de março de 2017.
		Portaria Normativa nº 32, de 5 de junho de 2018. Portaria Normativa nº 46, de 24 de agosto de 2018.
		Portaria nº 608, de 7 de julho de 2003. Portaria nº 909, de 23 de setembro de 2003. Portaria nº 911, de 25 de setembro de 2003.
		Portaria nº 912, de 25 de setembro de 2003. Portaria nº 730, de 6 de junho de 2005. Portaria nº 778, de 17 de junho de 2005. Portaria nº 866, de 8 de julho de 2005.
		Portaria nº 995, de 24 de agosto de 2005. Portaria nº 74, de 18 de janeiro de 2006. Portaria nº 394, de 27 de março de 2006.
		Portaria nº 1.229, de 20 de setembro de 2006. Portaria nº 773, de 31 de maio de 2007. Portaria nº 996, de 7 de agosto de 2007. Portaria nº 997, de 7 de agosto de 2007.
		Portaria nº 1.125, de 31 de agosto de 2007.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria Normativa nº 72, de 20 de novembro de 2018. Portaria Normativa nº 89, de 17 de dezembro de 2018.
		Portaria Normativa nº 10, de 4 de fevereiro de 2019. Portaria Normativa nº 23, de 15 de abril de 2019.
		Portaria Normativa nº 24, de 16 de abril de 2019. Portaria Normativa nº 25, de 16 de abril de 2019.
		Portaria Normativa nº 26, de 16 de abril de 2019. Portaria Normativa nº 58, de 22 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 16, de 13 de fevereiro de 2020. Portaria nº 206, de 11 de fevereiro de 2008.
		Portaria nº 249, de 14 de fevereiro de 2008. Portaria nº 353, de 28 de fevereiro de 2008.
		Portaria nº 974, de 23 de junho de 2008. Portaria nº 975, de 23 de junho de 2008. Portaria nº 976, de 23 de junho de 2008. Portaria nº 661, de 19 de maio de 2009.
		Portaria nº 849, de 12 de junho de 2009. Portaria nº 1.088, de 11 de agosto de 2009. Portaria nº 1.119, de 19 de agosto de 2009.
		Portaria nº 1.282, de 29 de setembro de 2009. Portaria nº 1.549, de 27 de novembro de 2009.
		Portaria nº 1.430, de 6 de setembro de 2010. Portaria nº 1.568, de 8 de outubro de 2010.
		Portaria nº 1.815, de 5 de julho de 2011. Portaria nº 2.757, de 19 de setembro de 2011.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria nº 1.134, de 29 de setembro de 2005. Portaria nº 1.136, de 3 de outubro de 2005.
		Portaria nº 1.229, de 20 de setembro de 2006. Portaria Normativa nº 1.243, de 21 de setembro de 2006.
		Portaria nº 3.238, de 27 de outubro de 2011. Portaria nº 316, de 7 de fevereiro de 2012.
		Portaria nº 857, de 28 de março de 2012. Portaria nº 1.204, de 7 de maio de 2012. Portaria nº 2.806, de 4 de outubro de 2013.
		Portaria Normativa nº 2.975, de 24 de outubro de 2013. Portaria Normativa nº 1.195, de 16 de maio de 2014.
		Portaria nº 313, de 5 de fevereiro de 2015. Portaria nº 1.300, de 10 de junho de 2015.
		Portaria nº 25, de 26 de fevereiro de 2016. Portaria nº 467, de 6 de fevereiro de 2017.
		Portaria nº 468, de 6 de fevereiro de 2017. Portaria nº 1.978, de 11 de maio de 2017.
		Portaria nº 2.172, de 26 de maio de 2017. Portaria nº 2.494, de 23 de junho de 2017.
		Portaria nº 3.138, de 16 de agosto de 2017. Portaria nº 3.369, de 12 de setembro de 2017.
		Portaria nº 4.381, de 18 de dezembro de 2017. Portaria nº 85, de 11 de janeiro de 2018. Portaria nº 409, de 2 de fevereiro de 2018.
		Portaria nº 1.426, de 18 de abril de 2018. Portaria nº 1.568, de 27 de abril de 2018. Instrução Normativa nº 1, de 28 de janeiro de 2020.
		Portaria nº 69, de 14 de fevereiro de 2002. Portaria nº 580, de 10 de outubro de 2002.
		Portaria nº 2.179, de 17 de junho de 2020. Portaria nº 906, de 23 de setembro de 2003.
		Portaria nº 1.029, de 11 de novembro de 2003. Portaria nº 1.473, de 23 de dezembro de 2004.
		Portaria nº 201, de 23 de fevereiro de 2005. Portaria nº 1.328, de 11 de outubro de 2006.
		Portaria nº 50, de 17 de dezembro de 2007. Portaria nº 1.118, de 19 de agosto de 2009.
		Portaria nº 1.376, de 20 de outubro de 2009. Portaria nº 1.567, de 8 de outubro de 2010.
		Portaria nº 201, de 2 de fevereiro de 2011. Portaria nº 2.171, de 26 de maio de 2017.
		Portaria nº 2.217, de 31 de maio de 2017. Portaria nº 2.218, de 31 de maio de 2017.

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2001. Portaria nº 3.513, de 16 de novembro de 2011.
		Portaria nº 1.808, de 12 de junho de 2013. Portaria nº 1.729, de 10 de julho de 2014.
		Portaria nº 1, de 30 de setembro de 2015. Portaria nº 123, de 10 de janeiro de 2017.
		Portaria nº 264, de 23 de janeiro de 2018. Portaria nº 2.981, de 9 de agosto de 2018.
		Portaria nº 94, de 9 de janeiro de 2019. Portaria nº 721, de 14 de fevereiro de 2019. Portaria nº 2.797, de 27 de junho de 2019.
		Portaria nº 41, de 6 de janeiro de 2020. Portaria nº 646, de 11 de fevereiro de 2020. Instrução Normativa nº 2, de 27 de dezembro de 2006.
		Instrução Normativa nº 9, de 30 de março de 2007. Instrução Normativa nº 11, de 6 de abril de 2007.
		Instrução Normativa nº 2, de 10 de agosto de 2017. Instrução Normativa nº 4, de 2 de outubro de 2017.
		Instrução Normativa nº 5, de 3 de outubro de 2017. Instrução Normativa nº 1, de 4 de fevereiro de 2019.
		Instrução Normativa nº 2, de 17 de junho de 2019. Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2019.
		Instrução Normativa nº 5, de 30 de outubro de 2019. Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2020.
		Instrução Normativa nº 1, de 13 de janeiro de 2020.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Orientação Normativa nº 3, de 16 de dezembro de 2010. Orientação Normativa nº 2, de 25 de setembro de 2012.
		Portaria nº 2.561, de 6 de dezembro de 2016. Portaria nº 1.280, de 23 de março de 2017.
		Portaria nº 2.838, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3.593, de 26 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 3.389, de 21 de dezembro de 2012. Portaria Normativa nº 2.090, de 12 de julho de 2013.
		Portaria Normativa nº 186, de 31 de janeiro de 2014. Portaria Normativa nº 2.777, de 27 de outubro de 2014.
		Portaria Normativa nº 297, de 5 de fevereiro de 2015. Portaria Normativa nº 1.133, de 20 de maio de 2015.
		Portaria Normativa nº 1.691, de 5 de agosto de 2015. Portaria Normativa nº 18, de 2 de março de 2016.
		Portaria Normativa nº 40, de 23 de junho de 2016
		Portaria Normativa nº 72, de 8 de dezembro de 2016. Portaria Normativa nº 94, de 20 de dezembro de 2018.
		Portaria Normativa nº 101, de 26 de dezembro de 2018.
		Portaria Normativa nº 102, de 19 de novembro de 2019.
		Portaria Normativa nº 3, de 9 de janeiro de 2020.

3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 537, de 21 de dezembro de 2005. Portaria Normativa nº 2.327, de 28 de outubro de 2015.
		Portaria Normativa nº 5, de 5 de abril de 2016. Portaria Normativa nº 13, de 23 de março de 2018.
		Portaria nº 182, de 13 de março de 2001. Portaria nº 983, de 17 de outubro de 2003. Portaria nº 921, de 1º de agosto de 2005.
		Portaria nº 1.593, de 9 de dezembro de 2009. Portaria nº 952, de 15 de junho de 2010. Portaria nº 1.300, de 12 de agosto de 2010.
		Portaria nº 1.586, de 11 de outubro de 2010. Portaria nº 589, de 28 de março de 2011. Portaria nº 1.350, de 25 de maio de 2011.
		Portaria nº 1.983, de 3 de julho de 2013. Portaria nº 1.424, de 31 de dezembro de 2014. Portaria nº 2.745, de 21 de dezembro de 2015.
		Portaria nº 28, de 3 de março de 2016. Portaria nº 644, de 21 de fevereiro de 2017. Portaria nº 1.357, de 28 de março de 2017.
		Portaria nº 2.765, de 20 de outubro de 2017. Instrução Normativa nº 11, de 17 de outubro de 2013.
		Portaria Normativa nº 6.762, de 31 de outubro de 2000. Portaria Normativa nº 227, de 2 de abril de 2001.
		Portaria Normativa nº 295, de 3 de junho de 2002. Portaria Normativa nº 159, de 19 de fevereiro de 2004.
		Portaria Normativa nº 367, de 6 de abril de 2004. Portaria Normativa nº 1.800, de 14 de dezembro de 2006.
		Portaria Normativa nº 1.416, de 16 de outubro de 2008. Portaria Normativa nº 1.417, de 16 de outubro de 2008
		Portaria Normativa nº 1.669, de 3 de dezembro de 2008. Portaria Normativa nº 2.970, de 8 de novembro de 2012.
		Portaria Normativa nº 620, de 8 de março de 2013. Portaria Normativa nº 747, de 20 de março de 2013.
		Portaria Normativa nº 1.873, de 20 de junho de 2013. Portaria Normativa nº 1.147, de 8 de maio de 2014.
		Portaria Normativa nº 3.009, de 18 de novembro de 2014. Portaria Normativa nº 3.011, de 18 de novembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 751, de 30 de março de 2015. Portaria Normativa nº 753, de 30 de março de 2015.
		Portaria Normativa nº 826, de 9 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 1.489, de 3 de julho de 2015.
		Portaria Normativa nº 2.083, de 23 de setembro de 2015. Portaria Normativa nº 8, de 13 de janeiro de 2016.
		Portaria Normativa nº 22, de 24 de março de 2016. Portaria Normativa nº 32, de 25 de maio de 2016.
		Portaria Normativa nº 35, de 10 de junho de 2016. Portaria Normativa nº 9, de 14 de março de 2017.
		Portaria Normativa nº 73, de 20 de novembro de 2018. Portaria Normativa nº 3, de 4 de janeiro de 2019.
		Portaria Normativa nº 7, de 14 de janeiro de 2019. Portaria Normativa nº 49, de 10 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 50, de 10 de julho de 2019. Portaria Normativa nº 51, de 10 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 62, de 29 de julho de 2019. Portaria Normativa nº 69, de 13 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 70, de 13 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 76, de 26 de agosto de 2019.

4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria Normativa nº 484, de 5 de abril de 2007. Portaria Normativa nº 2.328, de 28 de outubro de 2015.
		Portaria Normativa nº 17, de 2 de março de 2016. Portaria Normativa nº 16, de 12 de abril de 2018. Portaria nº 362, de 8 de junho de 2001.
		Portaria nº 683, de 25 de novembro de 2002. Portaria nº 4.760, de 3 de dezembro de 2019.
		Portaria nº 539, de 4 de fevereiro de 2020. Instrução Normativa nº 1, de 25 de julho de 2011.
		Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2012. Instrução Normativa nº 2, de 9 de fevereiro de 2012.
		Portaria Normativa nº 811, de 25 de março de 1994. Portaria Normativa nº 147, de 16 de fevereiro de 2004.
		Portaria Normativa nº 1.304, de 4 de outubro de 2006. Portaria Normativa nº 113, de 1º de fevereiro de 2007.
		Portaria Normativa nº 513, de 26 de março de 2008. Portaria Normativa nº 219, de 12 de fevereiro de 2010.
		Portaria Normativa nº 1.069, de 5 de maio de 2011. Portaria Normativa nº 2.756, de 19 de setembro de 2011.
		Portaria Normativa nº 3.885, de 15 de dezembro de 2011. Portaria Normativa nº 2.293, de 28 de agosto de 2012.
		Portaria Normativa nº 2.387, de 5 de setembro de 2012. Portaria Normativa nº 2.388, de 5 de setembro de 2012.
		Portaria Normativa nº 615, de 8 de março de 2013.
		Portaria Normativa nº 862, de 4 de abril de 2013. Portaria Normativa nº 1.064, de 19 de abril de 2013.
		Portaria Normativa nº 1.866, de 20 de junho de 2013. Portaria Normativa nº 1.984, de 3 de julho de 2013.
		Portaria Normativa nº 3.010, de 18 de novembro de 2014. Portaria Normativa nº 1.684, de 4 de agosto de 2015.
		Portaria Normativa nº 2.329, de 28 de outubro de 2015.
		Portaria Normativa nº 2.330, de 28 de outubro de 2015. Portaria Normativa nº 6, de 13 de janeiro de 2016.
		Portaria Normativa nº 9, de 13 de janeiro de 2016. Portaria Normativa nº 10, de 13 de janeiro de 2016.
		Portaria Normativa nº 45, de 18 de julho de 2016. Portaria Normativa nº 17, de 15 de maio de 2017.
		Portaria Normativa nº 31, de 29 de agosto de 2017. Portaria Normativa nº 46, de 28 de novembro de 2017.
		Portaria Normativa nº 52, de 27 de dezembro de 2017. Portaria Normativa nº 3, de 25 de janeiro de 2018.
		Portaria Normativa nº 14, de 23 de março de 2018. Portaria Normativa nº 71, de 20 de novembro de 2018
		Portaria Normativa nº 79, de 29 de novembro de 2018. Portaria Normativa nº 46, de 5 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 77, de 29 de agosto de 2019 Portaria Normativa nº 96, de 11 de novembro de 2019.

5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 1.130, de 20 de maio de 2015. Portaria Normativa nº 2.506, de 19 de novembro de 2015.
		Portaria Normativa nº 32, de 30 de agosto de 2017. Portaria Normativa nº 34, de 17 de junho de 2019.
		Portaria nº 2.962, de 8 de dezembro de 1999. Portaria nº 2.507, de 3 de maio de 2000. Portaria nº 1.429, de 6 de setembro de 2010.
		Portaria nº 377, de 3 de março de 2011. Portaria nº 1.217, de 7 de maio de 2012. Portaria nº 506, de 26 de fevereiro de 2013.
		Portaria nº 2.900, de 14 de outubro de 2013. Portaria nº 2.151, de 2 de outubro de 2015.
		Portaria nº 41, de 17 de outubro de 2017. Portaria nº 1.782, de 17 de abril de 2019. Portaria nº 4.670, de 25 de novembro de 2019.
		Portaria nº 4.855, de 9 de dezembro de 2019. Instrução Normativa nº 12, de 2 de maio de 2007.
		Instrução Normativa nº 1, de 17 de janeiro de 2008. Instrução Normativa nº 8, de 23 de maio de 2014.
		Instrução Normativa nº 2, de 18 de março de 2015. Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2017.
		Portaria Normativa nº 606, de 11 de junho de 2004.
		Portaria Normativa nº 1.336, de 2 de dezembro de 2005. Portaria Normativa nº 558, de 1º de maio de 2008.
		Portaria Normativa nº 916, de 13 de junho de 2008. Portaria Normativa nº 1.642, de 17 de dezembro de 2009.
		Portaria Normativa nº 221, de 12 de fevereiro de 2010. Portaria Normativa nº 999, de 30 de abril de 2015.
		Portaria Normativa nº 2.513, de 20 de novembro de 2015. Portaria Normativa nº 14, de 18 de fevereiro de 2016.
		Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016. Portaria Normativa nº 33, de 4 de setembro de 2017.
		Portaria Normativa nº 49, de 12 de dezembro de 2017. Portaria Normativa nº 25, de 9 de maio de 2018.
		Portaria Normativa nº 40, de 11 de julho de 2018. Portaria Normativa nº 56, de 11 de outubro de 2018.
		Portaria Normativa nº 81, de 3 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 44, de 3 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 57, de 18 de julho de 2019. Portaria Normativa nº 73, de 22 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 87, de 21 de outubro de 2019. Portaria Normativa nº 89, de 2 de outubro de 2019.
		Portaria Normativa nº 91, de 24 de outubro de 2019. Portaria nº 1.140, de 3 de outubro de 2005.

SECRETARIA-GERAL

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria Normativa nº 3.771, de 30 de novembro de 2011. Portaria Normativa nº 1.690, de 5 de agosto de 2015.
		Instrução Normativa nº 7, de 22 de maio de 2014. Instrução Normativa nº 9, de 5 de junho de 2014.
		Portaria nº 544, de 3 de setembro de 2001.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Portaria Normativa nº 21, de 17 de março de 2016. Portaria Normativa nº 38, de 26 de setembro de 2017.
		Instrução Normativa nº 10, de 23 de dezembro de 2015. Instrução Normativa nº 2, de 20 de outubro de 2016. Portaria nº 350, de 19 de junho de 2002.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 29, de 22 de maio de 2018. Portaria Normativa nº 68, de 13 de novembro de 2018.
		Instrução Normativa nº 4, de 3 de agosto de 2017. Instrução Normativa nº 1, de 22 de março de 2018.
		Portaria nº 358, de 5 de março de 2010.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria Normativa nº 78, de 29 de novembro de 2018. Portaria Normativa nº 99, de 21 de dezembro de 2018.
		Instrução Normativa nº 2, de 5 de abril de 2018. Instrução Normativa nº 13, de 30 de novembro de 2018.
		Portaria nº 2.798, de 26 de julho de 2018.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 6, de 14 de janeiro de 2019. Portaria Normativa nº 2, de 7 de janeiro de 2020.
		Instrução Normativa nº 16, de 6 de dezembro de 2018. Instrução Normativa nº 3, de 24 de abril de 2019.
		Portaria Normativa nº 5, de 16 de fevereiro de 2018. Portaria Normativa nº 30, de 9 de maio de 2019.
		Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015. Portaria nº 761, de 1º de março de 2018. Portaria nº 543, de 5 de fevereiro de 2020.
		Portaria nº 1.038, de 9 de março de 2020.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria Normativa nº 1.013, de 23 de fevereiro de 2000. Portaria Normativa nº 329, de 17 de maio de 2001.
		Portaria Normativa nº 439, de 20 de julho de 2001. Portaria Normativa nº 369, de 27 de junho de 2002.
		Portaria Normativa nº 582, de 15 de outubro de 2002. Portaria Normativa nº 62, de 13 de julho de 2020.
		Portaria Normativa nº 356 , de 30 de abril de 2003. Portaria Normativa nº 83, de 30 de janeiro de 2004.
		Portaria Normativa nº 458, de 30 de abril de 2004. Portaria Normativa nº 936, de 24 de setembro de 2004.

		Portaria Normativa nº 937, de 24 de setembro de 2004. Portaria Normativa nº 1.381, de 1º de dezembro de 2004. Portaria Normativa nº 559, de 3 de maio de 2005. Portaria Normativa nº 1.082, de 12 de setembro de 2005.
		Portaria Normativa nº 65, de 13 de janeiro de 2006. Portaria Normativa nº 192, de 16 de fevereiro de 2006.
		Portaria Normativa nº 1.563, de 11 de outubro de 2006. Instrução Normativa nº 1, de 10 de abril de 2001.

2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2006. Instrução Normativa nº 4, de 3 de maio de 2006.
		Instrução Normativa nº 1, de 16 de setembro de 2010. Instrução Normativa nº 1, de 30 de maio de 2011.
		Instrução Normativa nº 6, de 12 de março de 2014. Instrução Normativa nº 3, de 30 de abril de 2015.
		Instrução Normativa nº 8, de 29 de outubro de 2015. Portaria Normativa nº 1.263, de 20 de outubro de 2004.
		Portaria Normativa nº 577, de 6 de maio de 2005. Portaria Normativa nº 890, de 27 de junho de 2007.
		Portaria Normativa nº 892, de 27 de junho de 2007. Portaria Normativa nº 1.075, de 22 de agosto de 2007.
		Portaria Normativa nº 1.454, de 8 de novembro de 2007. Portaria Normativa nº 658, de 23 de abril de 2008.
		Portaria Normativa nº 899, de 9 de junho de 2008. Portaria Normativa nº 1.387, de 21 de outubro de 2009.
		Portaria Normativa nº 1.448, de 6 de novembro de 2009. Portaria Normativa nº 1.571, de 3 de dezembro de 2009.
		Portaria Normativa nº 700, de 28 de abril de 2010. Portaria Normativa nº 1.443, de 9 de setembro de 2010.
		Portaria Normativa nº 1.887, de 22 de dezembro de 2010. Portaria Normativa nº 2.532, de 31 de agosto de 2011.
		Portaria Normativa nº 24, de 4 de janeiro de 2012. Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2004.
		Portaria Normativa nº 24, de 4 de janeiro de 2012. Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2004.
		Instrução Normativa nº 5, de 12 de dezembro de 2006. Instrução Normativa nº 4, de 10 de dezembro de 2009.
		Instrução Normativa nº 3, de 16 de agosto de 2011. Instrução Normativa nº 6, de 4 de setembro de 2015.
		Instrução Normativa nº 2, de 29 de fevereiro de 2016. Instrução Normativa nº 1, de 1º de fevereiro de 2018.
		Orientação Normativa nº 1, de 23 de junho de 2004. Orientação Normativa nº 8, de 24 de janeiro de 2006.
		Orientação Normativa nº 1, de 18 de abril de 2018. Orientação Normativa nº 3, de 11 de junho de 2018.
		Portaria nº 616, de 24 de outubro de 2002. Portaria nº 748, de 18 de dezembro de 2002.
		Portaria nº 915, de 26 de setembro de 2003. Portaria nº 1.075, de 9 de setembro de 2005.
		Portaria nº 1.081, de 12 de setembro de 2005. Portaria nº 1.148, de 5 de outubro de 2005.
		Portaria nº 1.248, de 17 de setembro de 2009. Portaria nº 1.839, de 9 de dezembro de 2010.
		Portaria nº 84, de 14 de janeiro de 2011. Portaria nº 1.706, de 26 de junho de 2012. Portaria nº 2.482, de 13 de setembro de 2012.
		Portaria nº 2.654, de 1º de outubro de 2012. Portaria nº 522, de 5 de março de 2014. Portaria nº 523, de 5 de março de 2014.
		Portaria nº 133, de 25 de abril de 2014. Portaria nº 36, de 15 de abril de 2016. Portaria nº 251, de 4 de maio de 2016. Portaria nº 604, de 6 de junho de 2016.
		Portaria nº 2.715, de 11 de julho de 2017. Portaria nº 3.610, de 3 de outubro de 2017.
		Portaria nº 4.398, de 19 de dezembro de 2017. Portaria nº 1.602, de 27 de abril de 2018. Portaria nº 2.967, de 8 de agosto de 2018.
		Portaria nº 114, de 10 de janeiro de 2019. Portaria nº 288, de 18 de janeiro de 2019.
		Portaria nº 354, de 22 de janeiro de 2019. Portaria nº 1.836, de 16 de maio de 2018.

3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Orientação Normativa nº 1, de 1º de agosto de 2003. Orientação Normativa nº 7, de 29 de abril de 2005.
		Orientação Normativa nº 3, de 23 de dezembro de 2015. Orientação Normativa nº 1, de 19 de dezembro de 2017.
		Portaria nº 672, de 25 de outubro de 2001. Portaria nº 434, de 17 de julho de 2002. Portaria nº 467, de 12 de agosto de 2002.
		Portaria nº 1.383, de 2 de dezembro de 2004. Portaria nº 1.438, de 14 de dezembro de 2004.
		Portaria nº 1.450, de 20 de dezembro de 2004. Portaria Normativa nº 110, de 23 de janeiro de 2009.
		Portaria Normativa nº 357, de 5 de março de 2010. Portaria Normativa nº 852, de 21 de maio de 2010.
		Portaria Normativa nº 524, de 2 de março de 2012. Portaria Normativa nº 1.233, de 11 de maio de 2012.
		Portaria Normativa nº 1.235, de 11 de maio de 2012. Portaria Normativa nº 2.495, de 26 de agosto de 2013.
		Portaria Normativa nº 2.723, de 20 de setembro de 2013. Portaria Normativa nº 4, de 4 de janeiro de 2014.
		Portaria Normativa nº 41, de 13 de janeiro de 2014. Portaria Normativa nº 3.087, de 26 de novembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 1.000, de 30 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 57, de 21 de setembro de 2016.
		Portaria Normativa nº 22, de 11 de julho de 2017. Portaria Normativa nº 48, de 11 de dezembro de 2017.
		Portaria Normativa nº 60, de 17 de outubro de 2018. Instrução Normativa nº 1, de 23 de abril de 2004.
		Instrução Normativa nº 3, de 23 de março de 2007. Instrução Normativa nº 11, de 29 de outubro de 2012.
		Instrução Normativa nº 9, de 24 de setembro de 2013. Instrução Normativa nº 4, de 19 de maio de 2016.
		Instrução Normativa nº 2, de 2 de maio de 2017. Instrução Normativa nº 2, de 2 de fevereiro de 2018.
		Orientação Normativa nº 2, de 29 de setembro de 2004. Orientação Normativa nº 9, de 30 de janeiro de 2006.
		Orientação Normativa nº 2, de 8 de junho de 2018.
		Portaria nº 1.007, de 31 de outubro de 2003. Portaria nº 28, de 16 de janeiro de 2004. Portaria nº 87, de 2 de fevereiro de 2004.
		Portaria nº 1.406, de 26 de outubro de 2007. Portaria nº 1.450, de 8 de novembro de 2007.
		Portaria nº 1.406, de 23 de outubro de 2009. Portaria nº 372, de 3 de março de 2011.
		Portaria nº 1.181, de 13 de maio de 2011. Portaria nº 1.430, de 1º de junho de 2011.
		Portaria nº 2.680, de 4 de outubro de 2012. Portaria nº 3.297, de 10 de dezembro de 2012.
		Portaria nº 3.364, de 19 de dezembro de 2012. Portaria nº 141, de 2 de maio de 2014. Portaria nº 1.851, de 20 de junho de 2013. Portaria nº 1, de 6 de agosto de 2014.
		Portaria nº 839, de 27 de junho de 2016. Portaria nº 1.121, de 22 de julho de 2016.
		Portaria nº 2.036, de 13 de outubro de 2016. Portaria nº 43, de 8 de janeiro de 2018.
		Portaria nº 175, de 17 de janeiro de 2018. Portaria nº 219, de 19 de janeiro de 2018. Portaria nº 1.728, de 9 de maio de 2018.
		Portaria nº 3.089, de 16 de agosto de 2018. Portaria nº 718, de 14 de fevereiro de 2019. Portaria nº 820, de 20 de fevereiro de 2019.
		Portaria nº 874, de 22 de fevereiro de 2019.

4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 1.651, de 2 de dezembro de 2008. Portaria nº 1.742, de 23 de dezembro de 2008.
		Portaria nº 1.748, de 26 de dezembro de 2008. Portaria nº 3.670, de 24 de novembro de 2011.
		Portaria nº 1.532, de 29 de maio de 2012. Portaria nº 1.685, de 21 de junho de 2012.
		Portaria nº 3.072, de 13 de novembro de 2013. Portaria nº 81, de 17 de janeiro de 2014. Portaria nº 521, de 5 de março de 2014.
		Portaria nº 4, de 13 de janeiro de 2016. Portaria Normativa nº 1.867, de 14 de dezembro de 2010.
		Portaria Normativa nº 2.229, de 23 de agosto de 2012. Portaria Normativa nº 3.005, de 14 de novembro de 2012
		Portaria Normativa nº 24, de 21 de janeiro de 2014. Portaria Normativa nº 3.072, de 24 de novembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 1.689, de 5 de agosto de 2015. Portaria Normativa nº 2.743, de 21 de dezembro de 2015.
		Portaria Normativa nº 71, de 29 de novembro de 2016. Portaria Normativa nº 4, de 29 de janeiro de 2018.
		Portaria Normativa nº 63, de 22 de outubro de 2018. Portaria Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2019.
		Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019. Portaria Normativa nº 27, de 24 de abril de 2019.
		Portaria Normativa nº 31, de 4 de junho de 2019. Portaria Normativa nº 54, de 15 de julho de 2019.
		Portaria Normativa nº 80, de 13 de setembro de 2019. Instrução Normativa nº 4, de 12 de julho de 2004.
		Instrução Normativa nº 3, de 3 de abril de 2007. Instrução Normativa nº 5, de 9 de abril de 2007.
		Instrução Normativa nº 12, de 28 de novembro de 2012. Instrução Normativa nº 6, de 20 de março de 2018.
		Instrução Normativa nº 1, de 6 de setembro de 2018. Instrução Normativa nº 18, de 27 de dezembro de 2018.
		Orientação Normativa nº 3, de 29 de setembro de 2004. Orientação Normativa nº 9, de 14 de junho de 2006.
		Orientação Normativa nº 4, de 29 de junho de 2018. Portaria nº 487, de 5 de maio de 2004. Portaria nº 610, de 14 de junho de 2004.
		Portaria nº 752, de 3 de agosto de 2004. Portaria nº 889, de 6 de junho de 2008. Portaria nº 1.320, de 19 de setembro de 2008.
		Portaria nº 1.560, de 1º de dezembro de 2009. Portaria nº 1.667, de 27 de dezembro de 2009.
		Portaria nº 1.668, de 28 de dezembro de 2009. Portaria nº 2.833, de 21 de setembro de 2011.
		Portaria nº 3.371, de 20 de dezembro de 2012. Portaria nº 617, de 20 de dezembro de 2012.
		Portaria nº 858, de 4 de abril de 2013. Portaria Normativa nº 2.039, de 14 de agosto de 2014.
		Portaria nº 3.255, de 18 de dezembro de 2014. Portaria nº 95, de 16 de janeiro de 2015.
		Portaria nº 36, de 3 de janeiro de 2017. Portaria nº 190, de 17 de janeiro de 2017.
		Portaria nº 280, de 24 de janeiro de 2017. Portaria nº 258, de 22 de janeiro de 2018.
		Portaria nº 411, de 2 de fevereiro de 2018. Portaria nº 656, de 22 de fevereiro de 2018.
		Portaria nº 1.821, de 15 de maio de 2018. Portaria nº 4.386, de 10 de dezembro de 2018.
		Portaria nº 1.808, de 18 de abril de 2019. Portaria nº 2.046, de 7 de maio de 2019. Portaria nº 2.149, de 14 de maio de 2019.

5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria nº 17, de 29 de janeiro de 2016. Portaria nº 101, de 16 de março de 2016. Portaria nº 658, de 21 de fevereiro de 2017.
		Portaria nº 1.680, de 20 de abril de 2017. Portaria nº 1.707, de 25 de abril de 2017. Portaria nº 1.522, de 24 de abril de 2018. Portaria nº 2.581, de 10 de julho de 2018.
		Portaria nº 4.468, de 17 de dezembro de 2018. Portaria nº 4.567, de 21 de dezembro de 2018.
		Portaria nº 4.679, de 28 de dezembro de 2018. Portaria nº 98, de 9 de janeiro de 2020. Portaria nº 236, de 17 de janeiro de 2020.
		Portaria Normativa nº 2.879, de 31 de outubro de 2012. Portaria Normativa nº 1.813, de 13 de junho de 2013.
		Portaria Normativa nº 2.032, de 4 de julho de 2013. Portaria Normativa nº 1.422, de 5 de junho de 2014.
		Portaria Normativa nº 997, de 30 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 1.553, de 14 de julho de 2015.
		Portaria Normativa nº 20, de 17 de março de 2016. Portaria Normativa nº 34, de 8 de junho de 2018.
		Portaria Normativa nº 69, de 14 de novembro de 2018. Portaria Normativa nº 15, de 11 de março de 2019.
		Portaria Normativa nº 48, de 10 de julho de 2019. Portaria Normativa nº 82, de 16 de setembro de 2019
		Portaria Normativa nº 86, de 14 de outubro de 2019. Portaria Normativa nº 8, de 24 de janeiro de 2020.
		Portaria Normativa nº 13, de 5 de fevereiro de 2020. Portaria Normativa nº 87, de 24 de setembro de 2020.
		Instrução Normativa nº 5, de 4 de agosto de 2004. Instrução Normativa nº 4, de 9 de abril de 2007.
		Instrução Normativa nº 6, de 6 de setembro de 2013. Instrução Normativa nº 10, de 11 de junho de 2018.
		Instrução Normativa nº 7, de 21 de março de 2018. Instrução Normativa nº 4, de 8 de julho de 2019.
		Instrução Normativa nº 5, de 29 de julho de 2019. Instrução Normativa nº 2, de 10 de março de 2020.
		Orientação Normativa nº 6, de 17 de janeiro de 2005. Orientação Normativa nº 11, de 29 de dezembro de 2006.
		Orientação Normativa nº 7, de 12 de dezembro de 2018. Orientação Normativa nº 6, de 9 de agosto de 2018.
		Portaria nº 866, de 3 de setembro de 2004. Portaria nº 939, de 24 de setembro de 2004.
		Portaria nº 1.316, de 4 de novembro de 2004. Portaria nº 1.500, de 3 de outubro de 2008.
		Portaria nº 1.458, de 24 de outubro de 2008. Portaria nº 845, de 20 de maio de 2010. Portaria nº 1.502, de 21 de setembro de 2010.
		Portaria nº 3.332, de 4 de novembro de 2011. Portaria nº 3.485, de 10 de novembro de 2011.
		Portaria nº 892, de 5 de abril de 2013. Portaria nº 900, de 12 de abril de 2013. Portaria nº 2.976, de 24 de outubro de 2013.
		Portaria nº 318, de 9 de fevereiro de 2015. Portaria nº 2.234, de 16 de outubro de 2015.
		Portaria nº 2.334, de 28 de outubro de 2015. Portaria nº 375, de 30 de janeiro de 2017.
		Portaria nº 427, de 3 de fevereiro de 2017.
		Portaria nº 436, de 3 de fevereiro de 2017. Portaria nº 786, de 2 de março de 2018. Portaria nº 832, de 6 de março de 2018. Portaria nº 1.356, de 13 de abril de 2018.
		Portaria nº 2.105, de 1º de junho de 2018. Portaria nº 4.383, de 10 de dezembro de 2018. Portaria nº 3.227, de 25 de julho de 2019.
		Portaria nº 3.416, de 13 de agosto de 2019. Portaria nº 4.065, de 2 de outubro de 2019. Portaria nº 1.430, de 1º de junho de 2011.
		Portaria nº 1.907, de 18 de maio de 2020. Portaria Normativa nº 8, de 24 de janeiro de 2020.
		Portaria Normativa nº 14, de 11 de fevereiro de 2020.

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria nº 330, de 10 de maio de 2016. Portaria nº 333, de 11 de maio de 2016.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Portaria nº 31, de 28 de março de 2016. Portaria Normativa nº 2.619, de 10 de setembro de 2013.
		Portaria Normativa nº 3.214, de 26 de novembro de 2013.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 61, de 22 de outubro de 2018. Portaria Normativa nº 1.317, de 4 de novembro de 2004.
		Portaria Normativa nº 1.709, de 27 de junho de 2012. Portaria nº 631, de 13 de novembro de 2001.
		Portaria nº 1.068, de 21 de julho de 2008. Portaria nº 2.139, de 22 de agosto de 2014.
		Portaria nº 324, de 10 de maio de 2016. Portaria nº 3.769, de 20 de outubro de 2017.
		Portaria nº 3.520, de 18 de setembro de 2018. Portaria nº 3.630, de 29 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 115, de 19 de janeiro de 2011. Portaria Normativa nº 620, de 4 de maio de 2006.
		Portaria Normativa nº 531, de 21 de maio de 2004. Portaria Normativa nº 630, de 15 de maio de 2009.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria Normativa nº 1.810, de 5 de julho de 2012. Portaria Normativa nº 2.667, de 10 de outubro de 2014.
		Portaria Normativa nº 899, de 19 de julho de 2005. Portaria Normativa nº 586, de 24 de abril de 2006.
		Portaria Normativa nº 1.888, de 23 de dezembro de 2010. Portaria Normativa nº 15, de 4 de abril de 2018.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 78, de 2 de setembro de 2019.
		Portaria Normativa nº 86, de 13 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 36, de 25 de junho de 2019.

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

ETAPAS	PRAZOS	DEPARTAMENTO/ÓRGÃO	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Saúde e Assistência Social	Portaria Normativa nº 1.104, de 28 de agosto de 2007. Portaria nº 288, de 1º de fevereiro de 2013.
		Ensino	Portaria Normativa nº 2.617, de 7 de dezembro de 2015.
		Pessoal	Portaria Normativa nº 931, de 1º de agosto de 2005.
			Portaria Normativa nº 1.035, de 13 de novembro de 2003.
			Portaria Normativa nº 40, de 21 de janeiro de 2004. Portaria Normativa nº 543, de 26 de setembro de 2002.
		Desporto Militar	-
		Hospital das Forças Armadas	-
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Departamento de Saúde e Assistência Social	Portaria Normativa nº 1.631, de 27 de junho de 2014. Portaria Normativa nº 2.509, de 19 de novembro de 2015.
		Departamento de Ensino	Instrução Normativa nº 1, de 9 de dezembro de 2019. Portaria Interministerial nº 2.674, de 29 de julho de 2005.
		Departamento de Pessoal	Portaria Normativa nº 1.235, de 21 de setembro de 2006.
		Departamento de Desporto Militar	-
		Hospital das Forças Armadas	Portaria Normativa nº 6.734, de 30 de outubro de 2000. Portaria Normativa nº 144, de 15 de março de 2002.
			Portaria Normativa nº 818, de 18 de maio de 2010. Portaria Normativa nº 1.832, de 9 de dezembro de 2010.
			Portaria Normativa nº 47, de 21 de julho de 2016. Portaria Normativa nº 10, de 7 de março de 2018.
			Portaria Normativa nº 108, de 3 de dezembro de 2019. Instrução Normativa nº 1, de 9 de agosto de 2017.
			Portaria nº 1.218, de 18 de setembro de 2007. Portaria nº 1.062, de 17 de julho de 2008.
			Portaria nº 1.368, de 6 de outubro de 2008. Portaria nº 1.441, de 23 de outubro de 2008.
			Portaria nº 3.598, de 21 de novembro de 2011. Portaria nº 1.668, de 3 de julho de 2014.
			Portaria nº 99, de 11 de janeiro de 2018. Portaria nº 237, de 20 de janeiro de 2020.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Departamento de Saúde e Assistência Social	Portaria Normativa nº 1.173, 6 de setembro de 2006. Portaria Normativa nº 881, de 26 de maio de 2010.
		Departamento de Ensino	Portaria nº 1.952, de 19 de julho de 2012.
			Portaria nº 21, de 21 de janeiro de 2016. Portaria nº 406, de 1º de fevereiro de 2017.
		Departamento de Pessoal	Portaria Normativa nº 2.138, de 1º de outubro de 2015. Instrução Normativa nº 5 , de 25 de julho de 2013.
			Instrução Normativa nº 1, de 1º de abril de 2019. Orientação Normativa nº 1, de 2 de abril de 2019.
			Portaria nº 1.149, de 5 de outubro de 2005. Portaria nº 1.131, de 3 de setembro de 2007.
			Portaria nº 2.315, de 27 de outubro de 2015. Portaria Normativa nº 1.265, de 3 de agosto de 2010.
			Portaria Normativa nº 2.432, de 30 de setembro de 2014. Portaria Normativa nº 1, de 26 de agosto de 2015.
			Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2017. Portaria Normativa nº 37, de 13 de setembro de 2017.
			Portaria Normativa nº 51, de 21 de dezembro de 2017. Portaria Normativa nº 38, de 25 de junho de 2018.
			Portaria Normativa nº 74, de 23 de agosto de 2019. Portaria Normativa nº 58, de 7 de julho de 2020.
			Portaria Normativa nº 12, de 29 de janeiro de 2020. Portaria Normativa nº 657, de 25 de junho de 2004.
		Departamento de Desporto Militar	-
		Hospital das Forças Armadas	-
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Departamento de Saúde e Assistência Social	Portaria Normativa nº 431, de 2 de abril de 2009. Portaria nº 928, de 26 de abril de 2011.
		Departamento de Ensino	Portaria nº 4.504, de 19 de dezembro de 2018.
		Departamento de Pessoal	Portaria Normativa nº 29, de 3 de maio de 2019. Portaria Normativa nº 1.030, de 13 de agosto de 2007.
			Portaria Normativa nº 830, de 23 de maio de 2008. Portaria Normativa nº 1.201, de 4 de setembro de 2009.
			Portaria Normativa nº 181, de 8 de fevereiro de 2010. Portaria Normativa nº 1.032, de 29 de abril de 2011.
			Portaria Normativa nº 2.507, de 19 de novembro de 2015. Portaria Normativa nº 47, de 21 de julho de 2016.
			Portaria Normativa nº 51, de 21 de dezembro de 2017. Portaria Normativa nº 38, de 25 de junho de 2018.
			Portaria Normativa nº 87, de 17 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 28, de 3 de maio de 2019.
			Portaria Normativa nº 29, de 3 de maio de 2019.
		Departamento de Desporto Militar	Portaria Normativa nº 2.203, de 26 de julho de 2013. Portaria Normativa nº 68, de 9 de agosto de 2019.
			Portaria Normativa nº 956, de 23 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 13, de 17 de fevereiro de 2016.
		Hospital das Forças Armadas	Portaria Normativa nº 850, de 12 de junho de 2009. Portaria Normativa nº 1.318, de 14 de maio de 2012.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Departamento de Saúde e Assistência Social	Portaria Normativa nº 585, 7 de março de 2013. Portaria Normativa nº 66, 14 de novembro de 2016.
			Portaria Normativa nº 6, de 20 de janeiro de 2020.
		Departamento de Ensino	Portaria Normativa Interministerial nº 830, de 23 de maio de 2008.
			Portaria Normativa Interministerial nº 15, de 27 de maio de 2010.
			Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 14 de março de 2014.

		Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 26 de agosto de 2015. Portaria nº 1.042, de 29 de abril de 2014.
	Departamento de Pessoal	Portaria Normativa nº 13, de 5 de janeiro de 2006. Portaria Normativa nº 66, de 19 de janeiro de 2007.
		Portaria Normativa nº 972, de 23 de junho de 2008.
		Portaria Normativa nº 181, de 8 de fevereiro de 2010. Portaria Normativa nº 1.689, de 28 de maio de 2013.
		Portaria Normativa nº 3.270, de 18 de dezembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 74, de 15 de janeiro de 2015. Portaria Normativa nº 3.270, de 18 de dezembro de 2014.
		Portaria Normativa nº 96, de 20 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 31, de 24 de maio de 2018.
		Portaria Normativa nº 37, de 14 de junho de 2018. Portaria Normativa nº 5, de 14 de janeiro de 2019.
		Portaria Normativa nº 19, de 1º de junho de 2017. Portaria Normativa nº 28, de 3 de maio de 2019.
		Portaria Normativa nº 602, de 3 de agosto de 2010. Portaria Normativa nº 2.799, de 4 de outubro de 2013.
		Portaria nº 37, de 19 de janeiro de 2004. Portaria Normativa nº 930, de 1º de agosto de 2005.
		Portaria Normativa nº 1.288, de 27 de outubro de 2004. Portaria Normativa nº 2.499, de 19 de setembro de 2012.
		Portaria Normativa nº 2.093, de 12 de julho de 2013. Portaria Normativa nº 102, de 22 de janeiro de 2014.
		Portaria Normativa nº 998, de 30 de abril de 2015. Portaria Normativa nº 26, de 10 de maio de 2016.
		Portaria Normativa nº 5, de 3 de fevereiro de 2017. Portaria Normativa nº 50, de 15 de dezembro de 2017.
		Portaria Normativa nº 84, de 7 de dezembro de 2018. Portaria Normativa nº 1, de 6 de janeiro de 2020.
		Instrução Normativa nº 1, de 21 de agosto de 2019. Portaria nº 1.368, de 6 de outubro de 2008.
		Portaria nº 121, de 1º de junho de 2011. Portaria nº 776, de 28 de março de 2014.
		Portaria nº 1.668, de 3 de julho de 2014. Portaria nº 319, de 27 de outubro de 2016.
		Portaria nº 408, de 21 de dezembro de 2016. Portaria nº 6, de 13 de janeiro de 2017.
		Portaria nº 281, de 25 de agosto de 2017.
		Portaria nº 91, de 19 de abril de 2018.
		Portaria nº 237, de 20 de janeiro de 2020. Portaria Normativa nº 1.173, de 6 de setembro de 2006.
		Portaria Normativa nº 66, de 19 de janeiro de 2007.
		Portaria Normativa nº 57, de 16 de outubro de 2018. Portaria nº 1.149, de 5 de outubro de 2005.
		Instrução Normativa nº 1, de 10 de outubro de 2018.
		Instrução Normativa nº 1, de 21 de agosto de 2019. Portaria nº 37, de 19 de janeiro de 2004.
		Portaria nº 577, de 26 de novembro de 2012. Portaria nº 1.321, de 14 de maio de 2012.
		Portaria nº 1, de 6 de agosto de 2014. Portaria nº 3.256, de 18 de dezembro de 2014.
		Portaria nº 2.622, de 7 de dezembro de 2015. Portaria nº 10, de 13 de janeiro de 2016.
		Portaria nº 100, de 7 de março de 2016. Portaria nº 136, de 28 de abril de 2016.
		Portaria nº 438, de 26 de dezembro de 2018. Portaria nº 3.351, de 7 de agosto de 2019.
		Portaria Normativa nº 623, de 3 de outubro de 2001. Portaria Normativa nº 355, de 24 de junho de 2002.
	Departamento de Desporto Militar	Portaria Normativa nº 71, de 14 de agosto de 2019. Portaria Normativa nº 79, de 11 de setembro de 2019.
		Portaria Normativa nº 107, de 2 de dezembro de 2019. Portaria Normativa nº 5, de 20 de janeiro de 2020.
	Hospital das Forças Armadas	Portaria nº 849, de 12 de junho de 2009.

CONSULTORIA JURÍDICA

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	-
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Orientação Normativa nº 2, de 17 de abril de 2014. Orientação Normativa nº 1, de 28 de março de 2017.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 2.619, de 10 de setembro de 2013. Portaria nº 2.640, de 10 de setembro de 2013. Portaria Normativa nº 3.214, de 26 de novembro de 2013. Portaria Normativa nº 61, de 22 de outubro de 2018.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	-
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	'Portaria Normativa nº 899, de 19 de julho de 2005. Portaria Normativa nº 586, de 24 de abril de 2006.
		Portaria Normativa nº 15, de 4 de abril de 2018. Portaria Normativa nº 78, de 2 de setembro de 2019.

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria nº 857, de 28 de março de 2012. Portaria nº 181, de 25 de novembro de 2009. Portaria nº 1.970, de 2 de maio de 2019.
		Portaria nº 2.330, de 24 de maio de 2019. Portaria nº 2.506, de 7 de junho de 2019. Portaria nº 4.682, de 25 de novembro de 2019.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Instrução Normativa nº 10, de 10 de outubro de 2013. Portaria nº 1.020, de 6 de março de 2020. Portaria nº 1.402, de 1º de abril de 2020.
		Portaria nº 2.431, de 31 de maio de 2019. Portaria nº 29, de 10 de março de 2016. Portaria nº 473, de 29 de janeiro de 2020. Portaria nº 494, de 31 de janeiro de 2020.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Orientação Normativa nº 1.254, de 8 de junho de 2015. Portaria nº 657, de 22 de outubro de 2001.
		Portaria nº 1.146, de 26 de abril de 2012. Portaria nº 190, de 24 de janeiro de 2013. Portaria nº 254, de 27 de junho de 2017. Portaria nº 1.635, de 2 de maio de 2018.
		Portaria nº 2.446, de 3 de junho de 2019. Portaria nº 4.487, de 8 de novembro de 2019.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 865, de 30 de março de 2012. Portaria nº 961, de 18 de abril de 2013. Instrução Normativa nº 2, de 8 de outubro de 2018.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria Normativa nº 2.838, de 31 de outubro de 2014. Instrução Normativa nº 3, de 30 de janeiro de 2014.
		Instrução Normativa nº 10, de 5 de junho de 2014. Portaria nº 181, de 25 de novembro de 2009.
		Portaria nº 4.086, de 16 de novembro de 2018.

DEPARTAMENTO DO PROGRAMA CALHA NORTE

ETAPAS	PRAZOS	ATOS NORMATIVOS
1ª ETAPA	até 30 de novembro de 2020	Portaria Normativa nº 606, de 24 de abril de 2007. Instrução Normativa nº 1, de 30 de maio de 2011.
2ª ETAPA	até 26 de fevereiro de 2021	Portaria Normativa nº 115, de 26 de dezembro de 2019. Portaria nº 60, de 6 de janeiro de 2012.
3ª ETAPA	até 31 de maio de 2021	Portaria Normativa nº 44, de 1º de novembro de 2017. Portaria nº 1.803, de 19 de agosto de 2015.
4ª ETAPA	até 31 de agosto de 2021	Portaria nº 563, de 3 de junho de 2016. Portaria Normativa nº 3.425, de 16 de dezembro de 2013.
5ª ETAPA	até 30 de novembro de 2021	Portaria nº 2.344, de 16 de novembro de 2016. Portaria nº 2.798, de 26 de julho de 2018.

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 3.511/SG-MD, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3.344/GM-MD, de 8 de outubro de 2020, considerando o disposto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e o que consta no Processo nº 60530.000033/2020-45, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência às autoridades a seguir relacionadas para, no âmbito de sua atuação, assinar Termo de Execução Descentralizada - TED para a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União com vistas à execução de ações de interesse recíproco ou de interesse da unidade descentralizadora:

I - Secretário de Orçamento e Organização Institucional;

II - Secretário de Produtos de Defesa;

III - Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto; e

IV - Diretor do Departamento do Programa Calha Norte.

Art. 2º Fica subdelegada competência ao Diretor do Departamento de Administração Interna para assinar os TED de interesse da administração central do Ministério da Defesa que não estejam afetos às áreas de atuação:

I - do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

II - do Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e

III - das autoridades a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º A assinatura do TED pela autoridade competente constitui a materialização jurídica do ajuste entre os órgãos interessados e não implica em ratificação nem validação de eventuais irregularidades praticadas pelas unidades técnicas ou jurídicas, pelos fiscais e pelos ordenadores de despesas, os quais são responsáveis pelos atos que praticarem na instrução e na execução do respectivo TED, de acordo com a matriz de responsabilização.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante de Esquadra ALMIR GARNIER SANTOS

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

RETIFICAÇÃO

1. No Despacho Decisório nº 055/2020, de 11 de maio 2020, publicado no DOU de 22/05/2020, seção 1, página 93, relativo à devolução da fração do imóvel próprio nacional PE 07-0137 (Fazenda Curado) sob a Administração do Comando do Exército à Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco (SPU/PE) para posterior entrega à Prefeitura da cidade de Recife-PE, visando à regularização fundiária das famílias que ocupam as áreas militares com fins residenciais, Onde se lê: "... devolução da fração com área de 4.097,76 m²" Leia-se: "... devolução da fração com área de 4.179,47 m²."

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 313/MB, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Cria a Comissão Técnico-Científica para o Assessoramento e Apoio das atividades de Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 4º e 17 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; o inciso X do art. 3º, o inciso XXIII e § 1º do art. 26 do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005; o inciso I do art. 27 da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000; e o inciso II do art. 1º do anexo H da Portaria nº 237/MB, de 3 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 149, de 4 de agosto de 2016, Seção 1, páginas 14 a 20, resolve:

Art. 1º Criar a Comissão Técnico-Científica para o Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul, sob a coordenação da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), com a seguinte composição:

I - Presidente:

Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.

II - Secretário Executivo:

Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro.

III - Assessor Especial:

Ponto Focal da DGDNTM junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

IV - Membros Efetivos:

Representantes das seguintes Organizações Militares (OM) e órgãos da Marinha do Brasil (MB):

a) Comando de Operações Navais (ComOpNav);

b) Diretoria-Geral de Navegação (DGN);
c) Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM); e
d) Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM).
V - Membros convidados, sem direito a voto:
Representantes das seguintes instituições, na forma do art. 9º desta Portaria:
a) Diretoria de Portos e Costas (DPC);
b) Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha (DHN);
c) Escritórios Regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, subordinados à DGDNTM;
d) Academia Brasileira de Ciências (ABC);
e) Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP);
f) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
g) PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.);
h) Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP);
i) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
j) Cientistas brasileiros ad hoc, que possuam reconhecida competência em Ciências do Mar, oriundos da academia e de instituições de pesquisa; e
k) Outras instituições relacionadas aos temas em discussão.
Art. 2º A Comissão é o órgão de assessoramento ao Comandante da Marinha/Autoridade Marítima, com as atribuições de:
I - Exercer as competências necessárias para congregar conhecimentos e sugerir a otimização de processos, no que tange às seguintes áreas temáticas, elencadas como essenciais para o monitoramento da Amazônia Azul:
a) Modelagem, sensoriamento remoto, detecção preventiva, monitoramento e controle de acidentes por derramamento de óleo e outros poluentes no mar;
b) Impactos sobre ecossistemas - avaliação, monitoramento e remediação;
c) Balneabilidade e impactos na saúde da população; e
d) Segurança alimentar (pescados) e aspectos socioeconômicos.
II - Estabelecer modelos e aprimorar protocolos englobando as três vertentes sobre o tema - prevenção, mitigação e remediação - que permitam o provisionamento de respostas oportunas e aceitas por maioria;
III - Sugerir os programas de monitoramento para a avaliação, remediação e possível recuperação dos ecossistemas atingidos, em atuação conjunta, conforme o caso, com os órgãos governamentais competentes; e
IV - Quando demandado, assessorar, no que couber, outras instâncias administrativas e órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, quanto às atividades científicas e tecnológicas sendo exercidas pela Comissão, em âmbito nacional e internacional.
Art. 3º Aspectos Gerais das atividades afetas a essa Comissão compreendem:
I - A definição de um mecanismo de coordenação e articulação inclusivo, de forma a identificar e agregar projetos de pesquisa normalmente executados de forma isolada, em regime de parcerias, e que sirva como ferramenta para a ampliação da capacidade de detecção, prevenção de impactos, formulação de "ações de resposta" tempestivas, bem como a mitigação de danos, na eventualidade de situações de ameaça ou de desastres ambientais por poluição no mar;
II - A coordenação da síntese do conhecimento científico adquirido, em prol do monitoramento e da neutralização dos impactos da poluição ambiental por óleo no litoral brasileiro;
III - A definição dos principais temas em médio e longo prazos, para buscar a neutralização e a remediação dos impactos sofridos, em diferentes camadas geográficas, sociais e econômicas;
IV - A definição dos requisitos básicos para o estabelecimento de um programa de pesquisa e parcerias futuras, voltadas para o entendimento e a previsão de potenciais acidentes por poluição no mar que venham a ocorrer;
V - A participação da MB, por meio dos trabalhos a serem exercidos pela Comissão Técnico-Científica, nas etapas estruturantes para a implantação do Instituto Nacional do Mar (INMAR), a ser qualificado como Organização Social (OS) pelo MCTI; e
VI - Os resultados obtidos pela Comissão Técnico-Científica poderão fornecer subsídios científicos de expressão global, e em concordância com o que é proposto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 14 ("Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável"), conforme proposto pela ONU para a Década dos Oceanos (2021 a 2030).
Art. 4º Caberá a essa Comissão estabelecer Relatórios periódicos sobre as ações de planejamento, execução e controle das atividades delineadas, podendo compreender o estabelecimento de instrumentos de cooperação específicos com instituições extramarinha.
Art. 5º O Programa "Ciência no Mar", coordenado pelo MCTI, poderá incorporar demandas emanadas dessa Comissão e vice-versa, mantendo-se estreita a coordenação com aquele Ministério.
Art. 6º Na forma dos arts. 4º e 9º desta Portaria, poderá ser realizado trabalho consorciado com outras instituições extramarinha, tais como o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP), dentre outras, como mecanismo para reforço das ações e do trabalho conjunto com as agências de fomento em nível estadual, e em benefício das sociedades impactadas pelo óleo derramado e outros poluentes, nas distintas localidades do País.
Art. 7º As Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e instituições de pesquisa ligadas a esta Comissão devem buscar, de todas as formas possíveis e existentes, alavancar recursos oriundos de Editais lançados por órgãos de fomento nacionais, vocacionados às atividades preconizadas para essa Comissão, facilitando a integração de projetos e incrementando a mobilidade entre pesquisadores.
Art. 8º Os Membros Efetivos mencionados no inciso IV do art. 1º serão indicados pelos titulares dos órgãos representados.
Art. 9º A critério do Presidente da Comissão, outros Entes, Órgãos e Organizações representativas da Sociedade Civil e da Administração Pública Direta e Indireta, bem como cientistas brasileiros, conforme o inciso V do art. 1º, poderão ser convidados a participar das sessões de estudo, em caráter eventual e excepcional, sem direito a voto.
Art. 10 Os recursos financeiros necessários às despesas administrativas para a participação de seus Membros, conforme disposto nos incisos I a V do art. 1º, correrão, sempre que possível, por conta de suas instituições e OM de origem, e as movimentações de meios operativos, pelas suas respectivas OM.
Art. 11 A participação na Comissão, a qualquer título, inclusive na forma do art. 9º, não será remunerada, sendo considerada, para todos os efeitos, serviço público de caráter relevante.
Art. 12 A DGDNTM fornecerá o apoio logístico necessário às atividades da Comissão, no que couber.
Art. 13 A Comissão se reunirá ordinariamente a cada quatro meses, com pautas previamente estabelecidas, mediante convocatória do Presidente da Comissão por correspondência eletrônica oficial, com antecedência mínima de quinze dias e, extraordinariamente, sempre que necessário. O quórum de reunião e de votação da Comissão é de maioria simples. Os membros que estejam em entes federativos diversos participarão por videoconferência.
Art. 14 Os Membros Efetivos desta Comissão terão mandato de dois anos, ou o tempo em que a mesma existir, na eventualidade do cumprimento das disposições contidas no art. 3º.
Art. 15 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 354/DPC, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Prorroga o prazo estabelecido no Art. 5º da Portaria nº 291/DPC, de 11 de setembro de 2018.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:
Art.1º Prorrogar, em caráter excepcional, por 120 dias, o prazo do credenciamento da Empresa MAERSK Training do Brasil Treinamentos Marítimos LTDA, CNPJ 14.425.876/0001-16, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município do Rio de Janeiro-RJ, sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA, fundamentado na NORMAM-30/DPC:
- Curso Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navio (EBCP); e
- Curso Especial de Operações com Cargas Perigosas no Trabalho Aquaviário (EOCA).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.745, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Mobilidade Urbana apresentado pela Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 1° do Anexo I do Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, e considerando o disposto na Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria n. 532, de 6 de setembro de 2017, resolve:
Art. 1° Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura para o setor de mobilidade urbana, apresentado pela Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., inscrita no CNPJ sob o n. 10.324.624/0001-18, referente à prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros do metrô do Rio de Janeiro-RJ, para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2° da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011 e do Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme descrito no Anexo desta Portaria.
Art. 2° A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. deverá:
I - manter atualizada, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, a relação das pessoas jurídicas que a integram;
II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição de esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e,
III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após a emissão das debêntures e/ou após a conclusão do empreendimento para consulta e fiscalização dos Órgãos de Controle.
Art. 3° Alterações técnicas do projeto de que trata esta Portaria, desde que autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para fins do art. 2° da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011.
Art 4° A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. deverá observar as demais disposições constantes na Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016 e na Portaria MCIDADES n. 532, de 8 de setembro de 2017, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

Titular do Projeto	Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
CNPJ	10.324.624/0001-18
Relação das Pessoas Jurídicas	Invepar - Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.
Descrição do Projeto	Concessão para a prestação dos serviços de operação, manutenção e conservação do transporte público de passageiros do Metrô do Rio de Janeiro-RJ.
Setor	Mobilidade Urbana (Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, Art. 2°, II)
Modalidade	Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano sobre Trilhos - Metrô.
Local de Implantação do Projeto	Rio de Janeiro-RJ
Prazo de implantação do Projeto	Até 2030
Processo Administrativo	59000.014659/2020-48

DESPACHO

Processo nº 59000.018429/2020-58
1. Trata-se de procedimento de autorização de acordo a ser celebrado entre a União, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, nos autos do Processo n. 0009659-44.2012.4.02.5101, que tramita na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.
2. Em razão do valor do ajuste, na ordem de R$2.780.411.466,19 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), me foram encaminhados os autos para autorização prévia, nos termos do art. 2º, §4º, II, do Decreto n. 10.201/2020.
3. O Diretor-Presidente e o Diretor de Planejamento da CBTU apresentaram manifestação expressa e favorável à celebração do supracitado acordo (2809725). A Consultoria Jurídica da CBTU também concluiu no sentido da viabilidade jurídica e da economicidade do acordo (2026880).
4. A Consultoria Jurídica deste MDR, por meio do Parecer n. 00596/2020/CONJUR-MDR/CGU/AGU (2822307), concluiu "no sentido da possibilidade de prosseguimento da análise, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, da proposta de acordo judicial entre CBTU, REFER e União".
5. A Secretaria-Executiva elaborou a Nota Informativa n. 28, de 15 de outubro de 2020 (2828155), na qual aponta os aspectos que devem ser considerados na análise da conveniência e oportunidade da celebração do acordo, concluindo pela regularidade formal do procedimento e pela existência de vantajosidade econômica para a CBTU na realização do acordo, com base nos cálculos e informações apresentados nos autos.

6. Diante de tais manifestações DECIDO:

7. AUTORIZAR a realização do acordo entre a União, CBTU e a REFER no bojo do Processo n. 0009659-44.2012.4.02.5101, nos exatos termos em que apresentados nestes autos (2026878 e 2786715). Encaminhem-se os presentes autos à Procuradoria-Geral da União para que esta envie o processo ao Ministério da Economia e à Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI; e, posteriormente, seja enviado para apreciação final pelo Advogado-Geral da União, com fulcro no art. 2°, §4°, III, do Decreto n. 10.201/2020.

ROGÉRIO MARINHO
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.736, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Altera o artigo 1° da Portaria n. 2.137, de 6 de agosto de 2020, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Placas - PA, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 1° da Portaria n. 2.137, de 06 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Placas - PA, no valor de R$ 582.605,92 (quinhentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinco reais e noventa e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003773/2020-27."

Art. 2° Ficam ratificados os demais artigos da aludida Portaria, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 2.212 - DELFINA CLARA DA SILVA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.213 - JOAO BATISTA DE SOUSA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.214 - ANTONIO RAIMUNDO DE SOUZA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.215 - VALFREDO OLIVEIRA DA SILVA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 2.216 - MARIA IRENE CAMPELO BARBOSA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

Nº 2.217 - JOSE GILBERTO DE SOUZA DANTAS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 2.218 - JUZELY NUNES DE ALMEIDA; JILCELI SANTOS ALMEIDA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.219 - GIVANILDO OLIVEIRA DA CRUZ, rio São Francisco, Município de Paratinga/BA, irrigação.

Nº 2.220 - RUTE CIPRIANO DE SA., rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.221 - ANTONIO ODORICO DE MENEZES; AMAURY GOMES DE MENEZES, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.222- ANTONIO FELIX DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 2.223 - LUCIANO MENDES DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 2.224 - LEONIDIO TOREZANI JUNIOR, rio Doce, Município de Colatina/ES, irrigação.

Nº 2.225 - PAULO MARCELO CARDOSO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 2.226 - CICERO JOSE DOS SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

Nº 2.227 - MANOEL CHAGAS PESSOA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

Nº 2.228 - CARLA PRISCILA OYADOMARI MAGARIO, rio da Ribeira do Iguape, Município de Registro/SP, irrigação.

Nº 2.229 - ELTON HENRIQUE TODERO; EVERTON AUGUSTO TODERO, rio Jaguari-Mirim, Município de São João da Boa Vista/SP, irrigação.

Nº 2.230 - JOSE CARLOS TADAAKI MAGARIO, rio da Ribeira do Iguape, Município de Registro/SP, irrigação.

Nº 2.231 - EDIVALDO ALVES DA SILVA JUNIOR, rio São Francisco, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

Nº 2.232 - JEFERSON REGINALDO MAGARIO, rio da Ribeira do Iguape, Município de Sete Barras/SP, irrigação.

Nº 2.233 - JEFERSON REGINALDO MAGARIO, rio da Ribeira do Iguape, Município de Sete Barras/SP, irrigação.

Nº 2.234 - NELSON COELHO DE SANTANA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

Nº 2.235 - DEMILSON LOPES FREIRE, UHE Sobradinho, Município de Sento Sé/BA, irrigação.

Nº 2.236 - EDIVALDO ALVES DA SILVA JUNIOR, rio São Francisco, Município de Chorrochó/BA, irrigação.

Nº 2.237 - MARCOS RODRIGO SEVERINO, UHE Água Vermelha, Município de Mira Estrela/SP, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1, de 7 de janeiro de 2020, publicada no D.O.U. nº 6, de 9 de janeiro de 2020, seção 1, página 27:

Onde se lê: no art. 3º: "I - Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP", Leia-se: "I - Coordenação de Gestão de Pessoas - COGEP"

Onde se lê: no art. 3º: "II - Divisão de Gestão de Pessoas - DGP", Leia-se: "II - Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP".

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 357, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, que dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais para composição da força de trabalho, de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e institui o Comitê de Movimentação - CMOV, no âmbito do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no §7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. Os órgãos e entidades de origem terão o prazo de até trinta dias, contado da data da comunicação pelo Ministério da Economia, para liberar o servidor ou empregado público federal selecionado na forma do caput do art. 5º, ressalvado o disposto no inciso II do art. 27." (NR)

"Art. 17.....

.....

III - os servidores integrantes das carreiras que possuam instrumentos de mobilidade autorizados em lei, de acordo com as normas dos respectivos órgãos supervisores." (NR)

"Art. 26.....

.....

III - um dos dirigentes das unidades de gestão de pessoas dos órgãos ou entidades integrantes do SIPEC." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO GUEDES

PORTARIA Nº 358, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, que delega competências às autoridades que menciona para concessão de diárias e passagens, contratação, afastamento do País, nomeação, exoneração, designação, dispensa, cessão e demais atos de gestão no âmbito do Ministério da Economia, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos Decretos nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, nº 9.745, de 8 de abril de 2019, nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e nº 10.486, de 11 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, para praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, às Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, de mesmo nível, e designação e dispensa das Funções Gratificadas - FG, inclusive dos órgãos colegiados vinculados ao Ministério da Economia, na ausência de regramento específico.

.....

§ 2º No que tange aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, excetuada a Secretaria-Executiva e a Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, fica subdelegada ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Economia a competência para praticar atos de nomeação e exoneração de titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e designação e dispensa das Funções Gratificadas - FG.

....." (NR)

"Art. 25-A .....

.....

II - concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE a titulares de cargos de provimento efetivo, observado o disposto na legislação pertinente, e de designação e dispensa das Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de que trata o Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003, bem como das Gratificações de Representação - GR, de que trata o Decreto nº 57.722, de 2 de fevereiro de 1966." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 1º do art. 11 da Portaria nº 40, de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

PORTARIA Nº 359, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Institui procedimentos preparatórios no âmbito do Ministério da Economia para o encaminhamento de cartas-consulta à Secretaria-Executiva da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1° Esta Portaria institui os procedimentos prévios ao encaminhamento de pleitos de operação de crédito externo de interesse do Ministério da Economia à Secretaria-Executiva da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, conforme fluxograma constante do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O encaminhamento de que trata o caput será realizado na modalidade de carta-consulta, nos termos do disposto no art. 2° da Resolução COFIEX n° 4, de 29 de maio de 2019.

Art. 2° Podem propor operação de crédito externo à COFIEX, nos termos desta Portaria, os ocupantes de cargos de natureza especial e os dirigentes máximos das autarquias e fundações vinculadas ao Ministério da Economia.

Parágrafo único. As propostas de autarquias e fundações deverão ter anuência da Secretaria Especial competente para a matéria afeta, com exceção do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES

Art. 3° O proponente definirá os responsáveis pela coordenação do projeto e seu escopo, que deve estar alinhado às políticas e prioridades do Governo federal.

Parágrafo único. Devem ser avaliadas, para a definição do escopo, a operacionalização do projeto e as condicionantes do financiamento.

Art. 4° O proponente deve realizar, previamente à elaboração da carta-consulta, exposição do projeto em reunião com representantes:

I - do Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia; e

II - da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia.

Parágrafo único. A reunião terá como objetivos o conhecimento prévio do projeto pela Secretaria-Executiva do Ministério da Economia e eventuais orientações em relação ao alinhamento à estratégia e ao orçamento do Ministério da Economia.

Art. 5° O proponente elaborará, após a exposição do projeto à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, minuta da carta-consulta em conformidade com as instruções da Comissão de Financiamentos Externos.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DA MINUTA DE CARTA-CONSULTA

Art. 6° A minuta da carta-consulta será incluída em processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI e encaminhada à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia para análise.

Parágrafo único. O processo deverá ser instruído com nota técnica emitida pelo proponente contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - alinhamento do projeto à estratégia institucional, com citação expressa a:

a) objetivo estratégico institucional;

b) projeto estratégico ministerial; e/ou

c) estratégia emergente em função de alterações no ambiente interno ou externo;

II - previsão do valor de desembolso por exercício, para que seja possível verificar a compatibilidade orçamentária; e

III - programa do Plano Plurianual ao qual o projeto será vinculado e, se possível, a ação orçamentária e o plano orçamentário.

Art. 7° A Secretaria-Executiva do Ministério da Economia encaminhará a minuta da carta-consulta para avaliação das seguintes unidades da Secretaria de Gestão Corporativa:

I - Diretoria de Gestão Estratégica, que analisará o alinhamento estratégico;

II - Diretoria de Finanças e Contabilidade, que analisará a compatibilidade orçamentária; e

III - outras unidades, à critério da Secretaria-Executiva ou da Secretaria de Gestão Corporativa.

Art. 8° A Secretaria-Executiva poderá solicitar ao proponente que complemente a minuta da carta-consulta com informações que entender necessárias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9° O envio da carta-consulta à COFIEX será realizado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Economia, após inclusão no Sistema de Gerenciamento Integrado - SIGS, da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Art. 10. Nos casos em que a COFIEX solicitar adequação da carta-consulta, o texto retificado deverá ser encaminhado pelo proponente à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia por meio do processo SEI.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor no dia 3 de novembro de 2020.

PAULO GUEDES

ANEXO

FLUXOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS AO ENCAMINHAMENTO DE PLEITOS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO DE INTERESSE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA À SeCRETARIA-EXECUTIVA DA COFIEX

DISPONÍVEL NO SEI Nº 10902987 (Processo n. 12105.100602/2020-29) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária (10 a 12/11/2020) e Extraordinária (09/11/2020) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10166.911543/2009-61 (item 49) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 50 e 51. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 50 e 51, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10380.903213/2017-78 (item 59) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 60 a 64. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 60 a 64, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 15374.901974/2009-88 (item 65) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 66 e 67. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 66 e 67, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10380.900409/2009-09 (item 73) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 74 a 87. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 74 a 87, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 9 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Tema 01: Lançamento de Ofício
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
1 - Processo nº: 19515.002612/2005-88 - Recorrente: LUANDRE SERVICOS TEMPORARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10855.005891/2002-63 - Embargante: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10680.000871/2001-64 - Recorrente: INVESTIMENTOS BEMGE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
4 - Processo nº: 19311.000286/2008-11 - Recorrente: BIGNARDI - IND E COM DE PAPEIS E ART e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.004023/2010-00 - Recorrente: SCRIPT CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10830.726095/2012-18 - Recorrente: HOT LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10660.725032/2011-62 - Recorrente: K-MEX INDUSTRIA ELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13876.000849/2003-87 - Recorrente: EUCATEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
9 - Processo nº: 11618.002178/2010-33 - Recorrente: COOPERA E C M S I N S S PB COOPREV LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10855.003037/2003-43 - Recorrente: CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
11 - Processo nº: 16004.720160/2012-11 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13603.723892/2012-15 - Recorrente: CONDUTORES ELETRICOS DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13984.000270/2011-05 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO EXPEDITO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11707.720665/2013-25 - Recorrente: COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Tema 02: Lançamento de Ofício
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
15 - Processo nº: 10183.002612/2007-74 - Recorrente: SEMEC SERVICOS DE MOTOMECANIZACAO E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
16 - Processo nº: 11080.004533/2003-95 - Recorrente: EXCELSIOR SA PNEUS E ACESSORIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11080.008881/2007-65 - Recorrente: EXCELSIOR SA PNEUS E ACESSORIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10945.002198/2007-34 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10945.002757/2008-97 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10945.002764/2008-99 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10945.001213/2010-22 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.007598/2007-23 - Recorrente: SAINT-GOBAIN CERAMICAS & PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
23 - Processo nº: 19515.721436/2011-25 - Recorrente: AGENCIACLICK MIDIA INTERATIVA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11030.000094/2006-80 - Recorrente: SEGATT TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
25 - Processo nº: 13227.720236/2014-67 - Recorrente: J. A. ALVES & CIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16327.000257/2004-51 - Recorrente: BANCO BCN S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 03: PERDCOMP - Pagamento sem saldo Disponível
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
27 - Processo nº: 13896.903851/2009-67 - Recorrente: BPAR CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13896.903850/2009-12 - Recorrente: BPAR CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13896.904047/2009-03 - Recorrente: BPAR CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13896.720877/2012-77 - Recorrente: BPAR CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13896.911613/2011-40 - Recorrente: BPAR CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Tema 04: PERDCOMP - Pagamento sem saldo Disponível
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
32 - Processo nº: 10880.675531/2009-92 - Recorrente: STUTTGART SPORTCAR SP VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.908048/2009-08 - Recorrente: PORSCHE BRASIL IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10880.918161/2009-93 - Recorrente: PORSCHE BRASIL IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13842.000406/2003-83 - Recorrente: CLINICA DE REPOUSO MOCOCA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13842.000408/2003-72 - Recorrente: CLINICA DE REPOUSO MOCOCA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
37 - Processo nº: 13896.901280/2009-26 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10882.900321/2008-47 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10882.900416/2008-61 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10882.902888/2009-39 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10882.902889/2009-83 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10882.902983/2009-32 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10882.902984/2009-87 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10882.908497/2009-28 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10882.908498/2009-72 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10882.909229/2009-23 - Recorrente: SPIRAX-SARCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Tema 05: PERDCOMP - Outros
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
47 - Processo nº: 10680.920338/2008-97 - Recorrente: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10680.915917/2009-07 - Recorrente: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10166.911543/2009-61 - Recorrente: CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
50 - Processo nº: 10166.911541/2009-72 - Recorrente: CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10166.911542/2009-17 - Recorrente: CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
52 - Processo nº: 10880.973071/2009-65 - Recorrente: TAMBORE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
53 - Processo nº: 13054.100007/2009-93 - Recorrente: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13054.100008/2009-38 - Recorrente: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13054.000731/2006-75 - Recorrente: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16327.914392/2009-90 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16327.914393/2009-34 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16327.914394/2009-89 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10380.903213/2017-78 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
60 - Processo nº: 10380.902975/2013-23 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10380.902976/2013-78 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10380.902977/2013-12 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10380.902978/2013-67 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10380.902979/2013-10 - Recorrente: METALGRAFICA CEARENSE S/A MECESA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
65 - Processo nº: 15374.901974/2009-88 - Recorrente: CONTAX PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
66 - Processo nº: 15374.901975/2009-22 - Recorrente: CONTAX PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15374.901976/2009-77 - Recorrente: CONTAX PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
68 - Processo nº: 13609.902024/2009-44 - Recorrente: EXPRESSO FIGUEIREDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
69 - Processo nº: 13839.905020/2013-91 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13839.910225/2011-26 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Tema 06: PERDCOMP - Outros
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
71 - Processo nº: 10855.720015/2008-56 - Recorrente: LOJAS CEM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 15374.720115/2009-90 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10380.900409/2009-09 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
74 - Processo nº: 10380.900410/2009-25 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10380.900411/2009-70 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10380.900412/2009-14 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10380.904308/2008-18 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10380.904309/2008-62 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10380.906371/2009-70 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10380.906372/2009-14 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10380.906782/2009-65 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10380.906784/2009-54 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10380.906785/2009-07 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10380.906788/2009-32 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10380.906791/2009-56 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10380.906792/2009-09 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10380.906793/2009-45 - Recorrente: BM CONSTRUTORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JEFERSON TEODOROVICZ
88 - Processo nº: 13819.000538/2003-01 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: TOSHIBA DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 15374.724296/2009-23 - Recorrente: MITSUI GAS E ENERGIA DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13836.000653/2002-88 - Recorrente: MAGNETI MARELLI ESCAPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10380.901026/2010-83 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10380.901397/2006-89 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10380.901595/2010-29 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 07: Simples - Opção/Exclusão
Relator(a): RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
94 - Processo nº: 10120.730775/2012-42 - Recorrente: PORTO RICO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10835.722362/2016-61 - Recorrente: W F CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13643.720484/2016-69 - Recorrente: LIPPE' ART INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13005.721685/2013-56 - Recorrente: ESTANCIA NOVA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13005.721712/2013-91 - Recorrente: MARCIO RITZEL & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13005.721723/2013-71 - Recorrente: SILVIA STEINHAUS TORREL & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13056.720287/2016-60 - Recorrente: TEOBALDO SCHAFER JUNIOR - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Tema 08: Simples - Opção/Exclusão
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
101 - Processo nº: 15504.724997/2015-88 - Recorrente: PLANETA DIVERSAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10325.721307/2015-23 - Recorrente: ACQUA LIMP PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11080.730702/2015-80 - Recorrente: L D SERRA & CIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13839.722763/2015-99 - Recorrente: JUNIFER FERRAGENS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10875.723275/2016-55 - Recorrente: J.M.COMERCIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11080.733453/2012-31 - Recorrente: DARCY L. ZOTTIS & CIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11080.730254/2015-14 - Recorrente: NALC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
108 - Processo nº: 16151.000202/2006-61 - Recorrente: SUPER QUENTE LANCHES E RESTAURANTE LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 11080.724737/2010-75 - Recorrente: TROPIC WEAR CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13708.004296/2008-88 - Recorrente: UNIARTE PINTURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
111 - Processo nº: 13964.000558/2009-95 - Recorrente: CONFECCOES PUK LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13002.000724/2010-65 - Recorrente: D CORTINAS PRODUTOS PARA DECORACAO SOB ENCOMENDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11080.721836/2012-67 - Recorrente: FAMEC METALURGICA E ESTAMPARIA DE METAIS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11610.005649/2007-30 - Recorrente: FARO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11065.724517/2012-00 - Recorrente: HELEVAR EMPILHADEIRAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11030.001622/2010-02 - Recorrente: JOCILEI DALBOSCO & IRMA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13971.721749/2011-10 - Recorrente: K M D TERCEIRIZACAO DE CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13001.720017/2012-61 - Recorrente: MACLAMIX ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Tema 09: Simples - Opção/Exclusão
Relator(a): EFIGENIO DE FREITAS JUNIOR
119 - Processo nº: 12269.003256/2010-97 - Recorrente: PAULO SERGIO DIAS PADILHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 19679.720006/2013-85 - Recorrente: QUICK - COMERCIAL E MANUTENCAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 15754.000002/2011-14 - Recorrente: R.G.C.E. PRESTACAO DE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10925.721719/2014-13 - Recorrente: TRANSPORTES KOLINSKI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
123 - Processo nº: 11065.722100/2011-13 - Recorrente: BIA MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13054.720970/2015-36 - Recorrente: BAYER CLIMATIZACOES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13152.720342/2015-42 - Recorrente: ELCIO R. M. DOS SANTOS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11516.720417/2016-74 - Recorrente: TEX LIQUID CARGO TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13983.720239/2016-09 - Recorrente: RESTAURANTE LOLINE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 18043.720067/2015-18 - Recorrente: COSTA E COSTA ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10120.720598/2017-09 - Recorrente: MARINEZ DE SOUSA MOTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10120.727961/2016-28 - Recorrente: RONILDO LUCIO VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10120.727389/2016-05 - Recorrente: SOLIDA GRAFICA E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
132 - Processo nº: 13853.720149/2016-95 - Recorrente: EVANDRO CAMPI BATATAIS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13656.720142/2017-81 - Recorrente: ASW PRESVIDA COMERCIO E LOCACAO DE MAQUINARIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 16587.720405/2015-49 - Recorrente: C & A TRANSPORTES S/C LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
135 - Processo nº: 15504.723133/2016-20 - Recorrente: COPIADORA BRASILUSA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13005.721697/2013-81 - Recorrente: GOTTARDI E GOTTARDI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 16645.000033/2008-70 - Recorrente: VANESSA FELIX DA SILVA ROSSI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10925.721519/2015-41 - Recorrente: JMX SOLUCOES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13888.721140/2016-02 - Recorrente: W RAMOS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 11065.721960/2011-30 - Recorrente: ESKALA EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 11080.730466/2012-59 - Recorrente: FERRATELLI COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13555.720461/2014-81 - Recorrente: SANTA FE AGRO FLORESTAL LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13838.720020/2017-56 - Recorrente: LANCHONETE BAILLO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13884.722781/2017-97 - Recorrente: CENTER DIESEL COMERCIO E RECUPERADORA DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 19985.720901/2016-89 - Recorrente: VANIA LUCILIA DA SILVEIRA ANDRETTA ALCANTARA LOBO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Tema 10: PERDCOMP-IRPJ
146 - Processo nº: 10680.723932/2010-56 - Recorrente: IRMAZI PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RICARDO ANTONIO CARVALHO BARBOSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10467.900332/2012-12 (item 18) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 19 a 20. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 19 a 20, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10880.689426/2009-31 (item 47) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 48. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 48, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10880.920805/2017-13 (item 80) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 81 a 82. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 81 a 82, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
1 - Processo nº: 11080.000235/2006-79 - Recorrente: MIRIAM FERREIRA SIQUEIRA E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11080.000236/2006-13 - Recorrente: MIRIAM FERREIRA SIQUEIRA E CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
3 - Processo nº: 15586.720576/2015-15 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: IGREJA CRISTA MARANATA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
4 - Processo nº: 10835.720328/2016-52 - Recorrente: FELICI - CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA S/S. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16542.720810/2015-83 - Recorrente: FLORIMAQ COMERCIAL LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 19740.000491/2008-19 - Recorrente: COOP ECON E MUT FUNC ROCHE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: PER/DCOMP
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
7 - Processo nº: 11080.910562/2013-60 - Recorrente: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
8 - Processo nº: 10909.900833/2008-68 - Recorrente: MECANICA DE VEICULOS PICARRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10983.902380/2013-89 - Recorrente: MECANICA DE VEICULOS PICARRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10983.902986/2013-14 - Recorrente: MECANICA DE VEICULOS PICARRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10983.906869/2012-49 - Recorrente: MECANICA DE VEICULOS PICARRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10983.911888/2011-14 - Recorrente: MECANICA DE VEICULOS PICARRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
13 - Processo nº: 14041.000344/2004-89 - Recorrente: TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
14 - Processo nº: 13819.907358/2009-39 - Recorrente: MORGANITE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
15 - Processo nº: 11516.000373/2009-33 - Recorrente: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11516.000374/2009-88 - Recorrente: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11516.000375/2009-22 - Recorrente: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
18 - Processo nº: 10467.900332/2012-12 - Recorrente: TECOP TERMINAL DE COMBUSTIVEIS DA PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
19 - Processo nº: 10467.900296/2012-89 - Recorrente: TECOP TERMINAL DE COMBUSTIVEIS DA PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10467.900297/2012-23 - Recorrente: TECOP TERMINAL DE COMBUSTIVEIS DA PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
21 - Processo nº: 10580.900033/2010-10 - Recorrente: SETEL - SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10580.900034/2010-56 - Recorrente: SETEL - SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10580.900038/2010-34 - Recorrente: SETEL - SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10580.900040/2010-11 - Recorrente: SETEL - SERVICOS DE TERRAPLENAGEM E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: PENALIDADES/MULTA ISOLADA
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
25 - Processo nº: 10920.720480/2014-12 - Recorrente: BTOMEC FERRAMENTARIA E USINAGEM DE PRECISAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10920.720479/2014-80 - Recorrente: BTOMEC FERRAMENTARIA E USINAGEM DE PRECISAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: PENALIDADES/MULTA QUALIFICADA
27 - Processo nº: 13971.001856/2008-22 - Recorrente: SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: OMISSÃO DE RECEITAS
28 - Processo nº: 10925.721977/2015-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS PINHEIRENSE LTDA.

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: PER/DCOMP
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
29 - Processo nº: 10880.996244/2011-38 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10880.996245/2011-82 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10880.996246/2011-27 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.996247/2011-71 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.996248/2011-16 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11831.007688/2002-62 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TEC DE CONTROLE DE QUALID LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10880.911024/2006-85 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10880.937488/2012-60 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10880.967471/2012-37 - Recorrente: L.A. FALCAO BAUER CENTRO TECNOLOGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
38 - Processo nº: 10882.000910/2009-12 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10882.001158/2009-19 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10882.901919/2013-11 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10882.903268/2008-36 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10882.904164/2012-25 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10882.904165/2012-70 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10882.905048/2012-23 - Recorrente: SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
45 - Processo nº: 10783.917866/2011-14 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO QUIMETAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
46 - Processo nº: 10880.689425/2009-96 - Recorrente: SOPETRA ROLAMENTOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.689426/2009-31 - Recorrente: SOPETRA ROLAMENTOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.914966/2009-68 - Recorrente: SOPETRA ROLAMENTOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.939857/2009-53 - Recorrente: SOPETRA ROLAMENTOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
50 - Processo nº: 18471.000479/2005-16 - Recorrente: PAISAGEM DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS/ENCARGOS
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
51 - Processo nº: 10580.730619/2011-83 - Recorrente: GDK S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
52 - Processo nº: 10380.015541/2002-39 - Recorrente: TUDO MAQUINAS COM REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
53 - Processo nº: 18470.725758/2011-44 - Recorrente: FRUTICOLA RALED LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
54 - Processo nº: 13924.000038/2005-25 - Recorrente: SERRARIAS CAMPOS DE PALMAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: DEPÓSITOS ORIGEM NÃO COMPRVADA
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
55 - Processo nº: 15540.720062/2012-43 - Recorrente: ROSE MARY CABRAL GOMES BARBOSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PENALIDADES/MULTA QUALIFICADA
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
56 - Processo nº: 16041.720019/2016-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TATIANA DE PAULA BARRETO NASCIMENTO

TEMA 17: PENALIDADES/DIVERSOS
57 - Processo nº: 13888.723815/2017-21 - Recorrente: PLASTIMETAL ENGENHARIA & SERVICOS DE MANUTENCOES INDUSTRIAIS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
58 - Processo nº: 13971.723313/2015-99 - Recorrente: LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: PER/DCOMP
59 - Processo nº: 13971.904162/2011-44 - Recorrente: LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 15578.000060/2010-45 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO QUIMETAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
61 - Processo nº: 10530.900603/2012-11 - Recorrente: FCC - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 16327.902342/2010-01 - Recorrente: ABN AMRO ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 16327.900353/2013-91 - Recorrente: ABN AMRO ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10880.914756/2008-99 - Recorrente: ABN AMRO ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10880.004672/2001-79 - Recorrente: CRM COMERCIAL E REFINADORA DE METAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
66 - Processo nº: 10660.720449/2008-33 - Recorrente: KIDDE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.963091/2011-42 - Recorrente: ZANETTINI BAROSSI S A INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 20: CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS/ENCARGOS
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
68 - Processo nº: 19515.000434/2010-18 - Recorrente: CARDIO MEDICAL COMERCIO REPRESENTACAO E IMPORTACAO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 21: PRELIMINAR/DIVERSOS
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
69 - Processo nº: 11080.721981/2017-52 - Recorrente: VILMAR DA ROSA MADEIRA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
70 - Processo nº: 10935.723035/2014-37 - Recorrente: TROJAN E CRESTANI INDUSTRIA DE ARAMADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
71 - Processo nº: 10935.721062/2013-94 - Recorrente: COBRA CRIADA COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
72 - Processo nº: 13971.003488/2010-71 - Recorrente: MERCADO MONTIBELLER LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10166.727545/2013-51 - Recorrente: ERIDATA TELEINFORMATICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10940.721398/2015-40 - Recorrente: E PEREIRA & M LOPES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 18186.730844/2014-27 - Recorrente: SAPNET SISTEMAS E SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13971.001443/2010-62 - Recorrente: COMERCIAL VOLTOLINI LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
77 - Processo nº: 10970.720052/2013-13 - Recorrente: TRIMINAS SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 11516.721955/2017-67 - Recorrente: TOTAL ENGLISH ENSINO DE IDIOMAS E COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
79 - Processo nº: 13355.721932/2014-25 - Recorrente: K2-CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 23: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS ESTEVES BORGES
80 - Processo nº: 10880.920805/2017-13 - Recorrente: CVC ADVISERS LATAM REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
81 - Processo nº: 10880.920806/2017-68 - Recorrente: CVC ADVISERS LATAM REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.920807/2017-11 - Recorrente: CVC ADVISERS LATAM REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
83 - Processo nº: 10665.900263/2010-31 - Recorrente: FERGUMINAS SIDERURGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10665.906568/2009-12 - Recorrente: FERGUMINAS SIDERURGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10665.906569/2009-67 - Recorrente: FERGUMINAS SIDERURGIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e
3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.
4) O julgamento do Processo nº 11080.916551/2009-15 (item 14) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 15 a 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 15 a 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
5) O julgamento do Processo nº 15374.917203/2009-11 (item 73) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 74. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 74, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
6) O julgamento do Processo nº 10580.900948/2012-89 (item 78) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 79 e 80. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 79 e 80, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
7) O julgamento do Processo nº 10880.691426/2009-09 (item 82) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 83 a 86. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 83 a 86, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 01: PEDIDO DE VISTA
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
1 - Processo nº: 10166.722724/2011-30 - Recorrente: CENTRO DE GESTAO E ESTUDOS ESTRATEGICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 02: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
2 - Processo nº: 10283.720576/2007-04 - Recorrente: J G RODRIGUES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
3 - Processo nº: 11516.721607/2012-85 - Recorrente: TCHAM! BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 03: ARBITRAMENTO DE LUCROS, GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS, OMISSÃO DE RECEITAS e PENALIDADES
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
4 - Processo nº: 15521.720022/2013-19 - Recorrente: F SILVA & ROMAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.003316/2005-02 - Recorrente: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
6 - Processo nº: 15586.000485/2005-98 - Recorrente: HAWER REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
7 - Processo nº: 19515.004584/2010-09 - Recorrente: GESTAO DE SERVICOS LIBOREDO EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
8 - Processo nº: 13964.000514/2002-99 - Recorrente: PALMAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
9 - Processo nº: 13942.720010/2012-19 - Recorrente: LOTEAMENTO FOLLMANN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 04: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
10 - Processo nº: 13924.000142/2010-87 - Recorrente: UNIMED PATO BRANCO COOP DE TRABALHO MEDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
11 - Processo nº: 13811.004987/2003-90 - Recorrente: ARYZTA DO BRASIL ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
12 - Processo nº: 10935.004342/2006-13 - Recorrente: SPERAFICO MOINHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10935.004343/2006-50 - Recorrente: SPERAFICO MOINHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11080.916551/2009-15 - Recorrente: IFORTIX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
15 - Processo nº: 11080.916540/2009-27 - Recorrente: IFORTIX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11080.916542/2009-16 - Recorrente: IFORTIX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11080.916543/2009-61 - Recorrente: IFORTIX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11080.916552/2009-51 - Recorrente: IFORTIX INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 05: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
19 - Processo nº: 10880.900099/2008-01 - Recorrente: EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.946364/2009-70 - Recorrente: EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
21 - Processo nº: 10882.900261/2011-68 - Recorrente: A.C. NIELSEN DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
22 - Processo nº: 13896.904124/2008-36 - Recorrente: TECSER ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13896.907123/2008-43 - Recorrente: TECSER ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
24 - Processo nº: 10882.002759/2002-72 - Recorrente: MILLO'S PARTICIPACOES, COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
25 - Processo nº: 10875.901471/2013-24 - Recorrente: INTERMODAL BRASIL LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10880.009828/2002-99 - Recorrente: DISBRASA DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
27 - Processo nº: 13884.904787/2011-95 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13884.902215/2010-91 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13884.904488/2010-70 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13884.903827/2011-81 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13884.904795/2010-51 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13884.906080/2012-02 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13850.000217/2010-31 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13850.000198/2010-42 - Recorrente: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
35 - Processo nº: 10875.901472/2013-79 - Recorrente: INTERMODAL BRASIL LOGISTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 06: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
36 - Processo nº: 15374.916512/2008-84 - Recorrente: RASH ADMINISTRACAO DE HOTEIS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
37 - Processo nº: 10880.914537/2009-91 - Recorrente: FERTILIZANTES OURO VERDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
38 - Processo nº: 15374.900334/2009-51 - Recorrente: HISPAMAR SATELITES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREIA LUCIA MACHADO MOURAO
39 - Processo nº: 10280.905203/2009-95 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10280.902269/2010-67 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10280.001622/2002-80 - Recorrente: DELTA PUBLICIDADE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
42 - Processo nº: 10880.929096/2008-41 - Recorrente: BANKPAR BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13896.901557/2013-05 - Recorrente: BANKPAR BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13896.902710/2011-41 - Recorrente: BANKPAR BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
45 - Processo nº: 10880.954840/2009-26 - Recorrente: BUNGE INVESTIMENTOS E CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
46 - Processo nº: 10880.933364/2008-29 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
47 - Processo nº: 16306.000283/2008-51 - Recorrente: BUNGE INVESTIMENTOS E CONSULTORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
48 - Processo nº: 10880.933363/2008-84 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.950036/2008-97 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.933365/2008-73 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.902896/2011-10 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.902897/2011-64 - Recorrente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 07: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
53 - Processo nº: 10880.915537/2006-65 - Recorrente: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.690659/2009-86 - Recorrente: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10880.690661/2009-55 - Recorrente: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10880.690660/2009-19 - Recorrente: TRENCH ROSSI E WATANABE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
57 - Processo nº: 13312.720012/2006-86 - Recorrente: GRENDENE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13312.720013/2006-21 - Recorrente: GRENDENE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FABIANA OKCHSTEIN KELBERT
59 - Processo nº: 10855.903610/2010-40 - Recorrente: G-KT DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO MAROZZI GREGORIO
60 - Processo nº: 13896.902136/2010-41 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13896.903852/2013-98 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13896.903853/2013-32 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13896.904359/2008-28 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13896.904360/2008-52 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13896.904361/2008-05 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13896.904362/2008-41 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13896.906962/2012-21 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13896.908212/2012-93 - Recorrente: KELLY SERVICES DO BRASIL RECURSOS HUMANOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
69 - Processo nº: 10845.720258/2010-28 - Recorrente: VERTICE CONSTRUCOES CIVIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
70 - Processo nº: 10880.932817/2009-81 - Recorrente: TNT EXPRESS BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
71 - Processo nº: 13888.910111/2009-86 - Recorrente: TOYOBO DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13888.910112/2009-21 - Recorrente: TOYOBO DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
73 - Processo nº: 15374.917203/2009-11 - Recorrente: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
74 - Processo nº: 15374.917202/2009-68 - Recorrente: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
75 - Processo nº: 16682.900032/2012-67 - Recorrente: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
76 - Processo nº: 14033.000271/2009-39 - Recorrente: M&C MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10166.009138/2010-15 - Recorrente: M & C MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLEUCIO SANTOS NUNES
78 - Processo nº: 10580.900948/2012-89 - Recorrente: CEDIBA CENTRO DE DIAGNOSTICO INTEGRADO DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
79 - Processo nº: 10580.900949/2012-23 - Recorrente: CEDIBA CENTRO DE DIAGNOSTICO INTEGRADO DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10580.902278/2012-35 - Recorrente: CEDIBA CENTRO DE DIAGNOSTICO INTEGRADO DA BAHIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
81 - Processo nº: 10880.951181/2011-91 - Recorrente: AGENCIA ESTADO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.691426/2009-09 - Recorrente: AGENCIA ESTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
83 - Processo nº: 10880.691422/2009-12 - Recorrente: AGENCIA ESTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10880.691423/2009-67 - Recorrente: AGENCIA ESTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10880.691425/2009-56 - Recorrente: AGENCIA ESTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10880.691427/2009-45 - Recorrente: AGENCIA ESTADO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 08: SIMPLES NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
87 - Processo nº: 15983.720426/2011-03 - Recorrente: NOVOMUNDO EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
88 - Processo nº: 13836.720388/2012-20 - Recorrente: GILMAR A FRARE - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
89 - Processo nº: 10675.722285/2015-49 - Recorrente: MARLY ROSA MARTINS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
90 - Processo nº: 13839.722764/2015-33 - Recorrente: VIPY INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
91 - Processo nº: 11516.722241/2016-95 - Recorrente: GEOVANI DE MARCO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
92 - Processo nº: 13894.720787/2014-68 - Recorrente: TAKESHI TANABE - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
93 - Processo nº: 13794.720473/2014-93 - Recorrente: TRALLI BITTENCOURT MERCEARIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
94 - Processo nº: 13984.721746/2012-18 - Recorrente: SERRAPLAST TRANSFORMACAO E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
95 - Processo nº: 10950.721535/2015-27 - Recorrente: ELIANE NASCIMENTO SILVA COSTA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
96 - Processo nº: 15455.720254/2014-81 - Recorrente: CEII - CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO DE IDIOMAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
97 - Processo nº: 10875.723281/2014-41 - Recorrente: OSCAR T. AKAMINE MODAS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
98 - Processo nº: 16511.721370/2012-04 - Recorrente: PRO-BANNER PLOTAGENS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
99 - Processo nº: 10166.721252/2017-93 - Recorrente: JESUE TEIXEIRA DE SOUSA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
100 - Processo nº: 18470.731476/2012-67 - Recorrente: CARMAN CONTABILIDADE LIMITADA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
101 - Processo nº: 11040.720827/2017-30 - Recorrente: TERCEIRIZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 09: OMISSÃO DE RECEITAS
102 - Processo nº: 16641.720045/2017-45 - Recorrente: TERCEIRIZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: SIMPLES NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
103 - Processo nº: 10120.728757/2015-43 - Recorrente: W M W INOX AQUECEDORES SOLARES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10120.727814/2015-77 - Recorrente: DM DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 12278.720516/2016-79 - Recorrente: CASA MALHO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13804.721035/2017-29 - Recorrente: 20/20 CLINICA OFTALMOLOGICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11080.721510/2013-11 - Recorrente: CENTRAL METALICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 12269.002258/2009-25 - Recorrente: REDE SOS TURBO COM E MANUT DE TURBOS LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 12269.001984/2009-21 - Recorrente: REDE SOS TURBO COM E MANUT DE TUBOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13899.720578/2016-36 - Recorrente: TROPICAL DA SERRA CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: SIMPLES
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
111 - Processo nº: 15504.723132/2016-85 - Recorrente: COMERCIAL J. G. VENTURA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10865.901215/2010-11 (item 33) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 34 a 39. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 34 a 39 nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10880.937653/2011-01 (item 41) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 42. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 42, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
1 - Processo nº: 10530.723181/2012-53 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e COOBAHIA COOPERATIVA BAHIA OESTE
TEMA 2: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
2 - Processo nº: 15540.720115/2011-45 - Recorrente: AVENIDA 339 COMERCIO DE VIDROS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
3 - Processo nº: 10865.002829/2010-19 - Recorrente: CONSULTORIA DE IMOVEIS SANTA PAULA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
4 - Processo nº: 12448.737222/2011-72 - Recorrente: PARKIMOVEIS CONSTRUCOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: PAGAMENTOS A RESIDENTES NO EXTERIOR
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
5 - Processo nº: 10882.904466/2012-01 - Recorrente: FLINT GROUP TINTAS DE IMPRESSAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10882.900797/2017-79 - Recorrente: FLINT GROUP TINTAS DE IMPRESSAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: DCTF/FALTA DE RETENÇÃO E/OU RECOLHIMENTO
7 - Processo nº: 13897.000660/2003-46 - Recorrente: FLINT INK DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: DCTF/FALTA DE RETENÇÃO E/OU RECOLHIMENTO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
8 - Processo nº: 18471.000901/2007-03 - Recorrente: VS PROPAGANDA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
9 - Processo nº: 10480.725023/2016-02 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRESTADORES DE SERVICOS EM SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
10 - Processo nº: 18471.001324/2005-05 - Recorrente: FAULHABER ENGENHARIA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
11 - Processo nº: 10480.726174/2013-27 - Recorrente: COOPERATIVA DE PRESTADORES DE SERVICOS EM SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
12 - Processo nº: 15504.003223/2009-71 - Recorrente: MATER CLINICA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
13 - Processo nº: 15504.020259/2009-10 - Recorrente: SEVEN HILLS CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
14 - Processo nº: 14120.000062/2009-14 - Recorrente: DELTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
15 - Processo nº: 18471.000379/2006-71 - Recorrente: FORSAN FORNECEDORA DE MATERIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
16 - Processo nº: 10980.723475/2010-15 - Recorrente: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
17 - Processo nº: 13433.721328/2013-48 - Recorrente: CONCRET MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
18 - Processo nº: 18088.000580/2008-43 - Recorrente: CAMARGO ARTES GRAFICAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
19 - Processo nº: 10803.000019/2011-25 - Recorrente: GRSA SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PENALIDADES/MULTA ISOLADA
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
20 - Processo nº: 10380.723232/2013-99 - Recorrente: CIA DE GAS DO CEARA CEGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
21 - Processo nº: 13982.000987/2009-44 - Recorrente: CLEMENTE GALON - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
22 - Processo nº: 10882.001128/2009-11 - Recorrente: ENGEBRAS S A IND COM TEC INFORMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PENALIDADES/MULTA ISOLADA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
23 - Processo nº: 13819.901158/2010-14 - Recorrente: TREDEGAR BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13819.907212/2009-93 - Recorrente: TREDEGAR BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13819.907214/2009-82 - Recorrente: TREDEGAR BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13819.907475/2009-01 - Recorrente: TREDEGAR BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: ACRÉSCIMOS LEGAIS/JUROS
27 - Processo nº: 13819.907213/2009-38 - Recorrente: TREDEGAR BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
28 - Processo nº: 10865.900124/2011-31 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10865.900137/2013-72 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10865.902897/2011-52 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10865.900136/2013-28 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10865.900023/2010-80 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10865.901215/2010-11 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
34 - Processo nº: 10865.900022/2010-35 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10865.901216/2010-58 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10865.901217/2010-01 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10865.911762/2009-63 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10865.911763/2009-16 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10865.911764/2009-52 - Recorrente: ABC GROUP DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
40 - Processo nº: 10880.679527/2009-01 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.937653/2011-01 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
42 - Processo nº: 10880.937657/2011-81 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
43 - Processo nº: 10920.006913/2008-77 - Recorrente: CONDOR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
44 - Processo nº: 13771.001002/98-41 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
45 - Processo nº: 10880.955128/2010-88 - Recorrente: ACOS VIC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.913995/2011-27 - Recorrente: ACOS VIC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
47 - Processo nº: 10880.946412/2009-20 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.946413/2009-74 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.954478/2013-70 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.997816/2011-04 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.907985/2014-03 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.967341/2010-32 - Recorrente: CORELLO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
53 - Processo nº: 13839.902584/2013-71 - Recorrente: IPEL-INDUSTRIA DE PINCEIS E EMBALAGENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
54 - Processo nº: 13839.900269/2008-42 - Recorrente: AGROPECUARIA ALEXANIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13839.000273/2009-90 - Recorrente: AGROPECUARIA ALEXANIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13839.905910/2012-11 - Recorrente: AGROPECUARIA ALEXANIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13839.905912/2012-19 - Recorrente: AGROPECUARIA ALEXANIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
58 - Processo nº: 10880.902487/2011-13 - Recorrente: GR SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: SIMPLES
Relator(a): NELSO KICHEL
59 - Processo nº: 10783.721094/2015-32 - Recorrente: ETIQUETAS VITORIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
60 - Processo nº: 13005.720821/2013-91 - Embargante: IMOBILIARIA SOMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
61 - Processo nº: 10830.725911/2015-19 - Recorrente: GLOBAUT - CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
62 - Processo nº: 10805.723088/2015-14 - Recorrente: L. O. COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
63 - Processo nº: 10240.720481/2010-84 - Recorrente: PORTO REAL VIAGENS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
64 - Processo nº: 11080.005679/2003-58 - Recorrente: S-TECHNIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL

65 - Processo nº: 10805.723254/2015-82 - Recorrente: GEN INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: SIMPLES
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
66 - Processo nº: 11080.721761/2017-29 - Recorrente: MARLENE GOMES MONTEIRO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
67 - Processo nº: 10950.724568/2015-29 - Recorrente: C. TORRES DE ANDRADE & CIA. LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
68 - Processo nº: 13889.720143/2017-91 - Recorrente: START VISION COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
69 - Processo nº: 12719.721613/2013-08 - Recorrente: ALINE MAY BARBOSA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
70 - Processo nº: 18470.721806/2018-00 - Recorrente: CHURRASCARIA EXPRESSO GRILL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
71 - Processo nº: 13771.720665/2015-49 - Recorrente: M.A MENDES SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
72 - Processo nº: 10380.720491/2015-20 - Recorrente: FURTADO COMERCIO DE MALHAS DE COMPRESSAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
73 - Processo nº: 17613.721207/2015-09 - Recorrente: IZABELLA SCHUENG DE ALMEIDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
74 - Processo nº: 11065.725148/2012-64 - Recorrente: CURTIMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
75 - Processo nº: 10183.720890/2012-74 - Recorrente: ETERNA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
76 - Processo nº: 17734.722000/2017-39 - Recorrente: E.L.C COMERCIO DE SUPLEMENTOS ALIMENTICIOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
77 - Processo nº: 10805.720387/2015-05 - Recorrente: H.PACHECO REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: SIMPLES
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
78 - Processo nº: 10525.720185/2015-00 - Recorrente: CANTINA FAMILIA GIACOMEL EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11030.721913/2017-89 - Recorrente: CANTINA FAMILIA GIACOMEL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
80 - Processo nº: 13771.720146/2016-61 - Recorrente: GREIMN LANCHONETE LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
81 - Processo nº: 15983.720140/2017-13 - Recorrente: HDF ASSESSORIA E CONSULTORIA EDUCACIONALLTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
82 - Processo nº: 11065.724036/2011-13 - Recorrente: DY MONI INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
83 - Processo nº: 18470.723847/2017-41 - Recorrente: BCS1 CENTRO AUTOMOTIVO E OFICINA MULTIMARCAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
84 - Processo nº: 13839.722859/2015-57 - Recorrente: DROGARIA POLVILHO EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
85 - Processo nº: 18470.721681/2018-18 - Recorrente: MECANICA AUTO SALCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
86 - Processo nº: 10850.723005/2015-41 - Recorrente: SEBO SOL INDUSTRIA DE SUB PRODUTOS DE BOVINOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
87 - Processo nº: 13971.722767/2015-42 - Recorrente: ALVISE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
88 - Processo nº: 10907.721267/2016-50 - Recorrente: ROBASSA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10980.723690/2017-92 - Recorrente: ROBASSA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
90 - Processo nº: 13005.721733/2013-14 - Recorrente: GILNEI POZEBOM & CIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
91 - Processo nº: 17284.720238/2018-56 - Recorrente: PADARIA CONFEITARIA E LANCHONETE ENGENHO DO PAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
92 - Processo nº: 18470.720653/2018-75 - Recorrente: LEITURA DINAMICA - COOPERATIVA DE CONSUMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
93 - Processo nº: 10166.721355/2015-91 - Recorrente: AAL ALIMENTOS ARABES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
94 - Processo nº: 13656.720240/2018-07 - Recorrente: CLAUDIO RODRIGUES & CASSILLA SOCIEDADE DE ADVOGADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 11080.911022/2009-17 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 11. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 11, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 11080.911014/2009-71 (item 12) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 13 a 15. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 13 a 15, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10730.900853/2015-47 (item 16) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 17 a 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 17 a 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 19393.720046/2013-23 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 22. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 22, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 10983.902265/2012-23 (item 23) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 24 a 28. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 24 a 28, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9) O julgamento do Processo nº 11030.902037/2016-17 (item 29) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 30 a 31. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 30 a 31, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

10) O julgamento do Processo nº 10840.901951/2013-92 (item 32) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante do item 33. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 33, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11) O julgamento do Processo nº 10840.905883/2012-50 (item 34) servirá como paradigma para o julgamento do processos constante do item 35. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 35, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

12) O julgamento do Processo nº 11080.913885/2012-24 (item 36) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 37 a 43. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 37 a 43, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

13) O julgamento do Processo nº 10880.976805/2012-63 (item 44) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 45 a 46. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 45 a 46, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

14) O julgamento do Processo nº 10880.662524/2012-26 (item 47) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 48 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 48 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

15) O julgamento do Processo nº 10880.663159/2012-77 (item 79) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 80 a 115. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 80 a 115, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: REPETITIVOS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
1 - Processo nº: 11080.911022/2009-17 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
2 - Processo nº: 11080.911006/2009-24 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11080.911007/2009-79 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11080.911008/2009-13 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11080.911011/2009-37 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11080.911012/2009-81 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11080.911013/2009-26 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11080.911015/2009-15 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11080.911017/2009-12 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11080.911018/2009-59 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11080.911021/2009-72 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
12 - Processo nº: 11080.911014/2009-71 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
13 - Processo nº: 11080.911010/2009-92 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11080.911019/2009-01 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.911020/2009-28 - Recorrente: IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
16 - Processo nº: 10730.900853/2015-47 - Recorrente: INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A (CENTRO DE PESQUISAS, PRODUTOS QUIMICOS E BIOLOGICOS) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
17 - Processo nº: 10730.900852/2015-01 - Recorrente: INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A (CENTRO DE PESQUISAS, PRODUTOS QUIMICOS E BIOLOGICOS) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10730.900854/2015-91 - Recorrente: INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A (CENTRO DE PESQUISAS, PRODUTOS QUIMICOS E BIOLOGICOS) e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
19 - Processo nº: 19393.720046/2013-23 - Recorrente: UNIMED DE MACAE COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
20 - Processo nº: 19393.720022/2013-74 - Recorrente: UNIMED DE MACAE COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19393.720045/2013-89 - Recorrente: UNIMED DE MACAE COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 19395.720026/2013-32 - Recorrente: UNIMED DE MACAE COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
23 - Processo nº: 10983.902265/2012-23 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
24 - Processo nº: 10983.902266/2012-78 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10983.902267/2012-12 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10983.902268/2012-67 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10983.902270/2012-36 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10983.902271/2012-81 - Recorrente: LIVRARIA E PAPELARIA ENERGIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
29 - Processo nº: 11030.902037/2016-17 - Recorrente: LONGO SERVICOS DIVERSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
30 - Processo nº: 11030.902038/2016-53 - Recorrente: LONGO SERVICOS DIVERSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 11030.902039/2016-06 - Recorrente: LONGO SERVICOS DIVERSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
32 - Processo nº: 10840.901951/2013-92 - Recorrente: MATTARAIA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
33 - Processo nº: 10840.901952/2013-37 - Recorrente: MATTARAIA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
34 - Processo nº: 10840.905883/2012-50 - Recorrente: MATTARAIA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
35 - Processo nº: 10840.905885/2012-49 - Recorrente: MATTARAIA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
36 - Processo nº: 11080.913885/2012-24 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
37 - Processo nº: 11080.913341/2012-62 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11080.913882/2012-91 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.913883/2012-35 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11080.913884/2012-80 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11080.913886/2012-79 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11080.913887/2012-13 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11080.913888/2012-68 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. OLEOS VEGETAIS PLANALTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
44 - Processo nº: 10880.976805/2012-63 - Recorrente: VIRADOURO INCORPORACAO SPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
45 - Processo nº: 10880.976806/2012-16 - Recorrente: VIRADOURO INCORPORACAO SPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.980286/2012-38 - Recorrente: VIRADOURO INCORPORACAO SPE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.662524/2012-26 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.662525/2012-71 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.662530/2012-83 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.662531/2012-28 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.662532/2012-72 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.662533/2012-17 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10880.662534/2012-61 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.662535/2012-14 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10880.662536/2012-51 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10880.662537/2012-03 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10880.662538/2012-40 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10880.662539/2012-94 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10880.662540/2012-19 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10880.663139/2012-04 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10880.663140/2012-21 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10880.663141/2012-75 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10880.663143/2012-64 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10880.663144/2012-17 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10880.663146/2012-06 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10880.663147/2012-42 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.663148/2012-97 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10880.663149/2012-31 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10880.663150/2012-66 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.663151/2012-19 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.663152/2012-55 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.663153/2012-08 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.663154/2012-44 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.663155/2012-99 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.663183/2012-14 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.968519/2012-24 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.968520/2012-59 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10880.968521/2012-01 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.663159/2012-77 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.662523/2012-81 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10880.662526/2012-15 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.662527/2012-60 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10880.662528/2012-12 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10880.662529/2012-59 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10880.663138/2012-51 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10880.663142/2012-10 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10880.663145/2012-53 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10880.663156/2012-33 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10880.663157/2012-88 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10880.663158/2012-22 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10880.663160/2012-00 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10880.663161/2012-46 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10880.663162/2012-91 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10880.663163/2012-35 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10880.663164/2012-80 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10880.663165/2012-24 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10880.663166/2012-79 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10880.663167/2012-13 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10880.663168/2012-68 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10880.663169/2012-11 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10880.663170/2012-37 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10880.663171/2012-81 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10880.663172/2012-26 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10880.663173/2012-71 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10880.663174/2012-15 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10880.663175/2012-60 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10880.663176/2012-12 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10880.663177/2012-59 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10880.663178/2012-01 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10880.663179/2012-48 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10880.663180/2012-72 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10880.663181/2012-17 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10880.663182/2012-61 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10880.663184/2012-51 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10880.968522/2012-48 - Recorrente: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: SIMPLES - EXCLUSÃO - 1

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
116 - Processo nº: 10813.720240/2013-46 - Recorrente: DELCIO DOS SANTOS CAPACETE - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
117 - Processo nº: 13971.000704/2010-27 - Recorrente: EKSET INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
118 - Processo nº: 13910.720651/2014-11 - Recorrente: FERNANDO CORDEIRO - QUATIGUA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
119 - Processo nº: 10580.732130/2012-27 - Recorrente: FIAES PECAS E SERVICOS LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
120 - Processo nº: 10280.720132/2015-09 - Recorrente: G J GOMES DE ALMEIDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10855.721008/2016-81 - Recorrente: SM SERVICE SYSTEM TERCEIRIZADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 11080.724425/2010-61 - Recorrente: TOK GLASS INDUSTRIA DE CRISTAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13840.720082/2015-57 - Recorrente: VINICIUS IANONI PALMA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
124 - Processo nº: 15956.000414/2010-05 - Recorrente: 3P TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13052.720111/2017-29 - Recorrente: ADRIANO ANTONIAZZI & CIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10730.001533/2007-01 - Recorrente: CABEB DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10865.723220/2016-64 - Recorrente: CESEG CORRETORA DE SEGUROS - EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 16062.720088/2013-18 - Recorrente: CIBENE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: SIMPLES - EXCLUSÃO - 2
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
129 - Processo nº: 13819.722747/2012-91 - Recorrente: DOCTOR'S INFO COMERCIO E SOLUCOES EM INFORMATIZACAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
130 - Processo nº: 10665.001749/2010-94 - Recorrente: CSE - SERVICOS DE DIGITACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
131 - Processo nº: 10920.006626/2007-86 - Recorrente: DRESSEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
132 - Processo nº: 17734.721541/2015-88 - Recorrente: E. Y. DA R. KAWASAKI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
133 - Processo nº: 10320.720712/2014-93 - Recorrente: J. FERREIRA DE CASTRO - COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
134 - Processo nº: 17032.720433/2016-86 - Recorrente: M. R. MIRANDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
135 - Processo nº: 10730.730665/2013-83 - Recorrente: MONTE CRISTO COMERCIO E SERVICOS TECNICOS - EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
136 - Processo nº: 18470.728247/2016-99 - Recorrente: PRO SERVICE TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
137 - Processo nº: 10640.723182/2013-31 - Recorrente: TOP CALCADOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
138 - Processo nº: 11543.720033/2017-13 - Recorrente: ADVOCACIA PECANHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 18470.728874/2016-20 - Recorrente: BELALIS REPRESENTACOES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10983.721593/2016-54 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessados: BERNARDETE ORSI & CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 19985.720938/2016-15 - Recorrente: BROTTO & ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 19985.721062/2017-05 - Recorrente: CAMILO & ARMSTRONG ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 18470.721643/2017-76 - Recorrente: CM LUX CONSULTORIA E ILUMINACAO EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13605.720001/2016-82 - Recorrente: REMOCOES MONLEVADE LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4:IRRF
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
145 - Processo nº: 10880.692481/2009-16 - Recorrente: HITACHI DATA SYSTEMS DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 15253.000125/2009-81 - Recorrente: UNIMED UBERABA COOP DE TRAB MED LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
147 - Processo nº: 10932.720012/2013-10 - Recorrente: AMINO QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
148 - Processo nº: 10932.000625/2007-99 - Recorrente: FABRIMOLD INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDES E PECAS INJETADAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
149 - Processo nº: 16327.903134/2008-05 - Recorrente: A-PREV - SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
150 - Processo nº: 16306.000130/2009-94 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRAB EM GESTAO INT NEG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
151 - Processo nº: 10983.904174/2018-18 - Recorrente: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10983.901256/2008-39 - Recorrente: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10983.903009/2013-34 - Recorrente: FUNDACAO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: SIMPLES - OPÇÃO
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
154 - Processo nº: 18043.720119/2013-94 - Recorrente: GILBERTO H. MARUMOTO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
155 - Processo nº: 10070.000861/2004-50 - Recorrente: FERRAGENS E LOUCAS CERTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
156 - Processo nº: 11543.720086/2014-83 - Recorrente: PRESINTEL ELETROMECANICA - INDUSTRIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: SIMPLES - EXCLUSÃO - 3
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
157 - Processo nº: 10920.722447/2014-19 - Recorrente: LUIZ MELQUIADES DOS SANTOS - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
158 - Processo nº: 10166.100120/2008-32 - Recorrente: ADU - ALIMENTOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
159 - Processo nº: 10380.723548/2016-23 - Recorrente: ALCANCE SERVICOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
160 - Processo nº: 10920.720532/2013-61 - Recorrente: CEDUTECH COMERCIO DE LIVROS E CURSOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
161 - Processo nº: 10845.002748/2010-49 - Recorrente: COLEGIO CELL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 19515.003623/2007-47 - Recorrente: COMERCIAL MAESTRO DE SUCATAS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10909.000537/2005-12 - Recorrente: COMERCIAL NILO GOEDERT LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10530.725033/2010-10 - Recorrente: EVANDERLEY ALVES VASCONCELOS EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 19515.002972/2007-41 - Recorrente: GE GE CIMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
166 - Processo nº: 10850.720597/2013-88 - Recorrente: G.A. IGLESIAS SAO JOSE DO RIO PRETO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
167 - Processo nº: 10735.722545/2014-43 - Recorrente: H S DE ABREU RESTAURANTE - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10469.726400/2014-17 - Recorrente: INDUSTRIA DE SUCO TROPICAL E POLPAS DE FRUTAS RAINHA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
169 - Processo nº: 13971.001657/2005-71 - Recorrente: MASTERING EDITORA E TELEMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10950.004255/2009-11 - Recorrente: PAULO AFONSO DE SOUZA RAMOS - TORNEIRAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
171 - Processo nº: 10280.722254/2015-21 - Recorrente: PEXLOG TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: PERD/DCOMP - 1
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
172 - Processo nº: 10983.720550/2014-90 - Recorrente: MARTINS ELETRONICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10805.722947/2014-77 - Recorrente: PV SERVICOS OPERACIONAIS LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10830.725768/2014-84 - Recorrente: RENATA APARECIDA BOTIN - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
175 - Processo nº: 15374.920448/2008-36 - Recorrente: EMPRESA CARIOCA DE PRODUTOS QUIMICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
176 - Processo nº: 13884.900293/2014-84 - Recorrente: HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13884.904693/2011-16 - Recorrente: HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
178 - Processo nº: 10865.902914/2010-71 - Recorrente: LAMESA CABOS ELETRICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: PERD/DCOMP - 2
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
179 - Processo nº: 13855.000966/2003-99 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
180 - Processo nº: 10783.904678/2013-80 - Recorrente: PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO -SPE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10783.904679/2013-24 - Recorrente: PEIU SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO -SPE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
182 - Processo nº: 16408.000831/2006-32 - Recorrente: STAROI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 11610.003427/2001-97 - Recorrente: TEVECAP SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
184 - Processo nº: 15374.917023/2008-40 - Embargante: BROOKFIELD BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
185 - Processo nº: 10830.917390/2009-86 - Recorrente: 3M DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10830.904847/2009-92 - Recorrente: 3M DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13807.014097/2001-93 - Recorrente: ALUMINIO TROFA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: SIMPLES - EXCLUSÃO - 4
188 - Processo nº: 11030.720383/2011-66 - Recorrente: IDOLAR MACHADO & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
189 - Processo nº: 13151.720014/2015-56 - Recorrente: JUCHEM & JUCHEM LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
190 - Processo nº: 12571.000018/2009-62 - Recorrente: L ANTUNES TRANSPORTES LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 15956.000565/2010-55 - Recorrente: NOVO SECULO CONFECCOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 15956.000569/2010-33 - Recorrente: NOVO SECULO CONFECCOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
193 - Processo nº: 18470.722245/2015-13 - Recorrente: WMARTINS GESTAO IMOBILIARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: PENALIDADES DIVERSAS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
194 - Processo nº: 13804.720316/2012-50 - Recorrente: CECOI CENTRO COTIANO ODONTOLOGICO E PRONTO SOCORRO S/S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
195 - Processo nº: 10945.000893/2010-67 - Recorrente: AUTO POSTO OESTE VERDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
196 - Processo nº: 12897.000699/2009-96 - Recorrente: VP SERVICOS TERCERIZADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10935.724837/2013-83 - Recorrente: V.H. CAVEGLION & CIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
198 - Processo nº: 19647.004183/2010-45 - Recorrente: BOMPRECO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13811.007767/2008-22 - Recorrente: COLLIERS INTERN DO BRASIL CONSULTORIA LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 11065.100330/2010-46 - Recorrente: FIBRA SA INDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 15471.003012/2009-63 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO REI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13899.000226/2010-75 - Recorrente: PROPACK IND E COM DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10980.003738/2009-32 - Recorrente: INSTITUTO DE PREV SERV DO MUN. CURITIBA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUCIANO BERNART
204 - Processo nº: 11634.720348/2014-91 - Recorrente: COMPRENANET COMERCIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
205 - Processo nº: 10580.727482/2013-41 - Recorrente: LOPES PLANEJAMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
206 - Processo nº: 15956.000512/2010-34 - Recorrente: R F PESSOA & PESSOA LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
207 - Processo nº: 10640.723778/2013-31 - Recorrente: TOP CALCADOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
208 - Processo nº: 11060.003854/2008-15 - Recorrente: A RAZAO E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10882.003411/2007-15 - Recorrente: INAJA ARTEF. COPOS EMBAL PAPEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 11065.000051/2007-88 - Recorrente: IZABEL BRUXEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: MATÉRIAS DIVERSAS
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
211 - Processo nº: 16327.721256/2012-53 - Recorrente: BANCO BANDEPE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
212 - Processo nº: 13884.722271/2012-13 - Recorrente: HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13884.901736/2010-21 - Recorrente: HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13884.911531/2011-34 - Recorrente: HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10830.900023/2008-62 - Recorrente: BENTELER ESTAMPARIA AUTOMOTIVA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
216 - Processo nº: 10070.001156/95-81 - Recorrente: VICAUTO COMERCIO DE VEICULOS SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANO BERNART
217 - Processo nº: 18471.000125/2007-33 - Recorrente: COLOPLAST DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 11831.001128/2002-02 - Recorrente: ANASTACIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PART.LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULA SANTOS DE ABREU
219 - Processo nº: 19393.720036/2015-50 - Recorrente: UNIMED DE MACAE COOPERATIVA DE ASSISTENCIA A SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: SIMPLES - EXCLUSÃO - 5
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
220 - Processo nº: 13794.720188/2015-53 - Recorrente: ITAUBA CONSTRUTORA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
221 - Processo nº: 10811.720270/2012-91 - Recorrente: LAILTO APARECIDO MILANI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
222 - Processo nº: 13629.720498/2014-07 - Recorrente: M&A CONSULTORIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10925.721685/2014-67 - Recorrente: MARCOS MAURICIO HELBING - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13855.723144/2014-32 - Recorrente: MARISA ADRIANA DALPIM - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
225 - Processo nº: 10805.905953/2012-04 - Recorrente: RCI BRASIL - PRESTACAO DE SERVICOS DE INTERCAMBIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10805.905955/2012-95 - Recorrente: RCI BRASIL - PRESTACAO DE SERVICOS DE INTERCAMBIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10880.668127/2011-87 - Recorrente: UPS SCS TRANSPORTES (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
228 - Processo nº: 13830.722153/2016-56 - Recorrente: ROGERIO DALL EVEDOVE LOPES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 17613.721539/2015-85 - Recorrente: S A SILVA METALURGICA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
230 - Processo nº: 11040.721787/2012-39 - Recorrente: SIMONE ARRIADA & CIA. LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
231 - Processo nº: 17613.721210/2015-14 - Recorrente: TRIUNVIRATO COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 13855.720683/2012-58 - Recorrente: UNISERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS S/S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 1ª Seção do CARF

2ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e
3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
1 - Processo nº: 10980.008524/2007-91 - Recorrente: MAURICIO BENITES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 15758.000241/2010-53 - Recorrente: EDVALDO JOSE DOS SANTOS BELINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13701.000711/2008-94 - Recorrente: CARMEN LUCIA CASTELLAR DUARTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 18404.720197/2018-57 - Recorrente: DECIO CARVALHO E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 18404.720198/2018-00 - Recorrente: DECIO CARVALHO E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 18404.720202/2018-21 - Recorrente: DECIO CARVALHO E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10510.722926/2019-71 - Recorrente: AMELIA MARIA CERQUEIRA UCHOA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10183.006377/2008-91 - Recorrente: LUIZ EVARISTO RICCI VOLPATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10730.001472/2008-54 - Recorrente: ADAILTON CLELIO MOREIRA DE MELLO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDRE LUIS ULRICH PINTO
10 - Processo nº: 10730.005908/2008-84 - Recorrente: MARIA EULALIA ROCHA CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13736.001004/2008-18 - Recorrente: RENATO LIMA PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13736.002163/2008-30 - Recorrente: LUIZ JOSE MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13820.001050/2006-04 - Recorrente: WANDERLEY VECHIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15455.001014/2010-50 - Recorrente: NILZA FERREIRA DE MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10148.000895/2008-27 - Recorrente: VANDERLEI RODRIGUES AVEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
16 - Processo nº: 13867.000167/2008-98 - Recorrente: NIUTALDE YAMAMOTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13011.000109/2008-25 - Recorrente: ORLANDO GOMES RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 18186.005775/2008-71 - Recorrente: PATRICIA REIS BATISTON MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13766.001189/2009-94 - Recorrente: PAULO CAMPOREZ DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
20 - Processo nº: 10980.011981/2007-62 - Recorrente: PAULO ROBERTO SANTOS NEWTON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.004574/2006-31 - Recorrente: RENATA CRISTINA CARDOSO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10855.003851/2007-91 - Recorrente: SERGIO AUGUSTO LATUF e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10845.000557/2004-02 - Recorrente: SERGIO TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13868.000579/2008-18 - Recorrente: SIDNEI APARECIDA NILSEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10950.005593/2008-81 - Recorrente: TOMIKA TANOUE DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13559.000100/2007-56 - Recorrente: VALDIVIO MARCELINO COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13555.000096/2005-02 - Recorrente: VALFREDO RIBEIRO DOREA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11040.720009/2006-84 - Recorrente: VERA LUCIA DA SILVA ROMARIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11543.002066/2007-06 - Recorrente: WALTER AGUIAR DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
30 - Processo nº: 10830.012701/2008-38 - Recorrente: WILTON DOMINGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 37332.000116/2003-58 - Recorrente: CONSTRUTORA VENANCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11516.001678/2008-81 - Recorrente: ADEMAR DE AMORIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13501.000466/2008-71 - Recorrente: ALBERICO LIMA BARRETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11080.002193/2007-91 - Recorrente: ANA MARIA NETTO BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 18239.006713/2008-14 - Recorrente: AUGUSTO FONSECA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10730.000531/2008-77 - Recorrente: DAUTO MOREIRA SCHUELER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10073.002916/2008-60 - Recorrente: DELVAIR FERREIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10855.002962/2009-42 - Recorrente: DONIZETE APARECIDO LEMES PRIETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10166.012344/2008-98 - Recorrente: EDIR FIGUEIRA MARQUES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO ROCHA PAURA
40 - Processo nº: 10183.002559/2008-92 - Recorrente: IRINEU CZERNICHOVSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10183.003588/2007-91 - Recorrente: ISACO BRISOT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10680.003305/2008-81 - Recorrente: JOSE ROBERTO MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10680.003306/2008-25 - Recorrente: JOSE ROBERTO MEDEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10725.001344/2009-61 - Recorrente: ELIZABETH MARIA GOMES DE SOUZA OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10730.000837/2008-23 - Recorrente: CEZAR DE BARROS PERLINGEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10730.004046/2005-20 - Recorrente: HILTON DANTAS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10825.000538/2009-11 - Recorrente: LOURDES BEDOLINI GONCALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10825.000854/2009-92 - Recorrente: LUIZ ANTONIO STRADIOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10930.005821/2008-51 - Recorrente: LEANGE SEVERO ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO ROCHA PAURA
50 - Processo nº: 10950.003636/2010-16 - Recorrente: EDUARDO CAPELASSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11080.014970/2007-41 - Recorrente: SAMY RITTER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 11080.100017/2009-86 - Recorrente: SARITA JUSSARA RABELO KONRAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 12326.003133/2009-91 - Recorrente: DEZE D AVILA GARCEZ OURIQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13161.000957/2008-11 - Recorrente: MARLY WERLAN BORTOLINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13588.000250/2007-12 - Recorrente: MARIA DE FATIMA DUARTE CATALDI BIFANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13706.001667/2009-71 - Recorrente: MARIA OLIVIA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13868.000469/2008-56 - Recorrente: CLEBER ANTONIO BALSANELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 15922.000395/2009-62 - Recorrente: JOSE FRANCISCO CALAZANS M. CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19707.000044/2008-76 - Recorrente: PERSIO AILTON TOSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HONORIO ALBUQUERQUE DE BRITO
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): WILDERSON BOTTO
1 - Processo nº: 13819.722291/2016-93 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: JAIR DE PAULA MACHADO e FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10167.001565/2007-40 - Recorrente: IPE ENGENHARIA E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 35187.000185/2007-81 - Recorrente: APAE ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10925.002109/2007-98 - Recorrente: ZORTEA CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10120.009364/2007-27 - Recorrente: ANGELO FERNANDO FACCIOLLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10435.001486/2006-41 - Recorrente: EURICO CANTALICE CAVALCANTE DE MELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10730.002442/2006-01 - Recorrente: LUIZ CARLOS GOMES CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10768.720527/2007-11 - Recorrente: PAULO ROBERTO FAILDE DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10768.720573/2007-10 - Recorrente: LUIZ CARLOS MORAES NEVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10805.002951/2008-77 - Recorrente: JOAO BATISTA CINTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10805.002952/2008-11 - Recorrente: JOAO BATISTA CINTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10725.002182/2008-05 - Recorrente: ARTHUR RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10945.006730/2007-92 - Recorrente: JAIRO ALVES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10980.006606/2005-39 - Recorrente: CAROLINA MARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10865.003406/2008-93 - Recorrente: MARIA DE LOURDES BATISTA DA LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10882.002174/2006-86 - Recorrente: RITA DE CASSIA FRANCHINI HENSEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11065.100438/2008-14 - Recorrente: MIGUEL JAIME TADEVAL LAPE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13736.000233/2008-15 - Recorrente: ANDRE LUIZ VALENTIN DA LUZ FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13736.001773/2008-16 - Recorrente: MARIA ANACELI CAMPOS PONTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13736.000375/2008-82 - Recorrente: MARIA ANACELI CAMPOS PONTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WILDERSON BOTTO
21 - Processo nº: 13736.000694/2008-98 - Recorrente: JOSE ANSELMO HOTT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13738.000401/2006-91 - Recorrente: LECIR NORONHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13738.000070/2006-99 - Recorrente: LECIR NORONHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13709.002841/2006-20 - Recorrente: PAULO GOMES DE SENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13736.000529/2008-36 - Recorrente: DUCELIO LIMA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13738.000339/2007-18 - Recorrente: LEISE MARIA MOURA DO VALLE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13749.000473/2007-90 - Recorrente: ROBERTO EDUARDO SCHIRMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13807.000162/2005-27 - Recorrente: NELSON GONCALVES. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13811.001363/2004-00 - Recorrente: EVANDRO DOMINGOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13830.002125/2006-47 - Recorrente: TELMA MARIA BARION CASTRO DE PADUA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15469.000671/2008-14 - Recorrente: GERALDO CARMO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19647.009921/2005-83 - Recorrente: JOSE TAVEIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 19647.003695/2007-99 - Recorrente: JOSE TAVEIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13736.001273/2007-01 - Recorrente: CELSO LUIS PERALVA PIMENTEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
35 - Processo nº: 10725.001036/2007-73 - Recorrente: AMARO SOARES PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10725.003212/2008-92 - Recorrente: AMARO SOARES PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13026.000958/2008-10 - Recorrente: HONORINO ADELINO BORTOLOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11618.001925/2007-11 - Recorrente: JOSE ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10166.001453/2008-80 - Recorrente: MARCO ANTONIO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13738.000236/2007-58 - Recorrente: MARIA YARA MASTRANGELO TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
41 - Processo nº: 13002.001881/2008-73 - Recorrente: MARIETA KNAK e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10940.002713/2008-15 - Recorrente: OMAR BATISTA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13819.003494/2008-77 - Recorrente: ANTONIO DO SOCORRO DA SILVA MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13531.000184/2008-17 - Recorrente: BOLIVAR OLIVEIRA DE GOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13531.000185/2008-61 - Recorrente: BOLIVAR OLIVEIRA DE GOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13653.000155/2009-50 - Recorrente: AURELIO DA SILVA ROCHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10940.001639/2007-21 - Recorrente: GILBERTO MUSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13629.002770/2008-17 - Recorrente: JORGE DAMASCENO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10410.002324/2007-99 - Recorrente: MARIA DO CEU RIBEIRO CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 11040.000848/2007-63 - Recorrente: MARIA RITA DE OLIVEIRA SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 11040.000849/2007-16 - Recorrente: MARIA RITA DE OLIVEIRA SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10840.001332/2009-10 - Recorrente: AUREO BENEDINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10805.002209/2009-42 - Recorrente: EDILENE APARECIDA DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10410.000304/2007-83 - Recorrente: ELIANE LOPES FERREIRA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10640.004214/2008-39 - Recorrente: FERNANDO EMILIO QUINTEROS RECAVARREN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10640.003464/2008-51 - Recorrente: FERNANDO EMILIO QUINTEROS RECAVARREN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13819.001151/2009-59 - Recorrente: LUIZ ADRIANO PREZIA CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10860.000898/2008-13 - Recorrente: MARIA DA GLORIA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13893.001141/2008-40 - Recorrente: NOBUCA YAMATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10825.000033/2009-56 - Recorrente: RINALDO HUNGARO TAMAROZZI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
61 - Processo nº: 10120.004307/2008-32 - Recorrente: ROBERTO JOSE DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 11080.010256/2008-64 - Recorrente: ROBERTO SILVEIRA DA CUNHA MARCANTONIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13412.000035/2007-23 - Recorrente: VANIA FERREIRA ELIHIMAS ALENCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13819.001921/2009-63 - Recorrente: WALDEMAR EUGENIO LEUENROTH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13819.002026/2009-66 - Recorrente: WALDEMAR EUGENIO LEUENROTH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10980.005894/2008-57 - Recorrente: ADOLPHO MAZER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10660.002673/2008-40 - Recorrente: CLAUDIO LAUDARES MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10660.002674/2008-94 - Recorrente: CLAUDIO LAUDARES MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10730.000282/2008-10 - Recorrente: EDIR SIMONE DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10730.009875/2008-41 - Recorrente: EDIR SIMONE DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10730.009513/2008-51 - Recorrente: EDIR SIMONE DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13827.002812/2008-83 - Recorrente: ELVIRA MARIA D ANGIO ENGELBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13827.002811/2008-39 - Recorrente: ELVIRA MARIA D ANGIO ENGELBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10730.009700/2008-34 - Recorrente: FABIO DE OLIVEIRA MARTINEZ ALONSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10730.009701/2008-89 - Recorrente: FABIO DE OLIVEIRA MARTINEZ ALONSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13555.000624/2008-68 - Recorrente: GERALDO DE ALMEIDA RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10730.009658/2008-51 - Recorrente: GISELA MOTTA DE MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10730.004007/2008-75 - Recorrente: IVANY HENRIQUE DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10730.007544/2008-77 - Recorrente: IVANY HENRIQUE DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10280.005009/2008-27 - Recorrente: JOSE RAUL CARDOSO MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
81 - Processo nº: 10280.005006/2008-93 - Recorrente: JOSE RAUL CARDOSO MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10930.000168/2008-33 - Recorrente: LINCON BAPTISTA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10930.000042/2008-69 - Recorrente: LINCON BAPTISTA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11516.004850/2007-78 - Recorrente: MANOEL CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13858.000392/2004-18 - Recorrente: MARGARETH FERREIRA ROCHA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 18186.006477/2009-80 - Recorrente: MARIA ELISABETH ROLIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 18186.006474/2009-46 - Recorrente: MARIA ELISABETH ROLIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13002.000272/2010-11 - Recorrente: NORBERTO DE NARDIN TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10725.002647/2008-10 - Recorrente: ROSA MARIA RIBEIRO DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10725.002646/2008-75 - Recorrente: ROSA MARIA RIBEIRO DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11080.010607/2006-75 - Recorrente: ALFREDO MARDINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10980.011427/2007-85 - Recorrente: ELOIR CESAR CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10235.001538/2009-88 - Recorrente: AROLDO DA SILVA MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10235.001479/2009-48 - Recorrente: AROLDO DA SILVA MENDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 19712.000076/2008-01 - Recorrente: LINOFORTE AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 19712.000075/2008-58 - Recorrente: LINOFORTE AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
97 - Processo nº: 10830.002309/2006-19 - Recorrente: HENRIQUE ADAO GELAIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13896.000008/2010-61 - Recorrente: BRASILIO DAMATTO JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13888.005470/2008-39 - Recorrente: ENRIQUE CRISPIN INSAURRALDE COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 15889.000201/2009-82 - Recorrente: ARGEPLAN ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
101 - Processo nº: 10825.001561/2007-61 - Recorrente: MARLI MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10845.004535/2008-37 - Recorrente: EDINALDO MOTTA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 15922.000201/2007-67 - Recorrente: INDELEZIA ZANFORLIN PUMMER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15971.000567/2007-51 - Recorrente: LUIZ CARLOS DI SERIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 15971.000276/2007-62 - Recorrente: LEILA DE MENEZES STEIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 18471.000413/2006-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS ROQUE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10730.005876/2007-36 - Recorrente: DANIEL FERREIRA DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10855.000053/2009-70 - Recorrente: JOAO FERNANDO DA PALMA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 11080.004395/2008-59 - Recorrente: CARLOS ALBERTO AZEVEDO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.008964/2007-54 - Recorrente: AVANILDA PIRES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11516.002535/2007-14 - Recorrente: BRUNO ANTONIO MENDONCA NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11080.004397/2008-48 - Recorrente: CARLOS AQLBERTO AZEVEDO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11516.008179/2008-15 - Recorrente: IVONE MARIA RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13054.000860/2008-25 - Recorrente: DARCI PAULO WERLANG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13732.000852/2008-40 - Recorrente: ITAMAR LUZ FULGENCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13770.002541/2008-69 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13770.000621/2008-80 - Recorrente: LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13768.000495/2008-11 - Recorrente: ARLES GUERRA MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13768.000498/2008-46 - Recorrente: ARLES GUERRA MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 13884.000139/2009-43 - Recorrente: AVILMAR JOSE DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13952.000364/2008-48 - Recorrente: JOSE APARECIDO SANCHES BISCUOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

2ª CÂMARA
2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
1 - Processo nº: 10725.001347/2008-13 - Recorrente: RICARDO VENANCIO JULIBONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10725.002216/2008-53 - Recorrente: RICARDO VENANCIO JULIBONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13855.001430/2008-03 - Recorrente: MARCIA BATISTA CARDOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11618.000019/2007-07 - Recorrente: MARIA CRISTINA FERREIRA PINTO D AVILA LINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19647.000040/2007-69 - Recorrente: JOSE NASIANZENO DE AMORIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13555.000229/2007-02 - Recorrente: MARIA AMELIA CORREIA SIQUARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 15922.000001/2008-95 - Recorrente: MARIA SILVIA BARBOSA RIOS BUENO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 19311.000335/2008-16 - Recorrente: MARIA SILVIA BARBOSA RIOS BUENO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 15224.001526/2008-15 - Recorrente: PAULO ROBERTO SOARES VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 14751.000258/2007-11 - Recorrente: SEVERINO SARAIVA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10845.001719/2008-45 - Recorrente: EDUARDO AMERICO REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10680.019337/2007-17 - Recorrente: ZILDETE MATOS SANAIOTTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13702.002314/2008-47 - Recorrente: HUMBERTO GOMES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10660.000533/2008-37 - Recorrente: AUGUSTO CESAR DUTRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
15 - Processo nº: 13971.002574/2006-81 - Recorrente: ADEMAR PREBIANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13839.000749/2010-26 - Recorrente: CECILIA POLIDORO MAMERI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13839.000750/2010-51 - Recorrente: CECILIA POLIDORO MAMERI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10835.001057/2009-11 - Recorrente: JOSE VICENTE SCATENA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10730.001345/2008-55 - Recorrente: JORGE ALBERTO RIBEIRO DE SOUZA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16095.000044/2006-61 - Recorrente: ANNA TROTTA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 16095.000042/2006-72 - Recorrente: ADRIANA TROTTA BANCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10120.012451/2008-42 - Recorrente: LUZIA UBALDINA L DE ASSUNCAO E CANDIDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10855.003880/2008-34 - Recorrente: SONILA FARIA NOGUEIRA LOTZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13819.001166/2008-36 - Recorrente: ANTOINE BALADY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13558.000291/2007-66 - Recorrente: ELIEZER DE OLIVEIRA NOGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
26 - Processo nº: 11060.000574/2006-93 - Recorrente: VERA REGINA ALBUQUERQUE LAGAGGIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 15169.000104/2012-11 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: MARIA INES DA SILVA e FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 18186.730217/2016-58 - Recorrente: SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13678.720077/2012-21 - Recorrente: SANDRO BORGES REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
30 - Processo nº: 13027.720002/2018-08 - Recorrente: JANDYR SADY DURLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10730.001746/2008-13 - Recorrente: RUTH SILBERMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10073.002093/2008-72 - Recorrente: SOLANGE DA SILVA ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10670.001962/2009-93 - Recorrente: JOAO FORTUNATO SOARES DE QUADROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10670.004052/2008-81 - Recorrente: IZAR DOS SANTOS ALVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10670.004777/2008-70 - Recorrente: PATRICIA APARECIDA ANTUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10680.011607/2008-22 - Recorrente: HUGO PERCY EGUSQUIZA SOTOMAYOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10680.012435/2008-12 - Recorrente: REGIA CRISTINA SANTOS DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10680.017876/2007-11 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE MAGALHAES BERNARDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10680.018519/2007-71 - Recorrente: LOURIMAR DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10680.006769/2007-68 - Recorrente: ELIZABETH ALVES DE PAULA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10680.015461/2007-11 - Recorrente: MARIA JOSE CARNEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10680.020690/2007-40 - Recorrente: REGIA CRISTINA SANTOS DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10855.000492/2009-82 - Recorrente: JOSE AUGUSTO COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10855.000493/2009-27 - Recorrente: JOSE AUGUSTO COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10855.000896/2009-76 - Recorrente: JOSE AUGUSTO COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
46 - Processo nº: 11080.014989/2007-97 - Recorrente: ADILSON NUNES RODRIGUEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11080.011797/2008-18 - Recorrente: ANY RAQUEL SOUZA DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11080.100868/2008-48 - Recorrente: FERNANDO SALDANHA THOME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13161.000352/2009-19 - Recorrente: REINALDO GOTTARDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13701.000103/2004-56 - Recorrente: GELSO SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13707.001613/2006-52 - Recorrente: JUANA SOTO RIVERA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13857.000390/2009-35 - Recorrente: JOSE MAURICIO ORTEGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13971.000320/2009-71 - Recorrente: VENDELINO CORREIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13964.000046/2009-29 - Recorrente: DIRLEI MANOEL ESTEVAM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
55 - Processo nº: 10835.001043/2006-47 - Recorrente: PRUDENTINO TRANSPORTES LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13964.000200/2004-58 - Recorrente: JOSE MANOEL JOAQUIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13413.000152/2004-34 - Recorrente: ADAUTO PEREIRA DE SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10920.001058/2006-46 - Recorrente: RENIVALDO JOSE SEBBEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16542.000201/2007-02 - Recorrente: RENATO SILVANO MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 19707.000149/2007-44 - Recorrente: TANIA MARIA AVANCINI CASALI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
61 - Processo nº: 12196.001166/2009-29 - Recorrente: TANIA MARIA AVANCINI CASALI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 12196.001167/2009-73 - Recorrente: TANIA MARIA AVANCINI CASALI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10073.001667/2007-12 - Recorrente: MARIA TEREZA RODRIGUES DE CASTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10980.002574/2008-45 - Recorrente: SERGIO LUIZ ATHAYDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10980.005910/2008-10 - Recorrente: SERGIO LUIZ ATHAYDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10730.006842/2008-40 - Recorrente: TANIA FATTORI PIMENTA SAAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10970.000158/2008-21 - Recorrente: JOAO BATISTA CAETANO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13609.001137/2008-40 - Recorrente: ANTONIO RIBEIRO ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10073.002315/2008-57 - Recorrente: AILTON INNECCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13054.001502/2008-30 - Recorrente: LUIZ ANTONIO CHESINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10215.720206/2008-53 - Recorrente: ANTONIO MARIANO VIEIRA TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13982.001633/2008-36 - Recorrente: AFONSO DOMINGOS CARLOTTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10540.002434/2008-56 - Recorrente: MARIA IMACULADA JUED MOYSES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
74 - Processo nº: 10540.002433/2008-10 - Recorrente: MARIA IMACULADA JUED MOYSES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10540.002435/2008-09 - Recorrente: MARIA SALETE JUED MOYSES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10540.002436/2008-45 - Recorrente: MARIA SALETE JUED MOYSES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13896.004448/2008-72 - Recorrente: MOREVI ARAUJO REGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13688.001304/2008-10 - Recorrente: DIRCEU JOSE BRIGATO PAVIATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13688.000043/2009-00 - Recorrente: DIRCEU JOSE BRIGATO PAVIATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13877.000603/2008-18 - Recorrente: LUCIANE CESIRA CAVAGIONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13877.000604/2008-54 - Recorrente: LUCIANE CESIRA CAVAGIONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13877.000605/2008-07 - Recorrente: LUCIANE CESIRA CAVAGIONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13749.000279/2010-18 - Recorrente: LUIZ MOTA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13749.000280/2010-34 - Recorrente: LUIZ MOTA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10980.000643/2007-03 - Recorrente: TANIA HELLER DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10980.000723/2007-51 - Recorrente: TANIA HELLER DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária (10 a 12/11/2020) e Extraordinária (09/11/2020) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 9 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 01: Diversos
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
1 - Processo nº: 15374.001204/2001-86 - Recorrente: ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
2 - Processo nº: 18471.000978/2003-41 - Recorrente: SOTREQ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
3 - Processo nº: 13884.901205/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
TEMA 02: PERD/COMP
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
4 - Processo nº: 10120.903072/2010-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAYQUIMICA LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
5 - Processo nº: 10730.905169/2011-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA
6 - Processo nº: 10580.000331/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANA SA DROGARIA FARMACIAS - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
7 - Processo nº: 15578.000092/2010-41 - Recorrente: ANTONIO AUTO PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
8 - Processo nº: 11543.001656/2003-80 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
9 - Processo nº: 10283.721514/2014-31 - Recorrente: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10783.903999/2008-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TEAM SOFTWARE LTDA - ME
11 - Processo nº: 10620.900190/2006-17 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
12 - Processo nº: 10768.002055/2003-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WLM INDUSTRIA E COMERCIO S/A
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
13 - Processo nº: 11020.921198/2009-91 - Recorrente: RANDON SA IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15374.921730/2009-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 03: LUCRO ARBITRADO/PRESUMIDO
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
15 - Processo nº: 10950.005233/2008-89 - Recorrentes: V.L. AGRO-INDUSTRIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
16 - Processo nº: 10469.003110/97-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMERCIAL ELOI CHAVES LTDA
17 - Processo nº: 13603.000338/2001-11 - Recorrente: SERVIO TULIO DE BARCELOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
18 - Processo nº: 11080.001020/2005-94 - Recorrente: VERTICALI-CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
19 - Processo nº: 10245.000576/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AMBRA AGROSILVOPASTORIL LTDA
20 - Processo nº: 10660.720701/2013-71 - Recorrente: ARMAZENS GERAIS SAO JOAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
21 - Processo nº: 10245.003784/2008-74 - Recorrente: PONDEROSA SILVOPASTORIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
22 - Processo nº: 19515.000935/2004-56 - Recorrente: TRADE COMERCIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 04: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
23 - Processo nº: 19647.018480/2008-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALFANDEGA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
24 - Processo nº: 11080.002678/2010-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIALESTE TRANSPORTE LTDA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
25 - Processo nº: 11610.000096/99-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REDE ENERGIA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
26 - Processo nº: 10880.906301/2008-08 - Recorrente: ENGEMIX S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 05: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
27 - Processo nº: 15578.000348/2010-10 - Recorrente: TORRES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
28 - Processo nº: 10508.001203/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A
29 - Processo nº: 10508.001202/2008-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A

TEMA 06: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
30 - Processo nº: 11624.720053/2014-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ABBATUR TURISMO E LOCACOES EIRELI
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
31 - Processo nº: 19515.002764/2006-61 - Recorrente: HANNA PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
32 - Processo nº: 19515.003485/2007-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INTERCONDORS EXPORT INDUSTRIAL LTDA - ME
TEMA 07: PENALIDADES/MULTA QUALIFICADA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
33 - Processo nº: 11080.008592/2008-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ABS BRASIL SOLUCOES EM RELACIONAMENTO EIRELI
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
34 - Processo nº: 10830.002779/2008-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EDIMOM FOMENTO MERCANTIL LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
35 - Processo nº: 19515.002758/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OPTITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOJOS E BRINDES LTDA
36 - Processo nº: 19515.721416/2013-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA VERRE COMERCIO E DISTRIBUICAO EIRELI
37 - Processo nº: 11020.007734/2008-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASDIESEL SA COMERCIAL E IMPORTADORA
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
38 - Processo nº: 10580.723502/2013-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FK SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
39 - Processo nº: 13982.000303/2010-48 - Recorrente: C K CONTROLADORIA E TRIBUTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
40 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACCCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS S/A
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
41 - Processo nº: 19515.002902/2007-93 - Recorrente: RESILIDER GERENCIAMENTO DE RESIDUOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
42 - Processo nº: 10530.723584/2013-83 - Recorrentes: JUBIABA VEICULOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11516.722674/2012-17 - Recorrente: SINASC-SINALIZACAO E CONSERVACAO DE RODOVIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 08: BASE DE CÁLCULO
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
44 - Processo nº: 10680.017255/2003-12 - Recorrente: UNIMED PONTE NOVA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 09: CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
45 - Processo nº: 11065.000378/2007-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIEMENTZ COMERCIO DE ELETROMOVEIS LTDA
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
46 - Processo nº: 18471.000243/2002-37 - Recorrente: FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
47 - Processo nº: 19515.001259/2003-57 - Recorrente: AZEVEDO & TRAVASSOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
48 - Processo nº: 10768.015971/2002-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACOM COMUNICACOES LTDA
TEMA 10: PENALIDADES/MULTAS DIVERSAS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
49 - Processo nº: 19647.003525/2003-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NIAGRO NICHIREI DO BRASIL AGRICOLA LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
50 - Processo nº: 10120.002056/2005-17 - Recorrente: FUGA COUROS HIDROLANDIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
51 - Processo nº: 19515.002460/2004-32 - Recorrente: DROGARIA SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
52 - Processo nº: 10925.001739/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TROIA CONSULTORIA EMPRESARIAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
53 - Processo nº: 19740.720254/2009-59 - Recorrente: SUL AMERICA CAPITALIZACAO S/A - SULACAP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
54 - Processo nº: 14033.000621/2009-67 - Recorrente: EWEC CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10410.006121/2009-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JAM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - EIRELI
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
56 - Processo nº: 10950.002994/2005-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: V.K.M.K - COBRANCA E CONSULTORIA LTDA - ME

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: BENEFICIOS FISCAIS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
57 - Processo nº: 10410.001802/2001-58 - Recorrente: TRIUNFO AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
58 - Processo nº: 13770.000618/2006-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARACRUZ CELULOSE SA
TEMA 12: SIMPLES
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
59 - Processo nº: 11516.002325/2003-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JATA ASSISTENCIA TECNICA AERONAUTICA LTDA - ME
60 - Processo nº: 13736.000889/2006-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AFIACAO SERVICOS E COMERCIO SAO PEDRO LTDA - ME
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
61 - Processo nº: 11065.723420/2014-33 - Recorrente: CLASSE COMPONENTES PARA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
62 - Processo nº: 10980.000711/2006-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CLIMASUL AR CONDICIONADO LTDA
63 - Processo nº: 10980.001213/2004-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SWIMMER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
64 - Processo nº: 10768.017331/2002-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HIBRITEC EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - EPP
65 - Processo nº: 18470.722237/2013-05 - Recorrente: A Q PEREIRA SANEAMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 18470.723792/2012-65 - Recorrente: ALIMENTART 2003 ALIMENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
67 - Processo nº: 14751.002321/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: J T DE LIMA - ME
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
68 - Processo nº: 10945.000383/2009-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA VITORIA UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - EPP
69 - Processo nº: 10882.000285/2004-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LANCHONETE SAO PAULO OSASCO LTDA EPP
70 - Processo nº: 10930.001436/2007-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: L.F.C- JET CHICKEN ALIMENTOS LTDA - ME

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 13: DECADÊNCIA
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
71 - Processo nº: 11831.001429/2002-28 - Recorrente: KELLOGG BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
72 - Processo nº: 10920.001750/2005-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KOLBACH S/A
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
73 - Processo nº: 19515.001101/2003-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRILOGIA PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA
TEMA 14: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
74 - Processo nº: 10665.000250/2006-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VOTORANTIM METAIS S.A.
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
75 - Processo nº: 16561.720100/2011-00 - Recorrente: RODOBENS CORPORATIVA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
76 - Processo nº: 11831.006418/2002-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACCOR PARTICIPACOES LTDA
77 - Processo nº: 11831.006416/2002-45 - Recorrente: EDENRED BRASIL PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
78 - Processo nº: 10909.002731/2006-13 - Recorrente: SAO LUCAS ECOMAX - CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 15: PRELIMINAR/NULIDADE
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
79 - Processo nº: 19647.002081/2004-47 - Recorrente: VEMA CONSTRUCOES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11080.003384/2005-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EDISON FREITAS DE SIQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
TEMA 16: DIVERSOS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
81 - Processo nº: 10245.003822/2008-99 - Recorrente: SUBITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VIVIANE VIDAL WAGNER
82 - Processo nº: 10875.003525/2004-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ENERGO AGRO INDUSTRIAL LIMITADA
TEMA 17: SOCIEDADE COOPERATIVA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
83 - Processo nº: 10650.001184/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ALTO PARANAIBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA - UNICRED INTEGRACAO DE
84 - Processo nº: 13982.001173/2001-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta Ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 13116.722124/2016-60 (item 38) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 39. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 39, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 13819.903407/2008-83 (item 87) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 88 a 106. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 88 a 106, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 16636.001408/2009-17 (item 107) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 108 a 143. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 108 a 143, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

7) O julgamento do Processo nº 16327.907775/2012-15 (item 151) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 152 a 160. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 152 a 160, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DECADÊNCIA, PRESCRIÇÃO, PENALIDADES, MULTA DE OFÍCIO E OUTROS
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
1 - Processo nº: 19515.006646/2008-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRANSAMERICA FLATS LTDA.
2 - Processo nº: 10860.721502/2012-43 - Recorrente: FORM VERSON CONDUTORES ELETRICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
3 - Processo nº: 10746.001417/2004-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PEDRA GRANDE S/A
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
4 - Processo nº: 13726.000433/2004-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERRAPLENAGEM IGARAPAVA LTDA
5 - Processo nº: 19515.004276/2003-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA
6 - Processo nº: 19515.720163/2011-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ITORORO VEICULOS E PECAS LTDA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
7 - Processo nº: 16643.000116/2010-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAP BRASIL LTDA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
8 - Processo nº: 19515.000940/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GF MACHINING SOLUTIONS MAQUINAS LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
9 - Processo nº: 10880.720230/2015-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMERCIAL CAMPOS COMERCIO DE UNIFORMES EM GERAL LTDA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
10 - Processo nº: 16327.001178/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ISOLDI PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
11 - Processo nº: 11080.000983/2005-71 - Recorrente: VERTICALI-CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
12 - Processo nº: 13433.000242/2007-30 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CASTANHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
13 - Processo nº: 10480.730850/2014-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
14 - Processo nº: 10830.000381/2007-92 - Recorrente: MRLH HOLDING LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.006572/2008-49 - Recorrente: BSA BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10920.004625/2010-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUNELLI COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
17 - Processo nº: 15504.012120/2010-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LOTEMOC DISTRIBUIDORA LTDA
18 - Processo nº: 16682.720061/2011-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
19 - Processo nº: 19515.721565/2013-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA
20 - Processo nº: 10920.721434/2011-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TESC - TERMINAL SANTA CATARINA S/A
21 - Processo nº: 11080.725307/2010-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SABEMI SEGURADORA SA
Relator(a): VALCIR GASSEN
22 - Processo nº: 16539.720008/2014-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRADESCO SAUDE S/A
23 - Processo nº: 19515.720650/2013-26 - Recorrentes: CERMAG COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 19515.001901/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LAJEADO ENERGIA S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
25 - Processo nº: 19647.006094/2003-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SINTEQUIMICA DO BRASIL LIMITADA
26 - Processo nº: 19515.003745/2007-33 - Recorrente: KELLOGG BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13811.003740/2007-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SILGAN WHITE CAP DO BRASIL LTDA.
28 - Processo nº: 13888.001981/2005-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RAMOS & CASSIERI CONTABILIDADE LTDA
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
29 - Processo nº: 13804.004040/2001-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RHODIA BRASIL LTDA

DIA 10 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: PRELIMINAR/NULIDADE, RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, CRÉDITO PRESUMIDO E OUTROS
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
30 - Processo nº: 11030.721107/2012-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMBI PARTICIPACOES LTDA
Relator(a): VALCIR GASSEN
31 - Processo nº: 10384.720265/2010-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FERRONORTE INDUSTRIAL LTDA
32 - Processo nº: 10325.000962/2006-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REGIS DISTRIBUIDORA LTDA.
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
33 - Processo nº: 10283.721310/2012-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: I B K COMERCIO E SERVICOS LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
34 - Processo nº: 11080.009827/2004-94 - Recorrente: LYNEMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
35 - Processo nº: 10580.003111/2006-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPAV CONSTRUTORA EIRELI - EPP
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
36 - Processo nº: 10925.720931/2016-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NILTON NERI STULP
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
37 - Processo nº: 14041.001250/2007-70 - Recorrente: ST. PAUL PLAZA HOTEIS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
38 - Processo nº: 13116.722124/2016-60 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
39 - Processo nº: 13116.722125/2016-12 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VALCIR GASSEN
40 - Processo nº: 16327.721164/2013-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
41 - Processo nº: 11080.728001/2011-57 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
42 - Processo nº: 10280.721292/2010-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SNACKS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
43 - Processo nº: 10480.723254/2010-88 - Recorrente: CSI SOLUCOES EM IMPRESSOS E SERVICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
44 - Processo nº: 15889.000332/2009-60 - Recorrente: AMBEV BRASIL BEBIDAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10850.900134/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CERRADINHO ACUCAR, ETANOL E ENERGIA S.A.
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
46 - Processo nº: 10840.901468/2008-41 - Recorrentes: MONTECITRUS TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
47 - Processo nº: 13656.000550/2002-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ABALCO SA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
48 - Processo nº: 13804.006523/2002-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARGILL AGRICOLA S A
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
49 - Processo nº: 10860.720028/2012-32 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10314.720504/2015-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OITO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: NULIDADE DO LANÇAMENTO, DRAWBACK, PENALIDADES E OUTROS
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
51 - Processo nº: 10814.005293/2008-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
52 - Processo nº: 15165.002914/2008-65 - Recorrente: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
53 - Processo nº: 12466.001371/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EXIMBIZ COMERCIO INTERNACIONAL S.A
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
54 - Processo nº: 10494.001472/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SPRINGER CARRIER LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
55 - Processo nº: 10831.001670/2002-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FORT DODGE MANUFATURA LTDA
56 - Processo nº: 10855.004733/2001-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HONEYWELL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA
57 - Processo nº: 13603.000686/2001-81 - Recorrente: MAGOTTEAUX MINAS METALURGICA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13839.004493/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A.
59 - Processo nº: 19647.009236/2004-76 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10715.008064/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRITISH AIRWAYS PLC
61 - Processo nº: 10907.002580/2008-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WILLIAMS SERVICOS MARITIMOS LTDA
62 - Processo nº: 11128.729199/2013-64 - Recorrente: CEVA FREIGHT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10831.004055/2003-11 - Recorrentes: NOVAPET INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11128.004994/2006-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MABE ITU ELETRODOMESTICOS S.A.
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
65 - Processo nº: 10325.002031/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FRIGORIFICO IMPERATRIZ LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
66 - Processo nº: 10920.000993/00-92 - Recorrente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: COMPENSAÇÃO, DECADÊNCIA, IMUNIDADE E OUTROS
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
67 - Processo nº: 13603.001291/2007-91 - Recorrente: BANCO FIDIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
68 - Processo nº: 10850.000014/2004-16 - Recorrentes: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
69 - Processo nº: 10835.720202/2010-92 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10835.720204/2010-81 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10835.720205/2010-26 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
72 - Processo nº: 13819.001291/99-11 - Recorrente: ALPINA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
73 - Processo nº: 13811.000638/2001-37 - Recorrentes: CARGILL CACAU LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
74 - Processo nº: 12157.000098/2009-47 - Recorrente: LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
75 - Processo nº: 11543.001300/2003-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA BREMENKAMP LTDA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
76 - Processo nº: 16327.906190/2011-99 - Recorrente: BANCO ITAULEASING S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
77 - Processo nº: 10680.724370/2010-68 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10850.000516/99-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: LUIZ VANDERLEI FAVERO

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
79 - Processo nº: 19647.009322/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: J B ACUCAR E ALCOOL LTDA.
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
80 - Processo nº: 19515.003631/2003-60 - Recorrentes: CASA DA CULTURA FRANCESA ALIANCA FRANCESA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
81 - Processo nº: 13808.000813/2002-26 - Recorrente: CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
82 - Processo nº: 15169.000196/2015-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED DE SAO PAULO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO EM LIQUIDACAO

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, NULIDADE DO LANÇAMENTO, CRÉDITO E OUTROS
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
83 - Processo nº: 10980.724253/2018-77 - Recorrente: INDUSTRIA E PECUARIA SAO JOSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
84 - Processo nº: 13504.000054/2003-05 - Recorrente: DOW BRASIL NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
85 - Processo nº: 10410.000473/2002-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL
Relator(a): VALCIR GASSEN
86 - Processo nº: 10930.003517/2002-83 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DEPOSITO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LONDRINA LTDA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
87 - Processo nº: 13819.903407/2008-83 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
88 - Processo nº: 13819.903409/2008-72 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13819.903410/2008-05 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13819.903432/2008-67 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13819.903434/2008-56 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13819.903442/2008-01 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13819.903443/2008-47 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13819.903444/2008-91 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13819.903456/2008-16 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13819.903457/2008-61 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13819.903458/2008-13 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13819.903460/2008-84 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13819.903461/2008-29 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13819.903462/2008-73 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13819.903463/2008-18 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13819.903464/2008-62 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13819.903465/2008-15 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13819.903466/2008-51 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13819.903467/2008-04 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13819.905360/2008-92 - Recorrente: TOYOTA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 16636.001408/2009-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
108 - Processo nº: 11040.904319/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
109 - Processo nº: 11040.904320/2009-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
110 - Processo nº: 11040.904321/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
111 - Processo nº: 11040.904322/2009-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
112 - Processo nº: 11040.904323/2009-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
113 - Processo nº: 11040.904324/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
114 - Processo nº: 11040.904325/2009-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
115 - Processo nº: 11040.904326/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
116 - Processo nº: 11040.904327/2009-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
117 - Processo nº: 11040.904328/2009-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
118 - Processo nº: 11040.904329/2009-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
119 - Processo nº: 11040.904330/2009-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
120 - Processo nº: 11040.904331/2009-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
121 - Processo nº: 11040.904332/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
122 - Processo nº: 11040.904333/2009-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
123 - Processo nº: 11040.904334/2009-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
124 - Processo nº: 11040.904335/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
125 - Processo nº: 11040.904336/2009-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
126 - Processo nº: 11040.904337/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
127 - Processo nº: 11040.904573/2009-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
128 - Processo nº: 11040.904574/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
129 - Processo nº: 11040.904575/2009-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
130 - Processo nº: 11040.904576/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
131 - Processo nº: 11040.905263/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
132 - Processo nº: 11040.905265/2009-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
133 - Processo nº: 11040.905331/2009-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
134 - Processo nº: 16636.001402/2009-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
135 - Processo nº: 16636.001405/2009-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
136 - Processo nº: 16636.001406/2009-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
137 - Processo nº: 16636.001407/2009-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
138 - Processo nº: 16636.001409/2009-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
139 - Processo nº: 16636.001410/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
140 - Processo nº: 16636.001411/2009-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
141 - Processo nº: 16636.001412/2009-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
142 - Processo nº: 16636.001414/2009-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
143 - Processo nº: 16636.001415/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TECON RIO GRANDE S/A
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
144 - Processo nº: 18471.001145/2005-60 - Recorrente: FREELANCE S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
145 - Processo nº: 13888.003535/2005-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FBA - FRANCO-BRASILEIRA S/A ACUCAR E ALCOOL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
146 - Processo nº: 19311.720231/2017-12 - Recorrentes: RI HAPPY BRINQUEDOS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
147 - Processo nº: 10783.724593/2011-58 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 13053.000094/2009-90 - Recorrentes: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
149 - Processo nº: 10280.722267/2009-52 - Recorrentes: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
150 - Processo nº: 11060.002300/2006-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO VALE DO SOTURNO - SICREDI VALE DO SOTURNO
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
151 - Processo nº: 16327.907775/2012-15 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
152 - Processo nº: 16327.907773/2012-18 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 16327.907776/2012-51 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16327.907779/2012-95 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16327.907780/2012-10 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 16327.907782/2012-17 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 16327.907783/2012-53 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 16327.907784/2012-06 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16327.907786/2012-97 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16327.907787/2012-31 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Novembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: BASE DE CÁLCULO E OUTROS
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
161 - Processo nº: 10680.013546/2005-95 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: UNIENF - COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENFERMAGEM LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
162 - Processo nº: 10140.720089/2015-78 - Recorrente: MUNICIPIO DE CORUMBA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
163 - Processo nº: 11516.721422/2016-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE BIGUACU
164 - Processo nº: 10480.726200/2015-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DA MATA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
165 - Processo nº: 10510.723263/2014-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 22.617, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 15, inciso VI, da Portaria n° 83, de 28 de agosto de 2019, publicada no DOU de 03/09/2019, e tendo em vista o disposto no Art. 6.° do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e os elementos que integram o Processo SEI ME n° 04982.000737/2017-23, resolve:

Art. 1º Autorizar o município de Coqueiro Seco, Estado de Alagoas, a realizar a obra de requalificação urbana da orla lagunar, localizada na Rua João Navarro, nº 61, Centro, naquele município, em área conceituada presumidamente como terreno de marinha. Área do terreno: 7.708,00 m².

Parágrafo único. O prazo da referida autorização será pelo período necessário à realização das atividades descritas no caput deste artigo.

Art. 2º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas, especialmente em relação aos órgãos ambientais, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 3º A presente autorização não contempla a instalação no local de quaisquer estabelecimentos comerciais, os quais, caso venham a existir, deverão ser objeto de solicitação de cessão onerosa específica e submetidos a procedimento licitatório nos termos da legislação vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABRÍCIA COSTA SOARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 22.783, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 9, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 12.746, de 30 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2018, na Seção 1, página 104, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo n° 12971.000419/2003-14, resolve:

Art. 1°- Aceitar a doação, com encargo, que faz a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, conforme a Lei nº 4.604 de 20 de julho de 1994, alterada pela Lei nº 4.751 de 20 de setembro de 1995 e prorrogada pela Lei nº 5.999 de 27 de dezembro de 2001, o imóvel urbano com a seguinte descrição: Um terreno, sem benfeitorias, com a área de 5.496,60m², constituído por parte da Área Institucional II, do loteamento denominado Parque Residencial Aquarius, nesta cidade, comarca e circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com as seguintes medidas e confrontações: 66,00m de frente, em linha reta, para a Rua dos Robalos; 90,00m nos fundos, em linha reta, confrontando com o remanescente da Área Institucional II; no lado direito, de quem do imóvel olha para a Rua dos Robalos, mede em linha reta, 49,76m, confrontando com a Rua das Traíras, e, em curva na confluência da Rua dos Robalos com a Rua Traíras, mede 18,85m; no lado esquerdo, mede em linha reta, 49,76m, confrontando com a Rua 15, e em curva na confluência da Rua 15 com a Rua dos Robalos, mede 18,85m, fechando assim o perímetro; Matricula 113.982 - Livro 2 - F 1, Registro de Imóveis e Anexos de São José dos Campos/SP.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se a construção da sede do Fórum Trabalhista de São José dos Campos/SP.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIS FABRISIO DE OLIVEIRA SELYMES

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA FAZENDA/ME Nº 22.739, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Infraestrutura; do Meio Ambiente; da Defesa; e do Desenvolvimento Regional, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 411.383.575,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL ADJUNTO DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 9.575, de 9 de abril de 2020, da Secretaria Especial de Fazenda, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, inciso III, alíneas "a", item "2", "c" e "j", item "1", e §§ 3º, 7º e 9º, da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e do art. 44, § 2º, da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor dos Ministérios da Economia; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Infraestrutura; do Meio Ambiente; da Defesa; e do Desenvolvimento Regional, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 411.383.575,00 (quatrocentos e onze milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO JOSÉ DE GUIMARÃES E SOUZA

ANEXO I

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							12.912.353
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							12.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							12.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
			F	4	2	90	0	144	10.000.000
04 126	0032 211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação							242.353
04 126	0032 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional							242.353
			F	3	2	91	0	100	242.353
04 122	0032 216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas							670.000
04 122	0032 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional							670.000
			F	4	2	90	0	100	670.000
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							569.242
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							569.242
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							569.242
			F	3	2	80	0	100	569.242
2209		Brasil, Nosso Propósito							747.626
		Atividades							
04 125	2209 8690	Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União							747.626
04 125	2209 8690 0001	Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União - Nacional							747.626
			F	4	2	90	0	133	747.626
2211		Inserção Econômica Internacional							412.377
		Atividades							
04 122	2211 20QN	Gestão de Assuntos Internacionais							112.377
04 122	2211 20QN 0001	Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional							112.377
			F	4	2	90	0	100	112.377
23 693	2211 20ZO	Promoção e Gestão do Comércio Exterior							300.000
23 693	2211 20ZO 0001	Promoção e Gestão do Comércio Exterior - Nacional							300.000
			F	4	2	90	0	186	300.000
2212		Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade							1.473.170
		Atividades							
04 121	2212 217N	Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura							1.473.170
04 121	2212 217N 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura - Nacional							1.473.170
			F	4	2	80	0	350	1.473.170
2213		Modernização Trabalhista e Trabalho Digno							11.948.901
		Atividades							
11 125	2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho							11.948.901
11 125	2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional							11.948.901
			F	4	2	90	0	100	9.748.901
			F	4	2	90	0	181	2.200.000

	2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal							5.451.137
		Atividades							
04 126	2215 20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil							5.451.137
04 126	2215 20Z7 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional							5.451.137
			F	4	2	90	0	300	5.451.137
TOTAL - FISCAL									33.514.806
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.514.806

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							11.320.000
		Atividades							
04 125	0032 20VF	Fortalecimento Institucional							7.490.000
04 125	0032 20VF 0001	Fortalecimento Institucional - Nacional							7.490.000
			F	3	2	90	0	150	2.060.000
			F	4	2	90	0	150	5.430.000
04 126	0032 20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais							1.270.000
04 126	0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional							1.270.000
			F	4	2	90	0	139	1.270.000
04 125	0032 2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira							2.560.000
04 125	0032 2237 0001	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - Nacional							2.560.000
			F	4	2	90	0	150	2.560.000
TOTAL - FISCAL									11.320.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.320.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.261.871
		Atividades							
12 122	0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação							2.261.871
12 122	0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional							2.261.871
			F	3	2	90	8	100	1.061.871
			F	3	2	90	8	108	1.200.000
	5012	Educação Profissional e Tecnológica							1.717.580
		Atividades							
12 363	5012 219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							1.717.580
12 363	5012 219U 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional							1.717.580
			F	4	2	90	8	100	1.717.580
TOTAL - FISCAL									3.979.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.979.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							12.024.310
		Atividades							
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							12.003.046
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							12.003.046
			F	3	2	90	8	100	10.503.046
			F	4	2	90	8	100	1.500.000
12 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							21.264
12 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							21.264
			F	3	2	90	8	100	21.264
TOTAL - FISCAL									12.024.310
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.024.310

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.312.015
		Atividades							
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							9.312.015
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							9.312.015
			F	3	2	90	8	100	5.390.639
			F	4	2	90	8	100	3.921.376
	5011	Educação Básica de Qualidade							2.085.000
		Operações Especiais							
12 368	5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							2.085.000
12 368	5011 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional							2.085.000
			F	4	2	90	8	108	2.085.000
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							7.800.600
		Operações Especiais							
12 364	5013 0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior							7.800.600
12 364	5013 0A12 0001	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior - Nacional							7.800.600
			F	3	2	90	0	144	7.800.600
TOTAL - FISCAL									19.197.615
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.197.615

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							615.153
		Atividades							
12 302	5013 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais							615.153
12 302	5013 20RX 0033	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio de Janeiro							615.153
			S	3	7	50	8	188	615.153
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									615.153
TOTAL - GERAL									615.153

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							825.585
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							825.585
12 364	5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará							825.585
			F	3	2	90	8	281	213.440
			F	4	2	90	8	650	13.571
			F	4	2	90	8	681	598.574
TOTAL - FISCAL									825.585
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									825.585

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							266.635
		Atividades							
06 181	5016 2723	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção							266.635
06 181	5016 2723 0029	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - No Estado da Bahia							266.635
			F	4	7	90	0	188	266.635
TOTAL - FISCAL									266.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									266.635

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2222	Saneamento Básico							30.550.041
		Atividades							
10 541	2222 6908	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde							12.635.304
10 541	2222 6908 0001	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde - Nacional							12.635.304
			S	3	7	40	6	151	12.635.304
		Projetos							
10 512	2222 7XK6	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes							17.914.737
10 512	2222 7XK6 0001	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes - Nacional							17.914.737
			S	4	7	40	0	151	17.914.737
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.550.041
TOTAL - GERAL									30.550.041

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5018	Atenção Especializada à Saúde							6.043.935
		Atividades							
10 302	5018 2E90	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas							1.519.000
10 302	5018 2E90 0042	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - No Estado de Santa Catarina							1.519.000
			S	3	7	31	6	188	507.000
			S	3	7	41	6	188	1.012.000
10 302	5018 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							4.524.935
10 302	5018 8535 7082	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Tocantins							4.524.935
			S	4	7	41	6	188	4.524.935
	5022	Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena							1.772.859
		Atividades							
10 423	5022 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							1.772.859
10 423	5022 20YP 7001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Reforma e Aquisição de Equipamentos - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.772.859
			S	4	7	90	6	188	1.772.859
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.816.794
TOTAL - GERAL									7.816.794

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.659.288
		Atividades							
26 121	0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes							2.659.288
26 121	0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional							2.659.288
			F	3	7	90	0	100	2.659.288
TOTAL - FISCAL									2.659.288
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.659.288

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							25.420
		Atividades							
18 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							25.420
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							25.420
			F	3	2	90	0	100	25.420
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							6.972
		Atividades							
18 128	1041 20VY	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental							6.972
18 128	1041 20VY 0001	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental - Nacional							6.972
			F	3	2	90	0	100	6.972
TOTAL - FISCAL									32.392
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.392

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.818.984
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							1.745.247
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.745.247
			F	3	2	90	0	650	1.745.247
18 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							73.737
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							73.737
			F	3	2	90	0	650	73.737
TOTAL - FISCAL									1.818.984
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.818.984

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							396.177
		Atividades							
18 571	1041 20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira							396.177
18 571	1041 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional							396.177
			F	4	2	90	0	100	200.407
			F	4	2	90	0	144	195.770
TOTAL - FISCAL									396.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									396.177

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.906.191
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							6.906.191
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.906.191
			F	3	2	90	0	100	6.906.191
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							3.550.000
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							3.550.000
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							3.550.000
			F	3	9	90	0	100	2.750.000
			F	3	9	90	0	195	500.000
			F	3	9	90	0	307	300.000
	6014	Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas							2.593.809
		Atividades							
18 125	6014 214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais							2.593.809
18 125	6014 214P 0001	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Nacional							2.593.809
			F	3	2	90	0	100	2.593.809
TOTAL - FISCAL									13.050.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.050.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.209.473
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.209.473
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.209.473
			F	3	2	90	0	100	493.955
			F	4	2	90	0	100	1.878.211
			F	4	2	90	0	144	2.837.307
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							42.428
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							42.428
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							42.428

			F	3	2	80	0	100	42.428
	6012	Defesa Nacional							55.130.348
		Projetos							
05 244	6012 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							5.455.630
05 244	6012 1211 0116	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Porto Velho - RO							655.957
			F	3	7	90	0	188	655.957
05 244	6012 1211 0119	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Rolim de Moura - RO							425.486
			F	3	7	90	0	188	425.486
05 244	6012 1211 0238	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Boa Vista - RR							975.574
			F	3	7	90	0	188	975.574
05 244	6012 1211 0250	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Uiramutã - RR							660.560
			F	3	7	90	0	188	660.560
05 244	6012 1211 5369	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Ponte Branca - MT							141.828
			F	3	7	90	0	188	141.828
05 244	6012 1211 7000	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Acre							762.831
			F	3	7	90	0	100	743.540
			F	3	7	90	0	188	19.291
05 244	6012 1211 7001	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Rondônia							1.549.737
			F	3	7	90	0	188	1.549.737
05 244	6012 1211 7009	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Instituto de Longa Permanência do Idoso - No Município de Porto Velho - RO							283.657
			F	3	7	90	0	188	283.657
05 151	6012 123J	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas							49.288.718
05 151	6012 123J 0001	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas - Nacional							49.288.718
			F	4	2	90	0	100	49.288.718
05 151	6012 151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais							386.000
05 151	6012 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional							386.000
			F	4	2	90	0	100	305.000
			F	4	2	90	0	144	81.000
TOTAL - FISCAL									60.382.249
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.382.249

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.928.072
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							3.928.072
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.928.072
			F	4	2	90	0	100	104.157
			F	4	2	90	0	144	3.823.915
	6012	Defesa Nacional							13.420.052
		Atividades							
05 151	6012 219D	Adequação de Organizações Militares							12.930.347
05 151	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							12.930.347
			F	4	2	90	0	100	7.413.812
			F	4	2	90	0	144	5.516.535
05 183	6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso							489.705
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							489.705
			F	3	2	90	0	100	489.705
TOTAL - FISCAL									17.348.124
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.348.124

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.100.000
		Atividades							
05 122	0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							2.100.000
05 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							2.100.000
			F	3	2	90	0	100	2.100.000
	6012	Defesa Nacional							39.548.424
		Atividades							
05 153	6012 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército							253.000
05 153	6012 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional							253.000
			F	3	2	90	0	100	253.000
		Projetos							
05 153	6012 14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020							12.500.000
05 153	6012 14LW 0001	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - Nacional							12.500.000
			F	4	2	90	0	100	12.500.000
05 153	6012 14T4	Implantação do Projeto Guarani							25.722.216
05 153	6012 14T4 0001	Implantação do Projeto Guarani - Nacional							25.722.216
			F	4	2	90	0	144	25.722.216
05 153	6012 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro							1.073.208
05 153	6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							1.073.208
			F	3	2	90	0	100	1.073.208
TOTAL - FISCAL									41.648.424
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.648.424

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.649.809
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							7.649.809
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.649.809
			F	4	2	90	0	100	7.649.809
	6012	Defesa Nacional							46.675.544
		Projetos							
05 152	6012 123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares							22.300.000
05 152	6012 123G 0001	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional							22.300.000
			F	4	2	90	0	142	2.300.000
			F	4	2	90	0	342	20.000.000
05 152	6012 123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear							7.397.053
05 152	6012 123H 0001	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear - Nacional							7.397.053
			F	4	2	90	0	342	7.397.053
05 572	6012 14T7	Tecnologia Nuclear da Marinha							16.978.491
05 572	6012 14T7 0001	Tecnologia Nuclear da Marinha - Nacional							16.978.491
			F	4	2	90	0	100	16.978.491
TOTAL - FISCAL									54.325.353
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.325.353

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							8.000.000
		Atividades							
05 153	6012 4528	Produção de Material de Emprego Militar							8.000.000
05 153	6012 4528 0001	Produção de Material de Emprego Militar - Nacional							8.000.000
			F	4	2	90	0	144	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							200.000
		Operações Especiais							
05 482	0032 00QI	Seguros Habitacionais de Financiamento Imobiliário para Pessoal da Marinha							200.000
05 482	0032 00QI 0001	Seguros Habitacionais de Financiamento Imobiliário para Pessoal da Marinha - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	650	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.858.367
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.858.367
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.858.367
			F	4	2	90	0	250	537.975
			F	4	2	90	0	280	5.320.392
	6012	Defesa Nacional							3.894.616
		Atividades							
05 572	6012 20XB	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial							260.857
05 572	6012 20XB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial - Nacional							260.857
			F	4	2	90	0	280	260.857
05 151	6012 21A0	Aprestamento das Forças							3.633.759
05 151	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							3.633.759
			F	3	2	90	0	280	3.633.759
TOTAL - FISCAL									9.752.983
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.752.983

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							22.252.005
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							22.252.005
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							22.252.005
			F	3	2	90	0	650	8.634.951
			F	4	2	90	0	250	11.005.683
			F	4	2	90	0	650	2.611.371
TOTAL - FISCAL									22.252.005
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.252.005

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.063.703
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							7.063.703
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.063.703
			F	4	2	90	0	250	2.200.000
			F	4	2	90	0	280	709.547
			F	4	2	90	0	680	4.154.156
	6012	Defesa Nacional							7.738.267
		Atividades							
05 152	6012 21A0	Aprestamento das Forças							7.679.204
05 152	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							7.679.204
			F	4	2	90	0	100	4.253.635
			F	4	2	90	0	250	995.206
			F	4	2	90	0	280	2.430.363
05 125	6012 21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária							59.063
05 125	6012 21BY 0001	Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional							59.063
			F	4	2	90	0	174	42.955
			F	4	2	90	0	250	16.108
TOTAL - FISCAL									14.801.970
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.801.970

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional							1.964.964
		Atividades							
05 363	6011 2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo							1.964.964
05 363	6011 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional							1.964.964
			F	4	2	90	0	176	1.964.964
TOTAL - FISCAL									1.964.964
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.964.964

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							6.957.233
		Projetos							
15 451	2217 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							6.957.233
15 451	2217 1D73 0170	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Sena Madureira - AC							6.957.233
			F	4	7	40	0	188	6.957.233
TOTAL - FISCAL									6.957.233
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.957.233

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							9.000.000
		Projetos							
15 244	2217 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							9.000.000
15 244	2217 7K66 7015	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Tocantins							9.000.000
			F	4	7	90	0	188	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							17.728.588
		Projetos							
15 451	2217 10T2	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas							17.728.588
15 451	2217 10T2 0166	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Rio Branco - AC							17.728.588
			F	4	7	30	0	188	17.728.588
TOTAL - FISCAL									17.728.588
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.728.588

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							8.954.451
		Operações Especiais							
28 846	0910 0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)							8.954.451
28 846	0910 0089 0002	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL) - Exterior							8.954.451
			F	3	2	80	0	300	8.954.451
TOTAL - FISCAL									8.954.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.954.451

ANEXO II

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.758.593
		Atividades							
24 122	0032 2000	Administração da Unidade							7.758.593
24 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.758.593
			F	3	2	90	0	178	7.758.593
	2205	Conecta Brasil							1.195.858
		Atividades							
24 722	2205 20ZD	Simplificação e Melhoria da Regulação dos Serviços de Telecomunicações							1.195.858
24 722	2205 20ZD 0001	Simplificação e Melhoria da Regulação dos Serviços de Telecomunicações - Nacional							1.195.858
			F	3	2	90	0	178	1.195.858
TOTAL - FISCAL									8.954.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.954.451

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia

UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							13.481.595
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							12.000.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							12.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
			F	3	2	90	0	144	10.000.000
04 126	0032 211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação							242.353
04 126	0032 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional							242.353
			F	4	2	90	0	100	242.353
04 122	0032 21AX	Gestão das políticas de previdência e trabalho							569.242
04 122	0032 21AX 0001	Gestão das políticas de previdência e trabalho - Nacional							569.242
			F	3	2	90	0	100	569.242
		Projetos							
04 126	0032 10M8	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov							670.000
04 126	0032 10M8 0001	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov - Nacional							670.000
			F	4	2	90	0	100	670.000
	2209	Brasil, Nosso Propósito							747.626
		Atividades							
04 125	2209 8690	Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União							747.626
04 125	2209 8690 0001	Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União - Nacional							747.626
			F	3	2	90	0	133	747.626
	2211	Inserção Econômica Internacional							412.377
		Atividades							
04 122	2211 20QN	Gestão de Assuntos Internacionais							112.377
04 122	2211 20QN 0001	Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional							112.377
			F	3	2	90	0	100	112.377
23 693	2211 20ZO	Promoção e Gestão do Comércio Exterior							300.000
23 693	2211 20ZO 0001	Promoção e Gestão do Comércio Exterior - Nacional							300.000
			F	3	2	90	0	186	300.000
	2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade							1.473.170
		Atividades							
04 121	2212 217N	Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura							1.473.170
04 121	2212 217N 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura - Nacional							1.473.170
			F	3	2	80	0	350	1.473.170
	2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno							11.948.901
		Atividades							
11 125	2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho							11.948.901
11 125	2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional							11.948.901
			F	3	2	90	0	100	9.748.901
			F	3	2	90	0	181	2.200.000
	2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal							5.451.137
		Atividades							
04 126	2215 20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil							5.451.137
04 126	2215 20Z7 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional							5.451.137
			F	3	2	90	0	300	5.451.137
TOTAL - FISCAL									33.514.806
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.514.806

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia

UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							11.320.000
		Atividades							
04 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.650.000
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.650.000
			F	3	2	90	0	150	2.650.000

04 126	0032 20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais							1.270.000
04 126	0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional							1.270.000
			F	3	2	90	0	139	1.270.000
04 125	0032 2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira							4.300.000
04 125	0032 2237 0001	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - Nacional							4.300.000
			F	3	2	90	0	150	4.300.000
04 129	0032 2238	Arrecadação Tributária e Aduaneira							3.100.000
04 129	0032 2238 0001	Arrecadação Tributária e Aduaneira - Nacional							3.100.000
			F	3	2	90	0	150	3.100.000
TOTAL - FISCAL									11.320.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.320.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.206.871
		Atividades							
12 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.000.000
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							2.000.000
			F	3	2	90	8	100	2.000.000
12 128	0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							206.871
12 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							206.871
			F	3	2	90	8	100	206.871
	5012	Educação Profissional e Tecnológica							572.580
		Atividades							
12 363	5012 21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							572.580
12 363	5012 21B3 0001	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional							572.580
			F	3	2	90	8	100	572.580
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							8.294.555
		Operações Especiais							
12 364	5013 00P1	Apoio à Residência em Saúde							7.800.600
12 364	5013 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional							7.800.600
			S	3	2	90	8	144	7.800.600
12 364	5013 00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos							493.955
12 364	5013 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional							493.955
			S	3	2	90	8	100	493.955
TOTAL - FISCAL									2.779.451
TOTAL - SEGURIDADE									8.294.555
TOTAL - GERAL									11.074.006

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							25.585
		Atividades							
12 364	5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							25.585
12 364	5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia							25.585
			F	3	2	90	8	250	25.585
TOTAL - FISCAL									25.585
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.585

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							21.264
		Atividades							
12 128	0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							21.264
12 128	0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal							21.264
			F	3	2	90	8	100	21.264
	5011	Educação Básica de Qualidade							7.207.993
		Operações Especiais							
12 368	5011 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							7.207.993
12 368	5011 00O0 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							7.207.993
			F	3	2	90	8	100	7.207.993
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							3.650.000
		Atividades							
12 364	5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							3.650.000
12 364	5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional							3.650.000
			F	3	2	50	8	100	432.928
			F	3	2	90	8	100	3.217.072
	5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais							1.145.053
		Atividades							
12 364	5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação							1.145.053
12 364	5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional							1.145.053
			F	3	2	90	8	100	1.145.053
TOTAL - FISCAL									12.024.310
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.024.310

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							601.153
		Atividades							
12 131	0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública							601.153
12 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							601.153
			F	3	2	90	8	100	601.153
	5011	Educação Básica de Qualidade							11.502.207
		Atividades							
12 368	5011 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica							5.537.207
12 368	5011 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional							5.537.207
			F	3	2	90	8	100	5.537.207
		Operações Especiais							
12 368	5011 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							5.965.000
12 368	5011 00O0 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							5.965.000
			F	3	2	90	8	100	2.680.000
			F	3	2	90	8	108	3.285.000
TOTAL - FISCAL									12.103.360
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.103.360

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							615.153
		Atividades							
12 302	5013 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais							615.153
12 302	5013 20RX 0033	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio de Janeiro							615.153
			S	4	7	50	8	188	615.153
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									615.153
TOTAL - GERAL									615.153

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5012	Educação Profissional e Tecnológica							800.000
		Atividades							
12 363	5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica							800.000
12 363	5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia							800.000
			F	3	2	90	8	281	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							13.524.935
		Atividades							
06 181	5016 21BM	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade							13.524.935
06 181	5016 21BM 0421	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - No Município de Araguaína - TO							13.524.935
			F	4	7	40	0	188	13.524.935
TOTAL - FISCAL									13.524.935
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.524.935

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento							266.635
		Atividades							
06 181	5016 2723	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção							266.635
06 181	5016 2723 0029	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - No Estado da Bahia							266.635
			F	3	7	90	0	188	266.635
TOTAL - FISCAL									266.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									266.635

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2222	Saneamento Básico							30.550.041
		Atividades							
10 512	2222 20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos							12.635.304
10 512	2222 20AF 7000	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos - Aquisição de Equipamentos e Componentes Hidráulicos para Soluções Alternativas de Tratamento e Abastecimento de Água - Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental (CISCO) - No Estado da Paraíba							12.635.304
			S	4	7	71	6	151	12.635.304

		Projetos							
10 512	2222 7XK6	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes							17.914.737
10 512	2222 7XK6 1798	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes - No Município de Maravilha - AL							17.914.737
			S	4	7	90	0	151	17.914.737
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.550.041
TOTAL - GERAL									30.550.041

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5019	Atenção Primária à Saúde							1.519.000
		Atividades							
10 301	5019 2E89	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas							1.519.000
10 301	5019 2E89 0042	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas - No Estado de Santa Catarina							1.519.000
			S	3	7	41	6	188	1.519.000
	5022	Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena							1.772.859
		Atividades							
10 423	5022 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							1.772.859
10 423	5022 20YP 7001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Reforma e Aquisição de Equipamentos - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.772.859
			S	3	7	90	6	188	1.772.859
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.291.859
TOTAL - GERAL									3.291.859

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.659.288
		Atividades							
26 121	0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes							2.659.288
26 121	0032 20UC 0025	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - No Estado da Paraíba							2.659.288
			F	3	7	90	0	100	2.659.288
TOTAL - FISCAL									2.659.288
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.659.288

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.556.971
		Atividades							
18 122	0032 2000	Administração da Unidade							9.549.999
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							9.549.999
			F	3	2	90	0	100	9.549.999
18 541	0032 20W8	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P							6.972
18 541	0032 20W8 0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - Nacional							6.972
			F	3	2	90	0	100	6.972
TOTAL - FISCAL									9.556.971
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.556.971

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							1.794.405
		Atividades							
18 542	1041 218R	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental							887.255
18 542	1041 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional							887.255
			F	3	2	90	0	174	887.255
18 542	1041 6925	Licenciamento Ambiental Federal							907.150
18 542	1041 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional							907.150
			F	3	2	90	0	174	907.150
TOTAL - FISCAL									1.794.405
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.794.405

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							396.177
		Atividades							
18 571	1041 20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira							396.177
18 571	1041 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional							396.177
			F	3	2	90	0	100	200.407
			F	3	2	90	0	144	195.770
TOTAL - FISCAL									396.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									396.177

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							3.550.000
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							3.550.000
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							3.550.000
			F	4	9	90	0	100	2.750.000
			F	4	9	90	0	195	500.000
			F	4	9	90	0	307	300.000
TOTAL - FISCAL									3.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.550.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.715.518
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							4.715.518
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.715.518
			F	3	2	90	0	100	1.878.211
			F	3	2	90	0	144	2.837.307
	6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional							42.428
		Atividades							
05 811	6011 21BJ	Desenvolvimento do Desporto e do Paradesporto Nacional e Militar							42.428
05 811	6011 21BJ 0001	Desenvolvimento do Desporto e do Paradesporto Nacional e Militar - Nacional							42.428
			F	3	2	90	0	100	42.428
	6012	Defesa Nacional							55.130.348
		Projetos							
05 244	6012 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							5.455.630
05 244	6012 1211 0116	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Porto Velho - RO							655.957
			F	4	7	40	0	188	655.957
05 244	6012 1211 0119	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Rolim de Moura - RO							425.486
			F	4	7	40	0	188	425.486
05 244	6012 1211 0238	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Boa Vista - RR							975.574
			F	4	7	30	0	188	975.574
05 244	6012 1211 0250	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Uiramutã - RR							660.560
			F	4	7	40	0	188	660.560
05 244	6012 1211 5369	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Ponte Branca - MT							141.828
			F	4	7	40	0	188	141.828
05 244	6012 1211 7000	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Acre							762.831
			F	4	7	30	0	100	743.540
			F	4	7	30	0	188	19.291
05 244	6012 1211 7001	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Rondônia							1.549.737
			F	4	7	30	0	188	1.549.737
05 244	6012 1211 7009	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Instituto de Longa Permanência do Idoso - No Município de Porto Velho - RO							283.657
			F	4	7	40	0	188	283.657
05 151	6012 123J	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas							49.288.718
05 151	6012 123J 0001	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas - Nacional							49.288.718
			F	3	2	90	0	100	49.288.718
05 151	6012 151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais							386.000
05 151	6012 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional							386.000
			F	3	2	90	0	100	305.000
			F	3	2	90	0	144	81.000
TOTAL - FISCAL									59.888.294
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.888.294

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.928.072
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							3.928.072
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.928.072
			F	3	2	90	0	100	104.157
			F	3	2	90	0	144	3.823.915
	6012	Defesa Nacional							17.053.811
		Atividades							
05 151	6012 20IH	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados							3.633.759
05 151	6012 20IH 0001	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados - Nacional							3.633.759
			F	4	2	90	0	100	3.633.759
05 151	6012 219D	Adequação de Organizações Militares							12.930.347
05 151	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							12.930.347
			F	3	2	90	0	100	7.413.812
			F	3	2	90	0	144	5.516.535
05 183	6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso							489.705
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							489.705
			F	4	2	90	0	100	489.705
TOTAL - FISCAL									20.981.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.981.883

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.100.000
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.100.000
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.100.000
			F	3	2	90	0	100	2.100.000
	6012	Defesa Nacional							50.794.746
		Atividades							
05 153	6012 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército							11.246.322
05 153	6012 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional							11.246.322
			F	3	2	90	0	181	10.237.355
			F	4	2	90	0	181	1.008.967
05 153	6012 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército							253.000
05 153	6012 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional							253.000
			F	3	2	90	0	100	253.000
		Projetos							
05 153	6012 13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea							200.000
05 153	6012 13DB 0001	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
05 153	6012 14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020							12.500.000
05 153	6012 14LW 0001	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - Nacional							12.500.000
			F	3	2	90	0	100	12.500.000
05 153	6012 14T4	Implantação do Projeto Guarani							25.722.216
05 153	6012 14T4 0001	Implantação do Projeto Guarani - Nacional							25.722.216
			F	3	2	90	0	144	25.722.216
05 153	6012 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro							873.208
05 153	6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							873.208
			F	4	2	90	0	100	873.208
TOTAL - FISCAL									52.894.746
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.894.746

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.654.930
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							7.649.809
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.649.809
			F	3	2	90	0	100	7.649.809
05 131	0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública							5.121
05 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							5.121
			F	3	2	90	0	100	5.121
	6012	Defesa Nacional							46.675.544
		Projetos							
05 152	6012 123I	Construção de Submarinos Convencionais							29.697.053
05 152	6012 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							29.697.053
			F	4	2	90	0	142	2.300.000
			F	4	2	90	0	342	27.397.053
05 572	6012 14T7	Tecnologia Nuclear da Marinha							16.978.491
05 572	6012 14T7 0001	Tecnologia Nuclear da Marinha - Nacional							16.978.491
			F	3	2	90	0	100	16.978.491
TOTAL - FISCAL									54.330.474
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									54.330.474

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6013	Oceanos, Zona Costeira e Antártica							134.295
		Atividades							
05 571	6013 2518	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul							134.295
05 571	6013 2518 0001	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul - Nacional							134.295
			F	3	2	90	0	100	134.295
TOTAL - FISCAL									134.295
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									134.295

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							8.000.000
		Atividades							
05 153	6012 4528	Produção de Material de Emprego Militar							8.000.000
05 153	6012 4528 0001	Produção de Material de Emprego Militar - Nacional							8.000.000
			F	3	2	90	0	144	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6012	Defesa Nacional							433.868
		Atividades							
05 152	6012 211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL							433.868
05 152	6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional							433.868
			F	3	2	90	0	100	333.868
			F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									433.868
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									433.868

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.858.367
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							5.858.367
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.858.367
			F	3	2	90	0	250	537.975
			F	3	2	90	0	280	5.320.392
	6012	Defesa Nacional							260.857
		Atividades							
05 151	6012 20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica							260.857
05 151	6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional							260.857
			F	4	2	90	0	280	260.857
TOTAL - FISCAL									6.119.224
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.119.224

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							11.005.683
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							11.005.683
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							11.005.683
			F	3	2	90	0	250	11.005.683
TOTAL - FISCAL									11.005.683
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.005.683

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.263.703
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							7.263.703
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.263.703
			F	3	2	90	0	250	2.400.000
			F	3	2	90	0	280	709.547
			F	3	2	90	0	680	4.154.156
	6012	Defesa Nacional							7.164.983
		Atividades							
05 152	6012 21A0	Aprestamento das Forças							7.105.920
05 152	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							7.105.920
			F	3	2	90	0	100	3.680.351
			F	3	2	90	0	250	995.206
			F	3	2	90	0	280	2.430.363
05 125	6012 21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária							59.063
05 125	6012 21BY 0001	Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional							59.063
			F	3	2	90	0	174	42.955
			F	3	2	90	0	250	16.108
TOTAL - FISCAL									14.428.686
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.428.686

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional							1.964.964
		Atividades							
05 363	6011 2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo							1.964.964
05 363	6011 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional							1.964.964
			F	3	2	90	0	176	1.964.964
TOTAL - FISCAL									1.964.964
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.964.964

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2217	Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano							6.957.233
		Projetos							
15 451	2217 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							6.957.233
15 451	2217 1D73 0166	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Rio Branco - AC							6.957.233
			F	4	7	30	0	188	6.957.233

	2218	Gestão de Riscos e Desastres							17.728.588
		Projetos							
18 541	2218 14RL	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais							17.728.588
18 541	2218 14RL 0166	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais - No Município de Rio Branco - AC	F	4	7	30	0	188	17.728.588
TOTAL - FISCAL									24.685.821
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.685.821

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							493.655
		Atividades							
12 123	5013 20RZ	Administração do Financiamento Estudantil - FIES							493.655
12 123	5013 20RZ 0001	Administração do Financiamento Estudantil - FIES - Nacional							493.655
			F	3	2	90	0	100	493.655
TOTAL - FISCAL									493.655
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									493.655

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA STN Nº 553, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Convalida os atos de celebração e aprovação de prestação de contas de Termos de Execução Descentralizada no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e pela Portaria SEF nº 20.835, de 15 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1. Ficam convalidados os atos de celebração e aprovação de prestação de contas de Termos de Execução Descentralizada, de nº de registro SIAFI: 686597, 690060, 693721, 697226, 698395, 698955, 699894 e 1AAAJF, executados no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que apresentaram vício de competência até a edição da Portaria nº 20.835, de 15 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO FUNCHAL

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46200.002154/2016-56	210740752	Etenge Empresa de Engenharia em Eletricidade e Comercio - Eireli	AC
2	46200.000123/2018-22	213971011	Ibiza Motel Ltda	AC
3	46200.000124/2018-77	213970864	Ibiza Motel Ltda	AC
4	46200.000125/2018-11	213982455	Ibiza Motel Ltda	AC
5	46200.000126/2018-66	213982391	Ibiza Motel Ltda	AC
6	46211.003567/2018-91	215514343	Municipio de Acrelandia	AC
7	46201.000382/2019-24	216683408	Penedo Agro Industrial S/A	AL
8	46017.002313/2018-51	214440567	Veleiro Transportes e Turismo Ltda.	AL
9	46017.002314/2018-04	214440575	Veleiro Transportes e Turismo Ltda.	AL
10	46017.002315/2018-41	214440583	Veleiro Transportes e Turismo Ltda.	AL
11	46288.000550/2018-98	212891545	Viacao Flecha Branca Ltda	ES
12	46288.000551/2018-32	212891812	Viacao Flecha Branca Ltda	ES
13	46288.000693/2017-19	212865072	Viacao Flecha Branca Ltda	ES
14	46208.012418/2018-71	215910940	Diogo Rodrigues de Sousa	GO
15	46208.012915/2017-99	213105900	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
16	46208.012916/2017-33	213105951	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
17	46208.012918/2017-22	213106060	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
18	46208.012919/2017-77	213106141	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
19	46208.012920/2017-00	213106183	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
20	46208.012921/2017-46	213109557	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
21	46208.012922/2017-91	213109590	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
22	46208.012924/2017-80	213109671	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
23	46208.012925/2017-24	213109719	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
24	46208.012926/2017-79	213109743	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
25	46208.013331/2017-31	213225042	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
26	46208.013337/2017-16	213225191	Eldorado Empreendimentos Turisticos Ltda	GO
27	46208.011620/2018-86	215765036	Nutriza Agroindustrial de Alimentos S/A	GO
28	46208.003542/2018-46	214357074	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
29	46208.003543/2018-91	214357031	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
30	46208.003544/2018-35	214357040	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
31	46208.003545/2018-80	214357058	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
32	46208.003546/2018-24	214357066	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
33	46208.007728/2018-74	215059174	Servi Seguranca e Vigilancia de Instalacoes Ltda	GO
34	46208.006358/2017-77	212083872	Transcosler Transportes Ltda	GO
35	46208.012697/2017-92	213160773	Viacao Goiania Ltda. Em Recuperacao Judicial	GO
36	46208.012698/2017-37	213160692	Viacao Goiania Ltda. Em Recuperacao Judicial	GO
37	46208.012699/2017-81	213160617	Viacao Goiania Ltda. Em Recuperacao Judicial	GO
38	46208.012704/2017-56	213160579	Viacao Goiania Ltda. Em Recuperacao Judicial	GO
39	46247.000066/2018-45	213740249	W.C. Silva 028.425.396-05 - Me	MG
40	46222.005175/2018-37	214851923	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
41	46222.005194/2018-63	214850056	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
42	46222.005196/2018-52	214851729	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
43	46222.005200/2018-82	214842061	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
44	46222.005201/2018-27	214851117	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
45	46222.005202/2018-71	214849848	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
46	46222.005203/2018-16	214842142	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessorios Ltda	PA
47	46213.016728/2014-62	204352894	Rodoviaria Metropolitana Ltda	PE
48	46213.020577/2014-47	204669405	Rodoviaria Metropolitana Ltda	PE
49	46213.020580/2014-61	204669383	Rodoviaria Metropolitana Ltda	PE
50	46213.020588/2014-27	204711517	Rodoviaria Metropolitana Ltda	PE
51	46293.000729/2019-57	216837570	Aguativa Golf Resort S/A	PR
52	46293.000243/2019-19	216669634	Azanate Odontologia - Eireli	PR
53	46293.005437/2018-20	216468418	Azanate Odontologia - Eireli	PR
54	46212.018937/2018-84	216215587	B.G. Bettega & Cia Ltda	PR
55	46293.000236/2019-17	216666660	C.L.E. - Clinica Odontologica S/S Ltda	PR
56	46293.005409/2018-11	216454191	C.L.E. - Clinica Odontologica S/S Ltda	PR
57	46212.020105/2018-28	216401704	Clinica Odontologica 19 De Dezembro Eireli - Me	PR
58	46212.003731/2019-31	217002111	Clinica Odontologica 19 De Dezembro Ltda - Me	PR
59	46212.020223/2018-36	216402719	Clinica Odontologica 19 De Dezembro Ltda - Me	PR
60	46212.020224/2018-81	216402824	Clinica Odontologica 19 de Dezembro Ltda - Me	PR
61	46212.020350/2018-35	216427509	Clinica Odontologica 19 de Dezembro Ltda - Me	PR
62	46319.000018/2019-47	216554594	Faccin Logistica Ltda	PR
63	46319.000420/2019-21	216865166	Faccin Logistica Ltda	PR
64	46319.000424/2019-18	216865832	Faccin Logistica Ltda	PR
65	46212.002510/2019-45	216838631	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
66	46212.002511/2019-90	216838525	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
67	46212.002512/2019-34	216838541	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
68	46212.002513/2019-89	216838550	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
69	46212.002514/2019-23	216838568	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
70	46212.002515/2019-78	216838592	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
71	46212.002516/2019-12	216838606	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
72	46212.002517/2019-67	216838657	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
73	46212.002518/2019-10	216838665	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
74	46212.002519/2019-56	216838762	Ferrareto & Dalbello Ltda - Me	PR
75	46212.000976/2019-14	216618835	FRM Fabrica de Rolamentos e Mancais Ltda	PR
76	46212.012984/2018-14	215372948	Furukawa Eletric Latam S.A.	PR
77	46212.012985/2018-69	215372964	Furukawa Eletric Latam S.A.	PR
78	46212.012986/2018-11	215372972	Furukawa Eletric Latam S.A.	PR
79	46293.000687/2019-54	216808448	Granjeiro Alimentos Ltda	PR
80	46212.017279/2018-11	215485190	L M Carvalho - Centro Automotivo	PR
81	46212.017755/2018-96	215485211	L M Carvalho - Centro Automotivo	PR
82	46212.019847/2018-19	216222672	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
83	46212.019848/2018-55	216222711	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
84	46212.019849/2018-08	216222729	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
85	46212.019850/2018-24	216222737	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
86	46212.019851/2018-79	216222745	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
87	46212.019852/2018-13	216222788	LL Logistica e Transportes Ltda	PR
88	46212.018941/2018-42	216185122	Madeireira 4 L Eireli	PR
89	46212.018604/2018-55	216174333	Optum Solutions do Brasil - Tecnologia e Servicos de Suporte Ltda.	PR
90	46317.000335/2019-83	216704707	Pluma Agro Avicola Ltda	PR
91	46318.005114/2018-19	216067766	Star Clinica Maringa Ltda	PR
92	46318.005336/2018-23	216224225	Star Clinica Maringa Ltda	PR
93	46293.000190/2019-36	216618754	Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda	PR
94	46212.001192/2019-03	216663377	Uniao Catarinense De Educacao	PR
95	46212.001193/2019-40	216663369	Uniao Catarinense de Educacao	PR
96	46212.004065/2019-58	217042741	Uniao Catarinense de Educacao	PR
97	46220.004543/2017-69	212172107	Transbragagnolo Transportes Rodoviarios de Cargas	SC
98	46220.004545/2017-58	212172093	Transbragagnolo Transportes Rodoviarios de Cargas	SC
99	46473.003679/2016-07	210273488	AD Dialeto Agencia de Publicidade Ltda	SP
100	46427.001017/2018-10	215045262	Agro Florestal Lavras Ltda	SP
101	46258.003721/2017-15	213687321	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
102	46258.003723/2017-04	213688263	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
103	46258.003724/2017-41	213687593	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
104	46263.003171/2017-57	213088339	Flux Trading Engenharia Eireli	SP
105	46263.003172/2017-00	213088347	Flux Trading Engenharia Eireli	SP
106	46263.003173/2017-46	213088355	Flux Trading Engenharia Eireli	SP
107	46263.003174/2017-91	213088363	Flux Trading Engenharia Eireli	SP
108	46263.002931/2017-17	212938011	Hematec Eletromecanica Industria e Comercio Ltda	SP
109	46263.002932/2017-53	212938037	Hematec Eletromecanica Industria e Comercio Ltda	SP
110	46263.002933/2017-06	212938045	Hematec Eletromecanica Industria e Comercio Ltda	SP
111	46263.002934/2017-42	212938053	Hematec Eletromecanica Industria e Comercio Ltda	SP
112	46266.001989/2017-13	211472212	Metalurgica Golin S.A	SP
113	46266.001990/2017-30	211472239	Metalurgica Golin S.A	SP
114	46266.001991/2017-84	211472247	Metalurgica Golin S.A	SP
115	47999.004581/2017-83	213034093	Mirage Industria e Comercio de Pecas Eireli - Epp	SP
116	47999.004584/2017-17	213034158	Mirage Industria e Comercio de Pecas Eireli - Epp	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46200.000353/2017-19	200906461	Adinn Construção e Pavimentação Eireli	AC
2	46200.000537/2017-71	200938649	D M Oliveira Filho - ME	AC
3	46017.002312/2018-15	201123959	Veleiro Transportes e Turismo Ltda.	AL
4	46206.003099/2018-23	201090015	Bom Dia Águas Claras Comércio de Alimentos Eireli	DF
5	46208.007724/2018-96	201173824	Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.	GO
6	47747.001302/2018-72	201108666	A Ponto Rápido Eireli - Epp	MG
7	46237.001351/2018-01	201217511	Prasmold - Injeção Plástica e Ferramentaria Ltda.	MG

8	46243.001078/2018-27	201155940	Turilessa Ltda.	MG
9	46247.000065/2018-09	201068435	W.C. Silva 028425396-05 Me	MG
10	46222.001096/2019-38	201325080	Amaral e Cia. Ltda.	PA
11	46222.005159/2018-44	201156881	Distribuidora Paraense de Baterias e Acessórios Ltda.	PA
12	46212.012987/2018-58	201203685	Furukawa Eletric Latam S.A.	PR
13	46220.004564/2017-84	200941542 - TRet nº 201233045	Transbragagnolo Transportes Rodoviários de Cargas Ltda.	SC
14	46263.003160/2017-77	201018055	Flux Trading Engenharia Eireli	SP
15	46263.002930/2017-64	201005743	Hematec Eletromecanica Indústria e Comércio Ltda.	SP
16	46260.001087/2017-29	200867041	Isotermica R.J. Montagens e Isolamentos Ltda.	SP
17	46254.004502/2017-85	201059371	José Adalto Vasconcelos e outros	SP
18	46266.001992/2017-29	200903632	Metalurgica Golin S.A.	SP
19	47999.004585/2017-61	201013614	Mirage Indústria e Comércio de Peças Eireli - Epp	SP
20	46262.003274/2018-16	201188201	Viação Vaz Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46260.000092/2017-14	211099953	Isotermica RJ Montagens Isolamento Ltda.	SP
2	46260.000093/2017-69	211099961	Isotermica RJ Montagens Isolamento Ltda.	SP
3	46260.000094/2017-11	211099970	Isotermica RJ Montagens Isolamento Ltda.	SP
4	46260.000095/2017-58	211099988	Isotermica RJ Montagens Isolamento Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46260.000096/2017-01	200.846.426 - TRet nº 200952986	Isotermica RJ Montagens Isolamento Ltda.	SP

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46212.019110/2018-98	216264715	Toshiba América do Sul Ltda.	PR

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46286.001367/2019-19	217148972	Bruno Borges de Abreu Sorvetes Mega Frutti	DF
2	46206.002700/2019-41	217038689	Clinica de Radiologia Odontologica Fenelon Ltda	DF
3	46206.002678/2019-30	217024700	D dos A Muniz Cabeleireiros	DF
4	46206.002556/2019-43	216961009	Mosarof Hossain 70490918123	DF
5	46206.002542/2019-20	216963664	Prommo 7 Comunicacoes Ltda	DF
6	46206.013143/2018-11	216138001	Rede de Farmacias Popular Ltda	DF
7	46208.014788/2018-43	216303931	Aurora Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	GO
8	46208.003869/2019-07	217419879	Toto Clinica Veterinaria Eireli	GO
9	46311.001058/2017-14	213295393	SPE BTS Imperatriz Adminsitração de Bens Imóveis Ltda	MA
10	46312.001491/2019-10	217312641	Empreendimentos Pague Menos S/A	MS
11	46312.000790/2019-29	216934681	Henrique Moreira Lemos Beraldo	MS
12	46214.005705/2019-27	217893503	Ares Verdes Ltda	PI
13	46212.006417/2019-18	217220614	Budel Transportes Ltda	PR
14	46317.000491/2019-44	216994837	Coagro Cooperativa Agroindustrial	PR
15	46317.000502/2019-96	216995043	Coagro Cooperativa Agroindustrial	PR
16	46212.007826/2019-23	217411126	Colombo Gas Ltda	PR
17	46294.000388/2019-18	217508308	Frimesa Cooperativa Central	PR
18	46212.016727/2018-51	215871715	Nossa Servico Temporario e Gestao de Pessoas Ltda	PR
19	46212.016728/2018-04	215874625	Nossa Servico Temporario e Gestao de Pessoas Ltda	PR
20	46212.016724/2018-18	215874234	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
21	46212.016725/2018-62	215874749	TCP - Terminal de Conteineres de Paranagua S/A	PR
22	46228.001140/2017-98	211890367	CMSC-Construcoes Metalicas e Sistemas Construtivos Ltda	RJ
23	46220.008655/2014-46	205631681	Frigorifico Massarandubense Ltda - Epp	SC
24	46220.004542/2017-14	212172085	Transbragagnolo Transportes Rodoviarios de Cargas	SC
25	46220.004544/2017-11	212172077	Transbragagnolo Transportes Rodoviarios de Cargas	SC
26	46472.000108/2019-65	216552168	Churrascaria Vento Norte Ltda	SP
27	46472.000090/2019-00	216535336	Dubbai Seguranca e Vigilancia Eireli	SP
28	46472.000091/2019-46	216535328	Plano Industria e Comercio de Plasticos Ltda	SP
29	46472.000834/2019-88	217041523	Plansevig Terceirizacao de Servicos Eireli	SP
30	46472.003612/2018-36	216101972	Pro-Nefron Assistencia Medica Ltda	SP

2.2- Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46206.002683/2019-42	217016898	Felipe Guilherme Alves de Sousa	DF

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da decisão judicial, proferida nos autos do processo nº 0000138-47.2020.5.10.0006, oriundo da 6ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, na qual fora determinada a análise do recurso administrativo n.º 08000.024735/2019-59, referente ao pedido de registro sindical n.º 46208.011561/2012-51 (SC14485), de interesse do SINSTAL GO - Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de Tv Por Assinatura, Cabo, Mmds, Dth e Telecomunicações do Estado de Goiás, Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46208.011561/2012-51 - SC14485, CNPJ: 16.978.443/0001-91, com fulcro no §1º do art. 56, da Lei 9.784/1999 e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45863/2020/ME e no Despacho n. 11387233, resolve: CONHECER E INDEFERIR o Recurso Administrativo n.º 0000138-47.2020.5.10.0006 interposto pelo Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de Tv Por Assinatura, Cabo, Mmds, Dth e Telecomunicações do Estado de Goiás - SINSTAL GO - CNPJ 16.978.443/0001-91, em face da decisão de arquivamento do seu pedido de registro n.º 46208.011561/2012-51 (SC14485), exarada no DOU de 06/06/2019, seção 1, páginas 43 e 44, nº 108, mantendo-se assim a decisão contida na NOTA TÉCNICA Nº 1789/2016/CGRS/SRT/MTb, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46641/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46312.002127/2018-88, de interesse do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação no Município de Aral Moreira - MS, inscrição no CNPJ n.º 10.757.681/0001-90, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria n° 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39788/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46208.005067/2016-81, de interesse do SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DE ALIMENTACAO EST GO TO, CNPJ 01.668.094/0001-34, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44916/2020/ME (11139985), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46204.011856/2017-71, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Creches e Empresas e Entidades de Educação Infantil no Estado da Bahia - SINDCRECHE-BA, CNPJ 28.619.295/0001-06, nos termos do artigo 22, inciso II, c/c art. 47, da Portaria n.° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39892/2020/ME (SEI 10605134), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46312.001781/2016-11, de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde da Região Norte de Mato Grosso do Sul - SINTESAÚDENORTE/MS, CNPJ 24.847.208/0001-09, nos termos do art. 22, inc. I e II, c/c art. 47, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 40901/2020/ME (10704233 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46262.001656/2017-16 (SA04142), de interesse do Sindical ao Sindicato dos Empregados em Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras do Grande ABC, CNPJ 16.875.533/0001-57, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria SEPRT nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39432/2020/ME (10557539), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46219.002121/2017-98, de interesse do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Pindamonhangaba e Região, CNPJ 26.661.056/0001-80, para representação da categoria Transportadores Autônomos de Cargas, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Ilhabela, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveira, Taubaté, Tremembé Ubatuba, todos no Estado São Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica do SEI nº 46709 (11316863), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.022336/2017-85, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cabrobó-STTR, CNPJ n.º 01.751.358/0001-19, para representação da categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Cabrobó, Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46948/2020/ME (11342894), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.008856/2017-45 (SA04429), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE MOSSORO E REGIAO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE/ SINTROM/RN, CNPJ 12.755.757/0001-74, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41087/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46211.000705/2017-07, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ITABIRA, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS E SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, CNPJ 05.918.904/0001-14, para representação da categoria profissional de Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (Pedreiros, Serventes de Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, Estucadores, Bombeiros Hidráulicos); os Trabalhadores na Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento; Trabalhadores na Indústria de Mármores e Granitos; Trabalhadores na Indústria de Pinturas, Decorações, Estuques e Ornatos; Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Cimento Armado; Oficiais Eletricistas e Trabalhadores na Indústria de instalações Elétricas, Trabalhadores Autônomos da indústria da construção civil e trabalhadores essenciais à atividade fim das empresas tomadoras de serviços, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de ITABIRA, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, SANTA MARIA DE ITABIRA, CATAS ALTAS, BOM JESUS DO AMPARO, FERROS, PASSABÉM, ITAMBÉ DO MATO DENTRO, GUANHÃES, DORES DE GUANHÃES, SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO, SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO, DOM JOAQUIM, SENHORA DO PORTO, SÃO DOMINGOS DO PRATA, ANTÔNIO DIAS E SÃO JOSÉ DO GOIABAL, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43814/2020/ME (sei nº 11014452), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46211.002853/2017-58, de interesse do SINDCOMÉRCIO - Sindicato do Comércio Varejista de Patos de Minas e Região, CNPJ n.º 20.734.174/0001-95, para representação da categoria Econômica do Comércio varejista de: motocicletas e motonetas em empresas não concessionárias ou distribuidoras; de peças e acessórios para motocicletas e motonetas em empresas não concessionárias ou distribuidoras; de automóveis, caminhonetes e utilitários em empresas não concessionárias ou distribuidoras; de pneumáticos e câmaras de ar; de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho; de produtos odontológicos; de mercadorias de produtos alimentícios em hipermercados, supermercados, mini-mercados, mercearias e armazéns; de mercadorias nas lojas de departamentos ou magazine e lojas de variedades; de produtos de padarias e confeitarias; de laticínios, frios e conservas; de doces, balas, bombons e seus derivados; de carnes e seus derivados em açougues; de frutos do mar em peixarias; de hortifrutigranjeiros; de cigarros, fumos e acessórios em tabacarias; de tintas e materiais para pintura; de materiais elétricos; de vidros, vitrais e molduras; de ferragens e ferramentas; de madeira e artefatos; de materiais hidráulicos; de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; de materiais de construção; de equipamentos e suprimentos de informática; de equipamentos de telefonia e comunicação; de eletrodomésticos e equipamento de áudio e vídeo; de móveis; de artigos de colchoaria; de artigos de iluminação; de tecidos; de artigos de armarinho; de artigos de cama, mesa e banho; de instrumentos musicais e seus acessórios; de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico; de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas; de livros, jornais, revistas e artigos de papelaria; de discos, cds, dvds e fitas; de brinquedos e artigos recreativos; de artigos esportivos; de bicicletas e triciclos, suas peças e acessórios; de artigos para caça, pesca e camping; de embarcações e veículos recreativos, suas peças e acessórios; de artigos médicos e ortopédicos; de artigos de ópticas; de artigos do vestuário e seus acessórios; de calçados; de artigos de viagem; de jóias em joalherias; de artigos de relojoarias; de gás liquefeito de petróleo; de antiguidades e artigos usados; de souvenires, bijuterias e artesanatos; de plantas e flores naturais; de objetos de arte; de animais vivos; de produtos saneantes e domissanitários; de fogos de artifício e artigos pirotécnicos; de equipamentos para escritório; de artigos fotográficos e para filmagem; de armas e munições; de vendas por catálogos e a domicílio, em postos móveis, máquinas automáticas e veículos de comunicação. B) Comércio atacadista de: automóveis, caminhonetes, utilitários, caminhões, reboques, semi-reboques, ônibus, micro-ônibus, motocicletas e motonetas; de peças e acessórios novos para veículos automotores,

de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; de pneumáticos e câmara de ar: de café em grão; de soja de animais vivos; de couros, lãs, peles e subprodutos não comestíveis de origem animal; de algodão; de fumo em folha não beneficiado; de cacau; de sementes, flores, plantas e gramas; de cisal; de matérias primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; de alimentos para animais; de matérias primas agrícolas; de leite e laticínios; de cereais e leguminosos beneficiados; de farinha, amidos e féculas; de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas com atividade de fracionamento e acondicionamento associados; de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos; de aves vivas e ovos; de pequenos animais vivos para alimentação; de carnes bovinas e suínas e seus derivados; de aves abatidas e seus derivados; de pescados e frutos do mar; de carnes e derivados de outros animais; de água mineral; de cerveja, chope e refrigerante; de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; de fumo beneficiado; de cigarros, cigarrilhas, charutos e seus acessórios; de café torrado, moído e solúvel; de açúcar; de óleos e gorduras; de pães, bolos e biscoitos; de massas alimentícias com ou sem atividade de fracionamento e acondicionamento associados; de tecidos; de artigos de cama, mesa e banho; de artigos de armarinho; de artigos do vestuário e seus acessórios; de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho; de calçados; de bolsas, malas e artigos de viagem; de medicamentos e drogas de uso humano; de medicamentos e drogas de uso veterinário; de instrumentos e materiais médico-cirúrgico-hospitalares e laboratoriais; de próteses e artigos de ortopedia; de produtos odontológicos; de cosméticos e produtos de perfumaria; de produtos de higiene pessoal; de artigos de escritório e de papelaria; de livros, jornais e publicações; de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; de bicicletas, triciclos e veículos recreativos; de móveis e artigos de colchoaria; de artigos de tapeçaria, persiana e cortinas, de lustres, luminárias e abajures, de filmes, cds, dvds, fitas e discos; de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar com atividade de fracionamento e acondicionamento associadas; de joias, relógios, bijuterias, pedras preciosas e semipreciosas lapidadas; de equipamentos e suprimentos de informática; de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; de máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuários, suas partes e peças; de máquinas e equipamentos para uso industrial, suas partes e peças; de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalares, suas partes e peças; de máquinas e equipamentos para o comércio, suas partes e peças; de bombas e compressores, suas partes e peças; de madeira e seus produtos derivados; de ferragens e ferramentas; de material elétrico; de cimento; de tintas e vernizes; de mármores e granitos; de vidros, espelhos e vitrais; de materiais de construção; de combustíveis de origem vegetal; de lubrificantes; de gás liquefeito de petróleo; de defensivos agrícolas, adubos fertilizantes e corretivos do solo; de resinas e elastômeros; de solventes; de produtos siderúrgicos e metalúrgicos; de papel e papelão em bruto; de embalagens; de resíduos de papel e papelão; de resíduos e sucatas não metálicos; de resíduos e sucatas metálicos; de fios e fibras têxteis beneficiados; de mercadorias com ou sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários. C) Serviços de: manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e equipamentos não eletrônicos para escritório; de incorporação de empreendimentos imobiliários; de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores; de armazéns e guarda- móveis; de depósitos de mercadorias para terceiros; de estacionamento de veículos; de apoio ao transporte por táxis; de centrais de chamadas; de reboque de veículos; de atividades do correio nacional, de malotes; de entrega rápida; de provedores de acesso às redes de comunicação; de agências de fomento; de arrendamento mercantil; de holding de instituições financeiras; de holding de instituições não financeiras; de planos de saúde; de bolsa de valores; de bolsa de mercadorias e futuros; de administração de mercados de balcão organizados; de corretoras de títulos e valores mobiliários; de distribuidora de títulos e valores mobiliários; de corretoras de câmbio; de corretoras de contratos de mercadorias; de administração de cartões de crédito; de serviços de liquidação e custódia; de peritos e avaliadores de seguros; de auditoria e consultoria atuarial; de compra e venda imóveis próprios; de aluguel de imóveis próprios; de corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; de corretagem no aluguel de imóveis; de gestão e administração da propriedade imobiliária; de cartórios; de atividades de consultoria em gestão empresarial e serviços advocatícios; de serviços de cartografia, topografia e geodésia; de atividades de estudos geológicos; de serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia; de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; de pesquisa de mercado e de opinião pública; de decoração de interiores; de filmagem de festas e eventos; de micro-filmagem; de tradução e interpretação; de atividades veterinárias; de locação de automóveis sem condutor; de locação de embarcações sem tripulação; de locação de aeronaves sem tripulação; de aluguel de equipamento recreativo esportivo; de aluguel de fitas de vídeos, cds e dvds; de aluguel de objetos do vestuário; jóias e seus acessórios; de aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos; de aluguel de móveis, utensílios, e aparelhos de uso doméstico e pessoal e instrumentos musicais; de aluguel de material médico; de aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; de aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares; de aluguel de equipamentos científicos de uso temporário; de aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, de adestramento de cães de guarda; de atividades de investigação particular; de condomínios prediais; de fotocópias; de atividades de tele atendimento; de atividades de cobranças e informações cadastrais; de envasamento e empacotamento sob contrato; de emissão de vales alimentação e vales transportes; de leiloeiros independentes; de relações exteriores; de ensino de dança; de restauração de obra de artes; de gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e atividades artísticas; de casas de bingo; de toalheiros; de clubes sociais e desportivos; de atividades de condicionamento físico; de parques de diversão e parques temáticos; de exploração de boliche; de exploração de jogos de sinuca e bilhar; de exploração de jogos eletrônicos recreativos; de atividades de organizações associativas profissionais; de atividades de organizações sindicais; de atividades de organizações políticas; de chaveiros; de reparação de relógios; de reparação de joias; de lavanderias; de tinturarias; de agências matrimoniais, de alojamento, higiene e embelezamento de animais; de organismos internacionais; de convênios; de autônomos. Microempresas comerciais e bens e serviços, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado *Minas Gerais*: Patos de Minas, Lagoa Formosa, Carmo do Paraíba e Presidente Olegário, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo administrativo e com fundamento na Nota Técnica 45626/2020/ME (11213146 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46223.003399/2018-02 (SC19956), de interesse do Sindicato SINDSESP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESPERANTINÓPOLIS-MA , CNPJ n.º 29.538.172/0001-03, nos termos do art. 22, inciso I c/c o art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 46341/2020/ME (11283092 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46317.000133/2018-51 (SA04582), de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOSTERCEIRIZADOS E TEMPORÁRIOS EM GERAL DE CASCAVEL E REGIÃO - SIEMACO CASCAVEL, CNPJ 78.680.683/0001-62, para representação da categoria profissional de todos os empregados em empresas, as quais na qualidade de prestadoras prestam serviços aos tomadores de; serviços de limpeza e conservação em geral; serviços de limpeza e conservação em área urbana (limpeza e conservação de áreas públicas, coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial, reciclagem de lixo, roçadas, capina, poda de árvores, desobstrução de canaletas e bueiros); serviços de limpeza e conservação em áreas ambientais e áreas verdes (roçada, capina, poda de árvores, desobstrução de canaletas e bueiros, varredura, lavagem de placas e faixas), empresas de prestação de serviços a terceiros nas áreas de leitura, medição e entrega de avisos de consumo de energia elétrica e gás encanado, empregados em empresas de colocação e administração de mão de obra temporária, seleção e agenciamento de mão de obra, promoções e eventos, empregados em empresas de trabalho temporário regidos pela Lei 6.019/74, inclusive os trabalhadores temporários regidos pela Lei 6.019/74; empregados em agências de emprego, recrutamento, seleção de pessoal e de recursos humanos, empregados em empresas do ramo de sistemas eletrônicos de segurança, de modo geral, abrangendo as atividades de comercialização de produtos, prestação de serviços, projetos, instalações, monitoramento, manutenção, inspeção técnica e assistência técnica de sistemas eletrônicos, empregados em agências franqueadas dos correios, excetuando-se os diferenciados, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Cascavel, Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Anahy, Assis Chateaubríand, Boa Esperança, Braganey, Brasilândia do Sul. Cafelândia do Oeste, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Cantagalo, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioeré, Goioxim, Guairá, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Janiópolis, Jesuítas, Juranda, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Marquinho, Mato Rico, Mercedes, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Laranjeiras, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Porto Mendes, Quarto Centenário, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Santa Lúcia, Santa Maria do Oeste, Santa Tereza do Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssí, Ubiratã, Vera Cruz do Oeste e Virmond no Estado do Paraná, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46663/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46784.000394/2018-64, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Formosa do Rio Preto, CNPJ 27.040.077/0001-41, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47219/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46000.006610/2001-15, de interesse do "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jundiá", RN, nos termos do inciso XI do art. 22 c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI n.º 47005/2020/ME (11349786), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110649/2020-20 (SC20757) de interesse do SINDELETTRO - Sindicato dos Eletricistas e Trabalhadores e Trabalhadoras em Eletricidade nas Empresas Privadas de Produção, Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e Solar e as de Manutenção de Rede Contínua e Alternada e Medição no Estado de Rondônia, CNPJ n.º 37.585.264/0001-64, nos termos do art. 22, inciso II, da Portaria n.º 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43996/2020/ME (11036253), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.103278/2020-20, de interesse da FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO ESTADO DO AMAZONAS - FISINPEAM, CNPJ 07.075.115/0001-94, nos termos do art. 22, inciso V c/c o art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33055/2020/ME (9854034), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46214.007361/2015-67, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO PIAUI - SINDSEMPI, CNPJ 13.850.564/0001-65, nos termos do art. 22, inciso I c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 45724/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 08015.004434/2019-40, de interesse do SINDICATO REGIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE PEIXE, JAÚ DO TOCANTINS E SUCUPIRA-TO, CNPJ 25.042.524/0001-76, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, inferior ou igual a dois módulos rurais, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado de Tocantins: Jaú do Tocantins, Peixe e Sucupira, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46860/2020/ME (sei 11332675), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.001089/2018-73, de interesse do STIM - SIMÕES FILHO - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Simões Filho/Bahia, CNPJ nº 06.079.647/0001-37, nos termos do art. 22, inciso I e 47 da Portaria nº 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47013/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46317.001350/2017-87, de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, HARDWARE E COMUNICAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ - SINDTIC, CNPJ 14.050.824/0001-80, nos termos do art. 22, inciso I c/c o art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45678/2020-ME (SEI 11216384), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.014055/2018-49, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Nova - BA - SISMUVAN, CNPJ 09.463.451/0001-30, para representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais Estatutários e Celelista, Ativos e Aposentados dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Várzea Nova - BA, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Várzea Nova, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44748/2020/ME (11118863 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46211.005661/2017-01, de interesse do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá - MG, CNPJ 26.119.354/0001-43, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47, da Portaria SEPRT nº 17.593, de 24 de julho de 2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS
Coordenador-Geral de Registro Sindical

DESPACHOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46870/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.100779/2020-54, de interesse do SINSPMA - Sindicato dos Servidores Publicos Municipal de Anapurus - MA, CNPJ 05.698.692/0001-07, para representação da categoria dos servidores Públicos Municipal, com abrangência municipal e base territorial no Estado do Maranhão: Anapurus, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47443/2020/ME 11392891, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.000395/2016-81 - SA03073, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE TAIPU/RN, CNPJ 12.640.751/0001-51, para representação da categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Taipu / RN, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial na cidade de Taipu, no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 46856/2020/ME (11332248 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.003109/2018-41 (SA04620), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Marcionílio Souza - Bahia, CNPJ 13.906.631/0001-16, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Marcionílio Souza no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 46856/2020/ME (11332248 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.003109/2018-41 (SA04620), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Marcionílio Souza - Bahia, CNPJ 13.906.631/0001-16, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Marcionílio Souza no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT nº 47247/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46258.000065/217-91, de interesse do Sindicato Rural de Presidente Bernardes, CNPJ 55.251.045/0001-20, nos termos do art. 22, I, c/c art. 47 da Portaria ME nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34047/2020/ME (9964976) resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.023131/2015-55, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Rio Formoso/PE, CNPJ 11.628.351/0001-68, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais assalariados, com abrangência municipal e base territorial em Rio Formoso no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38586/2020/ME (10472897), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º SC 18294, processo 46226-002629/2016-16 de interesse do Sindicato dos Taxistas do Estado de Tocantins - TO, CNPJ 06.056.890/0001-30, para representação da categoria econômica dos taxistas, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Tocantins, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na SEI nº 47437/2020/ME (SEI 11392692), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46256.000114/2016-24, de interesse do Sindicato SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, LIMPEZA URBANA E AREAS VERDES DOS MUNICÍPIOS DE ALTO ALEGRE, ÁLVARO DE CARVALHO, ALVINLANDIA, BRAUNA, CAFELÃNDIA, CAMPOS NOVOS PAULISTA, ECHAPORÃ, GARÇA, GETULINA, GUAIMBÉ, GUARANTÃ, HERCULÃNDIA, lACRI, JÚLIO MESQUITA, LUCIANÒPOLIS, LUPÉRCIO, LUIZIANIA, MARILIA, OCAUÇU, OLEO, ORIENTE, OURINHOS, PAULISTÃNIA, PIRAJUÍ, POMPÉIA, QUINTANA, RIBEIRÃO DO SUL, SÃO PEDRO DO TURVO, SANTA CRUZ DO RIO PARDO UBIRAJARA, E VERA CRUZ, CNPJ 23.921.602/0001-87, nos termos do art. 22, Inciso I da Portaria SEPRT Nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46942/2020/ME (11342561), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 46206.003247/2011-33, de interesse da FITRATELP - Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações, CNPJ 13.315.891/0001-17, nos termos do art. 22, inciso V, c/c o art. 47 da Portaria ME nº 17/593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47056/2020/ME(sei 11355943), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46214.002018/2018-79, de interesse do SINDSCULPI - Sindicato dos Servidores da Secretaria de Cultura do Estado do Piauí, CNPJ n.º 73.965.766/0001-84, nos termos do art. 22, inciso I e II c/c 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45628/2020/ME (SEI 11213412), resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical n.º 46257.003398/2017-81, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food) de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, Osasco, Franco da Rocha, Caieiras, Francisco Morato, Cajamar, Cabreúva, Nazaré Paulista e Joanésia - SP, CNPJ 27.931.257/0001-13, nos termos do inciso II, do art. 22 c/c art. 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44085/2020/ME (11044433), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46208.012652/2017-18 (SC19442), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE URUAÇU E REGIÃO DE GOIÁS - SINTRAF URUAÇU E REGIÃO, CNPJ 26.750.887/0001-29, nos termos do inciso I do art. 22 c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47172/2020/ME (11365737), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guajará-Mirim - SINSAG/RO, CNPJ 06.967.106/0001-45, Processo 46213.027099/2014-04, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos do Poder Executivo e Legislativo, com abrangência municipal e base territorial no município de Guajará-Mirim, Estado Rondônia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluir a categoria dos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos do Poder Executivo e Legislativo do município de Guajará-Mirim, Estado Rondônia, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47314/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.104047/2020-33, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAJAZEIRAS E REGIÃO, CNPJ 09.319.062/0001-35, para representação da categoria bancária, empregados em estabelecimentos bancários, funcionários de bancos públicos e privados, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado da PARAÍBA: CAJAZEIRAS, CACHOEIRA DOS ÍNDIOS, SÃO JOSE DE PIRANHAS E SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37782/2020/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato Sindicato dos Produtores Rurais de Brasilândia de Minas, CNPJ 22.174.173/0001 - 29, Processo 46211.003874/2015 - 29 , para representar a Categoria Econômica dos empresários, empregadores ou produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas que empreendem atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere ás atividades primárias, proprietário ou não, mesmo em regime de economia familiar, nos termos da legislação vigente. com abrangência Municipal e base territorial Brasilândia de Minas, Estado MG, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45130/2020/ME (SEI 11163602), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46210.001534/2018-16 , de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES AVULSOS AUTONOMOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINTRAVULSOS/MT , CNPJ n.º 30.230.945/0001-60 , nos termos do Art. 22, incisos I e II c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, em cumprimento a decisão proferida no Processo Judicial nº 0000444-13.2020.5.10.0007, procedente da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43515/2020/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias da Região de Simplício Mendes - PI - SINDRACS/ACE - SIMPLÍCIO MENDES/ PI, CNPJ 14.144.167/0001-30, Processo 46214.001114/2017-19, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Isaias Coelho, Conceição do Canindé, Bela Vista do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, Paes Landim, Pedro Laurentino, Lagoa do Barro do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo e Nova Santa Rita, no Estado do Piauí/PI, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguinte entidades: SINDICATO ESTADUAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E COMBATE AS ENDEMIAS DO PIAUI-SINDEACS-PI, CNPJ: 08.858.222/0001-51, Processo 46214.002167/2007-85; excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; nos municípios de Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Isaias Coelho, Conceição do Canindé, Bela Vista do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, Paes Landim, Pedro Laurentino, Lagoa do Barro do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo e Nova Santa Rita, no Estado do Piauí/PI , nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39398/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46211.004718/2016-66, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR E ÁLCOOL DE PIRAJUBA - MG, CNPJ nº 13.178.993/0001-38, para representação da categoria Profissional Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Álcool, compreendendo: a) Todos os Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação do Açúcar; b) Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação do Álcool, compreendidas as destilarias de Cana de Açúcar; c) Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e nas Usinas de Cana de Açúcar, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Pirajuba e Veríssimo - MG, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45394/2020/ME(sei 11187126), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46205.012531/2017-04, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Viçosa do Ceará - SINDSERV, CNPJ n.º 08.397.469/0001-18, nos termos do art. art. 22, inciso I c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47258/2020/ME (11375960), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46223.007578/2018-19, de interesse do Sindicato das Empresas Administradoras de Condomínios de São Luís e Região Metropolitana - SINACON, CNPJ n.º26.324.631/0001-50, nos termos do art. 22, I, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46879/2020/ME (SEI 11333865), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical, objeto do Processo n.º 46223.006708/2017-15, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GODOFREDO VIANA - SINDSERPM-GV, CNPJ 21.089.603/0001-81, para representação da categoria profissional de todos os Servidores Públicos Municipais, independentemente do regime jurídico, ligados á Administração Pública Direta, Indireta e Câmara Municipal, com abrangência municipal e base territorial no Município de Godofredo Viana - MA, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 45666/2020/ME 11215864, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46000.001742/2018-91, de interesse do ANEINFRA SINDICAL - SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS E ESPECIALISTAS EM INFRAESTRUTURA, CNPJ 26.165.099/0001-75, para representação da categoria de Analistas e Especialistas em Infraestrutura, com abrangência nacional e base territorial em todos estados da federação, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36072/2020/ME (10200315), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º46205.002084/2016-96, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E

TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TRAIRI-CEARA - SINTRAF TRAIRI , CNPJ 24.176.111/0001-11, para representação da categoria profissional específica da Agricultura Familiar proprietários ou não incluindo os aposentados ativos e inativos os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável á própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme decreto nº. 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais., com abrangência municipal e base territorial em Trairi no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45200/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46210.001038/2016-09, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Confresa - MT - SISPUMCONF, CNPJ 09.569.108/0001-74, nos termos do Art. 22, II, c/c art. 47, da Portaria ME nº 17593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47439/2020/ME (11392765), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46000.006744/2018-76, de interesse da FEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS - FENIBREF, CNPJ 28.523.673/0001-45, nos termos do art. 22, inciso V combinado com o artigo 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47551/2020/ME (11403722) , resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46232.001078/2016-94, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Bens e Serviços de Barra do Piraí e Valença - RJ, CNPJ 28.579.308/0001-52, para representação da categoria profissional dos trabalhadores no comércio de bens e serviços, com abrangência intermunicipal e base territorial em Angra dos Reis, Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mangaratiba, Mendes, Paraty, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Vassouras. no Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47122/2020/ME (SEI 11361904), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.112114/2020-93, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Defesa do Consumidor dos Órgãos Públicos e de Entidades Privadas do Estado de São Paulo - SINDECON, CNPJ 39.325.730/0001-06, nos termos do artigo 22, inciso II combinado com o artigo 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 46147/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.108389/2019-99, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE GOIANA, CNPJ 33.483.263/0001-58, para representação da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais: a pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no Estado de Pernambuco: Goiana, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 45942/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 08015.004156/2019-21, de interesse do Sindicato dos Produtores Rurais de Parnarama, CNPJ 33.457.347/0001-17, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36077/2020/ME (10201106), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46242.000306/2016-90, de interesse do SINDICATO DOS TRANSPORTADORES DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE UBERABA (SIND-UBER), CNPJ 24.398.068/0001-39, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47503/2020/ME (11400286), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 08015.003266/2019-75, de interesse da Federação dos Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Turismo e Hospitalidade do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 33.651.753/0001-16, nos termos do art. 22, inciso V c/c o art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47502/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 08015.004186/2019-37, de interesse do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Promoções e Eventos do Estado de Santa Catarina, CNPJ 34.490.653/0001-18, nos termos do art. 22, incisos I e II, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46876/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.000547/2018-57, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais da Regional Costa do Dendê - BA, CNPJ n.º 29.116.931/0001-31, para representação da categoria profissional trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados: os assalariados e assalariadas rurais ativos e inativos, empregados rurais permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, na criação e manejo de animais, na silvicultura e extrativismo rural, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Nazaré, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43305/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.007760/2017-17, de interesse do Sindicato do Comércio Varejista de Senhor do Bonfim e Região - Bahia, CNPJ 03.731.115/0001-44, para representação da categoria Econômica do Comércio Varejista, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Itiúba, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim, no Estado Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40178/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46208.002614/2017-57, de interesse do SINTRACOM - Sindicato dos Trabalhadores nas Industria da Construção Civil e do Mobiliário na Região Sudeste do estado de Goiás, CNPJ 24.852.865/0001-44, nos termos do art. 22, II, c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47480/2020/ME (11396928), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.107730/2020-22, de interesse da FESERV MG - FEDERACAO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS, CNPJ 37.265.701/0001-62, nos termos do art. 22, inciso V da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47484/2020/ME (11397807), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º46246.003332/2018-00, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Sistema Público Municipal de Montes Claros/MG - SIND-EDUCAMOC, CNPJ n.º31.249.018/0001-55, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria n.º 17.593 de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41410/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46204.005785/2017-78, de interesse do SINPACOND - SINDICATO PATRONAL DOS CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, MISTOS, VERTICAIS HORIZONTAIS, ADMINSTRADORAS DÊ CONDOMÍNIOS E DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES RESIDENCIAIS E MISTAS DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ 27.527.858/0001-65, nos termos do art. 22, inciso III c/c o art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37981/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46215.003886/2016-02, de interesse do SINDITERCEFAR - Sindicato dos Empregados em Empresas de Serviços Terceirizáveis e Trabalho Temporários em Atividades Produtivas Fabris nos Seguimentos Industriais Químicos, Farmacêuticos e em Instituições de Pesquisas e Desenvolvimento de Imunobiológicos e Fármacos do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 23.799.123/0001-30, nos termos do art. 22, inciso II c/c 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47479/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 08015.004287/2019-16, de interesse do SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, CNPJ 15.353.693/0001-73, nos termos do art. 22, incisos I e II, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47472/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 08015.004422/2019-15, de interesse do SINDICATO DOS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ 09.130.215/0001-00, nos termos do art. 22, incisos I e II, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47470/2020/ME (11395270), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111258/2020-22 (SA05310) de interesse do SHESSMAR - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Maringá e Região, CNPJ n.º 95.642.054/0001-67, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47, da Portaria n.º 17.593/2020, atualmente em vigor.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46935/2020/ME (11341828), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46303.000137/2018-98, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO, POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, REVENDEDORAS DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL VEICULAR, LOJAS DE CONVENIÊNCIA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, POSTOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICACAO, EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM LUBRIFICAÇÃO E TROCA DE ÓLEO, BORRACHARIAS E GÁS NATURAL DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA (SIEMCODEPE), CNPJ n.º 00.960.727/0001-10, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores de todos os setores das empresas comerciais e prestadoras de serviço no ramo de varejista de Produtos Derivados de Petróleo, Postos de Combustíveis, Revendedoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Gás Natural Veicular (GNV), Lojas de Conveniência de Postos de Venda de Combustível, Postos de Lavação e Lubrificação, Borracharias, Recapagem, Vulcanização, Empresas Especializadas em Lubrificação e Troca de Óleo da Região Sul do Estado de Santa Catarina., com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Araranguá, Armazém, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Balneário Rincão, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocai do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilhinha, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa do Sul, Santa Rosa de Lima, São João do Sul, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo e Urussanga, todos do Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46935/2020/ME (11341828), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46303.000137/2018-98, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO, POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, REVENDEDORAS DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL VEICULAR, LOJAS DE CONVENIÊNCIA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, POSTOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICACAO, EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM LUBRIFICAÇÃO E TROCA DE ÓLEO, BORRACHARIAS E GÁS NATURAL DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA (SIEMCODEPE), CNPJ n.º 00.960.727/0001-10, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores de todos os setores das empresas comerciais e prestadoras de serviço no ramo de varejista de Produtos Derivados de Petróleo, Postos de Combustíveis, Revendedoras de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), Gás Natural Veicular (GNV), Lojas de Conveniência de Postos de Venda de Combustível, Postos de Lavação e Lubrificação, Borracharias, Recapagem, Vulcanização, Empresas Especializadas em Lubrificação e Troca de Óleo da Região Sul do Estado de Santa Catarina., com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Araranguá, Armazém, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Balneário Rincão, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocai do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilhinha, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa do Sul, Santa Rosa de Lima, São João do Sul, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo e Urussanga, todos do Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 46877/2020/ME (11333701 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46219.004560/2018-16 (SC19857), de interesse do SINDIARTES - SINDICATO DOS ARTESÃOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 27.058.521/0001-56, para representação da categoria Profissional dos Artesãos, prevista na Lei 13.180/2015, pessoa física, prestadora de serviços, nas vias e logradouros públicos, shopping centers, centros de comercialização ou qualquer outro tipo de comércio ou feiras de exposição, com abrangência estadual e base territorial no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 45695/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46213.000068/2018-21, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE VERDEJANTE - STTR , CNPJ 03.938.521/0001-82, para representação da categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares: Integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial em Verdejante no Estado Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46881/2020/ME (SEI 11334268), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical, objeto do Processo n.º 46212.018973/2018-48, de interesse do O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE BANDEIRANTES, CNPJ 22.321.155/0001-62, para representação da categoria Profissional Diferenciada "Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral", pertencentes ao 3° Grupo do Plano da CNTC - Trabalhadores no Comércio Armazenador, conforme artigo 577 da CLT, trabalhadores avulsos ou com vinculo empregatício, com abrangência municipal e base territorial no Município de Bandeirantes - PR, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46752/2020/ME (SEI11322258), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46218.001299/2018-11, de interesse do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade - SINCOVARZEA, CNPJ 28.493.131/0001-77, nos termos do inciso I do art. 22 c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40633/2020/ME (sei 10678642), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46218.003295/2017-88, de interesse do SINDIBARÃO - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BARÃO/RS, CNPJ n.º 25.214.318/0001-04, para representação da categoria profissional dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos dos poderes Executivo e Legislativo, inclusive os Professores da Rede Municipal de Ensino, com abrangência municipal e base territorial no município de Barão no Estado Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 46007/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.010963/2017-82, de interesse do Sindicato Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapicuru/BA SIND-ITA, CNPJ 24.836.528/0001-63, para representação da categoria dos Servidores Públicos, com abrangência municipal e base territorial no Município de Itapicuru no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 43754/2020/ME (11006989 SEI), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46205.012430/2015-63, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Palmácia-CE, CNPJ 07.641.616/0001-90, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Palmácia no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 42326/2020/ME (10845135), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46203.000386/2017-21, de interesse do STACAP - Sindicato dos Trabalhadores em Asseio e Conservação, . CNPJ n.º 34.945.360/0001-88, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 46299/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.109035/2019-61, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITATIAIUÇU - MG, CNPJ 32.421.899/0001-02, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43295/2020/ME (10950575), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46473.001322/2017-67, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, CNPJ 56.083.389/0001-30, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44789/2020/ME, (SEI 11124319), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical, objeto do Processo n.º 46275.002378/2017-75, de interesse do Sindicato dos Municipários de Guarani das Missões/RS, CNPJ 28.275.161/0001-07, nos termos do art. 22, inciso I, c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37536/2020/ME 10358489, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46301.000432/2016-01, de interesse do SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGA E XANXERÊ E REGIÃO - SINDITAC-XANXERE E REGIÃO, CNPJ 10.993.554/000190, para representação da categoria ECONÔMICATRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS, com abrangência intermunicipal e base territorial em Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuaçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xavantina e Xaxim no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 46316/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.108064/2019-14, de interesse do Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Sul do Estado de Minas Gerais - MG, CNPJ 04.028.214/0001-27, para representação da categoria dos Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado de Minas Gerais: Barbacena, Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Itaúna, Lavras, Oliveira, Santos Dumont, São João del Rei e Tiradentes, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 47568/2020/ME (SEI 11405168), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46207.003439/2018-14, SC19952 , de interesse do Sindicato SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VIDROS DO ESTADO DO ESPÍRI TO SANTO - SINDIVIDROS-ES, CNPJ 18.788.643/0001-07, para representação da categoria econômica das indústrias de beneficiamento e transformação de vidros planos, de segurança, fabricação de embalagens de vidro, fabricação de artigos de vidro para decoração, lapidação, verificação e trabalhos em vidro e cristal, representadas pelos CNAE 2311-7, 2312-5, 2399-1, 2319-2, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Espírito Santo , nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo administrativo e com fundamento na Nota Técnica 47082/2020/ME (11358350 SEI), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46268.001590/2018-95, de interesse do Sindicato SINDICATO DOS ATENDENTES, AUXILIARES E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM E FARMÁCIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO - (SINAATEFRIR), CNPJ n.º 30.082.149/0001-28, nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47578/2020/ME (11405883), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46238.000119/2018-37 (SC19776), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EMGERAL DE PATOS DE MINAS (MG) - SINTRAMPAT, CNPJ 21.241.765/0001-93, para representação da categoria dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Trabalho Avulso, com abrangência municipal e base territorial no Estado de Minas Gerais: Patos de Minas, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47611/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.109271/2019-88, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE LAURO DE FREITAS E MUNICÍPIOS, CNPJ 09.223.382/0001-97, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47125/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46212.003287/2018/72, de interesse do SISMUTER - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Terra Rica, CNPJ n.º 01.010.367/0001-59, nos termos do art. 22, inciso I e 47 da Portaria nº 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 43934/2020/ME, (SEI 11027650), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical, objeto do Processo n.º 46204.009966/2017-73, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Piritiba, CNPJ 04.156.534/0001-62, nos termos do art. 22, inciso I, c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46833/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.101503/2020-93, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GUAJARA-MIRIM/RONDONIA, CNPJ 04.393.690/0001-47, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no §3º do art. 45 da Portaria nº. 326, de março de 2013 c\c artigos 39 e 47 da Portaria 17.593, de 2020 e art. 63 da Lei nº 9.784, de janeiro de 1999, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47740/2020/ME, resolve NÃO CONHECER o recurso administrativo 19964.110968/2020-35 interposto nos autos do processo 47998.007849/2016-68.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 47610/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.109177/2019-29, de interesse do SINDICATO DA IND. DE ARTEFATOS, CIMENTOS, CONCRETOS E MÁRMORES DO DISTRITO FEDERAL -SINDARCOM/DF, CNPJ 04.821.853/0001-45, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no §3º do art. 45 da Portaria nº. 326, de março de 2013 c\c artigos 39 e 47 da Portaria 17.593, de 2020 e art. 63 da Lei nº 9.784, de janeiro de 1999, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47734/2020/ME, resolve NÃO CONHECER o recurso administrativo 46000.010606/2005-77 interposto nos autos do processo 19964.110731/2020-54.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47104/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46312.004175/2017-20 (SC19583), de interesse do Sindicato SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO - SIMTED - SONORA - MS, CNPJ 05.925.800/0001-37, nos termos do artigo 22, inciso I e II, combinado com artigo 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47438/2020/ME (SEI 11392736), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 08015.003121/2019-74, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de Alagoas, CNPJ 12.318.184/0001-11, nos termos do artigo 26, inciso I, da Portaria nº 501/2019, c/c artigo 22, inciso I, e artigo 47 da Portaria n° 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 46109/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 10170.100016/2020-75, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE DOURADOS-MS, CNPJ 21.406.937/0001-31, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no §3º do art. 45 da Portaria nº. 326, de março de 2013 c\c artigos 39 e 47 da Portaria 17.593, de 2020 e art. 63 da Lei nº 9.784, de janeiro de 1999, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47732/2020/ME, resolve NÃO CONHECER o recurso administrativo 19964.110745/2020-78 interposto nos autos do processo 46219.020563/2014-73.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 46010/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46312.004851/2017-65 , de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE MATO GROSSO DO SUL - SIENTE MS, CNPJ 28.764.531/0001-70 para representação da categoria econômica das empresas de transporte escolar, nas modalidades de ônibus, micro-ônibus, vans, veículos de pequeno porte e embarcações fluviais, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no §3º do art. 45 da Portaria nº. 326, de março de 2013 c\c artigos 39 e 47 da Portaria 17.593, de 2020 e art. 63 da Lei nº 9.784, de janeiro de 1999, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47724/2020/ME, resolve NÃO CONHECER o recurso administrativo 19964.110749/2020-56 interposto nos autos do processo 46219.009449/2016-54.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 42864/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46219.010873/2017-22, de interesse do SINSAUDESP - Sind dos Empr em Estab de Serv de Saude de Sao Paulo, CNPJ 60.890.928/0001-10, nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47289/2020/ME (11380188), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111213/2020-58 (SA05308), de interesse do SIMENORTE - Sindicato dos Madeireiros do Extremo Norte de Mato Grosso, CNPJ n.º 26.511.154/0001-31, nos termos do art. 22, inciso II, da Portaria n.º 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44194/2020/ME (sei nº 11053618), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 46219.008594/2017-07, de interesse do SINDLEITE - Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo, CNPJ n.º 47.463.179/0001-87, nos termos do art. 22, inciso II c/c 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47317/2020/ME (11382868), resolve: DEFERIR o registro à CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS CAMINHONEIROS E TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE BENS E CARGAS - CONFTAC, CNPJ 20.774.346/0001-54, Processo n° 46206.006421/2018-76, com abrangência Nacional, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria econômica dos transportadores autônomos de bens e cargas (caminhoneiros autônomos), nos termos do art. 21 inciso VI c/c o art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 44725/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46219.014549/2017-83, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO ALIMENTÍCIA DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINDEEIA - SP, CNPJ 02.264.702/0001-08, nos termos do art. 22, II, c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47361/2020/ME 11386706, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.111326/2020-53 (SC20759), de interesse do SINDASSOE - Sindicato dos Agentes de Segurança Socioeducativa do Estado de Rondônia, CNPJ n.º 34.935.873/0001-08, nos termos do art. 22, incisos I e II c/c art. 47, da Portaria n.º 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 42795/2020/ME (10896910), resolve: PUBLICAR o pedido de registro de alteração estatutária n.º 46222.004356/2017-65, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS E EMPREGADAS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE REDENÇÃO, SANTA MARIA DAS BARREIRAS, SANTANA DO ARAGUAIA, CUMARU DO NORTE E PAU D'ARCO/PA - SINDTER, CNPJ 26.593.164/0001-63, para representação da categoria dos Empregados rurais, na ativa e aposentados, com abrangência intermunicipal, nos Municípios de Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Cumaru do Norte e Pau D'arco e base territorial no Estado do Pará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44812/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46218.017866/2017-61, de interesse do SEPRORGS - Sindicato das Empresas de Informática do Estado do RGSul, CNPJ 91.335.554/0001-03, nos termos do art. 22, incisos I, II e XI, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47266/2020/ME (SEI 11376600), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46205.015153/2016-21, de interesse do Sind Trab no Com Hoteleiro e Sim de São Gonçalo Amarante - CE, CNPJ 03.228.704/0001-04, nos termos dos arts. 22, inciso II c/c 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34711/2020/ME (9085292), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º46303.000484/2016-59, de interesse do SINDILOJAS - SIND COM VAREJISTA E ATACADISTA DE TUBARAO E REGIÃO, CNPJ 83.267.369/0001-92, nos termos do art. 22, inciso I c/c art.47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47149/2020/ME (11364059), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.000748/2018-13 (SA04584), de interesse do Sindicato Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Campo Grande/RN, CNPJ 08.278.897/0001-21, para representação da categoria Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no Estado Rio Grande do Norte: Augusto Severo., nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 46205/2020/ME 11269248, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46210.000334/2019-27, de interesse do SINDICATO RURAL DE NOVA MARINGA , CNPJ 30.912.447/0001-06, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47 da Portaria n.º 17.593.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 64, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de "MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, COM UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, MONITOR DE VÍDEO E UNIDADE DE ENTRADA, CONTIDA EM MÓVEL PRÓPRIO, TIPO MESA INTERATIVA."

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consulta-ppb-2020

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

GUSTAVO LEIPNITZ ENE

ANEXO

PROPOSTA 060/18: ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA O PRODUTO "MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, COM UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, MONITOR DE VÍDEO E UNIDADE DE ENTRADA, CONTIDA EM MÓVEL PRÓPRIO, TIPO MESA INTERATIVA".

OBS: a proposta está em forma de Portaria da Lei de Informática, mas haverá também a versão para a Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico do produto MÁQUINA AUTOMÁTICA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, COM UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, MONITOR DE VÍDEO E UNIDADE DE ENTRADA, CONTIDA EM MÓVEL PRÓPRIO, TIPO MESA INTERATIVA, industrializado no País, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 52 (cinquenta e dois) pontos por ano-calendário.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizadas até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto de Desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTIC nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	8
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a 6 pontos.	6
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (firmware) da placa de processamento principal.	2
IV	Corte do wafer, encapsulamento e teste do Processador Principal (CPU).	7
V	Laminação e corte das placas de vidro e encapsulamento da célula de vidro polarizada para tela de cristal líquido (LCD).	19
VI	Injeção ou outro processo de moldagem plástica do gabinete (tampo e pés).	20
VII	Corte, dobra e montagem do frame metálico.	4
VIII	Laminação, furação e teste elétrico da placa de circuito impresso que implemente a função de processamento central.	2
IX	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de processamento central.	13
X	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de interface de comunicação, quando não integrada à placa principal.	2
XI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de conversor CA/CC.	3
XII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa lógica da unidade de disco rígido e integração com o HDA.	5
XIII	Corte do wafer e encapsulamento e teste dos circuitos integrados de memória volátil do tipo RAM.	7
XIV	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de memória volátil do tipo RAM.	2
XV	Corte do wafer e encapsulamento e teste dos circuitos integrados de memória do tipo não-volátil do Solid State Drive e on Board.	8
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de memória não-volátil do tipo Solid State Drive.	2
XVII	Integração do produto final.	5
XVIII	Testes.	1
	TOTAL	116
	META	52

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 4.586, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, que disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 180 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o parágrafo único do art. 3º da Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020; e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, na Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, no § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017; e na Portaria RFB nº 547, de 20 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - a alínea "b" do inciso IV do art. 19 até o término do trimestre civil em que viger a Portaria a que se refere o inciso III;

II - o § 1º do art. 2º e o parágrafo único do art. 13; e

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

PORTARIA Nº 127, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Exclui pessoa jurídica do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de que trata o art.1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2020.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, no uso da competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art.1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 e no inciso IV do art.2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, declara:

Art.1º Fica excluído do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, de acordo com seu art.5º, inciso II, a pessoa jurídica CBL CONSTRUTORA BORGES LTDA, CNPJ 00.402610.0001-11, tendo em vista que foi constatada a inadimplência em mais de 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, relativa às parcelas concedidas, conforme despacho exarado no Processo 10166.726426/2013-81.

Art.2º A exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10380.728.955/2020-11, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: VENTOS DE SÃO LEÃO I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

II- CNPJ nº :35.865.651/0001-29.

III- CNO: nº 90.003.49527/72

IV- Portaria nº 155, de 6 de Abril de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 13/04/2020, seção 1, página 45, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 03, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOLCV.RN.034937-2.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.

VII- Localidade do Projeto: No Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10380.728.952/2020-70, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: VENTOS DE SANTA LIVIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

II- CNPJ nº :35.865.635/0001-36.

III- CNO: nº 90.003.49436/73

IV- Portaria nº 153, de 6 de Abril de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 13/04/2020, seção 1, página 42, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 01, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOLCV.RN.032593-7.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.

VII- Localidade do Projeto: No Município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Reconhece opção pelo Regime Especial de Tributação relativamente à contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins, para pessoa jurídica integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), sucessora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), que a seguir menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais-RET", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e, ainda, com base no art. 47 da Lei nº 10.637/2002, c/c os Arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848/2004, e nos arts. 658 a 661 da Instrução Normativa nº 1.911 de 2019; considerando, ainda, o que consta dos autos do processo administrativo n.º 10380.721.237/2020-14, resolve:

Art.1º Reconhecer a opção feita pela pessoa jurídica VENTOS DE SÃO GALVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (MATRIZ), CNPJ Nº 22.777.483/0001-78, pelo Regime Especial de Tributação relativamente à contribuição para o Pis/Pasep e para a Cofins, de que trata o art. 47 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nos termos do disposto nos arts. 658 a 661 da supracitada instrução normativa.

Art. 2º Referida opção produzirá efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente ao de sua formalização, conforme disciplina o art. 47, § 1º, inciso II da Lei 10.637/2002 e art. 658, § 2º, inciso II da supracitada instrução normativa.

Art. 3º Aplica-se ao presente regime especial as demais normas aplicáveis às contribuições referidas no art. 47, caput, observados seus incisos I e II, §6º da Lei nº 10.637/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Declara alfandegada a instalação portuária explorada pela empresa Tecon Salvador S/A, CNPJ nº 03.642.342/0001-01, localizada no Porto Organizado de Salvador.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através das Portarias SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, e RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o constante do Processo n° 12689.000397/00-46, em que consta nova solicitação de expansão de área alfandegada, declara:

Art. 1o Alfandegada, a título permanente e em caráter precário, até 14/03/2025, de acordo com o contrato de arrendamento nº 012/2000, firmado com a Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, a instalação portuária constituída de uma área de 133.270,30m2 que compreende o Terminal de Contêineres e Cargas Pesadas e Unitizadas, localizada no Porto de Salvador-BA, administrada pela empresa Tecon Salvador S/A, CNPJ nº 03.642.342/0001-01, conforme planta às fls. 2038.

Art. 2º A fiscalização aduaneira será exercida, em caráter eventual, sobre as seguintes operações, previstas no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de dezembro de 2011:

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinados;

III - despacho de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro;

IV - conclusão de trânsitos de exportação e embarque para o exterior;

V - despacho de importação;

VI - despacho de exportação; e

VII - despacho aduaneiro de bagagem desacompanhada.

Art. 3º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 4º Obriga-se a administradora do recinto a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, conforme disposto na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 5º Descumpridas as condições para seu funcionamento, torna-se o recinto passível de ter seu alfandegamento suspenso, cancelado ou cassado, de acordo com legislação específica.

Art. 6º Fica mantido o código Siscomex 5.92.13.02-7 para o recinto alfandegado.

Art. 7º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos SRRF05 nº 27, de 23 de junho de 2000, nº 1, de 8 de janeiro de 2003, nº 12, de 17 de julho de 2008, nº 11, de 6 de julho de 2011, nº 8, de 26 de junho de 2012 e nº 10, de 25 de novembro de 2015.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Cohabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada

no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.747930/2020-43, declara:

Art. 1° - Coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, a empresa HIDROCON-HIDROGEOLOGOS CONSULTORES LTDA., CNPJ 13.647.862/0001-52.

Art. 2º - A referida coabilitação é específica para execução dos serviços previstos no Contrato nº 4600001504, firmado com a empresa PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ 15.743.303/0001-71, referente à obra com Número de Inscrição (CNO) nº 90.004.09395/70, parte do projeto de implantação da Central Geradora Termelétrica denominada PARNAÍBA 5A e 5B, no Município de Santo Antônio dos Lopes, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.GN.MA.040562-0.01, conforme Portaria nº 102/GM, de 04 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 3° - Ressalvado o disposto no art. 4° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°, se inicia com a publicação deste e será limitado ao prazo de 5 (cinco) anos, contados de 18 de março de 2019, data de publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/São Luís nº 01, de 13 de março de 2019, no Diário Oficial da União, que habilitou a pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 4° - Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 5° - A ausência da solicitação de que trata o art. 4° sujeita a pessoa jurídica a multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 6° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVANO ALVES ROLEMBERG MENDONÇA

PORTARIA Nº 95, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Transfere as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA para outras unidades da Receita Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 290, 299, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020; em razão do disposto na Instrução Normativa (IN) do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020 e suas alterações, na Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e na Portaria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal nº 202, de 15 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2020; observada a decretação de situação de emergência em saúde pública no Estado da Bahia, consoante Decreto nº 19.549, de 18 de março de 2020, ratificada pelo Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020 e alterações, observada também a Declaração de Calamidade Pública, conforme Decreto do Estado da Bahia nº 19.626, de 9 de abril de 2020, reconhecida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional através da Portaria nº 1.148, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2020, e considerando as orientações do Ministério da Saúde quanto à necessidade de aplicação de medidas de distanciamento e isolamento social diante da contaminação pelo coronavírus, resolve:

Art. 1º Transferir as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita Federal do Brasil em Juazeiro - BA (ARF/JUA), no período de 27/10/2020 a 30/10/2020, para unidades da Receita Federal do Brasil mais próximas, preferencialmente o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 195, Térreo, Centro, Feira de Santana - BA, no horário de 8h às 12h, a Agência da Receita Federal do Brasil em Euclides da Cunha, localizada na Rua Desembargador Aloísio Batista, s/n, Jeremias, Euclides da Cunha - BA, no horário de 8h às 12h, e a Agência da Receita Federal do Brasil em Jacobina, localizada na Rua José J. Almeida Gouveia, nº 45, Missão, Jacobina - BA, no horário de 8h às 12h, em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente de afastamentos previstos na IN nº 19, de 12 de março 2020, observadas as suas alterações.

Art. 2º O atendimento presencial de serviços relativos às pessoas físicas e jurídicas observará o disposto na Portaria da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e alteração.

Art. 3º O atendimento às pessoas físicas e jurídicas também poderá ser realizado por meio dos serviços disponibilizados na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (http://receita.economia.gov.br/), assim como através da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/chat).

Art. 4º Os servidores em exercício na ARF/JUA e alocados ao atendimento presencial, serão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), ou ainda, serão disponibilizados para compor equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos de 27/10/2020 a 30/10/2020.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

PORTARIA Nº 96, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Restabelece as atividades de atendimento presencial da Agência da Receita Federal do Brasil em Paulo Afonso (BA).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 290, 299, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Restabelecer, a partir do dia 3 de novembro de 2020, as atividades de atendimento presencial aos contribuintes da Agência da Receita Federal do Brasil em Paulo Afonso (BA).

Art. 2º Revogar a Portaria da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana nº 89, de 1º de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 6 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 3 de novembro de 2020.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

PORTARIA Nº 97, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Transfere as atividades de atendimento presencial do Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil em Serrinha - BA para outras unidades da Receita Federal.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 290, 299, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020; em razão do disposto na Instrução Normativa (IN) do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2020 e suas alterações, na Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e na Portaria da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal nº 202, de 15 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2020; observada a decretação de situação de emergência em saúde pública no Estado da Bahia, consoante Decreto nº 19.549, de 18 de março de 2020, ratificada pelo Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020 e alterações, observada também a Declaração de Calamidade Pública, conforme Decreto do Estado da Bahia nº 19.626, de 9 de abril de 2020, reconhecida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional através da Portaria nº 1.148, de 20 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2020, e considerando as orientações do Ministério da Saúde quanto à necessidade de aplicação de medidas de distanciamento e isolamento social diante da contaminação pelo coronavírus, resolve:

Art. 1º Transferir as atividades de atendimento presencial aos contribuintes do Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil em Serrinha - BA (POSTO/SRH), no período de 03/11/2020 a 25/11/2020, para unidades da Receita Federal do Brasil mais próximas, preferencialmente o Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 195, Térreo, Centro, Feira de Santana - BA, no horário de 8h às 12h, em virtude da insuficiência de servidores para realização das referidas atividades, decorrente dos afastamentos previstos no artigo 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na IN nº 19, de 12 de março de 2020, observadas as suas respectivas alterações.

Art. 2º O atendimento presencial de serviços relativos às pessoas físicas e jurídicas observará o disposto na Portaria da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2020 e alteração.

Art. 3º O atendimento às pessoas físicas e jurídicas também poderá ser realizado por meio dos serviços disponibilizados na página da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (http://receita.economia.gov.br/), assim como através da caixa de e-mail corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/chat).

Art. 4º Os servidores em exercício no POSTO/SRH e alocados ao atendimento presencial, serão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana (DRF/FSA), ou ainda, serão disponibilizados para compor equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos de 03/11/2020 a 25/11/2020.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

Declara alfandegado terminal de passageiros

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL, no manejo das competências veiculadas pela Portaria RFB no 3.518, de 30 de setembro de 2011, à luz do Regulamento Aduaneiro pátrio, aprovado pelo Decreto no 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em linha com o pronunciamento da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim e à vista do que consta do processo administrativo no 10715.720049/2018-17, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente, em caráter precário, até 25 de dezembro de 2026, o hangar situado na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº, setor norte, paralelo ao sistema 10-28, Lote H-6, do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro, RJ, com área total de 10.200 m2 (dez mil e duzentos metros quadrados).

Art. 2º O predito hangar será administrado pela empresa Líder Táxi Aéreo S/A - Air Brasil, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.162.579/0001-91 - em razão do Contrato de Cessão de Uso de Área nº 01/2017-1201, que assumirá a condição de fiel depositário das mercadorias sob sua guarda.

Art. 3º Para o recinto alfandegado de que se trata, ficará autorizada a realização da operação prevista no inciso XI, do artigo 28, da Portaria RFB nº 3.518/2011.

Art. 4º O referido recinto alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim - ALF/GIG, que exercerá fiscalização em horários determinados - das 13h30 às 15h00 e das 21h30 às 23h00 -, podendo estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal e limites e condições para a realização das operações aduaneiras autorizadas.

Art. 5º Em relação ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF -, instituído pelo Decreto-lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975, aplicar-se-á à empresa Líder Táxi Aéreo S/A - Air Brasil a legislação em vigor.

Art. 6º O recinto alfandegado em apreço operará com o código de recinto 7.91.11.03.

Art. 7º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento pode ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como pode ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para eventual adequação às normas.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Habilita a empresa MARTINAIR HOLLAND N.V. a operar o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições previstas no artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27/07/2020, publicada no DOU em 27/07/2020, no artigo 7º da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19/03/2004, publicada no DOU de 23/03/2004, considerando o disposto na Portaria ALF/VCP nº 97, de 03/09/2020, publicada no DOU de 09/09/2020, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Eletrônico nº 10831.720525/2020-98, declara:

Art. 1º Fica a empresa MARTINAIR HOLLAND N.V., inscrita no CNPJ sob o nº 04.630.691/0001-68, habilitada a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF.

Art. 2º O regime será operado no Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado na Rodovia Santos Dumont, km 66 - Campinas/SP.

Art. 3º O recinto alfandegado possui o código n° 8927208.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Cancelamento de ofício de co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro 2020 e Portaria DRF/SOR nº 38, de 13 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos da Apelação nº 5009439-65.2017.4.03.6100 - 6ª Turma do TRF3, considerando o que consta no processo administrativo nº 18186.722766/2017-30, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a co-habilitação, à pessoa jurídica e ao projeto a seguir identificados, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da InfraEstrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: BIOSAR BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 24.387.644/0001-42

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 109, de 08 de julho de 2016 (DOU: 09/07/2016)

Nome do projeto: UFV Pirapora 6

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 01/07/2016 a 01/072017

Nº de matrícula CEI: 51.237.55792/72

Art. 2º Fica cancelado o Ato Declaratório Executivo nº 86, de 31 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2017.

Art. 3º Serão devidas integralmente as eventuais contribuições não pagas, acrescidas de juros e multa de mora, em razão da co-habilitação, em caráter precário, obtida por meio do ADE nº 86, de 31 de julho de 2017, ora cancelado.

Art. 4º Em cumprimento ao ditame contido no § 7º do artigo 588 da IN RFB nº 1.911/2019, a pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à co-habilitação cancelada e somente poderá solicitar nova co-habilitação após o prazo de 2 (dois) anos, contado da data de publicação do presente ADE de cancelamento.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-727.217/2020-94, UK 17/20 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 3.103.440 (três milhões, cento e três mil, quatrocentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
361.800	30.150	Johnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
120.600	10.050	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
1.507.500	125.625	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
211.056	17.588	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
241.200	20.100	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
120.600	10.050	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
39.198	6.533	Johnnie Walker Golden Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
18.096	1.508	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
10.554	1.759	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.018	503	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
9.048	754	Grand Old Parr Silver	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
9.048	1.508	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
6.036	503	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.024	252	J&B Rare	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
54.276	4.523	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
150.756	12.563	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
48.240	4.020	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
90.456	7.538	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
6.036	503	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
72.360	6.030	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.024	252	Cardhu	Uisque escocês, single malt, em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
3.024	252	The Singleton of Dufftown	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
1.512	252	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45,8 GL, idade até 10 anos.
1.512	252	Glenkinchie	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43 GL, idade até 12 anos.
1.512	252	Dimple Golden Selection	Uisque escocês em caixas de 6 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
504	252	Johnnie Walker Odyssey	Uisque escocês, em caixas de 2 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
3.018	503	Johnnie Walker 18 Years	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
78	26	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 3 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
306	15	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 18 anos.
3.024	252	Johnie Walker Swing	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
3.024	252	Grand Old Parr	Uisque escocês em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-727.219/2020-83 UK 21/20 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 206.952 (duzentos e seis mil, novecentos e cinquenta e dois) selos de controle, Código 9837-15, Tipo BEBIDA ALCOÓLICA, Cor VERMELHA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
206.952	17.246	Gin Tanqueray	Gin Tanqueray Lon Dry - Ga, 47,30 GL

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-727.218/2020-39, UK 18/20 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 25.332 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e dois) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
25.332	2.111	Johnnie Blond Walker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 32, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe confere o art. 97-A, inciso X do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 99 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix ao Banco Central do Brasil, relativamente ao disposto no art. 99 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Os participantes do Pix de que trata o caput são aqueles enquadrados na modalidade de participação provedor de conta transacional e liquidante especial, conforme incisos I e III, respectivamente, do art. 23 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 2020.

Art. 2º Os participantes do Pix devem enviar as informações descritas no Anexo I, respeitados o formato e a periodicidade definidos no Anexo III.

Art. 3º Os participantes do Pix devem armazenar as informações descritas no Anexo II pelo período mínimo de 12 (doze) meses e, quando solicitados, encaminhá-las ao Banco Central do Brasil, de acordo com o formato e os prazos definidos no Anexo III.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de novembro de 2020, produzindo efeitos para os dados referentes ao mês de novembro de 2020, cujas informações devem ser enviadas até 7 de dezembro de 2020, e posteriores.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

ANEXO I

As seguintes informações devem ser enviadas periodicamente pelos participantes do Pix:

I - Informações sobre transações:
a) Ano;
b) Período;
c) Quantidade de transações;
d) Montante financeiro das transações;
e) Detalhamento das transações.

II - Informações sobre devoluções liquidadas dentro de uma mesma instituição ou por liquidante por ela contratado:
a) Ano;
b) Período;
c) Quantidade de devoluções;
d) Montante financeiro das devoluções.

III - Informações sobre a receita auferida com tarifas sobre transações:
a) Ano;
b) Período;
c) Montante financeiro da receita com tarifas sobre transações;
d) Fonte da receita.

IV - Informações sobre os tempos das transações:
a) Ano;
b) Período;
c) Percentil 50 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador das transações liquidadas dentro da instituição;
d) Percentil 99 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador das transações liquidadas dentro da instituição;
e) Percentil 50 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador das transações liquidadas entre diferentes participantes;
f) Percentil 99 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador das transações liquidadas entre diferentes participantes.

V - Informações sobre os tempos do DICT:
a) Ano;
b) Período;
c) Percentil 99 do tempo do usuário pagador na consulta ao DICT;
d) Percentil 99 do tempo para envio do código para e-mail ou número de telefone celular no registro de chave;
e) Percentil 99 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador no registro de chave;
f) Percentil 99 do tempo relacionado à experiência do usuário pagador na exclusão de chave;
g) Percentil 99 do tempo decorrido entre o recebimento (acknowledge) no DICT e a notificação ao usuário doador em ambiente logado (processo de portabilidade ou de reivindicação de posse);
h) Percentil 99 do tempo decorrido entre a ação do usuário (confirmação ou cancelamento) e o envio da informação para o DICT (processo de portabilidade ou de reivindicação de posse).

VI - Informações sobre consultas ao DICT:
a) Ano;
b) Período;
c) Quantidade de consultas à base interna do participante.

VII - Informações sobre a disponibilidade do participante:
a) Ano;
b) Período;
c) Índice de disponibilidade do participante.

ANEXO II

Além das informações especificadas no Anexo I, as seguintes informações devem ser armazenadas e estar disponíveis para envio pelos participantes do Pix, de acordo com a conveniência e a oportunidade do Banco Central do Brasil:

I - Informações sobre transações liquidadas dentro de uma mesma instituição ou por liquidante por ela contratado:
a) Quantidade de transações agendadas;
b) Montante financeiro das transações agendadas;
c) Quantidade de transações não liquidadas por extrapolarem o tempo máximo para as transações de pagamento no âmbito do Pix;
d) Montante financeiro das transações não liquidadas por extrapolarem o tempo máximo para as transações de pagamento no âmbito do Pix;
e) Quantidade de transações rejeitadas;
f) Montante financeiro das transações rejeitadas;
g) Motivo para rejeição das transações;
h) Procedimento de iniciação;
i) Mecanismo de iniciação;
j) Natureza do usuário pagador;
k) Natureza do usuário recebedor.

II - Informações sobre transações liquidadas dentro de uma mesma instituição e entre diferentes participantes:
a) Canal de iniciação.

ANEXO III

Especificação dos dados do art. 2º:
Nome do Documento: Dados dos participantes do Pix;
Código do Documento: 1201;
Periodicidade da Remessa: mensal;
Data-limite para Remessa: quinto dia útil do mês subsequente ao fim do mês;
Data-base: mensal;
Unidade Responsável pela Curadoria: Decem;
Forma de Remessa: meio eletrônico;
Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013, disponível para acesso na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço http://sta.bcb.gov.br/sta/;
Código do Arquivo no STA: APIX001;
Formato para Remessa: XML;
Validação da Remessa: antecipada e postecipada;
Elementos Adicionais para Remessa: instruções de preenchimento disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet em https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Remessa_informacoes_Pix/APIX001.xlsx, e XSD disponível em https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Remessa_informacoes_ Pix/APIX001.xsd.
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa do Documento: suporte.ti@bcb.gov.br;
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre o Preenchimento do Documento: pix@bcb.gov.br.

Especificação dos dados do art. 3º:
Nome do Documento: Dados sob demanda dos participantes do Pix;
Código do Documento: 1202;
Periodicidade da Remessa: não periódico; dados solicitados sob demanda;
Data-limite para Remessa: estabelecida para cada demanda;
Data-base: anual (as solicitações se referirão a dados mensais de até 12 meses anteriores ao pedido);
Unidade Responsável pela Curadoria: Decem;
Forma de Remessa: meio eletrônico;
Sistema para Remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013, disponível para acesso na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço http://sta.bcb.gov.br/sta/;
Código do Arquivo no STA: APIX002;
Formato para Remessa: a definir para cada demanda;
Validação da Remessa: postecipada;
Elementos Adicionais para Remessa: instruções de preenchimento disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/pix/Remessa_informacoes_Pix/Informacoes_Pix_sob_demanda.pdf (Instruções para Elaboração e Remessa de Informações Relativas ao Pix - dados sob demanda);
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre a Remessa do Documento: suporte.ti@bcb.gov.br;
Endereço Eletrônico para Solução de Dúvidas sobre o Preenchimento do Documento: pix@bcb.gov.br.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
GERÊNCIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO CVM Nº 9, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a atividade de classificação de risco de crédito no âmbito do mercado de valores mobiliários.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, tendo em vista o disposto nos art. 5º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com fundamento nos arts. 8º, I, e 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta Resolução:

I - agência de classificação de risco de crédito: pessoa jurídica registrada ou reconhecida pela CVM que exerce profissionalmente a atividade de classificação de risco de crédito no âmbito do mercado de valores mobiliários; e

II - classificação de risco de crédito: atividade de opinar sobre a qualidade de crédito de um emissor de títulos de participação ou de dívida, de uma operação estruturada, ou qualquer ativo financeiro emitido no mercado de valores mobiliários.

Parágrafo único. Esta Resolução somente se aplica às classificações de risco de crédito destinadas à publicação, divulgação ou distribuição a terceiros, ainda que restrita a clientes.

CAPÍTULO II - AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Art. 2º A classificação de risco de crédito no âmbito do mercado de valores mobiliários é atividade privativa de agência de classificação de risco de crédito registrada, no caso de agência domiciliada no Brasil, ou reconhecida, no caso de agência domiciliada no exterior, pela CVM.

Seção I - Requisitos para o Registro

Art. 3º Para fins de obtenção e manutenção do registro na CVM, a agência de classificação de risco de crédito deve atender os seguintes requisitos:

I - ser domiciliada no Brasil;

II - prever em seu objeto social a atividade de classificação de risco de crédito e estar regularmente constituída e registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

III - atribuir a responsabilidade pelas suas atividades e pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Resolução a um administrador, que possua todos os poderes necessários para representar a agência;

IV - atribuir a responsabilidade pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução a um administrador distinto do mencionado no inciso III, que possua todos os poderes necessários para exercer sua função; e

V - constituir e manter recursos humanos e tecnológicos adequados ao seu porte e à sua área de atuação.

§ 1º No caso de agências de classificação de risco de crédito que fazem parte de conglomerado com atuação em outras jurisdições, o responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução, previsto no inciso IV do caput, pode estar domiciliado no exterior, desde que:

I - seja administrador vinculado à agência de classificação de risco domiciliada no exterior que seja parte relacionada à agência de classificação de risco domiciliada no Brasil; e

II - mantenha no país um representante que seja administrador vinculado à agência domiciliada no Brasil, com poderes para receber quaisquer citações, intimações ou notificações contra ele, propostas com fundamento nos preceitos desta Resolução.

§ 2º Os recursos tecnológicos previstos no inciso V do caput devem:

I - ser protegidos contra adulterações; e

II - manter registros que permitam a realização de auditorias e inspeções.

Art. 4º O pedido de registro deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN e instruído com os documentos identificados no Anexo A.

§ 1º A SIN tem 45 (quarenta e cinco) dias úteis para analisar o pedido, contados da data do protocolo, desde que o pedido venha acompanhado de todos os documentos necessários à concessão da autorização.

§ 2º Caso qualquer dos documentos necessários à concessão da autorização não seja protocolado com o pedido de registro, o prazo de que trata o caput será contado da data de protocolo do último documento que complete a instrução do pedido de autorização.

§ 3º O prazo de que trata o caput pode ser interrompido uma única vez, caso a SIN solicite ao requerente informações ou documentos adicionais.

§ 4º O requerente tem 20 (vinte) dias úteis para cumprir as exigências formuladas pela SIN.

§ 5º O prazo para o cumprimento das exigências pode ser prorrogado, uma única vez, por 10 (dez) dias úteis, mediante pedido prévio e fundamentado formulado pelo requerente à SIN.

§ 6º A SIN tem 30 (trinta) dias úteis para se manifestar a respeito do atendimento das exigências e do deferimento do pedido, contados da data do protocolo dos documentos e informações entregues para o cumprimento das exigências.

§ 7º Caso as exigências não tenham sido atendidas, a SIN, no prazo estabelecido no § 6º, enviará ofício ao requerente com a indicação das exigências que não foram consideradas atendidas.

§ 8º No prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do ofício de que trata o § 7º ou no restante do período para o término do prazo de que trata o § 4º, o que for maior, o requerente poderá cumprir as exigências que não foram consideradas atendidas.

§ 9º A SIN tem 30 (trinta) dias úteis para se manifestar a respeito do atendimento das exigências e do deferimento do pedido de registro, contados da data do protocolo dos documentos e informações entregues para o cumprimento das exigências em atendimento ao ofício mencionado no § 7º.

§ 10 O descumprimento dos prazos mencionados nos §§ 4º, 5º e 8º implica indeferimento automático do pedido de autorização.

§ 11 A ausência de manifestação da SIN nos prazos mencionados no caput, §§ 6º e 9º implica deferimento automático do pedido de autorização.

Seção II - Requisitos para o Reconhecimento

Art. 5º Para fins de obtenção e de manutenção do reconhecimento pela CVM, a agência de classificação de risco de crédito não domiciliada no Brasil deve atender os seguintes requisitos:

I - estar registrada e submetida à supervisão por autoridade competente em seu país de origem;

II - estar regulada por normas ao menos equivalentes às disposições desta Resolução; e

III - constituir representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber, em nome da agência de classificação de risco de crédito, quaisquer citações, intimações ou notificações.

§ 1º Para os efeitos do inciso I do caput, considera-se autoridade competente aquela com a qual a CVM tenha celebrado acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações sobre os seus supervisionados, ou que seja signatária do memorando multilateral de entendimentos da Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV/IOSCO.

§ 2º Aplica-se às agências de classificação de risco de crédito não domiciliadas no Brasil que pretendem ser reconhecidas pela CVM o disposto no art. 4º.

Art. 6º A agência de classificação de risco de crédito registrada na CVM pode validar as classificações de risco de crédito emitidas fora do país por parte a ela relacionada, desde que:

I - tais classificações sejam destinadas ao mercado de valores mobiliários; e

II - sejam cumpridos os requisitos previstos nos incisos I e II do art. 5º.

CAPÍTULO III - CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO

Seção I - Cancelamento de Ofício

Art. 7º A SIN deve cancelar a autorização da agência de classificação de risco, nas seguintes hipóteses:

I - extinção da agência de classificação de risco de crédito;

II - se constatada a falsidade dos documentos ou informações apresentadas para a obtenção do registro; ou

III - se, em razão de fato superveniente devidamente comprovado, ficar evidenciado que a agência de classificação de risco de crédito não mais atende aos requisitos e condições mínimas para o exercício da atividade de classificação de risco.

§ 1º A SIN comunicará previamente à agência de classificação de risco de crédito a decisão de cancelar sua autorização, nos termos dos incisos II e III do caput, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da comunicação, para apresentar suas razões de defesa ou regularizar seu registro.

§ 2º Da decisão de cancelamento prevista nos incisos II e III do caput cabe recurso à CVM, com efeito suspensivo, de acordo com as normas vigentes.

Art. 8º As classificações de risco de crédito emitidas por agências com autorização cancelada podem ser utilizadas no mercado de valores mobiliários por até:

I - 10 (dez) dias úteis, caso exista classificação de risco de crédito do mesmo ativo financeiro ou entidade avaliada elaborada por outra agência de classificação de risco de crédito; ou

II - 3 (três) meses, caso não exista classificação de risco de crédito do mesmo ativo financeiro ou entidade avaliada elaborada por outra agência de classificação de risco de crédito.

Seção II - Cancelamento Voluntário

Art. 9º O pedido de cancelamento da autorização de agência de classificação de risco de crédito deve ser solicitado à SIN.

§ 1º O pedido de que trata o caput deve ser instruído com declaração de que, na data do pedido, o requerente não mais exerce a atividade de classificação de risco no âmbito do mercado de valores mobiliários, tendo descontinuado o acompanhamento de todas as classificações de risco emitidas.

§ 2º A SIN tem 20 (vinte) dias úteis, contados do protocolo, para deferir ou indeferir o pedido de cancelamento.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º pode ser interrompido uma única vez, caso a SIN solicite ao requerente informações ou documentos adicionais, passando a fluir novo prazo a partir do cumprimento das exigências.

§ 4º O requerente tem 20 (vinte) dias úteis para cumprir as exigências formuladas pela SIN.

§ 5º O descumprimento do prazo mencionado no § 4º implica indeferimento automático do pedido de cancelamento da autorização do requerente.

§ 6º A ausência de manifestação da SIN no prazo mencionado no § 2º implica deferimento automático do pedido de cancelamento da autorização do requerente.

CAPÍTULO IV - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Seção I - Regras Gerais

Art. 10. A agência de classificação de risco de crédito deve adotar providências para evitar a emissão de qualquer classificação de risco de crédito que:

I - contenha declarações falsas; ou

II - induza o usuário a erro quanto à situação creditícia de um emissor ou de um ativo financeiro.

§ 1º As informações divulgadas pela agência de classificação de risco de crédito devem ser escritas em linguagem simples, clara, objetiva e concisa.

§ 2º A agência classificadora de risco de crédito deve adotar, implementar e fazer cumprir procedimentos escritos que assegurem que as opiniões que ela divulgue estejam baseadas em uma análise detalhada de todas as informações que sejam do conhecimento da agência e relevantes para sua análise, de acordo com sua metodologia de classificação de risco.

Art. 11. A SIN pode determinar que as informações previstas nesta Resolução sejam apresentadas por meio eletrônico ou pela página da CVM na rede mundial de computadores, de acordo com a estrutura de banco de dados e programas fornecidos pela CVM.

Art. 12. A agência de classificação de risco de crédito deve manter página na rede mundial de computadores com as seguintes informações:

I - formulário de referência;

II - código de conduta;

III - descrição das regras, procedimentos e mecanismos de controles internos, elaborados para o cumprimento desta Resolução;

IV - metodologias atualizadas;

V - tabela de referência cruzada entre as classificações de risco de crédito na escala nacional e na escala global;

VI - relatórios de classificação de risco de crédito que tenha elaborado e suas atualizações; e

VII - opiniões preliminares da agência sobre as classificações de risco de crédito que não forem utilizadas pelo emissor no momento da divulgação da operação, ainda que a agência não tenha sido contratada em definitivo.

Parágrafo único. As opiniões preliminares previstas no inciso VII do caput devem ser divulgadas, imediatamente após a divulgação da operação, pela agência na sua página na rede mundial de computadores.

Seção II - Informações Periódicas

Art. 13. A agência de classificação de risco de crédito deve enviar à CVM, até 31 de março de cada ano, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, formulário de referência, cujo conteúdo deve refletir o Anexo B.

Parágrafo único. A agência de classificação de risco de crédito deve atualizar os campos correspondentes do formulário de referência em até 7 (sete) dias úteis contados da substituição do administrador responsável pela agência junto à CVM ou do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução.

Seção III - Informações Eventuais

Art. 14. A agência de classificação de risco de crédito deve enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as seguintes informações eventuais:

I - mudanças relevantes nas metodologias, procedimentos e critérios utilizados para a elaboração da classificação de risco, bem como novas metodologias, em até 7 (sete) dias úteis contados de sua aprovação;

II - decisão de descontinuidade no acompanhamento da classificação de risco, na data da decisão; e

III - opiniões preliminares previstas no inciso VII do art. 12, no prazo previsto no parágrafo único do art. 12.

Seção IV - Relatório de Classificação de Risco

Art. 15. Os relatórios de classificação de risco de crédito devem ser elaborados em estrita observância aos procedimentos e metodologias adotados pela agência.

Art. 16. O relatório de classificação de risco deve evidenciar:

I - a designação do analista de classificação de risco de crédito responsável pela elaboração do relatório e do responsável pela aprovação da nota atribuída ou dos membros do comitê de classificação de risco de crédito, se for o caso;

II - as fontes de informação relevantes utilizadas na elaboração da classificação de risco;

III - os principais elementos que fundamentaram a classificação de risco de crédito;

IV - a metodologia utilizada para a determinação da classificação de risco;

V - a data na qual a classificação de risco foi emitida pela primeira vez e a última vez em que foi atualizada;

VI - a periodicidade de atualização;

VII - os atributos e eventuais limitações da classificação emitida, no que diz respeito à extensão, qualidade e veracidade dos documentos e dados históricos existentes;

VIII - se a agência está avaliando a espécie de ativo financeiro pela primeira vez;

IX - se a classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou partes a ela relacionadas e se, em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão do relatório;

X - outros serviços prestados à entidade avaliada nos últimos 12 meses;

XI - serviços prestados à entidade avaliada por partes relacionadas à agência de classificação de risco de crédito, nos últimos 12 meses; e

XII - as situações que evidenciam potenciais conflitos de interesses.

§ 1º Em se tratando de classificação de risco que não tenha sido contratada pela entidade avaliada ou partes a ela relacionadas, tal fato deve ser destacado no relatório.

§ 2º São exemplos de situações que evidenciam potenciais conflitos de interesses, em relação à classificação de risco específica:

I - caso a entidade avaliada ou parte a ela relacionada seja responsável por mais de 5% da receita anual da agência;

II - caso a agência, os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tenham, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada; e

III - caso os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco tenham vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada.

§ 3º As conclusões da análise podem ser antecipadas ao mercado por meio da divulgação de comunicado sucinto, desde que o relatório de classificação de risco seja divulgado no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a divulgação do comunicado.

Art. 17. O relatório de classificação de risco de produtos financeiros estruturados deve também evidenciar:

I - as informações sobre a análise efetuada, ou na qual se baseia, em relação à inadimplência e fluxos de caixa, bem como a indicação de possíveis modificações na classificação de risco; e

II - o nível de avaliação que a agência realizou com relação aos processos de diligência dos produtos financeiros estruturados ou outros ativos subjacentes a produtos financeiros estruturados.

§ 1º São exemplos de produtos financeiros estruturados:

I - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC e de seus fundos de cotas - FICFIDC;

II - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - FIDC-PIPS;

III - cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP e de seus fundos de cotas - FICFIDC-NP;

IV - os certificados de recebíveis imobiliários - CRI;

V - os certificados de recebíveis do agronegócio - CRA; e

VI - debêntures cujo pagamento de principal e juros advém do fluxo financeiro resultante da Cessão de Direitos Creditórios.

§ 2° Na hipótese do inciso II do caput, a agência de classificação de risco deve divulgar se conduziu qualquer avaliação dos processos de diligência ou se ela utilizou a avaliação de terceiros, indicando como o resultado da avaliação afeta a classificação de risco de crédito.

Art. 18. A agência de classificação de risco de crédito deve fazer a diferenciação, a partir do uso de símbolos, entre classificações emitidas para produtos financeiros estruturados e aquelas destinadas aos demais ativos financeiros.

CAPÍTULO V - REGRAS DE CONDUTA

Seção I - Regras Gerais

Art. 19. A agência de classificação de risco de crédito deve:

I - exercer suas atividades com probidade, boa fé e ética profissional;

II - comunicar à CVM, tão logo tenha conhecimento, condutas dos analistas e demais pessoas envolvidas no processo de emissão de classificação de risco de crédito que possam configurar indício de infração às normas emitidas pela CVM;

III - diante de uma situação de conflito de interesses, informar à requerente que está agindo em conflito de interesses e quais as fontes desse conflito, antes de emitir a classificação de risco;

IV - rever todo o trabalho relevante do analista de classificação de risco de crédito nos 2 (dois) anos anteriores à sua saída dos quadros de empregados da agência de classificação de risco de crédito, caso tenha ido trabalhar para entidades avaliadas ou partes a elas relacionadas; e

V - elaborar código de conduta.

Art. 20. O código de conduta da agência de classificação de risco de crédito deve dispor, no mínimo, sobre:

I - a adoção de procedimentos que assegurem a qualidade do processo de emissão da classificação de risco;

II - o compromisso de busca por informações idôneas e fidedignas para serem utilizadas na elaboração de suas classificações de risco;

III - o monitoramento e a atualização das classificações de risco, exceto para aquelas com indicação clara de que não há acompanhamento em base contínua, contemplando:

a) revisão regular da situação creditícia da entidade avaliada;

b) revisão da classificação de risco após ter conhecimento de qualquer informação que possa resultar em uma ação da agência, de acordo com a metodologia aplicável; e

c) atualização da classificação, conforme o caso, em tempo hábil, com base nos resultados das revisões descritas nas alíneas "a" e "b";

IV - a independência da agência, dos analistas de classificação de risco de crédito e das demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco, inclusive quanto à política de remuneração e de segregação de atividades;

V - a adoção de mecanismos de identificação, eliminação, gerenciamento e divulgação de situações de conflito de interesses no exercício da atividade de classificação de risco de crédito;

VI - o tratamento de informação confidencial;

VII - a política de negociação dos termos do contrato com as entidades avaliadas; e

VIII - a adoção de política de negociação de valores mobiliários pelos analistas de classificação de risco de crédito e pelas demais pessoas envolvidas na emissão da classificação de risco.

Parágrafo único. O código de conduta da agência deve observar os Princípios do Código de Conduta para Agências de Classificação de Risco de Crédito da Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV (Code of Conduct Fundamentals for Credit Rating Agencies da International Organization of Securities Commissions - IOSCO).

Art. 21. Os analistas e demais pessoas envolvidas na emissão da classificação de risco não devem:

I - solicitar nem aceitar dinheiro, presentes ou favores de quem tenha relações comerciais com a agência de classificação de risco de crédito; e

II - omitir do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução qualquer informação sobre eventuais irregularidades cometidas por outras pessoas envolvidas no processo de emissão de classificação de risco de crédito.

Seção II - Vedações

Art. 22. É vedado à agência de classificação de risco de crédito:

I - emitir classificações de risco com a finalidade de obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

II - omitir informação sobre conflito de interesses;

III - permitir que os analistas de classificação de risco de crédito ou as demais pessoas envolvidas no processo de emissão de classificação de risco participem do processo de negociação dos termos de contratação do serviço;

IV - condicionar a remuneração e avaliação de desempenho dos analistas de classificação de risco de crédito e das demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco à receita oriunda de entidade avaliada ou de parte a ela relacionada;

V - fornecer para a entidade avaliada ou para parte a ela relacionada serviços de consultoria ou quaisquer outros serviços que possam comprometer a independência do trabalho da agência;

VI - fazer propostas ou recomendações, formal ou informalmente, relativas a ativos financeiros sobre os quais a agência deve emitir uma classificação; e

VII - emitir ou continuar acompanhando a classificação de risco, caso:

a) a agência detenha, direta ou indiretamente, ativos financeiros da entidade avaliada ou de parte a ela relacionada;

b) a entidade avaliada ou parte a ela relacionada faça parte do bloco de controle, direta ou indiretamente, da agência de classificação de risco de crédito;

c) os analistas ou as demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco detenham, direta ou indiretamente, ativos financeiros de entidade por eles avaliada ou de parte a ela relacionada;

d) os analistas ou as demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco sejam membros do conselho de administração ou tenham algum poder de ingerência sobre a entidade avaliada;

e) os analistas ou as demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tenham mantido qualquer relação com a entidade avaliada ou com parte a ela relacionada que possa causar conflito de interesses; ou

f) não existam dados confiáveis ou a complexidade da estrutura do novo tipo de ativo financeiro possa por em risco a qualidade da classificação de risco a ser emitida.

§ 1º O disposto na alínea "a" do inciso VII não se aplica às negociações com cotas de fundos de investimento, exceto se:

I - a agência puder influenciar, direta ou indiretamente, a administração ou gestão do fundo; ou

II - o fundo concentrar seus investimentos em setores ou empresas cobertos pela classificação de risco produzida pela agência.

§ 2º O disposto na alínea "c" do inciso VII não se aplica às negociações com cotas de fundos de investimento, exceto se:

I - os analistas ou as demais pessoas envolvidas na emissão da classificação de risco puderem influenciar, direta ou indiretamente, a administração ou gestão do fundo; ou

II - o fundo concentrar seus investimentos em setores ou entidades por eles avaliadas.

Art. 23. É vedado aos analistas de classificação de risco de crédito e às demais pessoas envolvidas na emissão da classificação de risco participar ou influenciar de qualquer modo a classificação de risco da entidade avaliada caso:

I - detenham, direta ou indiretamente, ativos financeiros da entidade avaliada ou de parte a ela relacionada, aplicando-se o disposto no § 2º do art. 22; e

II - tenham mantido qualquer relação com a entidade avaliada ou parte a ela relacionada que possa causar conflito de interesses.

CAPÍTULO VI - Regras, Procedimentos e Controles Internos

Seção I - Regras Gerais

Art. 24. A agência de classificação de risco de crédito deve implantar regras, procedimentos e controles internos que viabilizem o permanente atendimento às normas e regulamentações vigentes, referentes à própria atividade de classificação de risco de crédito e aos padrões ético e profissional aplicáveis.

§ 1° A agência deve elaborar manuais escritos para assegurar a implantação do disposto no caput.

§ 2° A agência deve adotar estrutura operacional compatível para promover o efetivo cumprimento do disposto no caput.

Art. 25. A agência de classificação de risco de crédito deve organizar suas atividades de forma a:

I - assegurar que os analistas de classificação de risco de crédito e as demais pessoas envolvidas na emissão da classificação de risco desempenhem sua função com independência;

II - ter controle sobre as informações confidenciais a que tenham acesso seus administradores, analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco;

III - punir infrações ao código de conduta;

IV - identificar eventuais conflitos de interesses que possam afetar a imparcialidade dos analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão de classificação de risco e das notas por eles atribuídas, eliminá-los ou administrá-los, conforme o caso, e divulgar;

V - divulgar eventual rodízio dos analistas de classificação de risco de crédito, caso adotado pela agência;

VI - implementar programas de treinamento dos analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco, a fim de dar plena efetividade às regras previstas no art. 24; e

VII - assegurar que os empregados que prestarem informações sobre eventuais irregularidades cometidas por outras pessoas não sofrerão consequências negativas em função desta atitude.

Art. 26. O administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução deve:

I - exercer sua função com independência; e

II - encaminhar aos órgãos de administração da agência de classificação de risco de crédito, até 31 de março de cada ano, relatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro, contendo:

a) as conclusões dos exames efetuados;

b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento, quando for o caso; e

c) a manifestação do administrador responsável pela agência a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas planejadas, de acordo com cronograma específico, ou efetivamente adotadas para saná-las.

§ 1º O administrador mencionado no caput não pode atuar em funções relacionadas à emissão da classificação de risco e a qualquer atividade comercial.

§ 2º O relatório de que trata o inciso II do caput deve ficar disponível para a CVM na sede da agência de classificação de risco de crédito.

Seção II - Política de Remuneração

Art. 27. A agência de classificação de risco de crédito deve elaborar e divulgar política de remuneração, destacando, no mínimo:

I - método de avaliação de desempenho dos analistas de classificação de risco de crédito e das demais pessoas envolvidas na emissão de classificação de risco e do comitê de classificação de risco, se houver;

II - modelo de remuneração do administrador responsável pela agência e do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução; e

III - periodicidade de revisão da política de remuneração da agência.

Parágrafo único. A remuneração do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução não pode estar associada ao desempenho comercial da agência.

Seção III - Segregação de Atividades

Art. 28. A agência de classificação de risco de crédito deve assegurar a adequada segregação entre as atividades de classificação de risco e as demais atividades exercidas pela agência ou por partes a ela relacionadas, adotando procedimentos operacionais que objetivem:

I - a segregação física de instalações entre áreas responsáveis por diferentes atividades prestadas relativas ao mercado de valores mobiliários;

II - o bom uso de instalações, equipamentos e arquivos comuns a mais de um setor da agência;

III - a preservação de informações confidenciais por administradores, analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco; e

IV - o acesso restrito a arquivos, bem como a adoção de controles que restrinjam e permitam identificar as pessoas que tenham acesso às informações confidenciais.

§ 1º A subcontratação de funções operacionais não pode ser feita caso prejudique:

I - substancialmente a qualidade dos controles internos da agência de classificação de risco de crédito; ou

II - a supervisão do cumprimento das obrigações decorrentes da presente Resolução.

§ 2º O disposto no inciso IV do art. 25 também se aplica aos prestadores de serviços subcontratados pela agência de classificação de risco de crédito.

Seção IV - Metodologias

Art. 29. A agência de classificação de risco deve:

I - adotar metodologias de análise rigorosas, sistemáticas e, sempre que possível, que gerem classificações de risco passíveis de verificação objetiva; e

II - revisar, no mínimo anualmente, metodologias e modelos por ela adotados.

Parágrafo único. A função de revisão prevista no inciso II do caput deve ser independente da função relacionada à emissão da classificação de risco, devendo responder diretamente aos órgãos da administração da agência.

Art. 30. Havendo mudanças significativas nas metodologias e nos procedimentos utilizados para a elaboração da classificação de risco, a agência deve:

I - divulgar imediatamente, nos meios de comunicação que tenha utilizado para divulgar a classificação de risco, a lista provável das classificações de risco de crédito afetadas; e

II - proceder à revisão das classificações de risco afetadas o mais breve possível, no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da alteração.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput, a agência deve destacar, de imediato, que aquelas classificações de risco estão em observação.

Seção V - Informações sobre Desempenho

Art. 31. A agência de classificação de risco de crédito deve elaborar documento, com base no histórico de desempenho das classificações efetuadas desde 2002 pela agência, por segmento, de modo a evidenciar:

I - as classificações de risco iniciais, e as transições ocorridas para cada classificação, no prazo de 1 (um) e 3 (três) anos (matriz de transição de classificação de risco); e

II - a taxa de inadimplência relativa ao emissor, operação estruturada, obrigação financeira ou qualquer outro ativo financeiro classificado com determinada classificação no prazo de 1 (um) e 3 (três) anos (matriz de taxa de inadimplência).

Parágrafo único. A agência de classificação de risco de crédito que faz parte de conglomerado com atuação em outras jurisdições deve também apresentar as matrizes com informações do mercado global.

CAPÍTULO VII - MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS

Art. 32. A agência de classificação de risco de crédito deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos por esta Resolução, bem como toda a correspondência, interna e externa, todos os papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas atividades.

Parágrafo único. Os documentos e informações a que se refere o caput podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

CAPÍTULO VIII - PENALIDADES E MULTA COMINATÓRIA

Art. 33. Considera-se infração grave, para efeito do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, a infração às normas contidas nos arts. 10, 15, 19, 20, 22, 25, 28, 29, 31 e 32.

Art. 34. A agência de classificação de risco de crédito está sujeita à multa diária prevista na norma específica que trata de multas cominatórias em virtude do descumprimento dos prazos previstos nesta Resolução para entrega de informações periódicas, sem prejuízo do disposto no art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Aplicam-se aos requerentes das classificações de risco que sejam distintos das entidades avaliadas as mesmas restrições e vedações impostas por esta Resolução, onde couber.

Art. 36. As disposições desta Resolução não implicam qualquer tipo de interferência ou influência no conteúdo das classificações de risco ou das metodologias.

Art. 37. Fica revogada a Instrução CVM nº 521, de 25 de abril de 2012.

Art. 38. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2020.

MARCELO BARBOSA

ANEXO A À RESOLUÇÃO CVM Nº 9, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Documentos para a Instrução do Pedido de Autorização

Art.1° O pedido de autorização deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento assinado pelo administrador responsável pelas atividades da agência;

II - cópia dos atos constitutivos em sua versão vigente e atualizada, devidamente registrada no cartório competente, que deve conter previsão para o exercício da atividade;

III - cópia das normas às quais a agência de classificação de risco de crédito a ser reconhecida pela CVM esteja submetida no seu país de origem;

IV - informações cadastrais previstas na norma que trata do cadastro de participantes do mercado de valores mobiliários;

V - formulário de referência constante do Anexo B desta Resolução devidamente preenchido e atualizado até o último dia útil do mês anterior ao do protocolo do pedido de autorização na CVM;

VI - código de conduta;

VII - descrição de mecanismos de controles internos da agência; e

VIII - demonstrações financeiras acompanhadas de parecer de auditor independente, se houver.

ANEXO B À RESOLUÇÃO CVM Nº 9, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Conteúdo do Formulário de Referência

(informações prestadas com base no exercício encerrado em 31 de dezembro ou em posições mantidas nesta data, conforme o caso)

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário
1.1 Declaração do administrador responsável pela agência e do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução, atestando que:
a. reviram o formulário de referência
b. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela agência
2. Histórico da agência de classificação de risco de crédito
2.1 Breve histórico sobre a constituição da empresa
2.2 Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, alienações e aquisições de controle societário, pelos quais tenha passado a agência nos últimos 3 (três) anos
3. Recursos Humanos
3.1 Descrever os recursos humanos da agência, fornecendo as seguintes informações:
a. número de analistas de classificação de risco de crédito (discriminar analistas juniores e seniores)
b. número de demais empregados (por grupos com base na atividade desempenhada)
4. Escopo das Atividades
4.1 Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas
4.2 Em relação a cada segmento operacional, indicar as seguintes informações:
a. produtos e serviços comercializados
b. percentual da receita líquida da agência proveniente de cada segmento
c. a quantidade de emissores, operações estruturadas, obrigações financeiras ou outros ativos financeiros classificados pela agência, por segmento
4.3 Identificar as entidades avaliadas ou partes a elas relacionadas que sejam responsáveis por mais de 5% (cinco por cento) da receita líquida anual da agência, informando o montante total de receitas geradas para a agência
5. Grupo econômico
5.1 Descrever o grupo econômico em que se insere a agência, indicando:
a. controladores diretos e indiretos
b. controladas e coligadas
c. participações da agência em sociedades do grupo
d. participações de sociedades do grupo na agência
e. sociedades sob controle comum
5.2 Caso a agência deseje, incluir organograma do grupo econômico em que se insere, desde que compatível com as informações apresentadas no item 5.1.
6. Estrutura operacional e administrativa
6.1 Descrever a estrutura administrativa da agência, conforme estabelecido no seu contrato ou estatuto social e regimento interno, identificando:
a. atribuições de cada órgão e comitê
b. em relação aos administradores, suas atribuições e poderes individuais
c. informação sobre os pré-requisitos para o exercício do cargo de analista de classificação de risco de crédito
d. informação sobre a qualificação mínima exigida de seus analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco, distinguindo em júnior, pleno e sênior, se aplicável, incluindo:
i. formação acadêmica
ii. experiência profissional
6.2 Em relação ao administrador responsável pela agência, fornecer:
a. nome
b. idade
c. profissão
d. CPF
e. outros cargos ou funções exercidos na agência
f. currículo, contendo as seguintes informações:
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
7. Regras, procedimentos e controles internos
7.1 Descrever os serviços desempenhados, indicando as políticas de supervisão e monitoramento das atividades desenvolvidas
7.2 Informar a quantidade de profissionais envolvidos no processo de supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução
7.3 Descrever a estrutura tecnológica para assegurar a supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução
7.4 Em relação ao administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução, indicar:
a. nome
b. idade
c. profissão
d. CPF
e. outros cargos ou funções exercidos na agência
f. currículo, contendo as seguintes informações:
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram
7.5 Descrever a política de controles internos, identificando:
a. mecanismos de controle de informações confidenciais
b. procedimentos de manutenção de arquivos
c. procedimento de rodízio de analistas, se aplicável
d. política de divulgação de classificação de risco não solicitada
e. política de segregação de atividades
f. programa de treinamento dos analistas de classificação de risco de crédito e demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco
8. Remuneração
8.1 Descrever o método de avaliação de desempenho dos analistas de classificação de risco de crédito e das demais pessoas envolvidas na emissão de classificação de risco e do comitê de classificação de risco
8.2 Descrever o modelo de remuneração do administrador responsável pela agência e do administrador responsável pela supervisão do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos e desta Resolução
8.3 Informar a periodicidade de revisão da política de remuneração da agência
8.4 Fornecer outras informações sobre política de remuneração que a agência julgue relevantes
9. Conflitos de Interesse
9.1 Descrever as regras e as políticas de gerenciamento de conflito de interesses, indicando:
a. práticas que a agência de classificação de risco de crédito considere como conflituosas
b. regras de identificação e administração dos conflitos de interesses
c. procedimento de acompanhamento profissional do ex-analista de classificação de risco de crédito que tenha participado do processo de emissão ou aprovação de classificação de risco, indicando as medidas de revisão das classificações
d. vedações
9.2 Fornecer outras informações que a agência julgue relevantes
10. Classificação de Risco
10.1 Procedimentos e Metodologias
10.1.1 Descrever os procedimentos e a metodologia utilizada para a atribuição da classificação de risco, indicando:
a. critérios, métodos e simbologia adotada
b. relacionamento com as entidades avaliadas ou partes a elas relacionadas; e peso atribuído às informações por elas fornecidas
c. processo de elaboração, aprovação e publicação da classificação de risco
d. processo de monitoramento, revisão e atualização da classificação de risco
e. hipóteses de recusa da emissão de classificação de risco, suspensão ou retirada da classificação emitida
f. procedimento adotado para elaboração de classificações de risco não solicitadas
11. Descrever eventuais atualizações do código de conduta da agência
12. Matriz de transição de classificação de risco de crédito
12.1 Informar, com base no histórico de desempenho das classificações efetuadas desde 2002 pela agência, as classificações de risco iniciais, as transições ocorridas para cada classificação no prazo de 1 (um) e 3 (três) anos. O histórico deve ser apresentado separadamente para cada um dos seguintes segmentos:
a. instituições financeiras
b. seguradoras e resseguradoras
c. outras entidades avaliadas
d. títulos e valores mobiliários
e. produtos de securitização
f. finanças públicas
12.2 Inserir matriz de transição de classificação de risco de crédito, com base no histórico de desempenho das classificações efetuadas pela agência, no mercado global, se for o caso.
13. Matriz de taxa de inadimplência
13.1 Informar a taxa de inadimplência relativa a um emissor, uma operação estruturada, uma obrigação financeira ou qualquer outro ativo financeiro no prazo de 1 (um) e 3 (três) anos, com base no histórico de desempenho da agência desde 2002. As taxas devem ser apresentadas separadamente para cada um dos seguintes segmentos:
a. instituições financeiras
b. seguradoras e resseguradoras
c. outras entidades avaliadas
d. títulos e valores mobiliários
e. produtos financeiros estruturados
f. finanças públicas
13.2 Inserir matriz de taxa de inadimplência, com base no histórico de desempenho das classificações efetuadas pela agência, no mercado global, se for o caso.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC Nº 33, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 (*)

Regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias, além de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc), na sessão 510ª realizada em de 22 de outubro de 2020, com fundamento no inciso III do Art. 2º Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, inciso III do art. 2º e inciso VIII do art. 10 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017 e em conformidade com o inciso III do art. 2º do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019 e na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, resolve

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem observar as orientações e os procedimentos estabelecidos nesta Instrução para o cumprimento do disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, quanto à apuração de resultado, à destinação e à utilização de superávit, ao equacionamento de déficit, à realização dos estudos técnicos e aos parâmetros técnico-atuariais dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.

Art. 2º O resultado do plano de benefícios a ser registrado no balanço patrimonial deve ser apurado mediante avaliação atuarial posicionada no encerramento de cada exercício.

§1º A ocorrência de fato relevante enseja nova avaliação atuarial, a ser realizada com base na posição de fim do mês da data de efetivação do fato relevante.

§2º Considera-se fato relevante:

I - a alteração do regulamento com impacto no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios;

II - a cisão, fusão ou incorporação de planos de benefícios;

III - a migração de participantes ou assistidos entre planos de benefícios;

IV - o saldamento de plano de benefícios;

V - a retirada parcial de patrocínio; ou

VI - outros eventos supervenientes com impacto significativo no custo, no custeio ou no resultado do plano de benefícios que necessitem de imediata resposta da EFPC, devidamente fundamentados.

CAPÍTULO I

DA DURAÇÃO DO PASSIVO

Art. 3º A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, conforme a fórmula constante do Anexo a esta Instrução.

Art. 4º Os fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano devem considerar os benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, bem como os benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Art. 5º Para fins de cálculo do Limite de Reserva de Contingência, do Limite de Déficit Técnico Acumulado e do prazo para amortização do valor a ser equacionado, a duração do passivo deve ser apurada em anos no sistema de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação (DPAP) e ser calculada para o encerramento do exercício de referência ou para o fim do mês da data de efetivação do fato relevante.

Parágrafo único. Caso ocorra o equacionamento de déficit no próprio encerramento do exercício de apuração do resultado deficitário, a duração do passivo para fins de atendimento ao disposto no caput deve ser a calculada previamente ao lançamento do correspondente fluxo de contribuições extraordinárias futuras.

CAPÍTULO II

DA TAXA DE JUROS PARÂMETRO

Art. 6º A taxa de juros parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ) seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.

§1º A duração do passivo para encontrar a taxa de juros referida no caput é aquela calculada considerando o fluxo projetado na avaliação de encerramento do exercício anterior ao de referência.

§2º Na ocorrência de fato relevante que enseje a elaboração de nova avaliação atuarial, deve ser considerado o fluxo projetado que reflita a nova realidade do plano de benefícios.

§3º Os pontos das ETTJ serão apurados com data-base do primeiro dia útil de abril.

§4º Os pontos das ETTJ e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como os limites inferior e superior, serão divulgados anualmente pela Previc até 30 de abril de cada exercício.

Art. 7º O cálculo da taxa de juros parâmetro deve considerar a duração do passivo com uma casa decimal, conforme definido no Anexo a esta Instrução.

Art. 8º Independentemente da modalidade, quando o plano apresentar benefícios com características de benefício definido, a duração do passivo deve ser considerada para efeito de definição da taxa de juros parâmetro.

§1º O plano de benefícios que apresente benefício com características de contribuição definida e utilize taxa real anual de juros em seu cálculo deve adotá-la dentro do intervalo regulatório estabelecido, considerando a duração de dez anos.

§2º Caso o plano de benefícios possua fundo previdencial que utilize em sua constituição e manutenção a hipótese de taxa real anual de juros, aplicam-se os critérios de definição para a taxa de juros parâmetro previstos neste artigo, conforme evento ou risco ao qual esteja associado.

Art. 9º No caso de inviabilidade técnica para apuração da duração do passivo, o plano de benefícios deve aplicar a ETTJ considerando a duração de dez anos para efeito de definição da taxa de juros parâmetro.

Parágrafo único. Cabe ao atuário responsável pelo plano de benefícios a manifestação sobre a inviabilidade técnica nas Demonstrações Atuariais (DA).

CAPÍTULO III

DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Art. 10. O ajuste de precificação é restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços mantidos em carteira própria que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;

II - tenham por objetivo o pagamento dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como dos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

III - o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste, principal e juros, seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

IV - a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste seja inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

V - esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

§1º No cálculo do valor presente e da duração dos fluxos referidos nos incisos III e IV deste artigo, deve ser aplicada a taxa real anual de juros utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício correspondente.

§2º Os títulos utilizados para fins de ajuste não podem ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos constantes nos incisos I a IV deste artigo.

§3º São obrigatórias a apuração e a divulgação do ajuste de precificação para os títulos públicos federais que se enquadrem nas condições constantes deste artigo e devem constar das notas explicativas das demonstrações contábeis.

Art. 11. A EFPC deve considerar o ajuste de precificação de títulos no cálculo do equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido (DAL), para fins de destinação de superávit e equacionamento de déficit da seguinte forma:

I - positivo ou negativo, no caso de equacionamento de déficit; ou

II - somente negativo, no caso de destinação de superávit.

Parágrafo único. A EFPC deve apurar novo valor de ajuste de precificação na ocorrência de fato relevante, destinação de superávit ou equacionamento de déficit em data diferente da data de encerramento de exercício.

Art. 12. Na ocorrência de ajuste de precificação, o atuário responsável pelo plano de benefícios deve registrá-lo no parecer atuarial constante nas DA, emitir manifestação acerca dos impactos na solvência e no equilíbrio atuarial do plano ao longo do tempo, bem como evidenciar os requisitos necessários para registro de títulos na categoria mantidos até o vencimento, especialmente em relação à capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

CAPÍTULO IV

DA ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES

Seção I

Das Hipóteses Biométricas

Art. 13. As tábuas biométricas utilizadas nas avaliações atuariais dos planos de benefícios devem ter sua aderência atestada por meio de estudo específico, elaborado em conformidade com o Capítulo VIII desta Instrução.

§1º As tábuas de mortalidade geral referenciais para o cálculo das provisões matemáticas dos planos de benefícios devem ser "AT-2000 Básica - M" para o sexo masculino e "AT-2000 Básica - F" para o sexo feminino.

§2º No caso de impossibilidade técnica de realização de testes de aderência, os planos de benefícios não poderão adotar tábuas de mortalidade geral que gerem provisões matemáticas menores do que as tábuas referenciais mencionadas no §1º.

§3º No caso de planos de benefícios que comprovem aderência das tábuas de mortalidade geral nos termos definidos no Capítulo VIII de tábuas que gerem provisões matemáticas menores que aquelas geradas pelas tábuas referenciais, é necessário que o atuário responsável pelo plano emita parecer específico, acompanhado de manifestação de ciência e concordância do Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB), comprovando a aderência e a razoabilidade da adoção da hipótese.

§4º As EFPC classificadas como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) que administrem planos de benefícios nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição variável (CV) devem adicionalmente calcular e informar nas DA as provisões matemáticas geradas pela utilização de tábua geracional de mortalidade geral, com respectiva escala de melhoria de longevidade, conforme diretrizes a serem divulgadas pela Previc.

Seção II

Da Taxa Real Anual de Juros

Art. 14. A taxa real anual de juros a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do plano de benefícios deve ser:

I - divulgada anualmente aos participantes, aos patrocinadores e instituidores; e

II - utilizada para a transformação de saldo de conta em benefícios, se previsto no regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Seção III

Da Responsabilidade, das Vedações e da Divulgação

Art. 15. Sem prejuízo das responsabilidades de auditores atuariais e membros estatutários da EFPC, a proposição e a validação das hipóteses adotadas na avaliação atuarial do plano de benefícios é responsabilidade do atuário do plano.

Parágrafo único. A responsabilidade pela proposição ou validação das hipóteses de que trata o caput também alcança as pessoas jurídicas das quais façam parte os profissionais indicados como sócios, empregados ou prestadores de serviço.

Art. 16. As EFPC não podem adotar taxas negativas para as projeções de crescimento real de salários ou crescimento real dos benefícios do plano, bem como o agravamento ou desagravamento em outras hipóteses cuja combinação resulte em taxa real anual de juros fora dos limites regulatórios.

CAPÍTULO V

DO CUSTEIO E DA UTILIZAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Seção I

Do Custeio do Plano

Art. 17. O atendimento às exigências relativas ao custeio do plano de benefícios deve observar o disposto no regulamento do plano, com o devido reflexo na nota técnica atuarial e no plano de custeio estabelecido para o exercício em que está sendo apurado o resultado.

§1º Ao estabelecer o plano de custeio para o ano subsequente, o atuário responsável deve utilizar critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, considerando o método de financiamento adotado, de modo a não caracterizar utilização de resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência, nem utilização de resultado do exercício em desacordo com as definições regulatórias.

§2º A revisão do plano de custeio para redução ou suspensão de contribuições extraordinárias de participantes, assistidos ou patrocinador somente pode ser efetuada em função da apuração de equilíbrio técnico ajustado positivo para o plano de benefícios, no exercício de referência.

§3º No caso de contribuições extraordinárias relativas a serviço passado, a possibilidade de sua revisão em função de valor do equilíbrio técnico ajustado positivo, na forma do § 2º deste artigo, deve estar prevista no regulamento do plano de benefícios.

Seção II

Da Revisão do Plano de Custeio

Art. 18. A utilização do equilíbrio técnico ajustado positivo para fins de revisão do plano de custeio em relação às contribuições extraordinárias, na forma prevista no art. 17 desta Instrução, deve ser justificada em parecer do atuário responsável e aprovada pelas instâncias competentes da EFPC.

§1º A utilização referida no caput deve ser precedida da segregação entre o montante atribuível aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva do período em que se deu a constituição do equilíbrio técnico ajustado positivo, ressalvado o disposto no § 2º, do art. 30 desta Instrução.

§2º Em caso de vigência de dois ou mais planos de equacionamento em curso, a utilização do equilíbrio técnico ajustado positivo deve ser realizada de forma proporcional às respectivas provisões a constituir remanescentes.

Art. 19. Não são admitidos como fonte de recursos para o equacionamento de déficit resultados oriundos de alterações de hipóteses atuariais, de regimes financeiros ou de métodos de financiamento.

CAPÍTULO VI

DA REVISÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E DA DESTINAÇÃO DA RESERVA ESPECIAL

Art. 20. A revisão obrigatória do plano de benefícios deve destinar, no mínimo, até o final do exercício subsequente, o valor integral da reserva especial registrado nos últimos três exercícios.

Art. 21. Caso o plano adote hipóteses atuariais cuja aplicação resulte em provisões matemáticas inferiores às obtidas com a aplicação das hipóteses especificadas a seguir, anteriormente à destinação, devem ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses, de forma combinada:

I - tábuas biométricas de mortalidade geral utilizadas para projeção da longevidade, exceto daqueles na condição de inválidos: "AT 2000 Básica - F" para o sexo feminino e "AT 2000 Básica - M" para o sexo masculino, ambas com desagravamento de dez por cento; e

II - taxa real anual de juros correspondente ao teto do intervalo regulatório estabelecido para o respectivo plano de benefícios, reduzida em um ponto percentual.

Art. 22. Para fins de destinação da reserva especial, devem ser observadas as seguintes condições:

I - considerar apenas as provisões matemáticas de benefício definido de participantes e assistidos na destinação da parcela da reserva especial, quando se der com base nas reservas matemáticas individuais;

II - a utilização da reserva especial para redução parcial, redução integral ou suspensão de contribuições deve contemplar prioritariamente aquelas contribuições para custeio dos benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente; e

III - a cobertura integral do valor presente dos benefícios do plano deve considerar apenas aqueles com características de benefício definido.

§1º A utilização dos fundos previdenciais de revisão do plano deve ocorrer de forma concomitante e proporcional entre os fundos atribuídos aos participantes, assistidos e patrocinador constituídos para essa finalidade.

§2º No caso de plano de benefícios não sujeito à Lei Complementar nº 108, de 2001, a EFPC poderá propor critério de utilização dos fundos previdenciais de revisão do plano diferente do definido no § 1º deste artigo, desde que mais benéfico aos participantes e assistidos, mediante prévia anuência do patrocinador.

Art. 23. A EFPC deve promover a realização prévia de auditoria independente específica para avaliação dos recursos garantidores e das provisões matemáticas do plano de benefícios, nos casos em que a destinação da reserva especial envolver a reversão de valores.

CAPÍTULO VII

DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Seção I

Do Valor a Equacionar

Art. 24. O valor do déficit a ser equacionado deve ser apurado na avaliação atuarial realizada ao final de cada exercício social.

§1º O valor do déficit a ser equacionado pode, a critério da EFPC, ser corrigido entre a data de sua apuração e a data de início do plano de equacionamento, desde que considerado, no mínimo, o seu valor nominal, devendo o critério de correção adotado estar consignado em parecer do atuário responsável.

§2º Admite-se o reposicionamento do déficit a ser equacionado em momento posterior ao indicado no caput em caso de realização de avaliação atuarial por fato relevante, conforme determinado pelos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Instrução.

Art. 25. No caso de utilização da faculdade de extensão do prazo de amortização do déficit para aquele correspondente à liquidação do passivo atuarial do plano de benefícios, o montante a ser equacionado deve corresponder, preferencialmente, ao maior valor absoluto entre o déficit técnico acumulado e o equilíbrio técnico ajustado apurado para o plano de benefícios no ano de referência.

Seção II

Do Plano de Equacionamento

Art. 26. O início do plano de equacionamento corresponde à data de aplicação das formas adotadas para o equacionamento do déficit do plano de benefícios e deve ocorrer até o início de vigência do plano de custeio, no ano subsequente à aprovação do plano de equacionamento.

Art. 27. Os planos de equacionamento devem prever amortização que contemple fluxo de contribuições extraordinárias constante ou decrescente, comprovado por meio de demonstração do fluxo projetado no momento da implementação do plano, sendo que os respectivos ativos devem ser compatíveis com as necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Parágrafo único. Caso o plano de equacionamento estabeleça contribuições extraordinárias em termos de percentual aplicável sobre salários ou benefícios, a comprovação de que trata o caput será pelo percentual de contribuição, constante ou decrescente.

Art. 28. A EFPC deve comprovar, anualmente, se o plano de equacionamento de déficit apresenta resultados efetivos, cabendo, em caso contrário, a adequação do plano, respeitando todas condições regulatórias.

Seção III

Do Prazo de Amortização

Art. 29. O prazo de amortização de déficit deve ser atestado por meio de fluxo atuarial que considere anualmente as receitas, as despesas e o patrimônio de cobertura, este segregado em integralizado e a integralizar, pelo período correspondente ao pagamento de todas as parcelas, devendo ficar evidenciado que a amortização está ajustada às necessidades de recursos do plano de benefícios.

Parágrafo único. Na ocorrência de nova insuficiência de cobertura patrimonial, que demande equacionamento antes do término da amortização referida no caput, deve ser realizada nova operação de equacionamento.

Seção IV

Dos Instrumentos Contratuais

Art. 30. Nos instrumentos contratuais firmados com o patrocinador, a cláusula de revisão anual automática do saldo devedor em função de ganhos ou perdas atuariais, caso prevista, deve estar vinculada ao valor do equilíbrio técnico ajustado positivo ou negativo, respectivamente, apurado no plano de benefícios.

§1º O valor do equilíbrio técnico ajustado negativo somente pode ser incorporado ao saldo devedor dos instrumentos contratuais de dívida dos patrocinadores quando o prazo remanescente da dívida for igual ou inferior ao prazo máximo de equacionamento.

§2º O valor do equilíbrio técnico ajustado positivo ou negativo utilizado para revisão anual do saldo devedor da dívida do patrocinador, na forma do caput, deve observar as proporções contributivas definidas para o rateio da insuficiência entre participantes, assistidos e patrocinadores.

§3º O instrumento contratual deverá ficar à disposição da Previc, juntamente com os fluxos anuais de receitas, despesas e patrimônio de cobertura, pelo período de pagamento de todas as parcelas do contrato, observadas as demais disposições regulatórias da matéria.

CAPÍTULO VIII

DO ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Seção I

Das Definições e dos Requisitos Gerais

Art. 31. Toda a hipótese atuarial adotada para avaliação atuarial de plano de benefícios deve estar embasada em estudo técnico de adequação.

Art. 32. O estudo técnico de adequação é o instrumento técnico de responsabilidade da EFPC, no qual devem ser demonstradas para cada plano de benefícios:

I - a convergência entre a hipótese de taxa real anual de juros e a taxa de retorno real anual projetada para as aplicações dos recursos garantidores relacionados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente; e

II - a aderência das demais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios.

Art. 33. O estudo técnico de adequação deve:

I - estar acompanhado de parecer conclusivo do atuário acerca do conjunto de hipóteses tecnicamente adequado ao plano de benefícios, considerando a aderência e a convergência verificadas nos estudos;

II - possuir atestado de validação, expedido pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), relativo às informações de investimento utilizadas no estudo técnico; e

III - possuir atestado de validação, expedido pelo ARPB, relativo aos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizados no estudo técnico.

Art. 34. Em relação ao procedimento de elaboração, o estudo técnico de adequação deve ser:

I - elaborado pelo atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios;

II - embasado em informações fornecidas pela EFPC e pelo respectivo patrocinador ou instituidor.

§1º Os dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial devem ser providenciados pelo ARPB e as informações relativas aos investimentos devem ser providenciadas pelo AETQ.

§2º Cabe à EFPC solicitar a manifestação fundamentada do patrocinador ou instituidor acerca das hipóteses econômicas e financeiras que guardem relação com suas respectivas atividades, devendo essa informação ser utilizada como subsídio para a demonstração da aderência dessas hipóteses no estudo técnico referido no caput.

Art. 35. Em relação ao prazo de validade, o estudo técnico de adequação deve ter:

I - validade geral máxima de três anos, contados a partir da data de sua realização, cabendo ao ARPB avaliar e indicar a necessidade de realização em menor período, conforme parecer do atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios.

II - validade específica em relação à hipótese de taxa real anual de juros de um ano.

Parágrafo único. A validade do estudo técnico de adequação para a hipótese de tábua de mortalidade geral, que trata o inciso I deste artigo, será de cinco anos para os planos de benefícios que adotarem tábua geracional de mortalidade geral com a respectiva escala de melhoria de longevidade.

Art. 36. Na ocorrência de fato relevante que enseje a elaboração de nova avaliação atuarial, o estudo técnico de adequação deve refletir a nova realidade do plano de benefícios.

Art. 37. A Previc pode determinar, a qualquer tempo, a realização de novo estudo técnico de adequação caso o estudo original seja avaliado como inconsistente ou insuficiente, apontando especificamente as inconsistências ou insuficiências a serem sanadas, bem como o devido embasamento técnico ou normativo.

Art. 38. Em relação à governança e à divulgação, o estudo técnico de adequação do plano de benefícios deve ser:

I - aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da EFPC;

II - acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal; e

III - disponibilizado, quando requisitado, aos participantes, aos assistidos, aos patrocinadores, aos instituidores e à Previc.

§1º A aprovação referida no inciso I deste artigo não exime o atuário do plano da responsabilidade técnica sobre estudos, cálculos e serviços por ele prestados.

§2º O estudo técnico de adequação deve ficar arquivado na EFPC, à disposição da Previc.

CAPÍTULO IX

DA AUTORIZAÇÃO PARA ADOÇÃO DE TAXA DE JUROS FORA DO INTERVALO

Art. 39. Caso pretenda adotar taxa real anual de juros fora do intervalo regulatório estabelecido, a EFPC deve enviar à Previc:

I - requerimento de autorização assinado pelo representante legal da EFPC;

II - cópia do estudo técnico de adequação; e

III - demais documentos necessários.

Art. 40. O requerimento de autorização para adoção de taxa real anual de juros referido no inciso I do art. 39 desta Instrução deve ser encaminhado à Previc em formulário padrão juntamente com os seguintes documentos:

I - ata de reunião da Diretoria Executiva, contendo aprovação ao estudo técnico de adequação e ao requerimento de autorização, bem como encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

II - ata da reunião do Conselho Deliberativo, contendo aprovação ao estudo técnico de adequação e ao requerimento de autorização; e

III - parecer a que se refere o inciso II do art. 38 desta Instrução, bem como ata da reunião Conselho Fiscal atestando a sua ciência do requerimento de autorização.

Art. 41. O indeferimento do requerimento de autorização para adoção da taxa real anual de juros do plano de benefícios implica utilização de taxa dentro do intervalo regulatório estabelecido.

Parágrafo único. A Previc pode determinar, nos termos do art. 37 desta Instrução, a realização de novo estudo técnico de adequação.

Art. 42. A autorização concedida pela Previc aplica-se exclusivamente à adoção da taxa real anual de juros do plano de benefícios e não exime a responsabilidade dos gestores da EFPC e de outros profissionais que tenham contribuído para a realização do trabalho, os quais devem observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, respondendo na forma da lei pelos seus atos.

Parágrafo único. A autorização referida no caput é válida somente para a avaliação atuarial do ano de referência.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Os documentos elaborados para atendimento ao estabelecido nesta Instrução devem ser mantidos na EFPC à disposição da Previc.

Art. 44. O estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais em relação à convergência da taxa real anual de juros, à aderência das demais hipóteses atuariais do plano de benefícios ou pedido de autorização para adoção de taxa de juros fora do intervalo, deve cumprir os requisitos especificados em Portaria da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento - DIFIS.

Art. 45. Fica revogada a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Art. 46. Esta instrução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor-Superintendente

ANEXO

1. A duração do passivo deve ser calculada com a totalidade das casas decimais e com o uso da seguinte fórmula:

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^{N}[\ (\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} * (i-0,5))]}{\sum_{i=1}^{N}[\ (\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}})]}$$

Em que:

Fi = somatório dos pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, relativos ao i-ésimo prazo;

i = prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (Fi) e o ano de cálculo; e

TA = a taxa real anual de juros aplicada no ano anterior pelo respectivo plano de benefícios.

2. Para o cálculo do arredondamento do algarismo da casa decimal de que trata o art. 7º devem ser considerados os algarismos relativos à primeira e segunda casas decimais, efetuando-se o arredondamento da seguinte forma:

2.1. Arredonda-se para o número inteiro inferior, quando os algarismos relativos à primeira e segunda casas decimais estiverem compreendidos no intervalo de 01 a 24;

2.2. Arredonda-se o algarismo relativo à primeira casa decimal para cinco, quando os algarismos relativos à primeira e segunda casas decimais estiverem compreendidos no intervalo de 25 a 74; e

2.3. Arredonda-se para o número inteiro imediatamente superior, quando os algarismos relativos à primeira e segunda casas decimais estiverem compreendidos no intervalo de 75 a 99.

(*) Republicação da Instrução Normativa Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2020, Seção 1.

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 742, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003229/2020-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio vazia da COPEL Transmissão S.A., CNPJ nº 04.368.943/0001-22, COPEL Participações S.A., CNPJ nº 04.369.019/0001-60, e Escoeletric Ltda., CNPJ nº 03.003.948/0001-99, do Plano Pecúlio, CNPB nº 2006.0007-56, administrado pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 722, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso II do Art. 9º; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 243/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.009388/2020-53, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELSYS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. (CNPJ: 34.484.188/0001-02 e Inscrição SUFRAMA: 20.0136.26-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 243/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de MODULADOR/DEMODULADOR PARA COMUNICAÇÃO DE DADOS POR REDE ÓPTICA, código SUFRAMA 2078, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
MODULADOR/DEMODULADOR PARA COMUNICAÇÃO DE DADOS POR REDE ÓPTICA	1,037,626	1,124,094	1,210,563

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50, de 29 de outubro de 2018;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA Nº 723, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso II do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 232/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.009201/2019-88, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA LTDA. (CNPJ: 14.200.166/0001-66 e Inscrição SUFRAMA: 20.0148.94-0), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 232/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de RELÓGIO ELETRÔNICO DE PONTO, código SUFRAMA 0208, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
RELÓGIO ELETRÔNICO DE PONTO	3,494,484	3,843,932	4,228,326

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido no Anexo III, do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993, e suas alterações sucedidas;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA Nº 728, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 245/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.013151/2019-33, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA. (CNPJ nº 04.222.428/0001-30 Inscrição SUFRAMA nº 20.0166.19-0) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 245/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PRODUTO QUÍMICO PARA GALVANOPLASTIA E TRATAMENTOS SUPERFICIAIS, código SUFRAMA 0894, PLATINA E SUAS LIGAS EM FIOS, LÂMINAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS, código SUFRAMA 0959, PRATA E SUAS LIGAS, EM BARRAS, FIOS, PERFIS, CHAPAS, LÂMINAS, FOLHAS, TIRAS, PLAQUETAS, TARUGOS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS, código SUFRAMA 0958, CLORETO DE RÓDIO, código SUFRAMA 0892, e PASTILHA, REBITE OU OUTRA FORMA SEMELHANTE DE PRATA OU DE SUAS LIGAS, código SUFRAMA 1731, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para os produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PRODUTO QUÍMICO PARA GALVANOPLASTIA E TRATAMENTOS SUPERFICIAIS	1,358,111	1,462,582	1,567,052
PLATINA E SUAS LIGAS EM FIOS, LÂMINAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS	119,324,992	139,212,490	159,099,989
PRATA E SUAS LIGAS, EM BARRAS, FIOS, PERFIS, CHAPAS, LÂMINAS, FOLHAS, TIRAS, PLAQUETAS, TARUGOS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS	7,429,204	7,893,529	8,357,854
CLORETO DE RÓDIO	209,211,663	244,080,274	278,948,885
PASTILHA, REBITE OU OUTRA FORMA SEMELHANTE DE PRATA OU DE SUAS LIGAS	1,314,824	1,344,042	1,373,260
TOTAL	338,638,794	393,992,917	449,347,040

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 112 - MDIC/MCTI, de 17 de maio de 2012;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA Nº 730, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 246/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.013152/2019-88, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA. (CNPJ nº 04.222.428/0001-30 Inscrição SUFRAMA nº 20.0166.19-0) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 246/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de AUROCIANETO DE POTÁSSIO, código SUFRAMA 0608, PÓ DE PRATA, código SUFRAMA 0411, OURO E SUAS LIGAS, EM FIOS, LÂMINAS, CHAPAS, PERFIS, PLAQUETAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS, código SUFRAMA 0880, ÂNODO DE PRATA PURA, código SUFRAMA 0621, e CLORETO DE PALÁDIO, código SUFRAMA 0615, recebendo o benefício fiscal previsto no Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para os produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
AUROCIANETO DE POTÁSSIO	-	-	-
PÓ DE PRATA	1,709,615	2,849,359	4,558,975
OURO E SUAS LIGAS, EM FIOS, LÂMINAS, CHAPAS, PERFIS, PLAQUETAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS	20,761	31,141	62,283
ÂNODO DE PRATA PURA	9,231,913	10,257,681	11,283,449
CLORETO DE PALÁDIO	56,969,068	68,362,881	79,756,695

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 112, de 17 de maio de 2012;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

PORTARIA Nº 731, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 247/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.013153/2019-22, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa COIMPA INDUSTRIAL LTDA. (CNPJ nº 04.222.428/0001-30 Inscrição SUFRAMA nº 20.0166.19-0) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 247/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PALÁDIO E SUAS LIGAS EM FIOS, LÂMINAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS, código SUFRAMA 0960, ÁCIDO HEXACLOROPLATÍNICO, código SUFRAMA 1946, e PRATA EM CRISTAIS, código SUFRAMA 2097, recebendo o benefício fiscal previsto no Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Estabelecer para os produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PALÁDIO E SUAS LIGAS EM FIOS, LÂMINAS E OUTRAS FORMAS SEMIMANUFATURADAS	509,991,019	566,656,688	623,322,357
ÁCIDO HEXACLOROPLATÍNICO	52,370,281	59,851,750	67,333,219
PRATA EM CRISTAIS	16,241,329	18,948,217	21,655,105

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos referidos no Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 112, de 17 de maio de 2012;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, na sua 294ª Reunião Ordinária, do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, CAS, realizada em 22 de outubro de 2020, em Manaus/AM, por videoconferência, aprovou as seguintes Resoluções:

Nº 74 - Art. 1º Cancelar os incentivos fiscais concedidos à linha do produto CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC - ADAPTADOR DE TENSÃO PARA BENS DE ÁUDIO E VÍDEO - Cód. Suframa 2010, aprovado pela Resolução nº 0155 de 17/10/2013 - Diversificação e Portaria nº 416 de 17/07/2018 - Ampliação, pela empresa SALCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., com CNPJ nº 07.637.620/0001-85 e inscrição Suframa 200131869, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 75 - Art. 1º Homologar, nos termos da Nota Técnica nº 079 - COAPI/CGAPI/SPR, o cumprimento do compromisso de exportação da empresa STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ nº 06.048.486/0001-14 e Inscrição Suframa nº 20.0109.75-8, referente ao ano calendário de 2019, para o produto DISPOSITIVO DE CONEXÃO PARA CIRCUITOS DE BAIXA TENSÃO, Código Suframa nº 1850, conforme disposto no Art. 4º da Resolução nº 300, de 16/12/2010, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 76 - Art. 1º Homologar os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ano-calendário 2017, decorrentes da dispensa de etapas de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM e UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM (código padrão 0285), estabelecida na Portaria Interministerial n° 8 - MCTI/MDIC, de 22 de janeiro de 2014., da empresa DAIKIN AR CONDICIONADO AMAZONAS LTDA., deferidos pelo Superintendente da Suframa, em conformidade com o Parecer Técnico nº 209/2020/COATE/CGTEC/SAP, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 77 - Art. 1º Homologar, os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, ano-calendário 2014, da empresa FLEXTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA., decorrentes da dispensa de etapas de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção de TELEJOGOS E SEUS ACESSÓRIOS ("JOYSTICKS") e CARTUCHO PARA TELEJOGOS - (código padrão 0230 - 080), conforme previsto na Portaria Interministerial MDIC/MCTI n° 33, de 23 de maio de 2017, deferidos pela Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com os termos do Parecer Técnico n° 225/2020/COART/CGTEC/SAP, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 78 - Art. 1º Homologar os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, ano-calendário 2018, decorrentes da dispensa de etapas de industrialização do Processo Produtivo Básico (PPB), para a linha de produção TONALIZADOR (código padrão 0375), conforme previsto no art. 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 269, de 30 de agosto de 2013, da empresa PAULIMAC BRASIL CARTUCHOS LTDA., deferidos pelo Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com o Parecer Técnico nº 182 - COART/CGTEC/SAP, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 79 - Art. 1º Homologar, nos termos da Nota Técnica nº 079 - COAPI/CGAPI/SPR, o cumprimento do compromisso de exportação da empresa STECK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ nº 06.048.486/0001-14 e Inscrição Suframa nº 20.0109.75-8, referente ao ano calendário de 2019, para o produto DISPOSITIVO DE CONEXÃO PARA CIRCUITOS DE BAIXA TENSÃO, Código Suframa nº 1850, conforme disposto no Art. 4º da Resolução nº 300, de 16/12/2010, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 80 - Art. 1º Homologar o Cumprimento do Compromisso de Exportação, referente ao ano calendário de 2012, da empresa BRASITECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS PARA BELEZA LTDA., CNPJ n.º 07.293.118/0001-02 e Inscrição Suframa nº 20.0109.65-0, para o produto SECADOR PROFISSIONAL DE CABELO, Cód. Suframa n.º 1294, conforme disposto no art. 4º, da Resolução N.º 300, de 16 de dezembro de 2010, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 81 - Art. 1º Homologar os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ano-calendário 2017, decorrentes da dispensa de etapas de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM e UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM (código padrão 0285), estabelecida na Portaria Interministerial n° 8 - MCTI/MDIC, de 22 de janeiro de 2014., da empresa SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., deferidos pelo Superintendente da Suframa, em conformidade com o Parecer Técnico nº 300/2020/COATE/CGTEC/SAP, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 82 - Art. 1º Homologar o Cumprimento do Compromisso de Exportação, da empresa ARMOR BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS PARA IMPRESSÃO LTDA., com CNPJ n.º 08.979.043/0001-72 e Inscrição SUFRAMA nº 20.0114.50-6 para o produto FITA PARA IMPRESSÃO DE POLIÉSTER - Cód. Suframa n.º 1257, referente ao ano calendário de 2019, conforme disposto no art. 4º, da Resolução N.º 300, de 16 de dezembro de 2010, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 83 - Art. 1º Homologar o Cumprimento do Compromisso de Exportação, da empresa CHALLENGER DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., com CNPJ nº 12.901.599/0001-13 e Inscrição Suframa nº 200156284, para o produto PELÍCULA AUTO-ADESIVA DE PLÁSTICO - Cód. Suframa n.º 1728, referente ao ano calendário de 2019, conforme disposto no art. 4º, da Resolução N.º 300, de 16 de dezembro de 2010, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 84 - Art. 1º Homologar o cumprimento do compromisso de exportação referente ao ano calendário de 2019, para o produto FITA ADESIVA - Cód. Suframa n.º 0399, da empresa KORETECH EMBALAGENS DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ nº 13.524.220/0001-66 e Inscrição Suframa n.º 20.0151.60-6, conforme determina o Art. 4º da Portaria Interministerial n.º 144, de 15/05/2013, combinado com o estabelecido no Inciso II, do Art. 4º da Resolução nº 144, de 21 de agosto de 2018, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 85 - Art. 1º Autorizar com base no Art. 5º da Resolução n.º 300, de 16 de dezembro de 2010, nos termos da Nota Técnica n.º 45 - SPR/CGAPI/COAPI, a substituição do Programa de Compromisso de Exportação, ano calendário de 2019, por aplicação em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), referente ao produto FITA ADESIVA - Cód. Suframa n.º 0399, da empresa MANULI DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA., com CNPJ n.º 14.269.557/0001-37 e Inscrição Suframa n.º 20.0157.26-4, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 86 - Art. 1º Autorizar a SUFRAMA a alienar, na forma do Art. 29 do Decreto-Lei Nº 288/1967, mediante outorga de Escritura de Compra e Venda em nome de EXPEDITO BATISTA DE AGUIAR, uma área de 2,7433 hectares, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 87 - Art. 1º Autorizar a SUFRAMA a alienar, na forma do Art. 29 do Decreto-Lei Nº 288/1967, mediante outorga de Escritura de Compra e Venda em nome de DELFA CARMEN MOTA DE SOUZA, uma área de 4,0521 hectares, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 88 - Art. 1º Art. 1º Autorizar a SUFRAMA a alienar, na forma do Art. 29 do Decreto-Lei Nº 288/1967, mediante outorga de Escritura de Compra e Venda em nome de MARIA DA GLÓRIA ARAÚJO, uma área de 4,7285 hectares, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 89 - Art. 1º Autorizar a SUFRAMA a alienar, na forma do Art. 29 do Decreto-Lei Nº 288/1967, mediante outorga de Compra e Venda em nome de TEREZA IRENE DE ARAÚJO, uma área de 3,3641 hectares, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial, observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 90 - Art. 1º Aprovar o projeto simplificado de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TUTIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ: 84.501.873/0001-78, Inscrição SUFRAMA: 20.0101.86-2, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 248 - COAPA/CGPRI/SPR, para prestação de serviço de LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, observadas as disposições legais pertinentes e demais condições que estabelece;

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN
Superintendente

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PORTARIA Nº 352, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019 e levando em conta o disposto no art. 2 deste mesmo Estatuto,

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e áreas afins;

CONSIDERANDO a necessidade de pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão de obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;

CONSIDERANDO a necessidade de promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;

CONSIDERANDO a necessidade de prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho e orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, com vistas ao estabelecimento

e à implementação de medidas preventivas, de controle e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;

CONSIDERANDO a necessidade de atrair pesquisadores nacionais e do exterior para fortalecimento estratégico em atividades de interesse da FUNDACENTRO em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

CONSIDERANDO a necessidade da FUNDACENTRO atuar de forma mais efetiva na formação de recursos humanos em todos os níveis para o fortalecimento de suas atividades, bem como para a formação de mestres e/ou doutores nas suas áreas de atuação, e;

CONSIDERANDO a necessidade do promover o constante aperfeiçoamento de seus quadros através de estágios especializados em instituições do país e do exterior, resolve:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Bolsas IDEIA (Integração, Desenvolvimento e Inovação em Pesquisa Aplicada), com vistas à mobilização de pesquisadores externos à FUNDACENTRO (pesquisador visitante ou bolsista) para ampliação da capacidade nacional de pesquisa sobre os temas de segurança e saúde do trabalho (SST), visando o desenvolvimento do país e promoção do trabalho seguro, saudável e produtivo.

Parágrafo único. Incumbe a Diretoria de Pesquisa Aplicada, em conjunto com a Coordenação de Gestão de Pessoas, a implantação e a operacionalização do Programa de que trata esta Portaria.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - apoiar projetos de pesquisa definidos como prioritários pela Diretoria de Pesquisa Aplicada;

II - promover a formação de redes de pesquisadores em instituições acadêmicas, de ciência e tecnologia e de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas sobre temáticas para o desenvolvimento nacional na busca e compartilhamento de conhecimentos e experiências;

III - fomentar a pesquisa aplicada na área de SST;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento intelectual dos bolsistas;

V - permitir a transmissão de conhecimento de pesquisadores com reconhecida competência e experiência, e;

V - contribuir para a formulação das políticas sociais, econômicas e ambiental do País, alinhados às estratégias de Governo, bem como o estabelecimento de objetivos e padrões de excelência para a pesquisa.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 3º A seleção dos candidatos para implementação de apoios previstos no art. 6º deverão ser realizadas por meio de chamamentos públicos, os quais deverão conter no mínimo:

I - objeto;

II - quantidade e duração prevista das bolsas;

III - requisitos do candidato;

IV - forma de apresentação e envio das candidaturas;

V - cronograma;

VI - critérios de seleção;

VII - possibilidade de recursos, e;

VIII - resolução de casos omissos.

Parágrafo único. O chamamento público que trata este artigo será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no sítio eletrônico da FUNDACENTRO.

Art. 4º A avaliação e seleção das propostas de participação de que trata esta Portaria serão realizadas por um Comitê Julgador, na conformidade do que for estipulado no chamamento público.

§ 1º De todas as reuniões do Comitê serão lavradas atas, que indicarão os critérios adotados e as decisões tomadas.

§ 2º Das deliberações do Comitê de que trata este artigo caberá recurso, o qual deverá ser fundamentado, sob pena de indeferimento de pleito.

§ 3º Com a finalidade de resguardar o sigilo dos integrantes do Comitê, serão divulgados somente os pareceres sem constar a identificação de seus signatários.

Art. 5º Os resultados da seleção serão divulgados no sítio da FUNDACENTRO e seu extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO III

DO APOIO FINANCEIRO

Art. 6º O apoio financeiro de que trata esta Portaria será concedido através de bolsas de pesquisa, em modalidades e valores definidos em ato específico pela FUNDACENTRO.

§ 1º A concessão da bolsa de que trata o caput será de até 12 (doze) meses e não poderá exceder o período de duração do projeto.

§ 2º Poderá ser admitida renovação da bolsa mediante justificativa, desde que não exceda o tempo total de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º Não poderá ser concedida bolsa a candidato que tenha recebido bolsa FUNDACENTRO nos 12 (doze) meses anteriores à abertura do edital, exceto nas seguintes situações:

I - aos candidatos que receberam a mesma modalidade de bolsa pela FUNDACENTRO por período inferior à 12 (doze) meses; e

II - aos candidatos que estejam concorrendo à modalidade de bolsa diferente da recebida anteriormente.

§ 4º Para os casos descritos no parágrafo anterior será permitida apenas a concessão de bolsa pelo período de 12 (doze) meses, vedada a renovação, ficando o bolsista impedido de pleitear nova bolsa pelo prazo previsto no caput do § 3º.

§ 5º A qualquer tempo o coordenador do projeto poderá solicitar o cancelamento da bolsa, no caso de o bolsista não apresentar um desenvolvimento condizente ou do não cumprimento das atividades previstas do projeto.

§ 6º O pedido de cancelamento previsto no § 5º será analisado pela Diretoria de Pesquisa Aplicada no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 6º O término antecipado do projeto implicará o cancelamento imediato da bolsa.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 7º Cada projeto que receber bolsistas terá um coordenador, que será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pelo bolsista, devendo destacar aproveitamento, produtividade, formação técnica e outros elementos inerentes ao desenvolvimento do bolsista e ao bom desenvolvimento do projeto.

Parágrafo único. O Coordenador do Projeto estabelecerá, juntamente com o bolsista, o cronograma de trabalho, identificando as atividades a serem desenvolvidas, de acordo com o previsto no projeto de pesquisa e/ou chamamento público.

Art. 8º A cada dois anos, a partir da data desta Portaria, o Programa deverá ser submetido à avaliação da Presidência da FUNDACENTRO, com relatório que conterá, no mínimo:

I - descrição dos projetos apoiados e da participação dos bolsistas; e

II - valores despendidos com pagamento de bolsas.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 9º Os candidatos selecionados por meio desta Portaria, obrigam-se a:

I - firmar Termo de Compromisso para concessão da bolsa ou auxílio a pesquisador;

II - apresentar nos prazos determinados as informações ou documentos referentes a pesquisa desenvolvida;

III - atender às orientações do coordenador do projeto;

IV - apresentar relatório mensal e final padronizado sobre as atividades desenvolvidas durante o período de sua bolsa, devidamente avaliado pelo Coordenador do Projeto;

V - atuar como consultor ad hoc sempre que lhe for solicitado pela FUNDACENTRO; e

V - utilizar o nome da FUNDACENTRO em todas as divulgações escritas e orais em que faça alusão ao trabalho nela desenvolvido, devendo, no caso de descrição do vínculo temporário na FUNDACENTRO, apresentar-se com a denominação "Pesquisador Visitante na FUNDACENTRO" ou, por extenso, "Pesquisador Visitante na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho."

Art. 10º Ao candidato selecionado, fica proibida a acumulação de bolsa com outra instituição nacional, salvo disposição em contrário da outra instituição concedente.

CAPÍTULO VI

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 11º Toda a produção científica elaborada na execução dos projetos de que trata esta Portaria deverá ser posta à disposição da FUNDACENTRO para aplicação e difusão.

Art. 12º Serão da FUNDACENTRO a produção científica e a propriedade intelectual decorrente das atividades realizadas no âmbito do Programa, resguardado ao bolsista o crédito relativo ao trabalho.

§ 1º A FUNDACENTRO difundirá toda produção científica à sociedade brasileira e internacional produzida no âmbito dos projetos apoiados por esta Portaria.

§2º No ato de admissão, os candidatos selecionados assinarão o devido Termo reconhecendo que a produção científica e a propriedade intelectual decorrente das atividades realizadas no âmbito do programa pertencerão à FUNDACENTRO.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º O bolsista não está sujeito a qualquer espécie de vínculo empregatício ou estatutário com a FUNDACENTRO e/ou entidade conveniada que efetue o pagamento da bolsa.

Parágrafo Único. O pagamento da bolsa fica sujeita à disponibilidade financeira e orçamentária da FUNDACENTRO e/ou entidade conveniada, e seu pagamento poderá ser suspenso ou cancelado a qualquer tempo.

Art. 14º As questões omissas deverão ser resolvidas pela Presidência da FUNDACENTRO.

Art. 15º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de novembro de 2020.

FELIPE MÊMOLO PORTELA

ANEXO I

Declaro, para fins de direito, conhecer as normas gerais fixadas pela FUNDACENTRO sobre o Programa de Bolsas IDEIA e assumo o compromisso de cumpri-las durante o período de vigência da bolsa de Pesquisador Visitante que é concedida na condição de não ensejar, sob qualquer hipótese, vínculo empregatício ou estatutário por parte da FUNDACENTRO em relação ao solicitante, nem implicar responsabilidade de indenização por eventuais danos ou prejuízos decorrentes das atividades realizadas, comprometendo-me a desenvolver as atividades relacionadas com a condição de "Pesquisador Visitante" em dedicação à FUNDACENTRO, durante o período de vigência da presente da bolsa de Pesquisador Visitante, e comprometendo-me a fazer constar o nome da FUNDACENTRO em todas as divulgações escritas ou orais em que faça alusão ao trabalho desenvolvido na FUNDACENTRO, devendo, no caso de descrição de vínculo, apresentar-me com a designação de "Pesquisador Visitante na FUNDACENTRO" ou, por extenso, "Pesquisador Visitante na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho". Declaro também ter ciência que a bolsa tem caráter precário e poderá ser suspensa ou cancelada a qualquer tempo pela FUNDACENTRO sem qualquer direito a indenização ou compensação.

O não cumprimento das obrigações aqui expressas implicará na suspensão imediata do pagamento da bolsa e do ressarcimento integral dos valores recebidos.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 887, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 455/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510346.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Unirb - Alagoas (F. UNIRB), com sede na Avenida Menino Marcelo, nº 7.600, bairro Antares, no município de Maceió, no estado de Alagoas, mantida pela Unidade Regional Brasileira de Educação Ltda., com sede na rua Altino Ribeiro Rocha, bairro Alagoinhas Velha, no município de Alagoinhas, no estado da Bahia (CNPJ 15.121.017/0001-74).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 888, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 446/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201901438.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Centro São Paulo (FACESP), a ser instalada na Rua Líbero Badaró, nº 292, Centro, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Centro São Paulo Ltda., com sede no mesmo endereço (CNPJ 29.800.793/0001-05).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 889, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 461/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710449.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM), com sede na Rua Major Gote, nº 1.408, Centro, no município de Patos de Minas, no estado de Minas Gerais, mantida pela Associação Educacional de Patos de Minas - AEPM, com sede no mesmo endereço (CNPJ 03.238.898/0001-29).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 890, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 458/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201307790.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Paulista de Comunicação (FEPAC), com sede na Avenida Paulista, nº 2.200, bairro Cerqueira César, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Fundação Mundial, com sede n Rua Santo Antônio, nº 253, Centro, no município de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo (CNPJ 03.910.078/0001-31).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 891, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 499/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814744.

Art. 2º Recredenciar o Centro Universitário Favip Wyden (UniFavip Wyden), com sede na Avenida Adjar da Silva Case, nº 800, bairro Indianópolis, no município de Caruaru, no estado de Pernambuco, mantido pela Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca Ltda., com sede na Rua Gumercindo Pereira dos Santos, nº 800, bairro Indianópolis, no município de Caruaru, no estado de PErnambuco (CNPJ 02.738.361/0001-65).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº: 23000.022072/2020-65
Interessada: Editora do Brasil S.A.
Assunto: Recurso Hierárquico com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Edital de Convocação nº 1/2019 - CGPLI - convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC.
DECISÃO: Tendo em vista os autos do processo em referência, interposto com base no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos termos do Parecer nº 01058/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - ConJur/MEC, cujos fundamentos adoto, conforme disposto no art. 50, § 1º, bem como na referida Lei nº 9.784, de 1999, conheço do recurso interposto pela Editora do Brasil S.A e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo na íntegra o resultado final da avaliação das obras didáticas no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC, conforme consta na Portaria SEB/MEC nº 20, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de agosto de 2020.

Processo nº: 23123.004982/2020-70
Interessada: Editora FTD S/A.
Assunto: Recurso em face da Portaria SEB nº 17, de 31 de julho de 2020, - Resultado da Etapa Recursal do PNLD 2019 - Atualização BNCC.
DECISÃO: Tendo em vista os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 01041/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - ConJur-MEC, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso hierárquico interposto pelo interessado e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante no resultado da fase recursal das obras inscritas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC, divulgado mediante a Portaria nº 17, de 31 de julho de 2020, da Secretaria de Educação Básica - SEB, que indeferiu recurso em face da reprovação da obra didática registrada sob o código nº 0036P19041, no componente curricular de História.

Processo nº: 23123.004958/2020-31
Interessada: Editora Moderna Ltda.
Assunto: Recurso Hierárquico com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Edital de Convocação nº 01/2019 - CGPLI - Processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC.
DECISÃO: Tendo em vista os autos do processo em referência, interposto com base no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos termos do Parecer nº 01072/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - ConJur/MEC, cujos fundamentos adoto, conforme o disposto no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, conheço do recurso interposto pela Editora Moderna Ltda. e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo na íntegra o resultado final da avaliação das obras didáticas no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC, conforme consta da Portaria nº 20, de 14 de agosto de 2020, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de agosto de 2020.

Processo nº: 23123.004904/2020-75
Interessada: Editora Moderna Ltda., representada por Gustavo Henrique Carvalho Schiefler.
Assunto: Recurso em face da Portaria SEB nº 17, de 31 de julho de 2020. Resultado da Etapa Recursal do PNLD 2019 - Atualização BNCC.
DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01033/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pelo interessado e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante no resultado da fase recursal das obras inscritas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2019 - Atualização BNCC, divulgado mediante a Portaria nº 17, de 31 de julho de 2020, da Secretaria de Educação Básica - SEB, que indeferiu recurso face à reprovação da obra didática registrada sob o código nº 0052P19041, no componente curricular de História.

MILTON RIBEIRO
Ministro

DESPACHO DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CEB nº 1/2020, da Câmara de Educação Básica - CEB, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que aprova a normatização da matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados e apátridas no sistema público de ensino brasileiro, consoante o Projeto de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo nº 23001.001020/2018-21.

MILTON RIBEIRO
Ministro

DESPACHOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Tendo em vista os autos do processo em referência, e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 01028/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer CNE/CES nº 365/2020, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 206/2019, ambos da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que analisou o recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES que, por meio da Portaria nº 909, de 24 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 26 de dezembro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso superior de Jogos Digitais, tecnológico, da Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR, com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, mantida pela Fainor Faculdade Independente do Nordeste Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.001115/2019-75 (e-MEC nº 201703365).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 355/2020, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Metodista Conexional - Faco, com sede no município de Guarantã do Norte, no estado de Mato Grosso, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Ortodoxo, com sede no mesmo município e estado, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 578, de 19 de dezembro de 2019, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Pedagogia, licenciatura, da referida Instituição, conforme consta do Processo nº 00732.002627/2020-92 (e-MEC nº 201809443).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 01222/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 496/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES que, por meio da Portaria nº 221, de 8 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 9 de julho de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de São Bento - FSB, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, porém com redução das 150 (cento e cinquenta) vagas pleiteadas para 75 (setenta e cinco) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.002675/2020-81 (e-MEC nº 201820327).

MILTON RIBEIRO
Ministro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS CENTRO SERRANO

PORTARIA Nº 164, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CENTRO-SERRANO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.070, de 05.06.2014, da Reitoria-Ifes e considerando o conteúdo do Processo nº 23544.000480/2020-82, , resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, da área de Conhecimento de Ciências Contábeis, regido pelo Edital 01/2020, de 18 de setembro de 2020, deste campus, conforme a anexo I.

Art. 2º Dê-se ciência e publique-se.

WAGNER POLTRONIERE ENTRINGER

ANEXO I

EDITAL Nº 01/2020 - RESULTADO FINAL
Área de Conhecimento/Disciplina: Ciências Contábeis - 40 horas

Insc.	Nome	Prova de Títulos	Prova de Desempenho Didático	Total de Pontos	Classificação
14	JULIANA MOLINA QUEIROZ	49,00	91,00	74,20	1º
6	ALINE OLIVEIRA AMARAL	67,25	73,00	70,70	2º
12	RENATO TOGNERE FERRON	50,50	76,33	66,00	3º
8	FABIANO DA SILVEIRA	32,00	79,50	60,50	4º
19	SAMAEL SALIM GEREMIAS	33,50	49,33	43,00	5º
15	DOUGLAS SANTOS DE ANDRADE	46,00	Não compareceu	Não habilitado	Não habilitado
16	VENICIOS OLIVEIRA ALVES	46,00	Não compareceu	Não habilitado	Não habilitado
1	MARLON COQUEIRO GALDINO	40,50	Não compareceu	Não habilitado	Não habilitado
2	LEONARDO EFFIGEN RIZZI	35,75	Não compareceu	Não habilitado	Não habilitado
13	GILIARDY CELESTINO DE FREITAS	33,00	Não comparecei	Não habilitado	Não habilitado

WAGNER POLTRONIERE ENTRINGER

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CAMPUS CONGONHAS

PORTARIA Nº 135, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS CONGONHAS, nomeado pela Portaria do IFMG nº 1.164, de 20/09/2019, publicada no DOU de 23/09/2019, Seção 2, pág. 29, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e conforme Portaria do IFMG nº 475 de 06 de abril de 2016, publicada no DOU de 15/04/2016, Seção 2, pág. 17, retificada pela Portaria nº 805 de 04 de julho de 2016, publicada no DOU de 06/07/2016, Seção 2, pág. 22 e considerando a Portaria n° 1078 de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 04 de outubro de 2016, Seção 2, pág. 20; resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, a partir do dia 20 de novembro de 2020 a 19 de novembro de 2021, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto de que trata o Edital nº 013/2019 do IFMG Campus Congonhas, de 29/09/2019, publicado no DOU em 03/10/2019, Seção 3, página 63, homologado no DOU em 20/11/2019, Seção 3, página 63.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERT CRUZOALDO MARIA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 934-RTR/UFMS, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Consolida os atos sobre os feriados nacionais, estaduais, municipais e ponto facultativo no ano de 2020, recesso e compensação do recesso de fim de ano.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o contido no Processo nº 23104.028577/2020-75, resolve:

Art. 1º Esta Portaria consolida os atos normativos editados pelo Reitor em relação aos dias de feriados nacionais, estaduais, municipais e de pontos facultativos, no ano de 2020, para cumprimento pelos servidores da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Parágrafo único. Caberá aos Dirigentes das Unidades o cumprimento desta Portaria, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme disposto no seu Anexo.

CAPÍTULO I

DA COMPENSAÇÃO

Art. 2º Os feriados civis e religiosos declarados em lei estadual ou municipal serão observados pelas Unidades da UFMS nas respectivas localidades.

Art. 3º Os dias de guarda dos credos e religiões, não relacionados nesta Portaria, poderão ser compensados na forma do inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de desde que previamente autorizado pelo responsável pela Unidade Administrativa de exercício do servidor.

Art. 4º Caberá aos Dirigentes das Unidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º O recesso para comemoração das festas de fim de ano (Natal e Ano Novo) compreenderá os dias 21 a 31 de dezembro de 2020, sendo que os dias 24 e 31 são considerados ponto facultativo, a partir das 13 horas, e o dia 25 é feriado nacional.

§1º A compensação do recesso deverá seguir o período a ser estabelecido pelo Ministério da Economia.

§ 2º A compensação deverá ocorrer na forma do inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, do Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, preservando os serviços essenciais, em especial o atendimento ao público, de acordo com a deliberação do responsável pela Unidade Administrativa.

§3º O servidor que não compensar as horas usufruídas em razão do recesso sofrerá desconto na sua remuneração, proporcionalmente às horas não compensadas.

§4º O período a que se refere o caput sujeitar-se-á a ato específico a ser estabelecido pelo Ministério da Economia.

CAPÍTULO II

DO APROVEITAMENTO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO COMO COMPENSAÇÃO

Art. 6º Fica autorizado, para fins de desenvolvimento pessoal, o aproveitamento de cursos realizados pelo servidor como compensação do recesso de fim de ano (Natal e Ano Novo), relativo ao ano de 2020, mediante apresentação de Certificado de Conclusão do curso.

Art. 7º Serão aceitos somente Certificados relacionados a cursos alinhados e/ou constantes no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP/UFMS), incluídos os cursos de capacitação específica.

Art. 8º Serão aceitos somente Certificados de Conclusão de cursos iniciados a partir de 3 de novembro de 2020 até três meses após o gozo do recesso.

§ 1º Caberá à Coordenadoria de Desenvolvimento e Recrutamento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (CDR/Progep) validar o Certificado de Conclusão do curso, para fins de compensação.

§ 2º Não existe limite para o número de cursos realizados, sendo o aproveitamento para compensação limitado à carga horária a ser compensada pelo servidor.

Art. 9º O interessado em compensar o recesso de fim de ano (Natal e Ano Novo), deverá autuar Processo no SEI, mediante preenchimento de Requerimento Único assinado pela Chefia Imediata e Direção da Unidade, anexar o Certificado de Conclusão de Curso e enviar para a CDR/Progep.

Parágrafo único. Na eventualidade de conclusão de novos cursos, para a compensação do recesso de 2020, o servidor deverá utilizar o mesmo Processo, com inserção do requerimento adicional e Certificados de Conclusão.

Art. 10. Após validação do Certificado e registro da capacitação pela CDR/Progep, o Processo deverá ser encaminhado para a Direção da Unidade de lotação do servidor, para registro da compensação do recesso de fim de ano no Sistema do Relatório Mensal de Ocorrências (RMO).

Parágrafo único. No caso de invalidação do Certificado, a compensação do recesso de fim de ano deverá ser realizada na forma e prazo estipulado pelo Governo Federal.

Art. 11. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.844, de 2 de dezembro de 2019; e

II - a Portaria nº 708, de 22 de julho de 2020.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

MARCELO AUGUSTO SANTOS TURINE

ANEXO

FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS E PONTOS FACULTATIVOS - 2020
(Portaria nº 934-RTR/UFMS, de 27 de outubro de 2020.)

Ano de 2020	Dia	Abrangência	Feriados e Pontos Facultativos
Janeiro	01	UFMS	Feriado Nacional - Confraternização Universal
Fevereiro	24	UFMS	Ponto Facultativo
	25	UFMS	Feriado Nacional - Carnaval
	26	UFMS	Quarta-Feira de Cinzas - Ponto Facultativo até as 13h
Março	02	CPAN	Feriado Municipal/Nossa Senhora da Candelária - Padroeira de Corumbá
	19	CPCX e CPPP	Feriado Municipal - São José - Padroeiro de Coxim e Ponta Porã
Abril	10	UFMS	Feriado Nacional - Sexta-Feira Santa
	11	UFMS	Ponto Facultativo na Cidade Universitária, CPAN, CPAQ, CPAR, CPCS, CPNA, CPNV, CPPP e CPTL Feriado Municipal - Aniversário de Coxim
	20	UFMS	Ponto Facultativo
	21	UFMS	Feriado Nacional - Tiradentes
	30	CPNA	Feriado Municipal - Aniversário de Nova Andradina
Maio	01	UFMS	Feriado Nacional - Dia do Trabalho
	13	CPNV	Feriado Municipal - Nossa Senhora de Fátima - Padroeira de Naviraí
	31	CPNA	Feriado Municipal - Dia de N. Sra. do Imaculado Coração de Maria - Padroeira de Nova Andradina
Junho	11	UFMS	Feriado Nacional - Corpus Christi
	12	UFMS	Ponto Facultativo
	13	UFMS	Ponto Facultativo em CPAQ, CPAR, CPCS, CPCX, CPNA, CPNV, CPPP e CPTL/Feriado Municipal - Santo Antônio - Padroeiro de Campo Grande/Feriado Municipal - Retomada de Corumbá
	15	CPTL	Feriado Municipal - Aniversário de Três Lagoas
	29	CPCS	Feriado Municipal - São Pedro - Padroeiro de Chapadão do Sul
Julho	04	CPAR	Feriado Municipal - Aniversário de Paranaíba
	18	CPPP	Feriado Municipal - Aniversário de Ponta Porã
	26	CPAR	Feriado Municipal - Nossa Senhora de Sant'Ana - Padroeira de Paranaíba
Agosto	15	CPAQ	Feriado Municipal - Aniversário de Aquidauana
	26	Cidade Universitária	Feriado Municipal - Aniversário de Campo Grande
Setembro	07	UFMS	Feriado Nacional - Independência do Brasil
	21	CPAN	Feriado Municipal - Aniversário de Corumbá
Outubro	11	UFMS	Feriado Estadual - Aniversário de Mato Grosso do Sul
	12	UFMS	Feriado Nacional - N. Sra. Aparecida
	13	UFMS	Feriado - Dia do Servidor Público Federal (transferido de 28/10/2020)
	23	CPCS	Feriado Municipal - Aniversário de Chapadão do Sul
Novembro	02	UFMS	Feriado Nacional - Finados
	11	CPNV	Feriado Municipal - Aniversário de Naviraí
	15	UFMS	Feriado Nacional - Proclamação da República
	20	CPAN e CPAR	Feriado Municipal - Dia da Consciência Negra
Dezembro	08	CPAQ	Feriado Municipal - Imaculada Conceição - Padroeira de Aquidauana
	20	CPNA	Feriado Municipal - Aniversário de Nova Andradina
	24	UFMS	Ponto Facultativo a partir das 13h
	25	UFMS	Feriado Nacional - Natal
	31	UFMS	Ponto Facultativo a partir das 13h

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 2.139, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos, proposto pela empresa Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A.

A SECRETÁRIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 2.787, de 24 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e o que consta no Processo nº 50000.031638/2020-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos, proposto pela empresa Porto Central Complexo Industrial Portuário S.A., CNPJ nº 20.391.326/0001-02, denominado "Primeira Etapa da Primeira Fase do Porto Central - Terminal de Graneis Líquidos", que tem por objetivo a implantação de um Terminal de Graneis Líquidos, com capacidade projetada de até 1 milhão de barris por dia, no Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo, referente ao Contrato de Adesão nº 003/2017-MTPA, conforme descrito no Anexo a esta Portaria, que dela é parte integrante..

Art. 2º A empresa Porto Central Complexo Industrial Portuário S.A. deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação ou coabilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 18, da Portaria GM/MTPA nº 512, de 27 de setembro de 2018.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.031638/2020-12 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

ANEXO	
Nome Empresarial	Porto Central Complexo Industrial Portuário S.A.
CNPJ	20.391.326/0001-02
Tipo	Porto / Instalações Portuárias de Uso Privativo
Descrição do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado "Primeira Etapa da Primeira Fase do Porto Central - Terminal de Graneis Líquidos", que tem por objetivo a implantação de um Terminal de Graneis Líquidos, com capacidade projetada de até 1 milhão de barris por dia, no Município de Presidente Kennedy,
	no Estado do Espírito Santo, referente ao Contrato de Adesão nº 003/2017-MTPA, incluindo as seguintes obras: (i) canal de acesso; (ii) bacia de evolução externa; (iii) sistema de sinalização náutica; (iv) quebra mar sul; (v) berço de serviço para frota de rebocadores e berço de apoio operacional para frota do porto e do Centro de
	Defesa Ambiental e frota de apoio operacional; (vi) píer com quatro berços para o recebimento e operação de transbordo de óleo cru e derivados com capacidade projetada de 1 milhão de barris por dia, considerando ao atendimento de navios VLCC, Suezmax navios tanques de derivados/combustíveis em operação de transhipment
	com ponte de acesso em terra; (vii) edifícios administrativos com área de estacionamento; (viii) portões de acesso e rodovia de acesso interna; (ix) cercas com circuito fechado de câmera e tv; (x) subestação compacta e sistema de distribuição de energia elétrica; (xi) sistema de abastecimento, tratamento e distribuição de água;
	(xii) sistema compacto de tratamento de efluentes; (xiii) paisagismo; (xiv) centro de convivência; e (xv) instalações de apoio ao atendimento as condicionantes descritas nas licenças ambientais do projeto.
Localização	Estado do Espírito Santo
Estimativa de Investimento	R$ 4.303.065.492,00
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 561.269.411,00

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.033, DE 9 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN nº 4.934, de 21 de novembro de 2019, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.028414/2020-23, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, a plataforma tecnológica da empresa EAD CURSO DE TRÂNSITO E TECNOLOGIA Ltda., CNPJ nº 37.799.503/0001-89, situada no ST SRTVS, Quadra 701 s/n, Bloco O, Sala 611, Asa Sul, CEP: 70.340-000, Brasília/DF, e os seguintes cursos realizados na modalidade ensino à distância (EAD):

I - Curso para Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros;

II - Curso para Condutores de Veículo de Transporte Escolar;

III- Curso para Condutores de Veículo de Transporte de produtos perigosos;

IV - Curso para Condutores de Veículo de Emergência;

V - Curso para Condutores de Veículo de Transporte de carga indivisível e outras objeto de regulamentação pelo CONTRAN;

VI - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte de Escolares;

VII - Curso de Atualização para Condutores de Veículo para Transporte Coletivo de passageiros;

VIII - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de transporte de cargas de produtos perigosos;

IX - Curso de Atualização para Condutores de Veículo de Transporte de Emergência; e

X - Curso de Atualização para Condutores de veículo de cargas com blocos de rocha ornamentais e outras cujo objeto seja de regulamentação especifica pelo CONTRAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.052, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN nº 4.934, de 21 de novembro de 2019, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.016325/2020-34, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, para a empresa IBACBRASIL TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS Ltda., CNPJ nº 05.974.557/0001-47, situada Rua da Paz, nº 236, Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.060-160, os seguintes cursos:

na modalidade de ensino à distância (EAD):

Curso de Atualização para Renovação da CNH; e

Curso Preventivo de Reciclagem para Condutores Infratores.

na modalidade Ensino à Distância (EaD) e semipresencial:

Curso de atualização destinado a profissionais em transporte de passageiro (mototaxista); e

Curso de atualização destinado a profissionais em entrega de mercadorias (motofretista).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.112, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.022191/2020-91, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CATA - INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA, CNPJ nº 05.580.434/0001-21, situada no Município de São Paulo, Rua Barra do Turvo, nº 153, Mooca, CEP: 03.162-120, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.116, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.026884/2020-52, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica DE PAULA VILAS BOAS VISTORIA DE SEGURANÇA AUTOMOBILÍSTICA Ltda., CNPJ nº 08.745.464/0001-39, situada no Município de Diadema/SP, Avenida Piraporinha 404, Vila Nogueira, CEP: 09950-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.118, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.025170/2020-27, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CENTRAL LINHARES DE INSPEÇÕES VEICULARES Ltda., CNPJ nº 06.273.616/0001-12, situada no Município de Linhares/ES, Avenida Prefeito Anário Marreiro, nº 873, Nossa Senhora da Conceição, CEP: 29.900-505, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.119, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.025688/2020-61, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica UNIV UNIDADE DE INSPEÇÕES VEICULARES DE ARARUAMA Ltda., CNPJ nº 15.658.626/0001-67, situada no Município de Araruama/RJ, Rodovia Amaral Peixoto, 90017, Parque Hotel, CEP: 28.970-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.120, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017894/2020-05, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica FIT INSPEÇÃO VEICULAR Ltda., CNPJ nº 08.387.750/0001-70, situada na Rua do Salvador, nº 875 - Tomba, Feira de Santana/BA, CEP: 44.090-059, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.129, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.025443/2020-33, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 02.750.377/0002-74, situada na Avenida Atílio Correa Lima, nº 1494, Quadra 108, Lote 06, Cidade Jardim, Goiânia/GO, CEP: 74.465-539, a Portaria DENATRAN nº 37, de 22 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.130, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.004964/2020-57, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA NORTE TÉCNICA INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 21.435.997/0001-82, situada na Rua Nelson Rodrigues, nº 02, Compensa, Manaus/AM, CEP: 69.035-351, a Portaria DENATRAN nº 164, de 04 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 05 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.131, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.003973/2020-21, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 02.750.377/0010-84, situada na Rua A, s/nº, Quadra 05, Lote A 1, Nova Esperança II, Cuiabá/MT, CEP: 78.098-270, a Portaria DENATRAN nº 210, de 22 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.132, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.061556/2019-69, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa CENTRAL PELOTAS DE INSPEÇÕES VEICULARES LTDA., CNPJ nº 06.749.438/0001-53, situada na Rua Professor Araújo, nº 1698, Centro, Pelotas/RS, CEP nº 96.020-360, a Portaria DENATRAN nº 2.872, de 28 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 2 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.135, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.025404/2020-36, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ nº 02.750.377/0006-06, situada na Rua Bizazel José dos Santos, nº 185, Loteamento INDL. COML e de Prest Serv Norte Sinop, SINOP/MT, CEP: 78.551-035, a Portaria DENATRAN nº 22, de 23 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.136, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.064390/2019-32, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA - REALENGO INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 11.443.209/0002-27, situada na Avenida Brasil, nº 2332, Parte A, Benfica, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.930-040, a Portaria DENATRAN nº 46, de 19 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.137, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.018831/2020-68, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa JM INSPEÇÕES VEICULARES LTDA - ME, CNPJ nº 29.310.732/0001-60, situada na Avenida Ralf Bolli, nº 381, Galpão 1 e 2, Granja Carolina, Cotia/SP, CEP: 06.700-175, a Portaria DENATRAN nº 185, de 04 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.138, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, bem como o que consta no processo administrativo nº 50000.060152/2019-58, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga, a pedido da empresa SETA SÃO LUIS INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ: 024.129.727/0001-31, situada na Rua Doze, nº 1-A, Distrito Industrial, São Luis/MA, CEP nº 65090-260, a Portaria DENATRAN nº 396, de 27 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (DENATRAN) Nº 2.145, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Estabelece o valor referente à homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas e regulamenta a validação biométrica facial de condutores, para os cursos realizados na modalidade de ensino à distância (EAD) de que trata a Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o inciso XVIII do art. 3º, e a alínea b do inciso I e as alíneas x e z do inciso II do art. 12 da Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.030916/2019-81, resolve:

CAPÍTULO I

DOS VALORES PARA HOMOLOGAÇÃO DOS CURSOS E DAS PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS

Art. 1º Esta Portaria estabelece o valor referente à homologação da plataforma tecnológica e dos cursos realizados na modalidade de ensino à distância (EAD) e regulamenta a validação biométrica facial de condutores, para os cursos de que trata a Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018.

Art. 2º O valor devido para cada homologação de que trata o art. 1º é de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

§ 1º O valor previsto no caput corresponde à homologação da plataforma tecnológica e de um curso.

§ 2º O valor de homologação de cada curso adicional é de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º O recolhimento da quantia referente à homologação deve ser realizado após a aprovação do curso e da plataforma tecnológica pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 4º A Guia de Recolhimento à União (GRU) de que trata o inciso XVIII do art. 3º da Resolução CONTRAN nº 730, de 2018, deve ser gerada no sítio eletrônico do Tesouro Nacional e preenchida com as seguintes informações:

I - Unidade Gestora (UG): 200012;

II - Gestão: 00001-TESOURO NACIONAL;

III - Nome da Unidade: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO;

IV - Código de Recolhimento: 20091-3 -DENATRAN-CREDENCIAMENTO;

V - Vencimento (dd/mm/aaaa): último dia do mês de geração da GRU;

VI - CNPJ ou CPF do Contribuinte: CNPJ da entidade solicitante da homologação;

VII - Nome do Contribuinte/Recolhedor: razão social da entidade solicitante;

VIII - (=) Valor Principal: valor apurado na forma do art. 4º; e

IX - (=) Valor Total: repetir o valor principal.

§ 1º Os demais campos da GRU não devem ser preenchidos.

§ 2º Em caso de não pagamento até o vencimento de que trata o inciso V, deve ser gerada nova GRU.

§ 3º A Portaria de homologação deve ser expedida após a quitação da GRU.

CAPÍTULO II

DA VALIDAÇÃO BIOMÉTRICA FACIAL DE CONDUTORES

Art. 5º Para homologação da plataforma tecnológica de EAD junto ao órgão máximo executivo de trânsito da União, a entidade deve dispor de sistema de coleta de biometria facial para validação de condutores.

Art. 6º Sempre que a validação biométrica facial for exigida pelo sistema, a entidade homologada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União deve efetuar a coleta e o armazenamento da biometria com ao menos uma imagem do condutor, observado o sigilo das informações de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para validação junto ao Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH).

Art. 7º O sistema de gestão da entidade homologada deve integrar-se à base de dados do órgão máximo executivo de trânsito da União para validação dos condutores cadastrados no RENACH.

§ 1º O sistema deve gerar arquivos de coletas biométricas que contenham trilha de auditoria em relação à data, horário e local da coleta biométrica facial

§ 2º Para fins do disposto no caput, a entidade homologada deve celebrar contrato com entidade pública ou privada designada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, responsável pela solução tecnológica a ser utilizada.

§ 3º Para validação do condutor junto ao banco de imagens do RENACH, o sistema de gestão da entidade homologada deve submeter o CPF e a imagem da biometria facial do condutor à solução tecnológica disponibilizada pela entidade indicada a que se refere o § 2º.

§ 4º A cada imagem submetida, a solução tecnológica de validação deve retornar um percentual de similaridade da imagem enviada pela entidade homologada com a imagem da última Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida do condutor armazenada no RENACH.

§ 5º As validações com resultado igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) são consideradas autorizadas, e o sistema de gestão da entidade homologada pode prosseguir com as etapas seguintes do processo.

§ 6º Se o resultado da validação for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento), o sistema de gestão da entidade homologada deve bloquear o prosseguimento do processo, e o condutor deve realizar nova coleta de biometria facial junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de registro de sua CNH.

§ 7º A cada utilização da plataforma, o condutor deve validar a biometria facial ao acessar e ao encerrar a sessão.

§ 8º Os arquivos de que trata o § 1º devem ser armazenados em infraestrutura segura por, no mínimo, cinco anos.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam revogadas as Portarias DENATRAN:

I - nº 4.934, de 21 de novembro de 2019; e

II - nº 395, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 2.971, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030574/2020-07, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Geraldo Moacir Bordon;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0052;

III - município (UF): Presidente Epitácio (SP); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 46' 30" S / 052° 08' 37" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 545/SOP, de 18 de novembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União Nº 224, de 28 de novembro de 1994, Seção 1, p. 17993.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.973, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030344/2020-30, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: São Lourenço do Sul;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0034;

III - município (UF): São Lourenço do Sul (RS); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 31° 23' 05'' S / 052° 01' 57'' W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias nº 167/SOP, de 27 de abril de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 1990, Seção 1, página 10479; e da Portaria nº 349/SOP, de 18 de setembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 1990, Seção 1, página 18927.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.974, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030568/2020-41, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Janaúba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0021;

III - município (UF): Janaúba (MG); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 43' 55" S / 043° 19' 23" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 113/SOP, de 16 de março de 1995, publicada no Diário Oficial da União Nº 60 de 28 de março de 1995.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.975, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030352/2020-86, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Carlos Ruhl;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0048;

III - município (UF): Cruz Alta (RS); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 28° 39' 31"S / 053° 36' 41"W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DGCA nº 300, de 16 de junho de 1950, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 1950.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.976, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.013997/2020-54, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Nelson Garófalo

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0061;

III - município (UF): São Manuel (SP); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 41' 46" S / 048° 34' 34" W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ANAC nº 1.381/SIA, de 30 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.977, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.017655/2020-11, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Torres;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0011;

III - município (UF): Torres (RS); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 29° 24' 54"S / 049° 48' 36" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1.477/SIA, de 15 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2019, seção 1, página 46.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 2.978, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030559/2020-51, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Guadalupe;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0005;

III - município (UF): Guadalupe (PI); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 06° 46' 59" S / 043° 34' 51" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DAC Nº 45, de 30 de março de 1970, alterada pela Portaria DAC nº 76, de 1970.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.536, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.032271/2020-21, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Antas;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PB0031;

III - município (UF): Sapé (PB);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 06° 58' 24" S / 035° 15' 12" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.968, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão G, aprovado pela Portaria nº 2.867/SPO, de 15 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 135 e na Lei nº 7.565, de 29 de dezembro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00058.033173/2020-09, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão cautelar do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2019-06-60EE-03-00 emitido em favor da sociedade empresária Ultra Pilots Táxi Aéreo, CNPJ 33.090.705/0001-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 8.084-ANTAQ, DE 27 DE OUTUBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018394/2020-06, e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.174-ANTAQ, de 17 de abril de 2015, de titularidade do empresário individual I. M. DE ARAÚJO TRANSPORTES - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 06.984.856/0001-25, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de inclusão de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 2º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.174-ANTAQ e revogar a Resolução nº 5.665-ANTAQ, ambos de 22 de setembro de 2017.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

RESOLUÇÃO Nº 8.085-ANTAQ, DE 27 DE OUTUBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018884/2020-02, e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.590-ANTAQ, de 1º de novembro de 2018, de titularidade do empresário individual JOSÉ DO CARMO BATISTA, inscrito no CNPJ sob o nº 14.059.998/0001-04, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração do esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 1º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.590-ANTAQ e revogar a Resolução nº 6.731-ANTAQ, ambos de 13 de fevereiro de 2019.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

RESOLUÇÃO Nº 8.086-ANTAQ, DE 27 DE OUTUBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018858/2020-76, e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 851-ANTAQ, de 12 de abril de 2012, de titularidade da empresa GRÃO PARÁ - NAVEGAÇÃO E CONSTRUÇÃO NAVAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.137.322/0001-77, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de alteração da razão social da empresa autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 3º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 851-ANTAQ e revogar a Resolução nº 3.044-ANTAQ, ambos de 30 de agosto de 2013.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

RESOLUÇÃO Nº 8.087-ANTAQ, DE 27 DE OUTUBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.015079/2019-85, e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 884-ANTAQ, de 20 de agosto de 2012, de titularidade da empresa M. MONTEIRO COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.936.070/0001-07, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de exclusão de embarcação da frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 3º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 884-ANTAQ e revogar a Resolução nº 7.297-ANTAQ, ambos de 27 de outubro de 2019.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

ACÓRDÃO Nº 148-ANTAQ, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Processo: 50300.007582/2016-14
Parte: APM TERMINALS ITAJAI S.A. (04.700.714/0001-63)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de embargos de declaração opostos pela empresa APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. (SEI nº 1032413), em que a embargante aponta supostas omissões que teriam sido perpetradas no bojo da decisão que culminou na Resolução nº 7.608-ANTAQ (SEI nº 0985812), que resolveu nos seguintes termos:

Art. 1º Determinar que o Processo Administrativo nº 50300.007582/2016-14 retorne à sua tramitação ordinária, observando as premissas delineadas Voto AST-DG 0976300.

Art. 2º Determinar que a empresa APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. se abstenha de movimentar, no Porto de Itajaí, quaisquer cargas não previstas expressamente no seu Contrato de Arrendamento nº 30/2001, sendo permitida a movimentação de carga geral, desde que esteja devidamente unitizada, ou seja, com os volumes devidamente acoplados entre si (não soltos), mantidos invioláveis ao longo de todo o transporte, nos termos delineados no supracitado voto.

Art. 3º Indeferir o requerimento da SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI para que seja autorizado à APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. operar cargas conteinerizadas fora da área do arrendamento.

Art. 4º Recomendar à empresa APM TERMINALS ITAJAÍ S.A. que, se assim entender cabível, promova a criação de subsidiária integral para realização das operações fora da área arrendada, por meio de regime de tarifas públicas, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para que a empresa regularize nova subsidiária, ocasião em que, nesse interregno, excepcionalmente, poderá seguir na operação nos moldes atuais, respeitando a limitação contratual na movimentação de cargas, haja vista a restrição locacional informada nos autos e o princípio da continuidade da prestação dos serviços portuários.

Art. 5º Determinar à SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ - SPI a retificação do Certificação de Operador Portuário da APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., restringindo-o às cargas previstas no Contrato de Arrendamento nº 30/2001, quais sejam, contêineres, cargas unitizadas e veículos.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 488ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 05/10/2020 e 07/10/2020, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em:

I - Conhecer dos embargos de declaração opostos pela APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., eis que tempestivos;

II - Dar parcial provimento aos embargos de declaração para reconhecer parte das omissões apontadas, apenas para saná-las e esclarecê-las, sem, contudo, ter o condão de modificar a decisão embargada, mantendo a integralidade da Resolução 7.608-ANTAQ (SEI nº 0985812);

III - Revogar a decisão prolatada e materializada na Resolução 7.774-ANTAQ (SEI nº 1043532), eis que cessados seus efeitos com a presente decisão de mérito; e

IV - Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) que retorne com a instrução dos presentes autos, respeitando a integralidade dos termos constantes na Resolução 7.608-ANTAQ (SEI nº 0985812).

Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Relator, Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski e o Diretor Joelson Miranda.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto
Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

JOELSON MIRANDA
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 17, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 50300.003844/2018-33. Fiscalizada: COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC., CNPJ nº 83.807.586/0003-90. Objeto e Fundamento Legal: decido por aplicar a penalidade de MULTA, no valor de R$ 121.387,20 (cento e vinte e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXXII do art. 32, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO DE HABILITAÇÃO DE INSTALAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL - HTI Nº 6, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Assunto: Habilitação de terminal de uso privado ao tráfego internacional
Interessado: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A
Processo nº 50300.015978/2020-11

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no inciso III do art. 47 do Regimento Interno, com base na Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, no inciso XXXII do art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122 de 13 de fevereiro de 2002, no disposto no art. 6º do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009, combinado com § 2º do art. 30 da Resolução Normativa 20-ANTAQ de 15 de maio de 2018 - ANTAQ e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.015978/2020-11, resolve:

Habilitar ao tráfego internacional as instalações do Terminal de Uso Privado - TUP operado pela empresa COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S/A na Praia da Ribeira nº 01, Ilha do Governador, CEP 21.930-050, município de Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n° 33.000.092/0038-50, em face ao atendimento das condições adequadas para a realização de operações portuárias, respeitadas as características do projeto, o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos e o disposto no Contrato de Adesão (Adaptação) 47/2014-ANTAQ de 24 de outubro de 2014.

ALBER VASCONCELOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 440, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 106, de 26 de outubro de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.072265/2020-07, delibera:

Art. 1º Atestar a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Malha Oeste, apresentado pela Concessionária Ferroviária Rumo Malha Oeste S/A - RMO, nos termos do art. 4º, caput do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Art. 2º Determinar o envio do Processo nº 50500.072265/2020-07, no qual consta o requerimento de relicitação da RMO, ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA, em atendimento ao art. 5º, caput do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 199, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.105805/2020-38, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Eletrocampo Montagens Elétricas Eireli, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 188+700 m, do trecho Ouro Verde (POS) - Ligação N, visando à implantação de rede de distribuição de energia elétrica, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Central S.A., no município de Acreúna/GO.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 200, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.105934/2020-26, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 1.195 + 295 m, visando à implantação de rede de distribuição de energia elétrica, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A., no município de Capitão Enéas/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 201, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.105845/2020-80, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 933+000 m, do trecho Ouro Verde - Porto Nacional, visando à implantação de rede de distribuição de energia elétrica, com impacto na malha subconcedida à Rumo Malha Central S.A., no município de Dianópolis/TO.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 202, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.105933/2020-81, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 1248+993 m, visando à implantação de rede de distribuição de energia de 500 kV, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A., no município de Janaúba/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 203, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.105951/2020-63, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Mantiqueira Transmissora de Energia S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia aérea da via férrea, no km 978 + 372 m, visando à implantação de rede de distribuição de energia elétrica, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A., no município de Várzea da Palma/MG.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 205, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.336839/2015-13, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SUFER/ANTT nº 181, de 17 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DO REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 195, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.431627/2019-64, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados novos pleiteado pela empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A, CNPJ nº 72.543.978/0001-00, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 196, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.425714/2019-82, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados novos pleiteado pela empresa CAPITAL DO CAFÉ TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA, CNPJ nº 34.473.546/0001-81, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 16.624.611/0098-73, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.419300/2019-14, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados novos pleiteado pela empresa CAPITAL DO CAFÉ TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA, CNPJ nº 34.473.546/0001-81, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 872, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.097642/2020-11, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para a implantação da linha Belo Horizonte (MG) - Rio de Janeiro (RJ) via Terminal JK, prefixo 06-0461-00, com os mercados a seguir como seções:

I - De: Barbacena (MG) Para: Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 879, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.342987/2019-92, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa EXPRESSO TRANSPORTE TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.263.312/0001-01, para a implantação dos mercados listados abaixo como seção da linha Goiânia (GO) - Sinop (MT) prefixo nº 12-0366-00:

I - De: Aragarças (GO), Jussara (GO), Goiás (GO), Itaberaí (GO), Inhumas (GO), Goiânia (GO) para: Campo Verde (MT), Nova Mutum (MT) e Lucas do Rio Verde (MT).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 880, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50510.310412/2019-91, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO RIODOCE LTDA, CNPJ nº 19.632.116/0001-71, para a implantação da linha VITORIA (ES) - ITAPERUNA (RJ), com os mercados a seguir como seções:

I - De: VITORIA (ES), VILA VELHA (ES), GUARAPARI (ES) e CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) Para: ITAPERUNA (RJ), CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) e BOM JESUS DO ITABAPOANA (RJ); e

II - De: PIUMA (ES) e MARATAIZES (ES) Para: BOM JESUS DO ITABAPOANA (RJ) e ITAPERUNA (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 887, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.389165/2019-75, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO VENANCIO AIRES LTDA - VIASUL, CNPJ nº 98.593.668/0001-94, para a implantação dos mercados de GAROPABA (SC) para SÃO LEOPOLDO (RS) e NOVO HAMBURGO (RS), como seções na linha GAROPABA (SC) - CANOAS (RS), prefixo 16-0127-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 888, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.006004/2020-91, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Reunidas Transportes S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, para a implantação da linha FRANCISCO BELTRÃO(PR) - LAGES(SC) prefixo nº 09-0276-00, com os mercados a seguir como seções:

I - De: Francisco Beltrão (PR), Clevelândia (PR), Mariópolis (PR), Palmas (PR) E Pato Branco (PR) Para: Monte Carlo (SC)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 889, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.108424/2020-19, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa JS TURISMO LTDA, CNPJ nº 00.389.075/0001-06, para a implantação da linha AURORA (CE) - SÃO PAULO (SP) via GANDU/BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 837, de 13.10.2020, publicada na Seção 1, no DOU nº 201, em 20.10.2020, pág. 52.

Onde se lê: "Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA, CNPJ nº 16.084.121/0001-07, para a supressão das linhas MUCURI(BA) - NANUQUE(MG), prefixo 05-0061-00, MUCURI(BA) - NANUQUE(MG), prefixo 05-0062-00 e NANUQUE(MG) - TEIXEIRA DE FREITAS(BA), prefixo06-0140-00"

leia-se: Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA, CNPJ nº 16.084.121/0001-07, para a supressão das linhas: MUCURI(BA) - NANUQUE(MG), prefixo 05-0061-00; NOVA VICOSA(BA) - NANUQUE(MG), prefixo 05-0062-00 e NANUQUE(MG) - TEIXEIRA DE FREITAS(BA), prefixo 06-0140-00

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E MULTIMODAL DE CARGAS

PORTARIA Nº 390, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E MULTIMODAL DE CARGAS - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "b", do artigo 1º da Portaria DG/ANTT nº 477, de 18 de outubro de 2017, e, com base na Resolução ANTT nº 5.864, de 19 de dezembro de 2019,

Considerando a necessidade de definir os procedimentos de comunicação, necessários à operacionalização dos Acordos de Cooperação Técnica que tenham como escopo a execução de atividades de inscrição e manutenção de transportadores no RNTRC; e

Considerando a necessidade de tornar mais eficiente o atendimento aos transportadores rodoviários remunerados de cargas, resolve:

Art. 1º Definir os procedimentos de comunicação entre as entidades que atuam em cooperação com a ANTT e a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (SUROC).

Art. 2º Os pedidos referentes à abertura de Ponto de Atendimento, alteração de convênio por parte do Ponto de Atendimento, desmobilização de Ponto de Atendimento e de inclusão/exclusão de operadores dos Pontos de Atendimento no sistema RNTRC deverão ser protocolados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo gestor da entidade junto à SUROC.

§1º Os pedidos referentes a Pontos de Atendimentos do convênio deverão ser protocolados juntamente com a documentação prevista no anexo à Resolução ANTT nº. 5.864, de 2019.

§2º O prazo de análise dos pedidos não será superior à trinta dias.

Art. 3º A solicitação de senha de acesso ao sistema RNTRC a operador indicado pela entidade conveniada deverá ser feita com o encaminhamento do formulário em anexo a esta Portaria, contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados:

I) Nome completo do operador;

II) E-mail (pessoal e intransferível);

III) CPF;
IV) RG e órgão emissor;
V) Nome da mãe do operador;
VI) Sexo;
VII) Data de nascimento;
VIII) Endereço de residência;
IX) Telefone comercial;
X) ID do Ponto de Atendimento; e
XI) Razão Social do Ponto de Atendimento.

§1º O formulário deverá ser assinado digitalmente pelo operador indicado e pelo gestor do convênio.

§2º A solicitação de acesso deverá ser acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do operador e do comprovante de vínculo empregatício vigente do operador com o Ponto de Atendimento.

Art. 4º As dúvidas, questionamentos ou erros reportados pelos operadores e pelos Pontos de Atendimento devem ser encaminhados à entidade conveniada para solução.

§1º Nos casos em que a entidade conveniada não conseguir solucionar a demanda ou dependa de análise da ANTT, o gestor do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) deverá providenciar o encaminhamento para o e-mail do RNTRC (rntrc@antt.gov.br).

§2º As demandas que não forem encaminhadas pelo gestor do ACT não serão analisadas pela área técnica.

§3º O e-mail do RNTRC não se destina a atendimento ao transportador devendo ser orientado a solicitar atendimento pela Ouvidoria da ANTT.

Art. 5º As demandas encaminhadas pelas entidades conveniadas ao e-mail do RNTRC serão analisadas pela área responsável no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. As demandas que porventura necessitem da análise ou processamento de outras áreas poderão ter o seu prazo estendido pelo período necessário para resolução da demanda.

Art. 6º O gestor do convênio poderá delegar suas competências a somente um procurador devidamente constituído.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

ROSIMEIRE LIMA DE FREITAS

ANEXO I

FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO DE SENHA DE ACESSO AO SISTEMA RNTRC

A entidade conveniada _____, ID nº _____, requer a criação de senha de acesso da pessoa indicada abaixo para atuar como operador do sistema do RNTRC vinculado a um de seus pontos de atendimento credenciados.

Dados Pessoais do Operador
Nome completo:
Data de nascimento:
CPF:
RG:
Órgão emissor:
Nome da mãe:
Sexo:
E-mail (pessoal e intransferível):
Telefone comercial:
Endereço de residência do Operador
Logradouro:
Número:
Complemento:
CEP:
Cidade: UF:
Dados do Ponto de Atendimento
Razão social do Ponto de Atendimento:
ID do Ponto de Atendimento:

Declaro ainda estar ciente de que, se comprovada, a qualquer tempo, fraude ou falsidade, em prova ou declaração, estarei sujeito às sanções cíveis, criminais e/ou administrativas, conforme dispõe o artigo 2º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, estando ciente das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, artigos 171 e 229.

Local e Data: _____

_____
Assinatura do Operador

_____
Assinatura do Gestor do convênio

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 577, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, o art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, o inciso I do art. 5º do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, o art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.486, de 11 de setembro de 2020, e a Portaria CC/PR nº 455, de 22 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 20 de janeiro de 2020, Seção 1, páginas 68 e 69, que delega e subdelega competências aos dirigentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública e aos Presidentes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Fundação Nacional do Índio, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

XLIII - autorizar, por ato fundamentado, em caso de relevância e urgência devidamente comprovados, novas contratações relacionadas à locação de veículos e à locação de máquinas e equipamentos;

XLIV - encaminhar as propostas que tratem das matérias previstas nos incisos I, II e III do § 2º do art. 2º do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e que acarretarem aumento de despesa, até 31 de maio de cada ano, com vistas à sua compatibilização com o projeto de lei orçamentária anual para o exercício subsequente;

XLV - autorizar previamente as contratações de pessoal por tempo determinado, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

XLVI - editar portaria com a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, nos termos do art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019; e

XLVII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro." (NR)

"Art. 2º .....
.....

II - designar e dispensar servidores das Funções Comissionadas do Poder Executivo, níveis 1 a 4, observadas as disposições do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019;

III - nomear e exonerar ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, observadas as disposições do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019; e

....." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria MJSP nº 544, de 28 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

PORTARIA Nº 587, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Cria Grupo de Trabalho para estabelecer linhas estratégicas e subsídios técnicos para investimentos em radiocomunicação crítica no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, e tendo em vista o disposto no inciso XV do art. 37 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no inciso XIII do art. 4º, nos incisos VII e XI do art. 5º e no inciso III do art. 6º, todos da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, no Decreto nº 10.101, de 6 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 08001.003426/2020-79, resolve:

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho para estabelecer linhas estratégicas com subsídios técnicos para investimentos em radiocomunicação crítica no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. As linhas estratégicas de que trata o caput deverão considerar a interoperabilidade entre os órgãos de segurança pública e os investimentos já executados, em observância aos princípios constitucionais que regem a atuação da administração pública.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por sete membros e respectivos suplentes dos quadros do Ministério da Justiça e Segurança Pública, lotados em Brasília, Distrito Federal, sendo um de cada órgão a seguir mencionado:

I - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que o coordenará;
II - Secretaria-Executiva (SE);
III - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen);
IV - Secretaria de Operações Integradas (Seopi);
V - Polícia Federal (PF);
VI - Polícia Rodoviária Federal (PRF); e
VII - Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

§ 1º A designação será realizada por meio de ato da Secretaria-Executiva.

§ 2º As atividades a serem realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho terão precedência em relação às ordinárias dos servidores.

§ 3º Para o alcance da finalidade do Grupo de Trabalho, o seu coordenador poderá emitir ordens, determinar a realização de atividades e fixar prazos de execução aos designados.

§ 4º O coordenador poderá convidar especialistas no tema para participação das discussões no âmbito do Grupo de Trabalho.

§ 5º A Secretaria Nacional de Segurança Pública prestará apoio administrativo às atividades do Grupo de Trabalho.

§ 6º O Grupo de Trabalho se reunirá em caráter ordinário, semanalmente, e em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu coordenador ou a requerimento de no mínimo dois de seus integrantes.

§ 7º O quórum de reunião será de metade de seus integrantes, excluído da contagem, o coordenador.

§ 8º As deliberações do Grupo de Trabalho serão adotadas por maioria simples, desde que presentes dois terços de seus integrantes, excluído da contagem o coordenador.

§ 9º As reuniões do Grupo de Trabalho cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.

§ 10. A participação dos membros no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O Grupo de Trabalho terá a duração de trinta dias, contados do ato de designação de seus integrantes, ao fim dos quais apresentará ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública nota técnica que contemple, no mínimo:

I - o atual cenário de radiocomunicação crítica dos órgãos de segurança pública no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
II - os estudos já realizados no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, se houver;
III - os investimentos já realizados e os previstos;
IV - as linhas estratégicas e os subsídios técnicos, considerando a interoperabilidade entre os órgãos de segurança pública e a autonomia dos entes federados para instituírem seus modelos de radiocomunicação;
V - recomendações para o tratamento de investimentos em radiocomunicação com recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
VI - outras recomendações que o Grupo de Trabalho entenda necessárias.

Art. 4º Os investimentos que visem à ampliação de soluções de radiocomunicação ficarão suspensos desde a data de designação dos membros do Grupo de Trabalho até a avaliação pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública da nota técnica de que trata o art. 3º.

Parágrafo único. Não se aplica a suspensão à manutenção dos sistemas atualmente em operação.

Art. 5º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do titular do órgão ao qual o colegiado esteja vinculado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020(*)

Revoga resoluções do CNPCP que se tem por vício de forma ou exaurimento de efeitos, não se invalidando seu conteúdo, além de outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019; Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

CONSIDERANDO que correm no âmbito do Ministério da Justiça os Processos nº 8004.000208/2020-52 e nº 08016003819/2020-13, solicitando que cada unidade do MJSP efetue a triagem e a análise das portarias, resoluções, instruções normativas, e outros atos de conteúdo normativo, a fim de verificar a possibilidade de sua revogação ou a necessidade de revisão/consolidação;

CONSIDERANDO a criação da Comissão destinada à consolidação das Resoluções de 2019 e à revisão geral das demais Resoluções do CNPCP, por meio da Portaria nº 4, de 6 de março de 2020 e da Portaria nº 7, de 4 de maio de 2020; e

CONSIDERANDO que diversas resoluções do CNPCP possuem vício de forma porque tratam de assuntos típicos de portarias, ofícios e avisos, diretrizes, recomendações, despachos de aprovação e outros atos inferiores a decreto, na medida em que formaram ou extinguiram comissões para estudos específicos, nomearam conselheiros para a prática de atos ou exercício de funções, criaram prêmios, divulgaram regulamentos e resultados de premiações acadêmicas, aprovaram relatórios, encaminharam exortações a outras autoridades ou entidades, divulgaram planos de atividades, determinaram publicação de

textos legais ou pareceres jurídicos no Diário Oficial, credenciaram professores para a prática de atos ou convidaram membros da comunidade jurídica para discussões acerca de temas de interesse do Conselho, aprovaram modelo de texto da carteira de identificação do CNPC, homenagearam personalidades ligadas ao mundo jurídico, dispuseram sobre fatos específicos ocorridos à época e, portanto, tornaram-se obsoletas, dentre outras providências; resolve:

Art. 1º. Ficam expressamente revogadas as Resoluções nº 1, de 25 de agosto de 1980; 2, de 26 de agosto de 1980; 1, de 19 de janeiro de 1981; 3, de 29 de maio de 1981; 10, de 26 de abril de 1982; 11, de 24 de maio de 1982; 1, de 8 de fevereiro de 1983; 2, de 30 de junho de 1983; 06, de 17 de novembro de 1983; 8, de 17 de outubro de 1983; 9, de 23 de novembro de 1983; 5, de 29 de agosto de 1984; 6, de 27 de outubro de 1984; 7, de 27 de outubro de 1984; 2, de 27 de novembro de 1985; 3, de 11 de novembro de 1985; 6, de 28 de novembro de 1985; 7, de 28 de novembro de 1985; 9, de 21 de janeiro de 1986; 10, de 25 de agosto de 1986; 11, de 25 de agosto de 1986; 12, de 3 de setembro de 1986; 13, de 4 de novembro de 1986; 14, de 14 de novembro de 1986; 16, de 28 de novembro de 1986; 17, de 18 de dezembro de 1986; 20, de 23 de março de 1987; 21, de 23 de março de 1987; 28, de 23 de junho de 1987; 29, de 23 de junho de 1987; 32, de 17 de agosto de 1987; 33, de 18 de agosto de 1987; 34, de 19 de outubro de 1987; 35, de 29 de outubro de 198; 1, de 22 de fevereiro de 1988; 2, de 22 de fevereiro de 1988; 3, de 29 de março de 1988; 4, de 25 de julho de 1988; 5, de 21 de agosto de 1988; 3, de 30 de maio de 1989; 4, de 30 de maio de 1989; 5, de 28 de junho de 1989; 11, de 11 de setembro de 1989; 12, de 18 de outubro de 1989; 13, de 18 de outubro de 1989; 14, de 13 de dezembro de 1989; 1, de 19 de agosto de 1991, 2, de 19 de agosto de 1991; 3, de 21 de outubro de 1991; 4, de 21 de outubro de 1991; 1, de 18 de fevereiro de 1992; 2, de 18 de fevereiro de 1992; 3, de 14 de abril de 1992; 4, de 14 de abril de 1992; 5, de 27 de maio de 1992; 6, de 5 de outubro de 1992; 8, de 22 de outubro de 1992; 2, de 3 de setembro de 1993; 3, de 19 de outubro de 1993; 5, de 19 de outubro de 1993; 8, de 9 de dezembro de 1993; 1, de 24 de fevereiro de 1994; 2, de 22 de março de 1994; 8, de 12 de julho de 1994; 9, de 26 de julho de 1994; 10, de 5 de setembro de 1994; 12, de 17 de outubro de 1994; 13, de 19 de outubro de 1994; 15, de 12 de dezembro de 1994; 17, de 29 de dezembro de 1994; 2, de 21 de março de 1995; 5, de 26 de junho de 1995; 6, de 30 de agosto de 1995; 1, de 9 de abril de 1996; 2, de 28 de maio de 1996; 2, de 16 de junho de 1997; 3, de 16 de junho de 1997; 4, de 1 de outubro de 1998; 3, de 29 de novembro de 2000; 1, de 18 de fevereiro de 2002; 2, de 27 de maio de 2002; 1, de 25 de março de 2003; 2, de 25 de março de 2003; 3, de 25 de março de 2003; 4, de 25 de março de 2003; 5, de 25 de março de 2003; 6, de 25 de março de 2003; 9, de 12 de maio de 2003; 10, de 12 de maio de 2003; 11, de 13 de maio de 2003; 13, de 2 de julho de 2003; 14, de 7 de novembro de 2003; 1, de 10 de fevereiro de 2004; 2, de 10 de fevereiro de 2004; 9, de 24 de agosto de 2004; 1, de 7 de março de 2005; 5, de 22 de novembro de 2005; 2, de 16 de janeiro de 2006; 3, de 8 de maio de 2006; 10, de 7 de dezembro de 2006; 1, de 12 de fevereiro de 2007; 3, de 23 de maio de 2007; 4, de 24 de outubro de 2007; 3, de 27 de maio de 2008; 5, de 29 de julho de 2008; 2, de 11 de março de 2009; 7, de 1 de outubro de 2009; 10, de 17 de novembro de 2009; 1, de 29 de março de 2010; 2, de 30 de março de 2010; 3, de 7 de julho de 2010; 5, de 2 de agosto de 2010; 7 de 11 de novembro de 2010; 8, de 17 de novembro de 2010; 1, de 28 de março de 2011; 3, de 9 de maio de 2011; 7, de 3 de outubro de 2011; 8, de 3 de junho de 2012; 9, de 8 de novembro de 2012; 10, de 9 de novembro de 2012.

§ 1º A revogação das resoluções acima mencionadas se dá por vício de forma ou exaurimento de efeitos, não se invalidando seu conteúdo.

§ 2º A Secretaria Executiva do CNPCP adotará providências para que todas as homenagens, nomeações, premiações e publicações sejam apostiladas, com o fim de assegurar o disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

(*) Com atualização do original para retificar texto do caput do art. 1 para retirar do rol das resoluções revogadas, a Resolução CNPCP nº 11, de 18 de dezembro de 2009, que foi inserida erroneamente.

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.037, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/52636 - DPF/JTI/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa JOSE OTTONI CARVALHO NETO, CNPJ nº 00.076.661/0001-09, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

12 (doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.038, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/56396 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIVAM - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE VIGILANTES DO AMAPÁ LTDA - ME, CNPJ nº 05.421.289/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 2107/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.039, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57136 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AB&B SOLUCOES EM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 21.052.807/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1966/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.040, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/60404 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECOPI - SEGURANÇA COMERCIAL DO PIAUI LTDA, CNPJ nº 12.062.071/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2105/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.045, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29325 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2066/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.046, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/34076 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOLDIER SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ nº 00.658.132/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1455/2020 (CNPJ nº 00.658.132/0001-05) e nº 1120/2020 (CNPJ nº 00.658.132/0002-96).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.047, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/42616 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LC SEGURANCA EIRELI - ME, CNPJ nº 26.752.174/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2285/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.048, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/42680 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMANDO G8 - SEGURANÇA PATRIMONIAL E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 17.521.682/0006-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2281/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.049, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/44761 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0005-43, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1124 (uma mil e cento e vinte e quatro) Munições calibre .380

98 (noventa e oito) Munições calibre 12

11468 (onze mil e quatrocentas e sessenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.050, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50545 - DPF/DRS/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ nº 09.538.989/0001-66, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.051, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50841 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E.R.O.S SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 16.709.779/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2195/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.052, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50971 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.591.894/0003-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1976/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.053, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50997 - DPF/CAE/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 12.077.771/0001-66, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
7 (sete) Revólveres calibre 38
186 (cento e oitenta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.054, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/52116 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBSERVE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.786.273/0002-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2283/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.055, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57049 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STRATEGIC SECURITY PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 05.345.091/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1950/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.056, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/57868 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0009-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2070/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.057, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/62231 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0009-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2209/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.058, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/62606 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa S. DO MONTE CHAVES CURSO DE FORMAÇÃO - ME, CNPJ nº 12.147.315/0001-45, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
2000 (duas mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
25616 (vinte e cinco mil e seiscentas e dezesseis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.059, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/63686 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RUBY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 23.541.357/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente REAK SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.928.126/0001-84:
8 (oito) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.060, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/63726 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D S E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 13.000.416/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2288/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.061, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/65735 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa NE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.206.811/0003-85, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.062, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/67158 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PANZER - CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 10.659.272/0001-51, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
11000 (onze mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38
20192 (vinte mil e cento e noventa e duas) Espoletas calibre .380
5642 (cinco mil e seiscentos e quarenta e dois) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.063, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/67223 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa REFERENCIAL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 24.154.455/0003-91, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente GUARDIOES VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.053.109/0003-36:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.064, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/67351 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa CAVIG FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 25.424.667/0001-42, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
8000 (oito mil) Munições calibre .380
2580 (duas mil e quinhentas e oitenta) Munições calibre 12
8000 (oito mil) Munições calibre 38
10200 (dez mil e duzentas) Espoletas calibre 38

4000 (quatro mil) Estojos calibre 38
3637 (três mil e seiscentos e trinta e sete) Gramas de pólvora
16839 (dezesseis mil e oitocentos e trinta e nove) Projéteis calibre 38
8953 (oito mil e novecentas e cinquenta e três) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
7835 (sete mil e oitocentos e trinta e cinco) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Armas de choque elétrico de contato direto
4 (quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
4 (quatro) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
4 (quatro) Granadas fumígenas de sinalização
100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
100 (cem) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
4 (quatro) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
4 (quatro) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
4 (quatro) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
4 (quatro) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
4 (quatro) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.065, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/67692 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.342.688/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 12
150000 (cento e cinquenta mil) Espoletas calibre 38
35000 (trinta e cinco mil) Gramas de pólvora
150000 (cento e cinquenta mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.066, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/68633 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa GLOBALSERVICE TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 07.782.730/0001-30, sediada no Amazonas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
500 (quinhentas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.067, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/68740 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa J.K. SEGURANCA PRIVADA - EIRELI, CNPJ nº 29.650.693/0001-40, sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 6.068, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/17197 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GESEG GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA S/S LTDA ME, CNPJ nº 12.512.290/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1866/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA NORMATIVA PRF Nº 8, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, e pelo disposto no art. 15, I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com fulcro no disposto no Processo nº 08650.014484/2019-40, resolve:

Art. 1º Padronizar como armamento leve de porte, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, o sistema de armas das pistolas calibre 9 x 19 mm, da fabricante Glock Ges.m.b.H.

Art. 2º Estabelecer que as aquisições de pistolas pela Polícia Rodoviária Federal fiquem restritas ao sistema de armas padronizado por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 181, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Credencia a Empresa EXPRESSO VALE REAL LTDA para a Execução dos Serviços de Escolta.

O DIRETOR DE OPERAÇÕES DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 2º, II, "h", 3, c/c art. 50, ambos do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, publicado na seção 2 -, de 02 de janeiro de 2019, do Diário Oficial da União; Em observância ao disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria normativa nº 102, de 10 de maio de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e tendo em vista o disposto no processo nº 08660.017268/2020-71, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa EXPRESSO VALE REAL LTDA, sob a credencial nº 396, inscrita no CNPJ nº 92.023.043.0004-53, estabelecida na Rua Mansueto Bossardi, 375, Caxias do Sul - RS, CEP: 95055-123, para a Execução dos Serviços Especializados de Escolta Própria aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABIO ELISSANDRO CASSIMIRO RAMOS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO Nº 5.529/2020/DNN_NATURALIZACAO/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ

Na Portaria da CPMIG Nº 869, de 25 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 29 de outubro de 2019,

Onde se lê: JOANA PIERRE - V811417-M, natural da República do Haiti, nascido em 27 de janeiro de 1979, filho de Cileus Pierre e de Maie Claude Alcime, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002016/2019-77);

Leia-se: JOANA PIERRE - V811417-M, que ao amparo no artigo 71, § 1º, da Lei 13.445 de 2017, foi deferida a solicitação de tradução de nome, passando a chamar-se JOÃO PIERRE - V811417-M, natural da República do Haiti, nascido em 27 de janeiro de 1979, filho de Cileus Pierre e de Marie Claude Alcime, residente no Estado de Minas Gerais (Processo n° 08354.002016/2019-77);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO
Coordenadora

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome de MAIKEL ANTONIO CASTELLON REXES, incluído na Portaria CPMIG nº 2.685, de 22 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2020, é MAIKEL ANTONIO CASTELLÓN REYES e não como constou. 08461.001603/2020-65

Declara que os corretos dados de MARIANO SAUL ROBLES RICHMOND, incluído na Portaria CPMIG nº 684, de 1º de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 2 de Outubro de 2019, são: RNE: V927210-1 e Genitora: Aracelly Richmond, e não como constou. 08707.000149/2019-61

Declara que o exato nome de AURIMAR DEI VAILE RODRIGUEZ DE REBOUCAS, incluída na Portaria CPMIG nº 2.464, de 16 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de Setembro de 2020, é AURIMAR DEL VALLE RODRIGUEZ DE REBOUCAS, bem como a correta grafia dos nomes de seus genitores são LAURA ESCALONA DE RODRIGUEZ e JOSE BARTOLO RODRIGUEZ, e não como constou. 08520.000098/2020-90.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 2.271 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ, com sede em FORTALEZA - CE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.918.904/0001-51, conforme Nota Técnica nº 474/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12266757) e Despacho Nº 2343/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12974389) aprovada pelo Despacho nº 1063/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12976220), em razão do descumprimento dos requisitos legais exigidos pela Lei nº 9.790/99, pelo Decreto nº 3.100/99 e pela Portaria nº 362/16. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08084.004830/2020-97.

Nº 2.272 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO MARIA EFIGÊNCIA - AME, com sede em JOÃO MONLEVADE - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 19.053.246/0001-50, conforme Nota Técnica nº 384/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12012706) e Despacho Nº 2346/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12974556) aprovada pelo Despacho nº 1064/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (12976630), em razão do descumprimento dos requisitos legais exigidos pela Lei nº 9.790/99, pelo Decreto nº 3.100/99 e pela Portaria nº 362/16. Conforme art. 4º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016, a entidade terá 60 (sessenta) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar pedido de reconsideração dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08084.004192/2020-12.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 167ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2020

Às 10:00h do dia vinte um de outubro de dois mil e vinte, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma remota conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2020. Participaram os Conselheiros do Cade, Mauricio Oscar Bandeira Maia, Paula Azevedo, Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido; o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior; o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Paulo José Rocha Junior; o Economista Chefe, Guilherme Resende e o Secretário do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§5º e 8º do artigo 80, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

2. Recurso Voluntário nº 08700.003994/2020-92

Requerente: Instituto de Hematologia e Hemoterapia De Curitiba S/C Ltda. (IHHC)

Advogados: Bruno de Luca Drago, Vinícius Hercos da Cunha e outros

Interessados: Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia S.A. (Hemobanco)

Advogados: Ricardo Santos Abreu, Samira Nabbouh Abreu, Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Guilherme Misale e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

O julgamento do processo foi adiado a pedido do Conselheiro Relator.

3. Processo Administrativo nº 08700.000066/2016-90

Representante: Cade ex officio

Representados: Araguaia Indústria Comércio e Serviços Ltda. - EPP, Corning Comunicações Ópticas S.A., Corning Incorporated, Quadrac Telecomunicações e Informática Ltda., Redex Telecomunicações Ltda., Tyco Electronics Brasil Ltda., Álvaro Rodrigo Gamerre Peña, Andrea Petisco, Edison Agostinho, Efraim Santos Filho, Hélio Gomes de Oliveira, João Antônio César, José Manoel Silva da Costa, José Santos Calvo Sebastián, Marcelo Ferreira da Rosa, Marcelo Miguel Ortiz D'Elia, Marlison Luiz de Azevedo, e Rogério Diniz.

Advogados: Arlei da Costa, André Saddy, Barbara Rosenberg, Guilherme F.C. Ribas, Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Ricardo Pomeranc Matsumoto, Patrícia Agra Araújo e outros.

Relatora: Conselheira Paula Farani de Azevedo

Voto-Vista: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

O julgamento do processo foi adiado a pedido do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

1. Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.005455/2019-54

Representante: Cade ex officio

Representadas: Light Energia S.A. e CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Advogados: Lauro Celidonio Gomes do Reis Neto, Renata Fonseca Zuccolo Giannella e Maria Luiza Miranda Geraldi

Relator: Conselheira Paula Farani de Azevedo Silveira

Decisão: O Plenário, por unanimidade, reconheceu a ocorrência de infração prevista no §3º do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 e homologou a proposta de Acordo em Apuração de Ato de Concentração, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

4. Processo Administrativo nº 08700.005499/2015-51

Representantes: Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. e Atlântico Terminais S.A.

Advogados: Thiago Testini de Mello Miller, Luis Felipe Carrari de Amorim, Victor Tafaro e outros

Representado: Tecon Suape S.A.

Advogados: Mauro Grinberg, Beatriz Malerba Cravo e outros

Terceiros Interessados: Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público, Associação Brasileira dos Terminais Privados e Associação Brasileira de Terminais Portuários

Advogados: Cássio Lourenço Ribeiro, Gustavo Lima Braga e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Voto-Vista: Conselheira Lenisa Prado

Na 166ª Sessão Ordinária de julgamento após o voto do Conselheiro Relator pela condenação da Representada por infração à ordem econômica nos termos do art. 37 incisos I, II, IV e §3º, inciso II, IV, e X, da Lei nº 12.529/2011, com a aplicação da multa no valor de R$ 9.054.130,50 (nove milhões, cinquenta e quatro mil e trinta reais e cinquenta centavos), a ser paga em 30 dia contados da publicação da decisão na área de influência Porto de Suape/PE de serviços já abrangidos na box rate (e remunerados pela Terminal Handling Charge), devendo o descumprimento dessa obrigação implicar pagamentos de multas diárias no valor de R$ 1000.000,00 (cem mil reais) e a ampla divulgação de decisão, com o envio de cópia do voto e da decisão à ANTAQ; a Conselheira Lenisa Prado formulou pedido de vista. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia antecipou voto, nos termos do §1º do artigo 94 do regimento Interno do Cade, acompanhando integralmente a manifestação do Relator pela condenação da Representada. O julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista da Conselheira Lenisa Prado.

Na presente Sessão a Conselheira Lenisa Prado apresentou voto vista pelo arquivamento do processo. O Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido formulou pedido de vista. O Julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido.

5. Processo Administrativo nº 08012.010022/2008-16

Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo

Representados: Serra Leste Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.; SP Alimentação e Serviços Ltda.; Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda.; Sistal Alimentação de Coletividade Ltda.; Geraldo J. Coan e Cia Ltda.; Sha Comércio de Alimentos Ltda.; Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda.; Convida Alimentação Ltda.; Comercial Milano do Brasil Ltda; Erj Administração e Restaurantes de Empresas Ltda.; Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos Ltda.; Ceazza Distribuidora de Frutas, Verduras e Legumes Ltda; Amauri Ferreira Leonel; Bárbara Stein; Bartolomeu Vasconcelos Silva Filho; Cristiane Vetturi; Eloízo Afonso Gomes Durães; Fabiana Piccinali; Fabricio Arouca de Nadai; Gustavo Guerra Villaça; Ignácio de Moraes Júnior; Italo Bacchi Filho; José Carlos Geraldo; Marco Aurélio Ribeiro da Costa; Maria Helena de Angelis; Olésio Magno de Carvalho; e Valdomiro Francisco Coan

Advogados(as): Ricardo Leme Menin; Danilo Cardoso de Siqueira; Mauro Grinberg; Fabio de Souza Ramacciotti; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes; Tercio Sampaio Ferraz Junior; Alexandre Baptista Pitta Lima; Fatima Cristina Pires Miranda; Waldinei Dimaura Couto; Braz Martins Neto; Antonio Carlos da Silva Duenas; Natasha Rodrigues Damasceno; Rodrigo Pozzi Borba da Silva; Julio Kahan Mandel; Natalia de Castro Coam e outros.

Relatora: Conselheira Paula Farani de Azevedo

Impedida a Conselheira Lenisa Prado

Manifestaram-se oralmente Martileide Vieira Perroti pelos representados Geraldo J. Coan e Cia Ltda e Valdomiro Francisco Coan; Andrea Biscaro Mela Alexandre pela representada Fabiana Piccinali; e Fábio de Souza Ramacciotti pelo representado Bartolomeu Vasconcelos Silva Filho.

Após o voto da Conselheira Relatora pelo arquivamento do processo e o envio de cópia da decisão ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), o julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido.

6. Consulta nº 08700.004474/2020-05

Consulente: Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda.

Advogados: Roberto Naves de Assunção e Fernando Rodrigues da Silva Alves Costa

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, indeferiu o pedido de acesso aos autos restritos por parte da Elfa Medicamentos S.A, por entender que, nos termos do art. 2º da Resolução nº 12/2015, a Consulta não se trata de instrumento legítimo para resolução de lide privada entre partes, indeferiu, de plano, a Consulta, com fundamento no inciso VII do art. 4º da Resolução nº 12/2015 e determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

7. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.004617/2013-41

Representante: Cade ex officio

Representados: Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil (atual RHA do Brasil Serviços de Infraestrutura Ltda)., Bombardier Transportation Brasil Ltda., CAF Brasil Indústria e Comércio, Caterpillar Brasil Ltda., Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda., Hyundai-Rotem Co. Ltd., IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., MGE Equipamentos e Serviços Ferroviários Ltda., Mitsui & Co. (Brasil) S.A., MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A., PROCINT - Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda., Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia, Siemens Ltda., TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S.A., Temoinsa do Brasil Ltda., Trans Sistemas de Transportes S.A., Lucy Elisabete Pereira Teixeira, Adagir de Salles Abreu Filho, Albert Fernando Blum, Amador Francisco Rodriguez Peñin, Andoni Sarasola Altuna, Andras Mukics Mesics, Antonio Joaquim Charro, Antonio Dias Felipe, Arthur Gomes Teixeira, Ben-Hur Coutinho Viana de Souza, Carlos Alberto Alves Roso, Carlos Alberto Penna Leopoldo, Carlos Eduardo Teixeira, Daniel Mischa Leibold, David Lopes, Edgard Camargo de Toledo Filho, Edson Yassuo Hira, Eduardo Cesar Basaglia, Edyval Antônio Campanelli Junior, Everton Rheinheimer, Fleury Pissaia, Francisco de Assiz Perroni, Francisco Essi Amigo, Haroldo Oliveira de Carvalho, Homero Lobo de Vasconsellos, Isidro Ramon Fondevila Quinonero, Jan-Malte Hans Jochen Orthmann, José Manuel Uribe Regueiro, José Ricardo Garcia Valladão, Juarez Barcellos Filho, Júlio César Leitão, Luiz Antonio Taulois da Costa, Luiz Fernando Ferrari, Manuel Carlos do Rio Filho, Marcelo Zugaiar dos Santos, Marco Antônio Barreiro Contin, Marco Vinicius Barbi Missawa, Marcos José Ribeiro, Maria Aparecida Ramos Bartholetti, Masao Suzuki, Massimo Andrea Giavina Bianchi, Maurício Evandro Chagas Memória, Moises Smaire Neto, Murilo Rodrigues da Cunha, Nelson Branco Marchetti, Newton José Leme Duarte, Paulo José de Carvalho Borges Junior, Paulo Munk Machado, Paulo Roberto Stuart, Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, Peter Andreas Golitz, Phillipe Emile Michel Dufosse, Philippe Delleur, Reinaldo Goulart de Andrade, Renato Grillo Ely, Ricardo Mario Lamenza Alzogarray, Rinaldo Marques Tsuruda, Rodrigo Otávio Lobo da Costa, Ronaldo Cavalieri, Ronaldo Hikari Moriyama, Rosângela Lorena de Sousa Tsuruda, Ruy Marcos Grieco, Sergio Valente Lombardi, Stephanie Brun-Brunet, Telmo Giolito Porto, Wagner Ibarrola, Wagner Tadeu Ribeiro e Wilson Daré

Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Marcela Abras Lorenzetti, Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Henrique Lago da Silveira, Caio Lacerda de Castro, Marina Lissa Oda Horita, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini, Arnaldo Penteado Laudisio, Paulo Fernando de Moura, Daniel Marcelino, Juliana Herdeiro Buzin, Ana Cecilia Pires Santoro, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Marco Antonio Fonseca Junior, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, Marcello Alencar de Araújo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luiz Fernando Prado de Miranda, Flávio Luiz Yarshell, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Marcelo Mendes Montragio, Ricardo Noronha Inglez de Souza, José Manoel de Arruda Alvim Netto, Eduardo Arruda Alvim, Guilherme Pimenta da Veiga Neves, André Marques Gilberto, Victoria Malta Corradini, Daniel Tinoco Douek, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Leonardo Lima Cordeiro, Ivan Henrique Moraes Lima, Antonio Nelson Gomes da Silva, Braz Martins Neto, Martileide Vieira Perroti, Mônica Moya Martins Wolff, Eduardo Humberto Dalcamim, Bruno de Siqueira Pereira, Luciano Inácio de Souza, Joyce Midori Honda, Túlio Freitas do Egito Coelho, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Miguel Pereira Neto, Flavia Guimarães Leardini, Roberto Trigueiro Fontes, Thomas George Macrander, Daniela Moreira Sampaio Ribeiro, Eric Hadmann Jasper, Ivo Teixeira Gico Júnior, Henrique Di Yorio Benedito, José Carlos Magalhães Teixeira Filho, Anna Carolina Barros Regatieri, Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, Rabih Nasser, Adriana Nogueira Mourão, Osmar Mendes Paixão Côrtes, João Paulo Fernandes de Carvalho, Luiz Carlos Lopes Madeira, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Daniel Santos Guimarães, Rita de Cassia Noleto Maranhão de Oliveira do Amaral, Hugo Leonardo, Mariana Chamelette, Bruno Soares de Alvarenga, Nathalie Suemi Tiba Sato, Carlos Robetto Fomes Mateucci, Marcelo Procópio Calliari, Vitor José de Mello Monteiro, João Luiz Mestrinel Antunes Garcia, Alexis Eliane, Halisson Adriano Costa, Fábio Luciano Gomes Selhorst, Mauro Grinberg, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Melissa Sualdini Ferrari de Melo, Rogerio Salustiano Lira, Denise Cristina de Paula Cavaco, João Paulo Santana Nova da Costa, Marcia Lyra Bergamo, Valdenir Turatti, Simone Beatriz Berbel de Souza Marcelino, Aluizio José de Almeida Cherubini, Ludmila Somensi, Rubens Geraldo Rodrigues Junior, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Paula Stavroupoulu Barcha, Marcelo Tadeu Salum, Andre Martin, Rafael Setoguti Julio Pereira, Adriana Rodrigues Mendonça, Fabio Amaral Figueira, José Carlos Magalhães Teixeira Filho, Marcelo Ricomini, Luciana Monteaperto Ricomini, Karina de Oliveira Guimarães Mendonça, Eduardo Martins Cardozo, Robson Maia Lins e outros

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Impedida a Conselheira Paula Azevedo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos Embargos de Declaração opostos por Marco Vinicíus Barbi Misawa e, no mérito, negou-lhes provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Indeferido pedido de participação ativa da advogada Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, pelo embargante Marco Vinicíus Barbi Misawa, tendo em vista que o requerimento foi formulado na parte final da coleta dos votos.

8. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.001422/2017-73

Representante: Cade ex officio

Representados: BR Plásticos Indústria Ltda., Indústria e Comércio de Plásticos Majestic Ltda., Pilaplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (atualmente Pilaplast Negócios Imobiliários Ltda.), Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., TWB Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda., Nasato Indústria de Plásticos Eireli, Tigre S.A. Tubos e Conexões (também denominada Tigre S/A Participações), Aurélio de Paula, Gilberto Antonio Chies, Waldir Dezotti, Osmair Nasato, César Augusto Lima Nuñez, Igon Bernardelli, Lucilene Leschmann e Paulo Roberto Cardozo

Advogados: Larissa Moraes Bertoli Guimarães, Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Hélio Bobrow, Roberto Cardone, Luiz Carlos Ávila Junior, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Úrsula Pereira Pinto Bassoukou, Ricardo Leal de Moraes, Maria Elisa M. Marcolin, Patrícia Saito, Marcelo Silva Massukado, Frederico Wellington Jorge, Reinaldo Cesar Nagao Gregório, Mariana Villela Corrêa e outros

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos Embargos de Declaração e, no mérito, deu parcial provimento aos embargos de declaração opostos por Pilaplast, apenas para alterar o valor da multa imposta para R$ 46.821,49 (quarenta e seis mil e oitocentos e vinte um reais e quarenta e nove centavos), conferindo aos embargos efeitos infringentes apenas e tão somente para a revisão do valor da multa aplicada, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos PRES nº 183/2020 (Processo nº 08700.000092/2020-02), nº 188/2020 (Processo nº 08700.002395/2020-51), nº 184/2020 (Processo nº 08700.008241/2013-44), nº 185 (Processo nº 08700.006297/2017-98), nº 186/2020 (Processo nº 08700.002430/2020-), nº 187/2020 (Processo nº 08012.005135/2005-57), nº 190 (08700.003136/2019-12), apresentados pelo Presidente Alexandre Barreto de Souza.

Despacho Ordinatório/2020 (Acesso Restrito), Ofícios nº 7575 e nº 7586/2020 (Acesso Restrito), apresentados Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Despacho Decisório nº 9/2020 (Acesso Restrito), apresentado Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 12:39h do dia vinte um de outubro de dois mil e vinte, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 103 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação - SEI: 1, 6, 7 e 8

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Nº 1.210 - Ato de Concentração nº 08700.004909/2020-11. Requerentes: Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Sercomtel S.A. - Telecomunicações. Advogados: Denise Junqueira, Maíra Isabel Saldanha Rodrigues, Caroline Tie Tanaka e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.211 - Ato de Concentração nº 08700.004852/2020-42. Requerentes: Siemens Healthineers Holding I GmbH e Varian Medical Systems, Inc.. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Marcelo Calliari e Guilherme F. C. Ribas. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.214 - Ato de Concentração nº 08700.004735/2020-89. Requerentes: União Química Farmacêutica Nacional S.A. e Hypera S.A. Advogados: Ricardo Gaillard, Barbara Rosenberg, Juliana Olivia Ferreira Loureiro dos Santos Martins e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 389, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria nº 364, de 13 de setembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48340.002862/2020-02, resolve:

Art. 1º Aprovar como Prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os dezoito Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, de titularidade da empresa Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os Projetos relacionados no Anexo são aprovados de forma individualizada.

§ 2º As Datas de Entrada em Operação constantes no Anexo à presente Portaria foram informadas pela Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul e devem ser consideradas unicamente para fins de aprovação dos Projetos como Prioritários, não eximindo a concessionária do compromisso com os prazos de conclusão estipulados nas respectivas Resoluções Autorizativas e Contratos de Conexão às Instalações de Transmissão.

Art. 2º A Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul e a sociedade controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular dos Projetos atualizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação dos Projetos Prioritários e o compromisso de alocar os recursos obtidos nos Projetos;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil;

IV - para Projetos de Transmissão de Energia Elétrica, manter atualizados os dados no Sistema de Gestão da Transmissão - SIGET; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria nº 364, de 13 de setembro de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento da matriz da empresa titular dos Projetos, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação dos Projetos Prioritários aprovados nesta Portaria.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade dos Projetos de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação dos Projetos como Prioritários, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 5º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação dos Projetos como Prioritários.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

TITULAR DO PROJETO		
Razão Social		CNPJ
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul.		02.016.507/0001-69.
RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação (%)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.	00.001.180/0001-26.	99,891467.
Outros Acionistas.	---.	0,108533.
PROJETO 1		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.845, de 30 de janeiro de 2018 - Anexo V.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.845, de 30 de janeiro de 2018 - Anexo V).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Curitiba, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estado do Paraná.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Dezembro/2020.		
PROJETO 2		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.882, de 27 de fevereiro de 2018.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.882, de 27 de fevereiro de 2018).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Areia, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estado do Paraná.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Março/2021.		
PROJETO 3		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314, de 22 de outubro de 2019 - Parcial.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314, de 22 de outubro de 2019 - Parcial).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Ivaiporã, Siderópolis ESU, J. Lacerda-B e Joinville, e Linha de Transmissão 138 kV Biguaçu - Itajaí Fazenda, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estados do Paraná e de Santa Catarina.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Dezembro/2021.		
PROJETO 4		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529, de 18 de dezembro de 2018.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529, de 18 de dezembro de 2018).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Desterro e Palhoça ESU, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estado de Santa Catarina.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Dezembro/2020.		
PROJETO 5		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576, de 22 de janeiro de 2019.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576, de 22 de janeiro de 2019).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Assis, Joinville, Londrina ESU, Londrina COT e Londrina COPEL, e Linha de Transmissão 230 kV Assis - Londrina ESUL, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Janeiro/2022.		
PROJETO 6		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.795, de 5 de maio de 2020.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.795, de 5 de maio de 2020).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Foz do Chapecó, Sarandi, Londrina ESU, Guaíra, Cascavel Oeste, Siderópolis ESU e Caxias, à Linha de Transmissão 230 kV Londrina ESUL - Maringá C1, Linha de Transmissão 230 kV Cascavel Oeste - Guaíra - C1, Linha de Transmissão 230 kV Monte Claro - Nova Prata 2 - C1 e C2, Linha de Transmissão 230 kV Nova Prata 2 - Vila Maria - C1 e C2 e Linha de Transmissão 230 kV Passo Fundo - Vila Maria - C1 e C2, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Maio/2023.		
PROJETO 7		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Outorga de Autorização		
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152, de 3 de julho de 2018.		
Denominação do Projeto		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152, de 3 de julho de 2018).		
Descrição		
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Londrina ESU e Ijuí 2, conforme Resolução Autorizativa.		
Localização [UF(s)]		
Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto		
Janeiro/2021.		
PROJETO 8		
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO		
Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão		
Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT 40003881, de 12 de junho de 2019 (Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 26 de julho de 2011).		
Denominação do Projeto		
Reforços na Subestação Ijuí 2 (CCT 40003881, de 12 de junho de 2019 - Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 2011).		
Descrição		

Projeto de reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, compreendendo: implantação, na Subestação Ijuí 2 - 230/69 kV, de um Módulo de Entrada de Linha 69 kV e infraestrutura necessária, para permitir a conexão da Linha de Transmissão para a futura Subestação Ceriluz 3 - 69/23 kV, de propriedade da Ceriluz.
Localização [UF(s)]
Estado do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Janeiro/2021.
PROJETO 9
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.042, de 20 de setembro de 2016.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.042, de 20 de setembro de 2016).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Nova Petrópolis 2, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estado do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Junho/2019.
PROJETO 10
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.892, de 29 de outubro de 2014.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.892, de 29 de outubro de 2014).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Canoinhas e Lajeado Grande, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Março/2019.

PROJETO 11
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.744, de 5 de abril de 2016.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.744, de 5 de abril de 2016).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Dourados, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estado de Mato Grosso do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Junho/2019.
PROJETO 12
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.090, de 18 de outubro de 2016.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.090, de 18 de outubro de 2016).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Biguaçu, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estado de Santa Catarina.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Dezembro/2019.
PROJETO 13
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861, de 31 de maio de 2016.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861, de 31 de maio de 2016).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Areia, Alegrete, Atlântida 2, Anastácio, Biguaçu, Caxias, Caxias Sul 5, Campos Novos, Canoinhas ESU, Curitiba, Farroupilha, Forquilhinha, Gravataí, Gravataí 2, Itá, Ivaiporã, Jorge Lacerda B, Lageado Grande, Missões, Nova Santa Rita, Osório 2, Passo Fundo, Santa Cruz 1, Santo Ângelo, Sede (Centro de Operação Eletrosul) e Tapera 2, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estados de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Março/2020.
PROJETO 14
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão
2º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT 1101150011, de 1º de março de 2018 (Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 26 de julho de 2011).
Denominação do Projeto
Reforços na Subestação Itajaí - Ampliação "F" (2º Termo Aditivo ao CCT 1101150011, de 1º de março de 2018 - Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 2011).
Descrição
Projeto de Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, compreendendo: a implantação de dois Módulos de Entrada de Linha em 138 kV e adequações no Pátio da Subestação Itajaí, e a disponibilização das Instalações de Conexão à Acessante para atender ao Seccionamento da Linha de Transmissão 138 kV Brusque - Itajaí Itaipava.
Localização [UF(s)]
Estado de Santa Catarina.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Junho/2019.
PROJETO 15
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.759, de 9 de abril de 2019.
Denominação do Projeto
Melhorias em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.759, de 9 de abril de 2019).
Descrição
Melhorias em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Linhas de Transmissão 525 kV Areia - Bento Munhoz - C2, 230 kV Farroupilha - Monte Claro - C1, 230 kV Assis - Londrina ESU - C1, 230 kV J. Lacerda B - Palhoça ESU - C1 e 230 kV Biguaçu - J. Lacerda B - C1, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estados do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Dezembro/2020.
PROJETO 16
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.688, de 17 de outubro de 2017.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.688, de 17 de outubro de 2017).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Farroupilha, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estado do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Dezembro/2020.
PROJETO 17
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.151, de 3 de julho de 2018.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.151, de 3 de julho de 2018).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Blumenau, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estado de Santa Catarina.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Setembro/2020.
PROJETO 18
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO
Outorga de Autorização
Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152, de 3 de julho de 2018.
Denominação do Projeto
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152, de 3 de julho de 2018).
Descrição
Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, relativos às Subestações Londrina ESU e Ijuí 2, conforme Resolução Autorizativa.
Localização [UF(s)]
Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.
Mês/Ano de Conclusão do Projeto
Setembro/2020.

PORTARIA Nº 390, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 53 do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, no art. 5º da Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48610.004368/2012-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, com Sede na Avenida República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a exercer atividade de importação de Gás Natural, na forma e nas características abaixo indicadas:

I - País de Origem do Gás Natural: Bolívia;

II - Volume Total a ser Importado: até 10,08 milhões de m^3/dia, em regime interruptível;

III - Mercado Potencial: Mercado Termelétrico;

IV - Transporte: Gasoduto Bolívia - Brasil; e

V - Local de Entrega no Brasil: Fronteira entre Bolívia e Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, próximo à Cidade de Corumbá.

§ 1º As especificações técnicas do Gás Natural deverão estar de acordo com o disposto na Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

§ 2º A presente Autorização terá validade até 31 de dezembro de 2020.

§ 3º Além do volume estabelecido no inciso II do caput, fica autorizada a importação adicional de até 1 milhão de m^3/dia, referente ao Gás Natural de Uso do Sistema de Transporte - GUS.

Art. 2º A Empresa ora Autorizada deverá apresentar à ANP:

I - Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, bem como a documentação relativa e eventuais alterações, de acordo com o prazo estabelecido no art. 8º da Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012; e

II - Relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior, até o dia vinte e cinco de cada mês contendo as seguintes informações:

a) volumes diários importados, em metros cúbicos;

b) quantidades diárias de energia importadas;

c) poderes caloríficos diários do Gás Natural importado; e

d) preços de compra do Gás Natural importado calculados no ponto de internalização do produto.

Parágrafo único. A ANP publicará, em seu sítio na internet - www.anp.gov.br, as informações referidas neste artigo que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 3º A Autorizada deverá também informar, à ANP, a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 10 da Portaria nº 232, de 2012:

I - dados cadastrais da Autorizada;

II - mudança de endereço de matriz ou de filial relacionada com a atividade de importação de Gás Natural;

III - inclusão ou exclusão da filial na atividade de importação de Gás Natural; e

IV - alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de Autorização para importação de Gás Natural.

Art. 4º A Autorizada deverá atender, permanentemente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 5º A Autorização para o exercício da atividade de importação de Gás Natural será revogada, entre outras hipóteses, em casos de:

I - extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;

II - requerimento da sociedade ou consórcio autorizado; ou

III - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 6º O não atendimento ao disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação que venha substituí-la, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

DESPACHO DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 48402.821030/1981. Interessada: Maringá Ferro Liga S.A. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com fulcro no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 20 de agosto de 2020, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 296/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 1435/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1436/2020/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

BENTO ALBUQUERQUE
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 3.058, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005876/2019-56, decide: (i) conhecer do Requerimento Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Interligação Elétrica Tibagi S.A., sobre aprovação de alteração da localização do novo pátio em 230 kV da SE Rosana como solução técnica equivalente à alternativa de referência estabelecida no Contrato de Concessão nº 26/2017, para no mérito negar-lhe provimento; (ii) aprovar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 26/2017, celebrado com a Interligação Elétrica Tibagi S.A., nos termos da minuta em anexo, com vistas a reduzir a Receita Anual Permitida - RAP, passando de R$ 18.371.261,00 (dezoito milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais) para R$ 15.894.615,00 (quinze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e quinze reais), bem como estabelecer desconto de R$ 6.732.318,66 (seis milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos) da receita na forma de Parcela de Ajuste; (iii) determinar à Superintendência de Gestão Tarifária - SGT que considere a nova Receita Anual Permitida e a Parcela de Ajuste indicadas no ciclo tarifário 2021-2022; (iv) autorizar o ONS, após a celebração do Primeiro Termo Aditivo, a aprovar a conformidade do projeto básico ao Contrato de Concessão e a emitir o Termo de Liberação para Teste, ambos em face da alteração do local do novo pátio da SE Rosana, avaliando eventuais pendências; (v) autorizar o ONS a emitir Termos de Liberação com Pendências ou Definitivo, nos termos da Resolução Normativa nº 841/2018, após aprovação da conformidade e testes de integração, com data de vigência não anterior à data de celebração do aditivo contratual proposto; e, (vi) determinar à SCT que, após a celebração do Primeiro Termo Aditivo e início da operação comercial das instalações, considere cumprida a parte de implantação de obras precedentes à prestação do serviço de transmissão, para fins de gestão da Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 26/2017-ANEEL.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.916, DE 9 de outubro de 2020, constante dos Processos nº 48500.004796/2020-17, nº 48500.004797/2020-61 e nº 48500.004798/2020-14, cujo resumo foi publicado no DOU de 20 de outubro de 2020, Seção 1, p. 57, v. 158, n. 201, onde se lê: "inscrita no CNPJ sob o nº 32.267.782/0001-16,", leia-se: "inscrita no CNPJ sob o nº 32.267.709/0001-44". A íntegra desta Retificação consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.073, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 48500.002867/2019-11. Interessados: Santana Energética Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 28 de outubro de 2020. Usina: PCH Bedim. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 3.000 kW cada, totalizando 6.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Marmeleiro e Renascença, estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 3.074, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 48500.003602/2019-22. Interessados: Serra do Vento Energética S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 28 de outubro de 2020. Usina: EOL Serra do Vento. Unidade Geradora: UG6, de 3.465 kW. Localização: Município de Sento Sé, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 4.381, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848138/2020-47-MG CONSTRUÇÕES EIRELI (Documento SEI: 1867007)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.382, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831291/2020-33-Minergran Granitos do Brasil Ltda (Documento SEI: 1867048)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.383, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871059/2020-39-CMA CONSTRUCAO MINERACAO E AMBIENTE EIRELI (Documento SEI: 1867090)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.384, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871060/2020-63-GUIMARAES PEDRAS E TRANSPORTES LTDA (Documento SEI: 1867129)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.385, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871061/2020-16-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI (Documento SEI: 1867156)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.386, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871062/2020-52-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI (Documento SEI: 1867184)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.387, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871063/2020-05-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI (Documento SEI: 1867243)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.388, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871064/2020-41-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI (Documento SEI: 1867268)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.389, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871066/2020-31-JACSON COSTA VEIGA (Documento SEI: 1867297)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.390, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860594/2020-74-Supercal Extração de Calcário e Brita Ltda. (Documento SEI: 1867329)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.391, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860595/2020-19-Luiz Claudio Machado Me (Documento SEI: 1867355)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.392, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860596/2020-63-Luiz Claudio Machado Me (Documento SEI: 1867375)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.393, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48064.890108/2020-12-LIBERE COMERCIO DE ROUPAS, CALCADOS, RELOGIOS E ACESSORIOS LTDA (Documento SEI: 1867397)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.394, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871070/2020-07-PAES E COUTINHO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (Documento SEI: 1867412)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 4.395, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48071.846186/2020-91-Cortez Engenharia Ltda (Documento SEI: 1867432)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 100/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.548/2019-ANTONIO JOSÉ DE SOUZA- Cessionário:CEPEMI CENTRO DE PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 10.429.122/0001-51- Alvará n°1099/2020
870.856/2017-MONTE ROSA IMPORTADORA E EXPORTAÇAO EIRELI-Cessionário:KOPI NATURAL STONE COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 29.553.838/0001-94-Alvará n°6210/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
871.218/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.221/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.217/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.216/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.215/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.214/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.213/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.212/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.211/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.210/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.205/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.204/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.202/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.201/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.198/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.196/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.194/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.193/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.192/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.191/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.189/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.209/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.224/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.207/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.200/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.206/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.208/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.219/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
871.199/2017-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA
870.636/2016-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA
872.003/2017-ELEKTRO LITHIUM MINING PARTICIPACOES S.A.
871.927/2017-ELEKTRO LITHIUM MINING PARTICIPACOES S.A.
871.926/2017-ELEKTRO LITHIUM MINING PARTICIPACOES S.A.
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.090/2017-PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA-ALVARÁ N°7818/2017
871.089/2017-PEDREIRAS SANTA ISABEL LTDA-ALVARÁ N°7817/2017
871.088/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-ALVARÁ N°7816/2017
871.087/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-ALVARÁ N°7815/2017
871.086/2017-MAZZA ENGENHARIA LTDA.-ALVARÁ N°7814/2017
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
870.614/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°6998/2018
870.615/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°6999/2018
870.620/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°7000/2018
870.804/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°8150/2018
870.805/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°8151/2018
870.806/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°8152/2018
870.807/2018-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-ALVARÁ N°8153/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.238/2013-ECO MINING OIL & GAZ DRILLING AND EXPLORATION LTDA-OF. N°430/2020
870.718/2016-MOISÉS RANGEL DOS SANTOS-OF. N°421/2020
870.956/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°429/2020
873.033/2015-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°432/2020
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
870.392/2016-FERREIRA GONÇALVES REPRESENTAÇÕES E PATRIMÔNIO LTDA-Área de 49,3ha para 24,64ha-Argila-Camaçari/BA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
872.121/2014-CAMPESTRE SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°379/2020
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.948/2020-MINAS GRAN MINERAÇÃO LTDA.
870.947/2020-MINAS GRAN MINERAÇÃO LTDA.
870.985/2020-CERAMICA PORTO LTDA
870.983/2020-TJ AGROPECUARIA LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.951/2020-SILMAR MACHADO DE OLIVEIRA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
870.259/2006-ERILDO FAVARATO-OF. N°258/2020
Não conhece requerimento protocolizado(1004)
870.672/2020-MSM EXTRACAO E BENEFICIAMENTO DE MINERIOS LTDA

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 102/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito o arquivamento do processo(1675)
871.601/2014-BRITA EXPRESS LTDA EPP- DOU de 03/02/2016
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
870.557/2010-JOÃO HENRIQUE DE SOUZA BORGES- Publicado DOU de 24/04/2012

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 173/2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova laudo técnico e memorial(is) descritivo(s), para possibilitar acordo (amigável ou judicial) visando posterior constituição de servidão(2177)
861.241/1980-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ouro- Portaria de Lavra nº 1784, publicada no D.O.U. de 23/12/1986.
862.000/1984-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ouro- Portaria de Lavra nº 1783, publicada no D.O.U. de 23/12/1986.
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
860.840/2011-MAVEA MINERAÇÃO LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.142/2012-EDER FELIX GOUVEA- Registro de Licença N° 204/2012 - Vencimento em 11/11/2021
862.138/1980-COMPANHIA DE PAVIMENTAÇÃO DO MUNICIPIO DE GOIÂNIA-Registro de Licença N° 34/1980 - Vencimento em 22/08/2020
861.061/2015-RIO QUENTE MINERACAO LTDA- Registro de Licença N° 184/2015 - Vencimento em 31/12/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
861.605/2010-CARLINHOS JOSE DA MATA-OF. N°1014/2020
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
860.551/2003-WELLINGTON BELTRÃO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
862.889/2011-MINERAÇÃO CRISTAL COMÉRCIO DE AREIA & CASCALHO EIRELI-OF. N°1004/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.634/2020-ÉDIO DE FREITAS LOURENÇO-OF. N°1003/2020
862.269/2011-MARIA DE LIMA OLIVEIRA-OF. N°1007/2020
860.624/2020-MEIRELES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1001/2020
860.636/2020-REGINA CLARICE CUNHA-OF. N°1010/2020
860.131/2014-SALVADOR RODRIGUES SOBRINHO-OF. N°1013/2020
860.132/2014-SALVADOR RODRIGUES SOBRINHO-OF. N°1012/2020
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.071/2020-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N° 57/2020 - Vencimento em 16/01/2030
860.032/2020-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-Registro de Licença N° 56/2020 - Vencimento em 09/01/2030
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.514/2020-IRENE APARECIDA MARTINS

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 301/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.510/2009-PAES CARVALHO CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S S LTDA-Cessionário:AVB MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 07.605.563/0001-52- Alvará n°5.956/2014
850.798/2008-NOESIO PERES DA COSTA- Cessionário:DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 13.825.244/0001-55- Alvará n°11.067/2009
850.799/2008-NOESIO PERES DA COSTA- Cessionário:DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 13.825.244/0001-55- Alvará n°11.068/2009
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.064/2018-NELSON SELZLER- Alvará n°3.392/2018 - Cessionario:850.476/2020-GERSON HARLEI SELZLER- CPF ou CNPJ 014.071.211-97

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 303/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.290/2019-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA
850.291/2019-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução ANP nº 832, de 26 de outubro de 2020, publicada no DOU de 27 de outubro de 2020, Seção 1, páginas 105 e 106, no Art. 3º,
Onde se lê:
"Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."
Leia-se:
"Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 3 de novembro de 2020."

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 776, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
971516	LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA	59.160.689/0001-64	DEITON HIPOIDE	48600.203468/2020-73	2303
978341	EXPERT INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD LUBE G	48600.203589/2020-15	6812
973673	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	34.274.233/0001-02	LUBRAX TURBO VIGOROS	48600.203476/2020-10	10821
974640	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA	43.995.646/0001-69	TITAN TRUCK PLUS	48600.203592/2019-03	16411
969566	DUNAX LUBRIFICANTES LTDA	05.092.901/0009-21	DULUB UNITECH SAE 30	48600.203539/2020-38	20039
970268	TOTAL DO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	TRAXIUM DUAL 9 FE	48600.203561/2020-88	20271
967600	FM2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LUBRIFICANTES LTDA	35.034.122/0001-83	AMSOIL MOTORCYCLE OIL	48600.203250/2020-19	20341
969485	ACV COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E TROCA DE ÓLEO LTDA - ME	24.238.355/0001-81	X1 MAXX EURAX X	48600.203326/2020-14	20461
967775	AXIS LUBRIFICANTES LTDA	32.906.866/0001-52	ACTION FULL SYNTHETIC	48600.203001/2020-23	20484
977878	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	01.104.642/0001-01	NATTO GEAR GL-5	48600.203420/2020-65	20493
963743	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	PROMAX DIESEL PREMIUM CK-4	48600.203472/2020-31	20523
968640	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	01.104.642/0001-01	NATTO GEAR	48600.203418/2020-96	20525
969785	INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA	07.830.331/0001-06	RAID FULL SYNTHETIC TGDI	48600.203450/2020-71	20526
969831	KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA	02.336.124/0001-78	KOMATSU DIESEL ENGINE OIL EO 15W40-LA	48600.203191/2020-89	20527
971263	REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA	21.498.454/0001-04	REPSOL ELITE EVOLUTION LONG LIFE	48600.202889/2020-87	20528
971597	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA	16.701.716/0001-56	MOPAR MAXPRO SYNTHETIC 0W-30	48600.203528/2020-58	20529
971860	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA	16.701.716/0001-56	CLASSIC LINE BY MOPAR 5W-30	48600.203579/2020-80	20530
969501	EXPERT INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA AGENCIAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.636.140/0001-13	INTERFLON FOOD GREASE S1/2	48600.203471/2020-97	20531
965709	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	43.054.261/0001-05	SEW GEAROIL SYNTH H1 E1	48600.203526/2020-69	20532
972686	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE G-127-00	48600.203562/2020-22	20533
974756	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA	16.701.716/0001-56	CLASSIC LINE BY MOPAR 5W-40	48600.203642/2020-88	20534
975228	VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA	43.999.424/0001-14	VOLVO OLEO PARA EIXO COM FREIO EM BANHO DE OLEO WB 102	48600.203593/2020-83	20535
977403	LLM PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.523.274/0001-26	JET GEAR EVEREST SAE 90 GL-4	48600.203281/2020-70	20536
978320	AXIS LUBRIFICANTES LTDA	32.906.866/0001-52	ACTION ROUTE TURBO DIESEL	48600.203531/2020-71	20537
979102	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	KELUBE G-127-0	48600.203563/2020-77	20538

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO SIM-ANP Nº 894, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.211698/2020-97, resolve:

1.Fica SPE 3R PETROLEUM S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.443.860/0001-59, e sua filial, inscrita no CNPJ sob o nº 33.443.860/0002-30, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.33.06.33443860.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 771, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 5 de ABRIL de 2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.216746/2020-33, resolve: autorizar a empresa FAIR ENERGY PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 39.227.267/0001-51, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 772, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.215360/2020-12, resolve: autorizar a empresa RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS SA - CNPJ nº 07.520.438/0015-45, a exercer a atividade de Filial de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

FÁBIO DA SILVA VINHADO

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 773, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.216603/2020-21, resolve: autorizar a empresa QIPAX INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACÃO EXPORTACÃO EIRELI - CNPJ 03.480.841/0003-01, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 774, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.216117/2020-11, resolve: autorizar a empresa MOLECULAR BRASIL LTDA - CNPJ 03.122.996/0001-04, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 451, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 775, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214235/2020-87, resolve: autorizar a empresa AMAURI ZANCHETT, CNPJ nº 30.095.205/0002-40, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Estrada RS-406, km 10,4, s/n - sala 01 - Bairro Linha Canhada Funda, Nonoai/RS, CEP 99.600-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -27:18:42,000;-52:45:49,000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 90,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Produto	Classe	Tipo
1	2,55	6,00	30,00	Óleo diesel B S-500	II e III	Aéreo horizontal
2	2,55	6,00	30,00	Óleo diesel B S-500	II e III	Aéreo horizontal
3	2,55	6,00	30,00	Óleo diesel B S-10	II e III	Aéreo horizontal

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO SPC-ANP Nº 895, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, a Resolução de Diretoria nº 413, de 27 de agosto de 2020, e o que consta do Processo ANP nº 48610.014175/2012-94, resolve:

1º A Autorização ANP nº 990 de 29/08/2018, publicada no DOU de 30/08/2018, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A.:

2º-Ficam suspensas as obrigações dos produtores de etanol em recuperação judicial, relativas à comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal (CNDs), enquanto perdurar a situação de recuperação judicial.

3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SPC-ANP Nº 896, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, a Resolução de Diretoria nº 413, de 27 de agosto de 2020, e o que consta do Processo ANP nº 48610.001197/2013-75, resolve:

1º Fica alterada a razão social da CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL, CNPJ nº 24.956.666/0001-86, para CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 1.249 de 24/12/2018, publicada no DOU de 26/12/2018, relativa ao exercício da atividade de produção de etanol, da empresa localizada na Rua Z, 1810, sala 03, Bairro Distrito Industrial, Cuiabá - MT.

Parágrafo único - Ficam suspensas as obrigações dos produtores de etanol em recuperação judicial, relativas à comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal (CNDs), enquanto perdurar a situação de recuperação judicial.

2º Fica alterada a razão social da CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL, CNPJ nº 24.956.666/0002-67, para CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 1.250 de 24/12/2018, publicada no DOU de 26/12/2018, relativa à instalação produtora de etanol localizada na Rodovia PR 435, Santa Laura, Ibaiti - PR.

3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

CNPJ 00.357.038/0001-16
NIRE 53300002819

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 571ª REUNIÃO
REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2020

Aos três dias do mês de julho do ano dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, por videoconferência, instalou-se, extraordinariamente, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, nos moldes do item 8.4.2 do seu Regimento Interno, secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Foram apresentados votos por escrito favoráveis à aprovação dos temas em Deliberação, conforme previsto do item 8.6.1.1 do seu Regimento Interno. Participaram o Presidente, WILSON FERREIRA JÚNIOR, e os Conselheiros MARCIO SZECHTMAN, ROBERTO PARUCKER, LEONARDO DE PAIVA ROCHA, GLEIDE ALMEIDA BRITO, RAFAELO ABRITTA e GISÉLIA DA SILVA. Dando início aos trabalhos, o Conselho passou ao assunto da pauta, a seguir: I - PONTOS DE DELIBERAÇÃO: 1. Processo 0262/2020 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - DELIBERAÇÃO Nº 0052/2020 - ASSUNTO: Contrato de Mútuo, a ser firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0232/2020, de 01.07.2020, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: 1. Aprovar o Contrato de Mútuo, condicionando sua efetividade à manifestação favorável do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE das Empresas Eletrobras, aprovação pelo Conselho de Administração da Eletrobras, e da anuência da Aneel, a ser firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT, objetivando o empréstimo para a Amazonas GT, nas seguintes condições: a) Taxa: CDI + 3,02% ao ano; b) Prazo: até 30.12.2020, devendo o pagamento ser antecipado se a captação de R$ 500 milhões ocorrer antes deste prazo. Neste caso, o pagamento deverá ocorrer em até 3 dias após o recebimento do crédito; c) Montante: R$ 100 milhões; d) Amortização e Pagamento dos Juros: no vencimento (bullet). Os Conselheiros solicitaram registrar em ata que, esse processo já foi encaminhado para a ANEEL e SEST, aguardando resposta, mas considerando a urgência do repasse para que a AMGT possa cumprir com seus compromissos de curto prazo, conforme descrito no Parecer Técnico, a matéria está sendo aprovada. Ainda, solicitaram encaminhar oportunamente ao Conselho de Administração tabela de usos e aplicações do valor repassado bem como apresentações mensais da interação e planos de ação de Governança entre Eletronorte e AMGT. A Conselheira Gleide Brito solicitou registrar sua preocupação com repasses à AMGT e o saldo de caixa da Eletronorte, especialmente em tempos de Pandemia, conflitando com as providências já adotadas pela Direção da Eletronorte que procrastinou pagamentos aos empregados da Eletronorte das verbas de férias, PLR, entre outros. Por fim, solicitaram os Conselheiros que a Direção da Eletronorte envie periodicamente relatórios dos fluxos de caixa da Eletronorte e da AMGT, perspectivas de aportes, fontes e providências consequentes, de forma a que o Conselho possa avaliar a questão com a devida antecedência e dentro de prazos tempestivos para decisão. 2. Processo 0256/2020 (APROVADO) - RELATOR: Presidente WILSON FERREIRA - DELIBERAÇÃO Nº 0053/2020 - ASSUNTO: Férias do Conselheiro ROBERTO PARUCKER, Diretor-Presidente da Empresa. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, considerando a solicitação do Conselheiro ROBERTO PARUCKER, Diretor-Presidente da Empresa, por meio da CE-PR-0066/2020, de 01.07.2020, bem como as disposições estatutárias contidas no Art. 21, Inciso XXXV, DELIBERA: 1. Autorizar a concessão de férias ao Conselheiro e Diretor-Presidente da Empresa, ROBERTO PARUCKER, no período de 16 a 25.07.2020 (10 dias). 2. Designar, para responder pelo Diretor-Presidente durante o período de férias, o Diretor ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL, cumulativamente com suas atribuições de Diretor de Operação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 03 de julho de 2020. (Ass) WILSON FERREIRA JÚNIOR, MÁRCIO SZECHTMAN, GLEIDE ALMEIDA BRITO, LEONARDO DE PAIVA ROCHA, ROBERTO PARUCKER, RAFAELO ABRITTA e GISÉLIA SILVA. Declaro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que a presente ata é cópia fiel da que foi lavrada em livro próprio nas fls. 053 a 054 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 16. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF: Registrada sob o nº 1605383 em 02.09.2020.

ATA DA 574ª REUNIÃO
REALIZADA EM 19 DE AGOSTO 2020

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, às quatorze horas, por videoconferência, instalou-se o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, nos moldes do item 8.4.2 do seu Regimento Interno, secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Presentes o Presidente do Conselho, WILSON FERREIRA JÚNIOR, e os Conselheiros ROBERTO PARUCKER, MÁRCIO SZECHTMAN, RAFAELO ABRITTA, LEONARDO DE PAIVA ROCHA e GISÉLIA DA SILVA. Nos moldes do Art. 19, Inciso IV, Parágrafos Segundo e Terceiro do Estatuto Social da Eletronorte, a Conselheira GLEIDE ALMEIDA BRITO não participou da reunião. Instalados os trabalhos, o Conselho passou aos itens da pauta a seguir: I - PONTO DE DELIBERAÇÃO: ITEM 1. PROCESSO 0290/2020 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - DELIBERAÇÃO Nº 0061/2020 - ASSUNTO: Acordo Judicial realizado na 21ª vara do Trabalho de Brasília - Processo nº 0000196-65.2020.5.10.0001 - Concessão de assistência à saúde aos empregados elegíveis ao desligamento. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0263/2020, de 27.07.2020, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: Referendar os termos contidos na conciliação realizada no dia 22.05.2020, que estabeleceram os compromissos a serem cumpridos pela Eletrobras e pela Eletronorte, que inclui a concessão de assistência à saúde, nas condições previstas, até 31.12.2022, para os empregados elegíveis dispensados sem justa causa para alcance do quadro efetivo de 12.088 empregados. ITEM 2. PROCESSO 0199/2020 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - DELIBERAÇÃO Nº 0062/2020 - ASSUNTO: Relatório de Acompanhamento dos Planos de Previdência Complementar Patrocinados pela Eletronorte - Resolução CGPAR nº 09 - 2º semestre de 2019. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0175/2020, de 28.05.2020, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: 1. Aprovar o Relatório de Acompanhamento dos Planos de Previdência Complementar Patrocinados pela Eletronorte, relativo ao 2º Semestre de 2019, em cumprimento ao determinado pela Resolução CGPAR nº 09, de 10.05.2016. 2. Determinar à Empresa o encaminhamento do Relatório Semestral à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, conforme disposto no art. 6º, § 3º da Portaria MP/SEST nº 36, de 21.12.2017 e na IN SUPE 005. ITEM 3. PROCESSO 0254/2020 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - DELIBERAÇÃO Nº 0063/2020 - ASSUNTO: Regulamento do Plano de Benefícios - Plano 1-C e alterações no Plano de Benefícios 1-B, da Fundação de Previdência Complementar - Previnorte. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0238/2020, de 06.07.2020, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: 1. Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios - Plano 1-C da Previnorte, bem como as alterações do Plano de Benefícios 1-B, para vedar novas inscrições após a implantação do Plano 1-C. 2. Determinar à Diretoria da Eletronorte que providencie os seguintes encaminhamentos do Regulamento do Plano de Benefícios - Plano 1-C: 2.1. à Eletrobras, para providenciar o envio ao Ministério de Minas e Energia - MME e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST; 2.2. à Previnorte, após apreciação do Ministério de Minas e Energia - MME e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, para providenciar o envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Em seguida, o Conselho passou ao item II. APRESENTAÇÕES: ITEM 4. Gestão da Previdência Complementar - Previnorte. O Presidente da Previnorte, Sr. Armando Casado de Araújo, esteve presente à reunião e apresentou os resultados dos indicadores de desempenho relativos ao 1º semestre do exercício de 2020 da Fundação. Nada mais havendo a tratar, o Conselho suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 19 de agosto de 2020. (Ass) WILSON FERREIRA JÚNIOR, MÁRCIO SZECHTMAN, ROBERTO PARUCKER, LEONARDO DE PAIVA ROCHA, RAFAELO ABRITTA e GISÉLIA SILVA. Declaro, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que a presente ata é cópia fiel da que foi lavrada em livro próprio nas fls. 069 a 070 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 16. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF: Registrada sob o nº 1616304

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.958, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal;

Considerando a Portaria nº 2.984/GM/MS, de 11 de novembro de 2019, que institui o Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº nº 1.247/GM/MS, de 18 de maio de 2020, que prorroga o prazo dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando Atenção Primária à Saúde (APS) como nível de atenção capaz de exercer a contenção da transmissibilidade do coronavírus, ao reduzir a ida de pessoas com sintomas leves aos serviços de urgências ou hospitais, bem como, de identificar precocemente casos graves, e de realizar o adequado manejo das pessoas com síndrome gripal; e

Considerando a necessidade de ampliar o prazo, diante do atual cenário epidemiológico do país, para início do envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde (MS) referente aos estabelecimentos de APS com equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, no âmbito do estado do Alagoas, resolve:

Art. 1º Esta Portaria prorroga o prazo, de que trata o art. 4 da Portaria nº 2.984/GM/MS, de 11 de novembro de 2019, dos estabelecimentos de APS com equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde,

para iniciar o envio regular dos dados por meio de sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde (MS), considerando o contexto da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do coronavírus (Covid-19).

Art. 2º A prorrogação de prazo de que trata esta Portaria tem como finalidade fomentar a implementação da informatização das eSF e eAP como meio de qualificar as informações em saúde e o acompanhamento da situação dos usuários vinculados à APS, tendo em vista a relevância para o cenário emergencial decorrente do coronavírus (Covid-19).

Art. 3º Fica prorrogado o prazo, de que trata o art. 4 da Portaria nº 2.984/GM/MS, de 11 de novembro de 2019, por mais seis competências, acrescidas à prorrogação estabelecida pela Portaria nº 1.247/GM/MS, de 18 de maio de 2020, para os estabelecimentos de APS com eSF ou eAP não informatizadas aderidos ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, dos municípios descritos nas seguintes portarias:

I - Portaria nº 3.327/GM/MS, de 16 de dezembro de 2019, que homologa adesão dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família (eSF) não informatizadas ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Estado de Alagoas;

II - Portaria nº 3.613/GM/MS, de 20 de dezembro de 2019, que homologa adesão dos estabelecimentos de Atenção Primária à Saúde com equipes de Saúde da Família (eSF) não informatizadas ao Projeto Piloto de Apoio à Implementação da Informatização na Atenção Primária à Saúde, no âmbito do Estado de Alagoas; e

III - Portaria nº 289/GM/MS, de 20 de fevereiro de 2020, que homologa adesão dos estabelecimentos de atenção primária à saúde com equipes de saúde da família (eSF) não informatizadas ao projeto piloto de apoio à implementação da informatização na atenção primária à saúde, no âmbito do estado de alagoas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA Nº 2.960, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000120008	169.996,00	0004	10302501885350001
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000120039	169.790,00	0004	10302501885350001
RJ	PARATY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12640342000120002	169.010,00	0004	10302501885350001
SP	ITAPETININGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13781069000120002	169.959,00	0004	10302501885350001
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000120040	70.100,00	0004	10302501885350001
TOTAL			5 PROPOSTAS	748.855,00		

PORTARIA Nº 2.961, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABERABA	11202063000120005	473.501,00	0004	10302501885350001
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	74031865000120007	3.999.975,00	0004	10302501885350001
PB	PIANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04827493000120001	999.939,00	0004	10302501885350001
RN	SANTA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356489000120003	999.994,00	0004	10302501885350001
TOTAL			4 PROPOSTAS	6.473.409,00		

PORTARIA Nº 2.962, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000120007	23920008	84.341,00	84.341,00	10302501885350026
TOTAL			1 PROPOSTAS			84.341,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 536ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 14 de outubro de 2020, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.091074/2014-51	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.008842/2016-61	Aliança Administradora de Benefícios S.A.	Art. 77 da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33910.000908/2019-28	Odontoprev S/A	Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.002449/2020-51	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000191/2020-58	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.006217/2020-71	G2C Administradora de Benefícios Ltda - ME	Art. 78 da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.026303/2019-67	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.006164/2018-74	Santa Rita Sistema de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016229/2020-12	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.005580/2020-70	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011771/2019-37	Saúde Casseb Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais)
33910.020402/2019-35	Unimed Itabuna Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.019332/2019-72	Sermed - Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.018454/2019-41	Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.016020/2019-15	Plena Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.001618/2019-00	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33910.010673/2020-16	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.030948/2019-02	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011407/2020-19	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil reais)
33910.010689/2020-29	Caixa Econômica Federal	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.026651/2019-34	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.001769/2020-93	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010966/2019-60	Unimed São José do Rio Preto - Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.008041/2019-59	Halsa Operadora de Medicina de Grupo Ltda	Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33910.001514/2020-21	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.029738/2019-63	Bem Benefícios Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 da RN 124/06	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.019320/2019-48	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.002564/2020-25	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.028762/2019-85	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.026030/2019-51	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
33910.024415/2019-83	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.031142/2019-23	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
33910.017515/2019-53	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.001270/2019-42	Promed Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011301/2020-15	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.029678/2019-89	Unimed de Santos Coop de Trab Médico	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.001702/2019-15	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 71 da RN 124/06	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.025826/2019-96	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.029249/2019-10	Coopus Planos de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.018104/2019-85	Biovida Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
33910.029527/2019-21	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.030114/2019-99	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 62-A da RN 124/06	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.025565/2019-12	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 da RN 124/06	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.009037/2019-16	Bradesco Saúde S.A.	Art. 57 da RN 124/06	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.031045/2018-50	Associação Padre Pio Planos de Saúde	Art. 35 da RN 124/06	7.000,00 (sete mil reais)
33910.009308/2020-69	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.029103/2019-66	Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

33910.026768/2019-18	Clube Care Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 e 20-D da RN 124/06	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33910.012752/2020-61	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001728/2018-82	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda	Art. 80 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.029480/2019-03	Caixa Econômica Federal	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.032386/2019-23	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.006460/2020-90	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 82 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.001466/2020-71	Unimed Cabo Frio Cooperativa Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.032401/2019-33	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil reais)
33910.000808/2020-35	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil reais)
33910.009883/2019-28	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregador dos Correios	Art. 71 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.002201/2020-90	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.029745/2019-65	Fundação Cesp	Art. 57 da RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.019426/2019-41	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.028716/2019-86	Agemed Saúde S.A.	Art. 82-A da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.002414/2020-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,0 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009755/2020-18	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022390/2019-83	Amil Assistência Médica Internacional S.A.		Arquivamento
33910.028903/2019-60	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.057174/2015-40	Assimédica Sistema de Saúde Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.016598/2015-54	Assimédica Sistema de Saúde Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.028091/2019-52	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.032430/2019-03	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25772.015177/2013-23	Aliança Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.000840/2020-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.000990/2020-24	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.019275/2019-21	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico		Arquivamento
33910.036839/2018-18	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.019464/2019-02	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.005308/2019-56	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.015913/2019-35	Cooperativa de Consumo de Benefícios Sociais e Econômicos "C.S. Assistance"	Art. 77 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.011148/2020-18	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.005324/2019-49	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.030233/2019-41	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.032492/2019-15	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.031285/2019-35	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.008161/2019-56	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.023232/2019-41	Unimed Vertente do Caparaó - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33910.024423/2019-20	Unimed de Dourados Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017868/2019-53	Fundação São Francisco Xavier	Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.019869/2019-32	Unimed Pelotas/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.022868/2019-75	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.031068/2019-45	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.032391/2019-36	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.029104/2019-19	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.031010/2019-00	Ademed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.018350/2019-37	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.032768/2019-57	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.003197/2019-43	Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	Art. 62 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.009082/2019-62	AMI - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.013524/2019-75	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
33910.014023/2019-14	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011401/2019-08	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.021872/2019-16	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.019465/2019-49	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro		Arquivamento
33910.019564/2019-21	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.014883/2019-40	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.018516/2019-15	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda		Arquivamento
33910.005623/2019-83	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25773.017634/2013-12	Massa Falida Multiclínicas Assist. Med. Cirurg. e Hosp. Ltda	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil reais)
33910.035176/2018-14	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.001713/2019-03	Bradesco Saúde S.A.		Arquivamento
33910.022380/2019-48	Agemed Saúde S.A.	Art. 84 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.019525/2019-23	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.005556/2019-05	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020729/2019-15	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A		Arquivamento
33910.005897/2019-72	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda		Arquivamente
33910.029399/2019-15	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 da RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33910.018166/2019-97	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000378/2019-18	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.019222/2019-19	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.008606/2019-06	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 62 da RN 124/06	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.025104/2019-31	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 da RN 124/06	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.002942/2019-37	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
33910.001979/2019-83	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001522/2020-77	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.000364/2020-38	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.008248/2020-67	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.008253/2020-70	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.008254/2020-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.056167/2015-21	Massa Falida de Assimédica Sistema de Saúde Ltda	Art. 77 da RN 124/06	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
33910.030604/2019-95	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.030096/2019-45	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.028418/2019-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 76-B da RN 124/06	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.017468/2019-48	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.019624/2019-13	Unimed de Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.018887/2019-05	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.009356/2020-57	Sul América Serviços de Saúde S.A.	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001702/2020-59	Unimed Seguros Saúde S/A		Arquivamento
33903.009027/2017-08	Unimed de Dourados Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.021712/2017-80	Clube dessaúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 66 da RN 124/06	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.018053/2013-90	Massa Falida de Multiclínicas Assistência Médica Cirurg. e Hosp. Ltda	Art. 77 da RN 124/06	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33910.029049/2019-59	Unimed Sergipe - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25773.000696/2014-68	Massa Falida de Multiclínicas Assistência Médica Cirurg. e Hosp. Ltda	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.109742/2016-86	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 da RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.396, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n° 40 realizada no dia vinte e sete de outubro de 2020, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

ANEXO

Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.349935/2019-51
Expediente do recurso: 1468276/20-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 367/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BLAU FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 58.430.828/0001-60
Processo: 25351.558687/2018-56
Expediente do recurso: 0592602/20-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 262/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Processo: 25351.580204/2018-08
Expediente do recurso: 0592539/20-8
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 261/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MERCK S.A.
CNPJ: 33.069.212/0001-84
Processo: 25351.453076/2014-34
Expediente do recurso: 3128652/19-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 211/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BLAU FARMACÊUTICA S.A. (ARISTON INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS LTDA.)
CNPJ: 58.430.828/0001-60 (13.382.686/0001-74)
Processo: 25351.325262/2013-15
Expediente do recurso: 2653640/16-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 267/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: APSEN FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Processo: 25351.091942/2004-71
Expediente do recurso: 0628208/13-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 230/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GR S.A.
CNPJ: 02.905.110/0197-32
Processo: 25761.296484/2013-21
Expediente do recurso: 0058220/17-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, com REVISÃO DE OFÍCIO para reconhecer a reincidência e dobrar o valor da multa inicialmente aplicada, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 652/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PORTO DO RECIFE S.A.
CNPJ: 04.417.870/0001-11
Processo: 25757.332063/2013-38
Expediente do recurso: 1717572/16-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, com REVISÃO DE OFÍCIO para majorar o valor da multa inicialmente aplicada, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 653/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARÍTIMO LTDA.
CNPJ: 09.098.215/0001-61
Processo: 25752.431341/2015-14
Expediente do recurso: 1045612/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 654/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: INFRAMÉRICA CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ: 15.559.082/0001-86
Processo: 25351.054218/2013-83
Expediente do recurso: 0768127/17-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 655/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Processo: 25351.678933/2013-19
Expediente do recurso: 2444745/16-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO para declarar nula a decisão em primeira instância, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 697/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PENNANT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
CNPJ: 36.140.812/0001-80
Processo: 25752.500365/2013-43
Expediente do recurso: 2661927/16-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO para arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 656/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A.
CNPJ: 42.487.983/0006-97
Processo: 25752.333205/2011-14
Expediente do recurso: 1184680/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 657/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
CNPJ: 54.516.661/0027-32
Processo: 25759.069571/2007-10
Expediente do recurso: 897261/10-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por PRECLUSÃO LÓGICA, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 658/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
CNPJ: 06.089.521/0001-43
Processo: 25741.550131/2015-11
Expediente do recurso: 1223641/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 659/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 04.301.884/0001-75
Processo: 25756.024242/2018-14
Expediente do recurso: 0151357/19-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a multa inicialmente aplicada, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 660/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BIO 2 IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES
CNPJ: 01.559.403/0001-38
Processo: 25759.500597/2013-84
Expediente do recurso: 0051093/17-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 692/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: OMNITRANS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 62.299.771/0001-89
Processo: 25759.577549/2017-11
Expediente do recurso: S/Nº
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 693/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: F. ANDREIS E CIA LTDA.
CNPJ: 76.476.050/0002-92
Processo: 25751.318830/2013-52
Expediente do recurso: 0917759/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 724/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: QUINTILES BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.529.870/0001-88
Processo: 25759.162892/2012-28
Expediente do recurso: 1013343/14-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a multa inicialmente aplicada, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 695/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GODADDY.COM, LCC
CNPJ: 20.463.304/0001-00
Processo: 25069.036597/2016-11
Expediente do recurso: 889906/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO para tornar insubsistente o auto de infração por ilegitimidade passiva, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 696/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRAB. PORT. DOS PORTOS ORGANIZADOS DO RIO JANEIRO, SEPETIBA, FORNO E NITERÓI
CNPJ: 00.363.349/0001-98
Processo: 25752.238018/2012-70
Expediente do recurso: 0460411/17-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO para arquivamento do processo por insubsistência do auto de infração, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 694/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: WALDEMIRO P. LUSTOSA & CIA. LTDA.
CNPJ: 04.562.773/0001-12
Processo: 25753.053605/2011-53
Expediente do recurso: S/Nº
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 313/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA.
CNPJ: 04.578.257/0001-86
Processo: 25759.894590/2008-43
Expediente do recurso: 132767/11-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 320/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MEDLEY S.A. INDÚSTRIA FARMACÊUTICA
CNPJ: 50.929.710/0001-79
Processo: 25759.089020/2010-42
Expediente do recurso: 0050088/12-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 318/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Processo: 25759.006699/2009-91
Expediente do recurso: 0935198/13-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 316/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BRISTOL MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 56.998.982/0001-07
Processo: 25759.032947/2009-48
Expediente do recurso: 236398/11-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 319/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.
CNPJ: 33.009.945/0023-39
Processo: 25759.677674/2009-45
Expediente do recurso: 1007936/11-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 315/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.129.105/0001-33
Processo: 25759.383723/2013-21
Expediente do recurso: 2277190/16-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 321/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GUARATÃ PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. (ME)
CNPJ: 00.701.717/0001-60
Processo: 25741.506691/2009-30

Expediente do recurso: 0270629/12-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 317/2020 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: CENE RIO PRETO LTDA. - ME
CNPJ: 11.583.567/0001-54
Processo: 25351.704030/2020-91
Expediente recurso: 3279251/20-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 423/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: MISTER PAPER PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.
CNPJ: 04.428.101/0001-19
Processo SEI: 25351.903355/2020-55
Expediente SEI do recurso: 1156159
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 41/2020/SEI/CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: BELO AROMA PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 05.836.301/0001-73
Processo SEI: 25351.912136/2020-67
Expediente SEI do recurso: 1149238
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 43/2020/SEI/CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.

DIRETORIA COLEGIADA

CONSULTA PÚBLICA Nº 930, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, conforme deliberado em reunião realizada em 7 de outubro de 2020, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto de proposta de revisão do método farmacopeico 5.4.3 Determinação de Resíduos de Agrotóxicos, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço:http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=60161.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia - Cofar, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

ANTONIO BARRA TORRES

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.943692/2019-41
Assunto: Proposta de revisão do método farmacopeico 5.4.3 Determinação de Resíduos de Agrotóxicos
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1 Compêndios da Farmacopeia Brasileira
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - Cofar
Diretor Relator: Marcus Aurélio Miranda de Araújo

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.368, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução de Diretoria Colegiada- RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta Resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
tioconazol + tinidazol 25351018880200704
3121211205 GENÉRICO - Substituição de fabricante do IFA
TININ 25351028625200761
3121205201 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
OXALATO DE ESCITALOPRAM 25351475057201110
3141676204 GENÉRICO - Substituição de fabricante do IFA
3141480200 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3141680202 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
ESCIP 25351475289201142
3141446200 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
3141400201 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
3141463200 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3141482206 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3141467202 SIMILAR - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3141397208 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
TARTARATO DE BRIMONIDINA 25351500821200858
3141126206 GENÉRICO - Substituição de fabricante do IFA
ALPHABRIN 25351566320200834
3141143206 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
OXALATO DE ESCITALOPRAM 25351298384201138
3141293209 GENÉRICO - Substituição de fabricante do IFA
3141385204 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3141280207 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
3141382200 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
ESC 25351022424201641
3485578205 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 3141293209 - 25351298384201138)
3485388200 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3141385204 - 25351298384201138)
3485457206 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3141280207 - 25351298384201138)
3485985203 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3141382200 - 25351298384201138)
OXALATO DE ESCITALOPRAM 25351022727201664
3483414201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 3141293209 - 25351298384201138)
3485562209 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 3141385204 - 25351298384201138)
3485681201 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3141280207 - 25351298384201138)
3485569206 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 3141382200 - 25351298384201138)
VALEANT FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
MELLERIL 25351341951200508
3444394201 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
PURAN T4 25351190236201998
1753884200 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
1753950201 NOVO - Mudança maior de método analítico
1753952208 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
2470698201 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
2470762207 NOVO - Mudança maior de método analítico
2470764203 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.364, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: IGISERVICE - INVESTIMENTOS S/A - CNPJ: 09502795000100
Produto - (Lote): FRALDAS DECARTÁVEIS COCORICÓ (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 3673212/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização e fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): ESCOVA PROGRESSIVA MEGA BLEND MAIS NANO ACTIVE (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 3673848/20-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a exposição à venda do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.365, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: BGI Biotechnology (Wuhan) Co, Ltd
Endereço: Building B2, Zone B/C/D, Wuhan National Bioindustry Base, No.666 Gaoxin Avenue, East Lake High-Tech Development Zone, Wuhan, 430075, China
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 3364253/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.366, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Camp Medica Distribution
Endereço: Street Stanei, Nr 29, Sector 3, Bucharest, 041251, Romênia
Solicitante: Ubuntu Med Importadora e Distribuidora de Produtos para Saúde Ltda - ME
CNPJ: 27.672.060/0001-07
Autorização de Funcionamento: Expediente: 1594685/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de relatório de auditoria, conforme notificação de exigência nº. 1926323/20-6.

Fabricante: Hangzhou Clongene Biotech Co., Ltd.
Endereço: No.1 Yichuang Road, Yuhang Sub-District, Yuhang District, Hangzhou, Zhejiang Province, 311121, China
Solicitante: Adapt Produtos Oftalmológicos Ltda CNPJ: 96.382.429/0001-60
Autorização de Funcionamento: 8.01.920-1 Expediente: 1554194/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação da lista de todas as inspeções ou auditorias regulatórias conduzidas no estabelecimento objeto da certificação nos últimos 3 (três) anos e cópia de relatório de inspeção ou auditoria mais recente emitido por autoridade sanitária de país membro do Fórum Internacional de Reguladores de Produtos para a Saúde (IMDRF) ou por organismo terceiro por ela credenciado, conforme notificação de exigência nº 1657544/20-0.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.367, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente o cancelamento da Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Enterprises Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda., publicada pela Resolução RE n° 3.226, de 13 de novembro de 2019, no Diário Oficial da União nº. 222, de 18 de novembro de 2019, Seção 1, pág. 36.

Art. 2º. Tornar insubsistente o cancelamento da Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa Innover Indústria e Comércio de Produtos Odontológicos Ltda., CNPJ: 11.041.132/0001-88, publicado pela RESOLUÇÃO-RE Nº 3.655 de 16 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 181, de 21 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 251.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.369, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AUREA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.834.064/0001-06
25351.968588/2020-01 / 3097474
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166456201

MELHORAMENTOS cmpc LTDA / 44.145.845/0011-12
25351.071446/2020-11 / 8208451
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3348153204

C.D.P da luz / 07.622.439/0001-03
25351.963427/2020-13 / 8208387
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3152135203

ABN INTERNATIONAL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME / 09.472.087/0001-74
25351.135346/2020-21 / 8208420
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 3416124201

JET DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA / 35.792.484/0001-33
25351.963446/2020-40 / 4024870
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3152160208

TRANSPORTES VALPARAISO LTDA / 85.243.533/0001-57
25351.969279/2020-41 / 4024909
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3168189201

RS SUL DISTRIBUIDORA EIRELI / 09.363.968/0001-57
25351.963490/2020-50 / 4024883
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3152207204

TRANSVELLI TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS - EIRELI / 85.064.152/0001-00
25351.968594/2020-51 / 8208478
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3166464204

MELHORAMENTOS CMPC LTDA. / 44.145.845/0001-40
25351.071304/2020-54 / 8208447
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 3348003202

ABN INTERNATIONAL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA ME / 09.472.087/0002-55
25351.893915/2020-56 / 8208433
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2953971203

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.782.733/0003-00
25351.703644/2020-56 / 8208464
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2388098203

VIALI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 94.876.364/0001-83
25351.503360/2020-61 / 8208391
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3369215209

POLOSULMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 37.739.154/0001-00
25351.121568/2020-66 / 8208251
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3397426201

AUREA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 37.834.064/0001-06
25351.968578/2020-68 / 4024926
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166446206

DEVANT TECH COMERCIAL LTDA / 30.985.912/0001-20
25351.968600/2020-70 / 3097491
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166471201

G & L TRANSPORTES EIRELI / 15.385.199/0001-90
25351.968618/2020-71 / 1243863
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166490205

GELMED MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI / 32.158.543/0001-28
25351.968572/2020-91 / 8208416
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3166438203

DMS OPERADOR MULTIMODAL LTDA / 34.051.343/0001-05
25351.968597/2020-94 / 3097488
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166467203

R A NASSAR COMÉRCIO DE COSMÉTICOS / 33.561.848/0001-49
25351.969079/2020-98 / 4024897
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3167759202

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.370, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SILITEC - PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 26.898.423/0001-64
25351.495222/2017-04 / 8155399
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3136756207
25351.495222/2017-04 / 8155399
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3637573202

MELHORAMENTOS cmpc LTDA / 44.145.845/0011-12
25351.071446/2020-11 / 8208451
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3416215206
25351.071446/2020-11 / 8208451
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3415873200
---
dvx comercio de orteses e proteses ltda / 16.888.191/0001-00
25351.526245/2013-15 / 8098041
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3215011204

HYPRED BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. / 12.498.881/0001-00
25351.693408/2011-39 / 2061977
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3483278206

SILITEC - PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 26.898.423/0001-64
25351.495216/2017-49 / 2095721
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3637624206
25351.495216/2017-49 / 2095721
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3136811208

HYPRED BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA. / 12.498.881/0001-00
25351.021041/2011-53 / 3046740
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3483146202

T NORTE TRANSPORTE EIRELI / 11.487.996/0001-28
25351.293802/2017-61 / 1166069
7119 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 2517059209
25351.293802/2017-61 / 1166069
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2713926203

DEVANT TECH COMERCIAL LTDA / 30.985.912/0001-20
25351.968600/2020-70 / 3097491
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3246141207

NAVI COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONCENTRADO MULTIUSO LTDA. / 00.256.343/0001-11
25004.000320/96 / 3018664
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3364413207

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.371, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MVM DA SILVA - EIRELLI / 03.709.337/0001-60
25351.968520/2020-14 / 8208402
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3166374205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17, da RDC n° 16/2014.

W H B DA SILVA SERVICOS / 37.207.720/0001-32
25351.968635/2020-17 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166506209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

LFX SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI - ME / 17.330.803/0001-07
25351.968546/2020-62 /
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3166410201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.372, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AARÃO MED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 33.158.156/0001-54
25351.963487/2020-36 / 1243850
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 3152204205

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.373, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 01.135.153/0001-09
25351.527838/2020-49 /
7175 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1838008209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não é exigida AE para a atividade descrita no Relatório para Licenciamento Sanitário de Importadora encaminhado no pedido de concessão de AE para exportar medicamentos sujeitos ao controle especial.
25351.524524/2020-94 /
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1828749202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não é exigida Autorização Especial das empresas para a atividade de importar por conta e ordem de terceiros.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.374, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA E PERFUMARIA VILA ROSA LTDA - ME / 21.939.664/0001-90
25351.468285/2015-18 / 7411182
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216530207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

J P Rodrigues da silva eireli me / 23.560.005/0001-74
25351.212121/2016-19 / 7466961
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216534200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
nassar e nassar ltda-me / 17.365.343/0001-52
25351.352076/2014-72 / 7220071
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216518208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

PITANGA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 04.886.013/0001-60
25351.598931/2014-90 / 7302778
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3182818203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.375, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LC PEREIRA VIEIRA / 37.963.302/0001-75
25351.969101/2020-08 / 7753237
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3588868207
---
leandra medeiros cavalcante / 26.739.743/0002-52
25351.045447/2020-19 / 7753115
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3279929202

DROGARIA SANTA LUZIA LTDA / 35.097.632/0001-08
25351.046045/2020-23 / 7753206
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280248200

Farmacia Alecrim Manipulação e Homeopatia Ltda / 37.264.915/0001-14
25351.162333/2020-24 / 7753223
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3447495201

BARUCK COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 18.718.808/0003-36
25351.046278/2020-26 / 7753194
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280246203

Drogaria Pop saúde LTDA / 34.383.183/0001-93
25351.974357/2020-29 / 7753241
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3589050209

ATACADO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS AYMORE LTDA / 96.681.861/0034-10
25351.046540/2020-32 / 7753129
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280232203

S GONSALVES E SILVA COMERCIO / 35.857.635/0001-94
25351.040732/2020-35 / 7753086
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3275352207

FRANCINE CRISTINA DE SOUSA CAMPOS / 33.577.319/0001-33
25351.046050/2020-36 / 7753090
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3275905203

ARTHUR PEREIRA CAMPOS / 37.929.738/0001-48
25351.043250/2020-37 / 7753177
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280236206

ROGERIO SANTOS ROCHA EIRELI ME / 06.049.914/0004-76
25351.042567/2020-56 / 7753181
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280240204

DROGARIA MELHOR PRECO DO BRASIL LTDA / 36.009.924/0001-04
25351.044070/2020-72 / 7753101
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3277055203

DEEPFARMA MEDICAMENTOS LTDA / 33.380.012/0002-29
25351.046254/2020-77 / 7753163
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280234200

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.376, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DROGARIA BATPHARMA LTDA / 19.670.842/0001-89
25351.504858/2014-01 / 7273628
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3216508201

DROGARIA CENTRAL DE MERIDIANO LTDA / 00.174.630/0001-82
25351.308034/2014-02 / 7192541
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3182814201

DROGARIA NOVA DM LTDA. / 05.241.596/0011-07
25351.107122/2009-11 / 0589376
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3182816207

FARMACIA SEMPREFARMA LTDA / 36.781.369/0001-26
25351.768811/2020-12 / 7739301
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3216510202

JM CHAVES FARMÁCIA LTDA / 07.414.571/0005-45
25351.154603/2012-13 / 0834487
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216528205

FARMA ALBA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME - ME / 23.493.625/0001-38
25351.215392/2017-15 / 7518723
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216522206

DROGARIA SANTA GIOVANA EIRELI ME / 34.305.502/0001-42
25351.251758/2020-15 / 7717481
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3216516201

CLAUDIENE CRISTINA DE OLIVEIRA 06515938675 / 07.909.086/0001-19
25351.730635/2013-17 / 7264138
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3216504208

CARLOS FEDER DOS SANTOS LTDA / 34.026.368/0001-40
25351.408513/2019-24 / 7666613
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3232558204

A J G ASSUNCAO ME / 29.134.083/0001-93
25351.320428/2019-35 / 7658038
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3216512209

AROEIRAS II FARMACIA E PERFUMARIA LTDA / 10.610.516/0001-01
25351.526335/2009-36 / 0622559
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3232562202

PELLICIONI & SOUZA LTDA / 04.379.374/0001-10
25351.663587/2013-36 / 7056229
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3232560206

CARLA DE MELO AZEVEDO / 34.620.119/0001-89
25351.596782/2019-39 / 7686772
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3182812204

MATHEUS DEMARCHI DA SILVA E CIA LTDA / 79.163.341/0001-38
25351.572223/2013-48 / 7000775
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3216506204

MC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 06.277.082/0004-45
25351.045433/2014-49 / 7099373
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216520200

FARMACIA VASCONCELOS & PESSOA LTDA ME / 15.399.236/0001-10
25351.521158/2014-73 / 7289337
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216524202

FARMACIA UNIFARMA DE FRUTAL LTDA / 07.064.281/0001-95
25351.719624/2013-78 / 7063627
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3215581206

OFS RJ LTDA / 04.779.685/0048-30
25351.335764/2014-78 / 7202659
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3216526209

IMIFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS S/A / 04.899.316/0255-36
25351.640316/2014-93 / 7313414
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3216514205

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.377, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

p g barros fontes farmacia / 37.546.558/0001-87
25351.045946/2020-06 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280242201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011

LUZ & SLAVEC LTDA ME / 73.399.826/0002-20
25351.043495/2020-64 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280238202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

ROCHA & BARRETOS LTDA / 17.948.434/0012-73
25351.046051/2020-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3280244207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 736, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Ministério do Turismo, cria a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SubSIGA e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, no âmbito do Ministério do Turismo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Art. 1º Estabelecer a Política de Gestão do Patrimônio Documental do Ministério do Turismo, com vistas a salvaguardar o patrimônio documental, em razão de seu valor de prova, informação e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.

Parágrafo único. Para os fins previstos nesta Portaria entende-se por:

I - gestão do patrimônio documental: o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, à classificação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos de arquivo em fase corrente e intermediária, com vistas à sua eliminação ou ao seu recolhimento para guarda permanente; e

II - documentos de arquivo: todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive magnético, óptico ou digital, produzidos e recebidos pelo Ministério do Turismo em decorrência do exercício de suas funções e atividades específicas ou administrativas.

Art. 2º A responsabilidade de viabilizar a implementação da Política de Gestão Documental é de todo o corpo funcional do Ministério do Turismo, de acordo com a própria atribuição e hierarquia, e deve envolver as seguintes categorias:

I - administração geral: é a autoridade máxima administrativa de cada órgão, responsável pela real viabilidade da Política de Gestão Documental e pelo apoio integral à implantação dessa política, alocando recursos humanos, materiais e financeiros necessários e promovendo o envolvimento de todos;

II - gestores de unidades, chefias imediatas e grupos de trabalho: são os responsáveis por garantir que os membros das suas equipes produzam e mantenham documentos como parte de suas tarefas e rotinas, conforme estabelecido em normas internas; e

III - servidores, empregados públicos e colaboradores: são os responsáveis pela produção, uso, tratamento e arquivamento dos documentos arquivísticos em suas atividades cotidianas, bem como pela observação e vigilância quanto às orientações, recomendações e procedimentos internos, devendo, em caso de dúvidas, dificuldades ou sugestões, contatar a área responsável pela gestão documental no âmbito de sua organização.

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes instrumentos arquivísticos de gestão documental do Ministério do Turismo:

I - Plano de Classificação de Documentos;

II - Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos;

III - Manual de Gestão de Documentos;

IV - Manual de Assistência Técnica Documental; e

V - Proposta de Política de Preservação Digital.

Parágrafo único. Os instrumentos arquivísticos de gestão documental serão avaliados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério do Turismo - CPAD, cabendo ao Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, aprovar o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da área fim e os respectivos prazos de guarda submetidos à homologação do Ministro de Estado do Turismo, pelo Secretário-Executivo, que providenciará a publicação.

Art. 4º O descarte ou alienação de acervos impressos, digitais ou de qualquer outro tipo de suporte deve ser precedido de avaliação com a finalidade de identificar o valor e o ciclo de vida do mesmo nas suas diversas fases, identificando o uso e a função da documentação como patrimônio institucional.

Parágrafo único. Fica vedada a eliminação dos documentos relacionados à atividade fim do Ministério do Turismo, até que seja elaborada a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades finalísticas, e somente após a avaliação do valor histórico pela CPAD, de acordo com o estabelecido no art. 10 do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, na Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014 e suas alterações, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

CAPÍTULO II

DA SUBCOMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Art. 5º Fica instituída, no âmbito do órgão setorial do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SubSIGA, no âmbito do Ministério do Turismo.

Art. 6º A SubSIGA tem como objetivos:

I - identificar as necessidades e harmonizar as proposições a serem apresentadas ao órgão central do SIGA de que tratam os arts. 3º e 9º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003.

II - implantar, coordenar e controlar as atividades de gestão de documentos de arquivo das Unidades do Ministério do Turismo e órgãos vinculados.

Parágrafo único. A SubSIGA deverá elaborar seu Regimento Interno, definindo suas competências conforme Decreto nº 4.915, de 2003, no prazo de noventa dias após o ato de designação de seus membros, o qual será submetido à aprovação do Ministro de Estado do Turismo.

Art. 7º Integram a SubSIGA:

I - órgão setorial: unidade do Ministério do Turismo responsável pelas atividades de gestão documental; e

II - órgãos seccionais: unidades das entidades vinculadas ao Ministério do Turismo responsáveis pelas atividades de gestão documental.

Art. 8º A SubSIGA será composta por:

I - dois representantes do Ministério do Turismo, sendo um deles o titular do órgão setorial; e

II - um representante de cada órgão seccional, a ser indicado pelos respectivos dirigentes máximos.

§ 1º Cada titular terá seu respectivo suplente, todos designados pelo Ministro de Estado do Turismo.

§ 2º O titular do órgão setorial exercerá a função de Presidente da SubSIGA.

§ 3º O segundo representante titular do Ministério do Turismo exercerá a função de Vice-Presidente da SubSIGA.

Art. 9º Os membros integrantes da SubSIGA deverão ser atuantes na área de gestão documental, na ordem respectiva de preferência à indicação, que se enquadrem em um ou mais dos parâmetros:

I - servidor efetivo ocupante de cargo de Arquivista;

II - servidor efetivo ou comissionado que possua formação acadêmica em Arquivologia;

III - servidor efetivo ou comissionado que possua experiência profissional na área de gestão de documentos de no mínimo dois anos; ou

IV - servidor efetivo ou comissionado ocupante de funções responsáveis pela área de gestão de documentos.

Parágrafo único. Poderá ser indicado, na ausência de servidores que se enquadrem nos parâmetros anteriores, servidor efetivo ou comissionado responsável ou atuante na temática de gestão de documentos na instituição.

Art. 10. O quórum de reunião da SubSIGA é de um terço de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 11. Fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério do Turismo - CPAD, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 12. A CPAD será constituída de representantes, servidores efetivos com vasto conhecimento técnico da área de formação equivalente e da unidade de lotação, na qualidade de titular e suplente.

Art. 13. A CPAD terá a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do Ministério do Turismo, visando estabelecer prazos de guarda e destinação final de documentos de arquivo.

Parágrafo único. A CPAD deverá elaborar seu Regimento Interno definindo suas competências conforme Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, no prazo de noventa dias após o ato de designação de seus membros, o qual será submetido à aprovação do Ministro de Estado do Turismo.

Art. 14. A CPAD terá a seguinte composição:

I - um servidor efetivo com formação em Arquivologia, que a presidirá; e

II - um servidor efetivo de cada secretaria, com conhecimento técnico das atividades desempenhadas pela unidade.

§ 1º Cada membro da CPAD deverá ter um suplente, que o substituirá nas suas ausências e impedimentos, com formação ou conhecimento técnico equivalente.

§ 2º Os membros da CPAD serão designados pelo titular do órgão ou da entidade dentre os seus servidores.

§ 3º A Secretaria-Executiva da CPAD será exercida por um dos servidores a que se refere o inciso II do caput, designado pelo presidente da Comissão.

§ 4º O Presidente da CPAD poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas e especialistas na matéria em discussão para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 15. O quórum de reunião da CPAD é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 1º Além do voto ordinário, o Presidente da CPAD terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 16. Os membros da CPAD serão responsáveis pela orientação e acompanhamento das normas elaboradas pelo grupo, em cujas reuniões deverão apresentar propostas para aperfeiçoar os instrumentos de gestão.

Art. 17. Os membros da CPAD terão as atribuições em conformidade com sua área de conhecimento:

I - o servidor efetivo com formação em Arquivologia, além de suas atribuições profissionais, previstas na Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, deverá:

a) assessorar a aplicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades meio do Poder Executivo Federal, aprovados pela Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, do Arquivo Nacional;

b) elaborar e revisar, com o auxílio dos demais membros ou empresa especializada, o Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do órgão;

c) orientar na elaboração das Listagens de Eliminação de Documentos; e

d) orientar na elaboração dos Termos de Eliminação e os Editais de Ciência de Eliminação de Documentos em consonância com o disposto na Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014.

II - o servidor efetivo de cada secretaria, além de suas atribuições profissionais, deverá colaborar com a CPAD para o entendimento dos conjuntos documentais que estão sendo avaliados, tendo em vista conhecimento das atividades desempenhadas no setor em que está lotado, ou de unidade ou programa no qual atuou.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. As reuniões de caráter ordinário da CPAD e a SubSIGA se realizarão semestralmente, e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação de dois terços dos membros.

Art. 19. O órgão encarregado de prestar apoio administrativo à CPAD e à SubSIGA será a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 20. Os membros da CPAD e da SubSIGA que se encontrem no mesmo ente federativo se reunirão presencialmente, e os membros que se encontrem em outros entes federativos se reunirão por meio de videoconferência.

Art. 21. As participações na CPAD e na SubSIGA serão consideradas prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 22. É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do titular do órgão ao qual o colegiado esteja vinculado.

Art. 23. Os servidores designados para ocuparem Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTES do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - SIGA, no órgão setorial, serão responsáveis por subsidiar a execução das atividades críticas de competência da SubSIGA e da CPAD, no âmbito do Ministério do Turismo.

Art. 24. As unidades seccionais deverão constituir suas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos conforme Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002.

Art. 25. As Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos das unidades seccionais se reunirão para deliberações ordinárias e extraordinárias, conforme dispuser seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 26. Esta Portaria entrará em vigor e produzirá efeitos na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 1, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2020, mantidos os mecanismos já aprovados.

14-0566 ORLANDO - FLORIDA
Processo: 01580.091310/2014-18
Proponente: MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 27.920.016/0001-79

Art. 2º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos e sua revisão orçamentária do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas até 31/12/2019.

15-0546 MUSSUM, O FILMIS
Processo: 01580.067202/2015-13
Proponente: CAMISA LISTRADA LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.987.306/0001-71
Valor total aprovado: de R$ 10.299.224,93 para R$ 10.146.624,93
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 974.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.900.000,00
Valor aprovado no art. 41 da Medida Provisória nº 2.228-1/01: R$ 1.500.000,00

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA CAROLINA DE ANDRADE MONTEIRO DE BARROS



Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ADITAMENTO DA PAUTA DA 247ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2020

18 - PGEA nº 20.02.0001.0002923/2017-55 e anexos.
Interessada: Câmara de Coordenação e Revisão do MPT.
Assunto: Edital PGT nº 112.2020 - Indicação de membro(a) em face da dispensa da Procuradora Regional do Trabalho Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos do encargo de 2º Suplente da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão, vinculada à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, pela Portaria PGT nº 1314, de 02/09/2020.
Processo sem relator(a).
19 - PGEA nº 20.02.1500.0001317/2020-68 - (Apenso: PGEA nº 20.02.0003.00001/2020-49).
Interessada: Carolina de Prá Camporez Buarque - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Ofício nº 423.2020 - Informa o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 0049161-47.2010.4.01.3400, que concedeu a segurança e determinou o acréscimo de 6 (seis)pontos líquidos totais à sua prova de títulos no 16º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Trabalho.
Relator: Conselheiro José de Lima Ramos Pereira.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Presidente do Conselho

MARIA APARECIDA GUGEL
Conselheira Secretária

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 37, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020
(Sessão Telepresencial)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 36, referente à sessão realizada em 13 de outubro de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-009.529/2016-0, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz; e

- TC-021.891/2020-6, TC-027.457/2019-2, TC-031.289/2020-7, TC-031.806/2018-0 e TC-041.023/2018-8, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 11354 a 11537.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos nºs 11539 a 11611.

PEDIDO DE REEXAME

Nos termos do 129 do Regimento Interno, o relator Ministro Aroldo Cedraz, pediu reexame do processo nº TC-009.529/2016-0, para que a Dra. Livian Lorenz de Miranda pudesse apresentar sustentação oral em nome de Valbetânio Barbosa Milhomem. Em seguida o relator retirou o processo de pauta.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-009.529/2016-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, a Dra. Livian Lorenz de Miranda, apresentou sustentação oral em nome de Valbetânio Barbosa Milhomem.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 11538.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 11354 a 11537, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 11539 a 11611, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 11354/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Janete Maria Góes Capiberibe, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.735/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Janete Maria Góes Capiberibe (180.858.302-72)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11355/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.954/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antonio da Fonseca (281.448.136-34); Jose Aniceto Gomes (329.274.606-04); Jose Antonio de Souza Pimentel (332.900.406-15); Juarez da Silva Aleixo (344.607.806-15); Leonardo das Gracas Ferreira Coelho (166.951.866-34); Maria de Fatima Lopes (209.685.406-78); Nilsa Dias Araujo (232.922.886-49); Oliveira Ferreira de Souza (331.933.716-53); Sebastiao Cosme Lopes Rosado (331.941.576-04); Sebastiao de Figueiredo Marta (381.705.236-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11356/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.974/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Balieiro (078.038.852-68); Arlene Maria Benchaya Mafra (114.613.302-20); Edileuza Pereira de Souza (122.780.922-00); Jose Renato Simao (026.218.512-15); Lucimar Ferreira Vargas (062.992.702-25); Maria Rosineide Silva de Castro (161.018.202-20); Maria de Lourdes Souza (229.712.542-91); Marilena Teixeira Martins (052.554.062-87); Raimundo Artelizio Lopes (042.924.302-25); Sinezio Mendonca Pinedo (078.038.772-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11357/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.018/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Aparecida Crespo Mantuani (721.255.198-87); Edileuza Alves Martins (365.755.001-10); Elda Barrios de Azambuja Silva (174.601.661-20); Filomena Maria Perrella Balestieri (822.717.398-53); Joana Lourdes Cristaldo Romero (312.146.061-72); Joao Carlos de Souza (029.851.698-52); Mary Beatriz Reis de Macedo (509.667.236-00); Paulo Roberto Bertoletto (002.851.808-00); Tania Jucilene Vieira Vilela (338.720.661-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11358/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Leila Cristina Andrade Martins, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.203/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Leila Cristina Andrade Martins (750.582.867-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11359/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.253/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cleuza Maria Pereira da Mota (359.646.931-72); Elemir Donizeth Goncalves (273.803.781-04); Gilberto Pereira Ribeiro (145.199.091-04); Jose Antonio Marques (163.025.911-04); Lucas de Abreu Caldeira (158.648.711-68); Lucia Ferreira Lacerda (232.816.181-20); Marcia Christina Avena da Cruz Andrade (240.016.941-15); Maria Ines Pinheiro Costa (265.084.861-87); Maria do Perpetuo Socorro Silva Guimaraes (124.960.491-53); Marlene Silva Rocha Barros (309.836.141-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11360/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em

considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.320/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Tadeu Prado (052.095.888-82); Cecilia Reiko Tamashiro Arakaki (782.297.158-15); Claudio Augusto (801.772.048-34); Maria Antonieta Xavier de Oliveira (082.751.668-10); Maria Elisa Carvalho de Melo (983.373.198-87); Marly Miloca da Camara Gouveia (040.061.798-63); Paulo Henrique Villela (862.376.088-34); Sergio Antunes (014.735.138-39); Silvana Deutsch de Almeida Wandeur (044.883.768-43); Silvia Helena Tosta (099.444.288-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11361/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.476/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Marineta de Souza Bettcher (935.436.116-15); Selma Rejane Gontijo e Barcellos (206.069.906-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11362/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Gilce Coleta Pereira Bertazzo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.644/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gilce Coleta Pereira Bertazzo (800.507.357-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11363/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.124/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilson Barbosa de Sousa (099.688.813-68); Francisco Ferreira Lima (035.896.683-34); Lenira Meneses de Araujo (247.683.593-53); Luis Carlos Feitosa Tajra (274.684.883-04); Sergio Andre Tupinamba Rodrigues (105.261.703-44).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11364/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Renata Silva Laudares, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.486/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Renata Silva Laudares (097.554.636-82)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11365/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.685/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abel Elias Oliveira (492.403.586-68); Daniel Ribeiro Araujo (120.678.406-73); Erick de Moura Melo (118.682.206-64); Fabricio Herlandio Silva Goncalves (094.959.206-47); Gabriel Alves Delmondes (018.543.756-79); Hugo Leonardo Gomes (071.136.166-58); Juan Paulo Reis de Souza (012.908.676-23); Larissa de Lima Silva Elias (355.927.568-79); Lucas de Jesus Claudino (115.244.446-85); Ygor Vinicius Vieira Thibau (107.195.696-56)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11366/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.697/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Paulo Maia dos Santos (022.668.726-05); Celio Santana Lopes (099.076.746-99); Guilherme Henrique de Souza (122.777.686-18); Guilherme da Silva Araujo (109.646.216-81); Igor Gustavo Mendes dos Santos (083.551.176-62); Julio Cesar Vieira de Andrade (836.147.966-04); Lucas Santos Moura (084.278.166-85); Priscila de Souza Viana (013.478.236-46); Samera Ferreira de Almeida Alcides (095.989.806-93); Samura Ribeiro de Souza (638.793.286-68)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11367/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ricardo Andre da Costa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.719/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Andre da Costa (134.697.667-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11368/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcos Roberto Moacir Ribeiro Pinto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.723/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Roberto Moacir Ribeiro Pinto (110.598.707-89)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11369/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.853/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joselito Antonio Gomes dos Santos (687.820.807-63); Marcio Antonio Protzek (514.669.109-68)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11370/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.894/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Domingos de Souza (047.382.611-93); Allan Paulo Vieira de Almeida (012.580.771-67); Awdren de Lima Fontao (911.985.182-00); Claudilene Lima de Abreu Alegre (967.546.641-34); Claudio Wanderley Luz Saab (367.584.341-68); Liasse Monique de Pinho Gama (026.862.631-64); Patricia Aparecida de Matos (282.288.738-16); Renata Boschi Portella (074.315.367-71); Rogerio Ribeiro Antonio (936.867.301-20); Ruth dos Santos Barros de Oliveira (015.398.261-63)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11371/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.905/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabbio de Souza Ferreira (528.061.542-00); Francisco Fabio de Freitas (641.419.263-53); Henrique Oliveira de Almeida Pires (086.041.136-22); Joao Fernando Bueno (160.112.308-65); Julia Moura de Abreu (408.398.978-55)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11372/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.922/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Almir Krambeck (352.290.719-15); Iris Moura dos Santos (674.032.122-15); Ivan Mascarenhas Kertzman (895.833.025-20); Jair Afonso da Silva (520.457.579-00); Julio Americo Raymundo de Oliveira (570.561.100-53); Marines Miozzo Barcaro (461.186.249-68); Raimundo Pinheiro dos Santos (257.846.252-68); Renato Petermann (444.954.049-20); Roberto Calleya (696.785.969-20); Ronaldo dos Santos Manzoni (569.295.600-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11373/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.959/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Pereira Aranha (007.605.563-93); Cesar Roberto Campos Peixoto (721.267.363-34); Doracy Gomes Pinto Lima (846.216.483-49); Emerson Divino Ribeiro de Oliveira (789.167.551-15); Hugo Deleon Silva Santos (022.738.423-76); Jose Claudio da Silva Silveira (515.544.703-82); Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho (779.492.183-04); Raimundo Nonato dos Santos Netto (708.844.803-30); Salvador Tavares de Moura (697.009.073-68); Ulisses Alves do Rego (832.272.374-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11374/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.963/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Anahy Celia Aguilar Silva (038.897.808-22); Cleise Maria Soares da Silva (022.354.868-51); Cristiane de Aquino Silva Pinheiro (114.700.948-19); Zelia Maria Brigida (480.292.116-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11375/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.989/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Telles dos Reis (026.217.137-69); Luana Ascenso Lustosa (001.925.451-24); Rodolfo Jose Araujo Costa (725.860.011-68); Tiago Manzan Ferreira (000.290.521-30); Vanilce da Silva Brigagao (646.123.841-72); Wilma de Meireles Ferreira Azevedo (008.182.744-09)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11376/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.027/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daura Elisabeth Jaskulski Maia (559.747.400-68); Edmilson Adolphs Correa (378.651.370-87); Julianita Duarte Moraes (698.105.400-00); Lisiane Casonatti Cardoso (569.600.930-15); Natanael Bilhalva Schulz (023.995.440-80); Suelen Sousa Leite Nascimento (936.117.303-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11377/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.031/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Helen Cristina Gomes de Oliveira (519.911.282-15); Juan Ricardo Leite Dangelo (028.303.031-30); Luiz Felipe do Nascimento Souza (029.908.111-76); Marciel Brito Resplande (025.185.021-81); Miguel Ferreira Neto (757.210.232-87); Wallyson de Sousa Bezerra Pimentel (049.281.981-58)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11378/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rafael Anderson Tenorio Frischeisen, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.035/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Anderson Tenorio Frischeisen (019.141.007-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11379/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.053/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro da Silva (012.848.092-00); Francisca Karoline Rodrigues Braga Ramos (790.092.802-25); Grassinete Carioca de Albuquerque (391.390.002-06); Guilherme da Silva Cunha (360.085.672-34); Helio Moreira da Costa Junior (870.957.777-72); Jose Roberto Guimaraes de Souza (391.078.412-72); Leidan Rogerio Cronossgoldbberger Oliveira (957.932.672-04); Luiz Augusto Matos da Silva (691.054.132-49); Maria Helena de Moraes Guimaraes (027.261.927-26); Vanessa Generoso Paes (726.890.212-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11380/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.374/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Maira Pinto Cristeli (071.696.116-43); Euler Mendes Junior (045.487.256-95); Guilherme de Alvarenga Carvalho Junior (012.197.946-60); Liliane Goncalves Curto (076.989.146-23); Marcelo Augusto de Oliveira (814.575.616-20); Pedro Henrique Araujo Rodrigues (123.832.976-40); Stefan Edberg Ferreira dos Santos (096.468.166-81); Tatiana de Almeida Silva (027.975.456-64); Tatiane Rodrigues Melo Pereira (072.240.306-27); Thalles Lucas da Silva Martins (119.087.916-67)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11381/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.206/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Daniel de Queiroz Araujo Batista (401.108.181-72); Veronica de Queiroz Araujo Batista (399.604.981-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11382/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 3º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.392/2020-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Marcelo Augusto do Rosario Mescouto (053.028.132-54); Maria de Nazare do Rosario Mescouto (463.017.632-20); Rosa de Oliveira Rodrigues (603.815.152-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11383/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma de Neemias Faria Serrano, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.690/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Neemias Faria Serrano (665.075.887-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11384/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.097/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Bruno Medeiros de Azevedo (106.464.157-19); Carlos Wagner Ferreira de Lima (047.726.887-06); Claudio Sabino da Rocha (619.369.793-49); Cosme Jose Siqueira Tomaz (001.248.917-48); Daniel de Carvalho Ferreira (097.142.777-10); Ismar Pacheco de Santana Junior (950.133.931-91); Joao Luiz da Silva (003.379.777-39); Marcelo dos Santos da Silva (021.518.627-39); Neidson de Oliveira Guimaraes (902.915.067-04); Ricardo Fialho Alves Portugal (010.555.297-64)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11385/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o Acórdão 3.143/2014-TCU-2ª Câmara decidiu, dentre outras determinações, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c; 19, caput; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

"9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira, Evilázio Correia de Oliveira, José Maria de Lima, Wander Nunes de Souza e a empresa Construtora Colorado Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento dos valores aos cofres do Tesouro Nacional, devidamente atualizados e acrescidos dos juros de mora pertinentes, calculados a partir das datas especificadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data	Valor Original (R$)
02/10/2007	107.356,27
22/8/2007	12.500,09

9.2. aplicar, individualmente, aos responsáveis Evilázio Correia de Oliveira, José Maria de Lima e do Sr. Wander Nunes de Souza e empresa Construtora Colorado Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento dos valores ao Tesouro Nacional, atualizados monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitados após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar à responsável Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento do valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, caso quitado após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento das dívidas decorrentes em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; (...)";

Considerando que foi autuado processo de cobrança executiva do débito solidário imputado pelo subitem 9.1 do Acórdão 3.143/2014-TCU-2ª Câmara aos responsáveis Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira, Construtora Colorado Ltda., Wander Nunes de Souza, José Maria de Lima, Evilázio Correia de Oliveira (TC 035.893/2016-8);

Considerando que a responsável Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira iniciou o recolhimento parcelado de sua dívida relativa à multa aplicada pelo subitem 9.3 do Acórdão 3.143/2014-TCU-2ª Câmara em 23/09/2016, consoante peça 237;

Considerando que a responsável Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira efetuou o recolhimento integral de sua dívida relativa à multa, consoante peças 237; 246; 253; 254-257; 262; 264; 268-269; 271-277; 285-286; 304; 307; 327; 335; 341; 342; 346-347; e 357-358, e demonstrativo de débito juntado à peça 360;

Considerando que não há saldo devedor a pagar relativo à multa aplicada a responsável Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em dar quitação a responsável Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira, ante o recolhimento integral da multa cominada no subitem 9.3 do Acórdão nº 3.143/2014-TCU-2ª Câmara, de conformidade com os pareceres da unidade técnica (peças 361-362) e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas (peça 363).

1. Processo TC-006.052/2011-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 035.896/2016-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 000.364/2019-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.898/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.897/2016-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.893/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 035.895/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Construtora Colorado Ltda. (01.541.120/0001-69); Evilázio Correia de Oliveira (037.651.212-15); José Maria de Lima (045.139.912-91); Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira (009.327.101-82); Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - AC (04.012.548/0001-02); Wander Nunes de Souza (451.225.632-68)
1.3. Órgão/Entidade: Município de Cruzeiro do Sul - AC
1.4. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Jonathan Xavier Donadoni (3390/OAB-MT), representando Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - AC; Wellington Frank Silva dos Santos (3807/OAB-AC) e outros, representando José Maria de Lima; Thaynan Galvao Oliveira (3925/OAB-AC) e outros, representando Construtora Colorado Ltda.; Marcia Freitas Nunes de Oliveira (1741/OAB-AC), representando Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11386/2020 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (FBC&VB) e de seus dirigentes, os Srs. João Luiz dos Santos Moreira, Paulo Cesar Boëchat Lemos da Silva e Elydio Santoro de Barros, em razão da impugnação total das despesas do Convênio MTur 950/2007 (Siafi 622363), que teve por objeto incentivar o turismo mediante o apoio à realização do projeto "Wonder Amazon - Amazônia a Maior Maravilha da natureza" (peça 1, p. 37).

Considerando que, por meio do Acórdão 2.724/2019-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, este Tribunal julgou irregulares as contas dos responsáveis acima indicados, condenou-os a pagamento de débito solidário e lhes aplicou multas individuais.

Considerando que um dos responsáveis apresentou recurso de reconsideração contra a decisão proferida, o qual, por meio do Acórdão 6.359/2020-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, foi conhecido, porém, no mérito, teve seu provimento negado.

Considerando que, de acordo com a documentação acostada à peça 160, o Sr. João Luiz dos Santos Moreira veio a óbito no dia 20/10/2019.

Considerando que o acórdão condenatório por mim proferido ainda não transitou em julgado.

Considerando os pareceres uníssonos da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (peças 162-163) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 175), no sentido de que não há como persistir contra o mencionado gestor a aplicação da multa capitulada no artigo 57 da Lei 8.443/1992, pois, enquanto não houver trânsito em julgado, a multa tem caráter sancionatório, condição que lhe dá natureza personalíssima, por força do artigo 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, não havendo, por essa razão, como ser transmitida ao espólio ou aos herdeiros, após realização da eventual partilha.

Considerando que o artigo 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pela Resolução-TCU 235/2010, prevê a possibilidade de revisão, de ofício, do acórdão em que houver sido aplicada multa a gestor que tenha falecido antes do trânsito em julgado da deliberação.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", e 157, do Regimento Interno do TCU, rever, de ofício, o Acórdão 2.724/2019-TCU-2ª Câmara, com fundamento no artigo 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pela Resolução-TCU 235/2010, para tornar insubsistente a multa aplicada ao Sr. João Luiz dos Santos Moreira, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da decisão condenatória.

1. Processo TC-018.303/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Elydio Santoro de Barros (091.114.337-87); Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (03.487.391/0001-09); João Luiz dos Santos Moreira (077.061.890-15); Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva (151.717.016-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Elydio Santoro de Barros, representando Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11387/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.527/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ernani Jose Vilela dos Reis (109.362.111-72)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Campo Grande/ms - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11388/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.338/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fidelcino Jose Ribeiro (475.006.708-34); Georgina Carolina de Oliveira Faneco Maniakas (067.736.688-40); Laurentina Chinaglia Migliatti (175.548.768-13); Marcia Regina Gallo (076.594.118-02)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11389/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.050/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucio Rogerio Barros Vieira (208.042.374-68); Marlene Fonseca Alves (111.364.214-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11390/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.159/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Carlos de Sa Freitas (132.200.984-87)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11391/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, §§ 1º, 2º e 5º, todos do Regimento Interno; em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de 1ª alteração (62755/2020) de aposentadoria de Marli Pereira da Silva, e legais, para fins de registro, dos atos inicial e de 2ª alteração (62851/2020) de aposentadoria de Marli Pereira da Silva (CPF 020.937.938-30), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.509/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marli Pereira da Silva (020.937.938-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11392/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.948/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celenita Maria dos Reis Silva (223.632.891-53); Eralicio Nunes Batista (121.159.161-15); Ernane Nunes Batista (113.260.851-15); Grace Cardoso (238.609.441-34); Ilco Firmino Neto (121.122.161-04); Manoel Clarindo Barbosa (086.908.471-20); Maria Aparecida de Paula Warmling (386.188.001-63)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11393/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.068/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edgard de Almeida Castanheira (339.580.177-20); Marcilio Jose Macedo Junior (788.354.617-15); Maria Rita Saldanha D Avila (283.415.030-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11394/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.121/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Coutinho (422.760.807-44); Jader Augusto da Silva Ribeiro (352.564.435-34); Jose Jair Wermann (297.801.360-53); Karin Cristina Peiter (944.635.579-68); Marcos Gonzaga Pitanga da Silva (571.197.244-87); Niorley Moreira dos Santos (766.190.607-49); Pedro Romao de Albuquerque Neto (343.897.921-72); Silvana Wallau Vezzosi (494.534.160-53); Silvia Maria Tondelo (487.730.420-72); Telma Teixeira (125.580.441-68)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11395/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.281/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Emilio Mantilla Carrasco (317.730.449-15); Fernando Maia Lima (344.680.487-00); Heloisa Maria de Lima da Silva (091.037.912-20); Manoel Marinho Nogueira (040.673.982-04); Rubenson Pereira da Silva (015.347.262-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11396/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.335/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Avelino Severino (353.948.116-87); Carmem Lucia Gomes (087.645.168-73); Itamar Muniz (029.277.228-97); Jayme Whitacker Junior (393.506.906-59); Monica Maria de Carvalho (040.759.248-23); Newton Mendes de Carvalho (821.668.898-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11397/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.453/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Alberto Lara Cardoso de Almeida (021.249.738-35)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11398/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.591/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Elizabeth Solon Cavalcanti (625.788.637-68); Lair de Souza Cruz (203.695.816-87); Sebastiao Lenes Freire Murta (155.108.246-20); Terezinha de Jesus da Silva Moraes (560.013.396-00); Vicente Teixeira Campos (788.966.738-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à unidade jurisdicionada que faça cessar o pagamento da parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, nos proventos de aposentadoria de Ana Elizabeth Solon Cavalcanti (625.788.637-68), Lair de Souza Cruz (203.695.816-87), Sebastiao Lenes Freire Murta (155.108.246-20) e Vicente Teixeira Campos (788.966.738-87), na hipótese de desconstituição das decisões judiciais proferidas nos Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.490 e 35.500, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, por incompatível com o artigo 40, caput e §§ 7.º, 8.º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter *pro labore faciendo*, da base de cálculo de contribuição previdenciária.

ACÓRDÃO Nº 11399/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.631/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Barbosa Baptista (784.813.767-87); Antonio Soares (638.242.487-00); Aroldo de Melo Fontes (256.538.227-87); Edinaldo Feu (687.000.837-04); Fernando Lima da Silva (646.108.617-04); Gloria Maria de Souza (642.580.847-00); Paulo Cesar Felipe (251.202.551-91); Roberto Pacheco de Oliveira (755.220.047-20); Sylvia Maria Machado (706.690.667-53); Tarso Ovidio Virmond (665.212.977-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11400/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.125/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ceciane Portela Sousa (228.016.423-04); Humberto Simoes Arraes de Alencar (200.840.643-15); Joao Edmilson Gualberto Borges (077.086.613-15); Jorge Luis de Moura Torres (183.796.993-00); Jose Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho (125.840.373-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11401/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento

Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.885/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ricardo Moreira Aguiar (983.222.061-00)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11402/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.340/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eber Daniel Chuno Vizarreta (234.008.088-65); Ines de Alencar Benevides (843.586.028-00); Joao Paulo de Souza Araujo (065.225.614-76); Joelton Duarte de Santana (065.560.324-76); Lucilene Maria da Conceicao Pessoa (464.744.984-04); Marinalva Batista da Silva (317.675.244-04); Oscar Emerson Zuniga Mosquera (018.109.514-96); Rildo Ribeiro de Mendonca (101.847.324-68); Rubem Francisco Paschoal (083.361.644-72); Rui Oliveira Ramos (171.553.554-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11403/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.467/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Thomaz da Conceicao Lucena (104.525.807-57); Elza Nogueira Silva (555.826.567-15); Jaqueline Calheiros Odilon da Silva (056.895.557-97); Laura da Rocha Passos Duarte (087.638.627-35); Luana Lima Riba Andrieto Fernandes (119.364.497-65); Marco Aurelio da Silva (030.078.667-07); Moises Dias da Silva (096.479.207-92); Paloma Hargreaves Fialho (087.145.307-08); Sandra Luzia Bispo Sant Anna (940.432.307-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11404/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.496/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Blattner Pupo (325.843.948-63)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11405/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.672/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Grazielle Cristine Neves Sanches Novaes (076.420.036-41); Guilherme Gomes da Silva (110.324.166-45); Gustavo Henrique Lima Santos (118.611.236-04); Igor Henrique Martins Campos (121.339.436-84); Miguel Angelo Ramos Garcia (117.887.946-13); Paulo Cesar Banfi Souza (101.745.336-59); Raphael Neves Ferreira (087.589.006-75); Roberto Flaymer Araujo (036.259.616-60); Thiago Alves Reder (088.398.736-86); Wallace Nunes da Cruz (124.307.536-85)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11406/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.690/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Esther Dias de Souza (021.822.806-69); Everton Geraldo Marques Mourao (076.792.016-33); Juliana Gomes Tinoco (113.706.816-74); Juliano Henrique Otoni Miranda (064.550.276-63); Neimar Monteiro Goncalves (992.537.636-04); Paulo Cezar Pinto (872.359.436-53); Paulo Dener Bacelar Rabelo (126.301.226-46); Rafael Freitas Lima Silva (114.805.686-60); Robson Vinicius de Souza Matias (012.655.976-77); Varli Alves dos Reis (106.931.296-70)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11407/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.709/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleber Geraldo de Paula Oliveira (012.222.456-63); Douglas Rodrigues de Resende (095.347.046-60); Edmilson Gomes Campos (075.888.676-47); Gleison Falcao Martins (077.614.486-39); Julio Cesar Vignoli Medeiros (650.859.736-15); Marcio Antonio Passos (895.093.236-91); Paulo Roberto Aguiar Lopes (055.543.876-75); Paulo Sergio Teixeira Oliveira (017.391.299-03); Raphael Gomes de Souza (088.296.546-80); Vinicius Sant Anna Ribeiro Moraes (090.010.286-16)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11408/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.732/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Regina Winck Hortelan (960.228.331-91); Diego Tadeu da Silva (006.639.931-99); Elizabeth Amara de Oliveira Lima (595.822.271-68); Evelyn Coelho Paini Webber (050.676.101-07); Mauro de Lima (017.875.739-07); Paulo Sergio Bajarunas Ramos (904.931.681-68); Pricila Greyse dos Santos Julio (787.144.191-49); Thiago Americo Dinizz Rodrigues (979.744.041-91); Valerio Goncalves de Matos (511.297.951-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11409/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.740/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Santos Soares Bezerra (013.056.615-24); Giceli Carvalho Batista Formiga (812.543.425-91); Hamona Novaes dos Santos (008.502.905-03); Josiane de Nazare Silva Lopes (745.987.912-68); Marcos Elan Alves de Araujo (720.964.385-00); Paula Xavier Santos de Santana (828.352.925-00); Soniedna Lima dos Santos Nunes (041.947.774-84)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11410/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.761/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aloisio Batista Pereira (059.650.936-75); Angelina da Horta Queiroz (867.282.297-87); Cassia Priscilla Tenorio do Nascimento (091.384.054-82); Edson Aparecido de Lima (349.638.804-82); Fransoisia de Oliveira Santos Nascimento (890.668.553-04); Guilherme Soares Adorno (007.028.861-57); Marinelma Maria do Nascimento Silva (605.462.124-68); Monica Motta de Mattos Costa (013.890.387-50); Renata Francineti Paiva Costa (709.771.603-78); Rosane Silva Calcada Coelho (572.059.900-25)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11411/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.774/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Goncalves (719.168.906-44); Alexandre Esequiel (162.188.638-75); Aline dos Santos Pereira (054.708.474-97); Ana Maria da Silva Ferreira (006.154.356-02); Dilma da Silva Ferreira (892.272.477-34); Francisca Maria dos Santos (723.085.591-87); Jose Pedro Araujo Neto (004.799.361-88); Julio Cesar Romanholo de Almeida (703.626.451-91); Marcelo de Azevedo Pimentel (078.065.797-70); Nilva Antonia dos Santos (039.092.576-40)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11412/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.849/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Vieira Lima (724.385.922-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11413/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.137/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vera Maria Fontana (039.508.247-15)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11414/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.384/2020-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Adelia de Souza Lemos (604.396.967-04); Adenilda Souza Lemos (463.956.287-04); Almerinda de Souza Lemos (491.720.857-20); Alzira de Souza Lemos (624.811.507-91); Ana Lucia Nascimento da Silva (912.538.377-91); Angela Guimaraes Peixoto (646.418.301-00); Angela Maria Costa dos Santos (506.904.695-00); Angelica Coutinho Espinheira (502.701.685-91); Araci da Silva Costa (718.393.567-15); Brigida Mendes dos Passos (467.712.209-15); Daisy Cardim Moraes (133.996.418-00); Denilza Vieira Rodrigues (267.863.387-04); Denise Ivone Ferraz de Mello (447.920.427-04); Dulceana Jardim Cavalcante (667.405.847-53); Edith Carvalhinho Galli (042.021.248-55); Elisabeth Wayland de Macedo Torres (052.753.554-08); Euzelia Pone Teixeira (488.429.237-53); Fajane Dutra Massa de Paiva (020.715.384-12); Fernanda Teixeira Cardim (927.141.298-20); Fernanda Wayland Torres Silva (405.539.734-87); Francinete Espinheira Carvalho (614.971.935-91); Francisca Goncalves dos Santos Mattos (632.289.127-87); Georgette de Pinho Santos (069.037.857-28); Iara Maria Almeida (779.333.037-49); Iara da Silva Marques (599.588.637-15); Ionara Trajano dos Santos (758.171.877-87); Iracema Cardoso Oliveira da Silva (523.579.107-04); Irene de Melo Souza (801.179.108-72); Irlene Ferreira da Silva (039.095.924-30); Isaura Barbosa do Nascimento (465.654.187-72); Itala Maria Almeida dos Reis (030.080.016-96); Ivani Ferreira da Silva (718.451.864-00); Ivanilda da Silva Oliveira (030.363.394-85); Ivene Ferraz Costa (785.146.817-53); Izabel Chagas Cochrane (276.526.537-20); Jupira de Oliveira Silva (055.534.047-38); Jussara de Araujo Abreu (612.615.807-53); Laura Emilia Pessoa Timeni de Moraes (353.088.504-53); Lilia Emilia Pessoa Timeni de Moraes (640.776.594-34); Lucia Helena Bulhoes da Silva (298.536.482-53); Lucidea do Socorro Bulhoes Botelho (392.672.532-04); Marcia Maria Ribeiro Dutra (851.488.737-87); Maria Helena Costa Barreto (506.851.555-87); Maria Lucia Cardim Duarte (286.964.288-11); Maria Noeli Cardim (057.229.948-63); Maria Raquel dos Santos Silva (255.158.107-91); Maria Teresa Ribeiro de Sousa (080.755.007-84); Maria da Conceicao de Araujo Silva (537.036.697-72); Maria de Fatima Bulhoes (103.666.498-84); Maria de Fatima Coutinho Espinheira (196.776.185-04); Maria de Lourdes Galli Bastos (366.096.687-87); Marilena Thimotheo da Fonseca (505.613.407-49); Marli dos Passos (017.515.969-66); Marly de Pinho Pismel (056.337.627-97); Nelya Lucia Cochrane Esteves (666.746.707-15); Neuza Maria de Jesus Costa (197.637.005-15); Odila Maria Jardim Cavalcante (866.324.697-87); Perolina dos Santos Costa Lopes (048.214.405-04); Rosangela Ribeiro Feijo Roberto (059.024.757-32); Sandra Ligia Menezes Xavier (921.253.797-91); Silvia Brasil Pereira (217.452.187-34); Solange Maria Guedes Neves (670.675.497-87); Solange Medeiros da Silva (771.485.849-49); Sueli dos Passos Venancio (816.639.279-87); Teresinha Goulart Schlup (246.201.739-91); Valentina Maria Almeida Machado (306.913.117-49); Vanda Maria de Franca (264.418.617-04); Vera Lucia Pontes Martins (867.643.067-53); Vera Lucia Veloso da Silva (595.337.146-20); Vera Lucia de Palma (463.074.607-25)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11415/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.413/2020-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Gisele de Moura Santucci (758.946.297-72); Ida Maria Nascimento Neto Goncalves (475.093.095-49); Ieda Nascimento Neto (314.289.755-00); Joao Francisco Sa Santucci (990.982.535-04); Maria Aparecida Batista Pinto (869.787.997-34)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11416/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.424/2020-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adelaide Aliaga Cesare (482.756.628-34); Arami Medeiros dos Santos (098.701.758-64); Carmen Lucia Pontes Barroso (089.447.598-39); Dagmar Tereza Silvestre (962.662.107-97); Eliane Jose da Silva Demartini (040.321.248-09); Eunice Costa Medeiros (035.489.978-30); Helena do Nascimento Leite (246.201.158-78); Helenice Medeiros Moreira (098.700.748-39); Isa Costa Medeiros (098.701.948-18); Maria Cristina Costa Medeiros (098.636.698-65); Maria Ines Cordeiro Franco (900.228.588-49); Maria Luiza Silvestre Nascimento (539.007.827-68); Maria Teresa Nogueira Steinmann Silva (060.396.588-19); Maria do Carmo Nogueira Steinmann (059.262.678-46); Marilza Costa Medeiros (055.124.758-43); Marisa Costa Medeiros (109.699.068-70); Marlene da Silva Souza (527.962.721-68); Moacira dos Santos Silvestre (129.507.748-57); Sonia Maria Jose da Silva Musolino (187.083.748-72); Sonia Maria Pontes Russo (227.217.115-04); Yeda Maria Ferreira Pontes (000.442.965-68)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11417/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Comando da Aeronáutica por intermédio do Ofício nº 389/DPES2/26947 (peça 19), por mais 30 (trinta) dias, para atendimento do Ofício 46396/2020-TCU/Seproc (peça 14), emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 8440/2020-TCU-2ª Câmara.

1. Processo TC-012.814/2020-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alberto Paulo Herszenhorn (021.797.684-00); Alcides Joaquim da Silva (006.198.764-68); Antonio José Marcelino (001.846.831-49); Antonio Loredo de Souza (003.653.193-68); Carlos Roberto da Rocha (098.284.197-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11418/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, §§ 1º, 2º e 5º, todos do Regimento Interno; em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão de reforma a Benedito Ferreira Campos (CPF 225.243.717-00), e legais, para fins de registro, os atos de concessão referentes aos demais interessados identificados no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.638/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Benedito Ferreira Campos (225.243.717-00); Fabiano Oliveira Martins (047.544.859-63); Flavio de Souza Ferreira (069.822.077-30); Mario Jose Lacerda (405.897.060-04); Robson Mendes Ribeiro (254.423.128-94)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11419/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.880/2020-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alcino Soares Sepulchro (706.331.697-49); Ataide Fernandes Romeiro (727.328.817-91); Luiz Claudio dos Santos Freitas (180.400.392-15); Luiz Jose Machado (720.600.697-34); Luiz Sergio da Silva Sarmento (183.980.222-72); Osman Lima Franca (234.506.305-04); Raimundo Jose Francisco Filho (321.806.834-72); Raimundo Moises de Freitas (241.266.245-20); Roberto Carlos da Silva (132.724.622-87); Sergio Soares Rocha (745.126.257-04)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11420/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.980/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adelaide Barbosa Couto (549.592.687-00); Alexandre Pereira de Barros (371.043.494-72); Everaldo Serafim de Santana (292.409.805-04); Hugo de Assis Pereira Borges (778.355.737-68); Jacivam Alves de Melo (382.570.684-20); Joao Batista Soares Pena (193.345.082-72); Marcos Antonio de Sales (790.253.747-00); Mauro Carvalho da Costa (351.796.947-87); Orlando Ambrosio Filho (054.089.858-90); Patricia dos Santos Souza (760.303.007-25)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11421/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.513/2020-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aerton da Costa Teles (072.719.247-79); Fabio Roque de Oliveira Schmidt (029.716.529-12); Joao Afranio Cerveira Pinheiro (629.086.007-06); Rodrigo Falcao Rodrigues (813.970.970-00); Tales Laurindo da Conceicao (099.894.277-47)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11422/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão o 8929/2020 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 25/8/2020, Ata 29/2020, relativamente ao subitem "9", de modo que onde se lê: "VISTO, relatado e discutido este Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Emeliano Texeira Leira contra o Acórdão 3.459/2017-TCU-2ª Câmara", leia-se: "VISTO, relatado e discutido este Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Emeliano Texeira Leite contra o Acórdão 3.459/2017-TCU-2ª Câmara", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.665/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Emeliano Teixeira Leite (046.984.604-68)
1.2. Recorrente: Emeliano Teixeira Leite (046.984.604-68)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Trindade - PE
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Fernanda Edmilsa de Melo (40133/OAB-PE) e outros, representando Emeliano Teixeira Leite.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11423/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6163/2020 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 2/6/2020, Ata 17/2020, relativamente ao subitem "9.2", de modo que:

a) Onde se lê:
9.2. julgar irregulares, (...);

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
275.279,50	9/2/2010

Leia-se:
9.2. julgar irregulares, (...);

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/2/2010	275.279,50

b) mantenham-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.412/2018-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Carlos Riginik Junior (012.304.708-08)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões - SP
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11424/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, c/c o artigo 40, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, em considerar em cumprimento as determinações 1.7.1.1. "a", "b", e "c" do Acórdão 12.834/2019 - TCU - 2ª Câmara, e determinar o apensamento do processo a seguir relacionado aos autos do TC 027.900/2017-7, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.163/2020-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevi).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Economia, destacando que o presente acórdão pode, ainda, ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 11425/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.199/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cabedelo - PB
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11426/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II e 260, § 4º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.261/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos César da Mata (503.309.856-04); Edson Garcez (256.715.107-91); Elias da Silva Nunes (489.629.611-72); Gilberto Campos (150.939.211-49); Hélio Duraczinski (273.369.300-00)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. determinar a Sefip que corrija o CPF no ato Sisac do ex-servidor Hélio Duraczinski para constar n. 273.369.300-00.

ACÓRDÃO Nº 11427/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria da ex-servidora da Universidade Federal de Pernambuco, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, o ato deste processo foi submetido, para fim de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal. O cadastramento e a disponibilização ao TCU ocorreram por intermédio do Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões, na forma dos arts. 2º, caput e incisos I a VI, e 4º, caput, da Instrução Normativa - TCU 78/2018.

Considerando que a servidora Maria Lúcia Macedo se aposentou, em 29/1/1991, no cargo de professora, com proventos integrais; no TC 029.453/2020-8, consta o ato inicial de aposentadoria de número de controle 40171/2020 e outro ato de alteração de número de controle 35950/2019.

Considerando que, no ato de alteração 35950/2019, com vigência em 5/10/2001, concedeu-se a vantagem do artigo 192, inciso I, da Lei 8.112/1990 à servidora.

Considerando que, no TC 029.453/2020-8 analisou-se a decisão judicial constante do contracheque da inativa, constando a diligência e resposta da Universidade Federal de Pernambuco.

Considerando que, a proposta da Unidade Técnica foi pela legalidade do ato de concessão inicial (40171/2020) e ilegalidade do ato de alteração da aposentadoria (35950/2019). O ato de alteração em exame neste processo possui a mesma vigência do ato de número de controle 35950/2019 e se refere à concessão da vantagem pessoal do artigo 192, da Lei 8.112/1990. 12. Desta forma, entende-se que o ato de alteração em exame está em duplicidade, devendo ser excluído.

Considerando que em ocasiões anteriores a Sefip procedeu à exclusão do ato duplicado, por meio de transação existente no sistema Sisac.

Considerando o Parecer do Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:
a) atribuir chancela de exclusão por duplicidade ao ato de aposentadoria integrante deste processo;
b) Informar ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
c) arquivar este processo.

1. Processo TC-021.171/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Lucia Macedo Melo (002.006.034-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11428/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.548/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celso Luiz Machado Ribeiro (400.027.057-53); Jose Camelier (175.615.236-53); Jose Raimundo Dominici Goncalves (103.223.963-87); Jose Valter Sampaio (148.941.304-91); Regis Erico Casara Fachinelli (344.650.060-04); Sergio Antonio Schneider (065.085.290-72); Valquiria Souza Teixeira de Andrade (301.830.651-15); Vanderlei Dantas Machado (142.563.471-00); Vicente da Silva Brito (244.562.331-68); Wellington Albuquerque de Lima (360.870.501-59)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11429/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.962/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dormeracy dos Santos Martins (223.490.142-15); Esmerinda Couto dos Santos (083.101.902-63); Fatima Maria Nazare Cruz (223.488.242-72); Manoel de Jesus Dias Nunes (066.431.752-91); Maria Cleude Limeira de Oliveira (257.808.242-15); Maria Jose Ferreira da Silva (223.473.722-20); Maria Leonilda Rodrigues Barbosa (158.844.902-59); Marileide Cavalcante (127.639.692-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11430/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.971/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloisio Manoel de Souza (100.272.895-91); Carlos Alberto Goncalves dos Santos (152.798.635-72); Carlos Alberto Santos (096.778.015-20); Carlos Gomes da Silva (084.132.745-91); Dilmaria Alves da Silva (374.782.305-04); Maria Aparecida Vidal de Souza (326.639.435-68); Plinio Alves de Souza (261.043.345-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11431/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.026/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arlene Maria Veleda Rodrigues (914.008.647-04); Jose Henrique Monteiro (467.734.107-97); Noecir Guimaraes de Oliveira Costa (589.620.267-91); Suzana Gaspar de Oliveira Martins (227.116.607-10); Taiza Trindade Cabral (363.266.587-72); Vanda Ferreira Santana (546.675.507-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11432/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.120/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcides Douglas Campoi Calvo (014.455.748-70); Eudro Flavio Saraiva de Oliveira (302.100.030-49); Francisco Braga da Costa (410.615.271-15); Luiz Antonio dos Santos (231.764.744-15); Marcelo Antonio Scappaticci (084.317.378-59); Maria Guilhermina Vieira Gondim (190.950.313-49); Perci Pereira (500.278.089-04); Ricardo Felipe de Sales (527.092.990-20); Ricardo Ramos de Azevedo Lima (218.702.924-72); Robinson Fuchs Brasilino (403.723.406-87)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11433/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.146/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alfredo Vital Nascimento de Abreu (138.001.835-87); Ana Izabel Ferreira (316.252.821-68); Ana Rita Batista Sanches (046.452.601-97); Anamim Lopes da Silva (271.034.551-04); Jefferson Moreira Dantas (143.544.621-68); Jose Fernando da Costa Jesus (175.002.651-15); Maria Madalena Ryker Bandeira Moraes (085.303.191-68); Mary Joyce White Rocha (207.685.912-87); Ronaldo Luiz Ramos de Mendonca (209.062.856-15); Walter Lopes Correia dos Santos (238.632.851-15)
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11434/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.163/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marilza Rosa de Oliveira Dias (351.454.122-15); Silvana Francescon Wandroski (524.919.009-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11435/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.436/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amenaide de Carvalho Moreira (133.788.561-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11436/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.522/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Brandao Martins (098.521.822-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11437/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.667/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Dias Drumond (613.273.106-78); Aline Aparecida Silva (125.016.156-89); Diego Augusto Guimaraes (068.282.746-01); Guilherme Augusto Vivas de Castro (095.204.796-94); Joao Guilherme Rodrigues Teixeira (116.726.526-26); Raquel Silva Fernandes Pontes (059.428.166-03); Samuel Correa Campolina Salomao (093.050.976-50); Suellen de Lima Pereira da Silva (137.945.457-37); Thales Souza Teixeira (136.540.966-03); Thiago Philippe Soares (081.513.626-93)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11438/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.689/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Barbosa de Oliveira (070.214.516-52); Antonio Lucas Lefundes dos Santos (120.676.616-63); Cybele Goncalves Braga (955.547.426-53); Evanildo Evangelista Gonzaga (030.278.266-46); Jonathan Alves Miranda de Souza (123.565.976-38); Juliana Maria de Freitas Glueck (968.151.166-20); Lucas Henryque Oliveira Chagas (118.203.186-21); Marcela Alves Santos Nascimento (122.743.276-37); Rosiane Santos Rodrigues Viana (058.131.256-20); Vinicius Dias de Queiroz (015.830.336-96)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11439/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.701/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Pinheiro de Azevedo (633.574.886-04); Carlos Alberto Bretas (198.671.156-00); Faissal Lucas Barros (688.092.716-53); Fernando Alcides Valeriano dos Santos (073.241.286-29); Jean Junior dos Santos Rodrigues (108.137.956-13); Kerley Halbert Ferreira Silva (967.524.166-72); Leonardo Leite Melo (060.564.636-80); Luiz Carlos de Souza Pereira (083.163.586-03); Paulo Roberto de Souza do Nascimento (099.600.896-90); Rejane Patricia Lino Oliveira (012.576.646-70)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11440/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais

para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.863/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edivane de Jesus (001.727.770-11); Helio Pereira dos Santos (024.186.321-05); Juliana Salles Machado Bueno (215.196.228-80); Maira Longhinotti Felippe (004.406.999-59); Manuela Mika Jomori (037.133.556-65); Marcelo Fernando Ronsoni (998.724.980-91); Natalia Ayres Baldivia Jost (068.366.619-37); Patricia Flavia Quaresma (054.504.436-76); Tancredo Augusto Feitosa de Souza (061.287.284-05); Walter Vicente Gomes Filho (625.284.089-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11441/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.883/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Beatriz Bernardo de Oliveira (131.085.397-52); George Rodrigues Ramos (273.087.823-87); Jacqueline Ferreira Vieira (056.249.257-78); Jefferson Robson Araujo de Souza (565.143.012-15); Samuel Couto Alves (099.093.537-09)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Transporte S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11442/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.970/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Edson Abreu de Souza (573.882.370-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11443/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.975/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Gefson da Silva Oliveira (007.802.312-28); Clebson da Silva (844.289.612-00); Davi Vinholte Galucio (193.674.492-91); Edson Silva Lima (856.529.972-49); Eliseu Pereira de Alencar (853.937.462-53); Erlane dos Santos Ferreira (008.897.702-12); Helton Natanael Pires (795.845.862-20); Luis Carlos Abreu de Souza (000.045.192-48); Manoel Barbosa Batista (005.242.892-39); Odenilson Cantana Martins (820.999.522-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11444/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.981/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amalia Cardona Leites (991.156.620-04); Fabio Rios Kwecko (707.209.830-53); Fernanda Regina Bresciani (018.613.890-35); Jeferson Norberto Marinho Mendes (994.313.430-53); Kalien Alves Klimeck (019.070.580-95); Ricardo Lima de Azevedo Junior (956.714.470-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11445/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-032.996/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thaynara Braga Correia (030.855.271-76)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11446/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.004/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Catarina Busch Loivos (008.585.417-42); Dylan Pereira Campos Araujo (057.852.107-54); Emil de Souza Sanchez Filho (208.308.826-34); Jocileni Muniz Bastos da Conceicao (010.241.847-06); Leandro Augusto Pires Goncalves (106.509.667-40); Leticia Lima Dias Moreira Ferreira (055.031.236-62); Luciana Carla de Almeida (839.041.905-04); Marcia Suely Souza Wilson (821.860.817-68); Rebeca Sisara Coutinho da Silva (053.980.577-74); Ricardo Abrate Luigi Junior (092.328.397-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11447/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.765/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clara Maria Sobral Sousa (256.572.835-20); Maria Eugênia Fontes Souza Teixeira (144.518.831-72); Maria Izabel Rezende Fagundes Netto (926.825.706-82)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11448/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.778/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edna Maria Sampaio Barbosa (656.007.381-53); Mercedes Romano Cavalcanti (024.086.351-87)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11449/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-033.383/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sueli Aparecida Fernandes de Lima Sapia (172.762.608-79)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11450/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.090/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alexandre Furtado Neto (415.841.717-15); Antonio Jorge Satyro (739.730.927-53); Carlos Artur Reis Estevam (627.183.397-72); Claudio Pereira Fernandes (798.900.167-53); Fernando Goncalves dos Santos Filho (764.057.967-87); Galvani Alves Rodrigues Cavalcante (415.841.397-49); Gilson da Silva Pecanha (810.660.827-15); Jose Claudio de Assis Filho (841.732.627-87); Jose Francisco Fernandes (469.677.107-53); Manoel Gibson Maria Diniz Navas (415.777.447-72)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11451/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-031.248/2020-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alexandro Costa (081.912.827-98); Claudeci Sergio Alves dos Santos (076.521.877-10); Jose Augusto Bernardo Rocha dos Santos (051.600.867-65); Robson Barbosa Barros (006.202.277-61); Tiago Antunes Correa (080.668.209-41)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11452/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, que trata das contas anuais do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), relativas ao exercício de 2017, organizadas de forma individual, conforme classificação do art. 5º da Instrução Normativa-TCU 63/2010, alterada pela Instrução Normativa-TCU 72/2013, das Decisões Normativas-TCU 161/2017 e 163/2017 e da Portaria-TCU 65/2018, com fundamento no art. 1º, inciso I; 11 e 43, I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso I, e 197 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) sobrestar as contas dos responsáveis Adriana Barbosa de Araújo Silva (CPF 439.697.473- 68), Edmar Holanda Luz (CPF 342.586.713-04), Edvaldo Pereira de Moura (CPF 155.838.053-15), Joaquim Dias de Santana Filho (CPF 007.614.943-91), Francisco Antônio Paes Landim Filho (CPF 065.483.263-34) e Sebastião Ribeiro Martins (CPF 098.898.093-20) até a apreciação do TC 011.650/2020-6; e

b) encaminhar o presente Acórdão, ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e a sua unidade de controle interno, informando-lhes que o inteiro teor desta deliberação pode ser consultada no endereço: www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-043.415/2018-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)
1.1. Responsáveis: Adriana Barbosa de Araujo Silva (439.697.473-68); Edmar Holanda Luz (342.586.713-04); Edvaldo Pereira de Moura (155.838.053-15); Francisco Antonio Paes Landim Filho (065.483.263-34); Joaquim Dias de Santana Filho (007.614.943-91); Paulo Ivan da Silva Santos (386.922.283-20); Raimundo Nonato Gonçalves Júnior (228.812.203-04); Sebastiao Ribeiro Martins (098.898.093-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11453/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se, na origem, de ato de concessão de aposentadoria a Regina Célia Franco Cançado Rosa, ex-servidora do Departamento de Polícia Federal (DPF), em que aprecia, nesta oportunidade, o cumprimento das providências emanadas do Acórdão 8.306/207-TCU-2ª Câmara, pelo qual este Tribunal considerou legal o ato em questão e determinou a exclusão de parcela judicial referente a plano econômico.

Considerando que o atraso no atendimento à determinação para suspensão de pagamentos irregularidades à interessada, atribuído a Stella Regina de Paula Santiago Bahiense, Assessora de Controle Interno do Gabinete do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal à época da prolação do Acórdão 8.306/2017-TCU-2ª Câmara, foi justificado por dificuldades operacionais relacionadas à migração do cadastro e recadastro de ações judiciais do antigo sistema Sicaj para o módulo de ações judiciais do Sigepe, fato observado em outras unidades jurisdicionadas;

considerando que a responsável não se opôs ao fato irregular que motivou a sua audiência, tendo tomado providências, ainda que intempestivas, para o cumprimento integral do acórdão monitorado;

considerando que a interessada tem promovido a devolução do montante indevidamente recebido em virtude do aludido atraso, mediante desconto mensal em seu contracheque;

considerando que as manifestações exaradas pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal e pelo Ministério Público junto ao TCU são uniformes;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, e 250, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) acolher as razões de justificativa de Stella Regina de Paula Santiago Bahiense;

b) arquivar o processo.

1. Processo TC-017.815/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Regina Celia Franco Cançado Rosa (CPF 365.044.751-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11454/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.052/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Armando Rodrigues de Araujo (CPF 738.794.957-34); Celia Hitomi Yamamoto (CPF 075.490.858-54); Elazir Cesario de Castro Paletta (CPF 453.607.666-20) e Jose Manoel Vilela (CPF 641.319.556-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11455/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.145/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Anemarie Boettcher Assmann (CPF 151.320.990-68); Aurelio Ferreira Leite (CPF 735.592.707-82); Carlos Francisco Collyer Ferreira Lima (CPF 548.184.437-00); Edmundo Assis da Silva Galindo (CPF 199.215.279-91); Felicia Guerra Filha (CPF 339.035.301-15); Gloria Maria de Paula Nunes Vargas (CPF 149.981.301-53); Joana Darc Teixeira Machado (CPF 270.759.821-68); Meyre Pereira de Oliveira (CPF 261.882.521-72); Rogerio Augusto Collares (CPF 592.505.429-68) e Simone Haydee Hartmann (CPF 392.333.240-87).
1.3. Unidade: Controladoria-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11456/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.155/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edite de Oliveira Sampaio (CPF 103.270.533-72); Edivan Ferreira Gomes (CPF 210.602.071-68); Francisco Gaetani (CPF 297.500.916-04); Jose Raimundo Oliveira (CPF 095.620.363-91); Jose Ricardo Torres Marinho (CPF 664.572.977-49); Kardsley Soares Guimaraes (CPF 226.481.781-04); Maria Almeida Reisen (CPF 600.069.607-82) e Marta Lucia Pereira (CPF 352.091.601-06).
1.3. Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11457/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.162/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Ligia Maria Meira Toscano Pereira (CPF 202.860.664-91) e Maria Helena de Oliveira Santana (CPF 396.558.574-68).
1.3. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11458/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-032.258/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Andrade da Conceicao (CPF 202.928.721-00); Antonio Barbosa de Freitas (CPF 109.461.011-91); Dourival Franco (CPF 276.184.639-72); Jose Costa Nogueira (CPF 079.158.531-04); Maria Aparecida Ferreira de Souza (CPF 357.026.051-87); Nilza Sizue Fukuda Nogueira Mariano (CPF 368.155.511-72); Orlando de Castro Souza (CPF 203.417.841-68); Protasio Garcia Pereira (CPF 110.770.181-34); Sebastiao Pedro da Silva (CPF 043.973.391-04) e Sergio Luiz dos Santos Jeremias (CPF 252.870.879-34).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11459/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Angela Maria Lopes Sander.

1. Processo TC-032.451/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Angela Maria Lopes Sander (CPF 262.635.720-00).
1.3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11460/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.646/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adailton Vieira de Oliveira (CPF 962.598.417-87); Andrea Olegario Barbosa da Silva (CPF 019.242.937-06); Cristiane dos Santos Mendonca da Silva (CPF 074.746.137-60); Giuliana Madruga da Costa Binello (CPF 136.344.427-19); Irailda Vieira Silva (CPF 781.664.117-68); Marcia Anunciacao de Freitas (CPF 889.735.497-15); Maria Eunice Amaral Dantas (CPF 051.832.557-17); Sandro Mansur Fernandes (CPF 092.921.547-88); Veronica Moraes Cardoso (CPF 074.346.517-25) e Vilmar Botelho Santos (CPF 003.880.447-64).
1.3. Unidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11461/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.693/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Martins de Faria (CPF 025.081.286-00); Cleber de Souza Carvalho (CPF 076.754.426-95); Daniel de Souza Franco (CPF 070.628.626-06); Ewerton Rodrigo de Almeida (CPF 074.047.306-94); Helena Duarte Pedrosa Brito (CPF 100.606.676-48); Luciano Malta Bahia Teixeira (CPF 079.616.886-50); Paulo Augusto Pereira (CPF 056.705.056-46); Reginaldo Santos Claudino (CPF 837.560.356-20); Sabrina Vieira Silva (CPF 039.632.066-08) e Vinicius Teixeira Generoso Hernandez (CPF 083.065.396-13).
1.3. Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11462/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.796/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adailza Felix do Nascimento Silva (CPF 979.358.084-49); Danielle Cristina de Souza Oliveira (CPF 854.880.461-00); Elaine Joerke Demberck (CPF 706.157.131-49); Joaci Santana Nobre (CPF 791.982.875-91); Joao Antonio da Silva Junior (CPF 009.393.223-58); Josino Martins Pimentel (CPF 806.739.373-72); Leide de Lima Oliveira (CPF 721.751.763-04); Maria Cleonice Ferreira dos Santos (CPF 570.204.265-49); Patricia Giulliane da Silva Barros Teixeira (CPF 027.055.363-02) e Ticiana Almeida Veras (CPF 031.111.493-82).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11463/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.810/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandra Silva Oliveira (CPF 856.913.481-91); Erica Amelio Vieira Caixeta (CPF 819.641.106-53); Katia Cristina Leite (CPF 145.608.698-71); Lianna Ramalho de Sena Rosa (CPF 996.908.453-49); Roseluci Santos de Salles (CPF 884.493.867-72); Rosimere da Motta Santos (CPF 840.816.607-78); Rudinei Tavares (CPF 693.543.750-49); Sergio Jose Garcia Dantas (CPF 227.624.504-20); Silvania Wanderley (CPF 566.304.681-04) e Tania Ester de Souza (CPF 388.531.161-53).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11464/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.819/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Angela Pereira Lopes de Oliveira (CPF 855.292.903-10); Carla Cilene Pereira de Araujo Fernandes (CPF 854.172.034-91); Claudio Barros Queiroz (CPF 018.304.467-38); Danilo Araujo Lopes da Silva (CPF 083.005.237-23); Elisangela Lemos Varonil Nunes (CPF 514.705.273-91); Eveline Pereira Barbosa (CPF 857.607.813-91); Rita de Cassia da Silva Nascimento Lemos (CPF 482.373.023-20); Thuanny Ferrer Saraiva Rodrigues Campos (CPF 067.983.154-10); Welington Araujo Souza (CPF 123.571.115-34) e William Boucas Gerasso (CPF 088.371.737-92).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11465/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rodrigo Bandeira Silva Chaves.

1. Processo TC-032.909/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rodrigo Bandeira Silva Chaves (CPF 650.800.502-25).
1.3. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11466/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.913/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Fleming Vasques Bastos (CPF 027.957.074-03); Divanir Maria de Lima Reis (CPF 776.009.914-20); Eduardo Cardoso Moraes (CPF 033.702.934-20); Jose Leandro Costa Gomes (CPF 033.815.354-39); Lucia Guiomar Basto Fragoso de Almeida (CPF 644.989.564-00); Pablo Pinheiro (CPF 029.604.034-79); Renan Atanazio dos Santos (CPF 065.256.724-06); Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti (CPF 030.480.594-74); Valdir Soares Costa (CPF 021.354.624-89) e Valeska de Souza Duarte Siqueira (CPF 022.642.474-01).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11467/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.992/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Balbueno de Almeida (CPF 019.853.201-69); Ivanilda Teixeira Cavalcante Canazza (CPF 909.984.131-00); Jucilane Lima Henklain Ferruzzi (CPF 918.989.275-53); Leticia dos Reis Silva Hirahata (CPF 888.818.571-20); Lislaine Cristina Cardoso (CPF 014.682.491-18); Marcio Freire Valeriano (CPF 689.181.511-87) e Patricia Vandira Pedroso dos Santos Lima (CPF 010.542.071-94).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11468/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.995/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel Conceicao Goncalves (CPF 084.640.077-44); Marilia Leite Cafezeiro (CPF 002.124.737-43); Monica Raquel de Souza Lopez (CPF 068.578.447-98); Rosangela Lannes Couto Cordeiro (CPF 090.864.977-05); Samir Nasser (CPF 092.375.897-60) e Thiago da Silva Adao (CPF 122.572.867-31).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11469/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luzia da Conceicao Costa.

1. Processo TC-033.046/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Luzia da Conceicao Costa (CPF 009.245.792-42).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11470/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-033.058/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Ludmila Freire Costa (CPF 012.130.624-03); Manoella do Monte Alves (CPF 055.365.624-44) e Vitor Luciani Medeiros Batista (CPF 007.939.824-30).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11471/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal; 39, II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de pensão especial de ex-combatente dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.387/2020-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Brisa Maria da Silva Severo (CPF 048.745.244-51); Ines do Carmo Silva (CPF 468.105.444-53); Jaciel Alves da Silva (CPF 454.613.844-04); Juliana Duarte Bezerra (CPF 013.783.654-61); Lucimar Almeida Guilherme (CPF 277.897.564-00); Maria Lucinda da Silva Severo (CPF 139.002.694-91); Maria Melo dos Santos (CPF 360.521.244-15); Maria Nazareth de Lima Santos (CPF 387.491.734-72); Maurina de Sena e Silva (CPF 814.006.674-53); Severina Ramos da Silva (CPF 718.780.414-87) e Veronica Rodrigues dos Santos (CPF 715.880.864-53).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11472/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Maria Jose de Morais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.488/2020-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Jose de Morais (CPF 144.742.474-34).
1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11473/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.411/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Belinda Maria Vieira de Araujo (CPF 691.385.329-72); Diovanina Maria Vieira (CPF 533.311.929-53); Elaine Cristina Vieira da Silva (CPF 018.568.469-62); Eliene Galvao Araujo (CPF 350.075.754-53); Elizabeth do Socorro Coutinho Correia (CPF 007.608.818-98); Erika Borges Guimaraes (CPF 071.557.367-59); Evanira Aparecida dos Santos Carvalho (CPF 647.245.497-34); Isabel Cristina Pinto Victorino Silva (CPF 816.315.887-53); Isabel Maria Vieira de Lima (CPF 533.312.149-49); Liesle Maria Maia do Carmo (CPF 392.343.713-72); Lucia Maria Rocha Scofano (CPF 688.788.777-00); Maria Florentino Leite (CPF 000.491.657-39); Maria do Carmo da Silva Guimaraes (CPF 024.425.517-21); Marivanil da Costa Correia (CPF 187.436.682-91); Neusa Maria Vieira Mani (CPF 378.346.659-87); Rosilene Maia de Carvalho (CPF 706.730.047-91); Silvia Marinho Sobral Medeiros (CPF 311.434.827-00); Tatiane da Costa Medeiros (CPF 097.331.747-77) e Veronica Paula da Costa Medeiros (CPF 028.718.377-75).
1.3. Unidade: Comando da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11474/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.420/2020-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Edjane Cerqueira Barbosa (CPF 542.649.015-53); Iara Maria Barbosa dos Santos (CPF 012.649.505-00); Ieda Barbosa Alves (CPF 370.709.675-00); Jane Marri Ferreira Barbosa Sa (CPF 767.532.805-10); Josete Maria Mendonca de Souza (CPF 431.704.045-04); Lizelda Maria de Mendonca (CPF 445.477.068-91); Marilia da Cruz Barbosa (CPF 535.218.705-53); Marluce Alves Barbosa (CPF 291.773.835-91); Monica Maria da Cruz Barbosa (CPF 501.994.555-20); Norma Sueli Barbosa Nascimento (CPF 633.131.895-04); Rosalia Miranda Barbosa (CPF 542.260.075-49); Rosane Sueli de Mendonca Rodrigues (CPF 352.094.535-53) e Solange Isaura de Mendonca (CPF 977.360.825-53).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11475/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.514/2020-8 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alexandre Schamann Nunes (CPF 810.320.300-97); Emerson Xavier Letier (CPF 092.668.627-54); Marcelo Passos Rodrigues (CPF 074.797.697-09); Marcos Lenartovicz (CPF 031.480.669-52) e Rogerio dos Santos Jardim (CPF 913.522.907-15).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11476/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.949/2020-4 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Adriel da Rosa (CPF 050.087.809-99); Anderson Pavloski (CPF 041.425.179-29); Jose Airton Lima Gomes (CPF 046.193.883-94); Tcharles do Amaral Ribeiro (CPF 041.039.929-99) e Wellison Mesquita Lima (CPF 042.937.993-54).
1.3. Unidade: Comando do Exército.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11477/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento acerca do cumprimento da determinação constante do subitem 9.9 do Acórdão 10.341/2017-2ª Câmara, referente à restituição ao erário dos valores pagos acima do teto constitucional para servidores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Considerando que este monitoramento é o segundo a averiguar o cumprimento da determinação acima referida;

considerando que o Acórdão 7441/2019 - 2ª Câmara considerou que a determinação estava em cumprimento, e deu ciência à UFMG acerca da morosidade na implementação da medida em relação a dezoito servidores;

considerando que após a realização de inspeção junto à universidade foram atualizadas as informações sobre o andamento dos processos de sindicância investigatória;

considerando que foi confirmado o arquivamento de dez processos, encaminhados para abertura de procedimento administrativo disciplinar outros seis casos, e que faltou informações sobre dois servidores;

considerando que, para a maior parte dos casos elencados, houve andamento nos referidos processos para elucidação dos fatos, e que há expectativa de ressarcimento ao erário em parte dos processos ainda em aberto;

considerando que a Universidade concordou em pactuar com o Tribunal uma sistemática de acompanhamento das providências por meio da inserção de relatórios periódicos em processo eletrônico, cujo acesso on-line foi concedido à SecexEducação;

considerando que em futuras ações de controle que venham a ser realizadas, a inexecução ou atraso injustificado das providências poderão ser consideradas como circunstâncias agravantes na culpabilidade dos responsáveis por eventuais irregularidades ou danos apurados relacionados às medidas ora em exame;

considerando que, nos termos da Resolução-TCU 315/2020, as deliberações do TCU devem culminar em resultados efetivos para a administração pública ao menor custo possível;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fulcro nos arts. 143, V, alínea "a", 169, I, do Regimento Interno, em:

a) considerar em atendimento a determinação constante do subitem 9.9 do Acórdão 10.341/2017-TCU-2ª Câmara, dispensando-se, contudo, de dar continuidade, em processo específico, ao monitoramento do cumprimento integral das medidas;

b) dar ciência aos gestores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de que o cumprimento integral da determinação objeto desde processo independe de monitoramento realizado pelo Tribunal, pois integra suas responsabilidades, no âmbito do poder-dever de adotar as medidas necessárias para o contínuo aperfeiçoamento dos controles internos e da governança em relação à gestão de pessoal;

c) dar ciência à UFMG que o TCU acompanhará as providências mediante o acesso periódico ao processo SEI nº 23072.227612/2020-51;

d) dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 34 à UFMG;

e) apensar os presentes autos de monitoramento ao processo originador, TC 003.410/2017-0.

1. Processo TC-015.593/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III
1.2. Responsável: Universidade Federal de Minas Gerais (CNPJ 17.217.985/0001-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11478/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO o monitoramento sobre o atendimento das determinações e recomendações contidas nos subitens 9.1, 9.7 e 9.9.2 do Acórdão 4.825/2017 - 2ª Câmara, da minha relatoria, proferido no TC 012.285/2016-1, referente a auditoria realizada com o objetivo de verificar aquisições, arrendamentos, aluguéis e uso de bens imóveis das universidades federais localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Considerando que referidos subitens contiveram o seguinte teor:

"9.1. determinar à Universidade Federal Fluminense - UFF que:

9.1.1. apresente a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, plano de ação com vistas a dar destinação adequada ao imóvel localizado na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres, 161, Praia de Icaraí, Niterói/RJ (Cinema Icaraí), com informações sobre as medidas a serem adotadas e indicação dos responsáveis e do prazo previsto para implementação de ações com vistas a reverter o atual estágio de abandono e evitar possíveis invasões, danos e/ou esbulhos ao patrimônio (item III.1 do relatório precedente);

9.1.2. informe, nos próximos Relatórios de Gestão Anual da unidade, as providências internas e judiciais adotadas acerca do esbulho identificado no imóvel situado na Avenida 15 de Novembro, 415, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, e da indefinição nos limites físicos do imóvel situado na Rua Doutor Sílvio Henrique Braune, 22, Centro, Nova Friburgo/RJ (item III. 2);

9.1.3. no prazo de 120 (cento e vinte) dias apresente a este Tribunal plano de ação com vistas a dar destinação adequada, compatível com o interesse público, devidamente justificado, aos lotes adquiridos junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), situados na Avenida Marquês do Paraná, 315 a 331, Centro - Niterói/RJ, com indicação, no mínimo, das medidas a serem adotadas, dos responsáveis pelas ações e do prazo previsto para sua implementação (item III.4);

9.1.4. informe, nos próximos relatórios de gestão anual, as providências adotadas para sanear as pendências junto à Caixa Econômica Federal relacionadas ao inadimplemento do mútuo identificado nos imóveis situados na Avenida Marquês do Paraná, 315 a 331, Centro - Niterói/RJ (terrenos adquiridos junto ao INSS) e evitar a perda de propriedade de imóveis (item III.4);

9.1.5. faça constar dos próximos Relatórios de Gestão Anual da unidade informações sobre as providências adotadas e a conclusão do registro imobiliário dos imóveis ocupados pelo então Cinema Icaraí (Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres, 161 - Praia de Icaraí - Niterói/RJ) e pelo Instituto de Saúde de Nova Friburgo (Rua Doutor Sílvio Henrique Braune, 22 - Centro - Nova Friburgo/RJ) (item III. 3).

(...)

9.7. recomendar à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e à Universidade Federal Fluminense - UFF que adotem providências para evitar possíveis prejuízos pela perda do investimento realizado em imóveis ocupados de terceiros quando do término do prazo do termo de cessão, permissão ou concessão de uso, por exemplo, restringindo tais investimentos a situações urgentes e necessárias à manutenção das atividades administrativas ou de risco à vida das pessoas ou ainda àquelas previstas, por analogia, na IN-STN 1/1997, art. 2º, incisos VIII e IX (itens III.14 e IV.1 e 2);

(...)

9.9.2. em conjunto com a etapa de monitoramento deste processo, avalie a regularidade dos procedimentos que culminaram na aquisição do prédio do antigo Cinema de Icaraí, em especial quanto ao preço praticado, aos procedimentos de avaliação adotados, à justificativa para o interesse da Administração em adquiri-lo e ao planejamento da destinação a ser dada ao imóvel."

Considerando que, em breve síntese, a UFRRJ informou que:

a) procedeu à formalização de parceria com o Município de Niterói com a finalidade de dar a correta destinação ao referido imóvel, e que celebrou contrato de cessão do imóvel em pauta, com contrapartida equivalente ao valor do aluguel do referido imóvel, com a obrigatoriedade de que, após a reforma, o local abrigue a orquestra da Universidade (subitem 9.1.1);

b) a ação judicial que trata do esbulho identificado no imóvel situado na Avenida 15 de Novembro, 415, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, teve sentença proferida e que aguarda julgamento de recurso interposto pela União; quanto ao imóvel da Rua Dr. Silvio Henrique Braune, nº 22, Centro - Nova Friburgo/RJ, foi elaborado Termo de Referência para contratação de serviços sua licitação, a partir dos quais serão cotejados os limites físicos do levantamento com os do registro em cartório para solução do litígio (subitem 9.1.2);

c) não realizou as medidas para dar destinação ao referido imóvel em função: da ausência de recursos orçamentários; de entender, que em virtude do seu quadro orçamentário/financeiro, não seria eficiente destinar recursos para desenvolvimento de projetos básico e executivo para dar destinação ao terreno, sem a certeza da posse definitiva do mesmo; de ter mantido contato com o INSS, buscando alternativas para a situação e proposta para quitação da dívida, porém as ações ainda não lograram êxito (subitem 9.1.3);

d) não há pendências junto à Caixa Econômica Federal, que apenas intermediou a negociação de compra do terreno situado na Av. Marques do Paraná, 315 a 331, Centro, Niterói/RJ, entre a Universidade e o INSS (subitem 9.1.4);

d) o processo de registro do Cinema Icaraí está na Procuradoria junto à Universidade, em função da revisão da minuta de escritura; e que o imóvel localizado no município de Nova Friburgo possui a Certidão de isenção do ITD junto à Secretaria de Fazenda do RJ, e que o Cartório do 4º Ofício de Nova Friburgo já teria recebido as certidões da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (subitem 9.1.5);

considerando que a análise realizada pela Secretaria de Controle Externo da Educação concluiu que o subitem 9.1.1 teve perda de objeto, que os subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 estão em atendimento e que o subitem 9.1.5 foi atendido;

considerando que a Universidade não apresentou informações aceca do atendimento da recomendação contida no subitem 9.7, porém a unidade técnica entendeu que trata-se de recomendação com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão, cabendo a entidade avaliar a conveniência e oportunidade de implementá-la;

considerando que, em relação ao subitem 9.9.2, que trata da aquisição do prédio do antigo Cinema de Icaraí, os pareceres uníssonos da Secretaria de Controle Externo da Educação concluíram que o item foi atendido, pelos seguintes motivos:

a) a aquisição se deu em um contexto em que as universidades federais dispunham de fartos recursos e eram incentivadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do programa Reuni, a ampliarem suas estruturas físicas;

b) os dirigentes responsáveis pela aquisição, realizada em 2011, tinham expectativas e diretrizes emanadas do MEC que não se mantiverem;

c) os atuais gestores da UFF possuem poucas alternativas para resolver o problema e não devem serem responsabilizados por atos originados no ano de 2011;

d) os recursos federais dispendidos na aquisição (R$ 10,6 milhões) foram no exato montante da avaliação realizada pela Caixa Econômica Federal, indicando a adequação do procedimento; e

e) a diferença paga na aquisição do imóvel foi suportada por recursos do município de Niterói/RJ, a partir de avaliação realizada por Comissão de Avaliação da Secretaria Municipal de Urbanismo, cabendo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro avaliar a legalidade do procedimento;

considerando que, diante da complexidade dos problemas patrimoniais da Universidade, a unidade técnica propõe que a entidade seja informada sobre a possibilidade de acionar a Secretaria do Patrimônio da União e a Advocacia-Geral da União;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014 e nos arts. 2º, inciso II, e 9º da Resolução - TCU 315/2020 e de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.1.5 e 9.9.2 do Acórdão 4.825/2017-TCU-2ª Câmara;

b) considerar em atendimento as determinações constantes dos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão 4.825/2017-TCU-2ª Câmara, dispensando-se, contudo, de dar continuidade ao monitoramento acerca do atendimento integral das medidas;

c) considerar que houve a perda de objeto da determinação constante do subitem 9.1.1 do Acórdão 4.825/2017-TCU-2ª Câmara;

d) dispensar o monitoramento da recomendação do subitem 9.7 do Acórdão 4.825/2017-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 17, §3º, item "b", da Resolução TCU 315/2020;

b) efetuar as ciências a seguir indicadas;

c) enviar cópia deste acórdão e das peças 1, 2, 3, 31 e 36 ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em função da situação consignada nos parágrafos 51 ao 71 da instrução à peça 36;

d) enviar cópia deste acórdão e da instrução à peça 36 à unidade jurisdicionada; e

e) apensar os autos ao TC 012.285/2016-1.

1. Processo TC-031.787/2018-5 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: Universidade Federal Fluminense.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência à Universidade Federal Fluminense (UFF) de que:
1.7.1.1. cabe à UFF, em autotutela e de ofício, o poder-dever de adotar as medidas necessárias para o contínuo aperfeiçoamento dos controles internos e da governança em relação à gestão dos bens patrimoniais da instituição, concluindo os procedimentos administrativos e as medidas requeridas no Acórdão 4.825/2017-TCU-2ª Câmara independentemente de monitoramento das ações pelo Tribunal, que poderá retomar o exame das questões em momento oportuno, inclusive com a possibilidade de imputar sanções pela não adoção adequada e tempestiva das providências; e
1.7.1.2. para a solução definitiva dos problemas relacionados aos imóveis, podem ser realizadas tratativas junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e à Advocacia-Geral da União, inclusive por meio da sua Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CGU/CCAF) e dos instrumentos de mediação e autocomposição previstos na Lei 13.140/2015.

ACÓRDÃO Nº 11479/2020 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação da empresa Vector Serviços de Atendimento Telefônico Ltda. a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 845/2020, realizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro (Regional São Paulo/SP - MF), para contratação de empresa especializada em atendimento 1º nível básico e especializado para prestação de serviços à Central de Serviços Serpro, com adoção de plataforma de integração de multicanais e módulo de gestão de atendimento, com serviço de implantação da Central de Serviços e Serviço Técnico Especializado sob demanda.

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU;

considerando que a representante, em síntese, alegou que teria ocorrido erro na condução do certame, impondo a inabilitação da representante, com tratamento subjetivo e desigual entre os participantes, pelos seguintes motivos:

i) o pregoeiro teria declarado que com fundamento no item 3.6 e pelo não atendimento aos itens 2.1.1, 2.1.2, 2.5.7, 2.6.1.2, 2.6.3.18, 2.7.2.11, 2.10.10.1.2 e 2.10.29.1.3 (todos do anexo I do edital), "a solução apresentada pela empresa Vector Serviços de Atendimento Ltda foi declarada NÃO HOMOLOGADA, por não apresentar de forma satisfatória as verificações apontadas no cenário de testes";

ii) a empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A., contratada do Serpro como prestadora dos serviços objeto do certame, teria apresentado testes de igual funcionalidade, ou mesmo inferiores, e teria sido considerada habilitada; e

iii) não houve motivação na decisão que desclassificou a representante, que apenas indicou os itens do edital que supostamente não teriam sido atendidos, sem qualquer explanação ou comparação com o que teria ou não sido visto durante os testes realizado;

considerando que após a habilitação da empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A. no certame, a representante interpôs recurso contra a decisão do pregoeiro de habilitar a referida empresa, o qual foi considerado improcedente (peça 1, p. 13);

considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog identificou que, embora o pregoeiro não tenha inserido na Ata de Realização do Pregão Eletrônico as justificativas para a não homologação da solução da representante e para a homologação da solução apresentada pela empresa Stefanini, disponibilizou o *link* com os documentos referentes aos testes efetuados na prova de conceito e discorreu sobre cada ponto questionado na sua decisão quanto aos recursos apresentados;

considerando que a Selog concluiu que diante das informações prestadas pela equipe técnica do Serpro e repassadas pelo pregoeiro, cada ponto alegado pela representante foi objeto de resposta, não se podendo falar em falta de fundamentação na decisão que a desclassificou;

considerando que a equipe técnica do Serpro entendeu, em relação à prova de conceito e os testes realizados pela representante, que a "plataforma não foi configurada conforme os cenários de testes, onde não foram observadas as orientações gerais em relação à apresentação dos perfis e tampouco as demais exigências que seriam solicitadas nos dias dos testes";

considerando que, em relação às funcionalidades constantes no edital que fundamentaram a não homologação da prova de conceito da representante, a equipe técnica do Serpro apresentou resposta a cada afirmação do recurso apresentado (peça 12), indicando a justificativa para a indicação de não atendimento e a localização da ocorrência nos vídeos gravados, incluindo as justificativas para a homologação da solução apresentada pela licitante Stefanini (peça 16, p. 3-7);

considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog propôs conhecer da representação e julgá-la improcedente;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

a) conhecer desta representação e considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;

c) dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, ao Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro (Regional São Paulo/SP - MF) e à representante; e

d) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-034.014/2020-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Vector Serviços de Atendimento Telefônico Ltda.
1.3. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados/Serpro (Regional São Paulo/SP/MF).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: George de Castro Junior (OAB/CE 1.203), representando Vector Serviços de Atendimento Telefônico Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11480/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, quanto ao monitoramento dos Acórdãos 10.574/2011-TCU-2ª Câmara e 6.231/2016-TCU-2ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso II e §1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87), Superintendente de Recursos Humanos da Fundação Universidade Federal do Piauí, pelo descumprimento do subitem 9.4.2 do Acórdão 6.231/2016-TCU-2ª Câmara, contudo sem aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 e no art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal; e

b) fazer as determinações especificadas no item 1.8.

1. Processo TC-011.871/2011-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Lauro Oliveira Viana (718.405.753-87).
1.2. Interessada: Maria de Jesus Rocha Freitas (095.919.403-78).
1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí, nos termos do artigo 4°, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que:

1.8.1. no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e mediante prévia instauração de processo administrativo, apure o montante recebido a título da parcela relativa ao Plano Collor - 84,32%, por Maria de Jesus Rocha Freitas (CPF 095.919.403- 78), desde a ciência do Acórdão 10.574/2011-TCU-2ª Câmara, promova sua restituição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, e comprove ao Tribunal de Contas da União as medidas adotadas; e

1.8.2. no prazo de 30 (trinta) dias, comprove o recolhimento da multa aplicada ao Sr. Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87) pelo Acórdão 6.231/2016-TCU-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 11481/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, quanto ao monitoramento do Acórdão 9.701/2011-TCU-2ª Câmara, proferido na Sessão de 11/10/2011, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso II e §1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José de Arimatea de Matos (CPF 188.805.334-87), Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido; e

b) fazer as determinações especificadas no item 1.7.

1. Processo TC-015.336/2011-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Terezinha Paz da Neves (413.628.374-15).
1.2. Interessada: Terezinha Paz das Neves (413.628.374-15).
1.3. Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074).

1.8. Determinar à Universidade Federal Rural do Semi-Árido, nos termos do artigo 4°, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que quantifique e realize, no prazo de 30 (trinta dias), o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente por Terezinha Paz das Neves (CPF 413.628.374- 15), a título de parcelas de planos econômicos (Plano Bresser - 26,05%, Plano Verão - 16,19%), desde a ciência do Acórdão 9.701/2011-TCU-2ª Câmara até sua efetiva exclusão.

ACÓRDÃO Nº 11482/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.422/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmelia Alves da Silva (231.490.270-04); Nelci Almeida Colvero (008.526.940-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11483/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.745/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Custodio da Silva (042.819.227-09); Anna Baptista de Moraes Almeida Marim (115.573.507-28); Bruna Nunes de Senna Dias (111.857.447-89); Camila Benaim Rodriguez (134.843.407-46); Camila Victoria Sousa Oliveira (011.155.335-09); Carolina de Lima Alcantara (052.581.377-24); Daniel Medeiros Reis (041.084.495-09); Elias Ferraz Rego (147.503.007-05); Ellen Caroline Pereira (070.763.939-56); Erika Cordulino Fernandes (095.316.607-43); Felipe Barcelos de Aquino Ney (083.487.867-40); Felipe Moraes Cornelio (143.450.267-84); Felipe Rangel Tavares (126.618.227-63); Filipe Ferreira Pires Volz (124.221.957-92); Geyse Gomes da Silva (060.947.177-59); Gustavo Mendes de Melo (079.590.257-38); Miriam Victoria Fernandez Lins (122.688.567-55); Natalia Cintra de Oliveira Tavares (035.766.861-85); Nathalia Glauss da Silva Medeiros (123.488.177-21); Nayara Fatima Macedo de Medeiros Albrecht (033.387.011-52).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11484/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.529/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcio Jose Soares (907.742.805-49); Thiago Ledo da Costa (016.923.285-90).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11485/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.736/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Caio Mateus de Barros Santana (180.723.147-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11486/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.921/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Leandro Muniz dos Reis (185.362.907-30); Anthony Augusto dos Santos Silva (156.586.657-60); Gabriel dos Santos Feijolle (187.292.917-63); Jefferson Mota Cerqueira Filho (175.285.457-83); Jose Henrique Cardoso Pinheiro (151.386.007-02); Lucas Fernando Vargas de Souza (171.246.197-42); Lucas de Souza Guimaraes Medeiros (156.675.387-25); Matheus Gomes de Souza (189.009.377-74); Renan de Melo Soares (180.830.037-86); Victor Lucas de Souza Ferreira (180.297.397-45).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11487/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.922/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ericles Luiz Soares dos Santos (182.731.117-76); Rodney Alves Gouveia de Oliveira (172.357.987-42); Rodrigo Medeiros Gervazoni (121.976.237-70); Romulo Anthony de Alcantara (125.135.387-81); Thales Sales de Oliveira (189.436.277-26); Thiago Roberto Ferreira Moraes (189.747.827-58); Victor Bruno Dias Zanon de Oliveira (177.521.607-17); Vinicius de Oliveira Costa (164.619.107-27); Welliton Silveira Tavares (159.209.107-55); Wendel de Oliveira Oliva (150.638.407-28).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11488/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.966/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Lopes da Silva (929.580.790-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE/RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11489/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.137/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Moacir de Freitas Toledo (674.948.030-68); Valdeci Aparecido Cardoso Junior (005.982.011-06).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11490/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.203/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wellington Kerner Marques (260.176.525-91).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11491/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.216/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Bandeira de Oliveira (840.732.255-53); Alexandre Ribeiro da Silva (054.855.225-80); Andre Viana dos Santos (112.428.166-58); Angelo Rucaly Ali Figueiredo Filho (117.148.996-08); Barbara Alcantara Brito Wanderley (059.763.604-40); Daniel de Paula Castanheira (089.055.696-25); Francisco Burjack Maranhão Gomes de Sa (026.137.531-88); Juliana Correia Rodrigues Behar (064.780.274-06); Lucas Alves de Oliveira (027.419.073-74); Romulo Euzebio Ferreira (040.998.483-37).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PRF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11492/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.231/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ayrles Fernanda Brandao da Silva (064.850.634-71); Victoria Glenda Lopes Batista (058.289.643-64),
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11493/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.258/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Solarievicz Ferreira (013.496.622-83); Claudia Sousa e Silva (031.039.881-92); Claudiane Chaves Paixão (053.647.413-38); Kaique Souza Martins (062.523.631-97); Lidia do Nascimento Vieira (035.776.721-70); Maria Eduarda Nazareno Aires (066.209.461-19); Matheus Rodrigues de Araujo (048.573.911-98); Nubia Gomes Barbosa (050.894.471-60); Tiago Oliveski de Oliveira (033.893.941-50); Weslei Jose Abreu (094.974.017-95).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11494/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.265/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luisa Cordeiro Duarte Rocha (100.407.356-99); Camila Giulia Moreira Silva Knabben (055.798.184-08); Guilherme Alves Antonio (437.656.768-02); Patricia Natalia Firmino (074.722.039-55); Raphael Humberto de Souza (116.632.856-24); Vinicius Caruso Gomes (372.606.118-55).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11495/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.279/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Stella Cristina Camara Galvão (004.837.361-39).
1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11496/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.471/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Marcelle Afonso Chaves Sodre (013.185.114-45).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11497/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.492/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sergio Augusto Nunes Monteiro (732.416.103-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11498/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.522/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alysson Franca Bustorff Quintão (072.628.194-88); Igor Oliveira Silva (020.785.151-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho - MPT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11499/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.538/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isaias Issacar Silva das Chagas Junior (711.270.294-10).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11500/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.549/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Meurer da Silva (052.232.681-13).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11501/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.352/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alvinea Oliveira Silva (018.374.944-87); Rosimar Bastos Lima (084.068.634-04); Zilah da Silva Leite (667.458.534-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11502/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.931/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Clotilde Pereira Prado Calado (250.954.127-72); Elizabeth Medeiros Vargas (043.041.837-02); Elizabeth de Oliveira Santos (841.563.507-97); Irinea Barbara Gioseffi do Nascimento (111.375.507-59); Ivonilde Carneiro Alves (042.978.517-84); Laura Nobrega Dutra de Sa (105.949.867-70); Maria de Nazareth de Franca Caldas (069.987.007-09); Martha Maria Peres Lins (072.333.487-07); Mary Walquiria dos Santos (641.354.549-68); Nilza dos Santos Barbosa Luiz (020.683.897-20); Wanda de Castro Oliveira (042.509.307-77).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11503/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.918/2020-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco de Assis Nunes Serra (015.574.754-15); Pedro Jose Selva (016.068.834-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11504/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.019/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Coelho Bezerra (CPF 273.798.502-10); Claudenice de Almeida Maria (CPF 215.080.382-87); Denice Lima Barros Carleo (CPF 225.881.402-20); Edineide Santos Ferreira (CPF 214.921.662-00); Helcimar de Souza Rabelo (CPF 214.171.132-00); Maria Cristina da Costa Martins (CPF 155.449.582-20); Maria Elande Lima Rodrigues (CPF 507.919.072-87); Marlon Jose Guimarães Bayma (215.360.902-04); Raimundo Santos da Silva (CPF 043.399.322-72) e Silda Maria Amazonas de Vargas (CPF 042.764.422-49).
1.2. Órgão: então Ministério da Fazenda.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11505/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.475/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariana Vidal Foltz (CPF 004.535.759-51) e Matheus Ávila Machado (CPF 094.956.299-85).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11506/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.662/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Ricardo Cotrim Wanderley (CPF 117.215.266-76); Bruno Antônio de Oliveira (CPF 070.682.466-05); Júlio Cezar Borges da Costa (CPF 130.440.656-31); Karina da Conceição de Jesus Costa (CPF 014.836.386-50); Lisyane Rachel de Cristo Kaizer Cascaio (CPF 096.651.266-95); Marcelo Junio Scarpelli Gomes (CPF 080.687.746-45); Márcia Cristina Bebiano Tannes (CPF 068.209.606-70); Misael Marcos da Paixão (CPF 071.281.396-99); Pedro Henrique Tavares Correa (CPF 130.630.866-65) e Poliana Ferreira Gomes (CPF 118.642.456-70).
1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11507/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.704/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleison Rodrigo da Silva Vasconcelos (CPF 043.666.166-70); Cristiano Alves Ferreira (CPF 102.024.696-03); Cristiano Tsuyoshi Yotsumoto (CPF 071.993.386-27); Felipe de Paula Pereira Araújo (CPF 085.500.486-07); Hélio Pereira da Silva (CPF 905.400.506-87); Iraildes Gonçalves de Jesus (CPF 310.963.366-34); Marcelino de Jesus Moreira (CPF 030.281.746-85); Márcio Cirilo Alves (CPF 045.719.806-04); Valter Rodrigues Viana Pires (CPF 029.025.576-71) e Wander Gomes de Oliveira (CPF 801.178.136-72).
1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11508/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.798/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Leite Xavier Bertrand (CPF 803.465.533-34); Eva Pinheiro Rodrigues (CPF 042.204.999-97); Gesiane Aparecida da Rocha dos Anjos (CPF 717.412.759-20); Izaura Gomes Santos (CPF 197.514.353-15); Janaína Pereira Souto (CPF 938.768.909-34); Jocilene Ferreira Rufino (CPF 453.240.853-91); Karla Luana Pinheiro Costa (CPF 617.413.293-53); Maria Betânia de Melo (CPF 952.066.124-72); Rui do Nascimento Dias Dorst (CPF 405.407.581-91) e Sandoval Luiz de Oliveira Filho (CPF 640.529.829-91).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11509/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.815/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelson Sousa Arruda (CPF 455.147.982-91); Ângela Maria Dias (CPF 485.197.076-53); Eliane Apolônia Belinda Pereira Rocha (CPF 279.046.793-53); Geni Aparecida de Sá (CPF 396.878.301-82); Maria Jose da Silva Louzeiro (CPF 905.584.053-04); Maria Jose de Freitas (CPF 899.452.477-00); Renata Alves de Carvalho Freitas Vieira (CPF 915.736.533-49); Rosângela Francisca de Lima (CPF 953.962.415-00); Rosemari de Carvalho Araújo Santos (CPF 916.859.907-20) e Valdizia Ribeiro Tavares (CPF 791.507.131-91).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11510/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.823/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Alves dos Santos (CPF 723.224.705-20); Ana Cláudia Lima Romão (CPF 029.836.544-86); Caroline Moreira Feitosa Barbosa (CPF 042.371.854-19); Daniela Sudário Bernardes (CPF 042.318.276-56); Elba Josefa Barbosa (CPF 390.682.344-04); Igor Farias Campos Pereira (CPF 008.445.595-04); Kleyton Oliveira Caires (CPF 019.146.135-03); Marcelo de Souza Silva (CPF 344.144.442-68); Sandra Consuelo Rodrigues da Silva (CPF 242.575.242-00) e Stella Barbosa dos Santos (CPF 971.231.295-04).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11511/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.826/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Audenise Pinto Figueiroa Melo (CPF 316.248.804-44); Bráulio Dyego Martins Vieira (CPF 665.838.963-20); Helton Alencar do Nascimento (CPF 853.500.013-53); Joaquim Luiz Souza da Silva (CPF 989.538.265-00); Jose Nazareno Batista da Silva (CPF 033.154.414-80); Leodenil Dias da Costa (CPF 495.343.781-00); Marcelo Constantino da Silva (CPF 926.443.257-49); Maria Nilda Gonçalves (CPF 747.290.474-00); Maria de Nazareth Gomes de Andrade (CPF 274.389.372-91) e Rita de Cássia Campelo Chaves (CPF 017.778.773-26).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11512/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.832/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brenno de Sousa Andrade (CPF 034.822.883-05); Elizete de Souza Miranda (CPF 015.863.157-90); Eneida Lopes Rodrigues (CPF 582.959.921-04); Gracélia Maria da Silva (CPF 219.034.923-00); João da Silva Santos (CPF 243.151.253-34); Marcus Vinicius Amaral da Silva Souza (CPF 083.864.007-90); Ricardo Jose Gonçalves Bezerra (CPF 478.688.303-44); Rilberto Santos da Silva (CPF 840.718.264-87); Shaloane da Silva de Fontes (CPF 135.775.517-12) e Thiago Pinto Guedes Cerveira (CPF 134.317.827-44).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11513/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.842/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Helena Nacif das Neves (CPF 305.788.762-72); Ana Rita Rodrigues dos Santos de Oliveira (CPF 228.734.571-04); André Luiz Silva dos Santos (CPF 057.767.304-14); Elaine Gomes da Cruz (CPF 672.713.165-15); Iomara Maria Oliveira Silva (CPF 005.846.515-46); Larissa Lima do Nascimento (CPF 905.276.312-72); Maria da Conceição Nonato (CPF 627.887.524-15); Nara Djane Barbosa Novais (CPF 008.952.744-50); Oberdan Queiroz Rocha Junior (CPF 001.069.955-45) e Romilson Braz da Silva (CPF 335.273.852-15).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11514/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.859/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Caroline Vieira da Silva (CPF 036.910.011-57); Clauber Araújo Cavalcante (CPF 069.799.914-93); Gerson Dourado Nobre (CPF 027.226.523-31); Jose Ferreira Maia Neto (CPF 059.808.643-93); Jose Ricardo Ferreira dos Santos Junior (CPF 116.679.647-71); Luciano da Silva Santana (CPF 682.594.845-87) e Regilvan de Oliveira Mariano (CPF 735.572.004-00).
1.2. Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11515/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.875/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Nunes Alves (CPF 033.103.257-09); Celi do Nascimento Palácios (CPF 904.983.720-49); Diogo Vaz Machado (CPF 110.044.437-81); Fábio Moita Louredo (CPF 110.612.247-08); Guilherme da Silva Pedroza (CPF 055.339.137-26); Marcos da Silveira Pugira (CPF 084.366.857-17); Marize Bastos de Matos (CPF 029.230.167-77); Ricardo Machado Pettersem (CPF 004.360.767-56); Rodrigo Souza Mira de Pina (CPF 095.512.627-43) e Vinicius Oliveira Moraes (CPF 106.646.847-85).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11516/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.878/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Liz de Bortoli Groth Athia (CPF 361.931.718-60).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11517/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.928/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Ferreira da Silva (CPF 662.085.482-68); Claudina Miranda e Silva (CPF 961.588.832-04); Eduardo Lepletier da Silva (CPF 935.474.717-53); Elizângela Wanderlinde Quaresma Monteiro (CPF 918.125.501-20); Emanuel Araújo Bezerra (CPF 982.678.093-68); Enilde Lopes Satelles (CPF 844.081.622-72); Fernanda Silva do Casal (CPF 980.717.342-68); Francisco Oliveira Silva Junior (CPF 719.374.202-72); Hellen Claudia Gomes Silva (CPF 879.027.024-04) e Lucas Correia Lima (CPF 971.960.292-91).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11518/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.938/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Martins Gusmai (CPF 339.922.778-79); Fernanda Moraes dos Santos Sanches (CPF 340.325.498-42); Giuseppe Ricardo Passarini (CPF 070.335.988-66); Juliana da Silva (CPF 406.298.118-14); Márcia Maria Ribeiro (CPF 121.351.988-89); Mirella Novais Oliveira (CPF 930.593.375-00); Paulo Henrique Leme Ramalho (CPF 414.638.538-58); Phamilla Gracielli Sousa Rodrigues (CPF 015.234.631-71); Solange Maria da Silva Costa (CPF 009.639.918-09) e Tássia Ferreira Tartaro (CPF 065.520.926-36).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11519/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.957/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Johnes Ferreira de Almeida (CPF 312.083.088-74); Lidiane Fernanda Jochem (CPF 064.452.159-71); Mariana Leal Chaves (CPF 064.617.294-88) e Vicente Ribeiro Simoni (CPF 052.269.304-02).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11520/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.976/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiane Ferreira Pereira (CPF 803.583.812-15); Diego de Melo Guimarães (CPF 982.855.722-34); Johne William da Silva Neves (CPF 818.001.772-91); Jose Richarly Rocha Rodrigues (CPF 648.611.392-87); Manoel Penha Oliveira Neto (CPF 013.488.342-00); Márcio Garcia Xavier (CPF 676.716.592-15); Pedro de Castro Brandão (CPF 413.710.383-68); Roseli Pantoja Cardoso (CPF 742.017.512-87) e Wangleison Barros Pimenta (CPF 949.328.672-04).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11521/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão e prolatar as providências abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.794/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Suely Maria de Pinho Canellas (CPF 361.588.361-68) e Tamara Arruda Canellas (CPF 284.908.351-87).
1.2. Órgão: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. determinar à Sefip que, no ato de número 30734703-15-2016-000007-0, informe como "Alteração" no campo "Tipo de Registro".

ACÓRDÃO Nº 11522/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.799/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Dinaita Oliveira Porfírio (CPF 184.293.601-82); Maria Lúcia Felisola (CPF 410.976.021-68); Maria das Dores Gomes Anacleto da Costa (CPF 457.253.064-53) e Maria do Socorro Corrêa Parente (CPF 152.970.981-49).
1.2. Órgão: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11523/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.364/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Andreas Sanden (CPF 544.090.715-72).
1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11524/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.346/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônio dos Reis Delmonaco (CPF 041.228.038-88); Carlos Augusto do Vale Lopes (CPF 038.611.203-72); Cilene Maria dos Santos Lima Neri (CPF 108.508.678-00); Estela Mattaraia Delmonaco (CPF 473.857.758-10); João Antônio dos Santos Lima Neri (CPF 059.160.933-90); Marlúcia Valeria da Silva (CPF 239.358.803-59) e Rosimar Pereira de Sousa (CPF 160.524.043-53).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11525/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de pensões militares deferidas pela Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - junto ao Comando da Aeronáutica;

Considerando que, em 11/8/2020, ao prolatar o Acórdão 8.479/2020, além de apreciar os atos em favor dos interessados, entre outras medidas, a 2ª Câmara do TCU encaminhou as determinações à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - junto ao Comando da Aeronáutica pela seguinte linha:

"(...) 9.*4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - junto ao Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:*

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas no item 9.2 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. oriente as interessadas indicadas no item 9.2 deste Acórdão (Egnar Pimentel Mcquillen e Elaine Maria Pimentel) sobre a eventual possibilidade de exercerem a superveniente opção com vistas a permitir a percepção da presente pensão militar a partir das subjacentes desistências das indevidas percepções cumulativas;

9.4.4. encaminhe a este Tribunal, se for o caso, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada no item 9.2 deste Acórdão, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação sobre os múltiplos benefícios em prol de Egnar Pimentel Mcquillen e Elaine Maria Pimentel, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;"

Considerando que, em 22/9/2020, como chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, o Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva solicitou (Peça 21) a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento às determinações proferidas pelo Acórdão 8.479/2020-TCU-2ª Câmara, diante dos óbices encontrados pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) para o cumprimento do aludido acórdão;

Considerando que a Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 46.442/2020-TCU/Seproc (Peça 16), tendo a ciência do expediente ocorrido em 8/9/2020;

Considerando que, à Peça 24, a Sefip emitiu o seu parecer pelo deferimento do referido pedido;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça nº 21 pelo Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva e, assim, autorizar a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 8.479/2020-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir da ciência do presente Acórdão, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-013.518/2020-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Carolina Terezinha Couto Pimentel (CPF 058.523.107-94); Egnar Pimentel Mcquillen (CPF 358.022.514-68); Elaine Maria Pimentel de Sá (CPF 729.634.257-91); Elayne de Fátima Oliveira Netto (CPF 807.006.327-00); Heloísa Luiz Tenan (CPF 254.736.037-34); Kátia Fernandes Duarte de Oliveira (CPF 115.306.808-75); Márcia Valéria de Oliveira Netto (CPF 863.836.557-87) e Maria de Lourdes Couto Pimentel (CPF 075.834.087-76).

1.2. Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - junto ao Comando da Aeronáutica - MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal:

1.7. Providência: enviar, por intermédio da Sefip, a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica, para ciência e adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 11526/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de pensões militares deferidas pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica;

Considerando que, em 11/8/2020, ao prolatar o Acórdão 8.483/2020, além de apreciar os atos em favor dos interessados, a 2ª Câmara do TCU encaminhou, entre outras medidas, as determinações à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica pela seguinte linha:

"(...) *9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:*

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.2 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas indicadas no item 9.2 deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos de concessão de pensão militar indicados no item 9.2 deste Acórdão, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação, para serem submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;"

Considerando que, em 22/9/2020, como chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, o Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva solicitou (Peça 24) a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento às determinações proferidas pelo Acórdão 8.483/2020-TCU-2ª Câmara, diante dos óbices encontrados pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) para o cumprimento do aludido acórdão;

Considerando que a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 46.470/2020-TCU/Seproc (Peça 19), tendo a ciência do expediente ocorrido em 8/9/2020;

Considerando que, à Peça 27, a Sefip emitiu o seu parecer pelo deferimento do referido pedido;

Considerando, todavia, que a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica encaminhou o Ofício nº 410/DPES2/27077 em 28/9/2020, contendo as apostilas de pensão militar instituída por Manoel Jerônimo da Silva em favor de Márcia Suely Jerônimo da Silva, Mércia Maria da Silva Macedo, Mírian Jerônimo da Silva Pereira e Rita de Cássia dos Santos (Peças 29 a 32);

Considerando, do mesmo modo, que a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica encaminhou o Ofício nº 6790/IPCIAA/32105 em 30/9/2020, contendo as novas apostilas e novo ato de pensão militar instituída por José Pereira da Silva em favor de Darli Silva Neves e Dione Pereira da Silva Bandeira (Peças 35 e 36);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça nº 24 pelo Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva e, assim, autorizar a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento das determinações proferidas pelo Acórdão 8.483/2020-TCU-2ª Câmara em relação à pensão militar instituída por José Pereira da Silva em favor de Terezinha Lopes da Silva (à Peça 9 sob o n.º 67428/2019), devendo o novo prazo ser contado a partir da ciência do presente Acórdão, sem prejuízo de prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-031.838/2019-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alexandra Feitosa Bebiano Montoni (CPF 933.767.742-34); Alice de Freitas Pereira (CPF 142.467.081-00); Aparecida Magna Ramos Gil Nascimento (CPF 160.542.898-10); Apparecida Castelar Pinto Conti (CPF 049.942.648-72); Darli Silva Neves (CPF 034.067.224-23); Dione Pereira da Silva Bandeira (CPF 812.664.304-82); Ilca Maria de Freitas Pereira Theodoro (CPF 390.405.501-15); Iris Aparecida de Freitas Pereira Teodoro (CPF 236.942.111-87); Izabel Fátima de Freitas Pereira Teodoro Vilalba (CPF 511.924.621-49); Kelly Cristina Jorge da Silva Santos Cassimiro (CPF 100.743.287-00); Márcia Suely Jerônimo da Silva (CPF 378.837.554-04); Maria Ângela Conti Marini (CPF 075.679.638-50); Mariza Barbosa Nunes (CPF 249.016.280-20); Mary Barbosa Marin (CPF 271.447.630-91); Mércia Maria da Silva Macedo (CPF 097.495.942-15); Mirian Jerônimo da Silva Pereira (CPF 218.987.098-40); Neizimar Cassimiro de Assis (CPF 920.850.087-04); Nélia Cassimiro (CPF 833.951.727-91); Rita de Cássia dos Santos (CPF 036.036.764-08) e Terezinha Lopes da Silva (CPF 155.690.714-15).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal:

1.7. Providência: enviar, por intermédio da Sefip, a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica, para ciência e adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 11527/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.429/2020-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Cláudia Feitosa Cavalcanti (CPF 001.543.807-41); Dirce Caetano dos Santos Ribeiro (CPF 073.834.487-74); Edlamar Gomes Pinto Cravinho (CPF 006.953.957-00); Edna Noronha Trindade (CPF 403.795.907-00); Estefânia Souza Pinto (CPF 077.002.837-37); Maria Bernardete Assis de Souza (CPF 000.683.447-75); Marize Alexandrino de Araújo Coquito Mercedes (CPF 782.579.567-91); Marlene Lamas Costa (CPF 851.775.127-20); Neiva da Glória Silva de Souza (CPF 268.164.157-87); Rosimar Lisboa Santos (CPF 019.173.847-69); Sebastiana Mariusa Alencar da Silveira (CPF 908.788.417-68); Vanda Lúcia Assis de Souza (CPF 435.245.087-15); Vani Lúcia Assis de Souza (CPF 435.245.167-34); Vania Lucia Assis de Souza Viana (CPF 037.556.217-62); Vanja Lúcia Assis de Souza (CPF 089.044.907-40) e Velba Lucia Assis de Souza (CPF 552.576.077-00).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11528/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.894/2020-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alamo Oliveira de Ceia (CPF 737.305.727-68); Antônio Sergio Borges Oliveira (CPF 270.158.745-04); Diomedes de Lima Calcas (CPF 757.376.557-68); Francisco de Assis Monteiro (CPF 345.126.674-15); Guilherme João Santana (CPF 232.856.805-04); Jeovane Caetano dos Santos (CPF 748.056.907-63); Jorge Luiz Moura de Assis (CPF 752.728.817-53); José Luiz de Sousa (CPF 357.977.204-00); Jose Oliveira da Silva (CPF 047.677.212-53); José Raimundo da Silva Lopes (CPF 249.637.205-15).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11529/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.015/2020-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adolfo de Jesus Lemes (CPF 265.102.601-82); Cairo Silva Neto (461.079.166-87); Carlos dos Santos Novais (CPF 309.418.811-72); Cláudio de Lima (CPF 213.772.861-34); Florival dos Santos (CPF 267.658.705-63); Jair Rodrigues da Silva (CPF 331.862.191-91); João Carlos de Barros Pereira (CPF 321.753.027-68); José Afonso Florintino (CPF 355.914.044-72); José Beethowen Ribeiro Leite (CPF 188.598.872-91) e Oscarino dos Santos Monteiro (CPF 198.375.772-15).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11530/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.215/2020-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alexandre Ramos Machado (CPF 011.622.727-32); Edmilson Leal dos Santos (CPF 002.553.397-55); Marcus Antônio Padrão (CPF 498.989.147-34); Miguel Fernando da Silva Mendes (CPF 781.292.737-72) e Paulo Roberto Hilário de Souza (CPF 659.855.327-04).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11531/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.436/2020-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antônio Carlos Cosme de Leão (CPF 295.792.360-20); Flávio Eichenberg Campello (CPF 449.573.517-91); Jairo Alves (CPF 587.187.379-00); Jucélio Gonzaga (CPF 556.009.999-68); Moisés Carlos Martins Domingues (CPF 462.843.629-00) e Vito Wolsky (CPF 124.802.239-49).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11532/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.441/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adão da Silva Coutinho (CPF 338.481.222-00); Roberto Carlos de Almeida Pinto (CPF 630.439.636-87) e Vagner Teixeira (CPF 139.380.258-32).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11533/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor de Paulo Batista Andrade, como então prefeito de Ilha de Itamaracá - PE (gestão: 2013-2016), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), durante os exercícios de 2013 a 2015, sob o valor total atualizado de R$ 65.281,55;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica propôs o arquivamento do presente processo, sem o julgamento de mérito, já que o valor do débito seria inferior ao limite de alçada fixado pela Instrução Normativa TCU nº 71, de 2012, destacando que não teria sido promovida a citação do responsável, nem teriam sido identificados outros processos em tramitação no TCU com débitos imputáveis ao então prefeito, tendo o MPTCU anuído à essa proposta;

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU n.º 71, de 2012, com a redação dada pela IN TCU n.º 76, de 2016, estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I, que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00;

Considerando, dessa forma, que, estando o referido débito em montante inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU n.º 71, de 2012, com a redação dada pela IN TCU n.º 76, de 2016, o TCU pode determinar o arquivamento deste processo, nos termos do art. 93 da Lei n.º 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada a devida quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93, da Lei n.º 8.443, de 1992, e nos arts. 143, V, "a", e 213, 235 e 237, III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em arquivar o presente processo, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor (Paulo Batista Andrade) para lhe ser dada a devida quitação, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar a providência abaixo indicada:

1. Processo TC-029.136/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Paulo Batista Andrade (CPF 793.573.774-68).
1.2. Entidade: Município de Ilha de Itamaracá - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável, para ciência, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência e eventuais providências.

ACÓRDÃO Nº 11534/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas instaurada pelo então Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor de Paulo Vieira de Barros, como então prefeito de Bom Jardim - RJ (gestão: 2009-2012), além do Município de Bom Jardim - RJ, diante do desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos por meio do Termo de Compromisso 7/2011 (Siafi 666076) firmado sob o valor de R$ 1.500.000,00 para a realização de ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastre no aludido município a partir da Portaria nº 30-MI, de 2011, e do Decreto n.º 7.257, de 2010;

Considerando que, após a respectiva diligência, o então Ministério da Integração Nacional assinalou que as justificativas apresentados pelo aludido responsável não comprovariam a regular e integral aplicação dos recursos federais transferidos, mantendo a aprovação apenas parcial sobre a execução física do ajuste e a subsequente impugnação parcial na prestação de contas;

Considerando que o relatório do tomador de contas especial no então Ministério da Integração Nacional (Peça 53) teria imputado a responsabilidade em desfavor de Paulo Vieira de Barros pelas irregularidades apontadas no Parecer 25/2016 (peça 35) ante a irregular utilização de R$ 110.425,00 em recursos federias do referido termo de compromisso para o pagamento dos serviços de recuperação e revisão em três caminhões, a despeito de não ter a direta relação com as ações de socorro e assistência às pessoas atingidas pelo desastre, em desacordo com a finalidade prevista na referida Portaria nº 30-MI, de 2011, ao autorizar a transferência financeira;

Considerando que, no âmbito do TCU, por meio do Ofício 0743/2019-TCU/Secex-TCE (Peça 63) e do Ofício 0744/2019-TCU/Secex-TCE (Peça 62), foi promovida a citação dos responsáveis para apresentarem as suas defesas em razão do suposto desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos por meio do Termo de Compromisso 7/2011 e recolherem os valores impugnados;

Considerando que, a partir das alegações de defesa apresentadas por Paulo Vieira de Barros (Peça 72) e pelo refereido município (Peça 67), a unidade técnica assinalou que, embora a referida portaria tenha citado apenas as ações de socorro e assistência às pessoas atingidas pelo desastre, seria possível aceitar a utilização dos aludidos recursos federais em prol das ações de restabelecimento dos serviços essenciais, até porque esses três tipos de ações configurariam as ações de resposta, de reconstrução e de prevenção;

Considerando, dessa forma, que, após a análise do feito (Peça 73), a Secex-TCE propôs a regularidade, com ressalva, para as contas dos responsáveis, ante a descaracterização da irregularidade motivadora da presente TCE pelo suposto desvio de finalidade; tendo o MPTCU anuído, em cota singela (Peça 76), à essa proposta;

Considerando que não subsistiria, desde a origem do presente processo, o suposto desvio de finalidade na aplicação dos recursos, mas apenas o eventual desvio de objeto, não subsistinto o suposto dano ao erário sob o valor de R$ 110.425,00;

Considerando, portanto, que, diante da insubsistência desse suposto dano ao erário sob o valor de R$ 110.425,00, desde a origem do presente processo, o TCU pode arquivar a presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito, ante a falta dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do correspondente processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 143, I, "a", 208 e 214, II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em determinar o arquivamento da presente tomada de contas especial, sem o julgamento de mérito, ante a falta dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do correspondente processo, em face dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar a providência abaixo fixada:

1. Processo TC-037.393/2018-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Paulo Vieira de Barros (CPF 452.543.897-53) e Município de Bom Jardim - RJ (CNPJ 28.561.041/0001-76).
1.2. Entidade: Município de Bom Jardim - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: enviar a cópia deste Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, a Paulo Vieira de Barros e à Prefeitura Municipal de Bom Jardim - RJ, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 11535/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada, originariamente, por Cyntia Beatriz Vieira de Souza e José Roberto de Moura em face dos indícios de irregularidade no Pregão Presencial nº 149/2019 conduzido pelo Município de Guaratinguetá - SP com vistas à contratação dos serviços de transporte de pacientes sob o valor estimado de R$ 1.495.920,24 pelo período de 24 meses, estando o presente feito em andamento atualmente, contudo, pelos princípios do impulso oficial e da indisponibilidade do interesse público;

Considerando que o TCU pode conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que os ora representantes alegaram, em síntese, que a ausência de informações no edital do certame sobre a forma de pagamento e de prestação dos serviços na subsequente contratação impediria a apresentação de propostas por parte das licitantes interessadas;

Considerando que as aludidas irregularidades teriam sido informadas originalmente, contudo, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo, sob a relatoria do Conselheiro Edgar Camargo Rodrigues, o TCE-SP determinado a extinção e o arquivamento do então processo sob o TC 024481.989.19-2, sem prejuízo da remessa de cópia do feito ao TCU, pois a subjacente contratação envolveria o dispêndio de recursos federais;

Considerando que, após a análise do feito, a SecexSaúde teria constatado que a republicação do edital do Pregão nº 149/2019 teria providenciado as diversas alterações e, com isso, teria supostamente afastado os indícios de irregularidade suscitados pelos ora representantes;

Considerando que, por intermédio do Despacho acostado à Peça 19, conheci da presente representação e, em sintonia com os princípios do impulso oficial e da indisponibilidade do interesse público, determinei a efetiva apuração a respeito da economicidade, ou não, dos preços praticados na subsequente contratação a partir da adoção das seguintes medidas:

(a) diligência junto à Prefeitura de Guaratinguetá - SP para apresentar o estudo técnico com vistas a comprovar a suposta vantagem e economicidade da aludida locação em face, por exemplo, da aquisição dos veículos;

(b) audiência dos agentes públicos responsáveis pela condução da referida locação para apresentarem as justificativas sobre a suscitada irregularidade; e

(c) oitiva da empresa vencedora no aludido certame para, querendo, apresentar a sua manifestação sobre todas as suscitadas falhas;

Considerando que, em resposta à diligência realizada pela SecexSaúde, a Prefeitura de Guaratinguetá - SP teria esclarecido que, em vez da respectiva aquisição, a locação dos veículos teria sido mais vantajosa, com a eventual economia em prol dos cofres públicos, já que reduziria os dispêndios com a manutenção desses veículos e eliminaria os encargos trabalhistas com os servidores (salários, horas extras, diárias, férias etc.), além dos dispêndios com pedágios, estacionamentos e alimentação dos motoristas, não tendo apresentado, todavia, a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando que a aludida prefeitura teria demonstrado a eventual ausência de adequação do comparativo das cotações de preço realizadas pelo município, no final de 2019, com as cotações realizadas por outros municípios, em anos anteriores, pois não refletiria a elevação dos preços de insumos, combustíveis e encargos salariais nesse intervalo de tempo, não tendo apresentado, todavia, a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando que, em resposta à oitiva promovida pela SecexSaúde, a S. G. M. K. Transportes e Logística Ltda. teria assinalado que o contrato celebrado entre a referida empresa e a municipalidade previa, além da locação dos veículos, todos os dispênidos com motoristas, horas extras, pedágios, com o atendimento por sete dias da semana, aí incluídos os finais de semana e feriados, e isso justificaria o preço avençado, não tendo apresentado, todavia, a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando, ainda que a referida empresa teria alegado que as cotações realizadas pelo município corresponderiam ao período de final de ano em 2019 e a comparação com períodos pretéritos, em 2017 e 2018, não refletiriam a elevação dos preços de insumos, pedágios, encargos salariais, além dos demais dispêndios a cargo da contratada (Peça 41), não tendo apresentado, todavia, a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando que, ao tratar da economicidade, a Transguará Transporte e Locação Ltda. - EPP teria demonstrado que as condições estabelecidas no Pregão nº 149/2019 pela Prefeitura de Guaratinguetá - SP seriam diferentes das condições no contrato firmado com a Prefeitura de Bragança Paulista - SP, já que o aludido pregão teria exigido o fornecimento do serviço de motorista em período integral às expensas da empresa contratada, além das diversas exigências capazes de interferir diretamente no preço praticado, não tendo apresentado, todavia, a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando que, a partir do envio das aludidas respostas, a SecexSaúde assinalou que as alterações promovidas pela Prefeitura de Guaratinguetá - SP ante a republicação do edital teriam sanado as principais dúvidas dos ora representantes e teriam possibilitado a realização do pregão, a despeito, todavia, de não ter avaliado a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando, ainda, que a unidade técnica assinalou que, embora a Prefeitura de Guaratinguetá - SP não tenha consultado os bancos de preços oficiais, como determinado pela firme jurisprudência do TCU e pela própria Lei nº 8.666, de 1993, o TCE-SP já teria eventualmente admitido a utilização de três orçamentos para a coleta de preços perante o mercado fornecedor, a despeito, todavia, de não ter avaliado a efetiva comprovação da suposta economicidade da contratação pelo envio dos memoriais de cálculo sobre cada item de serviço;

Considerando, então, que a Prefeitura de Guaratinguetá - SP não teria enviado os documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos, devendo a avaliação dos custos ser especificamente aferida e comprovada em cada caso concreto, e não pela mera suposição de ser inferior ao km rodado contratado pela Prefeitura de Penápolis - SP ou pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA a partir aí do Pregão 076/2018;

Considerando, todavia, que o envio dos aludidos documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos, com a avaliação de cada item de custo, seria essencial para o TCU poder promover a devida apreciação

sobre a economicidade, ou não, do correspondente dispêndio, tendo o envio desses memoriais de cálculo sido expressamente requisitado, aliás, pelo aludido Despacho acostado à Peça 19 nos seguintes termos:

"(...) *2. Os ora representantes alegaram, em síntese, que a ausência de informações no edital do certame sobre a forma de pagamento e de prestação dos serviços na subsequente contratação impediria a apresentação de propostas por parte das licitantes interessadas.*

(...) 4. Após a análise final do feito, ao constatar que a versão republicada do edital do Pregão nº 149/2019 teria supostamente afastado os indícios de irregularidade suscitados pelos ora representantes, a SecexSaúde propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, assinalar a perda de objeto, sem prejuízo do indeferimento do referido pedido de cautelar suspensiva.

5. Peço licença, entretanto, para não acompanhar os pareceres da Secex-Saúde no presente momento, pois, em sintonia com os princípios do impulso oficial e da indisponibilidade do interesse público, o TCU deve promover a efetiva apuração sobre a economicidade, ou não, dos preços praticados na subjacente contratação.

6. Bem se sabe que a jurisprudência do TCU é firme no sentido de o valor estimado da licitação dever resultar da ampla pesquisa de preços elaborada a partir de contratações públicas similares e de sistemas referenciais de preços disponíveis, a exemplo do Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, entre outras fontes (v.g.: Acórdãos 1.464/2019; 718/2018; 1.604/2017; 2.816/2014, do Plenário).

7. No presente caso, todavia, sobressairiam os indícios de o valor estimado do Pregão nº 149/2019 não ser compatível com os preços estimados por outros municípios do Estado de São Paulo em suas respectivas licitações para a contratação dos serviços de transporte de pacientes, a partir, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (i) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (ii) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (iii) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017).

8. Não fosse o bastante, subsistiria a evidente necessidade de melhor comprovação no sentido de a referida locação ser efetivamente mais vantajosa para a administração pública, em consonância com o princípio da economicidade, até porque a administração teria estranhamente optado por promover a suscitada locação dos referidos serviços de transporte por meio dos 2 veículos de 5 passageiros e dos 3 veículos de 14 passageiros pelo vultoso valor de R$ 1.495.920,24 para o período de 24 meses, a despeito de, com esse valor, ela poder promover a efetiva aquisição (compra em vez da locação) de aproximadamente 8 veículos para o transporte de 15 passageiros (ex.: 1 veículo do tipo Mercedes-Benz Sprinter 415 Van Standart T.A Diesel, modelo 2019, poderia ser comprado pelo preço unitário aproximado de R$ 145.012,00, segundo a tabela Fipe).

9. Por conseguinte, o TCU deve determinar a realização de diligência junto à Prefeitura de Guaratinguetá - SP para, entre outros elementos de convicção, apresentar o estudo preliminar técnico promovido no âmbito do referido Pregão nº 149/2019 com vistas a comprovar a suposta vantagem e economicidade da aludida locação em face, por exemplo, da subjacente possibilidade de definitiva aquisição dos aludidos veículos pelo mesmo valor, a cada período de 24 meses, devendo a administração pública apresentar o correspondente memorial de cálculo e a devida indicação de todos os gestores públicos responsáveis pela condução da referida locação.

10. A partir, ainda, da referida indicação de todos os gestores públicos responsáveis pela condução da referida locação, a unidade técnica deve promover a audiência desses agentes públicos para apresentarem as suas justificativas para a suscitada irregularidade consistente na ausência de vantagem e economicidade para a aludida locação em face, por exemplo, da subjacente possibilidade de definitiva aquisição dos aludidos veículos pelo mesmo valor a cada período de 24 meses.

11. A despeito, contudo, dos suscitados indícios de irregularidade, o TCU pode deixar de conceder a eventual cautelar suspensiva no presente momento, até porque a imediata suspensão do referido certame e do subsequente contrato pode resultar no indesejado prejuízo ao atendimento dos serviços de transporte em prol da população local.

12. Conheço, portanto, da presente representação, já que preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e, assim, determino o retorno do processo à unidade técnica para a realização da aludida diligência junto à Prefeitura de Guaratinguetá, nos termos do art. 157 do RITCU, fixando o prazo de até 15 (quinze) dias para a administração pública apresentar as seguintes informações:

(i) regularidade e economicidade dos preços estimados no Pregão Presencial nº 149/2019 em comparação com os preços praticados por outros órgãos ou entidades da administração pública, indicando as fontes de pesquisa e as referências de preços utilizados para cada item de serviço, em face, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (i) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (ii) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (iii) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017);

(ii) identificação dos preços para cada item de serviço nas subjacentes contratações desses mesmos serviços de transporte de pacientes no período anterior ao lançamento do referido Pregão Presencial nº 149/2019;

(iii) justificativas técnico-financeiras para a estranha adoção do modelo de contratação da referida locação de veículos para o transporte de passageiros, pois subsistiria a evidente necessidade de melhor comprovação no sentido de a referida locação ser efetivamente mais vantajosa para a administração pública, em consonância com o princípio da economicidade, até porque a administração teria estranhamente optado por promover a suscitada locação dos referidos serviços de transporte por meio dos 2 veículos de 5 passageiros e dos 3 veículos de 14 passageiros pelo vultoso valor de R$ 1.495.920,24 para o período de 24 meses, a despeito de, com esse valor, ela poder promover a efetiva aquisição (compra em vez da mera locação) de aproximadamente 8 veículos para o transporte de 15 passageiros; e

(iv) identificação de todos os agentes públicos responsáveis pelo Pregão Presencial nº 149/2019 e pelos estudos técnicos preliminares, além dos responsáveis pela subjacente pesquisa de preços, diante da suscitada irregularidade consistente na ausência de vantagem e economicidade para a aludida locação em face, por exemplo, da subjacente possibilidade de definitiva aquisição dos aludidos veículos pelo mesmo valor, a cada período de 24 meses, e diante, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (a) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (b) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (c) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017).

13. Determino, também, que, em respeito ao princípio da celeridade processual, a unidade técnica promova, a partir da referida indicação de todos os gestores públicos responsáveis pela condução da referida locação, a pronta audiência desses agentes públicos para apresentarem as suas justificativas para a suscitada irregularidade consistente na ausência de vantagem e economicidade para a aludida locação em face, por exemplo, da subjacente possibilidade de definitiva aquisição dos aludidos veículos pelo mesmo valor, a cada período de 24 meses, e em face, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (a) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (b) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (c) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017).

14. Determino, ainda, que a unidade técnica promova a oitiva da empresa porventura sagrada vencedora no aludido certame, para, querendo, se manifestar sobre todas as eventuais falhas suscitadas na presente representação e, especialmente, sobre a referida irregularidade consistente na ausência de vantagem e economicidade para a aludida locação em face, por exemplo, da subjacente possibilidade de definitiva aquisição dos aludidos veículos pelo mesmo valor, a cada período de 24 meses, e em face, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (a) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (b) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (c) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017).

15. Determino, enfim, que a unidade técnica envie a cópia da presente Decisão, com a cópia da Peça nº 1, à Prefeitura de Guaratinguetá - SP e, após a correspondente identificação, aos aludidos gestores públicos, para ciência e facilitação da correspondente manifestação nos autos.";

Considerando, por conseguinte, que o TCU deve passar a determinar a audiência dos responsáveis para obter o efetivo envio dos aludidos documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos, com a avaliação de cada item de custo, em plena consonância, assim, com o Despacho acostado à Peça 19, destacando nesse ponto, por exemplo, que, em respeito ao princípio do parcelamento do objeto licitado, a aquisição de combustíveis, entre outros itens singulares, sequer deveria figurar entre a locação dos veículos;

Considerando, enfim, que o TCU pode esclarecer os responsáveis sobre a possibilidade de os aludidos gestores atuarem em colaboração participativa perante o TCU, nos termos do art. 14 da Resolução TCU n.º 315, de 2020, com vistas a evitar a eventual condenação em débito e em multa, entre outras sanções legalmente previstas, promovendo previamente, assim, por iniciativa própria, a eventual repactuação dos valores não condizentes com os valores de mercado;

Considerando, adicionalmente, que a administração pública teria estranhamente optado por promover a suscitada locação dos referidos serviços de transporte por meio dos 2 veículos de 5 passageiros e dos 3 veículos de 14 passageiros pelo vultoso valor de R$ 1.495.920,24 para o período de 24 meses, a despeito de, com esse valor, ela poder promover a efetiva aquisição (compra em vez da mera locação) de aproximadamente 8 veículos para o transporte de 15 passageiros, não tendo os gestores públicos comprovado, contudo, a efetiva economicidade na adoção dessa medida pela necessária comprovação sobre a ausência do eventual superfaturamento na correspondente contratação, a partir do pleno envio dos documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para determinar o prosseguimento do feito com vistas ao necessário saneamento do processo, diante da atual necessidade de efetiva comprovação sobre a ausência do eventual superfaturamento na correspondente contratação, a partir do pleno envio dos documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos, e, assim, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-000.157/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Cyntia Beatriz Vieira de Souza (OAB/SP 163.574) e José Roberto de Moura (OAB/SP 137.917).

1.2. Entidade: Município de Guaratinguetá - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Natasha Santos da Silva (OAB/SP 365.095), entre outros, representando a Transguará Transporte e Locação Ltda.;

1.6.2. Maiba do Prado Salim, entre outros, representando a S. G. M. K. Transportes e Logística Ltda.;

1.6.3. Marciano Valezzi Junior (OAB/SP 112.921), entre outros, representando a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá - SP.

1.7. Providências:

1.7.1. promover a audiência, nos termos do art. 250 do RITCU, de todos os agentes públicos responsáveis pelo Pregão Presencial nº 149/2019 e pelos estudos técnicos preliminares, além dos responsáveis pela subjacente pesquisa de preços e do respectivo prefeito de Guaratinguetá - SP, fixando-lhes o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, para apresentarem as suas justificativas diante da ausência de efetiva comprovação sobre a falta do eventual superfaturamento na correspondente contratação, a partir do pleno envio dos documentos sobre as memórias de cálculo a respeito da suposta economicidade da locação dos veículos, com a devida evidenciação, aí, sobre a economicidade na correspondente locação, devendo, para tanto, apresentar o comparativo de custos, para cada item de serviço, em face das seguintes informações:

(i) regularidade e economicidade dos preços estimados no Pregão Presencial nº 149/2019 em comparação com os preços praticados por outros órgãos ou entidades da administração pública, indicando as fontes de pesquisa e as referências de preços utilizados para cada item de serviço, em face, por exemplo, do valor estimado em R$ 16.176,67 para o veículo de passeio (item 2 do certame) em comparação com os valores praticados para o mesmo item pelos seguintes municípios: (i) Penápolis sob o valor de R$ 12.000,00 (Pregão 3/2018); (ii) Bragança Paulista sob o valor de R$ 6.033,00 (Contrato 71/2018); (iii) Silveiras sob o valor de R$ 11.630,00 (Pregão 17/2017);

(ii) identificação dos preços para cada item de serviço nas subjacentes contratações desses mesmos serviços de transporte de pacientes no período anterior ao lançamento do referido Pregão Presencial nº 149/2019; e

(iii) justificativas técnico-financeiras para a estranha adoção do modelo de contratação da referida locação de veículos para o transporte de passageiros, pois subsistiria a evidente necessidade de melhor comprovação no sentido de a referida locação ser efetivamente mais vantajosa para a administração pública, com a devida identificação dos custos unitários comparativos, em consonância com o princípio da economicidade, até porque a administração teria estranhamente optado por promover a suscitada locação dos referidos serviços de transporte por meio dos 2 veículos de 5 passageiros e dos 3 veículos de 14 passageiros pelo vultoso valor de R$ 1.495.920,24 para o período de 24 meses, a despeito de, com esse valor, ela poder promover a efetiva aquisição (compra em vez da mera locação) de aproximadamente 8 veículos para o transporte de 15 passageiros;

1.7.2. esclarecer os aludidos gestores indicados pelo item 1.7.1 deste Acórdão sobre a possibilidade de atuarem em colaboração participativa perante o TCU, nos termos do art. 14 da Resolução TCU n.º 315, de 2020, com vistas a evitar a eventual condenação em débito e em multa, entre outras sanções legalmente previstas, promovendo previamente, assim, por iniciativa própria, a eventual repactuação dos valores não condizentes com os valores de mercado, diante da suscitada locação dos referidos serviços de transporte por meio dos 2 veículos de 5 passageiros e dos 3 veículos de 14 passageiros pelo vultoso valor de R$ 1.495.920,24 para o período de 24 meses no bojo do Pregão Presencial nº 149/2019, a despeito de, com esse valor, poder promover a efetiva aquisição (compra em vez da mera locação) de aproximadamente 8 veículos para o transporte de 15 passageiros; destacando nesse ponto, por exemplo, que, em respeito ao princípio do parcelamento do objeto licitado, a aquisição de combustíveis, entre outros itens singulares, sequer deveria figurar entre a locação dos veículos; e

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão ao gestores indicados pelo item 1.7.1 deste Acórdão, para ciência e adoção das providências cabíveis; e

1.7.4. promover o célere prosseguimento do presente feito.

ACÓRDÃO Nº 11536/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Ympactus Construtora e Transportes - Eireli sobre os indícios de irregularidade na Concorrência nº 2/2020 conduzida pelo Município de Saúde - BA para a construção da escola municipal de ensino, em tempo integral, por meio do aporte de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

Considerando que o TCU pode conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a ora representante alegou, em síntese, que alguns dispositivos do edital do certame extrapolariam os limites legais e contrariariam o entendimento do TCU e as normas gerais de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 1993 (Peça 1, p. 2);

Considerando que a SeinfraUrbana constatou que o referido certame seria executado pelo aporte de recursos do Fundo Municipal de Educação para o exercício de 2020 (Peça 3, p. 3) e, no presente exercício até 15/9/2020, teria sido repassado ao município o valor de R$ 1.493.167,58 (Peça 7), a título de complementação pela União, e, assim, estaria fixada a competência do TCU em sintonia, por exemplo, com o Acórdão 3.233/2017, da 2ª Câmara, e o Acórdão 1.824/2017, do Plenário;

Considerando, por outro ângulo, que a jurisprudência do TCU teria evoluído no sentido de a fiscalização pelos tribunais de contas municipais ou estaduais terem precedência e primariedade sobre a atuação do TCU com vistas a apreciar as denúncias e representações sobre as irregularidades praticados pelos gestores municipais em licitações promovidas pelos recursos do Fundeb em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 1.765/2010, 2.193/2014, 683/2020 e 1.014/2020, do Plenário;

Considerando, nesse sentido, que a SeinfraUrbana propôs o conhecimento da presente representação, sem o julgamento de mérito, para comunicar o respectivo tribunal de contas sobre a necessidade de apreciar a gestão do administrador municipal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-031.482/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ympactus Construtora e Transportes - Eireli (CNPJ 10.764.432/0001-22).

1.2. Entidade: Município de Saúde - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e ao Município de Saúde - BA, para ciência, além do envio ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, para ciência e eventuais providências, solitando que o TCM-BA informe o TCU sobre o superveniente resultado da apreciação do feito; e

1.7.2. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 11537/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pelo Exmo. Sr. Lucas Rocha furtado, como Subprocurador-Geral do MPTCU, nos termos do art. 237, inciso VII, do RITCU, requerendo que o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) apresente "os motivos e os supostos benefícios, em especial econômico-financeiros, da utilização de militares em substituição aos fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nas operações de combate ao desmatamento e às queimadas, diante do possível descumprimento do princípio da economicidade" (Peça 1);

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, para tanto, o ora representante reproduziu a matéria publicada no jornal O Globo, em 8/9/2020 (Peça 3), questionando o plano de metas apresentado pelo CNAL ao Ministério da Economia, ao final do último mês de agosto, com a previsão sobre a atuação de militares no combate ao desmatamento na Amazônia até 2022, a partir da suposta "renovação doutrinária", sem maiores detalhamentos, contudo, sobre o impacto nos órgãos ambientais;

Considerando, também, que o ora representante reproduziu a matéria publicada no portal de notícias do UOL, em 28/6/2020 (Peça 2), tendo os especialistas e fiscais ambientais, além do Ministério Público Federal, apontado as diversas críticas sobre a militarização do combate ao desmatamento na Amazônia, a exemplo da inexperiência das Forças Armadas nessa área e do não aproveitamento da expertise dos órgãos ambientais, diante da geração de ineficiência e custos mais elevados;

Considerando que, após a análise do feito, a SecexAgroAmbiental destacou que os supostos problemas não poderiam ser apurados no bojo do processo de representação, já que as supostas falhas não corresponderiam a irregularidades em sentido estrito, mas, sim, a irregularidades operacionais, e, assim, o TCU determinaria a inclusão da aludida avaliação no planejamento das ações de fiscalização da unidade técnica;

Considerando, por esse prisma, que, no âmbito do TC 038.045/2019-2 sob a minha relatoria, estaria em andamento a auditoria operacional destinada a avaliar as ações do governo federal para prevenir e controlar o desmatamento na Amazônia Legal, ante o eventual potencial de causar a perda de investimentos externos;

Considerando que a unidade técnica propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, pois a apuração sobre as supostas falhas já estaria em curso no âmbito da referida auditoria operacional autuada sob o TC 038.045/2019-2 em face das semelhantes ocorrências suscitadas na presente representação;

Considerando, todavia, que a atribuição do combate ao desmatamento na Amazônia para as Forças Armadas, com o eventual desprestígio ao pleno aproveitamento de toda a expertise dos órgãos ambientais, poderia ter relação com a subjacente redução da execução orçamentária e financeira em favor desses órgãos ambientais, estando essa matéria em apreciação no âmbito do TC-001.760/2020-3;

Considerando que, no âmbito do referido TC-001.760/2020-3, foi prolatado o Acórdão 10.837/2020-TCU-2ª Câmara no seguinte sentido:

"*Considerando que o presente processo trata de representação formulada pelo Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, como Subprocurador-Geral do MPTCU, nos termos do art. 237, VII, do RITCU, requerendo que, no parecer prévio sobre as contas do governo federal para o exercício de 2019, o Tribunal analise, detalhadamente, a baixa execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os impactos ambientais decorrentes;*

Considerando que o ora representante apresentou, para tanto, algumas matérias jornalísticas, noticiando, em síntese, as seguintes circunstâncias: (i) a baixa execução no orçamento do Ibama em 2019, correspondendo aí a apenas 53% do montante previsto, indicaria a paralisação da maior parte das ações de planejamento no MMA; (ii) os bloqueios orçamentários no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) colocariam em risco a continuidade das atividades desses órgãos até o final de 2019; e (iii) as ações de planejamento no MMA restariam praticamente paralisadas em função da baixa execução orçamentária, desestruturando os relevamtes setores atuantes no combate ao desmatamento e no acompanhamento das mudanças climáticas;

Considerando, ainda, que o ora representante solicitou que, no parecer prévio sobre as contas do governo federal para o exercício de 2019, o TCU avalie, detalhadamente, a baixa execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os impactos ambientais decorrentes;

Considerando que, por iniciativa própria, o Presidente do Ibama forneceu as informações sobre a execução orçamentária no exercício de 2019, destacando a seguinte situação: (i) a dotação anual de R$ 2,059 bilhões teria sido empenhada sob o valor de R$ 1,724 bilhão (83,7% da dotação); (ii) o valor empenhado teria sido liquidado sob o patamar de R$ 1,436 bilhão (83,3% do empenhado); e (iii) o pagamento teria sido promovido sob o valor total de R$ 1,356 bilhão (94,4% do liquidado);

Considerando que, após a análise do feito, a SecexAgroAmbiental assinalou que as informações fornecidas pelo ora representante não restariam confirmadas, pois os dados levantados pelo MMA indicariam a execução em 79,6% do orçamento autorizado para 2019;

Considerando, todavia, que, não obstante o valor global da execução orçamentária no MMA e no IBAMA parecer razoável, as ações orçamentárias nos programas de governo voltados especificamente, por exemplo, para o combate ao desmatamento e para as mudanças climáticas podem ter sofrido pela baixa execução orçamentário-financeira;

Considerando, então, que a presente representação deve ter prosseguimento pela SecexAgroAmbiental, não só porque, em 2019, a execução global pode ter sido satisfatória, podendo as ações específicas para o combate ao desmatamento e para as mudanças climáticas ter sofrido, contudo, pela baixa execução orçamentário-financeira, mas também porque essas mesmas falhas podem ter ocorrido durante o atual exercício de 2020, tendo a mídia repercutido frequentemente essa notícia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", 235, 237, inciso III e parágrafo único, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para determinar, contudo, o efetivo prosseguimento do feito, sem prejuízo de ampliar o escopo da presente fiscalização para o exercício de 2020, além do exercício de 2019, devendo a unidade técnica promover a sua análise sobre a execução orçamentário-financeira, para os seus valores globais, e sobre a execução orçamentário-financeira, para os seus valores específicos em prol das ações orçamentárias destinadas, por exemplo, ao combate contra o desmatamento e ao acompanhamento das mudanças climáticas, e, assim, prolatar as providências abaixo indicadas:

(...) 1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora representante, para ciência; e

1.7.2. promover por intermédio da SecexAgroAmbiental o efetivo prosseguimento do presente feito, sem prejuízo de ampliar o escopo da presente fiscalização para o exercício de 2020, além do exercício de 2019, devendo a unidade técnica promover a sua análise sobre a execução orçamentário-financeira, para os seus valores globais, e sobre a execução orçamentário-financeira, para os seus valores específicos em prol das ações orçamentárias destinadas, por exemplo, ao combate contra o desmatamento e ao acompanhamento das mudanças climáticas, alem de, entre outros relevantes elementos, analisar também os consequentes reflexos nas atividades finalísticas dos órgãos e entes ambientais.";

Considerando, então, que o TCU pode conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo o apensamento do presente processo ao referido TC-001.760/2020-3, para a apreciação em conjunto e em confronto, sem prejuízo de promover a juntada de cópia da presente deliberação ao TC-038.045/2019-2;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", 235, e 237, III e parágrafo único, e 250, I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as providências abaixo indicadas:

1. Processo TC-033.636/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, como Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU.

1.2. Instituições: Ministério do Meio Ambiente (MMA); e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. arquivar o presente processo pelo seu apensamento definitivo ao TC-001.760/2020-3, devendo a unidade técnica atentar para, a partir desse apensamento, promover o superveniente julgamento dos feitos em conjunto e em confronto, com a devida análise sobre as eventuais irregularidades apontadas nesses dois processos;

1.7.2. promover a juntada de cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao TC-038.045/2019-2, para ciência e adoção das eventuais providências ali cabíveis; e

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora representante, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 11539/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.754/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Lys Mary Bileski Candido (258.749.939-91).

3.2. Recorrente: Lys Mary Bileski Candido (258.749.939-91).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. João Luiz Arzeno da Silva (23510/OAB-PR) e outros, representando Lys Mary Bileski Candido.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3328/2019-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para tornar sem efeito o Acórdão 3328/2019-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 451/2020-TCU-2ª Câmara e considerar legal o ato de alteração de aposentadoria de Lys Mary Bileski Cândido, com a determinação de seu registro;

9.2. dar ciência desta decisão à Universidade Federal do Paraná e à recorrente.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11539-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11540/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.989/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ricardo Rangel Araujo (216.247.474-34).

3.2. Recorrente: Ricardo Rangel Araujo (216.247.474-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.744/2020-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e ao recorrente.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11540-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11541/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.064/2020-6.
1.1. Apenso: 029.284/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Telma Suzana Oiticica Zarpellon (215.187.005-78).
3.2. Recorrente: Telma Suzana Oiticica Zarpellon (215.187.005-78).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 7.748/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE e à recorrente.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11541-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11542/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.231/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcos Evandro Cardoso Santi (315.937.710-53).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidor do Senado Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.115, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;
9.3.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Senado Federal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11542-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11543/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.341/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: José Luiz de Souza Correia (272.219.891-68).
3.2. Recorrente: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão 8297/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. determinar à Sefip que encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como a Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento dos processos Agravos de Instrumento nºs 1041687-08.2019.4.01.0000 (SINDJUS) e 1005757- 89.2020.4.01.0000 (SINDMPU);
9.3. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público Federal e ao interessado.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11543-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11544/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.345/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva (264.042.222-72); João Henrique Rodrigues Pimentel (066.963.252-04); Valcon Construção e Comércio Ltda. (04.722.213/0001-88).
3.2. Recorrente: Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva (264.042.222-72).
4. Órgão/Entidade: Município de Macapá - AP.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Glaucia Costa Oliveira (OAB/AP nº 1364), representando Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva, ex-prefeito do município de Macapá/AP, contra o Acórdão 7.132/2019-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito e lhe aplicou a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, caput, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11544-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11545/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.536/2016-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (05.457.283/0001-19)
3.2. Responsáveis: Honorato Ayres Feitosa (241.620.003-87); Núcleo de Produções Culturais e Esportivas - Nuproce (04.776.109/0001-76)
3.3. Recorrentes: Honorato Ayres Feitosa (241.620.003-87); Núcleo de Produções Culturais e Esportivas - Nuproce (04.776.109/0001-76).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Amanda Solon Araripe (28014/OAB-CE), representando Honorato Ayres Feitosa e Núcleo de Produções Culturais e Esportivas - Nuproce.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam, nesta oportunidade, embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4436/2020-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11545-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11546/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.115/2020-1
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação
3. Representante: Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior (CPF 893.514.441-04)

4. Órgão/Entidade: Município de Cariri do Tocantins - TO
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Sr. Vanderlei Antônio de Carvalho Júnior, prefeito de Cariri do Tocantins/TO (2017-2020), em face de possíveis irregularidades no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) ocorridas durante gestões anteriores (2012-2016), no valor histórico de R$ 1 milhão, correspondente a quarenta unidades habitacionais;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 237, inciso III e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar à Secretaria Nacional de Habitação, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que exerça sua função fiscalizatória primária quanto aos indícios de irregularidades apontados nos presentes autos, informando ao Tribunal, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas e os resultados obtidos;
9.3 representar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação, para que no prazo de 90 dias informe ao TCU os casos idênticos ao tratado no presente processo, as providências adotadas e os resultados obtidos;
9.4 encaminhar cópia desta deliberação ao representante, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer as correspondentes cópias de forma impressa e sem custos;
9.5 arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11546-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11547/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.135/2020-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Maria Raimunda de Aguiar Viana (331.994.693-53); Marlene Barton Rebello (111.788.847-91); Sonia Barreiros da Silva Brandão (529.703.887-15).
4. Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de aposentadoria exarados pelo Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento e submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União para fins de registro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 considerar legal e ordenar o registro dos atos de concessão de aposentadoria em favor de admissão em favor de Marlene Barton Rebello (111.788.847-91 e Sonia Barreiros da Silva Brandão (529.703.887-15), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;
9.2 considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato concessão de aposentadoria de Maria Raimunda de Aguiar Viana (331.994.693-53), com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União; e
9.3. dar ciência deste Acórdão ao Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento, informando-lhe que o teor integral desta deliberação estará disponível no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11547-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11548/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.827/2015-6 [Apenso: TC 036.833/2017-7]
2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Herbert Cavalcante de Lima (CPF 128.930.562-53)
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Edméia Porto Ferreira (OAB/DF 27.255) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Herbert Cavalcante de Lima, contra o Acórdão 11375/2019 - 2ª Câmara, que examinou Tomada de Contas Especial instaurada em razão da inexecução do Convênio CRT/DE/0.3000/2007.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência ao recorrente e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11548-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11549/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.564/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisco da Fonseca Amaral (CPF: 293.498.506-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Francisco da Fonseca Amaral, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Francisco da Fonseca Amaral (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11549-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11550/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.644/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Suzana Gurgel De Andrade (CPF: 183.289.385-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Suzana Gurgel De Andrade, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Suzana Gurgel De Andrade (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos da interessada, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11550-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11551/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.727/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Adilson Clementino Dos Santos (CPF: 179.807.471-00).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Adilson Clementino Dos Santos, expedido pela Câmara dos Deputados, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Adilson Clementino Dos Santos (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11551-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11552/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.734/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jader Correa De Sá (CPF: 214.310.861- 34).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Jader Correa De Sá, expedido pela Câmara dos Deputados, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Jader Correa De Sá (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar à Câmara dos Deputados que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11552-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11553/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.951/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Décio Campos Gonçalves Júnior (CPF: 283.511.266-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Décio Campos Gonçalves Júnior, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Décio Campos Gonçalves Júnior (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11553-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11554/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.960/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Paulo De Tarso Rodrigues (CPF: 230.866.886-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Paulo De Tarso Rodrigues, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Paulo De Tarso Rodrigues (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11554-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11555/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.022/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jaci Nazare Dos Santos (CPF: 915.901.914-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Jaci Nazare Dos Santos, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Jaci Nazare Dos Santos (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos da interessada, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11555-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11556/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.028/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Deolinda Rodrigues Mendes (CPF: 113.266.892-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Deolinda Rodrigues Mendes, expedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Deolinda Rodrigues Mendes (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos da interessada, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11556-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11557/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.345/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Miraneide De Melo Do Couto (CPF: 289.769.831-49).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Maria Miraneide De Melo Do Couto, expedido pelo Ministério Público Federal, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Maria Miraneide De Melo Do Couto (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos da interessada, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, beneficio não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Ministério Público Federal que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11557-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11558/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.352/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ubirajara da Silva Mattos (CPF: 258.514.030-04).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Ubirajara da Silva Mattos, expedido pelo Ministério Público Federal, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:
9.1 julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Ubirajara da Silva Mattos (peça 2), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito a aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3 determinar ao Ministério Público Federal que:
9.3.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;
9.3.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
9.3.3 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore o cumprimento das determinações ora expedidas, representando ao Tribunal, em caso de irregularidades;
9.5 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11558-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11559/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.999/2020-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto (V): Pensão Militar
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Cecilia Scalioni Pereira (232.269.436-34); Jandyra Barros Pereira (192.692.186-00).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensões militares do Ministério da Defesa - Comando do Exército,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:
9.1. determinar à Sefip que promova a oitiva prévia de Jandyra Barros Pereira, beneficiária da pensão instituída por José Bernardes Pereira, para oportunizar que a pensionista, querendo, manifeste-se sobre a acumulação indevida de três benefícios previdenciários, em inobservância ao art. 29 da Lei 3.765/1960, cientificando-a de que tem o direito de optar pelos benefícios legalmente acumuláveis e de que, caso a escolha recaia sobre a pensão militar, o Órgão de origem cadastrará novo ato de concessão no Sistema Sisac, livre da irregularidade ora apontada no presente processo;
9.2. envie cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Sra. Jandyra Barros Pereira, à Sra. Cecilia Scalioni Pereira e ao Comando do Exército/Ministério da Defesa.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11559-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11560/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.021/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Benedita Pereira do Couto (859.872.986-87).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão militar do Comando do Exército,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituída por José Alves do Couto (peça 2), em favor de Maria Benedita Pereira do Couto, recusando o registro, uma vez que os proventos da reforma tiveram por referência dois postos acima daquele que o militar ostentava na atividade, irregularidade que impacta os proventos da pensão calculada;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando do Exército, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão à Sra. Maria Benedita Pereira do Couto, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, novo ato de concessão da aludida pensão militar indicada no item 9.1 deste Acórdão, escoimado das ilegalidades indicadas nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, *caput*, do Regimento Interno do TCU e da IN/TCU 78/2018, procedendo a regularização do posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos da reforma militar do Sr. José Alves do Couto;
9.4. enviar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas acima e adote as demais providências pertinentes.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11560-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11561/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.046/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ: 00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: José Maria de Oliveira Mota Junior (439.955.432-00)
4. Órgão/Entidade: Município de Acará - PA
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de José Maria de Oliveira Mota Junior, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União ao Município de Acará/PA por força do Pnate, no exercício de 2014.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel José Maria de Oliveira Mota Junior (CPF: 439.955.432-00), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de José Maria de Oliveira Mota Junior (CPF: 439.955.432-00), condenando-o ao pagamento do valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 2/10/2014 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei;
9.3. aplicar ao responsável José Maria de Oliveira Mota Junior (CPF: 439.955.432-00) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando- lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11561-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11562/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.161/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: tomada de contas especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Edimar Tobias da Silva (953.481.408-30); Elizete Rosa de Almeida Souza (023.361.678-08); Thobias da Vai-vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - Me (03.584.525/0001-00).
4. Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada por Secretaria Especial de Cultura, em desfavor de Thobias da Vai-Vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - ME (CNPJ: 03.584.525/0001-00), Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) e Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08), em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 107038, destinado à "*Realização de 15 apresentações musicais e de dança no estado de São Paulo, cuja temática relaciona-se à gafieira, ao choro e ao samba-canção, e gravação de um DVD com algumas apresentações.*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revéis os responsáveis Thobias da Vai-Vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - ME (CNPJ: 03.584.525/0001-00), Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) e Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas dos responsáveis Thobias da Vai-Vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - ME (CNPJ: 03.584.525/0001-00), Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) e Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08), condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) em solidariedade com Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08) e Thobias da Vai-Vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - ME (CNPJ: 03.584.525/0001-00):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/2/2011	120.000,00
4/4/2011	10.000,00
29/4/2011	8.000,00
27/7/2011	1.584,00
27/7/2011	800,00
27/7/2011	1.584,00
30/11/2011	20.000,00

9.3. aplicar individualmente aos responsáveis Thobias da Vai-Vai Assessoria de Comunicação e Eventos S/C Ltda - ME (CNPJ: 03.584.525/0001-00), Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) e Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada

monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis Edimar Tobias da Silva (CPF: 953.481.408-30) e Elizete Rosa de Almeida Souza (CPF: 023.361.678-08), a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão da não cumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas do projeto incentivado, cujo prazo encerrou-se em 30/1/2013, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.5. com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, autorizar, desde logo, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando- lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia do presente Acórdão à Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, sucessora do Ministério da Cultura (MinC), e aos responsáveis, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11562-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11563/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.881/2011-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto (I): Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Noeme Tavares Dias (CPF: 127.158.161-20)

3.2. Responsável: Gilca Ribeiro Starling Diniz (CPF: 713.592.226-34)

3.3. Recorrente: Gilca Ribeiro Starling Diniz (CPF: 713.592.226-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília (FUB).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Ulisses Santana Lara (14.596/OAB-DF) e outros, representando Gilca Ribeiro Starling Diniz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa Pedido de Reexame interposto pela Sra. Gilca Ribeiro Starling Diniz, ex-decana de Gestão de Pessoas da Fundação Universidade de Brasília, contra o Acórdão 2.564/2020-TCU-2ª Câmara (Relator Ministro Vital do Rêgo), que lhe aplicou a multa prevista no artigo 58, inciso IV da Lei 8.443/92,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame da Sra. Gilca Ribeiro Starling Diniz, ex-decana de Gestão de Pessoas da Fundação Universidade de Brasília, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistentes os subitens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.564/2020-TCU-2ª Câmara (Relator Ministro Vital do Rêgo);

9.2. reiterar as determinações contidas nos subitens 9.5.1, 9.5.2, 9.5.3. do Acórdão 2.564/2020-TCU-2ª Câmara (Relator Ministro Vital do Rêgo), direcionadas à Fundação Universidade de Brasília (FUB), por intermédio do Decanato de Gestão de Pessoas da Fundação Universidade de Brasília, que foram emitidas nos termos abaixo, concedendo prazo de 15 (quinze) dias para seu cumprimento, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV da Lei 8.443/92:

"9.5.1. ajuste os proventos percebidos por Noeme Tavares Dias (127.158.161-20) à razão de 70% (setenta por cento), na forma do disposto no art. 8º, § 1º, inciso II, da EC 20/1998, conforme subitem 9.3.2 do Acórdão 1.497/2012-TCU-2ª Câmara;

9.5.2. quantifique e realize o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente por Noeme Tavares Dias (127.158.161-20), a título de erro na proporcionalidade da aposentadoria, desde a ciência do Acórdão 1.497/2012-TCU-2ª Câmara até sua efetiva exclusão, informando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do artigo 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU; e

9.5.3. ajuste, nos proventos de aposentadoria de Noeme Tavares Dias (127.158.161-20), o valor da parcela referente à URP aos patamares existentes antes do advento da Lei 13.325/2016, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no subitem 9.2 do Acórdão 2.355/2016-TCU-Plenário (grifos acrescidos)."

9.3. cientificar a recorrente e aos demais interessados do teor deste Acórdão, ressaltando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11563-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11564/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.328/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ronaldo Moitinho dos Santos (CPF: 568.859.545-00) e Murilo Veiga Vieira (CPF: 894.746.355-87).

4. Órgão/Entidade: Município de Iguaí/BA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor de Ronaldo Moitinho dos Santos e Murilo Veiga Vieira, prefeito e ex-prefeito do Município de Iguaí/BA, respectivamente, em razão da inexecução do objeto do Contrato de Repasse 324.986-68/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, com amparo no art.1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 169, VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, e no art. 5º, incisos I, II e III, da IN/TCU 71, de 28/11/2012, alterada pela IN/TCU 76, de 23/11/2016;

9.2. enviar cópia deste Acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11564-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11565/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.407/2019-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Pedido de Reexame em Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Vitória Maria de Sousa Neta da Costa Faria (CPF: 292.699.201-78)

3.2. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (CNPJ: 02.011.574/0001-90).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame em Aposentadoria contra o Acórdão 3533/2020-TCU-2ª Câmara, prolatado na sessão de julgamento do dia 6/4/2020-Virtual (Ata 9/2020-2ª Câmara), por meio do qual o TCU considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Vitória Maria de Sousa Neta da Costa Faria, negando-lhe o respectivo registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para tornar sem efeito o item 9.3.2 do Acórdão recorrido, determinando ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que, no prazo de 30 (trinta) dias emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, considere as hipóteses e critérios de modulação da incorporação de quintos/décimos de função comissionada definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento final do RE 638.115/CE, quanto à cessação, ou não, do pagamento dos "quintos/décimos" incorporados após o advento da Lei 9.624/1998, e o submeta ao TCU para nova apreciação;

9.2. alertar ao Diretor-Geral de Pessoal do TRT da 10ª Região, responsável pelo cumprimento do item 9.1 do presente Acórdão, que o descumprimento injustificado de Decisão desta E. Corte de Contas sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, IV da Lei 8.443/92;

9.3. encaminhar, nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1041687-08.2019.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao recorrente e aos demais interessados, ressaltando-se que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11565-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11566/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.737/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Silvério de Castro (253.262.447-72).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de José Silvério de Castro (253.262.447-72), vinculado à Câmara dos Deputados, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a José Silvério de Castro (253.262.447-72), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida as irregularidades que ensejaram a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11566-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11567/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.867/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Jacqueline Moreira de Lemos (372.223.414-04).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Jacqueline Moreira de Lemos (372.223.414-04), vinculada ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Jacqueline Moreira de Lemos (372.223.414-04), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pela responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11567-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11568/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.119/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Claudia Luciana de Lamounier Bicalho (381.090.421-04).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Claudia Luciana de Lamounier Bicalho (381.090.421-04), vinculada ao Senado Federal, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Claudia Luciana de Lamounier Bicalho (381.090.421-04), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pela responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11568-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11569/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.184/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Honorato da Silva Soares Neto (220.633.821-15).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Honorato da Silva Soares Neto (220.633.821-15), vinculado ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Honorato da Silva Soares Neto (220.633.821-15), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, a fim de sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no Recurso Extraordinário n.º 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida as irregularidades que ensejaram a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11569-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11570/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.205/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Ricardo Silva dos Santos (223.772.801-10).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de José Ricardo Silva dos Santos (223.772.801-10), vinculado ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a José Ricardo Silva dos Santos (223.772.801-10), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11570-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11571/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.215/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Leila Silva (183.404.901-68).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Leila Silva (183.404.901-68), vinculada ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Leila Silva (183.404.901-68), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, a fim de sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no Recurso Extraordinário n.º 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11571-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11572/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.273/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ronaldo Wagner Carmona (116.369.471-15).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Ronaldo Wagner Carmona (116.369.471-15), vinculado ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Ronaldo Wagner Carmona (116.369.471-15), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, a fim de sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no Recurso Extraordinário n.º 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11572-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11573/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.283/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Teresa Romano Cavalcanti Pires (369.237.371-68).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Teresa Romano Cavalcanti Pires (369.237.371-68), vinculada ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Teresa Romano Cavalcanti Pires (369.237.371-68), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, a fim de sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no Recurso Extraordinário n.º 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado.
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11573-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11574/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.305/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Lúcia Sipauba (177.312.083-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Maria Lúcia Sipauba (177.312.083-20), vinculada ao Tribunal de Contas da União, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Maria Lúcia Sipauba (177.312.083-20), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal de Contas da União que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11574-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11575/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.340/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: João Antão do Nascimento (155.871.004-30).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de João Antão do Nascimento (155.871.004-30), vinculado ao Ministério Público Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a João Antão do Nascimento (155.871.004-30), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério Público Federal que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência do interessado do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11575-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11576/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.751/2015-0.

1.1. Apenso: 023.211/2010-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis:

3.2.1. Falconi Construcoes e Servicos Ltda. - EPP (07.942.236/0001-96); José Carlos Vidal (048.454.634-15); José Martinho Cândido de Castro (114.181.254-15).

3.2.2. Hugo Morais de Alcântara (CPF 910.322.104-00), Humberto José Mendes da Silva (CPF 181.383.304-49), José Carlos Vidal (CPF 048.454.634-15) e José Martinho Cândido de Castro (CPF 114.181.254-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Gurjão - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Mary Delania Araujo de Oliveira e outros, representando José Martinho Cândido de Castro.

8.2. Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Bruno Lopes de Araújo (OAB/RN 7.588A), Luiz Bruno Veloso Lucena (OAB/PB 9.821) e outros - peça 7, p. 3 e 5 do Apenso 023.211/2010-5.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor do Senhor José Carlos Vidal, prefeito de Gurjão - PB (período de 2001 a 2008), em razão de irregularidades no Convênio n.º 710225/2008, celebrado pelo FNDE com o referido Município, visando à melhoria da infraestrutura escolar, com a construção de escola/creche, conforme Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública Infantil (Pro-infância);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, seja a Falconi Construções e Serviços Ltda. - EPP (CNPJ 07.942.236/0001-96) considerada revel, para todos os efeitos;

9.2. aproveitar os argumentos apresentados à peça 65 pelo Sr. José Martinho Cândido de Castro (CPF 239.591.183-68) como alegações de defesa, para no mérito rejeitá-los;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Sr. José Martinho Cândido de Castro (CPF 239.591.183-68) e da empresa Falconi Construções e Serviços Ltda. - EPP (CNPJ 07.942.236/0001-96), condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
45.513,98	10/2/2011

9.4. aplicar ao Sr. José Martinho Cândido de Castro (CPF 114.181.254-15) e à empresa Falconi Construções e Serviços Ltda. - EPP (CNPJ 07.942.236/0001-96), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, respectivamente, nos valores de R$ 7.000,00 (sete mil reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. rejeitar as razões de justificativa dos Srs. José Martinho Cândido de Castro (CPF 114.181.254-15) e Humberto José Mendes da Silva (CPF 181.383.304-49);

9.6. rejeitar, parcialmente, as razões de justificativa do Sr. Hugo Morais de Alcântara (CPF 910.322.104-00), aproveitando as circunstâncias objetivas ao Sr. José Carlos Vidal (CPF 048.454.634-15), mantendo-se a irregularidade referente ao pagamento antecipado de serviços não executados;

9.7. aplicar ao Sr. José Carlos Vidal, ex-Prefeito Municipal de Gurjão - PB durante a gestão de 2005 a 2008, e aos Srs. Humberto José Mendes da Silva e Hugo Morais de Alcântara, engenheiros responsáveis pela fiscalização das obras do convênio FNDE 710225/2008, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data do acórdão até o dia do efetivo recolhimento;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.9. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §2º, do Regimento Interno do TCU;

9.10. dar ciência aos responsáveis e aos demais interessados, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, informando-lhes que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço <http://www.tcu.gov.br/acordaos>;

9.11. com fulcro no art. 169, inciso V, do RI/TCU, arquivar o processo.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11576-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11577/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.212/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Edivani Nogueira dos Santos Soares (695.724.372-91).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão inicial de Pensão Civil do Sr. Simplicio Soares da Silva, ex-servidor da Fundação Universidade Federal do Acre, tendo como beneficiária a Sra. Edivani Nogueira dos Santos Soares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão do Sr. Simplicio Soares da Silva, tendo como beneficiária a Sra. Edivani Nogueira dos Santos Soares;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Acre, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, emita novo ato, livre da irregularidade apontada e o submeta ao TCU pelo Sistema e-Pessoal, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno desta Corte e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2008;

9.3.3 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos; e

9.3.4. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada tomou conhecimento do acórdão.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11577-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11578/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.281/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Julieta Fontenele Moraes Landim (391.683.523-87); Sergio dos Santos Andrade (304.753.254-00).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Julieta Fontenele Moraes Landim (391.683.523-87) e Sergio dos Santos Andrade (304.753.254-00), vinculados aos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato inicial de concessão da aposentadoria do servidor Sergio dos Santos Andrade (CPF: 304.753.254-00), com determinação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará para que disponibilize no e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de cancelamento da concessão de aposentadoria do servidor;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Julieta Fontenele Moraes Landim (391.683.523-87), negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, e art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020:

9.4.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.4.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.4.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.4.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11578-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11579/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.413/2018-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Cláudio Roberto Nava (055.793.078-29); Clayton Roberto Machado (048.623.388-01); Frederico Augusto Ferraz Pasti (279.867.738-63); Jair Brigo (721.100.078-34); Vicente Antonio Marchiori (722.446.588-72).

4. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saúde.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Ederson Marcelo Valencio (125.704/OAB-SP) e Aleandro Tiago Pinheiro de Oliveira (270.576/OAB-SP), representando Frederico Augusto Ferraz Pasti, Vicente Antonio Marchiori, Clayton Roberto Machado e Jair Brigo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor dos Srs. Clayton Roberto Machado, ex-prefeito de Valinhos - SP; Frederico Augusto Ferraz Pasti, Diretor de Tesouraria da Prefeitura de Valinhos - SP; Cláudio Roberto Nava, ex-Secretário de Fazenda de Valinhos - SP; Vicente Antônio Marchiori; ex-Secretário de Fazenda de Valinhos - SP; e Jair Brigo, ex-Diretor do Departamento de Finanças do município de Valinhos - SP; após auditoria realizada pelo Denasus na Secretaria Municipal de Saúde de Valinhos - SP visando a apurar, entre outras coisas, a regularidade da aplicação dos recursos federais repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na modalidade fundo a fundo, no exercício de 2013;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revel o Sr. Cláudio Roberto Nava;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Clayton Roberto Machado, Frederico Augusto Ferraz Pasti, Cláudio Roberto Nava, Vicente Antônio Marchiori e Jair Brigo, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a contar das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Responsáveis: Clayton Roberto Machado, Vicente Antônio Marchiori, Frederico Augusto Ferraz Pasti e Jair Brigo

Data	Valor (R$)
8/1/2013	10.000,00
9/1/2013	66.645,46
22/1/2013	235,50
21/12/2013	234,50
21/1/2013	234,50
21/2/2013	10.000,00
7/3/2013	10.000,00
1/4/2013	5.141,40
15/4/2013	1.976,00
3/5/2013	10.000,00
7/5/2013	780,00
12/6/2013	10.000,00
12/6/2013	1,16
20/6/2013	5.098,00
3/7/2013	2.700,00
24/7/2013	20.000,00
25/7/2013	20.000,00
7/8/2013	10.000,00
13/9/2013	2.000,00
13/9/2013	3.000,00
17/9/2013	2.000,00
2/10/2013	10.003,20
16/10/2013	2.000,00
28/10/2013	238,00
16/10/2013	3.000,00
6/11/2013	10.000,00
Total	215.287,72

Responsáveis: Clayton Roberto Machado, Cláudio Roberto Nava, Frederico Augusto Ferraz Pasti e Jair Brigo

Data	Valor (R$)
18/11/2013	10.000,00
21/11/2013	2.000,00
21/11/2013	3.000,00
29/11/2013	261,74
2/12/2013	205.155,88
16/12/2013	1.500.000,00
23/12/2013	674.674,80
Total	2.395.092,42

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis a seguir indicados, a multa correspondente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das respectivas dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis	Multa, art. 57 da Lei 8.443/92 (R$)
Clayton Roberto Machado Frederico Augusto Ferraz Pasti Jair Brigo	160.000,00
Cláudio Roberto Nava	150.000,00
Vicente Antônio Marchiori	15.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11579-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11580/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.137/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Valeria da Silva Nunes (009.282.798-55).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Valeria da Silva Nunes (009.282.798-55), vinculada ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Valeria da Silva Nunes (009.282.798-55), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pela responsável;

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11580-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11581/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.844/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Claudia Junqueira (CPF 449.182.590-49).

3.2. Recorrente: Claudia Junqueira (CPF 449.182.590-49).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Guedes do Amaral Junior (39.183/OAB-RS) e outros, representando Claudia Junqueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Cláudia Junqueira, contra o Acórdão 4040/2020-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o seu ato de aposentadoria e negou-lhe o respectivo registro;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Sra. Cláudia Junqueira para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a decisão recorrida;

9.2. dar ciência do presente Acórdão à recorrente e aos demais interessados, ressaltando que o Relatório e o Voto que o acompanham podem ser consultados no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos>, no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11581-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11582/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.627/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Denise Maria Vasconcellos Iunes Pereira (412.794.927-91).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Denise Maria Vasconcellos Iunes Pereira (CPF: 412.794.927-91), vinculada ao Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Denise Maria Vasconcellos Iunes Pereira (412.794.927-91), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.3.2. promova o destaque das parcelas de quintos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, a fim de sobre elas incida a modulação firmada nos Embargos Declaratórios movidos no Recurso Extraordinário n.º 638.115/CE, apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, a qual estabelece a necessidade de absorção integral de tais parcelas por reajustes futuros, caso a incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado.
9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apreciação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.5. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apreciação desta deliberação, documentos comprobatórios da ciência da interessada do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11582-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11583/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 011.199/2014-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Esporte (extinto) (02.961.362/0001-74).
3.2. Responsável: Rutílio Eugenio Cavalcanti Filho (160.133.106-10).
3.3. Recorrente: Rutílio Eugenio Cavalcanti Filho (160.133.106-10).
4. Órgão/Entidade: Município de Urucuia - MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Revisor: Ministro Raimundo Carreiro.
5.2. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Sérgio Bassi Gomes e outros, representando Rutílio Eugenio Cavalcanti Filho.
8.2. Murilo Fracari Roberto (22.934/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Rutílio Eugenio Cavalcanti Filho, ex-prefeito de Urucuia-MG, contra o Acórdão 2.744/2017-TCU-2ª Câmara, de Relatoria da Ministra Ana Arraes, que julgou suas contas irregulares, condenando-o em débito;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Rutílio Eugenio Cavalcanti Filho e, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente o Acórdão 2.744/2017-TCU-2ª Câmara, de Relatoria da Ministra Ana Arraes;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. restituir os autos à Relatora a quo;
9.4. enviar cópia do presente Acórdão para a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, sucessora do Ministério do Esporte, para a Prefeitura de Urucuia-MG e para o recorrente, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11583-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11584/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 008.754/2020-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Deisimar Marcelino (347.643.726-49).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em benefício da Sra. Deisimar Marcelino, que ocupou cargo de Analista Legislativo naquele órgão.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Deisimar Marcelino, negando registro ao correspondente ato;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Senado Federal que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos referentes às seguintes parcelas, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU:
9.3.1.1. parcela indevida da rubrica "opção";
9.3.1.2. Parcela Compensatória (oriunda de quintos/décimos incorporados da função de Analista Legislativo), uma vez que o seu pagamento cumulativo com a incorporação de 5/5 (cinco quintos) de outras funções comissionadas viola o exato cumprimento do Acórdão 2.602/2013 - Plenário, bem como do art. 3º da Lei 8.911/1994;
9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Deisimar Marcelino, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;
9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.4. esclarecer ao órgão de origem que o novo ato de concessão a ser emitido deve:
9.4.1. estar livre das irregularidades indicadas neste processo (subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2);
9.4.2. ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11584-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11585/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 013.353/2020-9.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessadas: Laynara Célia Mesquita de Melo Paiva (016.965.041-39), Maria Lucia Velloso Paiva (105.889.527-37), Francisca Edileuza da Silva Ferreira (199.313.618-59), Nazidir Melo Ferreira (247.083.302-78) e Elisabete de Lima Silva (705.848.507-00).
4. Unidade Jurisdicionada: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão e de alteração de pensões instituídas por ex-militares vinculados ao Comando da Marinha.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. sobrestar o exame do ato 10637508-08-2014-001060-0 (peça 2), nestes autos, até o trânsito em julgado do RE 636.553 no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato 10637508-08-2015-000452-2 (peça 3), cujos efeitos financeiros se exauriram antes desta apreciação;
9.3. considerar legal a alteração de pensão militar instituída pelo Sr. Cláudio de Souza Ferreira, determinando o registro do ato 10637508-08-2015-000453-0 (peça 4);
9.4. alertar o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha de que, caso ainda não o tenha feito, deverá promover a exclusão da beneficiária Elisabete de Lima Silva do ato consignado no subitem 9.3 retro, nos termos do art. 3º, § 5º, inciso IV, da Instrução Normativa 78/2018, e cadastrar as informações no e-Pessoal, a teor do previsto no § 1º do referido artigo.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11585-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11586/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 027.861/2015-5.
2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Organização não-governamental Tapera das Artes (07.296.486/0001-04).
4. Entidade: Organização não-governamental Tapera das Artes.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3.625); Andrei Barbosa de Aguiar (OAB/CE 19.250); Antônia Cristina Vieira Neta (OAB/CE 29.944); Erasmo F. da Costa Filho (OAB/CE 34.460); Camila Milena da Silva, OAB/CE 39.578; E Pedro Henrique de C. G. Leitão (OAB/CE 43.654).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial em fase de Embargos de Declaração ao Acórdão 6.596/2020 - 2ª Câmara, por meio do qual, dentre outras medidas, as contas da embargante, Organização não-governamental (ONG) Tapera das Artes, e de seu ex-Presidente, Sr. Francisco das Chagas Abreu de Almeida, foram julgadas irregulares, com condenação em débito, sendo-lhes aplicada, individualmente, multa proporcional ao dano causado ao erário, em decorrência da impugnação parcial das despesas do Convênio 299/2006 que teve por objeto a implementação do Projeto intitulado "VI Navegart", a ser realizado no Município de Aquiraz/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela ONG Tapera das Artes para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, no sentido de tornar insubsistente o subitem 9.3 do Acórdão 6.596/2020 - 2ª Câmara e dar a seguinte redação ao subitem 9.4 do aludido decisum:

"9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;"

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante, ONG Tapera das Artes, e ao seu ex-Presidente, Sr. Francisco das Chagas Abreu de Almeida, bem como aos seus representantes legais, nos termos do art. 179, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11586-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11587/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-040.464/2018-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Clea Lago Santos (336.955.719-34).
4. Órgão: 5ª Região Militar do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: Rafaella Santos Hodecker (OAB/SC 44.003).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão e alteração de pensão militar deferidos pela 5ª Região Militar do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal a concessão inicial de pensão militar instituída pelo Sr. Augusto Felipe Santos em benefício da Sra. Clea Lago Santos, determinando o registro do ato de número 10003444-08-2015-000192-8 (peça 9);

9.2. considerar ilegal a alteração da pensão militar instituída pelo Sr. Augusto Felipe Santos em favor da Sra. Clea Lago Santos, negando registro ao ato de número 10003444-08-2015-000193-6 (peça 8);

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela Sra. Clea Lago Santos, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à 5ª Região Militar do Comando do Exército que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Clea Lago Santos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.4.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11587-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11588/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-043.334/2018-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação do Comércio, da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional - Aciagam (05.426.873/0001-84) e Jefferson Pessoa de Andrade Júnior (007.670.324-03).

4. Entidade: Associação do Comércio, da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional - Aciagam.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 316/2009, que teve por objeto a realização do "Circuito do São João do Agreste".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Associação do Comércio, da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional - Aciagam e do Sr. Jefferson Pessoa de Andrade Júnior, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia original abaixo discriminada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR (R$)	DATA
1.950.000,00	2/7/2009

9.2. aplicar à Associação do Comércio, da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional - Aciagam e ao Sr. Jefferson Pessoa de Andrade Júnior, de forma individual, a multa capitulada nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11588-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11589/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.763/2016-2.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Paulo Romero Pereira da Silva (CPF 501.264.904-49) e C&C Alimentos Ltda (CNPJ 03.512.426/0001-12).

4. Entidade: Município de Tamandaré - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Paulo Romero Pereira da Silva, como então prefeito de Tamandaré - PE (gestão: 2005-2008), diante da parcial impugnação dos dispêndios com os recursos federais transferidos ao referido município pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob o montante de R$ 359.773,25 pela modalidade fundo a fundo, durante o exercício de 2008, para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Paulo Romero Pereira da Silva e da Emanoel José de Souza - ME (atual C&C Alimentos Ltda. - EPP), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Paulo Romero Pereira da Silva, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Emanoel José de Souza - ME (atual C&C Alimentos Ltda. - EPP), ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Assistência Social, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
01/07/2008	2.749,00
01/07/2008	3.371,48
01/07/2008	1,50
05/09/2008	2.414,11
14/10/2008	2.442,98
14/10/2008	906,24
14/10/2008	4.823,37
14/10/2008	457,22
14/10/2008	2.910,06
14/10/2008	8.336,48
11/11/2008	4.044,21
11/11/2008	3.125,41
11/11/2008	717,27
11/12/2008	2.362,86
11/12/2008	4.304,58
11/12/2008	545,10

9.3. aplicar em desfavor de Paulo Romero Pereira da Silva e da Emanoel José de Souza - ME (atual C&C Alimentos Ltda. - EPP), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11589-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11590/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.532/2020-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Flávia Telles Moreira (CPF 450.128.656-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Flávia Telles Moreira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Flávia Telles Moreira (à Peça 2 sob o n.º 20786905-04-2017-000004-3), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função sob o patamar de 2/10 de FC-7 sem o necessário substrato material;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem as ilegalidades indicadas nesta deliberação diante da indevida percepção da vantagem como "opção" e da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função sob o patamar de 2/10 de FC-7 sem o necessário substrato material, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11590-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11591/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.548/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Ana Maria Carvalheiro Criscuolo (CPF 076.805.798-14).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Ana Maria Carvalheiro Criscuolo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Ana Maria Carvalheiro Criscuolo (à Peça 2 sob o n.º 20787804-04-2017-000006-1), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, e da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em face da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei n.º 8.911, de 1994, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada sobre a "opção" nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.3.4. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. promova o destaque da referida parcela como quintos de função pública, transformando-a em "parcela compensatória", para a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.4 e 9.3.5 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11591-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11592/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.593/2020-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Mauricio Rodrigues Costa (CPF 296.460.650-15).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS em favor de Mauricio Rodrigues Costa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Mauricio Rodrigues Costa (à Peça 2 sob o n.º 20786603-04-2017-000015-8), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação sobre a vantagem como "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - RS, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11592-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11593/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.072/2020-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Marcos Aurélio Barreto Alves (CPF 090.840.103-53); e Maria Auxiliadora de Carvalho Bernardo (CPF).
4. Instituição: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Fusana) no Ceará.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Fusana) no Ceará em favor de Marcos Aurélio Barreto Alves e Maria Auxiliadora de Carvalho Bernardo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade dos atos inicias de aposentadoria em favor de Marcos Aurélio Barreto Alves (à Peça 3 sob o n.º 10580352-04-2015-000043-2) e Maria Auxiliadora de Carvalho Bernardo (à Peça 4 sob o n.º 10580352-04-2007-000011-8), além do ato de alteração da aposentadoria em favor de Maria Auxiliadora de Carvalho Bernardo (à Peça 5 sob o n.º 10580352-04-2015-000064-5), negando-lhes os respectivos registros;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Fusana) no Ceará adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação aos interessados apontados no item 9.1 deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão das aludidas aposentadorias apontadas no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Fusana) no Ceará, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11593-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11594/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.869/2017-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Ângela Meireles Ribeiro dos Santos (CPF 627.799.317-87).
4. Entidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Centro) - RJ.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Ângela Meireles Ribeiro dos Santos pela Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Centro) - RJ;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Ângela Meireles Ribeiro dos Santos (à Peça 7 sob o n.º 10271791-04-2016-000745-9), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Centro) - RJ adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro (Centro) - RJ, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11594-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11595/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.217/2015-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Antônio Carlos Maranhão de Aguiar (CPF 001.717.784-72); Pedro José Mendes Filho (CPF 387.841.654-72).
4. Entidade: Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal:
8.1. Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira (OAB-PE 14.886), entre outros, representando Pedro José Mendes Filho.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Justiça em desfavor de Antônio Carlos Maranhão de Aguiar e Pedro José Mendes Filho, como então titulares da Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Estado de Pernambuco (atual Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho, Qualificação do Estado de Pernambuco - SEMPETQ), diante da omissão no dever de prestar contas do Convênio n.º 106/2008 destinado à implementação do denominado "Protejo" a partir do aporte de recursos federais sob o valor de R$ 7.395.098,40, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 3/7/2008 a 30/4/2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. promover a exclusão da responsabilidade de Antônio Carlos Maranhão de Aguiar na presente relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. julgar irregulares as contas de Pedro José Mendes Filho, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
17/7/2008	3.697.549,20	-
21/10/2008	3.697.549,20	-
12/3/2012	2.532.707,43	a abater

9.3. aplicar em desfavor de Pedro José Mendes Filho a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil de reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11595-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11596/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.063/2020-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Cláudia Maria de Freitas Chagas (CPF 287.750.151-53).
4. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios em favor de Cláudia Maria de Freitas Chagas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Cláudia Maria de Freitas Chagas (à Peça 2 sob o n.º 38751/2017), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção destacada de "quintos ou décimos de função" como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, e da inadequada percepção cumulativa dessa parcela com os proventos provenientes do correspondente subsídio em parcela única após a entrada em vigor da Lei n.º 11.143, de 2005;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em face da indevida percepção destacada de "quintos ou décimos de função" como VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, e da inadequada percepção cumulativa dessa parcela com os proventos provenientes do correspondente subsídio em parcela única após a vigência da Lei n.º 11.143, de 2005, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação,

diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar, nos termos do art. 43 da Lei n. 8.443, de 1992, que a administração do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios se abstenha de promover a eventual concessão de aposentadoria pela indevida percepção destacada de "quintos ou décimos de função" como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, com a inadequada percepção cumulativa dessa parcela com os proventos provenientes do correspondente subsídio em parcela única após a vigência da Lei n.º 11.143, de 2005;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11596-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11597/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.081/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Valteisa Batista de Araújo (CPF 100.691.433-15).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão em favor de Valteisa Batista de Araújo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Valteisa Batista de Araújo (à Peça 2 sob o n.º 37845/2017), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida averbação de anuênios pelo tempo de serviço prestado em empresa pública ou sociedade de economia mista a despeito, todavia, do rompimento de vínculo jurídico com a administração pública;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em face da indevida averbação de anuênios pelo tempo de serviço prestado em empresa pública ou sociedade de economia mista a despeito, todavia, do rompimento de vínculo jurídico com a administração pública, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada sobre a vantagem como anuênios nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11597-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11598/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.147/2020-4.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Célia Maria Marques Ramos (CPF 288.174.430-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) em favor de Célia Maria Marques Ramos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Célia Maria Marques Ramos (à Peça 2 sob o n.º 1971/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos de função pública", transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11598-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11599/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.371/2020-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Sylvia Regina Freixinho (CPF 481.633.847-00).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Sylvia Regina Freixinho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Sylvia Regina Freixinho (à Peça 2 sob o n.º 37974/2017), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova o destaque da referida parcela como quintos de função pública, transformando-a em "parcela compensatória", para a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11599-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11600/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.673/2020-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Roselia Maria Souza Hildebrand (CPF 380.969.279-49).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Roselia Maria Souza Hildebrand;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Roselia Maria Souza Hildebrand (à Peça 2 sob o n.º 5449/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:
9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.3. promova o destaque da referida parcela como quintos de função pública, transformando-a em "parcela compensatória", para a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.4. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11600-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11601/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.038/2016-5
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Esther Hermes Lück (CPF 918.456.887-91), Fernando Sérgio de Melo Portinho (CPF 097.926.607-63), Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro (CNPJ 06.265.414/0001-29), Luiz Carlos Dias da Costa (CPF 367.481.707-10) e Telma Nunes de Sá (CPF 809.168.647-15).
4. Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Alda Regina Abreu da Silva Velho (OAB/RJ 133.030) e outra representando Esther Hermes Lück; Cláudia Coelho do Amaral (OAB/RJ 78.923) e outros representando Telma Nunes de Sá; Gabriel Vinícius Montaleão Diniz (OAB/RJ 185.483) e outros representando Luiz Carlos Dias da Costa; Maurício Sardinha Meneses dos Reis (OAB/RJ 119.316) e outros representando Fernando Sérgio de Melo Portinho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial acerca de irregularidades perpetradas na execução do Contrato de Prestação de Serviços 6/2008, celebrado entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro (Furj).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. acolher as alegações de defesa de Telma Nunes de Sá e Esther Hermes Lück, excluindo-as da presente relação processual;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro e por Fernando Sérgio de Melo Portinho e Luiz Carlos Dias da Costa;
9.3. julgar irregulares as contas da Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro e de Fernando Sérgio de Melo Portinho e Luiz Carlos Dias da Costa;
9.4. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional dos valores abaixo dispostos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora da data do débito até a data do pagamento, excluindo o valor já ressarcido:

Valor Original	Data da ocorrência	Débito
R$ 561.265,10	1/11/2009	Débito
R$ 58.362,63	27/10/2010	Crédito

9.5. aplicar-lhes multas individuais de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.8. determinar à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que, caso notificada pelo TCU da não comprovação do recolhimento das dívidas, efetue o respectivo desconto na remuneração dos responsáveis, em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente;
9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.11. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.12. enviar cópia desta decisão aos responsáveis e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11601-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11602/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.005/2019-5
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Associação dos Criadores da Região de Entre Rios (CNPJ 14.704.530/0001-25) e Marcos Oliveira de Carvalho (CPF 041.827.235-20).
4. Unidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Gilson Cerqueira Santos Filho (OAB/BA 53.015) representando Marcos Oliveira de Carvalho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura (MinC) em desfavor da Associação dos Criadores da Região de Entre Rios e Marcos Oliveira de Carvalho, em virtude de omissão no dever de prestar contas dos recursos captados mediante o Pronac 13-0557, no âmbito do Projeto "Transbaião 2013 - A Cultura Viaja Aqui".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revéis a Associação dos Criadores da Região de Entre Rios e Marcos Oliveira de Carvalho;
9.2. julgar irregulares as contas da Associação dos Criadores da Região de Entre Rios e de Marcos Oliveira de Carvalho;
9.3. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura dos valores abaixo especificados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora da data do débito até a data do pagamento, abatendo-se o valor já ressarcido:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Débito/Crédito
27/5/2013	350.000,00	Débito
31/5/2013	1.000.000,00	Débito
28/6/2013	156.250,00	Débito
20/9/2017	16.198,50	Crédito

9.4. aplicar-lhes multas individuais de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.10. enviar cópia desta decisão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11602-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11603/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.074/2020-9
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo Henrique Braga (CPF 293.425.623-53).
4. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Ceará.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de alteração de aposentadoria de Paulo Henrique Braga, ex-servidor da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato em exame e negar-lhe registro;
9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;
9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará que:
9.3.1. exclua as rubricas judiciais alusivas ao percentual de 26,05% (URP) dos proventos do interessado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;
9.3.2. cadastre novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, §2º, do Regimento Interno e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.3. informe ao inativo o teor deste acórdão, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11603-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11604/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.766/2012-7
2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.
3. Interessados: Aldalete Maria Barreto da Silva (CPF 544.089.897-20), Aline Cristiane Teixeira da Silva (CPF 522.364.712-20), Aluízio Videira da Silva Júnior (CPF 522.364.982-68), Danielle Estela Monteiro da Silva (CPF 007.714.082-69) e Simone Estela do Carmo Monteiro (CPF 471.253.652-72).
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Anderson Macedo Ferreira (OAB/AP 2.439) e outros representando Aldalete Maria Barreto da Silva.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de pensão civil instituída por Aluízio Videira da Silva, ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, art. 6º, §§ 2º e 8º, da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:
9.1. considerar legais o ato inicial e de alteração de pensão civil instituída por Aluízio Videira da Silva, em benefício de Aldalete Maria Barreto da Silva, Aline Cristiane Teixeira da Silva, Aluízio Videira da Silva Júnior, Danielle Estela Monteiro da Silva e Simone Estela do Carmo Monteiro;
9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá que:
9.2.1. exclua dos benefícios pagos a Simone Estela do Carmo Monteiro e Danielle Estela Monteiro da Silva a parcela judicial destinada a complementar de cinquenta para oitenta pontos o valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e mantenha o pagamento a Aldalete Maria Barreto da Silva da GDPGPE de oitenta pontos, conforme o rateio do valor do benefício previsto no art. 218 da Lei 8.112/1990, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;
9.2.2. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e alerte Simone Estela do Carmo Monteiro e Danielle Estela Monteiro da Silva de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que Simone Estela do Carmo Monteiro e Danielle Estela Monteiro da Silva dele tomarem conhecimento.
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé por Simone Estela do Carmo Monteiro e Danielle Estela Monteiro da Silva até a notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11604-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11605/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.351/2017-8
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Responsáveis/Recorrentes: Gilson Bezerra de Souza (CPF 214.764.111-15), José Rafael Pereira de Albuquerque (CPF 826.852.825-72), Robson Silva Moreira (CPF 036.776.815-10) e Veralúcia de Jesus Silva (CPF 686.153.025-53).
4. Unidade: Município de Angical/BA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Gilson Bezerra de Souza, José Rafael Pereira de Albuquerque, Robson Silva Moreira e Veralúcia de Jesus Silva contra o Acórdão 3.703/2019-2ª Câmara, por meio do qual lhes foram aplicadas multas por infração à lei.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso e dar-lhe provimento parcial, a fim de reduzir a multa imputada aos responsáveis no subitem 9.3 do Acórdão 3.703/2019-2ª Câmara para o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais destinatários da deliberação original.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11605-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11606/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.129/2019-2
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda. (CNPJ 08.649.116/0001-68) e Antônio Everaldo de Jesus Bernardino e Silva (CPF 795.564.854-49).
4. Unidade: Ministério da Cidadania.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Osvir Guimarães Thomaz (OAB/PE 37.698) e outros representando a ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda. e Antônio Everaldo de Jesus Bernardino e Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura em desfavor de ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda. e de seu sócio-dirigente, Antônio Everaldo de Jesus Bernardino e Silva, em razão de reprovação parcial da prestação de contas de recursos captados por força de projeto cultural.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revéis ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda. e Antônio Everaldo de Jesus Bernardino e Silva;
9.2. julgar irregulares as contas de ABPA Marketing e Produção de Eventos Ltda. e Antônio Everaldo de Jesus Bernardino e Silva;
9.3. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura dos valores abaixo dispostos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora da data do débito até a data do pagamento:

Data	Valor (R$)
2/1/2009	31.200,00
2/1/2009	12.500,00
2/1/2009	12.500,00
14/1/2009	19.000,00
31/3/2009	10.900,00

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;
9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para as providências cabíveis.
10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11606-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11607/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.234/2019-4
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrentes: Maria Nilza Mendes Campos (CPF 266.362.201-04) e Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (CNPJ 02.011.574/0001-90).
3.1. Interessada: Maria Nilza Mendes Campos (CPF 266.362.201-04).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros representando Maria Nilza Mendes Campos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame, interpostos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e por Maria Nilza Mendes Campos, que se insurgem contra o Acórdão 4.051/2020-2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz), que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à interessada, negando-lhe registro.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11607-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11608/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.543/2014-3
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Carlos Magno Duque Bacelar (CPF 000.583.433-34) e Município de Coelho Neto/MA (CNPJ 05.281.738/0001-98).
4. Unidades: Município de Coelho Neto/MA e Fundação Nacional de Saúde.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Eliana de Sousa Lima (OAB/MA 9.984) e outros representando o Município de Coelho Neto/MA.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial relativa ao Convênio 2.475/2005 (Siafi 555349), firmado com o Município de Coelho Neto/MA, que teve por objeto a instalação de sistema de abastecimento de água.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Carlos Magno Duque Bacelar e do Município de Coelho Neto/MA;
9.2. condenar o Município de Coelho Neto/MA ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
29/03/2007	36.519,27
08/11/2008	156,87

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;
9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.5. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo município antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.7. alertar ao Município de Coelho Neto/MA que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.8. enviar cópia deste acórdão:
9.8.1. ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as providências cabíveis;
9.8.2. aos responsáveis, à Fundação Nacional de Saúde e à Secretaria Federal de Controle Interno.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11608-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11609/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.039/2014-0
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Joaquim Umbelino Ribeiro (CPF 080.923.113-15), Raimundo Nonato Costa Neto (CPF 696.982.603-15) e VH Construtora Ltda. - ME (CNPJ 11.616.379/0001-85).
3. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (CNPJ 26.989.350/0001-16).
4. Unidade: Município de Turiaçu/MA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (atual SEC-CE) e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Antônio Augusto Sousa (OAB/MA 4.847) e outros representando a VH Construtora Ltda. - ME; Francisco de Assis Souza Coelho Filho (OAB/MA 3.810) e outros representando o Município de Turiaçu/MA; Sônia Maria Lopes Coelho (OAB/MA 3.811) representando Joaquim Umbelino Ribeiro.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão da impugnação parcial de despesas na prestação de contas do Termo de Compromisso TC/PAC 529/2011, firmado com o Município de Turiaçu, MA.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alínea "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, §8º, 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revéis Raimundo Nonato Costa Neto, Joaquim Umbelino Ribeiro e a empresa VH Construtora Ltda.;
9.2. julgar irregulares as contas de Raimundo Nonato Costa Neto, Joaquim Umbelino Ribeiro e da empresa VH Construtora Ltda. e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Raimundo Nonato Costa Neto e VH Construtora Ltda., solidariamente:

Valor	Data
R$ 131.469,91	5/9/2012

9.2.2. Raimundo Nonato Costa Neto:

Valor	Data
R$ 3.960,00	10/9/2012

9.2.3. Joaquim Umbelino Ribeiro:

Valor	Data
R$ 1.559,93	23/6/2017

9.3. aplicar multas individuais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a Raimundo Nonato Costa Neto e à empresa VH Construtora Ltda., a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial dos valores, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11609-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11610/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.843/2017-2
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: João Carlos Vieira Gediel (CPF 557.424.830-15).
4. Unidades: Ministério da Integração Nacional (extinto) e Município de Quaraí/RS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Gladimir Chiele (OAB/RS 41.290) e Fabiano Barreto da Silva (OAB/RS 57.761) representando João Carlos Vieira Gediel.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo extinto Ministério da Integração Nacional em desfavor de João Carlos Vieira Gediel, ex-prefeito de Quaraí/RS (gestões 2005-2008 e 2009-2012), em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 076/2005-MI, Siafi 538524.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:
9.1. julgar irregulares as contas de João Carlos Vieira Gediel;
9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento, abatida a quantia já ressarcida;

Data de referência	Valor	D/C
29/12/2005	381.612,00	D
2/8/2007	86.000,00	D
13/3/2009	16.972,99	C

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;
9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.6. autorizar o seu pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. enviar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11610-37/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes (na Presidência).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11611/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.958/2018-3
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Instituto Morro da Cutia de Agroecologia (CNPJ 00.375.555/0001-18) e Lúcia Helena Schardong (CPF 909.980.810-00).
4. Unidades: entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário em desfavor do Instituto Morro da Cutia de Agroecologia e de sua ex-presidente Lúcia Helena Schardong, em razão da impugnação parcial de despesas relativas ao Contrato de Repasse 0278.785-54/2008.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis Lúcia Helena Schardong e o Instituto Morro da Cutia de Agroecologia;

9.2. julgar irregulares as contas de Lúcia Helena Schardong e do Instituto Morro da Cutia de Agroecologia;

9.3. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional de R$ 71.949,00 (setenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 29/7/2011 até a data do pagamento;

9.4. aplicar-lhes multas individuais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. enviar cópia desta decisão aos responsáveis e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 37/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/10/2020 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11611-37/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes (na Presidência).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 34 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 22 de outubro de 2020.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 587, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a eleição do terço dos membros do CRA-RS, para o mandato compreendido entre janeiro 2021 a dezembro de 2024.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 182/2020/CFA, da CPE/CFA, que decidiu pelo cancelamento das eleições previstas para 28 de outubro de 2020, no âmbito do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS);

CONSIDERANDO a Resolução Normativa CFA nº 586, de 7 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no art. 26 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/1967, segundo o qual compete ao CFA baixar e publicar normas para as eleições no âmbito do Sistema CFA/CRAs, resolve:

ad referendum do Plenário;

Art. 1º A eleição do terço dos membros do Plenário do CRA-RS, relativamente ao mandato compreendido entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024, será realizada sob a supervisão e controle da Comissão Permanente Eleitoral do Conselho Federal de Administração (CPE/CFA).

Parágrafo único. Compete à CPE/CFA cumprir a fazer cumprir todos os atos destinados à realização das eleições no âmbito do CRA-RS.

Art. 2º Aplica-se à eleição de que trata o art. 1º, no que couber, as regras do Regulamento Eleitoral aprovado pela RN CFA nº 567/2019.

Art. 3º Fica a CPE/CFA, enquanto órgão correcional e consultivo hierarquicamente superior, autorizada a planejar, coordenar, organizar, executar e aprovar todos os atos necessários à realização da eleição no âmbito do CRA-RS, tais como editais, calendários, publicações, bem como outros que se façam necessários.

Art. 4º Para fins de atendimento a situação de caráter excepcional, decorrente do cancelamento da eleição inicialmente prevista para realizar-se no dia 28/10/2020, fica delegada à CPE/CFA a competência para alterar os prazos previstos no Regulamento Eleitoral aprovado pela RN CFA nº 567/2019.

Art. 5º Incumbe ao CRA-RS, no âmbito de sua competência, quando requisitado pela CPE/CFA, prover todo o apoio técnico-logístico necessário ao cumprimento desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

MAURO KREUZ

RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 588, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei n° 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o seu Regimento aprovado pela Resolução Normativa CFA n° 584, de 25 de agosto de 2020,

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, alínea "a", da Lei nº 4.769/1965; no art.40, alínea "a", do Decreto nº 61.934/1967; e a Lei nº 12.514/2011;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CFA em sua 5ª reunião realizada no dia 23 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Os valores das anuidades, taxas de serviços e multas, são definidos de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º As anuidades deverão ser pagas até 30 de março de cada ano.

§ 2º No caso de pagamento da anuidade após a data de seu vencimento, incidirá multa de 2% (dois por cento), juros de 1% (um por cento) ao mês e correção pelo INPC/IBGE acumulado entre a data do vencimento até o pagamento.

Art. 2º O CRA poderá conceder desconto de até 15% (quinze por cento), para pagamento da anuidade do exercício em cota única, até 28 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por Pessoas Físicas são:

I - Anuidades de Pessoas Físicas	Registro Principal	Registro Secundário
Administrador	R$ 453,01	R$ 226,51
Gestor Público		
Bacharel em campo conexo à Administração		
Mestres e Doutores		
Tecnólogo	R$ 308,40	R$154,20
Sequencial		
Técnico em Administração (nível médio)	R$ 225,94	R$ 112,97

II - Taxas	Valor (R$)
a) Registro Profissional	39,53
b) Carteira de Identidade Profissional	39,53
c) Substituição de Carteira ou Expedição de 2ª via	39,53
d) Cancelamento de Registro Profissional	160,41
e) Licença de Registro Profissional	39,53
f) Transferência de Registro Profissional	39,53
g) RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)	39,53
h) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica)	39,53
i) Certidões (de Regularidade, RCA, Acervo Técnico e outras)	39,53
j) Visto em documentos expedidos por outros CRAs	39,53
k) Remessa e Retorno (Processo em grau de recurso)	185,26
l) Cancelamento do Registro de Responsabilidade. Técnica - RRT	39,53
m) Transferência de Acervo Técnico	39,53

III - Multas	Valor (R$)
a) Exercício ilegal da Profissão	
a.1) Falta de Registro Profissional no CRA	1.091,29
a.2) Não Graduado em Administração	3.635,40
a.3) Falta de pagamento da anuidade devida ao CRA	728,71
b) Sonegação de informações/documentos - Embaraço à Fiscalização	3.635,40

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "j" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º Os serviços relacionados no inciso II deste artigo, exceto o previsto na alínea "d", poderão ser obtidos se o profissional estiver em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA.

§ 3º É vedada a inclusão de cobrança no boleto da anuidade, que deverá se destinar exclusivamente para o recebimento da anuidade.

§ 4º O profissional que possuir mais de um registro em razão de habilitações distintas, fica obrigado ao pagamento unicamente da anuidade correspondente à habilitação de maior grau.

§ 5º A critério do Plenário do CRA, poderá ser concedida isenção da primeira anuidade ao interessado que solicitar registro profissional em até 60 (sessenta) dias após a colação de grau.

§ 6º A critério do Plenário do CRA, poderá ser concedida a isenção da primeira anuidade e da anuidade do exercício imediatamente posterior, ao interessado que colar grau nos meses de novembro e dezembro e solicitar o registro profissional junto ao CRA nos referidos meses.

§ 7º Quando do primeiro registro, a Pessoa Física que não se enquadrar nas hipóteses dos §§ 5º e 6º, recolherá apenas as parcelas correspondentes aos duodécimos vincendos da anuidade do exercício, cujo valor poderá ser parcelado, a critério do Plenário do CRA.

Art. 4º Os valores das anuidades, taxas e multas devidas por Pessoas Jurídicas são:

I - Anuidades de Pessoas Jurídicas	Registro Principal	Registro Secundário
Capital Social	R$	R$
a) Até R$ 50.000,00	622,46	311,23
b) De R$ 50.000,01 a R$ 200.000,00	859,69	429,85
c) De R$ 200.000,01 a R$ 500.000,00	1.189,58	594,79
d) De R$ 500.000,01 a R$ 1.000.000,00	1.647,11	823,55
e) De R$ 1.000.000,01 a R$ 2.000;000,00	2.276,36	1.138,18
f) De R$ 2.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	3.148,49	1.574,25
g) Acima de R$ 10.000.000,01	4,355,02	2.177,51
h) Empresa Júnior, SEBRAE-UF	633,75	316,87

II - Taxas	R$
a) Registro de Pessoa Jurídica	120,87
b) Cancelamento de Registro de Pessoa Jurídica	160,41
c) Certidões	120,87
d) RCA (Registro de Comprovação de Aptidão ou Registro de Atestado de Capacidade Técnica	120,87
e) Visto em documentos fornecidos por outros CRAs (valor por doc)	39,53
f) Remessa de Retorno (processo em grau de recurso)	185,26
g) Licença de Registro de Pessoa Jurídica	160,41
h) Transferência de Acervo Técnico	120,87

III - Multas	R$
a) Falta de registro de Pessoa Jurídica no CRA	4.355,02
b) Conivência com o exercício ilegal da Profissão de Administrador	3.635,40
c) Falta do Administrador Responsável Técnico	2.175,82
d) Pela falta de pagamento da anuidade do CRA, de acordo com as seguintes classes de Capital Social	
d.1) Até R$ 50.000,00	622,46
d.2) De R$ 50.000,01 a R$ 200.000,00	859,69

d.3) De R$ 200.000,01 a R$ 500.000,00	1.188,45
d.4) De 500.000,01 a R$ 1.000.000,00	1.647,11
d.5) De R$ 1.000.000,01 a R$ 2.000.000,00	2.276,36
d.6) De R$ 2.000.000,01 a R$ 10.000.000,00	3.148,49
d.7) Acima de R$ 10.000.000,01	4.355,02
e) Sonegação de informações/documentos-Embaraço à Fiscalização	3.635,40

§ 1º O valor da taxa prevista na alínea "e" do inciso II deste artigo refere-se a um único documento, independente do número de folhas, devendo-se multiplicar o valor fixado pelo número de documentos anexados ao requerimento.

§ 2º No caso de a pessoa jurídica não possuir capital social e nos casos de empresas sem fins lucrativos, as mesmas recolherão a anuidade com base na faixa prevista no inciso I, alínea "a", deste artigo.

§ 3º Será cobrada anuidade complementar da pessoa jurídica, sempre que houver atualização do seu capital social.

§ 4º Qualquer um dos serviços relacionados no inciso II deste artigo somente poderão ser requeridos por pessoa jurídica que estiver em dia com suas obrigações legais e regulamentares perante o CRA, entendido como em dia, inclusive, o parcelamento de débitos.

Art. 5º As filiais ou representações de pessoas jurídicas localizadas na jurisdição do CRA de sua sede, com capital destacado no quadro constante do inciso I do art. 7º, pagarão anuidade correspondente a este capital.

Art. 6º Quando do primeiro registro, a Pessoa Jurídica recolherá apenas os duodécimos vincendos da anuidade do exercício, cujo valor poderá ser parcelado, a critério do Plenário do CRA.

Art. 7º O Conselho Regional de Administração poderá, a critério de seu Plenário, decidir pelo parcelamento da primeira anuidade devida no ato do registro por pessoa física ou jurídica, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes.

Art. 8º As filiais ou representações de pessoas jurídicas, instaladas em jurisdição de outro CRA que não o de sua sede, pagarão anuidade referente ao Registro Secundário, conforme estabelecido no inciso I do art. 5º desta Resolução Normativa.

Art. 9º Nos casos de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após a primeira, o valor da multa corresponderá ao dobro da antecedente.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Administração.

Art. 11 Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 12 Revoga-se a Resolução Normativa CFA nº 572, de 29 de outubro de 2019.

MAURO KREUZ
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2020 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro LUIGI ANTÔNIO GERACE/RS

1- Processo-COFECI nº 3016/2016. Recte: DOUGLAS APARECIDO VIEIRA RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 2- Processo-COFECI nº 1602/2017. Recte: CLAYDERMAN LOIOLA MENEZES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 3- Processo-COFECI nº 840/2018. Recte: ADVENTOS IMÓVEIS EMP E NEGÓCIOS IMOB LTDA - CRECI J-23150. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 2986/2016. Recte: ALISSON HENRIQUE GOMES REAL. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. 2- Processo-COFECI nº 2987/2016. Recte: JOSÉ ALBERTO BICHIR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. 3- Processo-COFECI nº 2988/2016. Recte: TÁBITA MENDES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. 4- Processo-COFECI nº 2989/2016. Recte: JEFFERSON PAVANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. 5- Processo-COFECI nº 2990/2016. Recte: ANDREA VALERIO BORGES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. 6- Processo-COFECI nº 2991/2016. Recte: SIDNEY SÁ DE CASTRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação.

RELATOR: Conselheiro OSCAR HUGO MONTEIRO GUIMARÃES/GO

1- Processo-COFECI nº 2996/2016. Recte: VALDEIR DONIZETE CLEMENTE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2997/2016. Recte: LUIZ RODRIGO DE FAVERI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3001/2016. Recte: EMILIO RAFAEL SPADARI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3002/2016. Recte: CIBELE CRISTINA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS EDUARDO ANTÔNIO CHEMIN/SC

1- Processo-COFECI nº 2932/2016. Recte: MARCOS ANTÔNIO TADEU RUGGIERO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2933/2016. Recte: RIVANILDO HENRIQUE DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2934/2016. Recte: ANGELINA BRANDÃO DE JESUS SOARES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2935/2016. Recte: CHISLEY DINIZ BATISTA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2945/2016. Recte: HELIO EPHIM MINDLIN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 2946/2016. Recte: EMANUEL ALVES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2951/2016. Recte: MAXIMO AUGUSTO CELLA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 3- Processo-COFECI nº 2952/2016. Recte: CHABETAI CLAUDE SOUROUR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 4- Processo-COFECI nº 2955/2016. Recte: TASSIO SOUZA RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 5- Processo-COFECI nº 2956/2016. Recte: ELIZABETH DEDONO DE MEDEIROS ARRUDA REIZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 2959/2016. Recte: ALEXANDRE GOMES DE MOURA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinada a devolução dos autos à origem, por insubsistente a autuação. 2- Processo-COFECI nº 2960/2016. Recte: MAURENICE DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinada a devolução dos autos à origem, por insubsistente a autuação. 3- Processo-COFECI nº 2961/2016. Recte: GILBERTO ALVES FEITOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinada a devolução dos autos à origem, por insubsistente a autuação. 4- Processo-COFECI nº 2962/2016. Recte: FELIPE DE LIMA TAVARES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinada a devolução dos autos à origem, por insubsistente a autuação. 5- Processo-COFECI nº 2965/2016. Recte: MARCELO RESIO MONDINE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinada a devolução dos autos à origem, por insubsistente a autuação.

RELATOR: Conselheiro BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 932/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 933/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA CORREA. QUEZADA - CRECI 40089. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 947/2018. Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 958/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA C. QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 961/2018.Recte: ABYARA BROKERS INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-20363. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 962/2018. Recte: CLÁUDIA CAROLINA C. QUEZADA - CRECI 40089. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 2967/2016. Recte: MARINO MASSAAKI KOBAYASHI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura. Vencido o relator. 2- Processo-COFECI nº 1707/2017. Recte: ROSICLER PIRES TAURO VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator. 3- Processo-COFECI nº 1708/2017. Recte: GILBERTO MESSIAS DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Por maioria, determinado o arquivamento dos autos, por insubsistente a autuação. Vencido o Relator.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO

PORTARIA CREF11/MS Nº 220, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre normas para concessão e pagamento de jeton e auxílio representação no âmbito do CREF11/MS

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso II e IX, do art.40; e: CONSIDERANDO que o inciso VIII do artigo 70 c/c artigo 106, inciso II, ambos do Estatuto do CONFEF, Resolução CONFEF nº 206/2010 de 07 de novembro de 2010, que reconhecem formas de ressarcimento de despesas, necessárias ao desempenho das funções de Conselheiros e Representantes designados pelo Sistema CONFEF/CREFs; CONSIDERANDO o §3º do Artigo 2º da Lei Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004; CONSIDERANDO que aos Conselheiros do CREF11/MS e representantes designados, em efetivo desempenho das funções é devido o pagamento de diárias, jetons, auxílios de representação, deslocamentos e ressarcimento de despesas eventuais, nos termos do artigo 30, inciso VIII c/c art.63, inciso II, ambos do Estatuto do CREF11/MS, Resolução CREF11/MS nº 151/2015, publicada no DOU Nº 213, pág.94, de 09/11/2015 e Resolução CREF11/MS nº 158/2015, publicada no DOU nº 234, pág. 96 e 97, de 08/12/2015; CONSIDERANDO a definição estabelecida pelo Tribunal de Contas da União em relação a necessidade de proceder a avaliação periódica das contas de todos os Conselhos de Fiscalização Profissional, nos termos da Decisão Normativa - TCU nº 127, de 15 de maio de 2013; COSIDERANDO o disposto no inciso VIII, do artigo 30 do Estatuto do CREF11/MS que atribui ao Plenário o poder de fixação e normatização, quando houver, da concessão de diárias, jetons e ajuda de custo; CONSIDERANDO que os Conselheiros do Sistema CONFEF/CREFs exercem função gratuita e honorífica, de caráter de relevância pública e social; CONSIDERANDO o disposto no Acórdão TCU nº 1925/2019 - Plenário; CONSIDERANDO a deliberação da 86ª Reunião Plenária realizada no dia 24 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º - Os Conselheiros Regionais do CREF11/MS ou representantes formalmente designados, quando no efetivo exercício de suas funções ou representações por designação e ou convocação, em caráter transitório ou eventual, farão jus à percepção de auxilio representação segundo as disposições a seguir, cujo valor é o constante do anexo I desta Portaria. §1º- O auxílio representação será destinado a indenizar despesas com alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião da execução de atividades de representação de interesse do conselho junto a terceiros, fora das dependências do CREF11/MS, não acumulável com diárias. §2º- O fato gerador é a atividade político-representativa, como àquelas decorrentes da representação do conselho em congressos, seminários, conferências, palestras, formaturas, encontros e demais eventos análogos, realizados fora das dependências do conselho, mas no próprio município de sua sede, ou seja, ocasiões em que não são devidas diárias. §3º- Os Conselheiros Regionais do CREF11/MS ou representantes formalmente designados só poderão receber o auxílio representação se estiverem em dia com suas obrigações financeiras perante CREF11/MS. §4º- Entende-se por representante aquele formalmente designado para representar o CREF11/MS em eventos e/ou reuniões externas, nos termos estabelecidos no §2º. §5º- O auxílio representação previsto no caput deste artigo será pago mediante protocolo de requerimento devidamente preenchido e assinado, acompanhado de relatório ou ata de reunião e juntada de documentos que comprovem a situação que deu causa ao pagamento. §6º - É vedado o pagamento de auxílio representação: a. de forma cumulativa com outras verbas indenizatórias, como diárias e jetons ou qualquer outro auxílio, com denominação distinta, mas que também indenize alimentação e locomoção urbana; b. em razão de atividades internas e rotineiras no âmbito do próprio conselho.

Art. 2º - Os Conselheiros Regionais do CREF11/MS por ocasião da participação em reuniões plenárias ou de Diretoria de caráter deliberativo farão jus ao recebimento de jeton, cujo valor é o constante do anexo II desta Portaria, a fim de indenizar as despesas com alimentação e deslocamento urbano, nas ocasiões em que não forem devidas diárias. §1º - É vedado o pagamento cumulativo com diária e/ou auxílio representação; §2º- O jeton é limitado a 02 (dois) pagamentos mensais por conselheiro, sendo indevido o pagamento de mais de um por dia.

Art. 3º - As verbas de que tratam esta Portaria serão concedidas pelo Presidente do CREF11/MS, ou por seus substitutos legais, ou ainda a quem for por este, delegada tal competência através de Portaria, mediante abertura de processo administrativa, com comprovação dos eventos que deram causa aos referidos pagamentos e demonstração de vinculação com a atividade finalística ou com os interesses institucionais. Parágrafo único - Nos casos em que o Presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da Diretoria, na ordem funcional decrescente, para qual seja delegada competência em caráter geral.

Art. 4º - As despesas eventuais e excepcionais de pequeno vulto, que exijam pronto pagamento e que não possam aguardar pelo processo normal de execução de despesa, e que não esteja relacionada à despesa com alimentação, deslocamento urbano e hospedagem, deve ser realizada sob regime de suprimento de fundos, mediante a devida justificativa quanto a finalidade da despesa e com posterior comprovação fiscal dos gastos, aplicando-se, na medida do possível, a legislação correlata.

Art.5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CREF11/MS.

Art.6º º. O Departamento Financeiro processará os pedidos de jeton e auxílio representação após autorização do Presidente, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF11/MS.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria CREF11/MS nº 176/2019.

JOACYR LIMA DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXO I

AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
AUXÍLIO REPRESENTAÇÃO	160,55

ANEXO II

JETON

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
JETON	160,55

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CREF20/SE Nº 29, publicada no DOU de 28/09/2020, Edição 186, Seção 1, página 634. Onde se lê: "Resolução CREF20/SE Nº 29, DE 7 DE JANEIRO DE 2017".

Leia-se: Resolução CREF20/SE Nº 29, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal no âmbito do CREFITO-8 dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, no uso de suas prerrogativas e atribuições que lhe são outorgadas pela Lei Federal nº 6.316/75 e pela Resolução COFFITO nº 182/97 e demais dispositivos normativos atinentes à espécie,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, de observância obrigatória por pessoas jurídicas de direito público, dentre as quais esta autarquia federal; e

CONSIDERANDO que a Resolução COFFITO nº 8, de 20 de fevereiro de 1978, embora preveja em seu artigo 73 a compulsoriedade de cancelamento do documento de identidade profissional, não dispõe sobre o procedimento para esta finalidade, resolve:

Art. 1º Os documentos de identificação civil expressamente previstos na Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, e na Lei nº 5.553, de 6 de dezembro de 1968, ou em lei que venha a alterá-las ou substituí-las, quando a sua apresentação pelo Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional for imprescindível para a realização de quaisquer procedimentos administrativos, previstos em Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia Ocupacional ou do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, serão, sempre que possível, imediatamente devolvidos ao seu exibidor, após a extração dos dados necessários.

1º Na hipótese de haver necessidade de o original do documento acompanhar qualquer pedido protocolizado administrativamente, será devolvido ao seu titular em prazo não superior a 5 (cinco) dias.

2º Para fins do disposto no caput deste artigo, são considerados documentos válidos para fins de identificação civil, dentre outros não especificados, os seguintes:

I - carteira de identidade (RG);
II - carteira de trabalho (CTPS);
III - carteira profissional, em sentido amplo;
IV - passaporte;
V - carteira de identificação funcional;
VI - carteira nacional de habilitação (CNH);
VII - título de eleitor;
VIII - comprovante de quitação com o serviço militar;
IX - certidão de registro de nascimento;
X - certidão de casamento;
XI - carteira de identidade de estrangeiro;
XII - comprovante de naturalização; e
XIII - outro documento público que permita a identificação do interessado.

3º Os documentos de identificação civil a que se refere o 2º deste dispositivo, quando não disporem de foto e de assinatura de seu titular, deverão se fazer acompanhar de outro documento oficial, emitido por órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou distrital, que contemple tais elementos.

Art. 2º A carteira de identidade profissional, o cartão de identificação profissional, o certificado de registro de empresa e a declaração de regularidade de funcionamento, quando exigida a sua apresentação para fins de baixa de registro de pessoa física ou de pessoa jurídica, serão cancelados mediante a aposição de carimbo e disponibilizada a sua devolução ao respectivo titular.

Parágrafo Único O Departamento de Registro, após o cancelamento de quaisquer dos documentos indicados no caput do presente dispositivo, promoverá a digitalização colorida do documento e a arquivará no respectivo prontuário digital.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ELFI GUSAVA
Diretora Secretária

PATRICIA ROSSAFA BRANCO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

Aprova Orçamento Programa do Conselho Regional de Química - CRQ-2ª Região/MG para o exercício de 2021.

O Presidente do Conselho Regional de Química da 2ª Região, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, da Lei 2.800, de 18 de junho de 1956 e, considerando a deliberação do plenário deste CRQ-MG, por unanimidade na 795ª Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 15/10/2020, resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Orçamento Programa do Conselho Regional de Química da 2ª Região, para o exercício de 2021, de acordo com a Lei nº 2.800/56 e Lei 4.320/64, conforme "discriminação" a seguir: RESUMO DO ORÇAMENTO PROGRAMA - EXERCÍCIO 2021

Receitas Correntes	12.620.000,00	Despesas Correntes	12.262.000,00
Receitas de Capital	300.000,00	Despesas de Capital	658.000,00
Total	12.920.000,00	Total	12.920.000,00

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

WAGNER JOSÉ PEDERZOLI

